



Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01-0326/1996 DE 1996

TERÇA LEGISLATIVA. PL

01-0326/1996 DE 02/04/96

PROponente. EXECUTIVO

PAULO MALUF

ORÇ. ORÇAMENTO A.T.M.

0373/1996

E M E N T A.

DISPÕE, NOS TERMOS DO ARTIGO 13 DA LEI Nº. 11.226, DE 28 DE JUNHO DE 1996, SOBRE A REVISÃO DO CÍDULO DE C-ERRE E DO CÍDULO DE C-REVISÃO DO PLANO DE SÃO PAULO, E DA OUTRAS PREVISÕES.



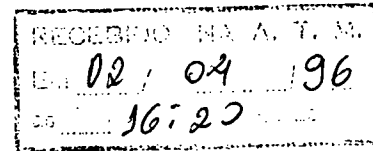


Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 02 de abril de 1996

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. T. L. n.º 079 /96
Processo nº 59-000.870-93*97



Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, acompanhado da respectiva exposição de motivos, a fim de ser submetido ao estudo e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei, dispõe, nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, sobre a revisão do Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

Anexos: projeto de lei, exposição de motivos, Anexos I, II e III, cópias xerográficas de fls. 6, 7, 150/161, 162, 163, 164, 265, 266 e 267 do processo nº 59-000.870-93*97 e legislação citada no texto.

A Sua Excelência o Senhor Doutor João Brasil Vita.
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.
IR/fsc

1. Revisão de
 2. Revisão de
 3. Revisão de
 4. Revisão de
 5. Revisão de
 6. Revisão de
 7. Revisão de
 8. Revisão de
 9. Revisão de
 10. Revisão de
 11. Revisão de
 12. Revisão de
 13. Revisão de
 14. Revisão de
 15. Revisão de
 16. Revisão de
 17. Revisão de
 18. Revisão de
 19. Revisão de
 20. Revisão de
 21. Revisão de
 22. Revisão de
 23. Revisão de
 24. Revisão de
 25. Revisão de
 26. Revisão de
 27. Revisão de
 28. Revisão de
 29. Revisão de
 30. Revisão de
 31. Revisão de
 32. Revisão de
 33. Revisão de
 34. Revisão de
 35. Revisão de
 36. Revisão de
 37. Revisão de
 38. Revisão de
 39. Revisão de
 40. Revisão de
 41. Revisão de
 42. Revisão de
 43. Revisão de
 44. Revisão de
 45. Revisão de
 46. Revisão de
 47. Revisão de
 48. Revisão de
 49. Revisão de
 50. Revisão de
 51. Revisão de
 52. Revisão de
 53. Revisão de
 54. Revisão de
 55. Revisão de
 56. Revisão de
 57. Revisão de
 58. Revisão de
 59. Revisão de
 60. Revisão de
 61. Revisão de
 62. Revisão de
 63. Revisão de
 64. Revisão de
 65. Revisão de
 66. Revisão de
 67. Revisão de
 68. Revisão de
 69. Revisão de
 70. Revisão de
 71. Revisão de
 72. Revisão de
 73. Revisão de
 74. Revisão de
 75. Revisão de
 76. Revisão de
 77. Revisão de
 78. Revisão de
 79. Revisão de
 80. Revisão de
 81. Revisão de
 82. Revisão de
 83. Revisão de
 84. Revisão de
 85. Revisão de
 86. Revisão de
 87. Revisão de
 88. Revisão de
 89. Revisão de
 90. Revisão de
 91. Revisão de
 92. Revisão de
 93. Revisão de
 94. Revisão de
 95. Revisão de
 96. Revisão de
 97. Revisão de
 98. Revisão de
 99. Revisão de
 100. Revisão de

15015 95 027 1949

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUIE M. Juntado(s) nesta data com o(s) rubri-
cado(s) sob n.º 2a.3+2 e folha de informação sob
n.º 373 / 08 / 04 / 56 a /

Folha no	02	de proc.
n.º	306	de 1996

PROJETO DE LEI Nº 01 - PL
01-0326/1996

LIDO HOJE AS COMISSÕES DE	02 ABR 1996
CONST. EUTÁZIO E TULIO POLYCA JUN, METODO B. N. A. ATENIDADE ECONOMICA SASUE MONO... F. J. ANDRE E ORNEID.	
PRESIDENTE	

Dispõe, nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, sobre a revisão do Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta.

02 ABR 1996
C.M. - PLE - 1-
00006

DECRETA:

SEÇÃO DE REVISÃO
02 ABR 1996
-DT. 10-

Art. 1º - Fica aprovada a revisão do Código de Obras e Edificações, que dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, instalação, manutenção e utilização das obras, serviços, edificações, equipamentos e mobiliários, dentro dos limites dos imóveis, no

Município de São Paulo.

Art. 2º - Os Capítulos e Seções do Anexo I e as Tabelas constantes dos Anexos II e III da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passam a vigorar com a redação conferida por esta lei.

Art. 3º - A execução, instalação, manutenção e utilização de obras, serviços, edificações, equipamentos e mobiliários, dependerão, obrigatoriamente, de prévio licenciamento pela Prefeitura do Município de São Paulo, salvo as exceções previstas no Capítulo 3 do Anexo I desta lei.

Art. 4º - O artigo 2º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Enquadram-se na categoria de processos especiais, regidos pela Lei nº 8.777, de 14 de setembro de 1978, os pedidos de:

I - Diretrizes de Projeto;

II - Alvará de Alinhamento e Nivelamento;

III - Alvará de Autorização;

IV - Alvará de Aprovação;

V - Alvará de Execução;

VI - Alvará de Licença para Residência Unifamiliar;

VII - Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte;

VIII - Certificado de Conclusão;

IX - Certificado de Mudança de Uso;

X - Alvará de Instalação para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte;

XI - Alvará de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte;

XII - Auto de Verificação de Segurança - AVS."

Art. 5º - Revogado o seu parágrafo único, o artigo 3º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A execução de qualquer obra ou serviço, em imóvel atingido por plano de melhoramento público aprovado por lei, será permitida pela Prefeitura do Município de São Paulo, desde que atendidas as disposições dos artigos 4º, 5º e 6º desta lei."

Art. 6º - O artigo 4º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - Em imóvel totalmente atingido por plano de melhoramento público aprovado por lei, com ou sem decretação de utilidade pública em vigor, será permitida, pela Prefeitura do Município de São Paulo, a título precário, a implantação de

edificação transitória ou equipamento transitório, observado o disposto na Legislação de Obras e Edificações e na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, não sendo devida ao proprietário qualquer indenização pela benfeitoria ou acessão, quando da execução do melhoramento público.

Parágrafo único - Considera-se como totalmente atingido por plano de melhoramento público aprovado por lei o imóvel:

a) cujo remanescente não possibilite a execução de edificação que atenda ao disposto na Legislação de Obras e Edificações e na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, ou

b) no qual, por decorrência de nova situação de nivelamento do logradouro, seja dificultada a implantação de edificações, a juízo da Prefeitura do Município de São Paulo."

Art. 7º - O artigo 5º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - A execução de obras em imóveis parcialmente atingidos por

plano de melhoramento público aprovado por lei, com ou sem decretação de utilidade pública em vigor, aplicam-se as seguintes disposições:

- a) nas reformas com aumento de área, as edificações novas e as novas partes das edificações deverão atender aos recuos mínimos obrigatórios, à taxa de ocupação e ao coeficiente de aproveitamento estabelecido pela Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo em relação ao lote remanescente;
- b) a área contida entre os alinhamentos atual e futuro, enquanto não expropriada pela Prefeitura do Município de São Paulo, ficará sujeito às restrições decorrentes de servidão de recuo, permitindo-se, a título precário, a implantação de edificação transitória ou equipamento transitório, observado o disposto na Legislação de Obras e Edificações e na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, não sendo devida ao proprietário qualquer indenização pela benfeitoria ou acessão, quando da execução do melhoramento público."

Art. 8º - O artigo 6º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - Quando doarem à Prefeitura do Município de São Paulo a parcela necessária à execução de melhoramento público aprovado por lei, fica assegurado aos proprietários de imóveis o direito de, no cálculo do coeficiente de aproveitamento, acrescer a área doada à área remanescente.

Parágrafo único - Nas condições previstas neste artigo, o cálculo da taxa de ocupação e a implantação do projeto, serão feitos, unicamente, sobre a área remanescente."

Art. 9º - O artigo 7º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - As taxas para exame e verificação de projetos e construções, fundadas no poder de polícia do Município, têm como fato gerador o pedido obrigatório de licenciamento.

@ 1º - Considera-se ocorrido o fato gerador no ato da apresentação de Comunicação e do protocolamento de:

Folha no	08	de proc
n.º	326	de 1996

I - Pedido de Alvará de Alinhamento e Nivelamento;

II - Pedido de Alvará de Autorização;

III - Pedido de Alvará de Aprovação;

IV - Pedido de Alvará de Execução;

V - Pedido de Alvará de Licença para Residência Unifamiliar;

VI - Pedido de Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte;

VII - Pedido de Certificado de Mudança de Uso;

VIII - Pedido de Alvará de Instalação para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte;

IX - Pedido de Alvará de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte;

X - Pedido de Auto de Verificação de Segurança - AVS.

@ 2º - As alíquotas e base de cálculo, correspondentes a cada espécie de pedido, são as fixadas na tabela constante do Anexo II desta lei.

@ 3º - A taxa deverá ser integralmente recolhida pelo proprietário do imóvel, titular do seu domínio útil, possuidor a qualquer título, ou por quem efetivar

Folha n.º	09	de proc.
n.º	326	de 19.368

o pedido respectivo, no momento da ocorrência do fato gerador.

@ 4º - Na omissão total ou parcial do recolhimento de eventual diferença, caberá lançamento de ofício, regularmente notificado o sujeito passivo, com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação administrativa.

@ 5º - Os débitos resultantes do procedimento previsto no parágrafo anterior, não pagos nas épocas próprias, ficarão acrescidos de multas de 20% (vinte por cento) do valor, sujeitos à atualização monetária, além dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, contados estes últimos do mês seguinte ao do vencimento, sem prejuízo, quando for o caso, de honorários advocatícios, das custas e demais despesas judiciais, nos termos que dispuser a legislação municipal pertinente.

@ 6º - A Ficha Técnica e as Diretrizes de Projeto serão emitidas mediante o pagamento do preço do serviço público correspondente."

Art. 10 - O artigo 8º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a

seguinte redação:

"Art. 8º - Fica isento do pagamento de taxa para exame e verificação de projetos e construções qualquer pedido que envolva moradia econômica.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, considera-se moradia econômica a residência unifamiliar, destinada ao uso do proprietário, com área total não excedente a 80,00m² (oitenta metros quadrados), cuja execução não exija cálculo estrutural e que não constitua parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea."

Art. 11 - O artigo 9º da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - Para as moradias econômicas a Prefeitura do Município de São Paulo poderá fornecer, gratuitamente, projetos arquitetônicos e, mediante convênio, projetos arquitetônicos e complementares, bem como responsabilidade técnica de profissional habilitado e assistência para o acompanhamento das obras.

Parágrafo único - O convênio previsto no "caput" deste artigo poderá ser

firmado com órgãos de classe de arquitetos e de engenheiros e com entidades ou estabelecimentos de ensino superior de Arquitetura e de Engenharia."

Art. 12 - O artigo 10 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - O desatendimento às disposições desta lei ensejará os procedimentos fiscalizatórios e aplicação das penalidades previstas no Capítulo 6 do Anexo I e no Anexo III, sem prejuízo das sanções administrativas e medidas judiciais cabíveis, além da apuração da responsabilidade pelos crimes contra a Administração Pública, previstos na legislação penal."

Art. 13 - O artigo 11 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - Os prazos fixados pela presente lei são expressos em dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após o evento de origem, até o seu dia final, inclusive, prorrogando-se automaticamente o seu término para o

dia útil imediatamente posterior, quando não houver expediente naquele dia."

Art. 14 - O artigo 12 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - Os programas de habitação de interesse social desenvolvidos pelo Poder Público, por entidades sob controle acionário do Poder Público ou por entidades privadas poderão ser objeto de normas técnicas especiais, fixadas por ato do Executivo, apropriadas à finalidade do empreendimento.

@ 1º - São considerados programas de habitação de interesse social, dentre outros, a reurbanização de favelas, intervenção em cortiços e construção organizada por mutirões.

@ 2º - Os programas de habitação de interesse social promovidos pelo Poder Público ou entidades sob controle acionário do Poder Público serão isentos do pagamento de taxas para exame e verificação de projetos e construções, e de preços públicos.

@ 3º - Nos programas de habitação de interesse social promovidos por

entidades privadas que operam com recursos vinculados ao sistema financeiro da habitação, as taxas devidas para exame e verificação de projetos e construções serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento)."

Art. 15 - Revogado o seu parágrafo único, o artigo 14 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - Poderá haver opção pelo exame de projetos e execução da obra, integralmente de acordo com a Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e legislação modificativa posterior, ou, então, totalmente pelas normas da presente lei, nos seguintes casos:

I - De pedidos, protocolados e numerados na Prefeitura do Município de São Paulo até 23 de setembro de 1992, ainda sem despacho decisório ou com interposição de recurso dentro dos prazos legais, referentes a licenciamento de construções ou alterações de projetos com alvarás expedidos e ainda não caducos;

II - De pedidos, ingressados após 25 de junho de 1992, de alteração ou modificação de projetos com alvarás

em vigor, expedidos nos termos da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e legislação modificativa posterior;

III - De pedidos de exame de projetos beneficiados por Operação Interligada requerida até 23 de setembro de 1992, garantidas as alterações de parâmetros e índices de uso e ocupação do solo constantes da certidão emitida."

Art. 16 - Poderá haver opção pelo exame de projetos de adaptação, emissão de Auto de Verificação de Segurança - AVS, e execução de obras ou serviços necessários para adaptação das edificações às condições mínimas de segurança, integralmente pelas normas da presente lei, ou então, totalmente de acordo com a legislação anterior à Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, nos seguintes casos:

I - De pedidos, protocolados e numerados na Prefeitura do Município de São Paulo até 23 de setembro de 1992, ainda sem aceitação das obras ou serviços, ou com interposição de recurso dentro dos prazos legais;

II - De pedidos, ingressados após 23 de setembro de 1992, referentes a alteração ou modificação de projetos, obras ou serviços.

Art. 17 - Dos pedidos protocolados anteriormente à data de publicação desta lei, ainda sem despacho decisório, e os pedidos de modificações de

projetos com Alvarás em vigor, expedidos nos termos da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, que não se enquadrarem integralmente nas disposições da presente lei, serão analisados e aceitos, caso a caso, a critério da Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 18 - Os procedimentos administrativos e fiscais aplicáveis às disposições licenciadas nos termos da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, e aos expedientes em tramitação, serão os fixados por esta lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, também, ao prazo de validade dos Alvarás de Licença, desdobrados pelo Código de Obras e Edificações em Alvarás de Aprovação e Execução, emitidos ou a emitir.

Art. 19 - Esta lei será regulamentada pelo Executivo.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação compondo, juntamente com a Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

Art. 21 - Os artigos do Ato 663, de 10 de agosto de 1934, não revogados pela Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, que não contrariem a Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992 e esta lei, continuam a vigorar.

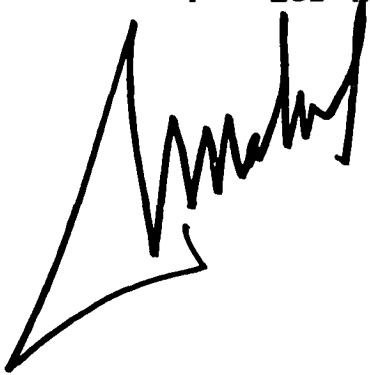
Art. 22 - Ficam revogadas as disposições em contrário e, em especial:

I - Em decorrência do disposto no artigo 19 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992:

Folha n.º	16	de proc.
n.º	326	de 19 96
		13

- 1 - Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975;
- 2 - Artigos 1º a 16 e 23 a 25 da Lei nº 8.881, de 29 de março de 1979;
- 3 - Lei nº 9.199, de 18 de dezembro de 1980;
- 4 - Lei nº 9.414, de 30 de dezembro de 1981;
- 5 - Artigo 2º da Lei nº 9.483, de 22 de junho de 1982;
- 6 - Lei nº 9.531, de 22 de julho de 1982;
- 7 - Artigos 1º a 5º e 11 a 16, no que for pertinente, da Lei nº 9.668, de 29 de dezembro de 1983;
- 8 - Lei nº 9.912, de 18 de junho de 1985;
- 9 - Artigos 2º a 5º da Lei nº 10.071, de 3 de junho de 1986;
- 10 - Lei nº 10.169, de 20 de outubro de 1986;
- 11 - Lei nº 10.299, de 14 de abril de 1987, com exceção do último item da Tabela V;
- 12 - Artigos 19 a 22 da Lei nº 10.334, de 13 de julho de 1987;
- 13 - Lei nº 10.395, de 20 de novembro de 1987, no que for incompatível;
- 14 - Lei nº 10.571, de 8 de julho de 1988;

Folha nº	17	de proc.
n.º	326	de 19 96

- 15 - Artigos 4º a 9º da Lei nº 10.671, de 28 de outubro de 1988;
- 16 - Lei nº 10.738, de 12 de julho de 1989; /
- 17 - Lei nº 10.739, de 13 de julho de 1989; /
- 18 - Lei nº 10.774, de 10 de novembro de 1989; X
- 19 - Lei nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990; /
- 20 - Lei nº 10.870, de 19 de julho de 1990; /
- 21 - Lei nº 10.995, de 14 de junho de 1991; X
- 22 - Lei nº 11.135, de 5 de dezembro de 1991; /
- II - Em decorrência do disposto na presente lei:
- 1 - Lei nº 11.424, de 30 de setembro de 1993; /
- 2 - Lei nº 11.693, de 22 de dezembro de 1994; X
- 3 - Lei nº 11.783, de 26 de maio de 1995. /
- 4 - Lei nº 11.948, de 8 de dezembro de 1995. /
- IR/rmn
- 

ANEXO I

INDICE

CAPÍTULO 1 - OBJETIVOS

- Seção 1.1 - Siglas e Abreviaturas
- Seção 1.2 - Conceitos

CAPÍTULO 2 - DIREITOS E RESPONSABILIDADES

- Seção 2.1 - Do Município
- Seção 2.2 - Do Proprietário
- Seção 2.3 - Do Possuidor
- Seção 2.4 - Do Profissional

CAPÍTULO 3 - DOCUMENTOS PARA CONTROLE DA ATIVIDADE DE OBRAS E EDIFICAÇÕES.

- Seção 3.1 - Ficha Técnica
- Seção 3.2 - Diretrizes de Projeto
- Seção 3.3 - Comunicação
- Seção 3.4 - Alvará de Alinhamento e Nivelamento
- Seção 3.5 - Alvará de Autorização
- Seção 3.6 - Alvará de Aprovação
- Seção 3.7 - Alvará de Execução
- Seção 3.8 - Alvará de Licença para Residência Unifamiliar
- Seção 3.9 - Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte
- Seção 3.10 - Certificado de Conclusão
- Seção 3.11 - Certificado de Mudança de Uso
- Seção 3.12 - Alvará de Instalação e Alvará de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte
- Seção 3.13 - Auto de Verificação de Segurança - AVS

CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- Seção 4.1 - Análise dos Processos Especiais
- Seção 4.2 - Prazos para Despacho dos Processos Especiais
- Seção 4.3 - Procedimentos Especiais

CAPÍTULO 5 - PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS

- Seção 5.1 - Canteiro de Obras
- Seção 5.2 - Fechamento do Canteiro de Obras
- Seção 5.3 - Plataforma de Segurança e Vedação Externa das Obras

CAPÍTULO 6 - PROCEDIMENTOS FISCAIS

- Seção 6.1 - Verificação do Licenciamento da Obra
- Seção 6.2 - Verificação da Regularidade da Obra Concluída
- Seção 6.3 - Verificação de Estabilidade e Segurança da Obra
- Seção 6.4 - Penalidades

CAPÍTULO 7 - EDIFICAÇÕES EXISTENTES

- Seção 7.1 - Normas Gerais
- Seção 7.2 - Reformas
- Seção 7.3 - Reconstruções

CAPÍTULO 8 - USO DAS EDIFICAÇÕES

- Seção 8.1 - Habitação
- Seção 8.2 - Comércio e Serviço
- Seção 8.3 - Prestação de Serviços de Saúde
- Seção 8.4 - Prestação de Serviços de Educação
- Seção 8.5 - Prestação de Serviços de Hospedagem
- Seção 8.6 - Prestação de Serviços Automotivos
- Seção 8.7 - Indústria, Oficina e Depósito
- Seção 8.8 - Local de Reunião
- Seção 8.9 - Prática de Exercício Físico ou Esporte
- Seção 8.10 - Atividade e Serviço de Caráter Especial
- Seção 8.11 - Atividade Transitória

CAPÍTULO 9 - COMPONENTES - MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS

- Seção 9.1 - Desempenho
- Seção 9.2 - Componentes Básicos
- Seção 9.3 - Instalações Prediais
- Seção 9.4 - Equipamentos Mecânicos
- Seção 9.5 - Equipamentos Mecânicos de Transporte Vertical de Passageiros - Elevadores
- Seção 9.6 - Edificações de Madeira

CAPÍTULO 10 - IMPLANTAÇÃO, AERAÇÃO E INSOLAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

- Seção 10.1 - Condições Gerais de Implantação e de Fechamento de Terrenos Edificados
- Seção 10.2 - Dispositivos para Atendimento da Aeração e Insolação
- Seção 10.3 - Classificação dos Volumes de uma Edificação
- Seção 10.4 - Aeração e Insolação do Volume Inferior "Vi"
- Seção 10.5 - Aeração do Volume Superior "Vs" - Faixa Livre "A"
- Seção 10.6 - Aeração e Insolação do Volume Superior "Vs" - Espaço Livre "I"
- Seção 10.7 - Aeração e Insolação do Volume Enterrado ou Semi-Enterrado "Ve"
- Seção 10.8 - Aeração Induzida
- Seção 10.9 - Aeração e Insolação Alternativas
- Seção 10.10 - Ajustes da Faixa Livre "A" e Espaço Livre "I"
- Seção 10.11 - Mobiliário
- Seção 10.12 - Obras Complementares e Saliências
- Seção 10.13 - Obras Junto a Represas, Lagos e Cursos D'água
- Seção 10.14 - Movimento de Terra

CAPÍTULO 11 - COMPARTIMENTOS

- Seção 11.1 - Classificação e Dimensionamento
- Seção 11.2 - Aberturas - Portas e Janelas

CAPÍTULO 12 - CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA

CAPÍTULO 13 - ESTACIONAMENTO

- Seção 13.1 - Normas Gerais
- Seção 13.2 - Acesso
- Seção 13.3 - Circulação
- Seção 13.4 - Espaços de Estacionamento, Manobra, Acumulação e Acomodação

CAPÍTULO 14 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

- Seção 14.1 - Quantificação
- Seção 14.2 - Dimensionamento das Instalações

CAPÍTULO 15 - CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

- Seção 15.1 - Condições de Instalação e Armazenagem

CAPÍTULO 16 - EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS COMPLEMENTARES

- Seção 16.1 - Habitação
- Seção 16.2 - Prestação de Serviços de Educação
- Seção 16.3 - Prestação de Serviços de Hospedagem
- Seção 16.4 - Prestação de Serviços Automotivos
- Seção 16.5 - Indústria, Oficina e Depósito
- Seção 16.6 - Local de Reunião
- Seção 16.7 - Atividade e Serviço de Caráter Especial
- Seção 16.8 - Atividade Transitória
- Seção 16.9 - Uso Misto

CAPÍTULO 1 - OBJETIVOS

Este Código disciplina, no Município de São Paulo, os procedimentos administrativos, e as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras, edificações, equipamentos e mobiliário, dentro dos limites dos imóveis em que se situam, inclusive os destinados ao funcionamento de órgãos ou serviços públicos, sem prejuízo do disposto nas legislações estadual e federal pertinentes, no âmbito de suas respectivas competências.

SEÇÃO 1.1-SIGLAS E ABREVIATURAS

Para efeito de citação neste Código, as seguintes entidades ou expressões serão identificadas por siglas ou abreviaturas:

COE: Código de Obras e Edificações;
LOE: Legislação de Obras e Edificações;
LPUOS: Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo;
NT: Norma Técnica;
NTC: Norma Técnica de Concessionárias;
NTO: Norma Técnica Oficial registrada na Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
PMSP: Prefeitura do Município de São Paulo.

SEÇÃO 1.2-CONCEITOS

Para efeito exclusivamente de aplicação deste Código, ficam assim conceituados os termos:

I-ANDAR: volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos ou entre o pavimento e o nível superior de sua cobertura.

II-ÁREA COMPUTÁVEL: parcela da área edificada considerada para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento da LPUOS.

III-ÁREA EDIFICADA: área total coberta de uma edificação.

IV-ÁTICO: parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar caixas d'água, circulação vertical, casa de máquinas, piso técnico de elevadores, ar condicionado ou outros equipamentos.

V-COROAMENTO: elemento de vedação que envolve o ático.

VI-DEMOLIÇÃO: total derrubamento de uma edificação.

VII-EDIFICAÇÃO: obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento e material, podendo ser:

a) EDIFICAÇÃO PERMANENTE: aquela de caráter duradouro;

b) EDIFICAÇÃO TRANSITÓRIA: aquela de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte;

VIII-EDIFICAÇÃO ACESSÍVEL: aquela que permite à pessoa portadora de deficiência, acesso e utilização de seus espaços comuns e privativos.

IX-EQUIPAMENTO: elemento que serve para equipar, prover, guarnecer ou completar uma edificação, ou que constitui isoladamente uma atividade e que represente risco potencial à segurança do usuário, podendo ser:

- a) EQUIPAMENTO PERMANENTE: aquele de caráter duradouro;
- b) EQUIPAMENTO TRANSITÓRIO: aquele de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte.

X-JIRAU: mobiliário constituído por estrado ou passadiço instalado a meia altura em compartimento.

XI-MEZANINO: pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares. Para efeito das disposições da LPUOS, o mezanino somente será considerado andar se possuir área superior a 1/3 (um terço) da área do compartimento subdividido.

XII-MOBILIÁRIO: elemento construtivo não enquadrado como edificação ou equipamento, passível de montagem, desmontagem e transporte.

XIII-MOVIMENTO DE TERRA: modificação do perfil do terreno que implicar em alteração topográfica superior a 1,00m (um metro) de desnível ou a 1000m³ (mil metros cúbicos) de volume, ou em terrenos pantanosos ou alagadiços.

XIV-MURO DE ARRIMO: muro destinado a suportar desnível de terreno superior a 1,00m (um metro).

XV-OBRA: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique a alteração de seu estado físico anterior.

- a) OBRA CONCLUÍDA: resultado final dos trabalhos realizados no imóvel.
- b) OBRA EMERGENCIAL: obra de caráter urgente, essencial à garantia das condições de estabilidade ou segurança de um imóvel.

XVI-OBRA COMPLEMENTAR: obra ou parte da edificação que, funcionalmente, complementa a atividade desenvolvida no imóvel.

XVII-PAVIMENTO: plano de piso.

XVIII-PEÇA DESCRITIVA: texto descritivo de elementos ou serviços para a compreensão de uma obra, tal como especificação de componentes a serem utilizados e índices de desempenho a serem obtidos.

XIX-PEÇA GRÁFICA: representação gráfica de elementos para a compreensão de um projeto ou obra.

XX-PEQUENA REFORMA: obra, sem mudança de uso, que implique em qualquer das seguintes situações:

- a) alteração de compartimentação horizontal;
- b) alteração de vãos de iluminação;
- c) construção ou demolição de obras complementares.

XXI-PERFIL DO TERRENO: situação topográfica existente, objeto do levantamento físico que serviu de base para a elaboração do projeto.

XXII-PISO DRENANTE: aquele que permite a infiltração de águas pluviais no solo através de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua superfície por metro quadrado.

XXIII-PROJETO MODIFICATIVO: aquele destinado a alterar projeto anteriormente aprovado com Alvará de Execução ou de Licença para Residência Unifamiliar em vigor.

XXIV-REFORMA: obra, com ou sem mudança de uso, que implique em qualquer das seguintes situações:

- a) acréscimo ou supressão de área edificada;
- b) alteração da estrutura;
- c) alteração de compartimentação vertical, entendida como a modificação do desnível "d", definido conforme Seção 10.3 do Capítulo 10 deste Código;
- d) alteração de volumetria, entendida como qualquer modificação nas dimensões externas que determinam o volume da edificação;
- e) alteração dos espaços de circulação coletiva;
- f) alteração dos índices da LPUOS;
- g) demolição parcial da edificação;
- h) demolição parcial ou total de um ou mais blocos de um conjunto de edificações;
- i) modificação de área edificada de unidade autônoma.

XXV-RECONSTRUÇÃO : obra destinada à recuperação e recomposição de uma edificação, motivada pela ocorrência de sinistro, mantendo-se todas as características anteriores.

XXVI-REPARO : obra ou serviço que implique em qualquer das seguintes situações:

- a) colocação ou troca de revestimentos;
- b) conserto nas instalações e equipamentos;
- c) conserto ou substituição de esquadrias;
- d) execução de partes da estrutura de telhados e de sua cobertura;
- e) limpeza e pintura interna ou externa de uma edificação.

[illegible][illegible]

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

The authors are grateful to the National Science Foundation (NSF) for the support of this work. The work was supported by the NSF Grant No. 0000000. The authors are also grateful to the National Science Foundation (NSF) for the support of this work. The work was supported by the NSF Grant No. 0000000.

1. **Introduction**
 2. **Background**
 3. **Methodology**
 4. **Results**
 5. **Discussion**
 6. **Conclusion**
 7. **References**
 8. **Appendix**
 9. **Figure 1**
 10. **Figure 2**
 11. **Figure 3**
 12. **Figure 4**
 13. **Figure 5**
 14. **Figure 6**
 15. **Figure 7**
 16. **Figure 8**
 17. **Figure 9**
 18. **Figure 10**
 19. **Figure 11**
 20. **Figure 12**
 21. **Figure 13**
 22. **Figure 14**
 23. **Figure 15**
 24. **Figure 16**
 25. **Figure 17**
 26. **Figure 18**
 27. **Figure 19**
 28. **Figure 20**
 29. **Figure 21**
 30. **Figure 22**
 31. **Figure 23**
 32. **Figure 24**
 33. **Figure 25**
 34. **Figure 26**
 35. **Figure 27**
 36. **Figure 28**
 37. **Figure 29**
 38. **Figure 30**
 39. **Figure 31**
 40. **Figure 32**
 41. **Figure 33**
 42. **Figure 34**
 43. **Figure 35**
 44. **Figure 36**
 45. **Figure 37**
 46. **Figure 38**
 47. **Figure 39**
 48. **Figure 40**
 49. **Figure 41**
 50. **Figure 42**
 51. **Figure 43**
 52. **Figure 44**
 53. **Figure 45**
 54. **Figure 46**
 55. **Figure 47**
 56. **Figure 48**
 57. **Figure 49**
 58. **Figure 50**
 59. **Figure 51**
 60. **Figure 52**
 61. **Figure 53**
 62. **Figure 54**
 63. **Figure 55**
 64. **Figure 56**
 65. **Figure 57**
 66. **Figure 58**
 67. **Figure 59**
 68. **Figure 60**
 69. **Figure 61**
 70. **Figure 62**
 71. **Figure 63**
 72. **Figure 64**
 73. **Figure 65**
 74. **Figure 66**
 75. **Figure 67**
 76. **Figure 68**
 77. **Figure 69**
 78. **Figure 70**
 79. **Figure 71**
 80. **Figure 72**
 81. **Figure 73**
 82. **Figure 74**
 83. **Figure 75**
 84. **Figure 76**
 85. **Figure 77**
 86. **Figure 78**
 87. **Figure 79**
 88. **Figure 80**
 89. **Figure 81**
 90. **Figure 82**
 91. **Figure 83**
 92. **Figure 84**
 93. **Figure 85**
 94. **Figure 86**
 95. **Figure 87**
 96. **Figure 88**
 97. **Figure 89**
 98. **Figure 90**
 99. **Figure 91**
 100. **Figure 92**
 101. **Figure 93**
 102. **Figure 94**
 103. **Figure 95**
 104. **Figure 96**
 105. **Figure 97**
 106. **Figure 98**
 107. **Figure 99**
 108. **Figure 100**
 109. **Figure 101**
 110. **Figure 102**
 111. **Figure 103**
 112. **Figure 104**
 113. **Figure 105**
 114. **Figure 106**
 115. **Figure 107**
 116. **Figure 108**
 117. **Figure 109**
 118. **Figure 110**
 119. **Figure 111**
 120. **Figure 112**
 121. **Figure 113**
 122. **Figure 114**
 123. **Figure 115**
 124. **Figure 116**
 125. **Figure 117**
 126. **Figure 118**
 127. **Figure 119**
 128. **Figure 120**
 129. **Figure 121**
 130. **Figure 122**
 131. **Figure 123**
 132. **Figure 124**
 133. **Figure 125**
 134. **Figure 126**
 135. **Figure 127**
 136. **Figure 128**
 137. **Figure 129**
 138. **Figure 130**
 139. **Figure 131**
 140. **Figure 132**
 141. **Figure 133**
 142. **Figure 134**
 143. **Figure 135**
 144. **Figure 136**
 145. **Figure 137**
 146. **Figure 138**
 147. **Figure 139**
 148. **Figure 140**
 149. **Figure 141**
 150. **Figure 142**
 151. **Figure 143**
 152. **Figure 144**
 153. **Figure 145**
 154. **Figure 146**
 155. **Figure 147**
 156. **Figure 148**
 157. **Figure 149**
 158. **Figure 150**
 159. **Figure 151**
 160. **Figure 152**
 161. **Figure 153**
 162. **Figure 154**
 163. **Figure 155**
 164. **Figure 156**
 165. **Figure 157**
 166. **Figure 158**
 167. **Figure 159**
 168. **Figure 160**
 169. **Figure 161**
 170. **Figure 162**
 171. **Figure 163**
 172. **Figure 164**
 173. **Figure 165**
 174. **Figure 166**
 175. **Figure 167**
 176. **Figure 168**
 177. **Figure 169**
 178. **Figure 170**
 179. **Figure 171**
 180. **Figure 172**
 181. **Figure 173**
 182. **Figure 174**
 183. **Figure 175**
 184. **Figure 176**
 185. **Figure 177**
 186. **Figure 178**
 187. **Figure 179**
 188. **Figure 180**
 189. **Figure 181**
 190. **Figure 182**
 191. **Figure 183**
 192. **Figure 184**
 193. **Figure 185**
 194. **Figure 186**
 195. **Figure 187**
 196. **Figure 188**
 197. **Figure 189**
 198. **Figure 190**
 199. **Figure 191**
 200. **Figure 192**
 201. **Figure 193**
 202. **Figure 194**
 203. **Figure 195**
 204. **Figure 196**
 205. **Figure 197**
 206. **Figure 198**
 207. **Figure 199**
 208. **Figure 200**
 209. **Figure 201**
 210. **Figure 202**
 211. **Figure 203**
 212. **Figure 204**
 213. **Figure 205**
 214. **Figure 206**
 215. **Figure 207**
 216. **Figure 208**
 217. **Figure 209**

The following is a list of the names of the persons who have been appointed to the various positions in the various departments of the Government of the State of New York, for the year ending December 31, 1904.

1. *Introduction*
 2. *Background*
 3. *Methodology*
 4. *Results*
 5. *Discussion*
 6. *Conclusion*
 7. *References*
 8. *Appendix*
 9. *Tables*
 10. *Figures*
 11. *Supplementary Materials*
 12. *Notes*
 13. *Abbreviations*
 14. *Conflicts of Interest*
 15. *Acknowledgments*
 16. *Author Contributions*
 17. *Patents*
 18. *Data Availability Statement*
 19. *References*
 20. *Appendix*
 21. *Tables*
 22. *Figures*
 23. *Supplementary Materials*
 24. *Notes*
 25. *Abbreviations*
 26. *Conflicts of Interest*
 27. *Acknowledgments*
 28. *Author Contributions*
 29. *Patents*
 30. *Data Availability Statement*
 31. *References*
 32. *Appendix*
 33. *Tables*
 34. *Figures*
 35. *Supplementary Materials*
 36. *Notes*
 37. *Abbreviations*
 38. *Conflicts of Interest*
 39. *Acknowledgments*
 40. *Author Contributions*
 41. *Patents*
 42. *Data Availability Statement*
 43. *References*
 44. *Appendix*
 45. *Tables*
 46. *Figures*
 47. *Supplementary Materials*
 48. *Notes*
 49. *Abbreviations*
 50. *Conflicts of Interest*
 51. *Acknowledgments*
 52. *Author Contributions*
 53. *Patents*
 54. *Data Availability Statement*
 55. *References*
 56. *Appendix*
 57. *Tables*
 58. *Figures*
 59. *Supplementary Materials*
 60. *Notes*
 61. *Abbreviations*
 62. *Conflicts of Interest*
 63. *Acknowledgments*
 64. *Author Contributions*
 65. *Patents*
 66. *Data Availability Statement*
 67. *References*
 68. *Appendix*
 69. *Tables*
 70. *Figures*
 71. *Supplementary Materials*
 72. *Notes*
 73. *Abbreviations*
 74. *Conflicts of Interest*
 75. *Acknowledgments*
 76. *Author Contributions*
 77. *Patents*
 78. *Data Availability Statement*
 79. *References*
 80. *Appendix*
 81. *Tables*
 82. *Figures*
 83. *Supplementary Materials*
 84. *Notes*
 85. *Abbreviations*
 86. *Conflicts of Interest*
 87. *Acknowledgments*
 88. *Author Contributions*
 89. *Patents*
 90. *Data Availability Statement*
 91. *References*
 92. *Appendix*
 93. *Tables*
 94. *Figures*
 95. *Supplementary Materials*
 96. *Notes*
 97. *Abbreviations*
 98. *Conflicts of Interest*
 99. *Acknowledgments*
 100. *Author Contributions*
 101. *Patents*
 102. *Data Availability Statement*
 103. *References*
 104. *Appendix*
 105. *Tables*
 106. *Figures*
 107. *Supplementary Materials*
 108. *Notes*
 109. *Abbreviations*
 110. *Conflicts of Interest*
 111. *Acknowledgments*
 112. *Author Contributions*
 113. *Patents*
 114. *Data Availability Statement*
 115. *References*
 116. *Appendix*
 117. *Tables*
 118. *Figures*
 119. *Supplementary Materials*
 120. *Notes*
 121. *Abbreviations*
 122. *Conflicts of Interest*
 123. *Acknowledgments*
 124. *Author Contributions*
 125. *Patents*
 126. *Data Availability Statement*
 127. *References*
 128. *Appendix*
 129. *Tables*
 130. *Figures*
 131. *Supplementary Materials*
 132. *Notes*
 133. *Abbreviations*
 134. *Conflicts of Interest*
 135. *Acknowledgments*
 136. *Author Contributions*
 137. *Patents*
 138. *Data Availability Statement*
 139. *References*
 140. *Appendix*
 141. *Tables*
 142. *Figures*
 143. *Supplementary Materials*
 144. *Notes*
 145. *Abbreviations*
 146. *Conflicts of Interest*
 147. *Acknowledgments*
 148. *Author Contributions*
 149. *Patents*
 150. *Data Availability Statement*
 151. *References*
 152. *Appendix*
 153. *Tables*
 154. *Figures*
 155. *Supplementary Materials*
 156. *Notes*
 157. *Abbreviations*
 158. *Conflicts of Interest*
 159. *Acknowledgments*
 160. *Author Contributions*
 161. *Patents*
 162. *Data Availability Statement*
 163. *References*
 164. *Appendix*
 165. *Tables*
 166. *Figures*
 167. *Supplementary Materials*
 168. *Notes*
 169. *Abbreviations*
 170. *Conflicts of Interest*
 171. *Acknowledgments*
 172. *Author Contributions*
 173. *Patents*
 174. *Data Availability Statement*
 175. *References*
 176. *Appendix*
 177. *Tables*
 178. *Figures*
 179. *Supplementary Materials*
 180. *Notes*
 181. *Abbreviations*
 182. *Conflicts of Interest*
 183. *Acknowledgments*
 184. *Author Contributions*
 185. *Patents*
 186. *Data Availability Statement*
 187. *References*
 188. *Appendix*
 189. *Tables*
 190. *Figures*
 191. *Supplementary Materials*
 192. *Notes*
 193. *Abbreviations*
 194. *Conflicts of Interest*
 195. *Acknowledgments*
 196. *Author Contributions*
 197. *Patents*
 198. *Data Availability Statement*
 199. *References*
 200. *Appendix*
 201. *Tables*
 202. *Figures*
 203. *Supplementary Materials*
 204. *Notes*
 205. *Abbreviations*
 206. *Conflicts of Interest*
 207. *Acknowledgments*
 208. *Author Contributions*
 209. *Patents*
 210. *Data Availability Statement*
 211. *References*
 212. *Appendix*
 213. *Tables*
 214. *Figures*
 215. *Supplementary Materials*
 216. *Notes*
 217. *Abbreviations*
 218. *Conflicts of Interest*
 219. *Acknowledgments*
 220. *Author Contributions*
 221. *Patents*
 222. *Data Availability Statement*
 223. *References*
 224. *Appendix*
 225. *Tables*
 226. *Figures*
 227. *Supplementary Materials*
 228. *Notes*
 229. *Abbreviations*
 230. *Conflicts of Interest*
 231. *Acknowledgments*
 232. *Author Contributions*
 233. *Patents*
 234. *Data Availability Statement*
 235. *References*
 236. *Appendix*
 237. *Tables*
 238. *Figures*
 239. *Supplementary Materials*
 240. *Notes*
 241. *Abbreviations*
 242. *Conflicts of Interest*
 243. *Acknowledgments*
 244. *Author Contributions*
 245. *Patents*

Folha no	24	de proc.
n.º	322	de 19 96
		7

XXVII-RESTAURO OU RESTAURAÇÃO: conjunto de obras e serviços necessários à restituição de características construtivas ou artísticas de uma edificação tombada ou preservada, ou de seus elementos constituidores, originais ou não, mas que sejam relevantes como bem cultural de valor histórico, artístico e arquitetônico.

XXVIII-SALIÊNCIA: elemento arquitetônico proeminente, engastado ou apostado em edificação ou muro.

XXIX-SALUBRIDADE: conjunto de condições favoráveis à saúde dos ocupantes de uma edificação, proporcionado por meios adequados de ventilação, iluminação, conforto e manutenção.

CAPÍTULO 2 - DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Este Capítulo trata dos direitos e responsabilidades do Município, do proprietário ou possuidor de imóvel e dos profissionais atuantes em projeto e construção, observadas as disposições deste Código e legislação complementar.

SEÇÃO 2.1-DO MUNICÍPIO

Visando exclusivamente a observância das prescrições edilícias do Município, da LPUOS e legislação correlata pertinente, a PMSP licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, serviços, edificações, equipamentos e mobiliários, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências do projeto, execução ou utilização.

SEÇÃO 2.2-DO PROPRIETÁRIO

Considera-se proprietário do imóvel a pessoa física ou jurídica, portadora do título de propriedade registrado em Cartório de Registro de Imóveis.

2.2.1-É direito do proprietário do imóvel nele promover e executar obras e serviços, mediante prévio conhecimento e consentimento da PMSP, respeitados o direito de vizinhança, as prescrições deste Código e a legislação municipal correlata, sendo-lhe asseguradas todas as informações cadastradas na PMSP relativas ao seu imóvel.

2.2.2-A análise dos pedidos de emissão dos documentos previstos neste Código dependerá, quando for o caso, da apresentação do título de propriedade registrado no Cartório de Registro de Imóveis, respondendo o proprietário pela sua veracidade, não implicando reconhecimento do direito de propriedade sua aceitação por parte da PMSP.

2.2.2.1-A comprovação da titularidade, no caso de órgão público da administração direta, autarquia, empresa estatal, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, dar-se-á também pela apresentação de mandado de imissão de posse, expedido na ação expropriatória do imóvel ou, conforme o caso, por documento que, mesmo em área maior, caracterize a propriedade. *

2.2.3-O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, suas edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições deste Código e legislação municipal correlata.

SEÇÃO 2.3-DO POSSUIDOR

Considera-se possuidor a pessoa física ou jurídica, bem como seu sucessor a qualquer título, que tenha de fato o exercício pleno ou não do direito de usar o imóvel no qual se executa a obra.

2.3.1-Para os efeitos deste Código, é direito do possuidor requerer, perante a PMSP, Ficha Técnica, Diretrizes de Projeto, Alvarás de Alinhamento e Nivelamento, Autorização e Aprovação e apresentar Comunicação, sendo-lhe asseguradas todas as informações cadastradas na PMSP relativas ao imóvel.

2.3.1.1-Poderá o possuidor exercer o direito previsto neste item, desde que detenha qualquer dos seguintes documentos:

- a)compromisso de compra e venda, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis;
- b)contrato representativo da relação obrigacional ou relação de direito existente entre o proprietário e o possuidor direto, com autorização expressa do proprietário;
- c)certidão do Registro de Imóveis, contendo as características do imóvel, quando o requerente possuir escritura definitiva sem registro, ou quando for possuidor "ad usucapionem" com ou sem justo título ou ação em andamento.

2.3.1.2-O possuidor que detiver compromisso de compra e venda, ainda que não registrado no Cartório de Registro de Imóveis, ou contrato que, embora denominado de forma diversa, tenha no seu conteúdo cláusulas que gerem os mesmos efeitos jurídicos do compromisso de compra e venda, poderá requerer Alvarás de Licença para Residência Unifamiliar e para Obra de Pequeno Porte.

2.3.2-Quando o contrato apresentado não descrever suficientemente as características físicas, as dimensões e a área do imóvel, será exigida a certidão do Registro Imobiliário.

2.3.3-Em qualquer caso, o requerente responde civil e criminalmente pela veracidade do documento apresentado, não implicando reconhecimento do direito de propriedade sobre o imóvel sua aceitação por parte da PMSP.

2.3.4-O possuidor ou o proprietário que autorizar a obra ou serviço será responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, de suas edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições deste Código e legislação municipal correlata.

Folha no	27	de proc.
n.º	326	de 19.96
		10

SEÇÃO 2.4-DO PROFISSIONAL

Profissional habilitado é o técnico registrado junto ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitadas as atribuições e limitações consignadas por aquela entidade.

2.4.1-É obrigatória a assistência de profissional habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, sempre que assim o exigir a legislação federal relativa ao exercício profissional, ou a critério da PMSP, sempre que entender conveniente, ainda que a legislação federal não o exija.

2.4.2-O profissional habilitado poderá atuar, individual ou solidariamente, como Autor do Projeto ou como Dirigente Técnico da Obra, assumindo sua responsabilidade no momento do protocolamento do pedido da licença ou do início dos trabalhos no imóvel.

2.4.2.1-Para os efeitos deste Código, será considerado Autor do Projeto o profissional habilitado responsável pela elaboração de projetos, que responderá pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho.

2.4.2.2-Para os efeitos deste Código, será considerado Dirigente Técnico da Obra o profissional responsável pela direção técnica da obra ou serviço, desde seu início até sua total conclusão, respondendo por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto aprovado na PMSP e observância das NTO.

2.4.3-O Autor do Projeto e o Dirigente Técnico da Obra são responsáveis pelo atendimento das normas edilícias emanadas pela PMSP e das recomendações constantes das NT, NTC e NTO, quando estas não dispuserem de modo contrário à legislação municipal.

2.4.4-Será comunicada ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional a atuação irregular do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé, omissão de dados ou direção de obra sem os documentos exigidos pela PMSP, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções.

2.4.5-A baixa, assunção ou transferência da responsabilidade profissional é facultada, sendo porém obrigatória, em caso de impedimento do técnico atuante.

2.4.5.1-Para os efeitos deste Código considera-se:

I-Baixa de responsabilidade, a ciência, por parte da PMSP, do desligamento do profissional responsável pela execução de obra regularmente licenciada, autorizada ou comunicada;

II-Assunção de responsabilidade, a aceitação, por parte da PMSP, de novo profissional, legalmente habilitado, que passa a responder pela direção técnica relativa a execução de obra regularmente licenciada, autorizada ou comunicada;

III-Transferência de responsabilidade, a ocorrência simultânea de baixa e assunção de responsabilidade.

2.4.6-No caso de assunção ou transferência, o novo profissional será responsável pela parte já executada, sem prejuízo da apuração de responsabilidade de seu antecessor e aplicação de eventuais sanções.

2.4.7-Quando a baixa e a assunção ocorrerem em épocas distintas, a obra deverá permanecer paralisada até que seja comunicada a assunção de nova responsabilidade, sem prejuízo da aplicação do disposto no subitem 6.1.1.2 deste Código.

2.4.8-A PMSP se exime do reconhecimento de direitos autorais ou pessoais decorrentes da aceitação de transferência de responsabilidade técnica ou da solicitação de alteração em projeto.

CAPÍTULO 3 - DOCUMENTOS PARA CONTROLE DA ATIVIDADE DE OBRAS E EDIFICAÇÕES

Mediante requerimento padronizado ou formalização de processo, e pagas as taxas e preços públicos devidos, a PMSP fornecerá dados, aprovará projetos e consentirá na execução e implantação de obras e serviços que observem as disposições da LPUOS, deste Código e legislação complementar, através do recebimento de Comunicação ou emissão de:

- a) Ficha Técnica;
- b) Diretrizes de Projeto;
- c) Alvará de Alinhamento e Nivelamento;
- d) Alvará de Autorização;
- e) Alvará de Aprovação;
- f) Alvará de Execução;
- g) Alvará de Licença para Residência Unifamiliar;
- h) Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte;
- i) Certificado de Conclusão;
- j) Certificado de Mudança de Uso;
- l) Alvará de Instalação e Alvará de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte;
- m) Auto de Verificação de Segurança - AVS.

SEÇÃO 3.1-FICHA TÉCNICA

Mediante requerimento padronizado e a pedido de qualquer interessado, a PMSP emitirá Ficha Técnica do imóvel, de caráter informativo, da qual constarão dados relativos ao uso e ocupação do solo, à incidência de melhoramentos públicos aprovados por lei, e demais elementos cadastrais disponíveis na data da sua emissão.

3.1.1-O pedido, o processamento e a expedição de Ficha Técnica não conferem ao requerente qualquer direito.

3.1.2-O prazo para emissão de Ficha Técnica não poderá exceder a 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua solicitação.

3.1.2.1-Prazo menor poderá ser fixado por Ato do Executivo.

SEÇÃO 3.2-DIRETRIZES DE PROJETO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário ou do possuidor, a PMSP analisará Diretrizes de Projeto, em etapa anterior a seu desenvolvimento total e oportuno pedido de aprovação.

3.2.1-As peças gráficas do pedido, devidamente assinadas por profissional habilitado, deverão conter elementos que possibilitem a análise da implantação, movimento de terra, volumetria, aeração, previsão de vagas de estacionamento, índices urbanísticos e área da edificação a ser projetada.

3.2.2-As Diretrizes de Projeto prescreverão em 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, ficando garantido ao requerente, neste prazo, o direito de solicitar Alvará de Aprovação ou Alvará de Licença para Residência Unifamiliar, com base nas diretrizes fornecidas, desde que legislação posterior não disponha de modo contrário.

SEÇÃO 3.3-COMUNICAÇÃO

Mediante formulário padronizado, assinado por profissional habilitado, o proprietário ou o possuidor apresentará, obrigatoriamente, Comunicação prévia à PMSP para:

- a) baixa, assunção ou transferência de responsabilidade profissional;
- b) execução de obras emergenciais;
- c) execução de reparos externos acima do segundo andar.

3.3.1-A Comunicação para baixa de responsabilidade profissional poderá ser apresentada exclusivamente pelo Dirigente Técnico da Obra.

3.3.2-O recebimento por parte da PMSP de Comunicação para execução de obras emergenciais não implica o reconhecimento da regularidade da obra ou serviço existente, e não exime da aplicação das medidas fiscais cabíveis.

3.3.3-A Comunicação terá eficácia a partir da data de seu recebimento pela PMSP, cessando imediatamente sua validade se:

- a) constatado descumprimento incorrigível do objeto da comunicação, adotando-se, então, as medidas fiscais cabíveis;
- b) não iniciadas as obras ou serviços no prazo de 90 (noventa) dias, nos casos de execução de reparos externos acima do segundo andar.

SEÇÃO 3.4-ALVARÁ DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário ou do possuidor, a PMSP emitirá Alvará de Alinhamento e Nivelamento para imóvel que confronte com logradouro público sem alinhamento e nivelamento definidos, ou com novo alinhamento ou nivelamento aprovados por lei.

3.4.1-O pedido de Alvará de Alinhamento e Nivelamento será instruído com documento de propriedade, para verificação da confrontação do imóvel com o logradouro público.

3.4.1.1-Se o documento de propriedade não possibilitar a verificação da confrontação do imóvel com o logradouro público, será exigida a apresentação de levantamento topográfico que permita a exata localização do lote na quadra.

3.4.2-O Alvará de Alinhamento e Nivelamento somente perderá sua validade quando houver alteração do alinhamento ou nivelamento do logradouro, aprovada por lei.

3.4.3-O Alvará de Alinhamento e Nivelamento poderá, a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.5-ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário ou do possuidor, a PMSP concederá, a título precário, Alvará de Autorização para:

- a) implantação de edificação transitória;
- b) implantação de equipamento transitório;
- c) implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra;
- d) utilização temporária de elevadores e outros aparelhos de transporte;
- e) utilização temporária de edificação para uso diverso do licenciado, desde que permitido pela LPUOS;
- f) avanço de tapume sobre parte do passeio público.

3.5.1-O pedido de Alvará de Autorização será instruído com peças gráficas e descritivas, devidamente assinadas por profissional habilitado, quando a natureza da obra ou serviço assim o exigir.

3.5.2-O Alvará de Autorização poderá, a critério do interessado, ser requerido com prazo de validade de 3 (três), 6 (seis) ou 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido.

3.5.2.1-Havendo interesse da PMSP, o Alvará de Autorização poderá, enquanto vigente, ser renovado, a pedido do interessado, pelo prazo de 3 (três), 6 (seis) ou 12 (doze) meses, desde que atendida a legislação em vigor na ocasião do pedido de renovação.

3.5.2.2-Quando se tratar de utilização temporária de edificação para uso diverso do licenciado, o prazo do Alvará de Autorização poderá ser reduzido, a critério da PMSP.

3.5.3-0 Alvará de Autorização, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

- a) revogado, quando a FMSP não tiver interesse na sua manutenção;
- b) cassado, em caso de descumprimento incorrigível do objeto inicial;
- c) anulado, em caso de comprovada ilegalidade na sua expedição.

SEÇÃO 3.6-ALVARÁ DE APROVAÇÃO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel, a FMSP emitirá Alvará de Aprovação para:

- a) movimento de terra;
- b) muro de arrimo;
- c) edificação nova;
- d) reforma;
- e) restauro;
- f) equipamento permanente, exceto elevadores e outros aparelhos de transporte;
- g) sistema especial de segurança.

3.6.1-Um único Alvará de Aprovação poderá abranger a aprovação de mais de um dos tipos de projetos elencados no "caput" desta Seção.

3.6.1.1-0 Alvará de Aprovação poderá ainda abranger a aprovação de Pequena Reforma e de implantação de Mobiliário.

3.6.2-0 pedido de Alvará de Aprovação será instruído com documentação referente ao imóvel, peças gráficas e descritivas, e levantamento planialtimétrico, quando necessário, assinados por profissional habilitado.

3.6.3-Somente serão aceitas divergências de até 5% (cinco por cento) entre as dimensões e área constantes do documento de propriedade e as apuradas no levantamento planialtimétrico apresentados. Quando, dentro deste limite, a área real apurada for superior à área do título de propriedade, os índices relativos à LPUOS serão observados em relação aos dados constantes do título.

3.6.3.1-Havendo divergência superior a 5% (cinco por cento) entre qualquer dimensão ou área constante do documento de propriedade e a apurada no levantamento topográfico, poderá ser emitido o Alvará de Aprovação, ficando a emissão do Alvará de

Execução condicionada à apresentação de escritura
reti-ratificada.

3.6.3.2-O procedimento previsto no subitem anterior poderá ser adotado, a pedido do interessado, quando a divergência for inferior ou igual a 5% (cinco por cento).

3.6.4-Quando o projeto envolver diferentes profissionais, cada Autor responderá pela parte elaborada e todos responderão solidariamente apenas pela implantação da edificação.

3.6.5-Poderão ser emitidos diversos Alvarás de Aprovação de projeto para um mesmo imóvel, enquanto não for requerido o Alvará de Execução.

3.6.6-O Alvará de Aprovação prescreverá em 1 (um) ano a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, se não for requerido o Alvará de Execução.

3.6.7-Quando se tratar de edificação constituída por um conjunto de mais de 1 (um) bloco isolado, ou cujo sistema estrutural permita esta caracterização, o prazo do Alvará de Aprovação será dilatado por mais 1 (um) ano para cada bloco excedente, até o prazo máximo de 5 (cinco) anos.

3.6.8-O Alvará de Aprovação, ainda que prescrito, poderá, pagas as taxas devidas, ser revalidado por iguais períodos, desde que:

- a) o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião do pedido de revalidação;
- b) não tenha sido requerido o respectivo Alvará de Execução.

3.6.8.1-A revalidação do Alvará de Aprovação não será necessária quando houver Alvará de Execução em vigor.

3.6.9-O prazo de validade do Alvará de Aprovação ficará suspenso mediante comprovação, através de documento hábil, da ocorrência de um dos impedimentos a seguir mencionados:

- a) existência de ação judicial;
- b) calamidade pública;
- c) declaração de utilidade pública ou interesse social;
- d) pendência de processo de tombamento.

3.6.10-O Alvará de Aprovação, enquanto vigente, poderá receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados.

3.6.10.1-O prazo de validade do Alvará de Aprovação ficará suspenso durante o período da análise do pedido de alteração de dados.

3.6.11-O Alvará de Aprovação, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

- a)revogado, atendendo a relevante interesse público;
- b)cassado, juntamente com o Alvará de Execução, em caso de descumprimento incorrigível, por parte do interessado, da licença concedida;
- c)anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.7-ALVARÁ DE EXECUÇÃO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário do imóvel, a PMSF emitirá Alvará de Execução para:

- a)movimento de terra;
- b)muro de arrimo;
- c)edificação nova;
- d)reforma;
- e)restauro;
- f)equipamento permanente, exceto elevadores e outros aparelhos de transporte;
- g)sistema especial de segurança;
- h)reconstrução;
- i)demolição total.

3.7.1-Um único Alvará de Execução poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de obra ou serviço elencados no "caput" desta Seção.

3.7.1.1-O Alvará de Execução poderá abranger ainda o licenciamento para execução de Pequena Reforma e de Mobiliário.

3.7.2-O pedido de Alvará de Execução, excetuado aquele para reconstrução ou demolição total, será instruído com documentação referente ao imóvel, peças gráficas e descritivas assinadas por profissional habilitado, Alvará de Aprovação e respectivo projeto aprovado.

3.7.2.1-Quando se tratar de reconstrução, o pedido será instruído com documentação referente ao imóvel, peças gráficas e descritivas assinadas por profissional habilitado, documento hábil para comprovação da regularidade da edificação sinistrada e laudo técnico de sinistros.

3.7.2.2-Quando se tratar de demolição total, o pedido será instruído com documento referente ao imóvel e, no caso de edificação com mais de 2 (dois) andares, o requerimento deverá, ainda, ser assinado por profissional habilitado.

3.7.3-Quando o Alvará de Execução for destinado ao licenciamento de um conjunto de obras ou serviços a serem executados sob a responsabilidade de diversos profissionais, dele constará a área de atuação de cada um.

3.7.4-O Alvará de Execução deverá ser solicitado dentro do prazo de validade do Alvará de Aprovação.

3.7.4.1-Quando houver mais de um Alvará de Aprovação em vigor será concedido Alvará de Execução para um único projeto aprovado.

3.7.4.2-Poderá ser emitido novo Alvará de Execução para outro projeto aprovado, desde que as obras não tenham sido iniciadas, cancelando-se, então, o Alvará de Execução anterior.

3.7.5-Quando o Alvará de Aprovação compreender mais de um bloco de edificação, poderá ser requerido Alvará de Execução para cada bloco isoladamente, observado o prazo de validade do Alvará de Aprovação.

3.7.6-O Alvará de Execução poderá ser requerido concomitantemente ao respectivo Alvará de Aprovação e seus prazos correrão somados, a partir da data de publicação do despacho de deferimento do pedido.

3.7.6.1-Na situação prevista neste item, será emitido um único documento, denominado Alvará de Aprovação e Execução.

3.7.7-O prazo de validade do Alvará de Execução destinado exclusivamente a movimento de terra será de 1 (um) ano, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, devendo o interessado requerer sua revalidação por iguais períodos, no caso do serviço não se encontrar concluído.

3.7.8-Para as demais obras e serviços, o Alvará de Execução prescreverá em 2 (dois) anos, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, se não for:

- a)concluído o sistema estrutural de fundação;
- b)concluída a instalação, nos casos de equipamento permanente e sistema especial de segurança;
- c)concluída a obra, no caso de demolição total.

3.7.8.1-Concluído o sistema estrutural de fundação, o Alvará de Execução prescreverá se a obra permanecer paralisada por prazo superior a 1(um) ano.

3.7.8.2-Concluída a superestrutura da edificação, o Alvará de Execução não mais prescreverá.

3.7.8.3-Os Alvarás de Execução para equipamento permanente e sistema especial de segurança não prescreverão enquanto vigente o Alvará de Execução referente à edificação no mesmo imóvel.

3.7.9-Quando se tratar de edificação constituída por mais de 1 (um) bloco isolado, ou cujo sistema estrutural permita a execução em etapas, o Alvará de Execução prescreverá em 2 (dois) anos, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, se não for concluído o sistema estrutural de fundação de, pelo menos, um dos blocos.

3.7.9.1-Concluído o sistema estrutural de um dos blocos, o Alvará de Execução prescreverá em 1 (um) ano, se não for dado andamento às obras deste bloco ou se não for concluído o sistema estrutural de fundação do(s) outro(s) bloco(s).

3.7.9.2-Concluída a superestrutura de um bloco, o Alvará de Execução não mais prescreverá para este bloco.

3.7.10-O Alvará de Execução da edificação ou de um bloco com a superestrutura concluída, cuja obra permanecer paralisada por um período superior a 5 (cinco) anos, poderá ser revogado, atendendo a relevante interesse público.

3.7.11-Para fins de comprovação da validade do Alvará de Execução, o Dirigente Técnico da Obra poderá informar à PMSP o andamento das obras ou serviços durante suas etapas até a sua total conclusão.

3.7.11.1-Serão consideradas etapas da obra, a conclusão:

- a) do sistema estrutural da fundação;
- b) da superestrutura da edificação, excluído o ático.

3.7.12-O prazo de validade do Alvará de Execução ficará suspenso mediante comprovação, através de documento hábil, da ocorrência de um dos impedimentos a seguir mencionados:

- a) existência de ação judicial que implique em impedimento à execução da obra;
- b) calamidade pública;
- c) decretação de utilidade pública ou interesse social;
- d) pendência de processo de tombamento.

3.7.13-As obras paralisadas e com Alvará de Execução prescrito poderão ser reiniciadas após reexame do projeto original ou de sua alteração, e revalidação simultânea dos Alvarás de Aprovação e de Execução, desde que seja atendida a legislação em vigor por ocasião da revalidação da licença.

3.7.13.1-A continuação de obras paralisadas e parcialmente executadas, com Alvará de Execução prescrito e em desacordo com a legislação em vigor, poderá ser aceita, a critério da PMSP, com ou sem alteração do projeto, desde que:

- a) a edificação seja utilizada para uso permitido na zona pela LPUOS;
- b) estejam atendidas todas as disposições da LPUOS vigentes à época da emissão do Alvará prescrito;
- c) não se agrave desconformidade com a LOE no que diz respeito às condições de higiene e salubridade da edificação;
- d) a edificação seja adaptada às normas de segurança em vigor.

3.7.14-0 Alvará de Execução poderá, enquanto vigente, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados ou aprovação de projeto modificativo.

3.7.14.1-0 prazo de validade do Alvará de Execução ficará suspenso durante o período de análise do pedido de aprovação de projeto modificativo.

3.7.15-Somente serão permitidas alterações na execução da obra ou serviço mediante prévia aprovação de projeto modificativo, ressalvada a hipótese prevista no item 3.10.3 deste Código.

3.7.16-0 Alvará de Execução, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

- a) revogado, atendendo a relevante interesse público;
- b) cassado, juntamente com o respectivo Alvará de Aprovação, em caso de descumprimento incorrigível, por parte do interessado, da licença concedida;
- c) anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.8-ALVARÁ DE LICENÇA PARA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR

Por opção do proprietário ou do possuidor, poderá ser requerida a emissão de Alvará de Licença para Residência Unifamiliar, como procedimento alternativo àqueles previstos nas Seções 3.6 (Alvará de Aprovação) e 3.7 (Alvará de Execução) para:

- a) edificação nova;
- b) reforma.

3.8.1-0 Alvará de Licença para Residência Unifamiliar poderá abranger a aprovação e o licenciamento para execução de movimento de terra, muro de arrimo, demolição total, Pequena Reforma e implantação de Mobiliário.

3.8.2-O pedido de Alvará de Licença para Residência Unifamiliar será instruído com documentação referente ao imóvel, peças gráficas e levantamento planialtimétrico, quando necessário, assinados por profissional habilitado.

3.8.2.1-As peças gráficas deverão demonstrar, no mínimo, a implantação, movimento de terra, volumetria, índices urbanísticos e área da edificação.

3.8.2.2-As disposições internas dos compartimentos, suas dimensões e funções serão de total responsabilidade dos profissionais envolvidos e do proprietário ou possuidor.

3.8.3-Somente serão aceitas divergências de até 5% (cinco por cento) entre as dimensões e a área constantes do documento de propriedade e as apuradas no levantamento planialtimétrico apresentados. Quando a área real apurada for superior à área do título de propriedade, os índices relativos à LPUOS serão observados em relação aos dados constantes do título.

3.8.4-O Alvará de Licença para Residência Unifamiliar prescreverá em 3 (três) anos, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, desde que não tenha sido concluído o sistema estrutural de fundação.

3.8.4.1-Concluído o sistema estrutural de fundação, o Alvará de Licença para Residência Unifamiliar prescreverá se a obra permanecer paralisada por prazo superior a 2 (dois) anos.

3.8.4.2-Concluída a cobertura, o Alvará de Licença para Residência Unifamiliar não mais prescreverá.

3.8.5-O Alvará de Licença para Residência Unifamiliar, ainda que prescrito, poderá, pagas as taxas devidas, ser revalidado por iguais períodos desde que o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião do pedido de revalidação.

3.8.6-Para fins de comprovação da validade do Alvará de Licença para Residência Unifamiliar, o Dirigente Técnico da Obra poderá informar à FMSP o andamento da obra durante suas etapas até sua total conclusão.

3.8.6.1-Serão consideradas etapas da obra, a conclusão:

- a) do sistema estrutural da fundação;
- b) da cobertura da edificação.

3.8.7-O prazo de validade do Alvará de Licença para Residência Unifamiliar ficará suspenso mediante comprovação, através de documento hábil, da ocorrência de um dos impedimentos a seguir mencionados:

- a) existência de ação judicial que implique em impedimentos à execução da obra;
- b) calamidade pública;
- c) decretação de utilidade pública ou interesse social;
- d) pendência de processo de tombamento.

3.8.8-0 Alvará de Licença para Residência Unifamiliar, enquanto vigente, poderá receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados ou aprovação de projeto modificativo.

3.8.8.1-0 prazo de validade do Alvará de Licença para Residência Unifamiliar ficará suspenso durante o período de análise do pedido de aprovação de projeto modificativo.

3.8.9-Somente serão permitidas alterações na execução da obra, mediante prévia aprovação de projeto modificativo, ressalvada a hipótese prevista no item 3.10.3 deste Código.

3.8.10-0-Alvará de Licença para Residência Unifamiliar, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

- a) revogado, atendendo a relevante interesse público;
- b) cassado, em caso de descumprimento incorrigível por parte do interessado, da licença concedida;
- c) anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.9-ALVARÁ DE LICENÇA PARA OBRA DE PEQUENO PORTE

Por opção do proprietário ou do possuidor, poderá ser requerida a emissão de Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte como procedimento simplificado, alternativo àqueles previstos nas Seções 3.6 (Alvará de Aprovação), 3.7 (Alvará de Execução) e 3.10 (Certificado de Conclusão) para:

- a) implantação de mobiliário em terreno ou em área externa à edificação;
- b) pequena reforma.

3.9.1-Um único Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de obra elencado no "caput" desta Seção.

3.9.2-0 pedido de Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte será instruído com documentação referente ao imóvel e peças gráficas.

3.9.3-0 Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do despacho de deferimento do pedido, se não for iniciada a obra.

3.9.4-O prazo de validade do Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte ficará suspenso mediante comprovação, através de documento hábil, da ocorrência de um dos impedimentos a seguir mencionados:

- a) existência de ação judicial que implique em impedimento à execução da obra;
- b) calamidade pública;
- c) decretação de utilidade pública ou interesse social;
- d) pendência de processo de tombamento.

3.9.5-O Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte poderá, enquanto vigente, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados ou aprovação de projeto modificativo.

3.9.5.1-O prazo de validade do Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte ficará suspenso durante o período de análise do pedido de aprovação de projeto modificativo.

3.9.6-Somente serão permitidas alterações na execução da obra, mediante prévia aprovação de projeto modificativo.

3.9.7-O Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

- a) revogado, atendendo a relevante interesse público;
- b) cassado, em caso de descumprimento incorrigível, por parte do interessado, da licença concedida;
- c) anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.10-CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Mediante procedimento administrativo, o proprietário ou o possuidor, devidamente assistido pelo Dirigente Técnico da Obra, deverá, obrigatoriamente, requerer o Certificado de Conclusão para as obras e serviços concluídos e executados de acordo com o projeto aprovado, para os quais tenham sido expedido Alvará de Execução ou de Licença para Residência Unifamiliar.

3.10.1-A utilização de qualquer edificação somente poderá ocorrer após a expedição do Certificado de Conclusão.

3.10.2-O pedido de Certificado de Conclusão será instruído com documentação referente ao imóvel, Alvará de Execução ou de Licença para Residência Unifamiliar e respectivas peças gráficas e descritivas aprovadas.

3.10.3-Somente poderá ser aceita divergência em relação ao projeto aprovado, quando decorrente de imprecisão não sistemática na execução da obra ou serviço, e desde que as metragens lineares e quadradas constatadas não apresentem variação superior a 5% (cinco por cento) em relação às indicadas no projeto.

3.10.4-Poderá ser concedido Certificado de Conclusão em caráter parcial, para a parte concluída da obra ou serviço, que apresente condições de funcionamento como unidade distinta, possa ser utilizada independentemente da parte restante do conjunto aprovado e atenda às condições de segurança e salubridade.

3.10.5-A expedição do Certificado de Conclusão dependerá da:

- a)prévia solução de multas porventura incidentes sobre a obra ou serviço;
- b)execução, pelo proprietário ou possuidor, do sistema de armazenamento, tratamento e destinação do esgoto, quando se tratar de edificação situada em área desprovida de rede coletora pública.

3.10.6-A validade do Certificado de Conclusão para Sistema Especial de Segurança fica condicionada ao compromisso, pelo interessado, de manutenção do sistema, de acordo com legislação específica.

3.10.6.1-Na hipótese do não atendimento do previsto neste item, o Certificado de Conclusão para Sistema Especial de Segurança poderá, a qualquer tempo e mediante ato da autoridade competente, ser cassado, juntamente com os respectivos Alvarás de Aprovação e de Execução.

3.10.7-O Certificado de Conclusão poderá, a qualquer tempo e mediante ato da autoridade competente, ser:

- a)cassado, em caso de descumprimento incorrigível, por parte do interessado, da licença concedida;
- b)anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.11-CERTIFICADO DE MUDANÇA DE USO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário, a PMSP emitirá Certificado de Mudança de Uso para as edificações existentes que, atendidas a LPUOS e a LOE e sem necessidade de alteração física do imóvel, venham a ter seu uso alterado.

3.11.1-O pedido de Certificado de Mudança de Uso será instruído com documentação referente ao imóvel, peças gráficas e documento que comprove a regularidade da edificação.

3.11.2-A expedição de Certificado de Mudança de Uso dependerá da prévia solução de multas porventura incidentes sobre o imóvel.

- 3.11.3-O Certificado de Mudança de Uso poderá, a qualquer tempo e mediante ato da autoridade competente, ser:
- a) cassado, em caso de descumprimento incorrigível, por parte do interessado, da licença concedida;
 - b) anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.12-ALVARÁ DE INSTALAÇÃO E ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO PARA ELEVADORES E OUTROS APARELHOS DE TRANSPORTE

Mediante procedimento administrativo, o proprietário, devidamente assistido por profissional habilitado, deverá obrigatoriamente requerer Alvará de Instalação e posteriormente Alvará de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte.

- 3.12.1-A instalação e funcionamento de elevadores e outros aparelhos de transporte serão regidos por legislação específica.

- 3.12.2-Poderá ser concedido Alvará de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte em caráter parcial, para parte dos aparelhos ou dos percursos licenciados que apresentem condições de funcionamento e atendam o cálculo de tráfego para todos os andares da edificação a que servirem.

- 3.12.3-Os Alvarás de Instalação e de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transportes poderão a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:
- a) cassados, em caso de descumprimento incorrigível, por parte do interessado, da licença concedida;
 - b) anulados, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

SEÇÃO 3.13-AUTO DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA - AVS

Mediante procedimento administrativo, o proprietário, juntamente com o responsável legal pelo uso ou atividade desenvolvida na edificação, devidamente assistido por profissional habilitado, deverão, obrigatoriamente, requerer o Auto de Verificação de Segurança - AVS, para as edificações existentes que não atendam as condições mínimas de segurança de uso.

- 3.13.1-Para edificações existentes destinadas ao uso habitacional, o Executivo poderá estabelecer procedimento simplificado para a emissão do documento comprobatório das condições mínimas de segurança de uso.

- 3.13.2-O pedido de Auto de Verificação de Segurança será instruído com documentação referente ao imóvel, peças gráficas da edificação existente e laudo técnico de segurança, contendo as obras e serviços propostos, assinados por profissional habilitado e, ainda, Alvará de

Execução ou documento hábil que comprove a regularidade da edificação, expedido para o uso ou atividade desenvolvida.

3.13.3-A PMSP, ao aceitar o projeto de adaptação, emitirá Intimação para Execução de Obras e Serviços - IEOS, para execução das obras e serviços necessários, nos prazos indicados no cronograma físico do laudo técnico de segurança.

3.13.3.1-Independente da aceitação da totalidade da proposta de adaptação, a PMSP deverá, de imediato, intimar o interessado a executar as obras e serviços considerados imprescindíveis, podendo ser emitida intimação complementar, quando da aceitação total da proposta de adaptação.

3.13.3.2-A PMSP poderá fixar prazos diferentes dos previstos no cronograma físico do laudo técnico de segurança.

3.13.4-A Intimação para Execução de Obras e Serviços produzirá os mesmos efeitos dos Alvarás de Aprovação e de Execução, no que se refere ao licenciamento das obras e serviços necessários à adaptação da edificação.

3.13.5-O prazo para cumprimento da Intimação para Execução de Obras e Serviços não poderá exceder a 360 (trezentos e sessenta) dias, podendo ser prorrogado, a critério da PMSP.

3.13.5.1-Prazo menor poderá ser fixado por ato do Executivo.

3.13.6-Findo o prazo fixado e descumprida, parcial ou integralmente, a Intimação para Execução de Obras e Serviços, serão adotadas as medidas fiscais cabíveis.

3.13.6.1-A PMSP poderá autorizar, a pedido do interessado, prazo para o término das obras.

3.13.7-O Auto de Verificação de Segurança será considerado documento hábil para comprovação apenas da regularidade das obras e serviços de adaptação às normas de segurança, executados em decorrência de Intimação para Execução de Obras e Serviços.

3.13.8-A validade do Auto de Verificação de Segurança fica condicionada ao compromisso, pelo interessado, de manutenção do sistema de segurança, de acordo com legislação específica.

3.13.8.1-Na hipótese do não cumprimento do previsto neste item, o Auto de Verificação de Segurança poderá, a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser cassado.

Folha	n.º	44	de proc.
n.º	328	de 19	96
			27

3.13.9-O Auto de Verificação de Segurança poderá, a qualquer tempo e mediante ato da autoridade competente, ser:

- a) cassado, em caso de descumprimento incorrigível, por parte do interessado, da licença concedida;
- b) anulado, em caso de comprovada ilegalidade em sua expedição.

CAPÍTULO 4 - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Os requerimentos referentes aos pedidos de que trata o Capítulo 3 deste Código serão instruídos pelo interessado e analisados frente à legislação Municipal, conforme a sua natureza, observadas as normas edilícias emanadas da FMSP, em especial as prescrições deste Código e da LPUOS, sem prejuízo da observância, por parte do Autor do Projeto e do Dirigente Técnico da Obra, das disposições estaduais e federais pertinentes.

SEÇÃO 4.1-ANÁLISE DOS PROCESSOS ESPECIAIS

Em um único processo poderão ser analisados os diversos pedidos referentes a um mesmo imóvel e anexados também os eventuais pedidos de reconsideração ou recurso.

4.1.1-0 pedido, que apresentar elementos incompletos ou incorretos, ou que necessitar de complementação da documentação exigida por lei ou esclarecimentos, será comunicado para que as falhas sejam sanadas.

4.1.1.1-Caso o comunicado não seja atendido em 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação da chamada, o pedido será indeferido por abandono.

4.1.1.2-0 pedido que apresentar infrações insanáveis às disposições da LOE e LPUOS será indeferido, devendo o motivo ser devidamente discriminado no despacho.

4.1.2-0 prazo para formalização de pedido de reconsideração de despacho ou recurso será de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do despacho de indeferimento, exceto para:

- a) pedido de concessão de Certificado de Conclusão, que será de 60 (sessenta) dias;
- b) pedido de emissão de Auto de Verificação de Segurança - AVS, que será de 15 (quinze) dias.

4.1.2.1-0 protocolamento de reconsideração de despacho ou recurso caracteriza a formalização do pedido.

4.1.2.2-Os pedidos de reconsideração de despacho e recurso serão indeferidos quando formalizados sem o atendimento das exigências que geraram o despacho recorrido ou sem apresentação de fato novo em relação ao despacho anterior.

4.1.3-Deferido o pedido, o prazo para retirada do documento será de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do despacho.

4.1.3.1-Escorado o prazo, referido no item anterior, o processo será arquivado por abandono, sem prejuízo de cobrança de taxas devidas.

SEÇÃO 4.2-PRAZOS PARA DESPACHO DOS PROCESSOS ESPECIAIS

O prazo para despacho não poderá exceder a 90 (noventa) dias, inclusive nos pedidos relativos a reconsideração de despacho ou recurso.

4.2.1-Quando os Alvarás de Aprovação e de Execução forem solicitados concomitantemente, o prazo para a decisão dos mesmos será de 120 (cento e vinte) dias.

4.2.2-Prazos menores poderão ser fixados por ato do Executivo.

4.2.3-O curso desse prazo ficará suspenso durante a pendência do atendimento, pelo requerente, de exigências feitas em comunicado.

4.2.4-Escorado o prazo para decisão do processo relativo à emissão de Alvará de Aprovação, poderá ser requerido Alvará de Execução.

4.2.4.1-Decorridos 30 (trinta) dias deste requerimento, sem decisão no processo de Alvará de Aprovação, a obra ou serviço poderá ser iniciado.

4.2.5-Escorado o prazo para decisão do processo relativo à emissão de Alvará de Execução, inclusive quando solicitado concomitantemente ao Alvará de Aprovação, de Licença para Residência Unifamiliar ou de Licença para Obra de Pequeno Porte, a obra ou serviço poderá ser iniciado.

4.2.6-Iniciada a obra ou serviço, sem que tenha sido emitida a respectiva licença, será de inteira responsabilidade do proprietário ou possuidor e profissionais envolvidos, a adequação da obra às posturas municipais na eventual ocorrência de irregularidade.

4.2.7-Escorado o prazo para decisão do processo relativo a emissão de Certificado de Conclusão, ou de Mudança de Uso, a obra ou serviço poderá ser utilizado a título precário, não se responsabilizando a PMSP por qualquer evento decorrente de falta de segurança ou salubridade.

SEÇÃO 4.3-PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Poderão ser objeto de regulamentação, por ato do Executivo, os procedimentos e prazos diferenciados para exame de pedidos relacionados a:

Folha no	47	de proc.
no	324	do 19 96
		30

- a) órgão ou serviços públicos;
- b) habitação de interesse social e moradia econômica;
- c) edificação geradora de tráfego ou de impacto ambiental;
- d) serviço ou obra que, por sua natureza, admitam procedimentos simplificados.

Folha no 48 de proc. n.º 326 de 1976 31

CAPÍTULO 5 - PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS

A execução de obras, incluindo os serviços preparatórios e complementares, suas instalações e equipamentos, será procedida de forma a obedecer ao projeto aprovado, à boa técnica, às NTO e ao direito de vizinhança, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, da comunidade, das propriedades e dos logradouros públicos, observada em especial a legislação trabalhista pertinente.

SEÇÃO 5.1-CANTEIRO DE OBRAS

O canteiro de obras compreenderá a área destinada à execução e desenvolvimento das obras, serviços complementares e implantação de instalações temporárias necessárias à sua execução, tal como alojamento, escritório de campo e depósito.

5.1.1-Durante a execução das obras será obrigatória a manutenção do passeio desobstruído e em perfeitas condições, conforme legislação municipal vigente, sendo vedada sua utilização, ainda que temporária, como canteiro de obras ou para carga e descarga de materiais de construção, salvo na parte interna dos tapumes que avançarem sobre o logradouro.

5.1.1.1-A implantação de canteiro de obras em local diverso ao da obra dependerá de solicitação de Alvará de Autorização.

5.1.2-Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização do logradouro, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

5.1.3-Será permitida a implantação elevada de alojamento e escritório de canteiro de obras, sobre o passeio, desde que:

- a) a projeção avance, no máximo, até metade do passeio;
- b) seja mantido pé direito mínimo igual a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) sob a projeção;
- c) seja solicitado Alvará de Autorização para avanço de tapume.

SEÇÃO 5.2-FECHAMENTO DO CANTEIRO DE OBRAS

Para todas as construções, excetuadas as casas, será obrigatório o fechamento no alinhamento, do canteiro de obras, por alvenaria ou tapume com altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros).

5.2.1-Durante o desenvolvimento de serviços de fachada nas obras situadas no alinhamento ou dele afastadas até 1,20m (um metro e vinte centímetros) será obrigatório, mediante emissão de Alvará de Autorização, o avanço do tapume sobre

o passeio até, no máximo, metade de sua largura, de forma a proteger o pedestre.

5.2.1.1-Quando a largura livre do passeio resultar inferior a 0,90m (noventa centímetros) e se tratar de obra em logradouro sujeito a intenso tráfego de veículos, deverá ser solicitada autorização para, em caráter excepcional e a critério da PMSP, desviar-se o trânsito de pedestres para parte protegida do leito carroçável.

5.2.1.2-Quando os serviços da obra se desenvolverem a altura superior a 4,00m (quatro metros) do passeio, o tapume será obrigatoriamente mantido no alinhamento, permitida a ocupação do passeio apenas para apoio de cobertura para proteção de pedestres, com pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

5.2.1.3-Concluídos os serviços de fachada, ou paralisada a obra por período superior a 30 (trinta) dias, o tapume será obrigatoriamente recuado para o alinhamento.

SEÇÃO 5.3-PLATAFORMAS DE SEGURANÇA E VEDAÇÃO EXTERNA DAS OBRAS

Nas obras ou serviços que se desenvolverem a altura superior a 9,00m (nove metros), será obrigatória a execução de:

- a) plataformas de segurança a cada 8,00m (oito metros) ou 3 (três) pavimentos;
- b) vedação externa que a envolva totalmente.

5.3.1-As plataformas de segurança poderão ser substituídas por vedação fixa externa, em toda altura da construção (andaimes fachadeiros).

✓

Folha no	58	de proc.
n.º	326	de 19 96
33		

CAPÍTULO 6 - PROCEDIMENTOS FISCAIS

Toda obra, em execução ou concluída, poderá ser vistoriada pela PMSP, devendo ser garantido ao servidor municipal, incumbido desta atividade, livre acesso ao local.

SEÇÃO 6.1-VERIFICAÇÃO DO LICENCIAMENTO DA OBRA

Deverá ser mantido no local da obra o documento que comprove a regularidade de sua execução, sob pena de intimação pessoal, ou na impossibilidade, com testemunhas, e autuação, nos termos deste Código e legislação pertinente. *

6.1.1-Para os fins de ação fiscal considera-se:

- a) início de obra: a execução de qualquer serviço que modifique as condições da situação existente no imóvel;
- b) obra licenciada: toda obra decorrente de Comunicação, Alvará de Autorização, Alvará de Execução, Alvará de Licença para Residência Unifamiliar e Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte.

6.1.1.1-Também é considerada licenciada a execução de obra de adaptação às normas de segurança decorrente de Intimação de Execução de Obras e Serviços - IEOS.

6.1.1.2-Se ocorrer baixa de responsabilidade técnica sem assunção dessa responsabilidade por novo Dirigente Técnico, a obra em execução será considerada como não licenciada, cabendo a aplicação das penalidades correspondentes.

6.1.2-A falta de documento comprobatório do licenciamento da obra no local de sua execução determinará a autuação e a intimação do proprietário ou possuidor e do Dirigente Técnico da Obra, se houver, para, no prazo de até 5 (cinco) dias, regularizarem a situação, sob pena de embargo da obra.

6.1.3-Decorrido o prazo, não cumprida a intimação referida no item anterior ou constatada execução de obra em desacordo com a licença concedida, a fiscalização da PMSP deverá:

- a) lavrar Auto de Embargo;
- b) lavrar Auto de Infração e Multa;
- c) intimar o infrator para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar ter requerido a licença, em caso de obra sem licença, ou regularizar a situação, em caso de obra licenciada.

6.1.3.1-No caso de obra licenciada, as providências consignadas neste item somente serão adotadas após

vistoria técnica a ser efetivada por profissional municipal habilitado.

6.1.3.2-Durante o embargo, tratando-se de obra licenciada, só será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação das infrações.

6.1.3.3-Em se tratando de obra licenciada, o embargo somente cessará após a eliminação das infrações que o motivaram e o pagamento das multas impostas.

6.1.3.4-Em se tratando de obra sem licença, o embargo somente cessará após o cumprimento de todas as seguintes condições:

- a)apresentação de um dos seguintes documentos, conforme o caso: Comunicação, Alvará de Autorização, Alvará de Execução, Alvará de Licença para Residência Unifamiliar, Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte ou Intimação para Execução de Obras e Serviços - IEOS;
- b)eliminação de eventuais divergências da obra em relação às condições indicadas, autorizadas, licenciadas ou intimadas;
- c)pagamento das multas impostas.

6.1.4-Lavrado o embargo e decorrido o prazo da intimação referida na alínea "c" do item 6.1.3, se o infrator não comprovar ter requerido a licença ou não colocar a obra de acordo com a licença concedida, obedecido ou não o embargo, caberá a aplicação de penalidade, renovável a cada 90 (noventa) dias, até que a situação seja regularizada e informada, por escrito, à PMSP.

6.1.4.1-No prazo de 5 (cinco) dias, contados da informação por escrito à repartição competente, a PMSP deverá proceder às verificações necessárias.

6.1.5-No prazo de 10 (dez) dias, a contar da lavratura do Auto de Embargo, a obra será vistoriada e, se constatada desobediência, será expedido Auto de Infração e Multa e solicitado auxílio de força policial para manutenção do embargo.

6.1.5.1-Para os efeitos desta lei, considera-se desobediência ao embargo a continuação de trabalhos na obra sem licença ou o não atendimento das condições previstas no subitem 6.1.3.2.

6.1.6-Por ocasião da utilização do auxílio policial, verificada a desobediência ao embargo nos termos do subitem 6.1.5.1, serão lavrados:

- a)Auto de Desobediência;

b) novo Auto de Infração e Multa por desobediência ao embargo.

6.1.6.1-Lavrado o Auto de Desobediência, será requerida a imediata abertura de inquérito policial, para a apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência previsto no Código Penal, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

6.1.7-Após a lavratura do Auto de Desobediência, a multa por desobediência ao embargo será renovada automaticamente a cada 10 (dez) dias, até que a situação seja regularizada e informada, por escrito, à PMSP.

6.1.7.1-No prazo de 5 (cinco) dias, contados da informação por escrito à repartição competente, a PMSP deverá proceder às verificações necessárias.

6.1.8-Lavrado o Auto de Desobediência e aberto o inquérito policial, expediente contendo os elementos das medidas adotadas será encaminhado para ajuizamento da ação cabível, sem prejuízo da incidência de multas, no caso da situação não ser regularizada.

6.1.9-As obras relativas à segurança de uso das edificações e dos equipamentos aplicam-se as disposições estabelecidas em legislação específica, bem como, no que couber, as previstas nesta Seção.

SEÇÃO 6.2-VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DA OBRA CONCLUÍDA

A utilização de qualquer obra somente poderá ocorrer após a expedição de documento que comprove a sua regularidade, sob pena de intimação pessoal ou, na impossibilidade, com testemunhas, e autuação nos termos deste Código e legislação pertinente.

6.2.1-A falta de Certificado de Conclusão ou documento equivalente que comprove a regularidade da obra concluída, determinará a intimação do proprietário ou possuidor para, no prazo de até 10 (dez) dias, apresentar o documento comprobatório de sua regularização, sob pena de aplicação de multas.

6.2.1.1-O Auto de Verificação de Segurança - AVS é considerado documento equivalente ao Certificado de Conclusão, apenas para comprovação da regularidade das obras e serviços de adaptação às condições de segurança de uso, executados em decorrência de Intimação de Execução de Obras e Serviços - IEOS.

6.2.1.2-O Alvará de Funcionamento de Local de Reunião, o Alvará de Instalação e o Alvará de Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte

não são considerados documentos equivalentes ao Certificado de Conclusão.

6.2.2-Decorrido o prazo, não cumprida a intimação, a fiscalização da PMSP deverá lavrar Auto de Infração e Multa ao infrator, renovável a cada 180 (cento e oitenta) dias, até que seja sanada a irregularidade e informada, por escrito, à PMSP.

6.2.3-Concomitantemente à aplicação da primeira renovação da multa de que trata o item 6.2.2, expediente contendo os elementos das medidas adotadas será encaminhado para ajuizamento da ação cabível, sem prejuízo da incidência de multas, no caso da situação não ser regularizada.

6.2.4-As obras relativas à segurança de uso das edificações e dos equipamentos aplicam-se as disposições estabelecidas em legislação específica, bem como, no que couber, as previstas nesta Seção.

SEÇÃO 6.3-VERIFICAÇÃO DE ESTABILIDADE E SEGURANÇA DA OBRA

Toda obra, em execução ou concluída, deverá apresentar condições de estabilidade e segurança, sob pena de intimação pessoal ou, na impossibilidade, com testemunhas, e autuação, nos termos deste Código e legislação pertinente.

6.3.1-Para os efeitos desta seção, considera-se obra, dentre outras, as construções, as edificações, os serviços e os equipamentos.

6.3.2-Verificada a inexistência de condições de estabilidade ou segurança da obra, em execução ou concluída, o proprietário, ou possuidor, e o Dirigente Técnico da Obra, se houver, serão intimados a promover, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o início das medidas necessárias à solução da irregularidade.

6.3.2.1-Quando a inexistência de condições de estabilidade ou de segurança for gerada por outras obras, fatos ou atividades independentes do imóvel objeto da verificação, a intimação será dirigida ao responsável pela obra ou evento causador dos danos.

6.3.3-Constatado perigo de ruína, o proprietário ou o possuidor será intimado a dar início imediato às obras de emergência, devidamente assistido por profissional habilitado.

6.3.4-Concomitantemente à intimação referida no item 6.3.3, poderá ocorrer a interdição parcial ou total do imóvel e,

se necessário, de sua vizinhança, dando-se ciência aos proprietários ou possuidores e ocupantes dos imóveis.

6.3.4.1-A interdição perdurará até que a infração seja sanada.

6.3.4.2-Durante a interdição, somente será permitida a execução das obras indispensáveis à eliminação da irregularidade constatada.

6.3.5-O não cumprimento da intimação para a regularização necessária ou a desobediência à interdição, eximirá a PMSP de responsabilidade pelos danos decorrentes de possível sinistro e implicará na responsabilização exclusiva do intimado.

6.3.5.1-Para os efeitos deste Código, considera-se desobediência à interdição, a continuidade da utilização da obra interditada, ou o não atendimento às disposições do subitem 6.3.4.2.

6.3.6-Decorrido o prazo, não cumprida a intimação referida no item 6.3.2 ou no item 6.3.3, a fiscalização da PMSP deverá lavrar Auto de Infração e Multa ao infrator, renovável a cada 90 (noventa) dias, até que a situação seja regularizada e informada, por escrito, a PMSP.

6.3.6.1-No prazo de 5 (cinco) dias, contados da informação por escrito à repartição competente, a PMSP deverá proceder às verificações necessárias.

6.3.7-Constatada a desobediência à interdição, a fiscalização da PMSP deverá lavrar Auto de Infração e Multa ao infrator e solicitar auxílio de força policial para manutenção da medida.

6.3.7.1-Par ocasião da utilização do auxílio policial, permanecendo a desobediência à interdição nos termos do subitem 6.3.5.1, serão lavrados:

a)Auto de Desobediência;

b) novo Auto de Infração e Multa por desobediência à interdição.

6.3.7.2-Lavrado o Auto de Desobediência, será requerida, a critério da PMSP, a imediata abertura de inquérito policial para apuração da responsabilidade do infrator pelo crime de desobediência, previsto no Código Penal, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

6.3.8-Constatada a desobediência à interdição após a lavratura do Auto de Desobediência, a multa pelo não cumprimento à intimação ou pela desobediência à interdição será renovada

automaticamente a cada 10 (dez) dias, até que a situação seja regularizada e informada, por escrito, à PMSP.

6.3.8.1-No prazo de 5 (cinco) dias, contados da informação por escrito à repartição competente, a PMSP deverá proceder às verificações necessárias.

6.3.9-Lavrado o Auto de Desobediência e aberto o inquérito policial, expediente contendo os elementos das medidas adotadas será encaminhado para ajuizamento da ação cabível, sem prejuízo da incidência de multas, no caso da situação não ser regularizada.

6.3.10-A execução das obras de emergência não desobriga o proprietário ou o possuidor do imóvel do cumprimento das formalidades obrigatórias à regularização da obra, quando necessário, sob pena de aplicação dos procedimentos fiscais previstos neste Código.

6.3.11-Não sendo atendida a intimação no prazo estipulado, os serviços, quando imprescindíveis à estabilidade da obra, poderão ser executados pela PMSP e cobrados em dobro, com correção monetária, do proprietário ou possuidor, ou, nos termos do subitem 6.3.2.1, do responsável pela obra ou evento causador dos danos, sem prejuízo da aplicação de multas e cobrança de honorários profissionais cabíveis.

6.3.12-Constatado perigo de ruína, independentemente de intimação, o proprietário ou possuidor do imóvel, assistido por profissional habilitado, poderá dar início imediato às obras emergenciais, comunicando à PMSP, nos termos da alínea "b" da Seção 3.3 do Capítulo 3 deste Código.

6.3.12.1-Comunicada a execução das obras emergenciais, a PMSP, em vistoria ao imóvel, verificará a real necessidade de execução das mesmas.

6.3.13-Concluídas as obras emergenciais, o proprietário ou o possuidor do imóvel será intimado, quando necessário, a regularizá-las, nos termos da legislação vigente, sob pena de aplicação dos procedimentos fiscais previstos neste Código.

6.3.14-Às obras relativas à segurança de uso das edificações e dos equipamentos aplicam-se as disposições estabelecidas em legislação específica, bem como, no que couber, as previstas nesta Seção.

SEÇÃO 6.4-PENALIDADES

A execução de obra sem prévio licenciamento ou em desacordo com a licença expedida e quaisquer outras infrações à LOE sujeitam o

infrator à aplicação das penalidades previstas na Tabela constante do Anexo III deste Código.

6.4.1-Independentemente do estabelecido nas seções 6.1 a 6.3, todas as demais infrações determinarão a autuação e a intimação do infrator cabendo, na dependência de cada caso, reaplicação da multa.

6.4.2-Para os efeitos deste Código, considera-se infrator o proprietário ou possuidor do imóvel e, quando for o caso, o responsável legal pelo uso, o Dirigente Técnico da obra e, nos termos do subitem 6.3.2.1, o responsável pela obra ou evento causador dos danos.

6.4.2.1-Respondem também pelo proprietário ou pelo possuidor do imóvel, os seus sucessores a qualquer título, bem como o síndico, quando a infração ocorrer em área comum de condomínio.

6.4.3-A inobservância de qualquer disposição legal ensejará a lavratura do competente Auto de Infração e Multa, com notificação simultânea ao infrator para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar ou apresentar defesa à autoridade competente, sob pena de confirmação da penalidade imposta e de sua subsequente inscrição como dívida ativa.

6.4.3.1-O infrator será notificado pessoalmente, e caso se recuse a receber o auto ou não seja localizado, a notificação será feita por via postal, com aviso de recebimento, ou por edital.

6.4.4-Do despacho decisório que desacolher a defesa, caberão sucessivamente:

- a) pedido de reconsideração, dirigido à mesma autoridade que proferiu a decisão;
- b) recurso dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que proferiu a decisão ou reconsideração, mediante depósito prévio do valor da multa discutida;
- c) recurso dirigido ao Prefeito.

6.4.4.1-O prazo fixado para a apresentação do pedido de reconsideração de despacho ou recurso é de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação do despacho.

6.4.4.2-Os pedidos de defesa, reconsideração e recursos, terão, respectivamente, prazo de 30 (trinta) dias para exame e despacho decisório.

6.4.5-As pendências administrativas ou judiciais referentes à imposição das multas estabelecidas neste Código suspenderão, provisoriamente, a inscrição e a cobrança da dívida correspondente.

6.4.6-As multas administrativas impostas na conformidade deste Código, não pagas nas épocas próprias, ficam sujeitas à atualização monetária e acréscimo de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, contados do mês seguinte ao do vencimento, sem prejuízo, quando for o caso, dos honorários advocatícios, custas e demais despesas judiciais, nos termos que dispuser a legislação pertinente.

6.4.6.1-Quando procedente o recurso interposto, o valor do depósito prévio será devolvido, atualizado monetariamente, de conformidade com o que dispuser a legislação pertinente.

6.4.7-A aplicação das multas administrativas estabelecidas neste Código não exime o infrator das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade por crime de desobediência contra a administração pública previsto na legislação penal.

6.4.8-Os valores das multas por desobediência ao embargo ou à interdição serão iguais àqueles definidos na Tabela constante do Anexo III deste Código, aplicados por ocasião do embargo ou da interdição.

6.4.9-Os valores das multas aplicadas ao Dirigente Técnico da obra serão iguais àqueles aplicados ao proprietário ou possuidor.

6.4.10-Os valores das multas por inobservância às disposições deste Código, referentes a imóveis alcançados pela legislação de preservação, poderão atingir até 10 (dez) vezes o estipulado na Tabela constante do Anexo III deste Código.

6.4.10.1-O disposto neste item será regulamentado por ato do Executivo.

6.4.11-As penalidades pela inexistência de Alvarás de Instalação e Funcionamento para Elevadores e outros Aparelhos de Transporte serão as previstas em legislação específica.

6.4.12-As obras relativas à segurança de uso das edificações e dos equipamentos aplicam-se as penalidades estabelecidas em legislação específica, bem como, no que couber, as previstas nesta Seção.

CAPÍTULO 7 - EDIFICAÇÕES EXISTENTES

As alterações nas edificações regularmente existentes ou a continuidade de uso das edificações existentes e em desacordo com a legislação, são regidas pelas disposições deste Capítulo.

SEÇÃO 7.1 -NORMAS GERAIS

7.1.1-Considera-se edificação regularmente existente aquela que tem sua regularidade comprovada por documento hábil.

7.1.1.1-Uma edificação será considerada regularmente existente, ainda que sua área edificada real seja menor, ou apresente divergência de, no máximo, 5% (cinco por cento) para maior, em relação à área constante no documento utilizado para a comprovação de sua regularidade.

7.1.2-As alterações de área construída, decorrentes de soluções alternativas de proteção contra incêndio aceitas pela PMSP, não serão consideradas reforma, nos termos deste Código.

7.1.3-A edificação existente, executada sem prévia licença da PMSP ou que esteja em desacordo com a licença expedida, poderá ser regularizada, desde que atendidas as prescrições da LPUOS e da LOE, pagas as taxas e multas devidas, expedindo-se o Auto de Regularização, nos termos da legislação específica.

7.1.4-As pequenas reformas terão o seu licenciamento facilitado, no que diz respeito à apresentação de projeto e documentação simplificada, bem como na rápida tramitação e solução dos pedidos, conforme disposições da Seção 3.9 do Capítulo 3, deste Código.

7.1.5-Os reparos nas edificações poderão ser efetuados, segundo as seguintes condições:

I-Nos dois primeiros andares da parte externa e na parte interna, sem a necessidade de prévio consentimento da PMSP;

II-Na parte externa, acima do segundo andar, mediante apresentação de Comunicação previamente à sua execução;

III-Na parte externa das edificações construídas no alinhamento, mediante pedido de Alvará de Autorização para o avanço de tapume sobre parte do passeio público.

7.1.6-Qualquer intervenção em imóvel alcançado pela legislação de preservação, inclusive os reparos, dependerá da anuência prévia dos órgãos competentes.

SEÇÃO 7.2-REFORMAS

A edificação regularmente existente poderá ser reformada, mediante prévio pedido de Alvarás de Aprovação e de Execução, ou de Licença para Residência Unifamiliar, desde que a edificação resultante não crie nem agrave eventual desconformidade com a LOE ou com a LPUOS.

7.2.1-A edificação existente irregular, no todo ou em parte, que atenda ao disposto na LOE e na LPUOS, poderá ser concomitantemente regularizada e reformada, pagas as taxas e multas devidas.

7.2.1.1-Será expedido Auto de Regularização para a área a ser regularizada e Alvarás de Aprovação e de Execução ou de Licença para Residência Unifamiliar para a reforma pretendida.

7.2.2-A edificação existente irregular, no todo ou em parte, que não atenda ao disposto na LOE e na LPUOS na parte a ser regularizada, poderá ser reformada, desde que seja prevista a supressão da infração, devendo ser expedidos concomitantemente os Alvarás de Aprovação e de Execução ou de Licença para Residência Unifamiliar para a reforma pretendida.

7.2.2.1-Após a execução das obras, será expedido o Auto de Regularização para o existente e o Certificado de Conclusão para a reforma.

7.2.2.2-O Auto de Regularização poderá ser expedido após a execução das obras necessárias à supressão da infração, mesmo que a reforma não tenha sido executada.

7.2.2.3-O Certificado de Conclusão, ainda que parcial, somente será concedido após a supressão da infração.

7.2.3-Nas edificações a serem reformadas com mudança de uso e em comprovada existência regular em período de 10 (dez) anos, poderão ser aceitas, para a parte existente e a critério da FMSP, soluções que, por implicações de caráter estrutural, não atendam integralmente às disposições previstas na LOE ou na LPUOS relativas a dimensões e recuos, desde que sejam:

- a) garantidas as condições de salubridade;
- b) adaptadas às condições de segurança.

Folha n.º	60	de proc.
n.º	326	de 19 96
		43

SEÇÃO 7.3-RECONSTRUÇÕES

A edificação regularmente existente poderá ser reconstruída, no todo ou em parte, devendo adaptar-se às condições de segurança.

7.3.1-A reconstrução de qualquer edificação, caso se pretenda introduzir alterações em relação à edificação anteriormente existente, será enquadrada como reforma.

7.3.2-A edificação irregular não poderá ser reconstruída.

7.3.3-A PMSP poderá recusar, no todo ou em parte, a reconstrução, nos moldes anteriores, de edificação com índices e volumetria em desacordo com o disposto na LOE ou na LPUOS que seja considerada prejudicial ao interesse urbanístico.

CAPÍTULO 8 - USO DAS EDIFICAÇÕES

Para efeito das disposições constantes neste Código, as edificações serão agrupadas conforme sua finalidade se assemelhar, no todo ou em parte, a uma ou mais das atividades previstas neste Capítulo.

SEÇÃO 8.1-HABITAÇÃO

Destinadas à moradia de caráter permanente, podendo ser unifamiliar, multifamiliar ou coletiva, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a) casa;
- b) prédio de apartamentos;
- c) moradia de religiosos, de estudantes;
- d) orfanato, asilo.

SEÇÃO 8.2-COMÉRCIO E SERVIÇO

Destinadas à comercialização de mercadorias ou prestação de serviços administrativos ou pessoais, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a) venda de mercadorias em geral;
- b) venda e consumo de alimentos e bebidas;
- c) venda de bens ou serviços;
- d) instituição financeira;
- e) escritório administrativo, técnico, de administração pública, consultório;
- f) serviço de limpeza, de manutenção, de reparo;
- g) manufatura em escala artesanal;
- h) tratamento estético, instituto de beleza.

SEÇÃO 8.3-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE.

Destinadas à prestação de serviços de assistência à saúde em geral, inclusive veterinária, com ou sem internação, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a) clínica médica, odontológica, radiológica, de recuperação física ou mental;
- b) ambulatório;
- c) pronto-socorro;
- d) posto de saúde, de puericultura;
- e) hospital, casa de saúde;
- f) banco de sangue, laboratório de análises.

SEÇÃO 8.4-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Destinadas à prestação de serviços de educação e ensino em geral, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a) creche, escola maternal, pré-escola;
- b) ensino de primeiro e segundo graus;
- c) curso supletivo, de madureza, preparatório;
- d) ensino técnico profissionalizante;
- e) ensino superior, pós-graduação;
- f) curso livre.

SEÇÃO 8.5-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM

Destinadas à prestação de serviços de hospedagem ou moradia de caráter temporário, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a) hotel, hotel-residência, motel;
- b) pensão, pensionato, hospedaria, albergue.

SEÇÃO 8.6-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS

Destinadas à prestação de serviços de guarda, abastecimento, limpeza, manutenção ou reparo, com ou sem comercialização de produtos, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a) estacionamento, edifício-garagem;
- b) posto de abastecimento, de lavagem, de serviços;
- c) oficina mecânica;
- d) venda de acessórios com serviços destinados à sua instalação;
- e) concessionária de veículos;
- f) garagem de caminhão, de ônibus.

SEÇÃO 8.7-INDÚSTRIA, OFICINA E DEPÓSITO

Destinadas à extração, beneficiamento, desdobramento, transformação, manufatura, montagem, manutenção ou guarda de matérias-primas ou mercadorias de origem mineral, vegetal ou animal, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a) pedreira, areal;
- b) beneficiamento de leite;
- c) serraria, carpintaria, marcenaria;
- d) serralheria;
- e) gráfica, tipografia;
- f) tecelagem, confecção;
- g) químico, farmacêutico;
- h) matadouro, frigorífico;
- i) beneficiamento de borracha natural ou sintética;
- j) aparelho elétrico ou eletrônico;

- l)veículo, máquina;
- m)estocagem de mercadorias, com ou sem comercialização;
- n)terminal particular de carga.

SEÇÃO 8.8-LOCAL DE REUNIÃO

Destinadas a abrigar eventos ou atividades geradoras de público, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a)cinema, auditório, teatro, sala de concerto;
- b)templo religioso;
- c)salão de festa, de dança, casa de espetáculo, boate;
- d)ginásio, estádio, recinto para competição;
- e)recinto para exposição, leilão, museu;
- f)biblioteca e demais acervos.

SEÇÃO 8.9-PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO OU ESPORTE

Destinadas à prática de atividade física ou lazer, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a)clube esportivo, recreativo;
- b)academia de esportes em geral, de ginástica, de dança;
- c)local de jogo, fliperama, boliche.

SEÇÃO 8.10-ATIVIDADE E SERVIÇO DE CARÁTER ESPECIAL

Destinadas a abrigar atividades específicas, não enquadráveis nas demais Seções deste Capítulo, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a)delegacia;
- b)casa de detenção;
- c)quartel;
- d)terminal de carga, de passageiros;
- e)velório, cemitério;
- f)parque público;
- g)centro de pesquisa médico-científica;
- h)instalação, terminal e pátio de manobra de ferrovia, de metrô;
- i)torre de transmissão.

SEÇÃO 8.11-ATIVIDADE TRANSITÓRIA

Destinadas a abrigar atividades de caráter não permanente, incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

- a)circo;
- b)parque de diversão;
- c)feira promocional.

Folha n.º	64	de proc.
n.º	326	de 19 96
		47

CAPÍTULO 9 - COMPONENTES - MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS

Além do atendimento às disposições deste Código, os componentes das edificações deverão atender às especificações constantes das NTO.

SEÇÃO 9.1-DESEMPENHO

O dimensionamento, especificação e emprego dos materiais e elementos construtivos deverão assegurar a estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos.

9.1.1-O desempenho obtido pelo emprego de componentes, em especial daqueles ainda não consagrados pelo uso, ou quando em utilizações diversas das habituais, será de inteira responsabilidade do profissional que os tenha especificado ou adotado.

9.1.2-A FMSP poderá impedir o emprego de componentes considerados inadequados, que possam vir a comprometer o desempenho desejável, bem como referendar a utilização daqueles cuja qualidade seja notável.

9.1.3-As edificações e equipamentos deverão assegurar condições de acesso, circulação e uso por pessoas idosas ou portadoras de deficiência, nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo e das disposições específicas deste Código.

9.1.4-As edificações e equipamentos deverão observar os princípios básicos de conforto, higiene e salubridade, de forma a não transmitir aos imóveis vizinhos e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

9.1.4.1-Visando o controle da proliferação de zoonoses, os componentes das edificações, bem como instalações e equipamentos deverão dispor de condições que impeçam o acesso e alojamento de animais transmissores de moléstias, observadas as normas específicas emanadas dos órgãos municipais competentes.

SEÇÃO 9.2-COMPONENTES BÁSICOS

Os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, estruturas, paredes e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústicos, estabilidade e impermeabilidade adequados à sua função e porte, especificados e dimensionados por profissional habilitado, de acordo com as NTO.

9.2.1-As fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote e considerar as interferências para com as edificações vizinhas, logradouros e instalações de serviços públicos.

9.2.2-A parede que estiver em contato direto com o solo deverá ser impermeabilizada.

9.2.2.1-O revestimento externo das fachadas voltadas para o quadrante sul, quando de natureza permeável, deverá receber tratamento impermeabilizante.

9.2.3-Os andares acima do solo, que não forem vedados por paredes perimetrais, deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra queda, resistente a impactos e pressão, com altura mínima de 0,90m (noventa centímetros).

9.2.4-Quando se tratar de edificações agrupadas horizontalmente, a estrutura de cobertura de cada unidade autônoma será independente, devendo a parede divisória entre as unidades chegar até a face inferior da telha.

SEÇÃO 9.3-INSTALAÇÕES PREDIAIS

A execução de instalações prediais, tais como as de água potável, água pluvial, esgoto, luz, força, pára-raio, telefone, gás e guarda de lixo, observarão, em especial, as NTC.

9.3.1-As águas pluviais, de drenagem subterrânea, de lavagem de garagem e piscina, deverão ser conduzidas à sarjeta defronte ao imóvel, por tubulação sob o passeio.

9.3.1.1-Quando a vazão de águas pluviais exigir tubulações de diâmetro superior a 100mm (cem milímetros) deverá ser solicitada ao órgão competente a ligação da mesma a uma boca de lobo ou a um poço de visita.

9.3.2-O despejo de águas servidas deverá ser conduzido à rede coletora de esgotos.

9.3.2.1-O lançamento de efluentes tratados e descontaminados nas galerias de águas pluviais poderá ser autorizado, em casos especiais, mediante parecer dos órgãos competentes.

9.3.3-As águas pluviais, servidas ou de drenagem, inclusive aquelas provenientes do funcionamento de equipamentos, não poderão ser lançadas sobre as calçadas e os imóveis vizinhos.

9.3.4-A critério do órgão estadual competente, poderá ser exigido que a edificação seja dotada de compartimento, em local de fácil acesso, para a instalação de equipamentos destinados ao fornecimento de energia elétrica, inclusive quando localizada em zonas de uso onde haja expressa dispensa da observância do recuo de frente.

9.3.5-Os recipientes de gás deverão ser armazenados fora das edificações, em ambiente exclusivo dotado de aberturas para ventilação permanente.

9.3.5.1-Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo as normas emanadas do órgão competente.

9.3.6-Visando o controle da proliferação de zoonoses, os abrigos destinados à guarda de lixo deverão ser executados de acordo com as normas emanadas do órgão municipal competente, ficando proibida a instalação de tubos de queda de lixo.

9.3.6.1-Todas as edificações com área superior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) e as edificações com qualquer área em que sejam comercializados e manipulados produtos "in natura" ou perecíveis deverão ser dotadas de abrigo destinado à guarda de lixo, localizado no interior do lote e com acesso direto ao logradouro.

9.3.6.2-O disposto no subitem anterior não se aplica às casas.

9.3.6.3-As edificações destinadas a hospitais, farmácias, clínicas médicas ou veterinárias e assemelhados, deverão ser providas de instalação especial para coleta e eliminação do lixo séptico, de acordo com as normas emanadas do órgão competente, distinguindo-se da coleta pública de lixo comum, sendo dispensado o atendimento ao disposto no subitem 9.3.6.1.

9.3.7-As edificações situadas em áreas desprovidas de rede coletora pública deverão ser providas de instalações destinadas ao armazenamento, tratamento e destinação de esgoto, de acordo com as NTO.

9.3.7.1-O projeto do sistema será apresentado quando da solicitação de Alvará de Aprovação para edificação nova ou de Alvará de Licença para Residência Unifamiliar.

SEÇÃO 9.4-EQUIPAMENTOS MECÂNICOS

Todo equipamento mecânico, inclusive os elevadores e outros aparelhos de transporte vertical, independentemente de sua posição no imóvel, deverá ser instalado de forma a não transmitir ao imóvel vizinho e aos logradouros públicos ruídos, vibrações, gases, odores, fumaças e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios a fim de garantir a segurança e a qualidade ambiental da vizinhança.✓

9.4.1-Os guindastes, pontes-rolantes e outros equipamentos assemelhados que possuïrem altura superior a 9,00m (nove metros) ficarão condicionados a afastamento mínimo de 3,00m (três metros) das divisas do lote.

9.4.2-As balanças para pesagem de veículos poderão se situar em qualquer posição no imóvel, inclusive nas faixas de recuos previstos pela LPUOS.

9.4.3-Os equipamentos mecânicos, independentemente do porte, não serão considerados como área edificada.

9.4.4-Incluem-se nas disposições do "caput" desta Seção os geradores de energia, os fornos, os incineradores, as caldeiras, os equipamentos de exaustão de cozinhas comerciais e industriais, e as cabines de pinturas situados no imóvel.

SEÇÃO 9.5-EQUIPAMENTOS MECÂNICOS DE TRANSPORTE VERTICAL DE PASSAGEIROS - ELEVADORES

O equipamento mecânico de transporte vertical de passageiros não poderá se constituir no único meio de circulação e acesso às edificações.

9.5.1-Deverá ser servida por elevador a edificação que apresente, pelo menos, uma das seguintes características:

- a) mais de 5 (cinco) andares;
- b) desnível entre o pavimento do andar mais baixo, inclusive se destinado a estacionamento, e o pavimento do andar mais alto, superior a 12,00m (doze metros);
- c) mais de um andar, lotação superior a 600 (seiscentas) pessoas e que não disponha de rampa para circulação vertical.

9.5.1.1-O disposto neste item não se aplica às casas.

9.5.1.2-No cômputo dos andares e no cálculo do desnível não serão considerados o ático, o pavimento de cobertura e o andar destinado exclusivamente à residência do zelador ou ao uso privativo de andar contíguo.

9.5.1.3-Deverá dispor de, no mínimo:

- a)um elevador, a edificação com até 10 (dez) andares ou que apresente o desnível de que trata a alínea "b" deste item, igual ou inferior a 24,00m (vinte e quatro metros);
- b)dois elevadores, a edificação com mais de dez andares ou que apresente o desnível de que trata a alínea "b" deste item, superior a 24,00m (vinte e quatro metros).

9.5.2-Com a finalidade de assegurar o uso por pessoas portadoras de deficiência, o único ou pelo menos um dos elevadores, quando obrigatório, deverá:

- a)servir a todos os andares da edificação;
- b)estar situado em local a elas acessível;
- c)estar situado em nível com o pavimento a que servir ou estar interligado ao mesmo por rampa;
- d)ter cabine com dimensões internas mínimas de 1,10m (um metro e dez centímetros) por 1,40m (um metro e quarenta centímetros);
- e)ter porta com vão de 0,80m (oitenta centímetros);
- f)servir ao estacionamento em que haja previsão de vagas de veículos para pessoas portadoras de deficiência.

9.5.3-Todos os andares da edificação deverão ser servidos, obrigatoriamente, pelo número mínimo de elevadores estabelecido no item 9.5.1.

9.5.3.1-Os demais elevadores poderão ter parada em andares alternados, desde que o desnível entre seus acessos e os pavimentos a que servirem seja, no máximo, de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), vencido através de escada ou rampa.

9.5.3.2-O disposto no subitem anterior não se aplica ao elevador destinado ao uso de pessoas portadoras de deficiência, que deverá servir todos os andares da edificação.

9.5.3.3-O disposto neste item não se aplica ao ático, ao pavimento de cobertura e ao andar destinado exclusivamente à residência de zelador ou ao uso privativo de andar contíguo.

9.5.4-A área do poço de qualquer equipamento mecânico de transporte vertical será considerada no cálculo da área edificada de apenas um único andar.

9.5.5-O espaço de circulação fronteiro às portas dos elevadores, em qualquer andar, deverá ter dimensão não inferior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

9.5.6-O hall de acesso a, no mínimo, um elevador deverá ser interligado à circulação vertical da edificação por espaço de circulação com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

9.5.6.1-Os demais elevadores poderão ter esta interligação garantida por espaço de circulação com largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros).

9.5.6.2-A interligação por espaço de circulação com largura mínima de 0,80 (oitenta centímetros) será dispensada se o elevador que serve o hall considerado possuir sistema que, comprovadamente, garanta sua movimentação, em caso de pane no sistema ou falta de energia elétrica, até um andar que tenha comunicação com uma saída.

SEÇÃO 9.6-EDIFICAÇÃO DE MADEIRA

A edificação que possuir estrutura e vedação em madeira deverá ter componentes que garantam padrão de desempenho correspondente ao estabelecido nas Seções deste Capítulo, quanto ao isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústicos, estabilidade e impermeabilidade, atendidas as demais disposições deste Código.

9.6.1-A resistência ao fogo deverá ser otimizada, através de tratamento adequado, para retardamento da combustão.

9.6.2-Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

9.6.3-A edificação de madeira deverá observar os seguintes parâmetros:

- a) máximo de 2 (dois) andares;
- b) altura máxima de 8,00m (oito metros), contados do pavimento do andar inferior até o teto do andar superior, excluindo o telhado;
- c) afastamento mínimo de 3,00m (três metros) de qualquer ponto das divisas ou outra edificação;
- d) afastamento mínimo de 5,00m (cinco metros) de outra edificação de madeira.

9.6.3.1-Poderão ser aceitos, a critério da PMSP, parâmetros diversos dos estabelecidos neste item, desde que a solução adotada garanta, comprovadamente, a segurança da vizinhança e dos usuários da edificação.

CAPÍTULO 10 - IMPLANTAÇÃO, AERAÇÃO E INSOLAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

A implantação de qualquer edificação, obra complementar ou mobiliário no lote, além do atendimento às disposições previstas na LPUOS, aos afastamentos em relação às águas correntes ou dormentes, faixas de domínio público de rodovias e ferrovias, dutos e canalizações, deverá respeitar as normas fixadas neste Código, visando assegurar a higiene e salubridade dos seus compartimentos, bem como das edificações vizinhas.

SEÇÃO 10.1-CONDIÇÕES GERAIS DE IMPLANTAÇÃO E DE FECHAMENTO DE TERRENOS EDIFICADOS.

As condições gerais, constantes desta Seção, serão aplicadas sem prejuízo das demais disposições deste Código.

10.1.1-Na faixa de 3,00m (três metros) ao longo das divisas do lote, a edificação, obra complementar ou mobiliário não poderá ter altura superior a 9,00m (nove metros), medidos a partir do perfil do terreno.

10.1.1.1-Poderá ser aceita, a critério da FMSP, alteração da altura de 9,00m (nove metros), quando:

- a) existir edificação vizinha implantada em desacordo com o estabelecido neste item;
- b) for proposta a adoção de nível do pavimento térreo diverso daquele definido na LPUOS, em decorrência de aclive ou declive de terreno, superior a 3,00m (três metros) em relação ao nível do logradouro público;
- c) o desnível no logradouro público lindeiro, entre a cota mais elevada e a mais baixa, for superior a 2,00m (dois metros);
- d) tratar-se de edificação térrea destinada à indústria, desde que apresentados elementos técnicos que justifiquem o pé direito adotado.

10.1.1.2-Serão incluídos no cálculo da altura tratada neste item os anteparos verticais, gradis, muros, alambrados e assemelhados, que apresentarem superfície vazada uniformemente distribuída inferior a 90% (noventa por cento) de sua superfície total.

10.1.2-O disposto no item anterior não se aplicará quando houver expressa dispensa da observância dos recuos previstos na LPUOS, nas seguintes situações:

- a) operações urbanas e interligadas;
- b) áreas sujeitas a diretrizes urbanísticas próprias;
- c) áreas sujeitas a preservação;
- d) zonas em que a LPUOS admitir edificações no alinhamento e nas divisas do lote, sem exigir a observância de recuos acima do segundo andar.

10.1.3-Para os terrenos edificados será facultativa a construção de muro de fecho em suas divisas.

10.1.3.1-Quando executados, os muros terão altura de, no máximo, 3,00m (três metros), medidos do:

- a) passeio, quando junto ao alinhamento;
- b) nível em que se situarem, quando junto às demais divisas, excetuados os de arrimo, que terão altura compatível com o desnível de terra, observado o limite estabelecido no item 10.1.1.

10.1.3.2-Poderá ser aceita, a critério da FMSP, alteração da altura do muro de arrimo, inclusive quanto junto ao alinhamento, nas situações previstas nas alíneas do subitem 10.1.1.1.

10.1.4-Nos cruzamentos dos logradouros públicos deverá ser previsto canto chanfrado de, no mínimo, 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), normal à bissetriz do ângulo formado pelo prolongamento dos alinhamentos, salvo se tal concordância tiver sido fixada de forma diversa em arruamento ou plano de melhoramento público.

10.1.4.1-Quando houver a expressa dispensa da observância dos recuos de frente previstos na LPUOS, será admitido o avanço sobre o canto chanfrado da parte da edificação que se situar a altura superior a 3,00m (três metros) do passeio.

10.1.5-Deverá haver reserva de espaço para passagem de canalização de águas provenientes de lotes a montante, em observância ao disposto no Código Civil.

10.1.6-As condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositivos:

- a) reserva de área do terreno, livre de pavimentação ou construção correspondente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) da área total do terreno;
- b) construção de reservatório ligado a sistema de drenagem.

10.1.6.1-Na hipótese de utilização de piso drenante, apenas sua área efetivamente vazada será considerada como livre de pavimentação.

10.1.6.2-O volume de água captado e não drenado em virtude da capacidade de absorção do solo, determinado conforme critérios fixados pelas NTO, deverá ter seu despejo no sistema público de águas pluviais retardado, para tão logo este apresente condições de receber tal contribuição.

SEÇÃO 10.2-DISPOSITIVOS PARA ATENDIMENTO DA AERAÇÃO E INSOLAÇÃO

Observados os mínimos previstos neste Código, a aeração e a insolação dos compartimentos poderão ser proporcionadas, conforme sua função e localização no volume da edificação, através de:

- a) espaço livre constituído pelos recuos obrigatórios previstos na LPUOS;
- b) espaço livre dos logradouros públicos;
- c) espaço livre interno do lote;
- d) faixa livre de aeração "A";
- e) espaço livre de aeração e insolação "I";
- f) aeração induzida;
- g) alternativa natural que comprovadamente garanta desempenho, no mínimo, similar ao obtido quando atendidas apenas as disposições gerais deste Código.

10.2.1-As reentrâncias em fachadas, com largura igual ou superior a uma vez e meia sua profundidade, serão integradas ao espaço de aeração e insolação lindeiro.

10.2.2-As aberturas destinadas à aeração e insolação dos compartimentos deverão estar voltadas para os espaços de aeração e insolação correspondentes.

SEÇÃO 10.3-CLASSIFICAÇÃO DOS VOLUMES DE UMA EDIFICAÇÃO

A volumetria da edificação determinará os afastamentos necessários à aeração e insolação, na dependência da altura estabelecida a partir:

- a) do desnível "d", medido em metros de piso a piso entre andares consecutivos;
- b) do índice volumétrico "n", obtido em função do desnível "d", sendo:

$$n = 1, \text{ quando } 2,00m \leq d \leq 3,00m;$$

$$n = 1 + \frac{1}{3} (d - 2), \text{ quando } d < 2,00m;$$

$$n = 1 + \frac{1}{3} (d - 3), \text{ quando } d > 3,00m;$$

- c) do somatório "N" dos índices volumétricos "n" dos andares considerados, podendo ser somatório total dos andares quando for considerado o volume total da edificação, ou somatório parcial quando houver seu escalonamento.

10.3.1-Quando se tratar de andar único ou de cobertura, o desnível "d" será o pé direito do andar.

10.3.1.1-Quando o piso ou o teto forem inclinados, o desnível "d" considerado será a altura média do andar.

10.3.1.2-A altura que exceder 1,20m (um metro e vinte centímetros) na platibanda de envolvimento do telhado e no guarda-corpo de proteção contra quedas será considerada no cálculo do somatório "N" ou será acrescida ao desnível "d" do andar contíguo.

10.3.2-Quando se tratar de chaminés, torres e caixas d'água isoladas, o desnível "d" considerado será a distância entre a base e o ponto mais elevado.

10.3.3-Os volumes de uma edificação serão classificados em função do somatório "N", obtido sempre a partir do pavimento térreo definido na LPUOS, sendo:

- a) Volume inferior "Vi", quando $N \leq 3$;
- b) Volume superior "Vs", aquele situado acima do volume "Vi";
- c) Volume enterrado ou semi-enterrado "Ve", aquele situado abaixo do volume "Vi".

SEÇÃO 10.4-AERAÇÃO E INSOLAÇÃO DO VOLUME INFERIOR "Vi"

Para compartimentos situados no volume "Vi" serão suficientes a aeração e insolação naturais proporcionadas por:

- a) espaço livre constituído pelos recuos obrigatórios previstos na LPUOS;
- b) espaço livre dos logradouros públicos, quando a LPUOS admitir a implantação de edificações no alinhamento;
- c) espaço livre interno ao lote, que possuírem área mínima de 5,00m² (cinco metros quadrados) e largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

SEÇÃO 10.5-AERAÇÃO DO VOLUME SUPERIOR "Vs"-FAIXA LIVRE "A"

O volume "Vs", independentemente da existência de aberturas, deverá ser contornado por uma faixa livre "A", destinada à aeração da edificação e do seu entorno.

10.5.1-A faixa livre "A" deverá se estender por toda a altura do volume "Vs" da edificação.

10.5.1.1-A largura da faixa livre "A", cujo valor será expresso em metros, será obtida pela expressão:

$$A = (N - 14) 0,35 + 3,$$

respeitada a largura mínima de 3,00m (três metros), onde "N" é o somatório dos índices "n" dos andares, contados sempre a partir do pavimento térreo definido pela LPUOS, até o andar mais alto da edificação, inclusive.

10.5.1.2-A faixa livre "A" poderá ser escalonada, devendo, neste caso, os valores de sua largura serem calculados em função dos somatórios "N" parciais dos índices "n" dos andares considerados.

10.5.2-A faixa livre "A" não poderá ultrapassar as divisas do lote, nem poderá interferir com as faixas livres "A" de outras edificações do mesmo lote.

10.5.2.1-Será admitido o avanço de até 20% (vinte por cento) da largura da faixa livre "A" sobre o logradouro público, em até 1/3 (um terço) da largura deste, desde que igual porcentagem seja acrescida à faixa livre "A" oposta, caracterizando o deslocamento da edificação em direção ao logradouro.

10.5.3-As chaminés, torres e caixas d'água isoladas deverão observar a faixa livre "A".

10.5.3.1-Quando instaladas sobre a edificação, deverão observar, no mínimo, a faixa livre "A" do andar mais elevado.

10.5.4-O coroamento das edificações deverá observar a faixa livre "A".

10.5.4.1-Quando vazado em mais de 2/3 (dois terços) de sua superfície total, deverá observar, no mínimo, a faixa livre "A" do andar mais elevado da edificação.

10.5.5-O ático deverá observar, no mínimo, a faixa livre "A" do andar mais elevado da edificação.

10.5.6-A faixa livre "A" não poderá ser reduzida ou desatendida quando da aplicação de soluções alternativas de aeração e insolação.

SEÇÃO 10.6-AERAÇÃO E INSOLAÇÃO DO VOLUME SUPERIOR "Vs" - ESPAÇO LIVRE "I".

Para compartimentos situados no volume "Vs" das edificações, que necessitem de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais, conforme classificação do Capítulo II deste Código, deverá ser previsto espaço livre "I" fronteiro às aberturas de aeração e insolação.

10.6.1-O espaço livre "I" corresponderá, em projecção horizontal, a um semi-círculo, cujo diâmetro contenha, no mínimo, um ponto da fachada, devendo se estender por toda a altura do volume "Vs" da edificação.

10.6.1.1-O raio do semi-círculo "I", cujo valor será expresso em metros, será obtido pela expressão:

$$I = (N_i - 8) 0,70 + 3,$$

respeitado o raio mínimo de 3,00m (três metros), onde "Ni" é o somatório dos índices "n" dos andares, contados sempre a partir do pavimento do andar mais baixo a ser insolado até o andar mais alto da edificação, inclusive.

10.6.1.2-O espaço livre "I" poderá ser escalonado, devendo neste caso, os valores do raio "I" serem calculados em função dos somatórios "Ni" parciais dos índices "n" dos andares considerados.

10.6.1.3-Será integrado ao espaço livre "I" o espaço contíguo, cuja profundidade medida a partir dos pontos extremos do diâmetro do semi-círculo seja, no máximo, igual:

- a) ao recuo da edificação, ou
- b) à distância entre a edificação e a faixa livre "A" de outra edificação do mesmo lote.

10.6.2-O espaço livre "I" não poderá ultrapassar as divisas do lote, nem poderá interferir com as faixas livres "A" de outras edificações do mesmo lote.

10.6.2.1-Será admitido o avanço de 20% (vinte por cento) do raio "I", sobre o logradouro público em até 1/3 (um terço) de sua largura.

10.6.2.2-O disposto no subitem anterior aplica-se, também, à faixa a ser desapropriada em imóvel parcialmente atingido por plano de melhoramento público aprovado por lei.

10.6.3-O semi-círculo de raio "I" poderá ser substituído por um retângulo, desde que atendidas as seguintes condições:

- a) o lado maior seja, no mínimo, igual à soma das dimensões "A" e "I", e o lado menor seja, no mínimo, a dimensão "I";
- b) um dos lados esteja justaposto à face da edificação.

10.6.3.1-Não será admitido o avanço do retângulo sobre o logradouro público.

10.6.4-Os compartimentos poderão ser aerados e insolados por área livre interna à edificação ou lote, desde que atendido o gráfico de insolação.

SEÇÃO 10.7-AERAÇÃO E INSOLAÇÃO DO VOLUME ENTERRADO OU SEMI-ENTERRADO "Ve"

Os compartimentos localizados no volume "Ve" terão suas condições de aeração e insolação naturais determinadas em função do somatório dos índices "n" de todos os andares da edificação, inclusive daqueles localizados abaixo do pavimento térreo definido pela LPUOS.

10.7.1-Quando o somatório dos índices "n" for menor ou igual a 3 (três), serão suficientes a aeração e insolação naturais proporcionadas pelos espaços estabelecidos na Seção 10.4. deste Capítulo.

10.7.2-Quando o somatório dos índices "n" for superior a 3 (três), as condições de aeração e insolação naturais serão proporcionadas:

- a) pelo espaço livre "I", para os compartimentos que necessitem de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais, conforme classificação do Capítulo 11 deste Código, sendo que neste caso o somatório "Ni", para cálculo do valor do raio "I", será considerado a partir do pavimento do andar em que o compartimento estiver situado;
- b) pela faixa livre "A", para os demais compartimentos que necessitem de aeração e insolação naturais, conforme classificação do Capítulo 11 deste Código, sendo que neste caso o somatório "N", para cálculo da largura da faixa "A", será considerado a partir do pavimento em que o compartimento estiver situado.

SEÇÃO 10.8-AERAÇÃO INDUZIDA

Os compartimentos que não necessitem de aeração e insolação naturais, conforme classificação do Capítulo 11 deste Código, poderão ter sua aeração proporcionada por:

- a) poço de aeração descoberto;
- b) duto de exaustão vertical;
- c) duto de exaustão horizontal;
- d) meios mecânicos.

10.8.1-0 poço de aeração descoberto deverá ter:

- a) área mínima "Ap" obtida pela expressão:

$$Ap = (Hp - 9) 0,40m + 4,$$

respeitada a área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados), onde "Hp" é a altura total das paredes que contornam o poço, não sendo admitida redução da sua seção transversal;

- b) relação mínima de 2:3 entre os lados.

10.8.2-0 duto de exaustão vertical deverá ter:

- a) área mínima "Ad" obtida pela expressão:

$$Ad = 0,06m \times Hd,$$

respeitada a área mínima de 1,00m² (um metro quadrado), onde "Hd" é a altura total do duto, não sendo admitida a redução da sua seção transversal;

- b) seção transversal capaz de conter um círculo de 0,60m (sessenta centímetros) de diâmetro;
- c) tomada de ar exterior em sua base diretamente por andar aberto ou por duto horizontal com dimensões não inferiores à metade das exigidas para o duto vertical;
- d) saída de ar situada, no mínimo, 1,00m (um metro) acima da cobertura da edificação.

10.8.3-0 duto de exaustão horizontal deverá ter:

- a) área mínima de 0,25m² (vinte e cinco decímetros quadrados), observada a dimensão mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros);
- b) comprimento máximo de 5,00m (cinco metros), quando houver uma única comunicação direta para o exterior;
- c) comprimento máximo de 15,00m (quinze metros), quando houver mais de uma comunicação para o exterior, em faces diferentes, de forma a possibilitar ventilação cruzada.

10.8.4-Os meios mecânicos deverão ser dimensionados de forma a garantir a renovação do ar, de acordo com as NTO, salvo exigência maior fixada por legislação específica.

SEÇÃO 10.9-AERAÇÃO E INSOLAÇÃO ALTERNATIVAS

Poderão ser aceitas, a critério da PMSP, soluções naturais alternativas, visando a aeração e a insolação das edificações, desde que respeitada a faixa livre "A" e comprovada a garantia de

desempenho obtido, quando atendidas as disposições deste Código, através de elementos gráficos ou elucidativos.

10.9.1-O disposto nesta Seção não se aplica aos compartimentos que necessitem de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais, conforme classificação do Capítulo 11 deste Código.

SEÇÃO 10.10-AJUSTES DA FAIXA LIVRE "A" E ESPAÇO LIVRE "I"

Poderão ser admitidos ajustes da faixa livre "A" e espaço livre "I" nas situações previstas nesta Seção.

10.10.1-O atendimento à faixa livre "A" não será exigido quando houver expressa dispensa da observância dos recuos previstos na LPUOS, nas seguintes situações:

- a) operações urbanas e interligadas;
- b) áreas sujeitas a diretrizes urbanísticas próprias;
- c) áreas sujeitas a preservação;
- d) zonas em que a LPUOS admitir edificações no alinhamento e nas divisas do lote, sem exigir a observância de recuos acima do segundo andar.

10.10.1.1-Nestes casos, os compartimentos que necessitem de condições, privilegiadas ou não, de aeração e insolação naturais, conforme classificação do Capítulo 11 deste Código, deverão estar voltados para espaço livre ou para logradouro público, que comporte um círculo com diâmetro mínimo igual a "I".

10.10.2-As condições de aeração e insolação naturais previstas neste Código poderão ser aceitas de forma diversa pela PMSP quando esta vier a elaborar plano de revitalização, reurbanização, ou intervenção em áreas urbanas de especial interesse social.

10.10.3-Quando o terreno, onde a edificação a ser implantada, estiver situado nos logradouros oficiais antigos, cuja relação faz parte integrante do Decreto no. 9.558, de 12 de julho de 1971, e houver edificação vizinha de grande porte implantada, mesmo sem atendimento às normas da Lei no. 5.819, de 22 de junho de 1961, a PMSP poderá, a seu critério, permitir a justaposição da nova edificação à edificação limdeira, sem prejuízo dos índices de ocupação e aproveitamento previstos na LPUOS.

10.10.3.1-Quando não for adotada a justaposição, deverá ser previsto acréscimo de 3,00m (três metros) ao raio "I" se houver compartimento situado no volume "Vs", que necessite de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais e que esteja voltado para a divisa edificada.

SEÇÃO 10.11-MOBILIÁRIO

A implantação e execução de Mobiliário ficarão sujeitas às normas deste Capítulo e aos parâmetros desta Seção.

10.11.1-Considera-se Mobiliário o elemento passível de montagem, desmontagem e transporte com área máxima de 15,00m² (quinze metros quadrados), dimensão máxima de 5,00m (cinco metros) e altura máxima de 3,00m (três metros), destinado a:

- a) banca de jornais, revistas, flores e frutas;
- b) bilheteria, recepção e similares;
- c) caixa automática, caixa eletrônica e similares;
- d) cabine de foto automática, recepção e venda de filmes fotográficos e similares;
- e) quiosque promocional.

10.11.1.1-Considera-se também Mobiliário:

- a) abrigo para auto pré-moldado, inclusive aquele constituído por cobertura retrátil, com as características constantes da Tabela 10.12.5 deste Capítulo;
- b) jirau com área correspondente a 1/3 (um terço) do compartimento onde for instalado, respeitada a área máxima de 30,00m² (trinta metros quadrados).

10.11.1.2-Quando ultrapassada a área ou as dimensões estabelecidas neste item, o Mobiliário será considerado no todo como edificação para efeito de atendimento da LOE e LPUOS.

10.11.2-O Mobiliário não poderá reduzir nem obstruir os espaços necessários à circulação e escoamento da população, os espaços destinados a acesso e circulação de veículos, nem o número mínimo de vagas para estacionamento.

10.11.2.1-O Mobiliário também não poderá reduzir nem obstruir os espaços e as aberturas destinadas à aeração e insolação de compartimentos situados no Volume "Vi".

10.11.3-O Mobiliário poderá ocupar os recuos previstos na LPUOS.

10.11.4-A quantidade máxima de Mobiliário, que poderá ser implantada nos terrenos e nas áreas externas da edificação, será obtida pela expressão:

$$M = \frac{S - (S \times T)}{125m^2}$$

respeitado o máximo de 5 (cinco) elementos, onde:

M = número de elementos,

S = área do lote,

T = índice de taxa de ocupação definido pela LPUOS.

- 10.11.4.1-Nos casos em que a taxa de ocupação máxima já tenha sido ultrapassada, deverá ser utilizado como valor "T" a taxa de ocupação efetivamente existente.

SEÇÃO 10.12-OBRAS COMPLEMENTARES E SALIÊNCIAS

A implantação e execução de Obras Complementares e Saliências ficarão sujeitas às normas deste Capítulo e aos parâmetros desta Seção.

- 10.12.1-As Obras Complementares executadas, em regra, como decorrência ou parte da edificação, compreendem, dentre outras, as seguintes:

- a)abrigo em geral, cabine, casa de máquinas isolada;
- b)caixa d'água elevada, chaminé e torre isoladas;
- c)churrasqueira;
- d)cobertura para tanque e pequeno telheiro;
- e)passagem coberta para pedestre sem vedação lateral;
- f)pérgula;
- g)piscina, caixa d'água e reservatório enterrados;
- h)portaria, bilheteria e guarita em alvenaria.

- 10.12.1.1-A utilização de cobertura retrátil para execução de Obras Complementares não desobriga do atendimento aos parâmetros estabelecidos nesta Seção.

- 10.12.2-As pérgulas, quando implantadas no volume "Vs", e as caixas d'água elevadas, chaminés e torres, quando isoladas, deverão observar os recuos previstos na LPUOS, bem como as faixas e espaços de aeração e insolação previstos neste Código.

- 10.12.3-As passagens cobertas para pedestres, sem vedação lateral, poderão ocupar as faixas e espaços de aeração e insolação previstos neste Código, bem como os recuos previstos na LPUOS, exceto os laterais, respeitado o dimensionamento estabelecido na tabela 10.12.5.

- 10.12.4-As piscinas, caixas d'água e reservatórios enterrados poderão ocupar os recuos previstos na LPUOS, devendo observar recuo mínimo de 0,50m (cinquenta centímetros) das divisas do imóvel.

10.12.5-As Obras Complementares relacionadas na tabela a seguir poderão ocupar os recuos previstos na LPUOS, bem como as faixas e espaços de aeração e insolação previstos neste Código, desde que observadas as seguintes restrições de dimensionamento:

TABELA 10.12.5 - OBRAS COMPLEMENTARES

OBRAS COMPLEMENTARES	DIMENSÕES MÁXIMAS
ABRIGO EM GERAL, CASA DE MÁQUINAS ISOLADA, COBERTURA PARA TANQUE, TELHEIRO	ÁREA = 3,00m ² COMPRIMENTO E LARGURA = 2,00m
ABRIGO PARA AUTO (1)	ÁREA = 36,00m ²
ABRIGO PARA GÁS	ÁREA ÚTIL DE 0,60m ² /CILINDRO DE GLP ATÉ 20 UNIDADES E 0,30m ² /CILINDRO DE GLP ACIMA DE 20 UNIDADES
CABINE DE FORÇA (2)	DE ACORDO COM A CONCESSIONÁRIA
PASSAGEM COBERTA PARA PEDESTRES, SEM VEDAÇÃO LATERAL	LARGURA = 3,00m
PÉRGULA	RELAÇÃO MÍNIMA DE 1:2 ENTRE A ALTURA DA NERVURA E A PARTE VAZADA
PORTARIA, BILHETERIA E GUARITA	ÁREA = 30,00m ²

NOTAS: (1) Não poderá ocupar mais que 2/3 (dois terços) da testada do lote, devendo ser aberto em 2 (dois) lados concorrentes.

(2) Considera-se cabine de força, a câmara transformadora, o posto primário e a entrada consumidora, de acordo com as NTC.

10.12.5.1-O abrigo destinado à guarda de lixo poderá ter dimensionamento diverso do estabelecido na Tabela 10.12.5, desde que norma específica do órgão municipal competente assim determine.

10.12.6-As demais Obras Complementares, não relacionadas nos itens 10.12.2 a 10.12.5, poderão ocupar os recuos previstos na LPUOS, bem como as faixas e espaços de aeração e insolação previstos neste Código.

10.12.7-As Saliências executadas, em regra, como elemento arquitetônico proeminente, engastado ou apostado na edificação ou muro, compreendem, dentre outras, as seguintes:

- a) aba horizontal e vertical, brise;
- b) abrigo para portão;
- c) balcão e terraço aberto;
- d) beiral de cobertura;
- e) jardineira e floreira;
- f) marquise não sobreposta e toldo;
- g) ornamento e vitrine justaposta à edificação;
- h) viga e pilar.

10.12.7.1-A utilização de cobertura retrátil para execução de marquise não sobreposta, não desobriga do atendimento aos parâmetros estabelecidos nesta Seção.

10.12.8-As Saliências poderão avançar sobre os recuos previstos na LPUOS, bem como sobre as faixas e espaços de aeração e insolação previstos neste Código, desde que observados os limites estabelecidos na tabela a seguir:

TABELA 10.12.8 - SALIÊNCIAS

SALIÊNCIAS	AVANÇOS PERMITIDOS			DIMENSÕES MÁXIMAS
	PASSEIO PÚBLICO (1)	RECUOS LPUOS (2)	FAIXA "A" ESPAÇO LIVRE "I"	
ABA HORIZONTAL (3) E VERTICAL	0,40m	ATÉ 10%	ATÉ 10%	LARGURA = 0,90m
BRISE				SEM RESTRIÇÃO
ABRIGO PARA PORTÃO	0,40m	ATÉ 10%	ATÉ 10%	LARGURA = 1,00m
BALCÃO E TERRAÇO ABERTO	0,40m	ATÉ 20%	ATÉ 10%	(4)
BEIRAL DE COBERTURA	0,40m	ATÉ 50%	ATÉ 10%	LARGURA = 1,50m
JARDINEIRA, FLOREIRA, ORNAMENTO, VITRINE JUSTAPOSTA À EDIFICAÇÃO	0,40m	0,40m	0,40m	LARGURA = 0,40m
MARQUISE NÃO SOBREPOSTA E TOLDO	ATÉ 50% (5)	ATÉ 50%	ATÉ 10%	SEM RESTRIÇÃO
VIGA, PILAR	0,40m	ATÉ 10%	ATÉ 10%	LARGURA = 0,40m

NOTAS : (1) Acima de 3,00m (três metros) do nível do passeio, não podendo interferir nas instalações públicas.

(2) Previstos na LPUOS em cada divisa, ou os adotados em projeto quando maiores do que os estabelecidos pela LPUOS.

(3) Desde que a aba horizontal não se caracterize como área de piso.

(4) O somatório de suas áreas deverá corresponder a, no máximo, 10% (dez por cento) da área do pavimento.

(5) As marquises não sobrepostas nas ruas de pedestres serão analisadas caso a caso pela PMSP.

10.12.9-As abas horizontais ou verticais, brises, abrigos para portão, beirais de cobertura, jardineiras, floreiras, ornamentos, vitrines justapostas à edificação, vigas, pilares e toldos, desde que respeitados estritamente os parâmetros da Tabela 10.12.8, não serão considerados como área edificada para os fins deste Código.

10.12.10-A projeção total das Obras Complementares, bem como dos balcões, terraços e marquises, isoladamente ou em conjunto, que exceder a ocupação máxima do lote prevista na LPUOS poderá ocupar, no máximo, a porcentagem "P" da área livre do lote determinada pela seguinte expressão:

$$P = \frac{5 \sqrt{S}}{S} \times 100, \text{ onde "S" é a área total do lote.}$$

10.12.11-A parte das Obras Complementares e Saliências que ultrapassar as dimensões máximas fixadas nesta Seção deverão atender às disposições do COE e aos recuos e índices previstos na LPUOS.

SEÇÃO 10.13-OBRAS JUNTO A REPRESAS, LAGOS E CURSOS D'ÁGUA

A execução de qualquer tipo de obra junto a represas, lagos, lagoas, rios, córregos, fundos de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, ou canalizações será permitida somente após devidamente demonstrados os cuidados a serem adotados, visando em especial a proteção contra inundações e garantia do livre escoamento das águas.

10.13.1-Deverá ser observado recuo, de forma a constituir faixa não-edificável de, no mínimo:

- a) 2,00m (dois metros) a contar das faces externas de galeria ou canal existente com largura igual ou inferior a 1,00m (um metro);
- b) de uma vez e meia a largura da benfeitoria, observado o mínimo de 3,00m (três metros) a contar das faces externas de galeria ou canal existente com largura superior a 1,00m (um metro);
- c) 15,00m (quinze metros) a contar das margens do córrego ou do eixo de fundo de vale, ou da faixa de escoamento de águas pluviais não canalizadas;
- d) 15,00m (quinze metros) a contar da margem estabelecida pelo nível máximo do corpo de água de represa, lago ou lagoa.

10.13.1.1-Em função do dimensionamento da bacia hidrográfica a PMSP poderá fixar recuo inferior ao estabelecido na alínea "c" deste item, desde que o lote seja resultante de:

- a) parcelamento aprovado, anteriormente à vigência da Lei Federal no. 6.766, de 19 de dezembro de 1.979, ou
- b) loteamento regularizado ou em processo de regularização.

10.13.1.2-Em função do dimensionamento da bacia hidrográfica e topografia local, o órgão municipal competente poderá fixar recuo superior ao estabelecido nesta Seção.

10.13.2-A implantação da obra pretendida poderá ser condicionada à prévia execução de benfeitorias julgadas indispensáveis à estabilidade ou saneamento locais.

10.13.3-O fechamento dos lotes não poderá impedir o escoamento das águas nem as operações de limpeza e manutenção da faixa não-edificável.

10.13.4-As fundações das edificações serão projetadas e executadas de forma a impedir seu solapamento.

10.13.5-A execução de galerias, pontilhões, travessias, aterros e outras obras de arte nas faixas não-edificáveis dependerá de prévia análise e autorização do órgão municipal competente.

10.13.5.1-Quando for adotada a solução em canal para modificação de curso d'água, o recuo previsto na alínea "b" do item 10.13.1 poderá ser alterado para uma vez a largura da benfeitoria, respeitado o mínimo de 2,00m (dois metros).

SEÇÃO 10.14-MOVIMENTO DE TERRA

Qualquer movimento de terra deverá ser executado com o devido controle tecnológico, a fim de assegurar a estabilidade, prevenir erosões e garantir a segurança dos imóveis e logradouros limítrofes, bem como não impedir ou alterar o curso natural de escoamento de águas pluviais e fluviais.

10.14.1-O material empregado no aterro deverá ser de qualidade, no mínimo, igual ao do existente no solo.

10.14.2-Visando a reposição da cobertura vegetal, o movimento de terra não destinado à implantação de edificação deverá ter seu capeamento executado com material retirado da camada superficial do terreno original.

10.14.3-Na faixa de 3,00m (três metros) ao longo das divisas do lote, os aterros não poderão ter altura superior a 9,00m (nove metros) medidos a partir do perfil do terreno.

10.14.3.1-Poderá ser aceita, a critério da PMSP, alteração na altura de 9,00m (nove metros), em função da existência de terrenos vizinhos em desacordo com o estabelecido neste item.

10.14.4-O movimento de terra em terreno lindeiro a cursos d'água ou linhas de drenagem, em área de várzea alagadiça, de solo mole ou sujeita a inundações, em área declarada de proteção ambiental ou sujeita à erosão, já delimitada pela PMSP, terá sua análise e licenciamento regulamentados pelo Executivo.

CAPÍTULO 11 - COMPARTIMENTOS

Os compartimentos e ambientes deverão ser posicionados na edificação e dimensionados de forma a proporcionar conforto ambiental, térmico, acústico, e proteção contra a umidade, obtidos pelo adequado dimensionamento e emprego do material das paredes, cobertura, pavimento e aberturas, bem como das instalações e equipamentos.

SEÇÃO 11.1-CLASSIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

Os compartimentos das edificações serão classificados em "GRUPOS", em razão da função exercida, que determinará seu dimensionamento mínimo e a necessidade de aeração e insolação naturais.

11.1.1-Classificam-se no "GRUPO A" os compartimentos que necessitem de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais, destinados a:

- a) repouso, em edificação destinada a atividade habitacional ou de prestação de serviços de saúde e de educação, ressalvada a hipótese prevista no subitem 11.1.2.1;
- b) estar, em edificação destinada a atividade habitacional, ressalvada a hipótese prevista no subitem 11.1.2.1;
- c) estudo, em edificação destinada a atividade habitacional ou de prestação de serviços de educação.

11.1.1.1-Quando situados no volume "Vi", ou no volume "Ve" na situação prevista no item 10.7.1 deste Código, estes compartimentos terão sua aeração e insolação proporcionadas pelos espaços estabelecidos na Seção 10.4 deste Código.

11.1.1.2-Quando situados no volume "Vs", ou no volume "Ve" na situação prevista no item 10.7.2 deste Código, estes compartimentos terão, obrigatoriamente, sua aeração e insolação proporcionadas pelo espaço livre "I".

11.1.1.3-Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em legislação específica, o dimensionamento deverá respeitar os mínimos de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de pé direito, 5,00m² (cinco metros quadrados) de área, e possibilitar a inscrição de um círculo com 2,00m (dois metros) de diâmetro no plano do piso.

11.1.2-Classificam-se no "Grupo B" os compartimentos que necessitem de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais, destinados a:

- a) repouso, em edificação destinada a prestação de serviços de hospedagem;

b) trabalho, reunião, espera e prática de exercício físico ou esporte, nas demais edificações.

11.1.2.1-Nas casas e apartamentos com mais de um compartimento de estar e dois de repouso será admitida a classificação no "Grupo B" dos demais compartimentos usualmente classificados no "Grupo A".

11.1.2.2-Quando situados no volume "Vi", ou no volume "Ve" na situação prevista no item 10.7.1 deste Código, estes compartimentos terão sua aeração e insolação proporcionadas pelos espaços estabelecidos na Seção 10.4 deste Código.

11.1.2.3-Quando situados no volume "Vs", ou no volume "Ve" na situação prevista no item 10.7.2 deste Código, estes compartimentos terão, preferencialmente, sua aeração e insolação proporcionadas pelo espaço livre "I", admitindo-se que estejam voltados para a faixa livre "A", devendo, neste caso, a aeração e iluminação serem suplementadas por meios mecânicos e artificiais de renovação de ar e iluminação.

11.1.2.4-Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em legislação específica, o dimensionamento deverá respeitar o mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) de pé direito e possibilitar a inscrição de um círculo com 2,00m (dois metros) de diâmetro no plano do piso.

11.1.3-Classificam-se no "Grupo C" os compartimentos que necessitem de condições de aeração e insolação naturais, destinados a cozinha, copa e lavanderia.

11.1.3.1-Nas casas e apartamentos, os depósitos das unidades habitacionais com área superior a 2,50m² (dois metros e cinquenta decímetros quadrados) serão classificados no "Grupo C".

11.1.3.2-Quando situados no volume "Vi", ou no volume "Ve" na situação prevista no item 10.7.1 deste Código, estes compartimentos terão aeração e insolação proporcionadas pelos espaços estabelecidos na Seção 10.4 deste Código.

11.1.3.3-Quando situados no volume "Vs", ou no volume "Ve" na situação prevista no item 10.7.2 deste Código, estes compartimentos poderão ter aeração e insolação proporcionadas apenas pela faixa livre "A".

11.1.3.4-Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em legislação específica, o dimensionamento deverá respeitar o mínimo de 2,50m

(dois metros e cinquenta centímetros) de pé direito e possibilitar a inscrição de um círculo com 1,20m (um metro e vinte centímetros) de diâmetro no plano do piso.

11.1.4-Classificam-se no "Grupo D" os compartimentos destinados a ambientes que não necessitem de aeração e insolação naturais, ou que pela natureza da atividade ali exercida, devam dispor de meios mecânicos e artificiais de renovação de ar e iluminação, destinados a:

a) instalação sanitária e vestiário;

b) área de circulação em geral, vestíbulo de acesso a elevador e escada;

c) depósito em geral, ressalvada a hipótese prevista no subitem 11.1.3.1.

11.1.4.1-Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em legislação específica, o dimensionamento deverá respeitar o mínimo de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) de pé direito e possibilitar a inscrição de um círculo com 0,80m (oitenta centímetros) de diâmetro no plano do piso.

11.1.4.2-Os compartimentos destinados a abrigar equipamentos terão pé direito compatível com sua função.

11.1.4.3-Nas casas e apartamentos com mais de uma instalação sanitária será admitida que uma delas não observe o pé direito mínimo.

11.1.4.4-O vestíbulo de acesso a elevador e escada poderá ter sua aeração proporcionada por meio de abertura do poço do elevador, atendidas as seguintes condições:

a) a área do vestíbulo seja no máximo 12,00m² (doze metros quadrados);

b) a área da abertura seja, no mínimo 0,04m² (quatro decímetros quadrados);

c) a abertura possua dispositivo que impeça a introdução de objetos no poço, bem como garanta proteção às pessoas, contra acidentes.

11.1.5-O pé direito mínimo será obrigatório apenas na parte correspondente à área mínima exigida para o compartimento.

11.1.6-Os compartimentos que necessitem de cuidados higiênicos e sanitários especiais deverão ser dotados de revestimentos impermeáveis e resistentes à frequente limpeza.

SEÇÃO 11.2-ABERTURAS - PORTAS E JANELAS

As aberturas das portas e janelas serão dimensionadas na dependência da destinação do compartimento a que servirem, e deverão proporcionar isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústicos, estabilidade e impermeabilidade, bem como, quando necessário, resistência a fogo.

11.2.1-Com a finalidade de assegurar a circulação de pessoas portadoras de deficiência, as portas situadas nas áreas comuns de circulação, bem como as de ingresso à edificação e às unidades autônomas, terão vão livre mínimo de 0,80m (oitenta centímetros) nas edificações em geral, e de 1,00m (um metro) nas edificações destinadas à prestação de serviços de saúde.

11.2.2-As aberturas para insolação dos compartimentos poderão estar ou não em plano vertical e deverão ter dimensões proporcionais à área do compartimento de, no mínimo:

- a) 15% (quinze por cento) para os compartimentos classificados nos "Grupos A e B";
- b) 10% (dez por cento) para os compartimentos classificados no "Grupo C".

11.2.2.1-Em qualquer caso deverá ser observado o mínimo de 0,60m² (sessenta decímetros quadrados).

11.2.3-Metade da área necessária à insolação deverá ser destinada à aeração do compartimento.

11.2.4-Quando a aeração dos compartimentos classificados no "Grupo D" for feita através de aberturas, estas deverão ter, no mínimo, 5% (cinco por cento) da área do compartimento.

11.2.5-Quando a aeração e insolação de um compartimento forem feitas através de outro, o dimensionamento da abertura voltada para o exterior será proporcional ao somatório das áreas dos dois compartimentos.

11.2.6-As proporções das aberturas poderão ser reduzidas quando se tratar de abertura zenital, desde que garantido desempenho, no mínimo, similar ao obtido quando atendidas as disposições previstas nesta Seção.

11.2.7-No mínimo, metade da abertura deverá estar contida no espaço destinado a proporcionar aeração e insolação do compartimento.

11.2.8-As aberturas dos compartimentos classificados nos "Grupos B" e "C" poderão ser reduzidas, desde que garantido desempenho, no mínimo similar ao exigido, pela adoção de meios mecânicos e artificiais de renovação de ar e iluminação.

11.2.9-Os compartimentos classificados nos "Grupos A", "B" e "C" para serem suficientemente insolados e aerados deverão ter profundidade inferior ou igual a três vezes seu pé direito e sua largura, sendo a profundidade contada a partir do plano de insolação.

11.2.9.1-Quando as dimensões das aberturas para aeração e insolação forem iguais ou superiores ao dobro do mínimo necessário, a profundidade dos compartimentos poderá ser igual a cinco vezes a sua largura e seu pé direito.

11.2.10-Em observância ao disposto no Código Civil, nenhuma abertura voltada para a divisa do lote poderá ter qualquer de seus pontos situado a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) desta, ressalvadas as aberturas voltadas para o alinhamento dos logradouros.

CAPÍTULO 12 - CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA

As edificações deverão apresentar condições construtivas e equipamentos que garantam a circulação e o escoamento em segurança da totalidade dos usuários.

12.1-Para os efeitos deste Capítulo, considera-se:

- a) edificação nova: aquela a construir, ou a reformar com acréscimo superior a 20% (vinte por cento) da área da construção regularmente existente. Quando a edificação for constituída por mais de um bloco, este acréscimo será considerado por bloco;
- b) edificação existente: aquela legalmente licenciada, ainda que não tenha sido expedido o respectivo Certificado de Conclusão ou documento equivalente.

12.2-As edificações novas deverão atender todas as condições construtivas e dispor de todos os equipamentos considerados essenciais à circulação e segurança.

12.3-As edificações existentes, que não apresentem condições construtivas e equipamentos que garantam a circulação e o escoamento em segurança da totalidade dos usuários, deverão ser adaptadas mediante a execução de obras e serviços.

12.3.1-Não serão necessariamente adaptadas as edificações destinadas:

- a) ao uso habitacional, ainda que sejam objeto de reforma com acréscimo de área, desde que sem aumento do número de andares;
- b) a qualquer outro uso e aprovadas anteriormente a 20 de junho de 1975, que tenham sido objeto de adaptação às Normas de Segurança posteriores e se mantenham sem alterações de ordem física ou de utilização em relação ao licenciado;
- c) a qualquer outro uso e aprovadas após 20 de junho de 1975, que se mantenham sem alterações de ordem física e/ou de utilização em relação ao licenciado.

12.3.2-As edificações existentes destinadas ao uso habitacional, isentas de adaptação, deverão observar requisitos mínimos de segurança, excetuadas as casas.

12.3.3-Em casos excepcionais, constatadas irregularidades quanto à segurança de uso, a FMSP poderá exigir a adaptação da edificação independentemente da atividade.

12.4-As edificações deverão dispor de espaços de circulação horizontal e vertical, que serão classificados e dimensionados de acordo com a sua utilização e dispostos de forma a permitir o acesso e uso, inclusive por parte das pessoas portadoras de deficiência.

12.5-Os espaços de circulação considerados para o escoamento da população em segurança deverão apresentar características construtivas atendendo, dentre outras, às seguintes disposições:

- a) apresentar dimensões compatíveis com a atividade exercida e a população da edificação;
- b) ser dispostos de modo a permitir o fácil acesso aos usuários;
- c) ter uso exclusivo como circulação, estando permanentemente desobstruídos.

12.6-As condições construtivas dos espaços de circulação vertical, que servirem ao escoamento da população em segurança, serão estabelecidas em função da utilização, altura, lotação, classe dos materiais e área da edificação.

12.6.1-A capacidade dos equipamentos e outros dispositivos de circulação por meios mecânicos não serão considerados para o escoamento da população em segurança.

12.7-A lotação da edificação a ser considerada para fins de dimensionamento dos espaços de circulação será igual ao número de usuários, calculado em função da área e da atividade desenvolvida.

12.8-O potencial de risco que definirá as exigências de circulação e segurança de uma edificação será estabelecido em função de sua destinação, área construída, altura e natureza dos materiais.

12.9-Em função da utilização, altura e área, as edificações deverão apresentar condições construtivas especiais de segurança.

12.10-Em complemento às exigências de segurança de natureza construtiva, as edificações deverão dispor de instalações e equipamentos que deverão entrar em funcionamento e serem utilizados de forma adequada em situação de emergência.

12.11-As condições construtivas e os equipamentos das edificações deverão ainda atender às especificações constantes das NTO.

12.12-Em decorrência do constante avanço tecnológico na área de engenharia de segurança e a consequente necessidade de atualização da legislação, as disposições relativas a este Capítulo serão regulamentadas pelo Executivo.

CAPÍTULO 13 - ESTACIONAMENTO

Os espaços e faixas de acesso, circulação, vagas e estacionamento de veículos serão projetados, dimensionados e executados livres de qualquer interferência estrutural ou física que possa reduzi-los.

SEÇÃO 13.1-NORMAS GERAIS

Além do atendimento às normas deste Código, os espaços de estacionamento, manobra, acumulação e acomodação deverão respeitar as disposições previstas na LPUOS e legislação específica.

13.1.1-Os estacionamentos, em função da sua utilização, serão classificados em:

- a) particular, quando de uso exclusivo e reservado, integrante das casas;
- b) privativo, quando de utilização exclusiva da população permanente da edificação destinada ao uso habitacional;
- c) coletivo, quando de utilização da população permanente e flutuante da edificação destinada aos demais usos;
- d) público, quando de utilização da população permanente e flutuante da edificação e do público em geral.

SEÇÃO 13.2-ACESSO

O acesso de veículos compreende o espaço e o conjunto de dispositivos necessários para a transferência dos veículos da via pública para o interior do imóvel e vice-versa.

13.2.1-O rebaixamento de guias destinado a acesso de veículos não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da extensão da testada do imóvel.

13.2.1.1-Admite-se o rebaixamento de até 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros) de guias, ainda que excedendo 50% (cinquenta por cento) da testada, quando se tratar de edificação destinada a:

- a) casa;
- b) demais usos, desde que o imóvel possua uma única testada com dimensão inferior a 11,00m (onze metros) e que o estacionamento tenha mais de 60 vagas.

13.2.1.2-O disposto neste item não se aplica aos imóveis para os quais a PMSP determinar a obrigatoriedade de abertura de área de acomodação.

13.2.2-0 acesso de veículos em lotes de esquina deverá distar, no mínimo, 6,00m (seis metros) contados a partir do ponto de encontro dos prolongamentos dos alinhamentos dos logradouros, excetuadas as casas.

13.2.2.1-Em virtude das características do logradouro, esta distância poderá, a critério da PMSP, ser alterada.

13.2.3-Visando a segurança dos pedestres, a abertura destinada à saída de veículos do imóvel deverá estar posicionada de forma tal que permita a visualização da calçada.

13.2.4-Quando a capacidade do estacionamento for superior a 100 (cem) veículos ou o acesso se destinar a caminhões e ônibus, a pavimentação da pista de rolamento do logradouro deverá se estender até o interior do lote.

13.2.5-A acomodação transversal de acesso, entre o perfil do logradouro e os espaços de circulação e estacionamento, será feita exclusivamente dentro do imóvel, de forma a não criar degraus ou desníveis abruptos na calçada.

SEÇÃO 13.3-CIRCULAÇÃO

A circulação de veículos compreende o espaço necessário para a transferência dos veículos dos acessos para as áreas de estacionamento e vice-versa.

13.3.1-A circulação de veículos deverá ser disposta de forma a garantir o acesso a pedestres, através de faixa independente, desde o alinhamento do imóvel até o ingresso da edificação, excetuadas as casas.

13.3.1.1-Ocorrendo cruzamento entre a circulação de veículos e de pedestres dentro do imóvel, a PMSP poderá exigir a sinalização adequada, de modo a alertar os usuários, por meio de "faixa de pedestres" ou sinais de advertência.

13.3.2-As faixas de circulação de veículos, em nível ou em rampa, deverão apresentar dimensões mínimas, para cada sentido de tráfego, de:

- a) 2,75m (dois metros e setenta e cinco centímetros) de largura e 2,30m (dois metros e trinta centímetros) de altura livre de passagem, quando destinadas à circulação de automóveis e utilitários, excetuadas as casas;
- b) 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de largura e 3,50m (três metros e cinquenta centímetros) de altura livre de passagem, quando destinadas à circulação de caminhões e ônibus.

13.3.2.1-Será admitida uma única faixa de circulação para duplo sentido quando esta servir de acesso a estacionamento de até 60 (sessenta) veículos do tipo automóvel ou utilitário, não consideradas neste total as vagas destinadas a veículos de pessoas portadoras de deficiência e motocicletas, até o limite estabelecido na Tabela 13.4.2.

13.3.3-As faixas de circulação em curva terão largura aumentada em razão do raio interno de desenvolvimento da curva e da declividade.

13.3.3.1-Deverá ser prevista concordância entre a largura normal da faixa e a largura aumentada necessária ao desenvolvimento da curva.

13.3.3.2-A seção transversal das rampas não poderá apresentar declividade superior a 2% (dois por cento).

13.3.4-Nenhum ponto do início das rampas poderá distar menos de 4,00m (quatro metros) do alinhamento da via pública.

13.3.5-As rampas deverão apresentar as seguintes declividades máximas:

- a) 20% (vinte por cento) quando destinadas à circulação de automóveis e utilitários;
- b) 12% (doze por cento) quando destinadas à circulação de caminhões e Ônibus.

13.3.6-Nas casas, as rampas para automóveis e utilitários terão declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento), admitindo-se seu início no alinhamento.

13.3.7-Quando a faixa de circulação for comum a automóveis, utilitários e caminhões prevalecerão os parâmetros mais restritivos.

13.3.8-O espaço de estacionamento localizado em pavimento que apresente desnível superior a 24,00m (vinte e quatro metros), contado a partir do pavimento de ingresso de veículos da edificação, deverá ser servido, obrigatoriamente, por elevador de veículos, vedado o uso da rampa.

SEÇÃO 13.4-ESPAÇOS DE ESTACIONAMENTO, MANOBRA, ACUMULAÇÃO E ACOMODAÇÃO

Deverão ser previstos espaços de estacionamento, manobra, acumulação e acomodação de veículos, de forma que estas operações não sejam executadas nos espaços dos logradouros públicos.

13.4.1-A quantidade de vagas para estacionamento de veículos será aquela estabelecida pela LPUOS.

13.4.2-Deverão ser previstas vagas para veículos de pessoas portadoras de deficiência, bem como para motocicletas, calculadas sobre o número mínimo de vagas exigido pela LPUOS, observando a proporcionalidade fixada na seguinte tabela:

TABELA 13.4.2-PORCENTAGEM DE VAGAS DESTINADAS A VEÍCULOS DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA E MOTOCICLETAS

ESTACIONAMENTO	DEFICIENTE	MOTOCICLETA
PRIVATIVO ATÉ 30 VAGAS	DISPENSADO	
PRIVATIVO DE 31 A 100 VAGAS	1 VAGA	
PRIVATIVO MAIS DE 100 VAGAS	1%	
COLETIVO E PÚBLICO ATÉ 10 VAGAS	DISPENSADO	8%
COLETIVO E PÚBLICO DE 11 A 100 VAGAS (1)	1 VAGA	
COLETIVO E PÚBLICO MAIS DE 100 VAGAS (1)	1%	

NOTA: (1) Aplica-se ao estacionamento público com vagas demarcadas.

13.4.2.1-As vagas destinadas a veículos de pessoas portadoras de deficiência e motocicletas deverão ser acrescidas ao número mínimo de vagas exigido pela LPUOS.

13.4.3-As vagas de estacionamento serão dimensionadas em função do tipo de veículo, e os espaços de manobra e acesso em função do ângulo formado pelo comprimento da vaga e a faixa de acesso, respeitadas as dimensões mínimas conforme tabela a seguir:

TABELA 13.4.3 - DIMENSÕES DE VAGAS E FAIXAS DE ACESSOS

TIPO DE VEÍCULO	VAGA PARA ESTACIONAMENTO (m)			FAIXA DE ACESSO (m)						
	ALTURA	LARGURA	COMPRIMENTO	ÂNGULO FORMADO PELO COMPRIMENTO DA VAGA E A FAIXA DE ACESSO (°)						
				PARA SENTIDO ÚNICO					PARA SENTIDO DUPLO	
				0°	30°	45°	60°	90°	0° A 60°	90°
AUTOMÓVEL E UTILITÁRIO	2,10	2,20	4,50	2,75	2,10	2,90	4,50	5,00	5,00	5,50
DEFICIENTE	2,10	3,50	5,50	3,50	3,00	4,00	5,00	5,50	5,50	5,50
MOTOCICLETA	2,10	1,00	2,20	1,50					1,50	
CAMINHÃO LEVE (8T PBT) (*)	3,50	3,10	8,00	4,30	2,90	4,55	5,20	7,10	6,80	8,30

(*) Peso bruto total (veículo + carga).

13.4.3.1-Quando paralela à faixa de acesso "baliza", a vaga terá sua dimensão acrescida de 1,00m (um metro) no comprimento para automóveis e utilitários, e de 2,00m (dois metros) no comprimento para caminhões.

13.4.4-Será admitida a manobra de até dois veículos, do tipo automóvel ou utilitário, para liberar a movimentação de um terceiro, inclusive nas faixas dos recuos junto ao alinhamento do imóvel.

13.4.4.1-Em função do tipo de edificação, hierarquia das vias de acesso e impacto da atividade no sistema viário, a PMSP poderá tolerar a manobra destes veículos, estacionados na faixa do recuo de frente, fora dos limites do imóvel.

13.4.5-Os estacionamentos coletivos e públicos deverão ter área de acumulação de veículos, dimensionada de forma a comportar, no mínimo, 3% (três por cento) de sua capacidade.

13.4.5.1-No cálculo da área de acumulação de veículos poderão ser consideradas as rampas e faixas de manobra às vagas de estacionamento, desde que possuam largura mínima de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros).

13.4.5.2-Quando se tratar de estacionamento com acesso controlado, a área de acumulação deverá estar situada entre o alinhamento do logradouro e o local de controle e, a critério da PMSP, poderá ter

dimensionamento inferior ao estabelecido neste item, desde que tecnicamente justificado.

- 13.4.6-Em função do tipo de edificação, hierarquia das vias de acesso e impacto da atividade no sistema viário, a PMSP poderá exigir a implantação de área de acomodação para o acesso ao imóvel.
- 13.4.7-Quando a LPUOS exigir pátio para carga e descarga de caminhões, deverá ser prevista, no mínimo, uma vaga para caminhão dimensionada de acordo com a Tabela 13.4.3 deste Capítulo.
 - 13.4.7.1-Em função do tipo de edificação, hierarquia das vias de acesso e impacto da atividade no sistema viário, a PMSP poderá determinar a obrigatoriedade de vagas destinadas a carga e descarga em proporcionalidade à área edificada.
- 13.4.8-Será admitida a utilização de equipamento mecânico para estacionamento de veículos, atendidas as seguintes condições:
 - a)deverão ser observados o número mínimo de vagas para estacionamento e as exigências para acesso e circulação de veículos entre o logradouro público e a edificação, estabelecidos na LPUOS e na LOE;
 - b)as dimensões e indicação das vagas poderão ser feitas levando-se em consideração as reais dimensões dos veículos.
- 13.4.9-Os estacionamentos cobertos deverão dispor de ventilação permanente garantida por aberturas, pelo menos em duas paredes opostas ou nos tetos junto a estas paredes, que correspondam, no mínimo, à proporção de 0,0060 m² (sessenta centímetros quadrados) de abertura para cada metro cúbico de volume total do compartimento, ambiente ou local.
 - 13.4.9.1-Os vãos de acesso de veículos, quando guarnecidos por portas vazadas ou gradeadas, poderão ser computados no cálculo dessas aberturas.
 - 13.4.9.2-A ventilação natural poderá ser substituída ou suplementada por meios mecânicos, dimensionados de forma a garantir a renovação de cinco volumes de ar do ambiente por hora.
- 13.4.10-Os estacionamentos descobertos com área superior a 50,00m² (cinquenta metros quadrados) deverão ter piso drenante quando seu pavimento se apoiar diretamente no solo.

CAPÍTULO 14 - INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Toda edificação deverá dispor de instalações sanitárias conforme disposto neste Capítulo.

SEÇÃO 14.1-QUANTIFICAÇÃO

As peças das instalações sanitárias serão quantificadas em função da atividade desenvolvida na edificação, conforme agrupamento do Capítulo 8, e em razão de sua população.

14.1.1-Na edificação destinada ao uso habitacional, as instalações sanitárias deverão dispor de peças nas seguintes quantidades mínimas:

- a) casa: 1 (uma) bacia, 1 (um) lavatório e 1 (um) chuveiro;
- b) prédio de apartamentos: 1 (uma) bacia, 1 (um) lavatório, e 1 (um) chuveiro para cada unidade habitacional e 1 (uma) bacia, 1 (um) lavatório e 1 (um) chuveiro para a área de uso comum da edificação;
- c) outros tipos de uso habitacional: 1 (uma) bacia, 1 (um) lavatório e 1 (um) chuveiro para cada 5 (cinco) pessoas.

14.1.1.1-As demais disposições desta seção não se aplicam às edificações destinadas ao uso habitacional.

14.1.2-Nas demais edificações as instalações sanitárias deverão dispor de peças, nas seguintes quantidades mínimas:

- a) centro de compras, restaurante e local de reunião: 1 (uma) bacia e 1 (um) lavatório para cada 50 (cinquenta) pessoas;
- b) prestação de serviços de saúde com internação e de hospedagem: 1 (uma) bacia, 1 (um) lavatório e 1 (um) chuveiro para cada 2 (duas) unidades de internação ou hospedagem, e 1 (uma) bacia e 1 (um) lavatório para cada 20 (vinte) pessoas nas demais áreas, descontadas deste cálculo as áreas destinadas a internação ou hospedagem;
- c) prestação de serviços automotivos do tipo estacionamento de veículos e edifício-garagem: 1 (uma) bacia e 1 (um) lavatório, distribuídos de forma que nenhum usuário percorra distância vertical superior a 10,00m (dez metros), e 1 (um) chuveiro;
- d) outras destinações: 1 (uma) bacia e 1 (um) lavatório para cada 20 (vinte) pessoas.

14.1.3-Do total de peças exigidas no item 14.1.2, 3% (três por cento), e no mínimo 1 (uma) de cada, deverá ser apropriada ao uso de pessoas portadoras de deficiência, quando a edificação for destinada a:

- a) comércio e serviço com área computável superior a 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados);
- b) prestação de serviços de saúde;

- c) prestação de serviços de educação com área computável superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados), excetuados os cursos livres;
- d) local de reunião com mais de 100 (cem) pessoas;
- e) terminal de passageiros e outras atividades e serviços de caráter especial a critério da FMSP;
- f) qualquer outro uso com lotação superior a 600 (seiscentas) pessoas.

14.1.4-Quando, em razão da atividade desenvolvida, for prevista a instalação de chuveiros, estes serão calculados na proporção de um para cada 20 (vinte) usuários.

14.1.5-No mesmo andar do compartimento destinado a consumo de alimentos será obrigatória a previsão de instalação sanitária contendo, no mínimo, 1 (uma) bacia e 1 (um) lavatório.

14.1.6-Deverão ser previstas instalações sanitárias separadas por sexo, quando o número de pessoas for superior a 50 (cinquenta) para os usos listados na alínea "a" ou 20 (vinte) para os usos listados nas alíneas "b" e "d", deste item.

14.1.6.1-A soma das peças das instalações sanitárias, masculinas e femininas, deverá totalizar as quantidades mínimas exigidas.

14.1.6.2-A proporção da quantidade de peças para cada sexo será decorrente da atividade desenvolvida na edificação.

14.1.6.3-Nas instalações sanitárias masculinas, 50% (cinquenta por cento) das bacias poderão ser substituídas por mictórios.

14.1.7-A instalação sanitária deverá ser provida de antecâmara ou anteparo que impeça o devassamento de seu interior, quando der acesso direto a compartimento destinado a trabalho, consumo de alimentos ou refeitório.

14.1.8-O percurso real de qualquer ponto até uma instalação sanitária será de, no máximo, 100,00m (cem metros), podendo se situar em andar contíguo ao considerado.

SEÇÃO 14.2-DIMENSIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES

As instalações sanitárias serão dimensionadas em função do tipo de peças que contiverem.

14.2.1-As instalações sanitárias deverão observar as dimensões mínimas previstas na tabela a seguir:

TABELA 14.2.1-DIMENSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

TIPO DE PEÇA	DIMENSÕES MÍNIMAS DAS INSTALAÇÕES	
	LARGURA (m)	ÁREA (m ²)
BACIA	0,80	1,00
LAVATÓRIO	0,80	0,64
CHUVEIRO	0,80	0,64
MICTÓRIO	0,80	0,64
BACIA E LAVATÓRIO	0,80	1,20
BACIA, LAVATÓRIO E CHUVEIRO	0,80	1,84
BACIA USO DE DEFICIENTE	1,40	2,24

14.2.1.1-Os lavatórios e mictórios coletivos dispostos em cocho serão dimensionados à razão de 0,60m (sessenta centímetros) por usuário.

14.2.2-Deverá ser previsto vestiário com área mínima de 1,20m² (um metro e vinte decímetros quadrados) para cada chuveiro instalado, excetuada a área do próprio chuveiro.

14.2.2.1-O disposto neste item não se aplica às casas, unidades habitacionais dos prédios de apartamentos e compartimentos de repouso em edificação destinada à prestação de serviços de saúde e de hospedagem. /

14.2.3-As instalações sanitárias destinadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência deverão, ainda, ser dotadas de:

- a) porta com vão livre mínimo de 0,80m (oitenta centímetros), de correr ou com sentido de abertura para o lado externo do compartimento;
- b) antecâmara com dimensão mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), ou anteparo disposto de forma a garantir espaço livre com o mesmo dimensionamento.

CAPÍTULO 15 - INSTALAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

A instalação e armazenagem de produtos químicos, inflamáveis e explosivos, nos estados sólido, líquido e gasoso, bem como suas canalizações e equipamentos, serão regidas por este Capítulo e deverão ainda atender às NTO e, na falta destas, às normas regulamentadoras expedidas pela PMSP, bem como às normas especiais emanadas da autoridade competente.

SEÇÃO 15.1-CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E ARMAZENAGEM

As edificações, tanques, reservatórios, canalizações e equipamentos, em função do tipo de produto armazenado, deverão garantir a segurança e integridade da vizinhança através de proteção adequada contra vazamentos, incêndios, descargas atmosféricas, emissão de gases e vapores nocivos, odores e temperaturas extremas.

15.1.1-Os tanques e reservatórios a céu aberto deverão atender aos recuos previstos na LPUOS, respeitado o afastamento de, no mínimo, 3,00m (três metros) das divisas do lote.

15.1.2-Os mesmos afastamentos previstos no item anterior serão aplicados às canalizações e aos equipamentos integrantes do sistema de armazenagem.

15.1.3-Nas edificações destinadas à prestação de serviços automotivos ou naquelas que possuam abastecimento de frota própria de veículos, os equipamentos, inclusive os destinados a abastecimento e armazenagem de produto inflamável em estado líquido, deverão atender aos afastamentos mínimos estabelecidos na seguinte tabela:

TABELA 15.1.3 - AFASTAMENTOS MÍNIMOS DOS EQUIPAMENTOS

TIPO	AFASTAMENTO MÍNIMO (m)		
	DIVISA COM LOGRADOURO	DEMAIS DIVISAS	EDIFICAÇÕES
TANQUE ENTERRADO	1,50	1,50	1,50
BOMBA DE ABASTECIMENTO	4,50	1,50	1,50
OUTROS EQUIPAMENTOS (1)	RECUOS DA LPUOS	1,50	DISPENSADO

NOTA: (1) Classificam-se como "outros equipamentos" os elevadores para troca de óleo, conjunto para lavagem ou lubrificação e aparelhos de lavagem automática.

Folha n.º	103	de proc.
n.º	326	de 19 96
		86

15.1.3.1-Os tanques enterrados deverão estar afastados entre si, no mínimo, 1,00m (um metro) e instalados à profundidade mínima de 1,00m (um metro).

15.1.4-As disposições deste Capítulo não são aplicáveis aos reservatórios de máquinas e motores, desde que a eles integrados e com capacidade limitada.

CAPÍTULO 16 - EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS COMPLEMENTARES

Qualquer edificação, sem prejuízo do atendimento às disposições deste Código, deverá, quando pertinente e na dependência dos agrupamentos previstos no Capítulo 8, observar as NTO e as restrições específicas da legislação federal e estadual correlatas nas áreas do trabalho, saúde e educação, bem como as leis municipais complementares e as restrições constantes neste Capítulo.

SEÇÃO 16.1-HABITAÇÃO

As edificações destinadas ao uso habitacional deverão conter, no mínimo, espaços destinados a repouso, instalação sanitária e preparo de alimentos.

16.1.1-Nos prédios de apartamentos, o pavimento térreo destinado a áreas comuns, inclusive residência do zelador com até 60,00m² (sessenta metros quadrados), não será considerado área computável.

16.1.2-As edificações destinadas a orfanato e asilo deverão dispor de compartimentos de repouso e instalação sanitária apropriados ao uso de pessoas portadoras de deficiência, na proporção de 2% (dois por cento) do total dos compartimentos, e, no mínimo, um de cada.

SEÇÃO 16.2-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

As edificações destinadas à prestação de serviços de educação, até o nível de segundo grau, deverão dispor de áreas de recreação para a totalidade da população de alunos.

16.2.1-Nas edificações destinadas à prestação de serviços de educação, os alunos não poderão vencer desníveis superiores a:

- a) 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) nas creches, escolas maternas e pré-escolas;
- b) 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros) nas escolas de primeiro grau.

16.2.1.1-Admite-se que os andares destinados exclusivamente ao uso da administração apresentem desníveis superiores aos estabelecidos neste item.

16.2.2-As edificações destinadas à prestação de serviços de educação com área computável superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados), excetuados os cursos livres, deverão dispor de salas apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência, na proporção de 2% (dois por cento) do total das salas, e, no mínimo, uma.

SEÇÃO 16.3-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM

As edificações destinadas a serviços de hospedagem com área computável superior a 500,00m² (quinhentos metros quadrados), deverão dispor de compartimentos de repouso e instalação sanitária apropriados ao uso de pessoas portadoras de deficiência, na proporção de 2% (dois por cento) do total dos compartimentos, e, no mínimo, um de cada.

SEÇÃO 16.4-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS

Nas edificações destinadas a posto de abastecimento, lavagem ou serviços, a cobertura destinada a abrigar pedestres e veículos poderá ocupar o recuo de frente previsto na LPUOS, desde que aberta em toda a extensão dos alinhamentos dos logradouros e os elementos estruturais de apoio não avancem sobre este recuo.

16.4.1-Os compartimentos destinados a abrigar serviços de lavagem, lubrificação e pintura serão executados de modo a não permitir a dispersão do material em suspensão utilizado no serviço.

SEÇÃO 16.5-INDÚSTRIA, OFICINA E DEPÓSITO

Visando o controle da qualidade de vida da população, a implantação e instalação de indústrias e oficinas que produzam resíduos líquidos, sólidos ou gasosos potencialmente poluidores, dependerão, também, de aceitação por parte do órgão estadual competente.

SEÇÃO 16.6-LOCAL DE REUNIÃO

Os locais de reunião deverão dispor de 1% (um por cento) da sua capacidade destinado ao uso por parte de pessoas portadoras de deficiência, e, no mínimo, dois lugares.

16.6.1-Os espaços, acessos e ingressos destinados à utilização por parte de pessoas portadoras de deficiência deverão ser indicados através de sinalização adequada e apresentar condições construtivas que lhes garantam a necessária mobilidade e locomoção.

16.6.2-Nos locais de reunião dotados de assentos fixos dispostos em filas, os corredores de circulação da platéia deverão ser dimensionados de forma a permitir o escoamento em segurança da totalidade dos usuários.

SEÇÃO 16.7-ATIVIDADE E SERVIÇO DE CARÁTER ESPECIAL

As edificações e instalações com características especiais terão seus projetos regulados, no que se refere à observância dos padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto, pelo órgão municipal competente que fixará, em cada caso, diretrizes a serem obedecidas, sujeitas a regulamentação por parte do Executivo.

SEÇÃO 16.8-ATIVIDADE TRANSITÓRIA

As atividades transitórias deverão atender, no que couber, às normas gerais estabelecidas neste Código.

SEÇÃO 16.9-USO MISTO

A instalação de mais de uma atividade em uma edificação, caracterizando uso misto, além do atendimento às disposições previstas na LPUOS, deverá respeitar as normas fixadas neste Código, em especial as que se referem a espaços destinados à circulação e escoamento em segurança dos usuários.

16.9.1-Não caracteriza uso misto, a comercialização de produtos fabricados ou depositados na própria indústria, oficina ou depósito.

16.9.2-A atividade "estacionamento" somente poderá ser instalada juntamente com outra, desde que não seja reduzido o número mínimo de vagas exigido para a outra atividade.

16.9.3-Poderá ser permitida a instalação de atividade transitória junto a outra atividade, caracterizando uso misto, sendo que os tipos de acesso a serem utilizados serão estabelecidos, caso a caso, pela PMSP.

ANEXO II

TABELA DE TAXAS PARA EXAME E VERIFICAÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÕES

EXAME E VERIFICAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÕES	VALOR EM UFIR	BASE DE CÁLCULO OU UNIDADES
1 - COMUNICAÇÃO	14,29	CADA COMUNICAÇÃO
2 - PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO	4,76	METRO OU FRAÇÃO DA TESTADA
3 - PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO (PEDIDO INICIAL OU RENOVACÃO)		
I - PARA UTILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE ELEVADORES E OUTROS APARELHOS DE TRANSPORTE	142,98	CADA ELEVADOR OU APARELHO/POR TRIMESTRE
II - PARA AVANÇO DE TAPUME SOBRE PARTE DO PASSEIO	14,29	METRO OU FRAÇÃO DE TESTADA/POR TRIMESTRE
III - DEMAIS PEDIDOS	142,98	CADA PEDIDO/POR TRIMESTRE
4 - PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE APROVAÇÃO		
I - MOVIMENTO DE TERRA		
A) PEDIDO INICIAL	0,47	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA DE TERRENO A TERRAPLANAR
B) REVALIDAÇÃO	0,14	
II - MURO DE ARRIMO		
A) PEDIDO INICIAL	95,32	CADA PEDIDO
B) REVALIDAÇÃO	31,45	
C) REVALIDAÇÃO DE ACORDO COM O ITEM 3.7.13	95,32	
III - EDIFICAÇÃO NOVA OU ÁREA ACRESCIDA EM REFORMA		
A) PEDIDO INICIAL	1,42	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO
B) REVALIDAÇÃO	0,47	
C) REVALIDAÇÃO DE ACORDO COM O ITEM 3.7.13	1,42	

IV - REFORMA OU RESTAURO		
A) PEDIDO INICIAL	0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DE REFORMA OU DE RESTAURO
B) REVALIDAÇÃO	0,23	
C) REVALIDAÇÃO DE ACORDO COM O ITEM 3.7.13	0,71	
V - EQUIPAMENTO PERMANENTE		
A) PEDIDO INICIAL	47,66	CADA EQUIPAMENTO
B) REVALIDAÇÃO	15,72	
C) REVALIDAÇÃO DE ACORDO COM O ITEM 3.7.13	47,66	
VI - SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA		
A) PEDIDO INICIAL	0,07	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DO PROJETO
B) REVALIDAÇÃO	0,02	
C) REVALIDAÇÃO DE ACORDO COM O ITEM 3.7.13	0,07	
5 - PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE EXECUÇÃO		
I - PEDIDO INICIAL	238,30	CADA PEDIDO
II - REVALIDAÇÃO DE ACORDO COM O ITEM 3.7.7 (movimento de terra)	119,15	CADA PEDIDO
III - REVALIDAÇÃO DE ACORDO COM O ITEM 3.7.13	238,30	CADA PEDIDO
IV - PROJETO MODIFICATIVO		
A) MOVIMENTO DE TERRA	0,23	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA DE TERRENO A TERRAPLA- NAR OU A ESCAVAR
B) MURO DE ARRIMO	47,66	CADA PEDIDO
C) EDIFICAÇÃO NOVA OU ÁREA ACRESCIDA EM REFORMA	0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA MODIFICAÇÃO
D) REFORMA OU RESTAURO	0,38	
E) EQUIPAMENTO PERMANENTE	23,83	CADA EQUIPAMENTO
F) SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA	0,03	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA MODIFICAÇÃO

6 - PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR		
I - EDIFICAÇÃO NOVA OU ÁREA ACRESCIDA EM REFORMA		
A) PEDIDO INICIAL	1,42	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO
B) REVALIDAÇÃO	0,47	
C) PROJETO MODIFICATIVO	0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA MODIFICAÇÃO
II - REFORMA		
A) PEDIDO INICIAL	0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DE REFORMA
B) REVALIDAÇÃO	0,23	
C) PROJETO MODIFICATIVO	0,38	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA MODIFICAÇÃO
7 - PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA OBRA DE PEQUENO PORTE		
I - IMPLANTAÇÃO DE MOBILIÁRIO		
A) PEDIDO INICIAL	2,38	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO
B) PROJETO MODIFICATIVO	1,19	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO
II - PEQUENA REFORMA		
A) PEDIDO INICIAL	0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA ALTERAÇÃO
	1,42	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA ACRESCIDA
B) PROJETO MODIFICATIVO	0,38	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DA ALTERAÇÃO MODIFICADA
	0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA ACRESCIDA MODIFICADA
8 - PEDIDO DE CERTIFICADO DE MUDANÇA DE USO	0,47	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO
9 - PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE:		
I - INSTALAÇÃO PARA ELEVADORES E OUTROS APARELHOS DE TRANSPORTE	4,76	POR NÚMEROS DE ANDARES PERCORRIDOS/POR CADA ELEVADOR OU APARELHO
II - FUNCIONAMENTO PARA ELEVADORES E OUTROS APARELHOS DE TRANSPORTE	47,66	CADA ELEVADOR OU APARELHO
10 - PEDIDO DE EMISSÃO DE AUTO DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA - AVS	0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA OBJETO DO PEDIDO
	1,42	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO DA ÁREA ACRESCIDA NO PROJETO DE ADAPTAÇÃO

ANEXO III

TABELA DE MULTAS POR DESATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES

INFRAÇÃO	DISPOSITIVO INFRINGIDO	VALOR EM UFIR .	BASE DE CÁLCULO
1-NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO QUE COMPROVE O LICENCIAMENTO DA OBRA OU SERVIÇO EM EXECUÇÃO	6.1.2	95,32	UNIDADE (1)
2-INEXISTÊNCIA DE COMUNICAÇÃO OU DESVIRTUAMENTO DA COMUNICAÇÃO APRESENTADA, EM CASO DE:			
I - OBRAS EMERGENCIAIS:			
A) MOVIMENTO DE TERRA	3.3.b	0,95	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (2)
B) MURO DE ARRIMO		19,06	METRO LINEAR OU FRAÇÃO
C) EQUIPAMENTO		95,32	UNIDADE (1)
D) EM OBRA COM ÁREA ATÉ 80,00m ²		0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (3)
E) EM OBRA COM ÁREA SUPERIOR A 80,00m ²		2,14	
II - REPAROS EXTERNOS ACIMA DO SEGUNDO ANDAR	3.3.c	953,21	UNIDADE (1)
3-INEXISTÊNCIA DE ALVARÁ DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO OU EXECUÇÃO EM DESACORDO COM A LICENÇA CONCEDIDA	3.4	19,06	METRO LINEAR OU FRAÇÃO DA TESTADA DO LOTE
4-INEXISTÊNCIA DE ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO OU DESVIRTUAMENTO DA LICENÇA CONCEDIDA, EM CASO DE:			
I - IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO TRANSITÓRIA OU EQUIPAMENTO TRANSITÓRIO	3.5.a 3.5.b	953,21	UNIDADE (1)
II - IMPLANTAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS EM IMÓVEL DISTINTO DAQUELE ONDE SE DESENVOLVE A OBRA	3.5.c		
III - UTILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE ELEVADORES E OUTROS APARELHOS DE TRANSPORTE	3.5.d		
IV - UTILIZAÇÃO TEMPORÁRIA DE EDIFICAÇÃO PARA USO DIVERSO DO LICENCIADO, DESDE QUE PERMITIDO PELA LPUOS	3.5.e		
V - AVANÇO DE TAPUME SOBRE PARTE DO PASSEIO PÚBLICO	3.5.f 5.2.1	47,66	METRO LINEAR OU FRAÇÃO DA TESTADA DO LOTE

5-INEXISTÊNCIA DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR OU DE ALVARÁ DE EXECUÇÃO, EM CASO DE EDIFICAÇÃO NOVA, REFORMA, RESTAURO OU RECONSTRUÇÃO DE:			
I - CASA COM ÁREA ATÉ 80,00m2		0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (4)
II - CASA COM ÁREA ENTRE 80,00m2 E 250,00m2	3.7.c	1,42	
III - CASA COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2	3.7.d 3.7.e 3.7.h	1,90	
IV - EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA ATÉ 250,00m2	3.8.a 3.8.b	1,66	
E) EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2		2,14	
6-EXECUÇÃO EM DESACORDO COM A LICENÇA, EM CASO DE EDIFICAÇÃO NOVA, REFORMA, RESTAURO OU RECONSTRUÇÃO DE:			
I - CASA COM ÁREA ATÉ 80,00m2		0,35	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (4)
II - CASA COM ÁREA ENTRE 80,00m2 E 250,00m2	3.7.c	0,71	
III - CASA COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2	3.7.d 3.7.e 3.7.h	0,95	
IV - EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA ATÉ 250,00m2	3.8.a 3.8.b	0,83	
V - EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2		1,07	
7-INEXISTÊNCIA DE ALVARÁ DE EXECUÇÃO OU EXECUÇÃO EM DESACORDO COM A LICENÇA CONCEDIDA, EM CASO DE:			
I - MOVIMENTO DE TERRA	3.7.a	0,95	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (2)
II - MURO DE ARRIMO	3.7.b	19,06	METRO LINEAR OU FRAÇÃO
III - INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE, EXCETO ELEVADORES E OUTROS APARELHOS DE TRANSPORTE	3.7.f	95,32	UNIDADE (1)
IV - SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA	3.7.g	0,14	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (3)
V - DEMOLIÇÃO TOTAL DA EDIFICAÇÃO	3.7.i	0,71	

8-INEXISTÊNCIA DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA OBRA DE PEQUENO PORTE OU EXECUÇÃO EM DESACORDO COM A LICENÇA CONCEDIDA, EM CASO DE:			
I - IMPLANTAÇÃO DE MOBILIÁRIO	3.9.a	95,32	UNIDADE (1)
II - EXECUÇÃO DE PEQUENA REFORMA EM:			
A) CASA COM ÁREA ATÉ 80,00m2	3.9.b	95,32	UNIDADE (1)
B) CASA COM ÁREA SUPERIOR A 80,00m2		142,98	
C) EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA ATÉ 250,00m2		142,98	
D) EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2		190,64	250,00m2 OU FRAÇÃO
9-OBRA CONCLUÍDA E SEM CERTIFICADO DE CONCLUSÃO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, OU EM DESACORDO COM A LICENÇA CONCEDIDA, NO CASO DE:			
I - MOVIMENTO DE TERRA	3.10 6.2	1,90	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (2)
II - MURO DE ARRIMO		38,12	METRO LINEAR OU FRAÇÃO
III - EDIFICAÇÕES EM CASO DE EDIFICAÇÃO NOVA, REFORMA, RESTAURO OU RECONSTRUÇÃO:		1,42	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (3)
A) CASA COM ÁREA ATÉ 80,00m2		2,85	
B) CASA COM ÁREA ENTRE 80,00m2 E 250,00m2			
C) CASA COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2			
D) EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA ATÉ 250,00m2		3,33	
E) EDIFICAÇÕES PARA OUTROS USOS COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2		4,28	
IV - INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO PERMANENTE, EXCETO ELEVADORES E OUTROS APARELHOS DE TRANSPORTE		190,64	UNIDADE (1)
V - SISTEMA ESPECIAL DE SEGURANÇA		0,28	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (3)
VI - DEMOLIÇÃO TOTAL		1,42	
10-UTILIZAÇÃO DE EDIFICAÇÃO SEM CERTIFICADO DE CONCLUSÃO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, OU PARA USO DIVERSO DO LICENCIADO NO CASO DE:			
I - EDIFICAÇÃO COM ÁREA ATÉ 250,00m2	3.10.1	33,36	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO
II - EDIFICAÇÃO COM ÁREA SUPERIOR A 250,00m2	3.11	42,89	

11-NÃO ATENDIMENTO À INTIMAÇÃO DECORRENTE DE
INEXISTÊNCIA DE CONDIÇÕES DE ESTABILIDADE OU
SEGURANÇA, EM CASO DE:

I - MOVIMENTO DE TERRA	6.3	0,95	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (2)
II - MURO DE ARRIMO		19,06	METRO LINEAR OU FRAÇÃO
III - EQUIPAMENTO		95,32	UNIDADE (1)
IV - OBRA COM ÁREA ATÉ 80,00m²		0,71	METRO QUADRADO OU FRAÇÃO (3)
V - OBRA COM ÁREA SUPERIOR A 80,00m²		2,14	
12-INFRAÇÕES ÀS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO COE OU DA LOE		ATÉ 4.766,09	UNIDADE, METRO QUADRADO OU FRAÇÃO, METRO LINEAR OU FRAÇÃO

NOTAS: (1) Aplica-se a cada obra, edificação, equipamento ou mobiliário.

(2) Aplica-se sobre a área de terreno escavado ou terraplanado.

(3) Aplica-se sobre a área construída.

(4) Aplica-se sobre a área construída, reformada, acrescida, suprimida, modificada ou reconstruída.

Folha n.º	114	de proc.
n.º	326	de 19 196

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar alguns pontos do atual Código de Obras e Edificações - COE, aprovado pela Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992.

Na forma do disposto no artigo 16 da citada lei foi constituída a Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações - CEACOE, que ofertou o presente texto, após aprofundados estudos, juntamente com entidades profissionais voltadas à construção civil, dentre as quais a ASBEA - Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura; IE - Instituto de Engenharia; IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil; SECOVI-SP - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo; SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo; CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; SEAM - Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Município; SINAENCON - Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, e SASP - Sindicato dos Arquitetos de São Paulo.

A revisão abordou vários aspectos, dentre os quais destaco:

I - Explicitação da obrigatoriedade de prévio licenciamento, pela Prefeitura, para execução, instalação, manutenção e utilização de obras, serviços, edificações, equipamentos e mobiliário, com vistas à atuação do Município no que tange ao exercício do poder de polícia determinado pelo artigo 160, inciso VII da Lei Orgânica do Município. Embora subentendido no "caput" da Seção 6.1, deliberou-se pela conveniência de mencionar expressamente a necessidade de licença;

II - Enquadramento das figuras de Diretrizes de Projeto, Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte, Alvará de Instalação para elevadores e outros aparelhos de transporte e Auto de Verificação de Segurança, na categoria de processos especiais regidos pela Lei nº 8.777/78, com a finalidade de normatizar e agilizar os procedimentos administrativos que cuidam da matéria (artigo 4º do projeto de lei);

III - Modificação dos dispositivos concernentes aos imóveis parcial ou totalmente atingidos por plano de melhoramentos públicos, por revestir-se o tema de cunho urbanístico;

IV - Supressão da Ficha Técnica e Diretrizes de Projeto, da incidência prevista no artigo 7º da Lei nº 11.228/92, em razão de não serem documentos obrigatórios, ensejando a cobrança de preço público e não mais de taxa (artigo 9º do projeto de lei);

V - Para facilitar o atendimento à população de baixa renda, no que concerne às construções de moradia econômica, além da Prefeitura e órgãos de classe de arquitetos e engenheiros, entidades ou estabelecimentos de ensino superior de Arquitetura e Engenharia poderão colaborar na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares (art. 11 do projeto de lei);

VI - Fixar normas técnicas especiais diversas das adotadas pelo Código de Obras e Edificações para projetos que impliquem intervenção urbanística promovida pelo Poder Público (art. 14 do projeto de lei);

VII - Isenção do pagamento de taxas para exame e verificação de projetos e construções e preços públicos para os programas de habitação de interesse social promovidos pelo Poder Público ou entidades sob controle acionário do Poder Público, e redução em 50% das taxas para exame e verificação de projetos e construções devidas para os programas de habitação de interesse social promovidos por entidades privadas que operam com recursos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação;

VIII - Compatibilização das disposições dos Capítulos 2 e 3, no que concerne aos direitos do possuidor do imóvel, permitindo-lhe expressamente que requeira Alvarás de Licença para Residência Unifamiliar e para Obra de Pequeno Porte, desde que detenha compromisso de compra e venda, ainda que não registrado, atendendo, assim, à mais recente

jurisprudência agasalhada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ;

IX - Inclusão de dispositivo que esclarece sobrepor-se as normas edilícias emanadas pela Prefeitura àquelas constantes das Normas Técnicas, Normas Técnicas Oficiais e Normas Técnicas de Concessionária, não eximindo, entretanto, o seu atendimento, desde que não contrárias às emanadas pelo Poder Público;

X - Supressão do prazo de validade de Ficha Técnica, por ser documento meramente informativo, não gerando qualquer direito adquirido ao requerente;

XI - Capítulo 3:

a) restrição do cabimento da Comunicação à execução de reparos externos acima do segundo andar, execução de obras emergenciais, e baixa, assunção ou transferência de responsabilidade profissional, ensejando a simplificação de seu procedimento;

b) inclusão da possibilidade de apresentação da escritura reti-ratificada quando da emissão do Alvará de Execução, no caso de divergência inferior ou igual a 5%, alcançando, assim, índices urbanísticos relativos ao tamanho real do lote;

c) instituição de Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte para simplificar a construção de Obras Complementares, que abrangerá o licenciamento de implantação de Mobiliário em área externa da edificação e da pequena reforma;

d) inserção do Auto de Verificação de Segurança no bojo do Código de Obras e Edificações, uma vez que era documento exigido por leis esparsas;

e) introdução da exigência de documentação comprobatória da regularidade da edificação expedida para o uso ou atividade desenvolvida, para os efeitos da aprovação da segurança, evitando-se, assim, a exigência da execução de obras em edificação cujo uso poderá vir a não ser permitido pela Prefeitura;

f) condicionamento da validade do Auto de Verificação de Segurança à manutenção do sistema de segurança, uma vez que não basta o licenciamento do mesmo, sendo imprescindível a sua manutenção, para a garantia da segurança das edificações;

XII - Capítulo 6 - substituição do atual Anexo III, concernente à Tabela de Multas por desatendimento à legislação de Obras e Edificações, e inclusão de regras novas tendo em vista a criação de novas figuras e modificações do Código vigente, trazendo os valores das multas a patamares realistas, pois os valores originais chegavam, em alguns casos, a ser confiscatórios;

XIII - Capítulo 10:

a) modificação do ponto de referência da altura máxima das edificações de "perfil original do terreno" para "perfil do terreno", considerando-se a distância "ao longo da divisa" e não mais "junto à divisa";

b) obrigatoriedade de observância da faixa livre "A" em toda a altura da edificação, para efeito de esclarecimento de condição já existente, mas não expressa;

c) observância obrigatória do espaço livre "I" estender-se por toda a altura da edificação com o fito de impedir que o escalonamento da edificação venha a prejudicar as condições de insolação e iluminação das partes inferiores;

d) introdução de condições de insolação e areação naturais para os compartimentos localizados no volume "Ve". Em consonância com o escalonamento previsto nos volumes "Vi" e "Vs", foram introduzidas condições diferenciadas para os compartimentos, em função da somatória dos índices "n", proporcionando essa especificação melhor qualidade de vida;

XIV - Capítulo 12 - A Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, introduziu novos conceitos para definir os parâmetros de segurança de uso das edificações, entre as quais a lotação corrigida em função da altura e a adoção dos critérios da legislação anterior, sem o detalhamento ali contido. Essa nova metodologia, porém, apresentou distorções ligadas ao porte das edificações nos diferentes usos.

À vista da comprovação dessas distorções, esses parâmetros foram reformulados para adequar a segurança de uso das edificações de qualquer porte.

No intuito de possibilitar que eventuais outros ajustes possam ser efetuados sempre que necessários, em razão do constante avanço tecnológico na área de Engenharia de Segurança, a exigir a atualização do disciplinamento, adotou-se, no projeto de lei, como técnica legislativa, apresentar na lei um Capítulo de Circulação e Segurança, com especificações essenciais e genéricas, sendo previsto que a regulamentação de conteúdo detalhado se efetue através de decreto, a permitir ações ágeis e imediatas (item 12.12. do Anexo I, do projeto de lei);

XV - Capítulo 13:

a) estabelecimento de faixa única para duplo sentido de circulação, a fim de servir de acesso a estacionamento de até 60 veículos, para edificações destinadas a qualquer uso;

b) alteração do percentual necessário para motocicletas, na Tabela 13.4.2, que passará de 10% para 8%;

c) supressão da exigência de tamanho de vagas diferenciadas e modificação da altura, largura e comprimento para os automóveis e utilitários. Foram introduzidos sentidos de direção e parametrados ângulos intermediários para todos os tipos de veículos, deixando a critério do autor do projeto a proposta adequada à finalidade da obra;

XVI - Capítulo 14:

a) alteração dos parâmetros para quantificação das instalações sanitárias dos restaurantes

e centros de compras, edifícios-garagem e estacionamentos de veículos, com a significativa redução do número de instalações nestes usos;

b) ampliação para outras destinações da exigência de sanitários para pessoas portadoras de deficiência e a introdução de dimensões mínimas para portas e antecâmaras dessas instalações;

XVII - Capítulo 16:

a) ampliação da necessidade de atendimento do dimensionamento mínimo, bem como da insolação e aeração naturais dos compartimentos para todas as edificações destinadas a prestação de serviços de educação;

b) exigência de porcentagem mínima de compartimentos de repouso e instalação sanitária para pessoas portadoras de deficiência nas edificações destinadas a serviços de hospedagem, bem como de salas apropriadas nas edificações destinadas a prestação de serviços de educação com área superior a 500m²;

c) supressão do limite máximo do número de andares, quando se tratar de edificações destinadas à prestação de serviços de educação, uma vez que os desníveis de circulação e escoamento estabelecidos são suficientes para essa finalidade.

As alterações acima sintetizadas objetivam a simplificação dos procedimentos administrativos e a otimização do relacionamento do munícipe com a Prefeitura, visando proporcionar melhor qualidade de vida aos moradores desta Cidade.

Folha n.º	122	de proc
n.º	324	de 9 96

Procurou-se adequar o novo estatuto urbano ao princípio original de sua edição, qual seja, legislar para todos, e não para uma minoria ou especialistas, garantindo, assim, o direito de todos os munícipes, além de e principalmente, preservar o interesse público.

Com estas considerações que evidenciam a conveniência da medida, é ela submetida à deliberação dessa Colenda Edilidade que, certamente, lhe dará o indispensável aval.

Acompanham cópias xerográficas ilustrativas do assunto.

IR/rmn

LEI Nº 11.228, DE 25 DE JUNHO DE 1.992,
"D.O.M." , DE 26 DE JUNHO DE 1.992,

LEI Nº 11.228 , DE 25 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis, revoga a Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, com as alterações adotadas por leis posteriores, e da outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 04 de junho de 1992, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Código de Obras e Edificações, que dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização das obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis, no Município de São Paulo.

Parágrafo único - Integram a presente lei os Capítulos e Seções do Anexo I e tabelas constantes dos Anexos II e III assim discriminados:

ANEXO I

- 1- OBJETIVOS.
- 2- DIREITOS E RESPONSABILIDADES.
- 3- DOCUMENTOS PARA CONTROLE DA ATIVIDADE DE OBRAS E EDIFICAÇÕES.
- 4- PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS.
- 5- PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS.
- 6- PROCEDIMENTOS FISCAIS.
- 7- EDIFICAÇÕES EXISTENTES.
- 8- USO DAS EDIFICAÇÕES.
- 9- COMPONENTES - MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS.
- 10- IMPLANTAÇÃO - AERAÇÃO E INSOLAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES.
- 11- COMPARTIMENTOS.
- 12- CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA.
- 13- ESTACIONAMENTO.
- 14- INSTALAÇÕES SANITÁRIAS.
- 15- CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS.
- 16- EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS COMPLEMENTARES.

ANEXO II

Tabela de Taxas devidas para o exame e verificação de projetos e construções, fixando as alíquotas, bases de cálculo e período de incidência do fato gerador do tributo.

ANEXO III

Tabela de Multas por desatendimento a disposições do Código de Obras e Edificações, fixando as alíquotas e bases de cálculo em razão do dispositivo infringido.

Art. 2º - Enquadram-se na categoria de especiais, regidos pela Lei nº 8.777, de 14 de setembro de 1978, os seguintes processos:

- I- Alvará de Alinhamento e Nivelamento;
- II- Alvará de Autorização;
- III- Alvará de Aprovação;

LEI 8.266/75

LEI 9.668/83

{ Regulamentação
P/Dec 32.329/92 }

{ Dec. 33.840/93 - Fidejussão
P/regularização de cong. Rima }

{ Portaria 375/93
Cons. Esp. }

{ Lei 11.522/94
Regularização de edificações }

Dec. 34.720/5-12-94

{ Lei 11.693/94
altera item 12.9 }

ORÇAMENTO DO GOVERNO DE LEI Nº 606, 89

LEGISLATIVO

Handwritten signature and date: 1992

- IV- Alvará de Execução;
- V- Alvará de Funcionamento de Equipamentos;
- VI- Certificado de Conclusão;
- VII- Alvará de Licença para Residências Unifamiliares;
- VIII- Certificado de Mudança de Uso.

Art. 3º - A execução de qualquer obra, em imóvel totalmente atingido por plano de melhoramento público e sem decretação de utilidade pública em vigor, será permitida pela Prefeitura do Município de São Paulo, observado o disposto na Legislação de Obras e Edificações e na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único - Considera-se como totalmente atingido o imóvel:

a) cujo remanescente não possibilite a execução de edificação que atenda ao disposto na Legislação de Obras e Edificações e na Legislação de Uso e Ocupação do Solo;

b) no qual, por decorrência de nova situação de nivelamento do logradouro, seja dificultada a implantação de edificações, a juízo da Prefeitura do Município de São Paulo.

Art. 4º - A execução de qualquer obra, em imóvel totalmente atingido por plano de melhoramento público e com decretação de utilidade pública em vigor, será permitida pela Prefeitura do Município de São Paulo, a título precário e observado o disposto na Legislação de Obras e Edificações e na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, não sendo devida ao proprietário qualquer indenização pela benfeitoria ou acessão quando da execução do melhoramento público.

Art. 5º - À execução das obras, em imóveis parcialmente atingidos por plano de melhoramento público aprovado por lei e sem decretação de utilidade pública em vigor, aplicam-se as seguintes disposições:

a) as edificações novas, e as novas partes das edificações nas reformas com aumento de área, deverão atender aos recuos mínimos obrigatórios, à taxa de ocupação e ao coeficiente de aproveitamento estabelecidos pela Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, em relação ao lote original;

b) as edificações projetadas deverão observar soluções que garantam, após a execução do plano de melhoramento público, o pleno atendimento, pelas edificações remanescentes, das disposições previstas na Legislação de Obras e Edificações e na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, em relação ao lote resultante da desapropriação.

Parágrafo único - Observadas as disposições deste artigo, a execução de edificações na faixa a ser desapropriada de imóvel parcialmente atingido por plano de melhoramento público aprovado por lei e com decretação de utilidade pública em vigor poderá ser permitida pela Prefeitura do Município de São Paulo, a título precário, não sendo devida ao proprietário qualquer indenização pela benfeitoria ou acessão quando da execução do melhoramento público.

Art. 6º - Fica assegurado aos proprietários de imóveis, quando doarem a Prefeitura do Município de São Paulo a parcela necessária à execução do melhoramento, o direito de, no cálculo do coeficiente de aproveitamento, acrescer a área doada a área remanescente; nestas condições, a implantação do projeto far-se-á, unicamente, sobre a área remanescente.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - As taxas para exame e verificação de projetos e construções, fundadas no poder de polícia do Município tem, como fato gerador, o pedido obrigatório de licenciamento.

§ 1º - Considera-se ocorrido o fato gerador no ato do protocolamento dos pedidos de:

- I - Emissão de Ficha Técnica;
- II - Análise de Diretrizes de Projeto;
- III - Apresentação de Comunicação;
- IV - Emissão de Alvará de Alinhamento e Nivelamento;
- V - Emissão de Alvará de Autorização;
- VI - Emissão de Alvará de Aprovação;
- VII - Emissão de Alvará de Execução;
- VIII - Emissão de Alvará de Funcionamento de Equipamentos;
- IX - Emissão de Alvará de Licença para Residências Unifamiliares;
- X - Emissão de certificado de Mudança de Uso.

§ 2º - Fica adotada a tabela constante do anexo II, para fixação das alíquotas, base de cálculo e ocorrência do fato gerador, correspondentes a cada espécie de pedido.

§ 3º - A taxa deverá ser integralmente recolhida, no momento da ocorrência do fato gerador, pelo proprietário do imóvel, titular do seu domínio útil, possuidor a qualquer título ou por quem efetivar o pedido respectivo.

§ 4º - Na omissão total ou parcial do recolhimento de eventual diferença, caberá lançamento de ofício, regularmente notificado o sujeito passivo, com prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ou impugnação administrativa.

§ 5º - Os débitos resultantes do presente projeto previsto no parágrafo anterior, não pagos nas épocas próprias, ficarão acrescidos de multa de 20% (vinte por cento) do valor, sujeitos a atualização monetária, além dos juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, conta dos sete últimos do mês seguinte ao do vencimento, sem prejuízo, quando for o caso, de honorários advocatícios, das custas e demais despesas judiciais, nos termos em que dispuser a legislação municipal pertinente.

Art. 8º - Ficam isentos do pagamento da taxa o requerimento de Alvará de Licença para Residências Unifamiliares, previsto no item 3.10 do anexo I, quando se tratar de edificação de moradia econômica, bem como a comunicação de pequenas reformas previstas no item 3.3, letra "d", do anexo I.

Parágrafo único - Para os efeitos desta lei, considera-se moradia econômica a residência unifamiliar destinada ao uso do proprietário, de caráter popular, com área total não excedente a 80,00 m² (oitenta metros quadrados) cuja execução não exija cálculo estrutural e que não constitua parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea.

Art. 9º - As construções de moradia econômica poderão gozar de fornecimento gratuito, pela Prefeitura, de projetos de arquitetura e executivo.

Parágrafo único - Mediante convênio, a ser firmado com o órgão de classe dos engenheiros e arquitetos, a Prefeitura poderá ainda fornecer, gratuitamente, assistência e responsabilidade técnica de profissional habilitado, para o acompanhamento das obras.

Art. 10 - O desatendimento às disposições desta lei ensejara os procedimentos fiscalizatórios e aplicação das penalidades pecuniárias previstas no Capítulo 6 do Anexo I e no Anexo III.

Art. 11 - Os prazos fixados pela presente lei são expressos em dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após o evento origem, até o seu dia final, inclusive; quando não houver expediente neste dia, prorrogar-se automaticamente o seu término para o dia útil imediatamente posterior.

Art. 12 - Os projetos para áreas sob intervenção urbanística promovida pelo Poder Público, bem como os programas habitacionais de interesse social, poderão ser objeto de normas técnicas especiais diversas das adotadas por esta lei e apropriadas à finalidade do empreendimento e fixadas por ato do Executivo.

Parágrafo único - São considerados programas habitacionais de interesse social, dentre outros, a reurbanização de favelas, intervenção em cortiços e construção organizada por mutirões.

Art. 13 - O Executivo, à vista da evolução da técnica e dos costumes, promoverá a constante atualização das prescrições desta lei fixando, para isso, os seguintes objetivos:

a) promoção de avaliações periódicas da legislação, reunindo os resultados dos trabalhos técnicos que serão desenvolvidos no sentido de sua modernização e atualização;

b) promoção dos remanejamentos e adequações administrativos necessários ao processo de modernização e atualização desta lei, inclusive no que se refere a estrutura operacional de fiscalização;

c) estabelecimento de novos procedimentos que permitam a reunião do maior número de experiências e informações de entidades e órgãos técnicos externos à Prefeitura;

d) estabelecimento de rotinas e sistemáticas de consulta a entidades representativas da comunidade.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 14 - Poderá haver opção pelo exame de projetos e execução da obra, integralmente de acordo com a legislação anterior, ou, então, totalmente pelas normas da presente lei, nos seguintes casos:

I - De pedidos, protocolos e numerados na Prefeitura até a data de início da vigência desta lei, ainda sem despacho decisório ou com interposição de recurso dentro dos prazos legais, referentes a licenciamento das construções ou alterações de projetos com alvarás expedidos e ainda não caducos;

II - De pedidos, ingressados após a data da publicação desta lei, de alteração ou modificação de projetos com alvarás expedidos em vigor.

Parágrafo único - No caso de opção pelo exame de acordo com a legislação anterior, não serão admitidas, seja durante o andamento do pedido referido no item I ou quando já exista licenciamento no caso do item II deste artigo, quaisquer mudanças, alterações ou modificações que impliquem no agravamento das desconformidades ou criação de novas infrações a esta lei.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - As regularizações das edificações continuam regidas, no que couber, pelas disposições do art. 5º da Lei nº 8.382, de 13 de abril de 1976, e legislação correlata posterior.

Art. 16 - Fica constituída, pelo prazo de 1 (um) ano, Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações, coordenada pela Assessoria Técnica da Comissão de Edificações e Uso do Solo - CEUSO, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB, composta ainda por representantes de Entidades Cíveis e representantes das Secretarias Municipais das Administrações Regionais - SAR, do Planejamento - SENPLA, de Serviços e Obras - SSO e das Vias Públicas - SVP objetivando:

a) avaliação do presente texto, de lei e eventuais problemas decorrentes de sua aplicação;
b) propostas de remanejamento e adequação administrativa, caso necessário, após aprovação do Plano Diretor e instalação das Subprefeituras, inclusive no que se refere a estrutura operacional de fiscalização.

Art. 17 - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O Executivo fixará as Normas Técnicas Oficiais, ou emanadas da autoridade competente, a serem observadas no projeto e execução das edificações, conforme expressamente previsto nas disposições desta lei ou sempre que sua aplicação seja conveniente.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975 e legislação modificativa posterior, bem como, no que for pertinente, a Lei nº 9.668, de 29 de dezembro de 1983.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de junho de 1992, 439ª da fundação de São Paulo.

LUÍZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA
DALMO DE ABREU DALLARI, Secretário dos Negócios Jurídicos
AMIR ANTONIO KHAIK, Secretário das Finanças
DELMAR MATTES, Secretário de Vias Públicas
MARCIO JUNQUEIRA DE SOUZA E SILVA, Secretário de Serviços e Obras

JOSÉ CARLOS PEGOLARO, Secretário das Administrações Regionais
KERNÍIA TEREZINHA MENON MARICATTO, Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano

PAUL ISRAEL SINGER, Secretário Municipal do Planejamento
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 25 de junho de 1992.

PEDRO BOHOMOLETZ DE ABREU DALLARI, Secretário do Governo Municipal

ANEXOS INTEGRANTES À LEI Nº 11.228, DE 25 DE JUNHO DE 1992

CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES

ÍNDICE DE CAPÍTULOS E SEÇÕES

1- OBJETIVOS

- 1.1- Conceitos
- 1.2- Siglas e Abreviaturas

2- DIREITOS E RESPONSABILIDADES

- 2.1- Do Município
- 2.2- Do Proprietário
- 2.3- Do Possuidor
- 2.4- Do Profissional

3- DOCUMENTOS PARA CONTROLE DA ATIVIDADE DE OBRAS E EDIFICAÇÕES

- 3.1- Ficha Técnica
- 3.2- Diretrizes de Projeto
- 3.3- Comunicação
- 3.4- Alvará de Alinhamento e Nivelamento
- 3.5- Alvará de Autorização
- 3.6- Alvará de Aprovação
- 3.7- Alvará de Execução
- 3.8- Alvará de Funcionamento de Equipamentos
- 3.9- Certificado de Conclusão
- 3.10- Alvará de Licença para Residência Unifamiliar
- 3.11- Certificado de Mudança de Uso

4- PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

- 4.1- Análise dos Processos
- 4.2- Prazos para Despacho
- 4.3- Prazo para Retirada do Documento
- 4.4- Procedimentos Especiais

5- PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS

- 5.1- Canteiro de Obras
- 5.2- Fechamento do Canteiro de Obras
- 5.3- Plataforma de Segurança e Vedação Externa das Obras

6- PROCEDIMENTOS FISCAIS

- 6.1- Verificação da Regularidade da Obra
- 6.2- Verificação da Estabilidade, Segurança e Salubridade da Edificação
- 6.3- Penalidades

7- EDIFICAÇÕES EXISTENTES

- 7.1- Reformas
- 7.2- Reconstruções

8- USO DAS EDIFICAÇÕES

- 8.1- Habitação
- 8.2- Comércio e Serviço
- 8.3- Prestação de Serviços de Saúde
- 8.4- Prestação de Serviços de Educação
- 8.5- Prestação de Serviços de Hospedagem
- 8.6- Prestação de Serviços Autônomo
- 8.7- Indústrias, Oficinas e Depósitos
- 8.8- Locais de Reunião
- 8.9- Prática de Exercício Físico ou Esporte
- 8.10- Atividades e Serviços de Caráter Especial
- 8.11- Atividades Temporárias
- 8.12- Uso Misto

9- COMPONENTES - MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS

Folha nº 125 de proc
n.º 326 de 19 96

- 9.1- Desenho
- 9.2- Componentes Básicos
- 9.3- Instalações Fixas
- 9.4- Equipamentos Móveis
- 9.5- Elevadores de Passapés
- 9.6- Edificações de Madeira

10- IMPLANTAÇÃO, AERAÇÃO E INSOLAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

- 10.1- Condições Gerais de Implantação e de Fechamento de Terreno
- 10.2- Dispositivos para Atendimento da Aeração e Insolação
- 10.3- Classificação do Volume de uma Edificação
- 10.4- Aeração e Insolação do Volume Inferior "Vi"
- 10.5- Aeração do Volume Superior "Vs" - Faixa Livre "A"
- 10.6- Aeração e Insolação do Volume Superior "Vs" - Faixa Livre "I"
- 10.7- Aeração e Insolação do Volume Enterrado ou Semi-Enterrado "Ve"
- 10.8- Aeração e Insolação
- 10.9- Aeração e Insolação Alternativas
- 10.10- Ajustes de Faixa Livre "A" e Espaço Livre "I"
- 10.11- Mobilidade
- 10.12- Saliências e Obras Complementares
- 10.13- Obras Junto a Represas, Lagos e Cursos d'Água
- 10.14- Movimento de Terra

11- COMPARTIMENTOS

- 11.1- Classificação e Dimensionamento
- 11.2- Aberturas (Portas e Janelas)

12- CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA

- 12.1- Normas Gerais
- 12.2- Espaços de Circulação
- 12.3- Escadas
- 12.4- Rampas
- 12.5- Potencial de Risco
- 12.6- Instalação das Edificações
- 12.7- Dimensionamento dos Espaços de Circulação Coletiva
- 12.8- Disposição de Corredores e Saídas
- 12.9- Espaços de Circulação Protegidos
- 12.10- Condições Construtivas Especiais
- 12.11- Sistemas de Segurança

13- ESTACIONAMENTO

- 13.1- Acesso
- 13.2- Circulação
- 13.3- Espaços de Manobra e Estacionamento

14- INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

- 14.1- Quantificação
- 14.2- Dimensionamento

15- CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

16- EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS COMPLEMENTARES

- 16.1- Habitação
- 16.2- Prestação de Serviços de Educação
- 16.3- Indústrias, Oficinas e Depósitos
- 16.4- Locais de Reunião
- 16.5- Atividades e Serviços Públicos de Caráter Especial
- 16.6- Atividades Temporárias

ANEXO I

1- OBJETIVOS

Este Código disciplina, no Município de São Paulo, os procedimentos administrativos e executivos, as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras, edificações e equipamentos, dentro dos limites dos lotes em que se situam, inclusive os destinados ao funcionamento de órgãos ou serviços públicos, sem prejuízo do disposto nas legislações estadual e federal pertinentes, no âmbito de suas respectivas competências.

1.1- CONCEITOS

Para efeito de aplicação deste Código, ficam assim conceituados os termos:

ANDAR: volume compreendido entre dois pavimentos consecutivos, ou entre o pavimento e o nível superior de sua cobertura.

ÁREA EDIFICADA: área total coberta de uma edificação.

ÁTICO: parte do volume superior de uma edificação, destinada a abrigar casa de máquinas, piso técnico de elevadores, calhas d'água e circulação vertical.

CORDAMENTO: elemento de vedação que envolve o ático.

DEMOLICÃO: total derrubamento de uma edificação; a demolição parcial ou o total derrubamento de um bloco de um conjunto de edificações caracteriza-se como reforma.

EDIFICAÇÃO: obra coberta destinada a abrigar atividade humana ou qualquer instalação, equipamento e material.

EDIFICAÇÃO PERMANENTE: aquela de caráter duradouro.

EDIFICAÇÃO TRANSITÓRIA: aquela de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte.

EQUIPAMENTO: elemento destinado a guarnecer ou completar uma edificação, a esta integrando-se.

EQUIPAMENTO PERMANENTE: aquele de caráter duradouro.

EQUIPAMENTO TRANSITÓRIO: aquele de caráter não permanente, passível de montagem, desmontagem e transporte.

JIRAU: mobiliário constituído por estrado ou passadizo instalado a certa altura no compartimento.

MEZANINO: pavimento que subdivide parcialmente um andar em dois andares.

MOBILIÁRIO: elemento construtivo não enquadável como edificação ou equipamento.

MOVIMENTO DE TERRA: modificação do perfil do terreno que implique alteração topográfica superior a 1,00m (um metro) de desnível ou a 1000m³ (mil metros cúbicos) de volume, ou em terrenos pantanosos ou alagadicos.

MURO DE ARRIMO: muro destinado a suportar declive de terreno superior a 1,00m (um metro).

OBRA: realização de trabalho em imóvel, desde seu início até sua conclusão, cujo resultado implique na alteração de seu estado físico anterior.

OBRA COMPLEMENTAR: edificação secundária, ou parte da edificação que, funcionalmente, complementa a atividade desenvolvida no imóvel.

OBRA EMERGENCIAL: obra de caráter urgente, essencial à garantia das condições de estabilidade, segurança ou salubridade de um imóvel.

PAVIMENTO: plano de piso.

PEÇA DESCRITIVA: texto descritivo de elementos ou serviços para a compreensão de uma obra, tal como especificação de componentes a serem utilizados e índices de desempenho a serem obtidos.

PEÇA GRÁFICA: representação gráfica de elementos para a compreensão de um projeto ou obra.

PERFIL DO TERRENO: situação topográfica existente, objeto do levantamento físico que serviu de base para a elaboração do projeto e/ou constatação da realidade.

PERFIL ORIGINAL DO TERRENO: aquele constante dos levantamentos aerofotogramétricos disponíveis ou do arruamento aprovado, anteriores à elaboração do projeto.

PISO DRENANTE: aquele que permite a infiltração de águas pluviais no solo através de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua superfície por metro quadrado.

REFORMA: obra que implicar em uma ou mais das seguintes modificações, com ou sem alteração de uso: área edificada, estrutura, compartimentação vertical, volumetria.

PEQUENA REFORMA: reforma com ou sem mudança de uso na qual não haja supressão ou acréscimo de área, ou alterações que infringam as legislações edilícias e de parcelamento, uso e ocupação do solo.

RECONSTRUÇÃO: obra destinada à recuperação e recomposição de uma edificação, motivada pela ocorrência de incêndio ou outro sinistro fortuito, mantendo-se as características anteriores.

REPARO: obra ou serviço destinados à manutenção de um edifício, sem implicar em mudança de uso, acréscimo ou supressão de área, alteração da estrutura, da compartimentação horizontal ou vertical, da volumetria, e dos espaços destinados à circulação, iluminação e ventilação.

RESTAURO OU RESTAURAÇÃO: recuperação de edificação tombada ou preservada, de modo a restituir-lhe as características originais.

SALÂNCIA: elemento arquitetônico proeminente, engastado ou apostado em edificação ou muro.

1.2-SÍMBOLOS E ABREVIATURAS

Para efeito de citação neste Código, as seguintes entidades ou expressões serão identificadas por siglas ou abreviaturas:

COE: Código de Obras e Edificações

LOE: Legislação de Obras e Edificações

LPUDS: Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo

NT: Norma Técnica

NTC: Norma Técnica de Concessionária

NTD: Norma Técnica Oficial (registrada na ABNT)

PMSP: Prefeitura do Município de São Paulo

2- DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Este Capítulo trata dos direitos e responsabilidades do Município, do proprietário ou do possuidor de imóveis, e dos profissionais atuantes em projeto e construção, observadas as disposições desta lei e legislação complementar.

2.1-DO MUNICÍPIO

Visando exclusivamente a observância das prescrições edilícias do Município, da LPUDS e legislação correlata pertinente, a PMSP licenciará e fiscalizará a execução, utilização e manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, não se responsabilizando por qualquer sinistro ou acidente decorrente de deficiências do projeto, execução ou utilização.

2.2-DO PROPRIETÁRIO

Considera-se proprietário do imóvel a pessoa física ou jurídica, portadora do título de propriedade registrado no Cartório de Registro Imobiliário.

2.2.1-É direito do proprietário do imóvel neste promover e executar obras, mediante prévio conhecimento e consentimento da PMSP, respeitados o direito de vizinhança, as prescrições desta lei e a legislação municipal correlata.

2.2.2-O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, suas edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições desta lei e legislação municipal correlata, assegurando-se-lhes todas as informações cadastradas na PMSP relativas ao seu imóvel.

2.2.3-A análise dos pedidos de emissão dos documentos previstos neste COE dependerá, quando for o caso, da apresentação do Título de Propriedade registrado no Registro de Imóveis, respondendo o proprietário pela sua veracidade, não implicando sua aceitação por parte da PMSP, em reconhecimento do direito de propriedade.

2.3-DO POSSUIDOR

Considera-se possuidor a pessoa física ou jurídica, bem como seu sucessor a qualquer título, que tenha de fato o exercício pleno ou não do direito de usar o imóvel objeto da obra.

2.3.1-Para os efeitos desta lei, é direito do possuidor requerer, perante a PMSP, Ficha Técnica, Diretrizes de Projeto, Comunicação de serviços ou ocorrências que não impliquem alteração física do imóvel, e Alvarás de Alinhamento e Nivelamento, Autorização e Aprovação.

2.3.2-Poderá o possuidor exercer o direito previsto no item anterior, desde que detenha qualquer dos seguintes documentos:

- a) contrato, com autorização expressa do proprietário;
- b) compromisso de compra e venda, devidamente registrado no Registro de Imóveis;
- c) contrato representativo da relação obrigacional, ou relação de direito existente entre o proprietário e o possuidor direto;
- d) certidão do Registro Imobiliário contendo as características do imóvel, quando o requerente possuir escritura definitiva sem registro ou quando for possuidor "ad usucapionem" com ou sem justo título ou ação em andamento.

2.3.1-Quando o contrato não apresentar características técnicas, as dimensões e o área do imóvel, será exigida a certidão do Registro Imobiliário.

2.3.2-Em qualquer caso, o requerente responde civil e criminalmente pela veracidade do documento apresentado, não implicando sua aceitação em reconhecimento, por parte da PMSP, do direito de propriedade sobre o imóvel.

2.3.2.2-O possuidor ou o proprietário que autorizar a obra ou serviço serão responsáveis pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, edificações e equipamentos, bem como pela observância das prescrições desta lei e legislação municipal correlata, assegurando-se-lhes todas as informações cadastradas na PMSP relativas ao imóvel.

2.4-DO PROFISSIONAL

Profissional habilitado é o técnico registrado junto ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitadas as atribuições e limitações consignadas por aquele organismo.

2.4.1-É obrigatória a assistência de profissional habilitado na elaboração de projetos, na execução e na implantação de obras, sempre que assim o exigir a legislação federal relativa ao exercício profissional, ou a critério da PMSP, sempre que entender conveniente, ainda que a legislação federal não o exija.

2.4.2-O profissional habilitado poderá atuar, individual ou solidariamente, como Autor ou como Dirigente Técnico da Obra, assumindo sua responsabilidade no momento do protocolo do pedido da licença ou do início dos trabalhos no imóvel.

2.4.2.1-Para os efeitos desta lei, será considerado Autor o profissional habilitado responsável pela elaboração de projetos, que responderá pelo conteúdo das peças gráficas, descritivas, especificações e exequibilidade de seu trabalho.

2.4.2.2-Para os efeitos desta lei, será considerado Dirigente Técnico da Obra o profissional responsável pela direção técnica das obras, desde seu início até sua total conclusão, respondendo por sua correta execução e adequado emprego de materiais, conforme projeto aprovado na PMSP e observância das N.T.O.

2.4.3-Será comunicado ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional a atuação irregular do profissional que incorra em comprovada imperícia, má fé, ou direção de obra sem os documentos exigidos pela PMSP.

2.4.4-É facultada a substituição ou a transferência da responsabilidade profissional, sendo obrigatória no caso de impedimento do técnico atuante, assumindo o novo profissional a responsabilidade pela parte já executada, sem prejuízo da atuação do profissional anterior.

2.4.4.1-Quando a baixa e a assunção ocorrerem em épocas distintas, a obra deverá permanecer paralisada até que seja comunicada a assunção de nova responsabilidade.

2.4.4.2-A PMSP se exige do reconhecimento de direitos autorais ou pessoais decorrentes da aceitação de transferência de responsabilidade técnica ou da solicitação de alteração de projeto.

3- DOCUMENTOS PARA CONTROLE DA ATIVIDADE DE OBRAS E EDIFICAÇÕES

Mediante requerimento padronizado ou formalização de processo e, pagas as taxas devidas, a PMSP fornecerá dados ou consentirá na execução e implantação de obras e serviços, através da emissão de:

- a) Ficha Técnica;
- b) Diretrizes de Projeto;
- c) Comunicação;
- d) Alvará de Alinhamento e Nivelamento;
- e) Alvará de Autorização;
- f) Alvará de Aprovação;
- g) Alvará de Execução;
- h) Alvará de Funcionamento de Equipamentos;
- i) Certificado de Conclusão;
- j) Alvará de Licença para Residências Unifamiliares;
- k) Certificado de Mudança de Uso.

3.1-FICHA TÉCNICA

Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, a PMSP emitirá a Ficha Técnica do imóvel, na qual constarão informações relativas ao uso e ocupação do solo, a incidência de melhoramentos urbanísticos e demais dados cadastrais disponíveis.

3.1.1-A Ficha Técnica prescreverá em 90 (noventa) dias a contar da data de publicação do despacho para sua emissão, garantido ao requerente o direito de solicitar análise de Diretrizes de Projeto, Alvará de Aprovação e Alvará de Licença para Residências Unifamiliares conforme a legislação vigente à época do protocolo do pedido de Ficha Técnica, caso ocorra nesse período alteração da legislação e desde que a nova lei não disponha de modo contrário.

3.2-DIRETRIZES DE PROJETO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, a PMSP analisará Diretrizes de Projeto em etapa anterior a seu desenvolvimento total e oportuno pedido de aprovação.

3.2.1-As peças gráficas do pedido, devidamente avaliadas por profissional habilitado deverão conter elementos que possibilitem a análise de implantação, movimento de terra, volumetria, acréscimo, previsão de vagas de estacionamento, índices urbanísticos e áreas de edificação a ser projetada.

3.2.2-A aceitação do Projeto de Diretrizes terá validade de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do despacho de sua emissão, garantido ao requerente o direito de solicitar Alvará de Aprovação ou Alvará de Licença para Residências Unifamiliares conforme a legislação vigente à época do protocolo do pedido de Diretrizes, caso ocorra nesse período alteração da legislação e desde que a nova lei não disponha de modo contrário.

ABESSC-A-ATL

3.2-COMUNICAÇÃO

Em função da natureza do serviço ou obra a serem executados, ou ocorrência a ser notificada, dependendo, abreviativamente, da Comunicação prevista à PMSR:

Atenuação de ruído em edificações tombadas ou preservadas, desde que obtida a prévia aprovação dos órgãos competentes;
Execução de reparos externos em edificações com mais de dois andares;
Execução de reparos externos em fachadas situadas no alinhamento;
Execução de pequenas reformas;
Execução de obras emergenciais;
Execução de muro e grade nas divisas do lote;
Início de serviços que objetivem a suspensão de embargo de obra licenciada;
Início, paralisação e reinício de obras para efeito de comprovação da validade do Alvará de Execução;
Instalação de mobiliário;
Jatificação, substituição, baixa e assunção de responsabilidade profissional.

3.2.1-A comunicação será apresentada em requerimento padronizado, assinado por profissional habilitado quando a natureza do serviço ou obra exigir, e instruído com peças gráficas, descritivas ou outras julgadas necessárias para sua aceitação.

3.2.2-A comunicação terá eficácia a partir da aceitação, cessando imediatamente sua validade se:

a) constatado desvirtuamento do objeto da comunicação, adotando-se, então, as medidas fiscais cabíveis;
b) não iniciados os serviços, objeto da comunicação, no (noventa) dias após a aceitação, quando enquadradas nas letras "a", "b", "c", "d" e "e".

3.4-ALVARÁ DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, a PMSR emitirá Alvará de Alinhamento e Nivelamento.

3.4.1-O pedido de Alvará de Alinhamento e Nivelamento será instruído com documento de propriedade para verificação da confrontação do imóvel com o logradouro público, não sendo possível tal verificação através do documento de propriedade, será exigida a apresentação de levantamento topográfico que permita a exata localização do lote na quadra.

3.4.2-O Alvará de Alinhamento e Nivelamento somente perderá sua validade quando houver alteração do alinhamento do logradouro, aprovada por lei.

3.5-ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, a PMSR concederá, a título precário, Alvará de Autorização, o qual poderá ser cancelado a qualquer tempo quando constatado desvirtuamento do seu objeto inicial, ou quando a PMSR não tiver interesse na sua manutenção ou renovação. Dependendo, obrigatoriamente de Alvará de Autorização:

a) instalação e/ou utilização de edificação transitória ou equipamento transitório;
b) instalação e/ou utilização de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolver a obra;
c) instalação e/ou utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no terreno imóvel;
d) avanço de tapume sobre parte do passeio público;
e) utilização temporária de edificação, licenciada para uso diverso do pretendido;
f) transporte de terra ou entulho.

3.5.1-O pedido de Alvará de Autorização será instruído com peças descritivas e gráficas, e será devidamente avaliado por profissional habilitado quando a natureza da obra ou serviço assim o exigir, dependendo sua renovação de recolhimento semestral das taxas devidas.

3.6-ALVARÁ DE APROVAÇÃO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário ou do possuidor do imóvel, a PMSR emitirá Alvará de Aprovação para:

a) movimento de terra;
b) muro de arrimo;
c) edificação nova;
d) reforma;
e) aprovação de equipamento;
f) sistema de segurança.

3.6.1-Um único Alvará de Aprovação poderá abranger a aprovação de mais de um dos tipos de projetos elencados no "caput" desta Seção.

3.6.2-O pedido de Alvará de Aprovação será instruído com:

a) documentação referente ao imóvel, contendo dados que permitam sua caracterização e a análise do projeto, inclusive nos aspectos relativos à LPUOS;
b) peças gráficas e descritivas que permitam a perfeita compreensão e análise do projeto, em especial quanto ao atendimento das condições mínimas previstas na LOE e na LPUOS;
c) apresentação de levantamento topográfico para verificação das dimensões, área e localização do imóvel, quando necessário.

3.6.2.1-Somente serão aceitas divergências de até 5% (cinco por cento) entre as dimensões e área constantes do documento de propriedade apresentado e as apuradas no levantamento topográfico quando, dentro deste limite, a área real apurada for superior à área do título de propriedade, os índices relativos à LPUOS serão observados em relação aos dados constantes do título.

3.6.2.2-Quando divergência superior a 5% (cinco por cento) entre qualquer dimensão ou área constante do documento de propriedade e a apurada no levantamento topográfico, poderá ser emitido o Alvará de Aprovação, ficando a emissão do Alvará de Execução condicionada à apresentação de escritura retificada.

3.6.3-Quando a obra for constituída por conjunto de edificações cujos projetos foram elaborados por diferentes profissionais, estes responderão solidariamente apenas pela implantação do conjunto.

3.6.4-O Alvará de Aprovação prescreverá em 1 (um) ano a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, podendo ser prorrogado por iguais períodos, desde que o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião dos pedidos de prorrogação.

3.6.4.1-Quando se tratar de edificação constituída por um conjunto de mais de 1 (um) bloco isolado ou cujo sistema estrutural permita esta caracterização, o prazo do Alvará de Aprovação será dilatado por mais 1 (um) ano para cada bloco existente, até o prazo máximo de 5 (cinco) anos.

3.6.4.2 A revalidação do Alvará de Aprovação não será necessária quando houver Alvará de Execução em vigor.

3.6.4.3 O prazo do Alvará de Aprovação ficará suspenso mediante comprovação, através de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

a) existência de pendência judicial;
b) calamidade pública;
c) declaração de utilidade pública ou interesse social;
d) pendência de processo de tombamento.

3.6.5-Poderão ser emitidos diversos Alvarás de Aprovação de projeto para um mesmo imóvel enquanto não for requerido a emissão de Alvará de Execução.

3.6.6-O Alvará de Aprovação poderá enquanto vigente o Alvará de Execução, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados, ou a aprovação de projeto modificativo em decorrência de alteração do projeto original.

3.6.6.1-O prazo do Alvará de Aprovação e de Execução ficará suspenso durante o período de aprovação de projeto modificativo.

3.6.7-O Alvará de Aprovação, enquanto vigente poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

a) revogado, atendendo a relevante interesse público;
b) cassado, juntamente com o Alvará de Execução, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida;
c) anulado, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

3.7-ALVARÁ DE EXECUÇÃO

Mediante procedimento administrativo e a pedido do proprietário do imóvel, a PMSR emitirá Alvará de Execução, indispensável à execução de:

a) movimento de terra;
b) muro de arrimo;
c) edificação nova;
d) demolição total;
e) reforma;
f) reconstrução;
g) instalação de equipamentos;
h) sistema de segurança.

3.7.1-Um único Alvará de Execução poderá abranger o licenciamento de mais de um tipo de serviço ou obra elencados no "caput" desta seção. Quando houver mais de um Alvará de Aprovação em vigor será concedido Alvará de Execução para um único projeto aprovado.

3.7.2-Os pedidos de Alvará de Execução, excetuados aqueles para demolição total e reconstrução, serão instruídos com:

a) título de propriedade;
b) projeto aprovado, devidamente avaliado pelo Dirigente Técnico da Obra;
c) Alvará de Aprovação;

3.7.2.1-Quando se tratar de demolição total serão instruídos com título de propriedade e, ainda, em se tratando de prédio com mais de 2 (dois) andares, aval do Dirigente Técnico da Obra.

3.7.2.2-Quando se tratar de reconstrução serão instruídos com:

a) título de propriedade;
b) laudo técnico de sinistros;
c) documentos comprovantes da regularidade da obra sinistrada;
d) peças descritivas, devidamente avaliadas pelo Dirigente Técnico da Obra.

3.7.3-O Alvará de Execução poderá ser requerido concomitantemente ao Alvará de Aprovação e seus prazos correrão a partir da data de publicação do despacho de deferimento do pedido.

3.7.4-Quando o Alvará de Execução for destinado ao licenciamento de um conjunto de serviços ou obras a serem executados sob a responsabilidade de diversos profissionais, dele constará a área de atuação de cada um.

3.7.5-Quando o Alvará de Aprovação compreender mais de um bloco de edificação, poderá ser requerido Alvará de Execução para cada bloco isoladamente, observado o prazo de vigência do Alvará de Aprovação.

3.7.6-Durante a vigência do Alvará de Execução somente serão permitidas alterações nas obras mediante prévia aprovação de projeto modificativo.

3.7.7-No expediente que originou o Alvará de Execução, será comunicado, pelo Dirigente Técnico da Obra, o andamento das obras ou serviços durante suas etapas, até a total conclusão, quando será requerida a expedição do Certificado de Conclusão.

3.7.7.1-Serão consideradas etapas da obra a conclusão:

a) do sistema estrutural da fundação;
b) da superestrutura da edificação, excluído o ático.

3.7.8-O Alvará de Execução, quando destinado exclusivamente a movimento de terra prescreverá em 1 (um) ano a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, podendo ser prorrogado, a pedido, por iguais períodos.

3.7.9-Para os demais casos, o Alvará de Execução prescreverá em 2 (dois) anos a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, se não for devidamente comunicada a conclusão do sistema estrutural de fundação.

3.7.9.1-Concluído o sistema estrutural de fundação, o Alvará de Execução prescreverá em 1 (um) ano se não forem devidamente protocolados comunicados que comprovem o andamento das obras.

INGRID MAGDAJ
ASSESSORA - A.I.L.

3.7.9.2-Concluída a superestrutura da edificação, o Alvará de Execução não mais prescreverá.

3.7.9.3-Poderá ser revogado, atendendo a relevante interesse público, o Alvará de Execução de edificação cuja obra permanecer paralisada por um período superior a 3 (três) anos.

3.7.10-Quando se tratar de um conjunto de edificações, ou de uma edificação cujo sistema estrutural permita a execução em etapas, o Alvará de Execução prescreverá:

a) no 1º (primeiro) ano a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido, desde que não tenha sido concluído o sistema estrutural de fundação de, pelo menos, um dos blocos;

b) no 1º (primeiro) ano se não forem devidamente protocolados comunicados que comprovem o andamento das obras do bloco já iniciado ou a conclusão do sistema estrutural de fundação de outros blocos.

3.7.10.1-Concluída a superestrutura de um bloco, o Alvará de Execução não mais prescreverá para este bloco.

3.7.11-O prazo do Alvará de Execução ficará suspenso mediante comprovação, através de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

a) existência de pendência judicial;

b) calamidade pública;

c) decretação de utilidade pública ou interesse social;

d) dependência de processo de tombamento.

3.7.12-Durante a vigência do Alvará de Aprovação, desde que as obras não tenham sido iniciadas, novo Alvará de Execução poderá ser emitido para outro projeto aprovado cancelando-se, então, o Alvará de Execução anterior.

3.7.13-As obras paralisadas e com Alvará de Execução prescrito, poderão ser reiniciadas após exame do projeto e revalidação simultânea dos Alvarás de Aprovação e Execução, desde que esteja atendida a legislação em vigor por ocasião da concessão da nova licença.

3.7.13.1-Poderá ser aceita, caso a caso e a critério da PMSP, a continuação de obras paralisadas e parcialmente executadas desde que:

a) não se agrave eventual desconformidade com a LOE e a LPUOS no que diz respeito às condições de higiene e salubridade da edificação, e índices de ocupação e aproveitamento;

b) a edificação for utilizada para uso admitido na zona pela LPUOS;

c) a edificação for adaptada às normas de segurança.

3.7.14-O Alvará de Execução, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados e execução de projeto modificativo.

3.7.15-O Alvará de Execução, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, ser:

a) revogado, atendendo a relevante interesse público;

b) cassado, juntamente com o Alvará de Aprovação, em caso de desvirtuamento, por parte do interessado, da licença concedida;

c) anulado, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

3.8-ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS

Mediante procedimento administrativo e a pedido do interessado, devidamente assistido por Profissional habilitado, a PMSP emitirá Alvará de Funcionamento de Equipamentos, inclusive para aqueles integrantes do Sistema de Segurança.

3.8.1-O Alvará de Funcionamento de Equipamentos terá validade de 1 (um) ano a contar da data de publicação do despacho de sua emissão.

3.8.2-Os pedidos de revalidação de Alvará de Funcionamento serão obrigatórios e formulados anualmente.

3.8.3-O Alvará de Funcionamento de Equipamentos poderá ser requerido concomitantemente ao Certificado de Conclusão.

3.9-CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

Mediante requerimento no expediente que originou o Alvará de Execução, e a pedido do proprietário, devidamente assistido pelo Dirigente Técnico da Obra, a PMSP expedirá Certificado de Conclusão quando a conclusão de obra ou serviço para a qual seja obrigatória emissão de Alvará de Execução.

3.9.1-Poderão ser concedidos Certificados de Conclusão de Edificação em caráter parcial, se a parte concluída atender, para o uso a que se destina, as exigências mínimas previstas na LOE e na LPUOS.

3.9.2-Poderão ser aceitas pequenas alterações que não descaracterizem o projeto aprovado, nem impliquem em divergência superior a 5% (cinco por cento) entre as metragens lineares e/ou quadradas da edificação, constantes do projeto aprovado e as observadas na obra executada.

3.9.3-A expedição de Certificado de Conclusão depende da prévia solução de multas porventura incidentes sobre a obra.

3.9.4-A expedição de Certificado de Conclusão para edificação tratada no item 9.3.4, depende da execução do sistema de armazenamento, tratamento e destinação de esgoto.

3.10-ALVARÁ DE LICENÇA PARA RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

Por opção do proprietário, devidamente assistido por profissional habilitado, poderá ser requerida a emissão de Alvará de Licença para Residências Unifamiliares, como procedimento alternativo aos procedimentos previstos nas seções 3.6 (Alvará de Aprovação), 3.7 (Alvará de Execução) e 3.8 (Certificado de Conclusão).

3.10.1-O requerimento deverá ser instruído com:

a) título de propriedade do imóvel ou compromisso de compra e venda;

b) peça gráfica que demonstre a implantação, movimento de terra, volumetria, índices urbanísticos e áreas de edificação a ser projetada;

c) levantamento topográfico para verificação das dimensões, área e localização do imóvel, quando necessário.

3.10.1.1-As disposições internas dos compartimentos, suas dimensões e função serão de total responsabilidade dos profissionais envolvidos e do proprietário.

3.10.1.2-Somente serão aceitas divergências de 5% (cinco por cento) entre as dimensões e áreas constantes do documento de projeto aprovado e as apuradas no levantamento. Quando, em virtude desta divergência, a área real apurada for superior à área do título de propriedade, os índices relativos a LPUOS serão observados em relação aos dados constantes do título.

3.10.2-O Alvará de Licença para Residências Unifamiliares prescreverá, se não iniciado a obra, após 2 (dois) anos a contar da data de publicação do despacho do requerimento, ou após 2 (dois) anos de comprovada paralisação da obra, podendo ser prorrogado por iguais períodos desde que o projeto atenda à legislação em vigor na ocasião do pedido de prorrogação.

3.10.2.1-Para os efeitos do disposto neste item caracterizar-se-á o início de obra pela conclusão do sistema estrutural de fundação.

3.10.2.2-Concluída a cobertura, o Alvará de Licença para Residências Unifamiliares não mais prescreverá.

3.10.3-O prazo do Alvará de Licença para Residências Unifamiliares ficará suspenso mediante comprovação, através de documento hábil, da ocorrência suspensiva, durante os impedimentos a seguir mencionados:

a) existência de pendência judicial;

b) calamidade pública;

c) decretação de utilidade pública ou interesse social;

d) dependência de processo de tombamento.

3.10.4-O Alvará de Licença para Residências Unifamiliares poderá, enquanto vigente, receber termo aditivo para constar eventuais alterações de dados constantes da peça gráfica aprovada ou a aprovação de projeto modificativo em decorrência de alteração do projeto original.

3.10.4.1-O prazo do Alvará de Licença para Residências Unifamiliares ficará suspenso durante o período de aprovação de projeto modificativo.

3.10.5-O Alvará de Licença para residências unifamiliares, enquanto vigente, poderá a qualquer tempo mediante ato da autoridade competente, ser:

a) revogado, atendendo a relevante interesse público;

b) cassado, em caso de desvirtuamento por parte do interessado, da licença concedida;

c) anulado, em caso de comprovação de ilegalidade em sua expedição.

3.10.6-Concluída a obra, será o evento comunicado à PMSP pelo proprietário e pelo Dirigente Técnico da Obra.

3.10.6.1-Poderão ser aceitas pequenas alterações que não impliquem em divergência superior a 5% (cinco por cento) entre as metragens lineares e/ou quadradas da edificação, constantes da peça gráfica aprovada e as observadas na obra executada.

3.10.6.2-A aceitação de obra concluída será objeto de aditamento ao Alvará de Licença para Residências Unifamiliares, após prévia solução de multas porventura incidentes sobre a obra.

3.10.6.3-A aceitação de obra concluída para edificação tratada no item 9.3.4 dependerá da execução do sistema de armazenamento, tratamento e destinação de esgoto.

3.11-CERTIFICADO DE MUDANÇA DE USO

Mediante procedimento administrativo, e a pedido do proprietário do imóvel, a PMSP emitirá Certificado de Mudança de Uso para as edificações existentes que, atendidas a LPUOS, e sem necessidade de alteração física do imóvel, venham a ter seu uso alterado.

3.11.1-O requerimento será instruído com:

a) peças gráficas que representem a edificação existente, com sua nova utilização e com o novo destino de seus compartimentos;

b) documento que comprove a regularidade da edificação.

3.11.2-A expedição de Certificado de Mudança de Uso dependerá de prévia solução de multas porventura incidentes sobre a obra.

4-PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Os requerimentos serão instruídos pelo interessado e analisados frente à legislação Municipal, conforme a natureza do pedido, observadas as normas edilícias emanadas da PMSP, e, especial as prescrições desta Lei e da LPUOS, sem prejuízo da observância, por parte do Autor do Projeto, das disposições estaduais e federais pertinentes.

4.1-ANÁLISE DOS PROCESSOS

Em um único processo poderão ser analisados os diversos pedidos referentes a um mesmo imóvel, e anexados também os eventuais pedidos de Reconsideração ou Recurso.

4.1.1 Os processos que apresentarem elementos incompletos ou incorretos, necessitarem de complementação da documentação exigida por lei ou esclarecimentos, serão objeto de comunicados ("comunique-se") para que as falhas sejam sanadas.

4.1.1.1-Os pedidos serão indeferidos caso não atendido o "comunique-se" em 30 (trinta) dias a contar da data de publicação de chamado.

4.1.2-O prazo para formalização de pedido de reconsideração de despacho ou recurso será de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do despacho de indeferimento.

4.1.2.1-Para os processos relativos a pedido de concessão de Certificado de Conclusão, o prazo ficará dilatado para 60 (sessenta) dias.

4.2-PRazos PARA DESPACHO

O prazo para despacho não poderá exceder a 90 (noventa) dias, inclusive nos pedidos relativos a reconsideração de despacho ou recurso.

4.2.1-O curso desse prazo ficará suspenso durante a pendência do atendimento, pelo requerente, de exigências feitas em "comunique-se".

INGRID MAGDALENA
ASSESSORA-ATIL

6.3.2-Para os efeitos desta lei, considera-se infrator o proprietário ou possuidor do imóvel e, ainda, quando for o caso, o síndico, o condômino, o responsável pelo uso e o dirigente técnico responsável pela execução das obras.

6.3.3-Responde também pelo proprietário, no caso de sucessores a qualquer título e o possuidor do imóvel.

6.3.4-Nas casos de estar prevista multa ao proprietário e ao dirigente técnico a responsabilidades é solidária, considerando-se ambos infratores.

6.3.5-Do despacho decisório que desacomhar a defesa, a ser publicado no Diário Oficial do Município, caberá um único recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação, à autoridade superior à notificante, mediante prévio depósito do valor da multa discutida.

6.3.6-As pendências administrativas ou judiciais referentes à imposição das multas estabelecidas nesta lei suspenderão, apenas provisoriamente, a inscrição e a cobrança da dívida correspondente.

6.3.7-Quando prevista a rescisão de multas, será admitida defesa desde que constatarem em comunicação de regularização da situação.

6.3.8-As multas administrativas impostas na conformidade da presente lei, não pagas nas épocas próprias, ficam sujeitas à atualização monetária e acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, contados do mês seguinte ao do vencimento, sem prejuízo, quando for o caso, dos honorários advocatícios, custas e demais despesas judiciais, nos termos em que dispuser a legislação municipal pertinente.

6.3.8.1-O valor do depósito, se devolvido por terem sido julgados procedentes reclamações, recursos ou medidas judiciais, será atualizado monetariamente, de conformidade com o que dispuser a legislação municipal pertinente.

6.3.9-A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta lei, não exclui o instaurar das demais sanções e medidas administrativas ou judiciais cabíveis, inclusive a apuração de sua responsabilidade pelos crimes de desobediência contra a administração pública, previstos na legislação penal.

6.3.10-A execução de obra ou serviço sem o devido licenciamento ou em desacordo com o mesmo constitui infração sujeita à aplicação das penalidades previstas na tabela constante do Anexo III desta lei.

6.3.10.1-As multas serão aplicadas ao proprietário ou ao possuidor pelo valor indicado na tabela, cabendo ao Dirigente Técnico da Obra, se houver, multa no valor de 80% (oitenta por cento) dos valores anteriormente referidos.

6.3.10.2-A autuação de residências unifamiliares se fará através do item 7 da tabela constante do Anexo III desta lei.

6.3.10.3-A reincidência da infração gerará a aplicação das penalidades de forma progressiva, a ser fixada por regulamentação própria.

6.3.11-As penalidades por inobservância às disposições desta lei, referentes a imóveis de valor artístico ou histórico preservados, a serem preservados, ou ainda aqueles que, em razão do gabarito de altura e recuos são necessários à preservação da volumetria do entorno, poderão atingir até 10 (dez) vezes o estipulado na tabela constante do Anexo III.

6.3.12-Na aplicação dos dispositivos previstos nas seções 6.1 e 6.3 do presente Capítulo às moradias econômicas, os prazos serão dilatados até o triplo do prazo previsto, e o valor das multas será reduzido em 50% (cinquenta por cento) do valor devido.

7- EDIFICAÇÕES EXISTENTES

Uma edificação será considerada regularmente existente ainda que sua área edificada seja inferior, igual, ou superior até 5% (cinco por cento) à constante do documento utilizado para comprovação de sua regularidade.

7.1-REFORMAS

A edificação regularmente existente poderá ser reformada desde que a edificação resultante não crie nem agrave eventual desconformidade com a LDC ou com a LPUOS.

7.1.1-A edificação existente irregular, no todo ou em parte, que atenda ao disposto na LDC ou na LPUOS poderá ser regularizada e reformada, expedindo-se Certificado de Conclusão para a área a ser regularizada e Alvará de Aprovação para a reforma pretendida.

7.1.2-A edificação irregular, no todo ou em parte, que não atenda na parte irregular ao disposto na LDC ou na LPUOS, poderá ser reformada desde que seja prevista supressão da infração.

7.1.2.1-Não será concedido Certificado de Conclusão para a reforma, parcial ou total, sem que a infração tenha sido suprimida.

7.1.3-Nas edificações a serem reformadas com mudança de uso e em comprovada existência regular em período de 10 (dez) anos, poderão ser aceitas, para a parte existente e a critério da PMSP, soluções que, por implicações de caráter estrutural, não atendam integralmente às disposições previstas na LDC ou na LPUOS relativas a dimensões e recuos, desde que não comprometam a salubridade nem acarretem redução da segurança.

7.1.4-Edificações com soluções alternativas de proteção contra incêndios, aceitas pela PMSP, serão consideradas "conformes", nos termos deste CDC.

7.2-RECONSTRUÇÕES

A edificação regular poderá ser reconstruída, no todo ou em parte, dependendo de sua conformidade com a LDC e a LPUOS.

7.2.1-A reconstrução de qualquer edificação, caso se pretenda introduzir alterações em relação à edificação anteriormente existente, será enquadrada como reforma.

7.2.2-A reconstrução de edificação que abrigava uso instalado irregularmente, só será permitida se:

alvará destinada a uso permitido Edificação de 130 de preço adaptar-se às disposições de segurança. 326 19 56

7.2.3-A edificação irregular não poderá ser reconstruída.

7.2.4-A PMSP poderá recusar, no todo ou em parte, a reconstrução nos casos anteriores, de edificação com índices volumétricos em desacordo com o disposto na LDC ou na LPUOS, que seja considerada prejudicial ao interesse urbanístico.

8- USO DAS EDIFICAÇÕES

Para efeito das disposições constantes desta Lei, as edificações agrupam-se em conformidade com a finalidade de utilização, no todo ou em parte, a uma ou mais das atividades aqui previstas:

8.1-HABITAÇÃO

Destinadas à moradia de caráter permanente, podendo ser unifamiliar, multifamiliar ou coletiva incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)casas;
b)edifícios de apartamentos;
c)pensionatos;
d)moradias de religiosos ou estudantes;
e)orfanatos e asilos.

8.2-COMÉRCIO E SERVIÇO

Destinadas à comercialização de mercadorias ou prestação de serviços administrativos ou pessoais incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)loja de mercadorias em geral;
b)loja de consumo de alimentos e bebidas;
c)loja de bens ou serviços;
d)instituições financeiras;
e)escritórios administrativos, técnicos, consultórios ou de administração pública;
f)serviços de limpeza, manutenção ou reparo;
g)manufatura em escala artesanal;
h)tratamento estético ou institutos de beleza.

8.3-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Destinadas à prestação de serviços de assistência à saúde em geral, inclusive veterinária, com ou sem internação incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)clínicas médicas, odontológicas, radiológicas ou de recuperação física ou mental;
b)laboratórios;
c)pronto-socorro;
d)postos de saúde ou puericultura;
e)hospitais ou casas de saúde;
f)banco de sangue ou laboratórios de análises.

8.4-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Destinadas à prestação de serviços de educação e ensino em geral incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)creches, escolas maternas ou pré-escolas;
b)ensino de primeiro e segundo grau;
c)curso supletivo, de madureza ou preparatório;
d)ensino técnico profissionalizante;
e)ensino superior ou pós-graduação;
f)curso livres.

8.5-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM

Destinadas à prestação de serviços de hospedagem ou moradia de caráter transitório incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)hotéis, antea-residência e motéis;
b)casas, hospedarias e albergues.

8.6-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUTOMOTIVOS

Destinadas à prestação de serviços de guarda, abastecimento, limpeza, manutenção ou reparo, com ou sem comercialização de produtos incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)estacionamentos ou edifícios-paragem;
b)postos de abastecimento, lavagem ou serviços;
c)oficinas mecânicas;
d)loja de acessórios com serviços destinados à sua instalação;
e)concessionárias de veículos;
f)paragem de caminhões ou ônibus.

8.7-INDÚSTRIAS, OFICINAS E DEPÓSITOS

Destinadas à extração, beneficiamento, desdobramento, transformação, manufatura, montagem, manutenção ou guarda de matérias-primas ou mercadorias de origem mineral, vegetal ou animal incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)pedreiras ou areais;
b)beneficiamento de leite;
c)carreiras, carpintarias ou marcenarias;
d)cerâmicas;
e)gráficas e tipografias;
f)tecidos e confecção;
g)químicos e farmacêuticos;
h)matadouros e frigoríficos;
i)beneficiamento de borracha natural ou sintética;
j)aparelhos elétricos ou eletrônicos;
k)veículos e máquinas;
l)estocagem de mercadorias, com ou sem comercialização;
m)armazenagem particular de carga.

8.8-LOCAIS DE REUNIÃO

Destinadas a abrigar eventos geradores de público incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)cineemas, auditórios, teatros ou salas de concerto;
b)templos religiosos;
c)salas de festas ou danças;
d)gimnasios ou estádios;
e)circintos para exposições ou feilões;
f)museus.

8.9-PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO OU ESPORTE

Destinadas à prática de atividade física ou lazer incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

a)clubes esportivos ou recreativos;
b)academia de natação, ginástica ou dança;
c)circintos para competições.

8.10-ATIVIDADES E SERVIÇOS DE CARÁTER ESPECIAL

Destinadas a atividades específicas, não enquadráveis nas demais seções deste Capítulo incluindo, dentre outros, os seguintes tipos:

INGRID MAGDAU
ASSESSORA-ATIL

edificações;
bancos de detenção;
cine-teatro;
distribuição de carga ou passageiros;
edifícios ou comitês;
parques públicos;
centros de pesquisa médico-científica;
sistema de transporte de massa, de média e grande capacidade;
torres de transmissão.

8.11-ATIVIDADES TEMPORÁRIAS

Destinadas a abrigar determinadas atividades, seja por períodos restritos de tempo, seja em edificações de caráter transitório incluído, dentre outros, as seguintes tipos:

a) circos ou parques de diversões;
b) bancas de jornais ou quiosques promocionais;
c) salões automáticos.

8.12-USE MISTO

A implantação em uma edificação de mais de uma atividade, caracterizando um misto, estará condicionada a LPMUS e a esta lei, em especial no que se refere, a espaços destinados à circulação e segurança.

8.12.1-A atividade "estacionamento" somente será aceita, juntamente com outra atividade, desde que não seja exigido o mínimo mínimo de vagas exigido para a atividade principal.

8.12.2-Em indústrias, oficinas e depósitos será permitida a comercialização de produtos fabricados ou depositados no próprio estabelecimento.

8.12.3-Nas atividades temporárias será permitido uso misto, desde que sejam estabelecidos, pelo Executivo, os tipos de acesso a serem utilizados em cada caso.

9-COMPONENTES - MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUCTIVOS, E EQUIPAMENTOS

Além do atendimento às disposições desta Lei, os componentes das edificações deverão atender às especificações constantes das N.T.O., mesmo quando sua instalação não seja obrigatória pela LOE.

9.1-DESEMPENHO

O dimensionamento, especificação e carregamento dos materiais e elementos construtivos deverão assegurar a estabilidade, segurança e salubridade das obras, edificações e equipamentos, garantindo desempenho, no mínimo, similar aos padrões estabelecidos neste Código.

9.1.1-O desempenho obtido pelo emprego de componentes, em especial daqueles ainda não reconhecidos pelo uso, mas com quando os utilizadores diversos das habitações, será de inteira responsabilidade do profissional que os tenha especificado ou adotado.

9.1.2-A PNMP poderá desaconselhar o emprego de componentes considerados inadequados, que possam vir a comprometer o desempenho desejável, bem como referendar a utilização daqueles cuja qualidade seja notável.

9.1.3-As edificações deverão assegurar condições de acesso, circulação e uso por pessoas idosas ou portadoras de deficiências, nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

9.1.4-As edificações deverão observar os princípios básicos de conforto, higiene e salubridade de forma a não transmitir aos imóveis vizinhos e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

9.1.4.1-Visando o controle da proliferação de zoonoses, os componentes das edificações, bem como instalações e equipamentos, deverão dispor de condições que impeçam o acesso e alojamento de animais transmissores de doenças, observadas as Normas específicas emanadas do órgão municipal competente.

9.2-COMPONENTES BÁSICOS

Os componentes básicos da edificação, que compreendem fundações, estruturas, paredes e cobertura, deverão apresentar resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade adequados à função e porte do edifício, de acordo com as N.T.O., especificados e dimensionados por Profissional habilitado.

9.2.1-As fundações e estruturas deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote e considerar as interferências para com as edificações vizinhas, logradouros e instalações de serviços públicos.

9.2.2-A parede que estiver em contato direto com o solo, ou seja integrante de fachada voltada para o quadrante sul, deverá ser impermeabilizada.

9.2.3-As paredes dos andares acima do solo, se não forem vedadas por paredes perimetrais, deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra queda, com altura mínima de 0,90m (noventa centímetros) resistente a impactos e pressão.

9.2.4-Quando se tratar de edificações agarradas horizontalmente, a estrutura de cobertura de cada unidade autônoma será independente, devendo a parede divisória entre as unidades chegar até a face inferior da telha.

9.3-INSTALAÇÕES PREDIAIS

A execução de instalações prediais, tais como, as de água potável, águas pluviais, esgoto, luz, força, pára-raios, telefone, gás e guarda de lixo observará, em especial, as N.T.O.

9.3.1-Não será permitido o despejo de águas pluviais ou servidas, inclusive daquelas provenientes do funcionamento de equipamentos, sobre as calçadas e os imóveis vizinhos, devendo as mesmas serem conduzidas por canalização sob o passeio à rede coletora própria, de acordo com as Normas emanadas do órgão competente.

9.3.2-As edificações deverão dispor de instalação permanente de gás combustível.

9.3.2.1-Os ambientes ou compartimentos que contiverem equipamentos ou instalações com funcionamento a gás deverão ter ventilação permanente, assegurada por aberturas diretas para o exterior, atendendo as N.T.O. de autoridade competente.

9.3.2.2-O armazenamento de recipientes de gás deverá estar fora das edificações, em ambiente exclusivo dotado de aberturas para ventilação permanente.

9.3.3-Visando o controle da proliferação de zoonoses, os abrigos destinados à guarda de lixo deverão ser executados de acordo com as Normas emanadas do órgão municipal competente, ficando proibida a instalação de tubos de queda de lixo.

9.3.3.1-Encastados as residências, qualquer edificação com mais de 700,00m² (setecentos e setenta metros quadrados) deverá ser dotada de abrigos destinados à guarda de lixo, localizada no interior do lote, de acordo com a legislação.

9.3.4-As edificações situadas em áreas desprovidas de rede coletiva pública deverão ser providas de instalações destinadas ao armazenamento, tratamento e destinação do esgoto, de acordo com as N.T.O.

9.3.4.1-O projeto do sistema será apresentado quando da solicitação de Alvará de Aprovação de edificações novas ou de Alvará de Licença para Residências Unifamiliares.

9.4-EQUIPAMENTOS MECÂNICOS

Todo equipamento mecânico, independentemente de sua posição no imóvel, deverá ser instalado de forma a não transmitir ao imóvel vizinho e aos logradouros públicos ruídos, vibrações e temperaturas em níveis superiores aos previstos nos regulamentos oficiais próprios.

9.4.1-As unidades, pontos rotativos e outros equipamentos semelhantes que possuam, junto às divisas, altura superior a 9,00m (nove metros) medidos a partir do perfil original do terreno, ficarão condicionados, a partir desta altura, a afastamento mínimo de 3,00m (três metros) no terreno em que se encontra o imóvel.

9.4.2-As balanças para pesagem de veículos poderão se situar em qualquer posição no imóvel, inclusive nas faixas de recuo previstas pela LPMUS.

9.4.3-Os equipamentos mecânicos, independentemente do porte, não serão considerados como áreas edificadas.

9.4.4-Incluem-se nas disposições do item 9.4 os aparelhos de transporte vertical de carga ou passageiros situados no imóvel.

9.5-ELEVADORES DE PASSAGEIROS

Qualquer equipamento mecânico de transporte vertical não poderá se constituir no único meio de circulação e acesso às edificações.

9.5.1-Deverão ser servidos por elevadores de passageiros as edificações com mais de cinco andares e/ou que apresentem desnível, entre o pavimento do último andar e o pavimento de andar inferior - incluindo pavimentos destinados a estacionamento - superior a 12,00m (doze metros) observadas as seguintes condições:

a) no mínimo um elevador, em edificações até dez andares e/ou com desnível igual ou inferior a 24,00m (vinte e quatro metros);

b) no mínimo dois elevadores, em edificações com mais de dez andares e/ou com desnível superior a 24,00m (vinte e quatro metros).

9.5.1.1-No cálculo dos andares e no cálculo do desnível não serão considerados oático, o pavimento de cobertura, os andares destinados à zeladoria ou de uso privativo de andar contíguo.

9.5.2-Todos os andares deverão ser servidos, obrigatoriamente, pelo mínimo de elevadores determinado nesta Seção.

9.5.3-Com a finalidade de assegurar o uso por pessoas portadoras de deficiências físicas, o único ou pelo menos um dos elevadores deverá:

a) estar situado em local a eles acessível;

b) estar situado em nível com o pavimento a que servir ou estar interligado ao mesmo por rampa;

c) ter cabina com dimensões internas mínimas de 1,10m (um metro e dez centímetros) por 1,40m (um metro e quarenta centímetros);

d) ter porta com vão de 0,90m (noventa centímetros);

e) servir ao estacionamento em que haja previsão de vagas de veículos para pessoas portadoras de deficiências físicas.

9.5.3.1-Será indispensável a instalação de elevador em edificações que possuam mais de um pavimento e população superior a 600 (seiscentos) pessoas, e que não possuam rampas para atendimento de circulação vertical.

9.5.4-A área do poço do elevador, bem como de qualquer equipamento mecânico de transporte vertical, será considerada no cálculo da área edificada de um único andar.

9.5.5-Os espaços de circulação fronteiros às portas dos elevadores, em qualquer andar, deverão ter dimensão não inferior a 1,30m (um metro e trinta centímetros).

9.5.6-O hall de acesso a, no mínimo, um elevador deverá ser interligado à circulação vertical da edificação por espaço de circulação coletiva, podendo os demais elevadores ter esta interligação garantida por espaço de circulação privativa.

9.5.6.1-A interligação por espaço de circulação privativa será dispensada se o elevador que servir ao hall considerado for dotado de sistema de segurança que garanta sua movimentação mesmo em caso de pane no sistema ou falta de energia elétrica.

9.6-EDIFICAÇÕES DE MADEIRA

As edificações que possuírem estrutura e vedação em madeira deverão garantir padrão de desempenho correspondente ao estabelecido nas seções deste Capítulo, quanto ao isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, estabilidade e impermeabilidade.

9.6.1-A resistência ao fogo deverá ser otimizada, através de tratamento adequado, para retardamento da combustão.

9.6.2-Os componentes da edificação, quando próximos a fontes geradoras de fogo ou calor, deverão ser revestidos de material incombustível.

9.6.3-As edificações de madeira (carvão condicionadas aos seguintes parâmetros:

a) máximo de 2 (dois) andares;

b) altura máxima de 8m (oito metros);

c) afastamento mínimo de 3,00m (três metros) de qualquer ponto divisas ou outra edificação;

d) afastamento mínimo de 3,00m (três metros) de outra edificação de madeira.

9.6.3.1-Estes parâmetros poderão ser alterados por solução que, comprovadamente, garanta a segurança dos usuários da edificação e seu entorno.

10-IMPLANTACAO, AERACAO E INSOLACAO DAS EDIFICACOES

A implantação de qualquer edificação no lote, além de atendimento às disposições previstas na LPUD, dos afastamentos em relação às áreas corretas ou dormientes, faixas de domínio público de rodovias e ferrovias, linhas de alta tensão, dutos e canalizações, deverá respeitar as normas previstas nesta lei, visando assegurar a qualidade de vida das edificações vizinhas, bem como a higiene e salubridade dos seus ocupantes.

10.1-CONDICOES GERAIS DE IMPLANTACAO E DE FECHAMENTO DE TERRENO EDIFICADOS.

As condições gerais, constantes desta Seção, serão aplicadas sem prejuízo das demais disposições desta lei.

10.1.1-A edificação, obras complementares ou mobiliário que possuam, junto às divisas, altura superior a 9,00m (nove metros) medidos a partir do perfil original do terreno, ficarão condicionadas, a partir desta altura, a afastamento mínimo de 3,00m (três metros) no trecho em que ocorrer tal situação.

10.1.1.1-O disposto neste item não se aplicará às edificações situadas em áreas sujeitas a diretrizes urbanísticas próprias ou operações urbanas, para as quais haja expressa dispensa da observância dos recuos previstos pela LPUD.

10.1.1.2-As anteparos verticais, grades, muros, alamedas e arrematados, que apresentarem superfície vazada uniformemente distribuída inferior a 90% (noventa por cento) de sua superfície total, serão incluídos no cálculo da altura, tratada neste item.

10.1.1.2-Para os terrenos edificados será facultativa a construção de muro de fecho em suas divisas.

10.1.2-Quando executados, os muros terão altura de:

- a) 3,00m (três metros) no máximo, acima do passeio, quando junto ao alinhamento;
- b) 3,00m (três metros) no máximo, quando junto às demais divisas, medidos a partir do nível em que se situarem, excetuados os de arrimo que terão altura compatível com o desnível do terreno.

10.1.2.2-As anteparos verticais que possuam superfície vazada uniformemente distribuída superior a 90% (noventa por cento) não terão limite de altura.

10.1.3-Nos cruzamentos dos logradouros públicos deverá ser previsto canto chanfrado de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros), normal à bissetriz do ângulo formado pelo prolongamento dos alinhamentos, salvo se tal concordância tiver sido fixada de forma diversa no arruamento ou plano de melhoramento público.

10.1.3.1-Em zonas sujeitas a diretrizes urbanísticas próprias, para as quais haja expressa dispensa da observância dos recuos previstos na LPUD, será admitido o avanço sobre o canto chanfrado da parte da edificação que se situar a altura superior a 3,00m (três metros) do passeio.

10.1.4-Em observância ao disposto no Código Civil, deverá haver reserva de espaço para passagens de canalização de águas provenientes de lotes a montante, exigência esta extensível a canalizações de esgoto.

10.1.5-As condições naturais de absorção das águas pluviais no lote deverão ser garantidas pela execução de um ou mais dos seguintes dispositivos:

- a) reserva de, no mínimo, 15% (quinze por cento) da área do terreno livre de pavimentação ou construção;
- b) construção de reservatório ligado a sistema de drenagem.

10.1.5.1-Na hipótese de utilização de piso drenante para atendimento à letra "a", apenas sua área efetivamente vazada será considerada como livre de pavimentação.

10.1.5.2-Considera-se reservatório qualquer dispositivo dimensionado de acordo com a fórmula:

$$V = (0,15 \times S - Sp) \times IP \times t \quad \text{onde:}$$

- V = volume do dispositivo adotado;
- S = área total do terreno;
- Sp = área do terreno livre de pavimentação ou construção;
- IP = índice pluviométrico igual a 0,04m/hora;
- t = tempo de duração da chuva igual a 1 (uma) hora.

10.1.5.3-O volume de água captado e não drenado em virtude da capacidade de absorção do solo, determinada conforme critérios fixados pelas M.T.O., deverá ter seu despejo no sistema público de águas pluviais retardado, para não causar, durante condições de receber tal contribuição.

10.2-DISPOSITIVOS PARA ATENDIMENTO À AERACAO E INSOLACAO

Observados os mínimos previstos nesta lei, a aeração e a insolação naturais poderão ser proporcionadas por:

- a) recuos obrigatórios previstos na LPUD;
- b) áreas livres internas do lote;
- c) espaço dos logradouros;
- d) faixa livre de aeração "A";
- e) espaço livre de aeração e insolação "I";
- f) aeração induzida;
- g) alternativa natural que comprovadamente garanta desempenho, no mínimo, similar ao obtido quando atendidas apenas as disposições gerais desta lei.

10.2.1-As restrições em fachada, com largura igual ou superior a uma vez e meia sua profundidade, serão integradas ao espaço de aeração e insolação lindero.

10.2.2-As aberturas destinadas à aeração e insolação dos compartimentos deverão estar voltadas para os espaços de aeração e insolação correspondentes.

10.3-CLASSIFICACAO DOS VOLUMES DE UMA EDIFICACAO

A volumetria da edificação determinará os afastamentos necessários à aeração e insolação, na dependência da altura estabelecida a partir:

- a) do desnível "d", medido em metros de piso a piso entre pavimentos consecutivos;
- b) do índice volumétrico "a", obtido em função do desnível "d", sendo:

$$a = 1, \text{ quando } 2,00m \leq d < 3,00m;$$

$$a = 1 + 1/3 (d - 2), \text{ quando } d \leq 2,00m;$$

$$a = 1 + 1/3 (d - 3), \text{ quando } d \geq 3,00m;$$

c) da somatória "M" dos índices volumétricos "a" dos andares considerados, obtida ser somatória total dos andares quando for considerado o volume total da edificação, ou somatória parcial quando houver seu escalonamento.

10.3.1-Quando se tratar de andar dentro de uma edificação, a "a" será o pré-direito de andar.

10.3.1.1-Quando o piso em um lote não estiver terminado, o desnível "d" considerado será a altura média do andar.

10.3.2-Quando se tratar de chaminé e torres em geral, a altura média isolada, o desnível "d" considerado será a distância entre a base e o ponto mais elevado.

10.3.3-De volumes de uma edificação serão classificados em função da somatória "M", obtida sempre a partir do pavimento térreo definido na LPUD, sendo:

- a) volume inferior "Vi", quando M < 3;
- b) volume superior "Vs", quando M > 3;
- c) volume enterrado ou semi-enterrado "Ve" sempre situado abaixo do volume "Vi".

10.4-AERACAO E INSOLACAO DO VOLUME INFERIOR "Vi"

Para compartimentos situados no volume "Vi" serão suficientes a aeração e insolação naturais proporcionadas pelos seguintes espaços:

- a) espaços constituídos pelos recuos obrigatórios previstos na LPUD;
- b) espaço livre dos logradouros públicos, quando a LPUD admitir a implantação de edificações no alinhamento;
- c) espaços livres internos ao lote, que possuam área mínima de 3,00m² (cinco metros quadrados) e largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

10.4.1-Quando a edificação for constituída pelos volumes "Vi" e "Vs" e desde que o índice "M" total seja menor ou igual a 3 (três), serão suficientes a aeração e insolação naturais proporcionadas pelos espaços estabelecidos nesta seção.

10.5-AERACAO DO VOLUME SUPERIOR "Vs"-FAIXA LIVRE "A"

O volume "Vs", independentemente da existência de aberturas, deverá ser contornado por uma faixa livre "A", destinada à aeração da edificação e do seu entorno.

10.5.1-A faixa livre "A", cujo valor será expresso em metros, poderá ser escalonado e deverá ser dimensionada de acordo com a fórmula:

$$A = 3 + 0,35 (M - 14),$$

respeitada a largura mínima de 3,00m (três metros), onde "M" é a somatória, parcial ou total, dos índices "a" dos andares considerados, contados sempre a partir do piso do andar térreo, até o andar considerado, inclusive.

10.5.1.1-O torcamento das edificações, as chaminés e torres em geral isoladas ou não, e as chaminés e torres isoladas, deverão observar a faixa livre "A".

10.5.1.2-O muro deverá observar, no mínimo, a faixa livre "A" do andar mais elevado da edificação.

10.5.2-A faixa livre "A" não poderá ultrapassar as divisas do lote, nem poderá interferir com as faixas livres "A" de outras edificações do mesmo lote.

10.5.2.1-Será admitido o avanço de até 20% (vinte por cento) da largura da faixa livre "A" sobre o logradouro público, em até 1/3 (um terço) da largura deste, desde que igual porcentagem seja acrescida à faixa livre "A" oposta, caracterizando o deslocamento da edificação no sentido do logradouro.

10.5.3-A faixa livre "A" não poderá ser reduzida ou desatendida quando da aplicação de soluções alternativas de aeração e insolação.

10.6-AERACAO E INSOLACAO DO VOLUME SUPERIOR "Vs"-ESPACO LIVRE "I"

Para os compartimentos situados no volume "Vs" das edificações, que necessitem de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais, deverá ser previsto espaço livre "I" fronteiro às aberturas de aeração e insolação destes compartimentos.

10.6.1-O espaço livre "I", cujo valor será expresso em metros, poderá ser escalonado e corresponderá a um semi-círculo de raio "I", cujo centro deverá estar situado no plano vertical e que contenha, no projeto horizontal, no mínimo um ponto da fachada. "I" será obtido pela fórmula:

$$I = 3 + 0,70 (M - 8),$$

respeitada o raio mínimo de 3,00m (três metros) e onde "M" é a somatória, parcial ou total, dos índices "a" dos andares considerados, contados sempre a partir do piso do andar mais baixo a ser insulado, até o andar considerado, inclusive.

10.6.1.1-Será integrado ao espaço livre "I" o espaço contido a partir do limite do semi-círculo que apresente profundidade:

- a) igual ao recuo da edificação, ou;
- b) igual à distância entre a edificação e a faixa livre "A" de outra edificação do mesmo lote.

10.6.2-O espaço livre "I" não poderá ultrapassar as divisas do lote, nem poderá interferir com as faixas livres "A" de outras edificações do mesmo lote.

10.6.2.1-Será admitido o avanço de 20% (vinte por cento) do raio "I", sobre o logradouro público em até 1/3 (um terço) de sua largura.

10.7-AERACAO E INSOLACAO DO VOLUME ENTERRADO OU SEMI-ENTERRADO "Ve"

Existindo, no volume "Ve", compartimento que necessite de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais, a somatória "M" para cálculo do espaço livre "I" será considerada a partir do piso do andar em que tal compartimento estiver situado, salvo na situação prevista em 10.4.1.

10.8-AERACAO INDUZIDA

Os compartimentos que não necessitem de aeração e insolação naturais poderão ter sua aeração proporcionada por:

- a) poço de aeração descoberto;
- b) duto de exaustão vertical;
- c) duto de exaustão horizontal;
- d) meios mecânicos.

10.8.1-O poço de aeração descoberto deverá ter:

- a) área mínima Ap obtida pela fórmula:

$$Ap = 4 + 0,40 (M - 9),$$

repetida a área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados) onde "M" é a altura total das paredes que rodeiam o poço, não sendo admitido escalonamento; bitolação mínima de 2,3 entre os lados.

10.8.2-D data de emissão vertical deverá ter:

área mínima "Ad" obtida pela fórmula:

$$Ad = 0,040 \times Md$$

repetida a área mínima de 1,00m² (um metro quadrado) onde "Md" é a altura total do duto, não sendo admitido escalonamento; bitolação transversal capaz de conter um círculo de 0,40m (quarenta centímetros) de diâmetro; cotação de ar exterior ao seu base, diretamente para andar superior ou para andar horizontal; com diâmetros não inferiores à metade das exigidas para o duto vertical; e saída de ar situada 1,00m (um metro) no mínimo, acima da cobertura, contígua ao duto.

10.8.3-D data de emissão horizontal deverá ter:

área mínima de 0,25m² (vinte e cinco decímetros quadrados) observada a distância mínima de 0,25m (vinte e cinco centímetros); bitolação mínima de 5,00m (cinco metros) quando houver uma única comunicação direta para o exterior; bitolação mínima de 15,00m (quinze metros) quando possibilitar ventilação cruzada pela existência, em faces opostas, de comunicações diretas para o exterior.

10.8.4-Os meios mecânicos deverão ser dimensionados de forma a garantir a renovação do ar, de acordo com as M.T.O., salvo exigência maior fixada por legislação específica.

10.9-AERAÇÃO E INSOLAÇÃO ALTERNATIVAS

Poderão ser propostas soluções alternativas, visando a aeração e a insolação das edificações, desde que respeitadas a faixa livre "A" e comprovada a garantia de desempenho, no mínimo similar ao obtido quando atendidas as disposições desta lei, através de elementos gráficos ou elucidativos.

10.9.1-O disposto nesta seção não se aplica aos compartimentos de que trata o item 11.1.1. do capítulo 11.

10.10-AJUSTES DA FAIXA LIVRE "A" E ESPAÇO LIVRE "I".

Para a implantação de edificações em áreas sujeitas a diretrizes urbanísticas próprias, ou operações urbanas, para as quais haja expressa dispensa da observância dos recuos previstos pela LPUOS, será igualmente dispensado o atendimento à faixa livre de aeração e insolação "A".

10.10.1-Nestes casos, os espaços livres, inclusive o do logradouro público, destinados à aeração e insolação de compartimentos que necessitem de condições naturais privilegiadas, deverão ser dimensionados de forma a conter um círculo com diâmetro mínimo igual a "I".

10.10.2-As condições de aeração e insolação naturais previstas nesta lei poderão ser aceitas de forma diversa pela PMSP quando esta vier a elaborar plano de revitalização, reurbanização, ou intervenção em áreas urbanas de especial interesse social.

10.10.3-Quando o terreno, onde a edificação a ser implantada, estiver situado nos logradouros oficiais antigos, cuja relação faz parte integrante do Decreto número 9.358, de 12 de julho de 1971, e houver edificação vizinha de grande porte implantada sob atendimento às normas da Lei número 5.019, de 22 de junho de 1961, a PMSP poderá, a seu critério, permitir a justaposição da nova edificação à edificação limítrofe, sem prejuízo dos índices de ocupação e aproveitamento previstos na LPUOS.

10.10.3.1-Quando não for adotada a justaposição, deverá ser previsto acréscimo de 3,00m (três metros) ao raio "I" se houver compartimento situado no volume "Vs", que necessite de condições privilegiadas de aeração e insolação naturais e que esteja voltado para a divisa edificada.

10.11-MOBILIÁRIO

A implantação e a execução de mobiliário em edificação ficarão sujeitas às normas e parâmetros deste Capítulo, de acordo com sua função e tipo, conforme tabela a seguir:

TABELA 10.11-MOBILIÁRIO

MOBILIÁRIO	DIMENSÕES MÁXIMAS
ALOJAMENTO PARA ANIMAIS (mínimo de 2 unid. p/ lote)	área: 3,00m ² comprimento e largura: 2,00m altura: 3,00m
ABRIGO OU TELHEIRO SEM VEDADO LATERAL EM PELO MENOS 50% DO PERÍMETRO (mínimo de 2 unid. p/ lote)	área: 3,00m ² comprimento e largura: 2,00m altura: 3,00m
ESTUFAS, QUIOSQUES E VIVÍFROS DE PLANTAS (mínimo de 2 unid. p/ lote)	área: 9,00m ² comprimento e largura: 3,00m altura: 3,00m
QUARTAS E MÓDULOS PRÉ-FABRICADOS (mínimo de 2 unid. p/ lote)	área: 9,00m ² comprimento e largura: 3,00m altura: 3,00m
CHARRASQUEIRAS E BUDOS DE LAREIRA	área: 1,50m ² comprimento e largura: 1,50m
JIRAU	área: 30,00m ² ocupação: 70% da área do compartimento
PERGULA	área das arcadas: até 15% da área do conjunto. relação de 1:2 entre altura da nervura e parte vazada. área das colunas de sustentação: até 20% da área do conjunto.
ABRIGOS PARA MEDIDORES, BRIMCLOS E EQUIPAMENTOS INFANTIS	sem restrição
CAIXAS D'ÁGUA ENTERRADAS, BOMBAS D'ÁGUA E PISCINAS, POÇOS E FOSSAS.	sem restrição

10.11.1-O mobiliário, respeitadas as parâmetros fixados na tabela 10.11, não será considerado área edificada para fins de observância dos índices e recuos estabelecidos pela LPUOS.

10.11.1-Quando ultrapassar qualquer limite da tabela 10.11, será considerado no todo como edificação, em andar para efeito de LDC e LPUOS.

10.11.2-Mobiliário poderá obstruir os acessos e circulação de pessoas e veículos, nem as áreas destinadas à aeração e insolação das edificações.

10.11.2.1-As pérgulas situadas no volume "Vs" poderão ocupar os espaços destinados à aeração e insolação.

10.11.2-Quando implantadas no volume "Vs", deverão obedecer os recuos da LPUOS e as faixas e espaços para aeração e insolação determinados por esta lei.

10.11.4-Qualquer outro tipo de mobiliário não relacionado na tabela 10.11 ficará sujeito a licenciamento.

10.12-BALANCIAS E OBRAS COMPLEMENTARES À EDIFICAÇÃO

A implantação e a execução de balanças e obras complementares à edificação ficarão sujeitas às normas deste Capítulo e aos parâmetros desta seção, conforme as tabelas seguintes:

TABELA 10.12.1-BALANCIAS

BALANCIAS	PODERÃO AVANÇAR SOBRE			DIMENSÕES MÁXIMAS DO AUMENTO
	PASSEIO PÚBLICO (1)	RECUSO LPUOS (2)	FAIXAS "A" "I" (3)	
ABA HORIZONTAL E VERTICAL, BRICE, VIGA, PILAR, JARDINEIRA E FLOREIRA, ORNATO E ORNAMENTO	0,40m	até 10X	até 10X	0,40m
BEIRAL DA COBERTURA	0,40m	até 50X	até 10X	1,50m
MARQUISE (NÃO SOBREPOSTA)	até 50X	até 50X	até 10X	---
BALCÃO E TERRAÇO ABERTO (SEM CAIXILHO)	0,40m	até 20X	até 10X	projeção até 10X da área ocupada no lote

NOTAS:

- 1 - acima de 3,00m (três metros) do nível do passeio, não podendo interferir nas instalações públicas.
- 2 - estabelecidos pela LPUOS e não os adotados no projeto.
- 3 - inclusive o poço de aeração descoberto.
- 4 - não se aplica às ruas de pedestres ficando a critério da PMSP a análise caso a caso.

TABELA 10.12.2-OBAS COMPLEMENTARES

OBRAS COMPLEMENTARES	PODERÃO AVANÇAR SOBRE		DIMENSÕES MÁXIMAS	
	PASSEIO PÚBLICO (1)	RECUSO LPUOS (2)	ÁREA (M ²)	COMPRIMENTO OU LARGURA (3)
ABRIGO PARA AUTO	não	sim	15,00	compr. 4,00
FAIXAS ELETRÔNICOS	0,40m	sim	---	larg. 1,00
ABRIGO PARA PORTA	não	sim	3,00	compr. 2,00
ABRIGO PARA LIXO	não	sim	3,00	compr. 2,00
CASA DE MÁQUINAS ISOLADAS	não	sim	3,00	compr. 2,00
ABRIGO DE BÂS (CILINDROS DE GLP)	não	sim	(2)	---
CABINE DE FORÇA	não	sim	(2)	---
CAIXA D'ÁGUA ELEVADA, CHAMINÉS E TORRES ISOLADAS	não	não	---	---
DILUTERIA	não	sim	9,00	compr. 3,00
PORTARIA	não	exceto lateral	30,00	---
PASSAGEM COBERTA DE PEDESTRE E VEDADO LATERAL	não	exceto lateral	---	larg. 3,00

NOTAS:

- 1 - Acima de 3,00m (três metros) do nível do passeio.
- 2 - área útil mínima de: 0,40m²/unidade até 20 unidades e, 0,30m²/unidade acima de 20 unidades.
- 3 - Dimensões de acordo com as exigências da concessionária.

10.12.3-O elemento que ultrapassar qualquer limite das tabelas 10.12.1 e 10.12.2 será considerado no todo para efeito de observância dos índices estabelecidos pela LPUOS e por esta lei.

10.12.4-A encução isolada ou em conjunto dos elementos denominados como balanças e obras complementares poderá, desde que respeitadas estritamente os parâmetros fixados na tabela, ocupar no máximo a porcentagem "T" da área livre de terreno, a ser obtida pela fórmula:

$$T = \frac{3 \sqrt{S}}{S} \times 100$$

onde "S" é a área total do terreno.

10.12.4.1-A área que exceder a porcentagem "T" da área livre do lote será considerada para o cálculo dos índices previstos na LPUOS.

10.12.5-As abas horizontais ou verticais, brises, pilares, vigas, jardineiras, floreiras, ornatos, ornamentos e brises da cobertura, desde que respeitadas estritamente os parâmetros da tabela, não serão considerados como área edificada para os fins desta lei.

10.13-OBAS JUNTO A REPRESAS, LAPOS E CURSOS D'ÁGUA

A execução de qualquer tipo de obra junto a represas, lagos, lagoas, rios, córregos, fundos de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias ou canalizações será permitida somente após devidamente demonstrados os cuidados a serem adotados, visando em especial a proteção contra inundações e garantia do livre escoamento das águas.

a) para galeria ou canalização existente com largura igual ou inferior a 1,00m (um metro), de 2,00m (dois metros) a contar de suas faces externas;

b) para galeria ou canalização existente com largura superior a 1,00m (um metro), de uma vez a mais a largura da benfeitoria, observado o mínimo de 2,00m (dois metros) a contar de suas faces externas;

c) para córrego, fundo de vale ou faixa de escoamento de águas pluviais não canalizadas, de 15,00m (quinze metros) no mínimo, das margens do córrego ou do vale de fundo de vale de faixa de escoamento de águas pluviais;

d) para terreno, lago ou lagoa, de 15,00m (quinze metros) no mínimo, a partir da margem estabelecida pelo nível máximo de corpo de água.

10.12.1.1-Em função do dimensionamento da bacia hidrográfica e topografia local, o órgão municipal competente poderá fixar recuo inferior ao estabelecido na letra "c", respectivo a mínimo de 2,00m (dois metros), desde que a área da bacia hidrográfica seja, no mínimo, de 100 ha (cem hectares) e que:

- a) o lote seja resultante de parcelamento do solo aprovado anteriormente à vigência da Lei Federal 4.716/79, ou
- b) o lote seja resultante de loteamento em processo de regularização.

10.12.1.2-Em função do dimensionamento da bacia hidrográfica e topografia local, o órgão municipal competente poderá fixar recuo superior ao estabelecido nesta Seção.

10.12.2-A implantação da obra pretendida poderá ser condicionada à prévia execução de benfeitorias julgadas indispensáveis à estabilidade ou saneamento locais.

10.12.3-O fechamento dos lotes não poderá impedir o escoamento das águas nem as operações de limpeza e manutenção da faixa não-edificável.

10.12.4-As obras terão as fundações projetadas e executadas de forma a impedir seu solapamento.

10.12.5-A execução de galerias, pentilhas, travessias, aterros e outras obras de arte nas faixas não-edificáveis dependerá de prévia análise e autorização do órgão municipal competente.

10.14-MOVIMENTO DE TERRA

Qualquer movimento de terra deverá ser executado com o devido controle tecnológico, a fim de assegurar a estabilidade, prevenir erosões e garantir a segurança dos indivíduos e logradouros litógrafos, bem como não impedir ou alterar o curso natural de escoamento de águas pluviais e fluviais.

10.14.1-O material empregado no aterro deverá ser de qualidade, no mínimo, igual ao do existente no solo.

10.14.2-Visando a reposição da cobertura vegetal, o movimento de terra não destinado à implantação de edificação deverá ter seu capotamento executado com material retirado da camada superficial do terreno original.

10.14.3-As aterros, que apresentarem junta às dividas altura superior a 9,00m (nove metros) medidos a partir do perfil original do terreno, ficarão condicionados, a partir desta altura, a afastamento mínimo de 3,00m (três metros) no trecho em que ocorrer tal situação.

11-COMPARTIMENTOS

Os compartimentos e ambientes deverão ser posicionados na edificação e dimensionados de forma a proporcionar conforto ambiental, térmico, acústico, e proteção contra a umidade, obtidos pelo adequado dimensionamento e emprego das instalações das paredes, cobertura, pavimento e aberturas, bem como das instalações e equipamentos.

11.1-CLASSIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

Os compartimentos das edificações classificar-se-ão em "GRUPOS", em razão da função exercida, que determinará seu dimensionamento mínimo e a necessidade de aeração e insolação naturais.

11.1.1-Classificar-se-ão no "GRUPO A" aqueles destinados a:

- a) repouso, em edificações destinadas a atividades habitacionais ou de prestação de serviços de saúde e de educação;
- b) estar, em edificações destinadas a atividades habitacionais;
- c) estudo, em edificações destinadas a atividades habitacionais ou de prestação de serviços de educação em estabelecimentos de ensino até o nível de segundo grau.

11.1.1.1-Quando situados no volume "Va", estes compartimentos terão, obrigatoriamente, sua aeração e insolação proporcionadas pelo espaço livre "I".

11.1.1.2-Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em legislação específica, o dimensionamento deverá respeitar os mínimos de 2,30m (dois metros e cinquenta centímetros) de pé-direito e 3,00m² (cinco metros quadrados) de área e possibilitar a inscrição de um círculo com 2,00m (dois metros) de diâmetro no plano do piso.

11.1.2-Classificar-se-ão no "GRUPO B" aqueles destinados a:

- a) repouso, em edificações destinadas a prestação de serviços de hospedagem;
- b) estudo, em edificações destinadas a prestação de serviços de educação, salvo os estabelecimentos de ensino até o nível de segundo grau;
- c) trabalho, reunião, espera e prática de exercício físico ou esporte, em edificações em geral.

11.1.2.1-Quando situados no volume "Vb", estes compartimentos terão, preferencialmente, sua aeração e insolação proporcionadas pelo espaço livre "I". Quando voltados unicamente para a faixa livre "A", deverão ter sua aeração e insolação suplementadas por meios artificiais de renovação de ar e iluminação.

11.1.2.2-Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em legislação própria, o dimensionamento deverá respeitar o mínimo de 2,30m (dois metros e cinquenta centímetros) de pé-direito e possibilitar a inscrição de um círculo com 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de diâmetro no plano do piso.

11.1.3-Classificar-se-ão no "GRUPO C" aqueles destinados a:

- a) depósitos em geral, com área superior a 2,30m² (dois metros e cinquenta centímetros quadrados);
- b) cozinhas, copas e lavanderias.

11.1.3.1-Quando situados no volume "Vc", estes compartimentos poderão ter aeração e insolação proporcionadas apenas pela faixa livre "A".

cinquenta centímetros) de pé-direito e possibilitar a inscrição de um círculo com 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de diâmetro no plano do piso.

134 de proc
326 de 1996

11.1.4-Classificar-se-ão no "GRUPO D" os compartimentos destinados a ambientes que não necessitam de aeração e insolação naturais.

11.1.4.1-Incluir-se-ão no "GRUPO D" os compartimentos sanitários e os vestiários, as áreas de circulação em geral, os depósitos com área igual ou inferior a 2,30m² (dois metros e cinquenta centímetros quadrados) e qualquer compartimento que, pela natureza de atividade ali exercida, deve dispor de meios mecânicos e artificiais de ventilação e iluminação.

11.1.4.2-Salvo disposição de caráter mais restritivo constante em legislação própria, o dimensionamento deverá respeitar o mínimo de 2,30m (dois metros e cinquenta centímetros) de pé-direito e possibilitar a inscrição de um círculo com 0,90m (noventa centímetros) de diâmetro no plano do piso.

11.1.4.3-Os compartimentos destinados a abrigar equipamentos terão pé-direito superior ao da função.

11.1.5-Os compartimentos que necessitem de cuidados higiênicos e sanitários especiais deverão ser dotados de revestimentos adequados à impermeabilidade e resistência à frequente limpeza.

11.1.6-Os compartimentos destinados a abrigar serviços de lavagem, lubrificação e pintura serão executados de modo a não permitir a dispersão do material em suspensão utilizado no serviço.

11.2-ABERTURAS (PORTAS E JANELAS)

As portas ou janelas terão sua abertura dimensionada em dependência da continuação do compartimento a que servirem, e deverão proporcionar resistência ao fogo, nos casos exigidos, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústicos, estabilidade e inercibilidade.

11.2.1-Com a finalidade de assegurar a circulação de pessoas portadoras de deficiências físicas, as portas situadas nas áreas comuns de circulação, bem como as de ingresso à edificação e às unidades autônomas, terão largura livre mínima de 0,90m (noventa centímetros).

11.2.2-As aberturas para aeração e insolação dos compartimentos poderão estar ou não no plano vertical e deverão, observado o mínimo de 0,60m² (sessenta centímetros quadrados) ter dimensões proporcionais à área do compartimento de, no mínimo:

- a) 5% (cinco por cento) para insolação de compartimentos dos "GRUPOS A e B";
- b) 10% (dez por cento) para insolação de compartimentos do "GRUPO C".

11.2.2.1-Metade da área necessária à insolação deverá ser destinada à aeração do compartimento.

11.2.2.2-Quando a aeração e insolação de um compartimento forem feitas através de outro, o dimensionamento da abertura voltada para o exterior será proporcional à soma das áreas dos dois compartimentos.

11.2.2.3-As proporções das aberturas poderão ser reduzidas quando se tratar de abertura zenital.

11.2.2.4-No mínimo, metade da abertura deverá estar contida no espaço destinado a proporcionar aeração e insolação do compartimento.

11.2.3-Quando a aeração dos compartimentos classificados no "GRUPO D" for feita através de aberturas, estas deverão ter, no mínimo, 5% (cinco por cento) da área do compartimento.

11.2.4-As aberturas dos compartimentos dos "GRUPOS B e C" poderão ser reduzidas, desde que garantido o capotamento, no mínimo similar ao exigido, pela ação de meios mecânicos e artificiais de ventilação e iluminação.

11.2.5-Os compartimentos classificados nos "GRUPOS A, B e C" poderão apresentar, no mínimo, a partir do plano de insolação, profundidade igual a três vezes sua largura e seu pé-direito.

11.2.5.1-Quando as dimensões das aberturas para aeração e insolação forem iguais ou superiores ao dobro do mínimo necessário exigido pelo item 11.2.2, a profundidade dos compartimentos poderá ser igual a cinco vezes a sua largura e seu pé-direito.

11.2.6-Em observância ao disposto no Código Civil, nenhuma abertura voltada para a divida do lote poderá ter qualquer de seus pontos situado a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) das, ressalvadas as aberturas voltadas para o alinhamento dos logradouros.

12-CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA

As exigências constantes deste Capítulo, relativas às disposições construtivas das edificações e instalações de equipamentos considerados essenciais à circulação e à segurança de seus ocupantes visam, em especial, permitir a evacuação totalidade da população em período de tempo previsível e com as garantias necessárias de segurança, na hipótese de risco.

12.1-NORMAS GERAIS

Para os efeitos deste Capítulo, são consideradas:

a) edificação existente aquela legalmente licenciada antes que lhe fosse o Certificado de Conclusão;

b) edificação nova aquela a construir, ou a reformar com acréscimo de área superior a 20% da área de construção regularmente existente. Quando a edificação for constituída por mais de um bloco, este acréscimo será considerado por bloco.

12.1.1-As edificações existentes, que não atenderem aos requisitos mínimos de segurança estabelecidos nesta lei, deverão ser adaptadas, nas condições e prazos a serem estabelecidos por ato do Executivo.

12.1.1.1-Não serão necessariamente adaptadas:

a) as edificações regularmente existentes de uso residencial, ainda que sejam objeto de reforma com acréscimo de área, desde que sem aumento do número de andares;

b) as edificações destinadas a qualquer uso, aprovadas anteriormente a 20/04/73, que tenham sido objeto de adaptação às Normas de Segurança posteriores e se mantenham sem alterações de ordem física e/ou utilização em relação ao regularidade licenciada;

c) as edificações aprovadas após 20/04/73 que atendam à legislação edilícia vigente à época de sua aprovação e se mantenham sem alterações de ordem física e/ou de utilização em relação ao regularmente licenciado.

MTC
ASSESSORIA

12.1.2-Para efeito deste Capítulo a altura da edificação será tomada como sendo o desnível real entre pavimento do solo de referência e o último pavimento, incluído o ático

12.2-ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO

Consideram-se espaços de circulação as escadas, as rampas, os corredores e os vestíbulos, que poderão ser de uso

- a) privativo, os que se destinarem às unidades residenciais e a acesso a compartimentos de uso limitado das edificações em geral, devendo observar a largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros);
- b) coletivo, os que se destinarem ao uso público ou coletivo, devendo observar a largura mínima de 1,00m (um metro e vinte centímetros).

12.2.1-Serão admitidos como privativos os espaços de circulação das edificações destinadas a qualquer uso com área construída menor ou igual a 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) altura menor ou igual a 4m (quatro metros) e lotação total menor ou igual a 100 (cem) pessoas

12.3-ESCADAS

De acordo com a sua utilização, as escadas de uso privativo ou coletivo poderão ainda ser classificadas como:

- a) restrita, quando privativa, servindo de acesso secundário nas unidades residenciais, ou de acesso destinado a depósito e instalação de equipamentos nas edificações em geral, observando largura mínima de 0,60m (sessenta centímetros) e vencendo desnível igual ou inferior a 3,00m (três metros e vinte centímetros);
- b) protegida, quando coletiva e considerada para o escoamento da população em condições especiais de segurança, desde que atenda os demais requisitos deste Capítulo.

12.3.1-As degraus das escadas deverão apresentar altura "a" (espelho) e largura "l" (piso) dispostos de forma a assegurar passagens com altura livre de 2,00m (dois metros) respeitando ainda as seguintes dimensões:

- a) escada privativa restrita:
a) 0,20m e 1,00m;
- b) escada privativa:
a) 0,17m e 1,00m;
- c) escada coletiva:
a) 0,18m e 1,00m.

12.3.1.1-Quando em curva, a largura "l" do piso dos degraus será medida a partir do primeiro interno da escada, a uma distância de:

- a) 0,35m (trinta e cinco centímetros) se privativa restrita;
- b) 0,50m (cinquenta centímetros) se privativa;
- c) 1,00m (um metro) se coletiva.

12.3.1.2-Os pisos dos degraus das escadas coletivas protegidas não poderão apresentar qualquer tipo de saliência.

12.3.2-Serão obrigatórios patamares intermediários sempre que:

- a) a escada vencer desnível superior a 3,25m (três metros e vinte e cinco centímetros); ou,
- b) houver mudança de direção em escada coletiva.

12.3.2.1-As patamares deverão atender as seguintes dimensões mínimas:

- a) de 0,80m (oitenta centímetros) quando em escada privativa;
- b) de 1,00m (um metro e vinte centímetros) quando em escada coletiva sem mudança de direção;
- c) da largura da escada, quando esta for coletiva e houver mudança de direção, de forma a não reduzir o fluxo de pessoas.

12.3.3-As escadas deverão dispor de corrimão, instalado entre 0,80m (oitenta centímetros) e 1,00m (um metro) de altura conforme as seguintes especificações:

- a) apenas de um lado, para escada com largura inferior a 1,00m (um metro e vinte centímetros);
- b) de ambos os lados, para escada com largura igual ou superior a 1,00m (um metro e vinte centímetros);
- c) intermediário quando a largura for igual ou superior a 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) de forma a garantir largura mínima de 1,00m (um metro e vinte centímetros) para cada lance.

12.3.3.1-Para auxílio aos deficientes visuais, os corrimãos das escadas coletivas deverão ser contínuos, sem interrupção nos patamares, prolongando-se pelo menos 0,30m (trinta centímetros) do início e término da escada.

12.3.4-As escadas privativas e as coletivas em curva não serão consideradas para o cálculo do escoamento da população.

12.3.5-As escadas coletivas deverão ser descontinuas a partir do pavimento correspondente à soleira de ingresso da edificação, de forma a orientar o usuário ao exterior.

12.4-RAMPAS

As rampas terão inclinação máxima de 10% (dez por cento) quando forem meio de escoamento vertical da edificação, sendo que sempre que a inclinação exceder a 5% (cinco por cento) o piso deve ser revestido com material anti-derrapante.

12.4.1-Para acesso de pessoas portadoras de deficiências físicas, o elevador deverá ser, obrigatoriamente, dotado de rampa com largura mínima de 1,00m (um metro e vinte centímetros) para vencer desnível entre o logradouro público ou área externa e o piso correspondente à soleira de ingresso da edificação destinadas a:

- a) local de reunião com mais de 100 (cem) pessoas, qualquer outro uso com mais de 400 (quatrocentas) pessoas.

12.4.1.1-No interior das edificações acima relacionadas, as rampas poderão ser substituídas por elevadores ou meios mecânicos especiais destinados ao transporte de pessoas portadoras de deficiências físicas.

12.4.1.2-No início e término das rampas, o piso deverá ter tratamento diferenciado, para orientação de pessoas portadoras de deficiências visuais.

12.5-POTENCIAL DE RISCO

O potencial de risco que definirá as exigências de segurança e segurança de uma edificação será estabelecido em função de sua destinação, área construída, altura e natureza do material utilizado efetivamente na construção.

12.5.1-Para efeito de concessão de Alvará de Funcionamento, a emergência não serão considerados, por serem áreas dinâmicas e material empregado na decoração dos ambientes e aquele abrangido em função da própria utilização da edificação.

12.5.2-O material referido no sub-ítem anterior não será considerado para efeito de aprovação de Sistema de Segurança e concessão de Licença de Funcionamento, conforme legislação própria.

12.5.3-Para determinação do risco de uso da edificação, os materiais de potencial combustível serão, de acordo com as suas características de ignição e queima, classificados em:

I-Classe I - os que apresentarem processo de combustão entre lento e moderado, incluindo líquido com ponto de fulgor acima de 93°C, sendo:

- a) de combustão lenta, aquele que não apresentar início de combustão, ou não a mantiver pela exposição contínua durante 5 (cinco) minutos à temperatura de 450°C não constituindo, portanto, combustível ativo;
- b) de combustão moderada, aquele capaz de queimar continuamente não intensamente, podendo incluir proporção não superior a 5% (cinco por cento) de material de alta acentuada combustibilidade, incluindo na Classe II;

II-Classe II - de combustão entre livre e intensa, incluindo os líquidos com ponto de fulgor situados entre 38°C e 93°C - admitindo-se que não de combustão intensa aqueles materiais que, em virtude de sua mais baixa temperatura de ignição e muito rápida expansão de fogo, queimam com grande elevação de temperatura;

III-Classe III - capazes de produzir vapores, gases ou poeiras inflamáveis ou inflamáveis, por efeito de sua combustão, ou que foram inflamáveis por efeito de simples elevação da temperatura do ar, nestes incluídos de modo geral, os líquidos com ponto de fulgor inferior a 38°C;

IV-Classe IV - os que se decompuseram por detonação, o que envolve, desde logo, os explosivos primários sem que, todavia, a classe se limite a estes.

12.5.4-Para formulação das exigências relativas à segurança de uso admitir-se-ão as seguintes equivalências entre quantidades, definidas em peso, de materiais incluídos nas diferentes classes: 1kg da classe III, equivale a 10kg da classe II que equivale a 100kg da classe I.

12.5.5-Os ensaios para classificação de materiais obedecerão aos métodos previstos nas N.T.O. A repartição municipal competente organizará relação dos materiais comumente utilizados, classificados pelas suas características de ignição e queima, que deverá ser atualizada periodicamente ou sempre que as circunstâncias recomendarem.

12.6-LOTAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Considera-se lotação de uma edificação o número de usuários, calculado na dependência de sua área e utilização.

12.6.1-A lotação de uma edificação será a soma das lotações dos seus andares ou compartimentos onde se desenvolverem diferentes atividades, calculada tomando-se a área útil efetivamente utilizada no andar para o desenvolvimento de determinada atividade, dividida pelo índice correspondente determinado na tabela 12.6.1.

12.6.1-TABELA PARA CÁLCULO DE LOTAÇÃO

OCUPAÇÃO	ÍNDICE/PESSOA
RESIDÊNCIA	25,00
COMÉRCIO E SERVIÇO	
Lojas com acesso ao Público	3,00
(vendas/espera/recepção/etc)	
Lojas sem acesso ao Público	7,00
(áreas de trabalho)	
Circulação horizontal em Centros Comerciais	5,00
BARRES E RESTAURANTES	
Frequenciadores em pé	0,40
Frequenciadores sentados	1,00
demais áreas	7,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
atendimento e internação	3,00
espera e recepção	2,00
demais áreas	7,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	
salas de aula	1,50
Laboratórios, oficinas	4,00
atividades não específicas e administrativas	25,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO	25,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	20,00
INDÚSTRIAS, OFICINAS	9,00
DEPÓSITOS	20,00
LOCAIS DE REÚNIO	
salas para Público em pé	0,40
salas para Público sentado	1,00
atividades não específicas ou administrativas	7,00
PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO OU ESPECIAL	
salas para público em pé	0,30
salas para público sentado	0,50
outras atividades	0,60

INGENHEIRO ARQUITETO

**ATIVIDADES REQUERIDAS
e DIMENSÃO DE OUTROS ESPAÇOS**

12.6.1.1-A área a ser considerada para o cálculo da lotação poderá ser obtida excluindo-se, da área bruta, aquelas correspondentes às paredes, às unidades sanitárias, aos espaços de circulação horizontal e vertical efetivamente utilizados para escoamento, vazios de elevadores, montas-cargas, passagens de dutos de ventilação e dependências classificadas no Grupo "B", do Capítulo 11.

12.6.1.2-Nas edificações destinadas a locais de reuniões e centro de trabalho, a área a ser considerada para o cálculo da lotação não poderão ser excluídos os espaços destinados à circulação horizontal que ultrapassarem 1,30m (um metro e cinquenta centímetros) de largura.

12.6.1.3-Em casos especiais, a relação m²/pessoa poderá ser alterada, desde que devidamente justificada através de dados técnicos constantes do projeto.

12.7-DIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO COLETIVA

Os espaços de circulação coletiva, ou via de escoamento, serão dimensionados por módulos de 0,30m (trinta centímetros) adequados ao escoamento de 30 (trinta) pessoas por módulo, respeitada a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

12.7.1-A lotação de cada ambiente, setor ou andar será corrigida, em virtude da distância entre o local de origem e a via de escoamento a dimensionar, através da fórmula:

$$L_c = \frac{L_o \times Y}{X} \text{ onde:}$$

"L_c" é a lotação corrigida;
"L_o" é a lotação de origem;
"Y" e "X" são valores determinados pelas características da edificação.

12.7.1.1-O valor de "Y" é obtido pela fórmula:

$$Y = \frac{H_o + 2}{15} \text{ onde:}$$

"H_o" é a altura a ser considerada, medida em metros, entre a cota do pavimento de saída, e a cota do último pavimento, excluindo o ático.

12.7.1.2- Os valores de "X" a serem utilizados, são os constantes da tabela 12.7.1.2.

TIPO DE USO	CORREDORES E RAMPAIS		ESCADAS	
	COLETIVO	COLETIVO PROTEGIDO	COLETIVO	COLETIVO PROTEGIDO
RESIDENCIAL	40	240	45	170
PRESTACAO DE SERVICO DE SAUDE	30	75	22	55
DEMAIS USOS	100	250	45	160

12.7.1.3-Cada via de escoamento horizontal de um andar da edificação - corredor - será dimensionada em função da contribuição da lotação corrigida "L_c" dos ambientes e setores do andar, não podendo haver diminuição de sua largura no sentido da saída.

12.7.1.4-A via de escoamento vertical, escada ou rampa, será dimensionada em razão do andar que detiver a maior lotação corrigida "L_c", apurada dentro o conjunto de andares que venham a utilizar esta via de escoamento.

12.7.1.5-A via de escoamento vertical poderá ter dimensão variável, proporcional a lotação corrigida "L_c" de cada andar desde que, no sentido de saída, não haja diminuição de sua largura.

12.7.1.6-Para as rampas descendentes no sentido de escoamento, poderá haver decréscimo de 2% (dois por cento) da largura calculada e para as ascendentes no sentido de escoamento, deverá haver acréscimo de 10% (dez por cento) de largura calculada.

12.7.1.7-A capacidade dos elevadores, escadas rolantes, ou outros dispositivos de circulação por meios mecânicos, não será considerada para efeito do cálculo de escoamento do edifício.

12.7.2-O espaço fronteiro à saída das escadas deverá ter dimensão mínima de uma vez e meia a largura da escada.

12.7.3-No pavimento de saída da edificação, os espaços de circulação serão dimensionados de acordo com a capacidade de escoamento das escadas a que dão continuidade, acrescidos da população do próprio andar que também venha a utilizar a via de escoamento.

12.7.4-Ao portas de acesso que proporcionarem escoamento deverão abrir no sentido da saída e, ao abrir, não poderão reduzir as dimensões mínimas exigidas para a via de escoamento.

12.8-DISPOSIÇÃO DE ESCADAS E SAÍDAS

Os espaços de circulação horizontal e vertical deverão ser dispostos segundo a utilização, área, altura e lotação da edificação.

12.8.1-A distância mínima a percorrer será estipulada conforme tabela 12.8.1.

ANDAR	PERCURSO	DISTANCIA MÁXIMA HORIZONTAL A PERCORRER	
		ABERTO OU COLETIVO	
		COLETIVO OU ABERTO	C/CHAMPEIRO AUTOMÁTICO
DE SAÍDA DA EDIFICAÇÃO	DE QUALQUER PONTO ATÉ O EXTERIOR	45	48
	DA ESCADA ATÉ O EXTERIOR	25	38
DEMAIS ANDARES	DE QUALQUER PONTO ATÉ UMA ESCADA	25	38

12.8.1.2-Quando houver obrigatoriedade de mais de um percurso, a distância entre seus acessos não poderá ser inferior a 10,00m (dez metros).

12.8.1.3-O número de saídas de uma edificação residencial de saída, será no mínimo de duas, com distanciamento mínimo de 10,00m (dez metros) entre si, sem prejuízo do dimensionamento dos espaços e percursos mínimos estabelecidos.

12.8.1.4-Deverão dispor, no mínimo, de uma escada protegida, as edificações:

- a) destinadas ao uso residencial multifamiliar e habitação, com altura superior a 12,00m (doze metros);
- b) destinadas ao uso de escritórios, com altura superior a 9,00m (nove metros) ou lotação superior a 100 (cem) pessoas por andar.

12.8.1.5-Deverão dispor de mais de uma escada protegida, as edificações:

- a) destinadas ao uso residencial multifamiliar, com altura superior a 20,00m (vinte metros);
- b) destinadas ao uso de escritórios, com altura superior a 36,00m (trinta e seis metros) ou com altura superior a 9,00m (nove metros) e lotação superior a 100 (cem) pessoas por andar.

12.9-ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO PROTEGIDOS

Serão considerados protegidos os espaços de circulação que, por suas características construtivas, permitirem o escoamento, em segurança, dos setores a que servirem, atendendo às seguintes disposições:

- a) manterem isolamento de qualquer outro espaço interno da edificação, por meio de elementos construtivos resistentes, no mínimo, a duas horas de fogo (RT-120) sendo dotados de portas resistentes, no mínimo, a uma hora de fogo (RT-60);
- b) tenham uso exclusivo como circulação, estando permanentemente desobstruídos;
- c) tenham apenas as instalações elétricas próprias do recinto e do sistema de segurança;
- d) não tenham aberturas para dutos, ou galerias de instalação ou serviços;
- e) tenham os revestimentos das paredes e pisos ensaiados conforme as N.T.D., e aplicados de acordo com a tabela seguinte, em função do uso da edificação.

USO	SAÍDA	ACESSO ÀS SAÍDAS	ENTRADA NOS ESPAÇOS
EDUCACIONAL	A I OU II	A OU B I OU II	A, B OU C
TRATAMENTO DE SAÚDE	A I	A I	A
RESIDENCIAL	A I	A OU B I OU II	A, B OU C
LOCAIS DE REUNIÃO	A	A OU B	A, B OU C
COMÉRCIO E SERVIÇOS	A OU B	A OU B	A, B OU C
INDÚSTRIA E OFICÍNA	A OU B	A, B OU C	A, B OU C

a) Considerar "A", "B" e "C" os índices para revestimentos de paredes e pisos, segundo as N.T.D.
b) Quando existir instalação de chuveiros automáticos, estes índices poderão ser reduzidos para uma classificação acima da estipulada na tabela.

12.9.1-As escadas protegidas, em todos os pavimentos exceto no correspondente ao ingresso, além de atenderem às condições estabelecidas nos itens anteriores, somente poderão ter comunicação com outros recintos interiores à edificação através de vestibulos/antecâmara também protegidos.

12.9.1.1- Os vestibulos deverão ter suas dimensões atendendo à proporção de 1:1,5, sendo a menor dimensão maior ou igual à largura da escada.

12.9.1.2- Os vestibulos/antecâmaras deverão ter ventilação obrigatória, de modo a proporcionar a entrada de ar fresco e fumaça, através de uma das seguintes condições:

- I-ventilação natural, através de abertura voltada para o exterior, com área mínima igual a 50% (cinquenta por cento) da superfície de seu lado maior, distanciada no mínimo 5,00m (cinco metros) de outra abertura da mesma edificação;
- II-ventilação forçada artificial, com funcionamento automático no caso de falta de energia, dimensionada de acordo com as N.T.D.;
- III-ventilação natural, através de abertura com o mínimo de 0,70m² (setenta centímetros quadrados) para cada m² de ventilação, que deverá ter:

área mínima "A" obtida pela fórmula:

$$A_v = 0,03m \times M_d$$

respeitada a área mínima de 1,00m² (um metro quadrado) onde "M_d" é a altura total do duto, não sendo admitido o escalonamento;

- b) seção transversal capaz de conter um círculo de 0,70m (setenta centímetros) de diâmetro;
- c) tomada de ar exterior em sua base, diretamente para o andar aberto ou para duto horizontal com dimensões não inferiores a metade das exigidas para o duto vertical, e saída de ar situada 1,00m (um metro) no mínimo acima da cobertura, contígua ao duto, e paredes resistentes a duas horas de fogo (RT-120).

12.9.2-Incluir-se da exigência de vestibulos/antecâmaras as escadas das edificações residenciais multifamiliares com altura menor ou igual a 27,00m (vinte e sete metros).

12.10-CONDIÇÕES CONSTRUTIVAS ESPECIAIS

Além das disposições gerais, de acordo com o uso, população e altura, as edificações deverão atender às condições construtivas especiais estabelecidas nesta seção.

12.10.1-Cada pavimento ou teto dos andares que tiverem compartimentos com área superior a 400,00m² (quatrocentos metros quadrados) situados a altura superior a 9,00m (nove metros) deverão dispor de uma das seguintes proteções.

INGENHEIRO
ARQUITETO
ASS. 13341
13/03/2011

3,00	3,35	3,75	4,05	não permitido
3,30	3,65	4,05	4,45	não permitido
3,60	3,95	4,35	4,75	não permitido
3,90	4,25	4,65	5,05	não permitido
4,20	4,55	4,95	5,35	não permitido
4,50	4,85	5,25	5,65	não permitido
4,80	5,15	5,55	5,95	não permitido
5,10	5,45	5,85	6,25	não permitido
5,40	5,75	6,15	6,55	não permitido
5,70	6,05	6,45	6,85	não permitido
6,00	6,35	6,75	7,15	não permitido
6,30	6,65	7,05	7,45	não permitido
6,60	6,95	7,35	7,75	não permitido
6,90	7,25	7,65	8,05	não permitido
7,20	7,55	7,95	8,35	não permitido
7,50	7,85	8,25	8,65	não permitido
7,80	8,15	8,55	8,95	não permitido
8,10	8,45	8,85	9,25	não permitido
8,40	8,75	9,15	9,55	não permitido
8,70	9,05	9,45	9,85	não permitido
9,00	9,35	9,75	10,15	não permitido
9,30	9,65	10,05	10,45	não permitido
9,60	9,95	10,35	10,75	não permitido
9,90	10,25	10,65	11,05	não permitido
10,20	10,55	10,95	11,35	não permitido
10,50	10,85	11,25	11,65	não permitido
10,80	11,15	11,55	11,95	não permitido
11,10	11,45	11,85	12,25	não permitido
11,40	11,75	12,15	12,55	não permitido
11,70	12,05	12,45	12,85	não permitido
12,00	12,35	12,75	13,15	não permitido
12,30	12,65	13,05	13,45	não permitido
12,60	12,95	13,35	13,75	não permitido
12,90	13,25	13,65	14,05	não permitido
13,20	13,55	13,95	14,35	não permitido
13,50	13,85	14,25	14,65	não permitido
13,80	14,15	14,55	14,95	não permitido
14,10	14,45	14,85	15,25	não permitido
14,40	14,75	15,15	15,55	não permitido
14,70	15,05	15,45	15,85	não permitido
15,00	15,35	15,75	16,15	não permitido
15,30	15,65	16,05	16,45	não permitido
15,60	15,95	16,35	16,75	não permitido
15,90	16,25	16,65	17,05	não permitido
16,20	16,55	16,95	17,35	não permitido
16,50	16,85	17,25	17,65	não permitido
16,80	17,15	17,55	17,95	não permitido
17,10	17,45	17,85	18,25	não permitido
17,40	17,75	18,15	18,55	não permitido
17,70	18,05	18,45	18,85	não permitido
18,00	18,35	18,75	19,15	não permitido
18,30	18,65	19,05	19,45	não permitido
18,60	18,95	19,35	19,75	não permitido
18,90	19,25	19,65	20,05	não permitido
19,20	19,55	19,95	20,35	não permitido
19,50	19,85	20,25	20,65	não permitido
19,80	20,15	20,55	20,95	não permitido
20,10	20,45	20,85	21,25	não permitido
20,40	20,75	21,15	21,55	não permitido
20,70	21,05	21,45	21,85	não permitido
21,00	21,35	21,75	22,15	não permitido
21,30	21,65	22,05	22,45	não permitido
21,60	21,95	22,35	22,75	não permitido
21,90	22,25	22,65	23,05	não permitido
22,20	22,55	22,95	23,35	não permitido
22,50	22,85	23,25	23,65	não permitido
22,80	23,15	23,55	23,95	não permitido
23,10	23,45	23,85	24,25	não permitido
23,40	23,75	24,15	24,55	não permitido
23,70	24,05	24,45	24,85	não permitido
24,00	24,35	24,75	25,15	não permitido
24,30	24,65	25,05	25,45	não permitido
24,60	24,95	25,35	25,75	não permitido
24,90	25,25	25,65	26,05	não permitido
25,20	25,55	25,95	26,35	não permitido
25,50	25,85	26,25	26,65	não permitido
25,80	26,15	26,55	26,95	não permitido
26,10	26,45	26,85	27,25	não permitido
26,40	26,75	27,15	27,55	não permitido
26,70	27,05	27,45	27,85	não permitido
27,00	27,35	27,75	28,15	não permitido
27,30	27,65	28,05	28,45	não permitido
27,60	27,95	28,35	28,75	não permitido
27,90	28,25	28,65	29,05	não permitido
28,20	28,55	28,95	29,35	não permitido
28,50	28,85	29,25	29,65	não permitido
28,80	29,15	29,55	29,95	não permitido
29,10	29,45	29,85	30,25	não permitido
29,40	29,75	30,15	30,55	não permitido
29,70	30,05	30,45	30,85	não permitido
30,00	30,35	30,75	31,15	não permitido
30,30	30,65	31,05	31,45	não permitido
30,60	30,95	31,35	31,75	não permitido
30,90	31,25	31,65	32,05	não permitido
31,20	31,55	31,95	32,35	não permitido
31,50	31,85	32,25	32,65	não permitido
31,80	32,15	32,55	32,95	não permitido
32,10	32,45	32,85	33,25	não permitido
32,40	32,75	33,15	33,55	não permitido
32,70	33,05	33,45	33,85	não permitido
33,00	33,35	33,75	34,15	não permitido
33,30	33,65	34,05	34,45	não permitido
33,60	33,95	34,35	34,75	não permitido
33,90	34,25	34,65	35,05	não permitido
34,20	34,55	34,95	35,35	não permitido
34,50	34,85	35,25	35,65	não permitido
34,80	35,15	35,55	35,95	não permitido
35,10	35,45	35,85	36,25	não permitido
35,40	35,75	36,15	36,55	não permitido
35,70	36,05	36,45	36,85	não permitido
36,00	36,35	36,75	37,15	não permitido
36,30	36,65	37,05	37,45	não permitido
36,60	36,95	37,35	37,75	não permitido
36,90	37,25	37,65	38,05	não permitido
37,20	37,55	37,95	38,35	não permitido
37,50	37,85	38,25	38,65	não permitido
37,80	38,15	38,55	38,95	não permitido
38,10	38,45	38,85	39,25	não permitido
38,40	38,75	39,15	39,55	não permitido
38,70	39,05	39,45	39,85	não permitido
39,00	39,35	39,75	40,15	não permitido
39,30	39,65	40,05	40,45	não permitido
39,60	39,95	40,35	40,75	não permitido
39,90	40,25	40,65	41,05	não permitido
40,20	40,55	40,95	41,35	não permitido
40,50	40,85	41,25	41,65	não permitido
40,80	41,15	41,55	41,95	não permitido
41,10	41,45	41,85	42,25	não permitido
41,40	41,75	42,15	42,55	não permitido
41,70	42,05	42,45	42,85	não permitido
42,00	42,35	42,75	43,15	não permitido
42,30	42,65	43,05	43,45	não permitido
42,60	42,95	43,35	43,75	não permitido
42,90	43,25	43,65	44,05	não permitido
43,20	43,55	43,95	44,35	não permitido
43,50	43,85	44,25	44,65	não permitido
43,80	44,15	44,55	44,95	não permitido
44,10	44,45	44,85	45,25	não permitido
44,40	44,75	45,15	45,55	não permitido
44,70	45,05	45,45	45,85	não permitido
45,00	45,35	45,75	46,15	não permitido
45,30	45,65	46,05	46,45	não permitido
45,60	45,95	46,35	46,75	não permitido
45,90	46,25	46,65	47,05	não permitido
46,20	46,55	46,95	47,35	não permitido
46,50	46,85	47,25	47,65	não permitido
46,80	47,15	47,55	47,95	não permitido
47,10	47,45	47,85	48,25	não permitido
47,40	47,75	48,15	48,55	não permitido
47,70	48,05	48,45	48,85	não permitido
48,00	48,35	48,75	49,15	não permitido
48,30	48,65	49,05	49,45	não permitido
48,60	48,95	49,35	49,75	não permitido
48,90	49,25	49,65	50,05	não permitido
49,20	49,55	49,95	50,35	não permitido
49,50	49,85	50,25	50,65	não permitido
49,80	50,15	50,55	50,95	não permitido
50,10	50,45	50,85	51,25	não permitido
50,40	50,75	51,15	51,55	não permitido
50,70	51,05	51,45	51,85	não permitido
51,00	51,35	51,75	52,15	não permitido
51,30	51,65	52,05	52,45	não permitido
51,60	51,95	52,35	52,75	não permitido
51,90	52,25	52,65	53,05	não permitido
52,20	52,55	52,95	53,35	não permitido
52,50	52,85	53,25	53,65	não permitido
52,80	53,15	53,55	53,95	não permitido
53,10	53,45	53,85	54,25	não permitido
53,40	53,75	54,15	54,55	não permitido
53,70	54,05	54,45	54,85	não permitido
54,00	54,35	54,75	55,15	não permitido
54,30	54,65	55,05	55,45	não permitido
54,60	54,95	55,35	55,75	não permitido
54,90	55,25	55,65	56,05	não permitido
55,20	55,55	55,95	56,35	não permitido
55,50	55,85	56,25	56,65	não permitido
55,80	56,15	56,55	56,95	não permitido
56,10	56,45	56,85	57,25	não permitido
56,40	56,75	57,15	57,55	não permitido
56,70	57,05	57,45	57,85	não permitido
57,00	57,35	57,75	58,15	não permitido
57,30	57,65	58,05	58,45	não permitido
57,60	57,95	58,35	58,75	não permitido
57,90	58,25	58,65	59,05	não permitido
58,20	58,55	58,95	59,35	não permitido
58,50	58,85	59,25	59,65	não permitido
58,80	59,15	59,55	59,95	não permitido
59,10	59,45	59,85	60,25	não permitido
59,40	59,75	60,15	60,55	não permitido
59,70	60,05	60,45	60,85	não permitido
60,00	60,35	60,75	61,15	não permitido
60,30	60,65	61,05	61,45	não permitido
60,60	60,95	61,35	61,75	não permitido
60,90	61,25	61,65	62,05	não permitido
61,20	61,55	61,95	62,35	não permitido
61,50	61,85	62,25	62,65	não permitido
61,80	62,15	62,55	62,95	não permitido
62,10	62,45	62,85	63,25	não permitido
62,40	62,75	63,15	63,55	não permitido
62,70	63,05	63,45	63,85	não permitido
63,00	63,35	63,75	64,15	não permitido
63,30	63,65	64,05	64,45	não permitido
63,60	63,95	64,35	64,75	não permitido
63,90	64,25	64,65	65,05	não permitido
64,20	64,55	64,95	65,35	não permitido
64,50	64,85	65,25	65,65	não permitido
64,80	65,15	65,55	65,95	não permitido
65,10	65,45	65,85	66,25	não permitido
65,40	65,75	66,15	66,55	não permitido
65,70	66,05	66,45	66,85	não permitido
66,00	66,35	66,75	67,15	não permitido
66,30	66,65	67,05	67,45	não permitido
66,60	66,95	67,35	67,75	não permitido
66,90	67,25	67,65	68,05	não permitido
67,20	67,55	67,95	68,35	não permitido
67,50	67,85	68,25	68,65	não permitido
67,80	68,15	68,55	68,95	não permitido
68,10	68,45	68,85	69,25	não permitido
68,40	68,75	69,15	69,55	não permitido
68,70	69,05	69,45	69,85	não permitido
69,00	69,35	69,75	70,15	não permitido
69,30	69,65	70,05	70,45	não permitido
69,60	69,95	70,35	70,75	não permitido
69,90	70,25	70,65	71,05	não permitido
70,20	70,55	70,95	71,35	não permitido
70,50	70,85	71,25	71,65	não permitido
70,80	71,15	71,55	71,95	não permitido
71,10	71,45	71,85	72,25	não permitido
71,40	71,75	72,15	72,55	não permitido
71,70	72,05	72,45	72,85	não permitido
72,00	72,35	72,75	73,15	não permitido
72,30	72,65	73,05	73,45	não permitido
72,60	72,95	73,35	73,75	não permitido
72,90	73,25	73,65	74,05	não permitido
73,20	73,55	73,95	74,35	não permitido
73,50	73,85	74,25	74,65	não permitido
73,80	74,15	74,55	74,95	não permitido
74,10	74,45	74,85	75,25	não permitido
74,40	74,75	75,15	75,55	não permitido
74,70	75,			

14.1.2.7-Quando, em razão da atividade desenvolvida, for prevista a instalação de chuveiros, estes serão calculados na proporção de um para cada 20 (vinte) usuários.

14.1.2.8-Serão obrigatórias instalações sanitárias para pessoas portadoras de deficiências físicas, na relação de 3X (três por cento) da proporção estabelecida no item 14.1.2, nos seguintes usos:

a) locais de reunião com mais de 100 (cem) pessoas, bem como outros com mais de 600 (seiscentas) pessoas.

14.2-DIMENSIONAMENTO

As instalações sanitárias serão dimensionadas em razão do tipo de peças que contiverem, conforme tabela 14.2.

TABELA 14.2-DIMENSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

TIPO DE PEÇA	DIMENSÃO	
	LARGURA (M)	ÁREA (M ²)
BACIA	0,90	1,00
W.C.	0,90	0,64
CHUVEIRO	0,90	0,64
MISTURADOR	0,90	0,64
BACIA E W.C.	0,90	1,20
BACIA, W.C. E CHUVEIRO	0,90	2,00
BACIA USO DE DEFICIENTE FÍSICO	1,40	2,24

14.2.1-De lavatórios e misturadores relativos dispostos em cocho serão dimensionados à razão de 0,60m (sessenta centímetros) por usuário.

14.2.2-Quando prevista instalação de chuveiro, deverá ser dimensionado o espaço com área mínima de 1,00m² (um metro e vinte decímetros quadrados) para cada chuveiro instalado, excetuando a área do próprio chuveiro.

15- CONDIÇÕES DE INSTALAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS QUÍMICOS, INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

A armazenagem de produtos químicos, inflamáveis e explosivos nos estados sólido, líquido e gasoso, bem como suas canalizações e equipamentos deverão atender as N.T.D. e, na falta destas, as Normas regulamentadoras expedidas pela PNCP, bem como as Normas Especiais emanadas da autoridade competente, respeitando ainda:

a) quando a armazenagem ocorrer no interior das edificações, estas deverão atender às disposições desta lei;
b) os tanques e reservatórios a céu aberto deverão obedecer as regras obrigatórias da LPQUS, guardado afastamento mínimo de 3,00m (três metros) das divisas do lote;
c) canalizações de canalizações e aos equipamentos integrantes do sistema de armazenagem, os mesmos afastamentos previstos na letra "b", das edificações, tanques, reservatórios, canalizações e equipamentos, em função do tipo de produto armazenado, deverão garantir a segurança e integridade do entorno através de proteção adequada contra vazamentos, incêndios, descargas atmosféricas, emissão de gás e vapores nocivos, odores e temperaturas extremas;
d) excetuando-se das disposições deste Capítulo, os reservatórios integrantes de máquinas e motores, desde que a eles integrados e com capacidade limitada.

16-EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS COMPLEMENTARES

Qualquer edificação, sem prejuízo do atendimento às disposições desta lei e N.T.D. deverá, quando pertinente e na dependência dos agrupamentos previstos no Capítulo 8, observar as restrições específicas da legislação correlata Federal e Estadual nas áreas de trabalho, saúde e educação, bem como leis municipais complementares. As atividades e seus relacionamentos deverão atender, ainda, às respectivas restrições constantes deste Capítulo.

16.1-HABITAÇÃO

As habitações, que deverão conter, no mínimo, espaços destinados a repouso, instalação sanitária e preparo de alimentos, serão aplicadas as seguintes disposições:

a) nos apartamentos com mais de um compartimento de estar e sala de repouso será admitida a classificação no "Grupo 1" e nos demais compartimentos igualmente classificados no "Grupo A";
b) as instalações sanitárias situadas sob escadas, cujo pavimento médio seja inferior a 2,30m (dois metros e trinta centímetros) serão admitidas desde que, nesta habitação, haja outro compartimento sanitário que atenda às normas desta lei.

16.2-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

As edificações destinadas à prestação de serviços de educação, até o nível do segundo grau, deverão prever áreas de recreação para a totalidade da população de alunos, calculada conforme tabela de Lotação do Capítulo 12, na proporção de:

a) 1,00m² (um metro quadrado) por aluno para recreação coberta,
b) 2,00m² (dois metros quadrados) por aluno para recreação descoberta.

16.2.1-Não será admitida, no cálculo das áreas de recreação, a subdivisão da população de alunos em turmas em um mesmo período.

16.2.2-As creches, escolas maternas e pré-escolas terão no máximo 2 (dois) andares para uso dos alunos, admitindo-se andares a mais altura quando a declividade do terreno assim o permitir, desde que os alunos não vençam desníveis superiores a 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros). Serão admitidos outros andares, desde que para uso exclusivo da administração.

16.2.3-As escolas de primeiro grau terão, no máximo, 3 (três) andares para uso dos alunos, admitindo-se andares a mais altura quando a declividade do terreno assim o permitir, desde que os alunos não vençam desníveis superiores a 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros). Serão admitidos outros andares para uso exclusivo da administração.

16.3-INDÚSTRIAS, OFICINAS E DEPOSITOS

Visando o controle da qualidade de vida da população, dependerão de aceitação por parte do órgão Estadual competente as indústrias e oficinas que produzam resíduos líquidos, sólidos ou gasosos potencialmente poluidores.

16.4-LOCAIS DE REUNIÃO

As edificações destinadas a locais de reunião, tais como salas de cinema, teatros e auditórios dotados de assentos fixos dispostos em filas, deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) admissão de 16 (dezesseis) assentos por fila, quando tiverem corredores em ambos os lados;
- b) mínimo de 8 (oito) assentos em fila, quando tiverem corredor em um único lado;
- c) autorização através de corredores transversais que dispoem de, no máximo, 14 (quatorze) filas;
- d) distância entre o assento e o encosto do assento frontal de, no mínimo, 0,30m (trinta centímetros).

16.4.1-De corredores de circulação da platéia deverão atender, para o cálculo de sua largura, o disposto no Capítulo 12.

16.4.2-Todo local de reunião deverá ser adequado à utilização por parte de deficientes físicos.

16.5-ATIVIDADES E SERVIÇOS DE CARÁTER ESPECIAL

As edificações e instalações com características especiais terão seus projetos regulados, no que se refere à observância dos padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto, por órgão municipal que fixará, em cada caso, diretrizes a serem obedecidas, sujeitas a regulamentação por parte do Executivo.

16.5.1-Além do atendimento aos parâmetros fixados no item 10.1.3, os prédios públicos deverão manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área do terreno não edificada livre de pavimentação, ou executada com pisos drenantes, permitindo a absorção das águas pluviais.

16.6-ATIVIDADES TEMPORÁRIAS

Além do atendimento às normas gerais fixadas por esta lei, nas edificações temporárias ficará a critério do Executivo a fixação de normas para sua instalação e funcionamento.

ANEXO II

TABELA DE TAXAS PARA EXAME E VERIFICAÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÕES

EXAME E VERIFICAÇÃO DE PROJETOS DE CONSTRUÇÕES	VALOR EM U.F.M.	BASE DE CÁLCULO OU UNIDADES
1-PEDIDO DE EMISSÃO DE FICHA TÉCNICA	0,90	cada
2-PEDIDO DE ANÁLISE DE DIRETRIZES DE PROJETO	0,005	m ² ou fração
3-APRESENTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO	1,00	cada
4-PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO	1,00	m ² ou fração da testada
5-PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO, EXCETO PARA O AVANÇO DE TAPUME SOBRE A PARTE DO PASEIO PÚBLICO	3,00	cada
6-PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE APROVAÇÃO		
I-MOVIMENTO DE TERRA		m ² ou fração da área de terreno a ser aterrado ou a escavar
a) PEDIDO INICIAL	0,01	
b) REVALIDAÇÃO	0,003	
c) PROJETO MODIFICATIVO	0,005	
II-MURO DE ARRIMO		cada
a) PEDIDO INICIAL	2,00	
b) REVALIDAÇÃO	0,66	
c) PROJETO MODIFICATIVO	1,00	
III-EDIFICAÇÃO NOVA, OU ÁREA ACRESCIDA EM REFORMA OU RECONSTRUÇÃO		m ² ou fração
a) PEDIDO INICIAL	0,03	
b) REVALIDAÇÃO	0,01	
c) PROJETO MODIFICATIVO	0,015	
IV-REFORMA OU RECONSTRUÇÃO		m ² ou fração da área objeto de reforma ou de reconstrução
a) PEDIDO INICIAL	0,015	
b) REVALIDAÇÃO	0,005	
c) PROJETO MODIFICATIVO	0,005	
V-APROVAÇÃO DE EQUIPAMENTO	1,00	cada equipamento
VI-EXAME E VERIFICAÇÃO DE PROJETOS DE SISTEMA DE SEGURANÇA	0,0015	m ² ou área total do imóvel
7-PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE EXECUÇÃO	3,00	cada

INGRID BARROJA
ASSESSORA - A.T.L.

8-PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTO		cada equipamento
a) PEDIDO INICIAL	1,00	
b) REVALIDAÇÃO DO PERÍODO	0,50	

9-PEDIDO DE EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA PARA RESIDÊNCIA UNIFAMILIAR		m² ou fração
a) PEDIDO INICIAL	0,03	
b) REVALIDAÇÃO	0,01	
c) PROJETO MODIFICATIVO	0,015	

10-PEDIDO DE CERTIFICADO DE MUDANÇA DE USO	0,01	m² ou fração
--	------	--------------

ANEXO III

TABELA DE MULTAS POR DEBATEDIMENTO A DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES (COE)

INFRAÇÃO	SIGNIFICATIVO INFRINGIDO	VALOR EM U.F.M.	BASE DE CÁLCULO
1-Pela não apresentação de documento que comprove o licenciamento da obra ou serviço em execução	3.1	10,00	unidade
2-Pela inexistência de Comunicação ou pelo desvirtuamento da Comunicação apresentada, em caso de execução de:			
I-Restauração em edificação tombada	3.2.a	1,00	m²
II-Reparos externos em edificação com mais de 2 (dois) andares	3.2.b	20,00	unidade
III-Reparos externos em fachada situada no alinhamento	3.2.c	1,00	m
IV-Pequenas reformas	3.2.d		m²
a)em residência com até 80,00m²		0,40	
b)em residência com mais de 80,00 m² ou em edificação não residencial		0,60	
V-Obras emergenciais	3.2.e		m²
a)em residência com até 80,00m²		0,40	
b)em residência com mais de 80,00 m² ou em edificação não residencial		0,60	
VI-Muros e gradis nas dividas do lote	3.2.f	0,40	m
VII-Serviços que objetivem a suspensão de embargo de obra licenciada	3.2.g		m²
a)em residência com até 80,00 m²		1,60	
b)em residência com mais de 80,00 m² ou em edificação não residencial		2,40	
3-Pela execução de obra licenciada sem apresentação de Comunicação para efeito de comprovação da validade do Alvará de Execução	3.3.h	10,00	unidade
4-Pela implantação de mobiliário sem Comunicação prévia ou em desacordo com a Comunicação	3.3.i	10,00	unidade
5-Pelo prosseguimento de obra ou serviço sem assunção de novo dirigente técnico, ou virtude de afastamento do dirigente anterior	3.3.j		m²
I-em residência com até 80,00 m²		1,60	
II-em residência com mais de 80,00 m² ou em edificação não residencial		2,40	
6-Pela inexistência de Alvará de Autorização ou pelo desvirtuamento da licença concedida, em caso de:			

I-implantação e/ou utilização de edificação transitória ou equipamento transitório	3.5.a	20,00	unidade
II-implantação e/ou utilização de construtor de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra	3.5.b	20,00	unidade
III-implantação e/ou utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser criado no próprio imóvel	3.5.c	10,00	unidade
IV-avanco de tapete sobre parte do passeio público	3.5.d 3.5.e	1,00	m
V-utilização temporária de edificação licenciada para uso diverso do pretendido	3.5.f	20,00	unidade
VI-transporte de terra ou entulho	3.5.g	3,00	viagem

7-Pela inexistência de Alvará de Execução, ou pelo desvirtuamento da licença concedida, em caso de execução de:

I-movimento de terra	3.7.a	0,04	m³
II-muro de arrimo	3.7.b	0,50	m
III-edificação nova	3.7.c	1,00	m²
IV-demolição total	3.7.d	0,012	m²
V-reforma	3.7.e	1,00	m²
VI-reconstrução	3.7.f	1,00	m²
VII-instalação de aparelhamentos	3.7.g	3,00	unidade
VIII-sistema de segurança	3.7.h	0,05	m²
9-Pelo funcionamento de equipamento sem o devido Alvará de Funcionamento de Equipamentos	3.8	6,00	unidade
9-Pela utilização de edificação sem o devido Certificado de Conclusão	3.9	1,50	m²
10-Pela utilização de edificação para uso diverso do licenciado	3.11	2,00	m²
11-Canteiro de obra:	3.11.1 3.11.2 3.11.3 3.11.4 3.11.5	6,00	unidade

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.



Folha n.º	141	da p.º	19
n.º	326		96

LEI Nº 8.266, de 20 de junho de 1.975

PUBLICADA EM 20/21 DE JUNHO DE 1.975

CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES

Lei N. 8.266, de 20 de junho de 1975

Aprova o Código de Edificações, e dá outras providências.

OLAVO EGYDIO SETUBAL, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de junho de 1975, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Este Código regula o projeto, a execução e a utilização das edificações, com observância de padrões de segurança, higiene, salubridade e conforto, no Município de São Paulo.

PARTE A

NORMAS GERAIS

Art. 2º - Esta parte contém as normas aplicáveis à generalidade das edificações, sem prejuízo das exigências previstas na legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

TÍTULO A

EDIFICAÇÕES EM GERAL

Art. 3º - Neste título considera-se cada edificação no seu todo, ainda que constituído de mais de um bloco ou corpo sobrelevado.

CAPÍTULO I

AFASTAMENTOS E FACHADAS

Seção A

Implantação

Art. 4º - Estas normas regulam a adequada implantação do edifício no lote, visando favorecer a estética urbana e assegurar a insolação, a iluminação e a ventilação dos logradouros, dos compartimentos da própria edificação e dos imóveis vizinhos.

Art. 5º - As edificações são classificadas em:

I - Edificações de mais de dois andares, ou que, não ultrapassando dois andares, tenham altura (H) superior a 12,00 m;

II - Edificações de dois andares no máximo e que não ultrapassem a altura (H) de 12,00 m.

§ 1º - A altura-limite (H) de 12,00 m será contada do piso do andar mais baixo até o teto do andar mais alto do edifício, qualquer que seja a posição em relação ao nível do logradouro.

Lei 9.842/85
Expedição de
licença

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-AL

§ 2º - Para efeito do disposto neste artigo, não serão considerados:

I - O andar enterrado, desde que nenhum ponto da sua laje de cobertura fique acima de 1,20 m do terreno natural, e quando:

- a) destinada exclusivamente a estacionamento de carros e respectivas dependências como vestiários e instalações sanitárias;
- b) constituir porão ou subsolo, sem aproveitamento para qualquer atividade ou permanência humana;

II - As partes sobrelevarias, quando destinadas exclusivamente a:

- a) casa das máquinas do elevador, se houver;
- b) caixa d'água;
- c) outras construções, sem aproveitamento para qualquer atividade ou permanência humana.

Excluído do
lei 8844-78

← Art. 6º - As edificações de que trata o item I do artigo 5º deverão atender às seguintes exigências:

I - Contornando toda a edificação deverá haver, no plano horizontal, uma faixa livre cujo perímetro externo manterá sempre um afastamento (Al) da edificação, correspondente, pelo menos, a um sétimo da sua altura (H), menos 3,00 m, observado o mínimo de 3,00 m ($Al \geq \frac{H}{7} - 3 \geq 3,00 \text{ m}$);

II - A faixa livre de cada edificação não poderá ultrapassar as divisas do lote, nem interferir com as faixas de outros edifícios do mesmo imóvel, excluídas as do item II do artigo 5º;

III - A faixa deverá ser livre e desembaraçada em toda a altura da edificação, a partir do pavimento mais baixo, admitidas as exceções previstas no item I do parágrafo 2º do artigo 5º;

IV - Nenhuma fachada da edificação poderá apresentar extensão horizontal (Ll), medida nos pontos mais extremos, superior a dez vezes o menor afastamento verificado entre a edificação e as divisas;



V - No caso de mais de uma edificação no mesmo imóvel, cada edificação também não poderá ter fachadas com extensão horizontal (L1) superior a cinco vezes a menor distância verificada entre a edificação e as demais do imóvel, excluídas as do item II do artigo 59;

VI - A restrição do item anterior não prevalecerá para a edificação que tiver fachadas com extensão horizontal (L1) até dez vezes, no máximo, o afastamento mínimo obrigatório (A1) de que trata o item I deste artigo, mantido porém o disposto no item II.

Parágrafo único - A altura (H), mencionada nos itens deste artigo, será a medida, em metros, tomada sempre entre o piso do andar mais baixo e o teto do andar mais alto da edificação, ainda que esta apresente andares escalonados, e qualquer que seja a sua posição em relação ao nível do logradouro. No cálculo serão:

a) permitidas as exclusões previstas nos itens I e II do parágrafo 2º do artigo 59;

b) consideradas obrigatoriamente as espessuras reais dos pavimentos.

Art. 79 - Os afastamentos mínimos (A1) previstos no artigo anterior serão sempre contados a partir dos alinhamentos e das divisas do lote, não sendo considerados os espaços dos logradouros (praças, ruas, vielas, travessas ou outras vias) limítrofes do lote, nem os recuos das edificações de lotes vizinhos.

Parágrafo único - As disposições do artigo 69 serão também aplicadas aos blocos sobrelevados de uma mesma edificação.

Art. 89 - Os alinhamentos dos logradouros são considerados divisas do lote, para efeito da aplicação deste título.

Art. 99 - Nas zonas em que a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo admitir edificações nos alinhamentos ou nos alinhamentos e nas divisas do lote, a faixa livre (A1) e extensão máxima (L1) de que trata o artigo 69 serão os ajustamentos seguintes:

a) se os dois primeiros andares da edificação tiverem altura (H) não superior a 12,00 m, serão obrigatórias a começar do terceiro andar, inclusive;

INGRID BAGDAJ
ASSESSORA-ADM

b) em caso contrário, serão obrigatórias a começar da altura (II) de 12,00m, que será contada do piso do andar mais baixo, qualquer que seja a posição da edificação do prédio em relação ao nível do logradouro, permitidas as exclusões previstas nos itens I e II do parágrafo 2º do artigo 5º.

Parágrafo único - A altura dos andares dispensados da faixa livre (AI) e extensão máxima (LI) será, porém, incluída no cálculo da altura (II) da edificação, de que trata o parágrafo único do artigo 6º.

Art. 10 - As edificações de que trata o item II do artigo 5º não estão obrigadas a ter a faixa livre (AI) e extensão máxima (LI) previstas no artigo 6º.

Art. 11 - Em qualquer hipótese de mais de uma edificação no mesmo lote ou de blocos sobrelevados de uma mesma edificação, será observado, entre eles, a distância mínima de 1,50 m.

Art. 12 - O disposto nos artigos 6º, 10 e 11 não dispensa maiores recuos de frente ou de divisas laterais e de fundo do lote, impostos à edificação pela legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Art. 13 - As aberturas dos compartimentos dando para espaços descobertos externos, internos ou "poços" que fiquem voltadas para as divisas do imóvel, não poderão ter qualquer de seus pontos a menos de 1,50 m dessas divisas.

Seção B Fachadas

Art. 14 - As fachadas da edificação deverão receber tratamento arquitetônico, quer fiquem voltadas para os logradouros ou para o interior do lote.

Parágrafo único - As fachadas situadas na divisa do lote deverão receber acabamento adequado, considerando o seu compromisso com a paisagem urbana.

Art. 15 - Nos logradouros onde forem permitidas edificações no alinhamento, estas deverão observar as seguintes condições:

I - Somente poderão ter saliências, em balanço com relação ao alinhamento dos logradouros que:

a) formem molduras ou motivos arquitetônicos e não constituam área de piso;



Folha n.º	143	de 3	rec
n.º	322	de 19	96

b) não ultrapassem, em suas projeções no plano horizontal, o limite máximo de 0,25 m em relação ao alinhamento do logradouro;

c) estejam situadas à altura de 3,00 m acima de qualquer ponto do passeio;

II - Poderão ainda ter, em balanço com relação ao alinhamento dos logradouros, marquises que:

a) na sua projeção vertical sobre o passeio avance somente até dois terços da largura deste e, em qualquer caso, não exceda de 4,00 m;

b) esteja situada à altura de 3,00 m acima de qualquer ponto do passeio;

c) não oculte ou prejudique árvores, semáforos, postes, luminárias, fiação aérea, placas ou outros elementos de informação, sinalização ou instalação pública;

d) seja executada de material durável e incombustível e dotada de calhas e condutores para águas pluviais, estes embutidos nas paredes e passando sob o passeio até alcançar a sarjeta, através de gôrgulas;

e) não contenha grades, peitoris ou guarda-corpos;

III - Quando situadas nas esquinas de logradouros, poderão ter seus pavimentos superiores avançados apenas sobre o canto chanfrado, que formem corpo saliente, em balanço sobre os logradouros. Esse corpo saliente sujeitar-se-á aos seguintes requisitos:

a) deverá situar-se à altura de 3,00 m acima de qualquer ponto do passeio;

b) nenhum de seus pontos poderá ficar a distância inferior a 0,90 m de árvores, semáforos, postes, luminárias, fiação aérea, placas ou outros elementos de informação, sinalização ou instalação pública;

IN
INGRID RAGDAU
ASSESSORA - AIL

c) a sua projeção sobre o passeio deverá ter área igual ou inferior a 3,125 metros quadrados e ter perímetro que guarde distância mínima de 0,90 m das guias do logradouro;

IV - Serão executadas no alinhamento do logradouro, ou então deverão observar o recuo mínimo de 5,00 m, não podendo situar-se em posição intermediária entre a linha de recuo e o alinhamento.

← Parágrafo único - As edificações serão dotadas de marquises ou colonatas ao longo do alinhamento (galerias de pedestres) nos logradouros onde esses requisitos forem obrigatórios, por lei especial.

Art. 16 - Poderão avançar sobre as faixas de recuo obrigatório do alinhamento dos logradouros:

I - As molduras ou motivos arquitetônicos, que não constituam área de piso e cujas projeções em plano horizontal não avancem mais de 0,40 m sobre a linha do recuo paralela ao alinhamento do logradouro;

II - Os balcões ou terraços, quando abertos, que formem corpos salientes a altura não inferior a 3,00 m do solo e cujas projeções no plano horizontal:

a) não avancem mais de 1,20 m sobre a mencionada linha do recuo;

b) não ocupem mais de um terço da extensão da fachada onde se localizam;

III - As marquises, em balanço, quando:

a) avancarem, no máximo, até a metade do recuo obrigatório de frente;

b) respeitarem os recuos obrigatórios das divisas do lote;

c) forem engastadas na edificação, e não tiverem colunas de apoio na parte que avança sobre o recuo obrigatório;

mentido p/
lei 8844-78



Folha no 144 d.º proc
no 356 de 19 96

d) não se repetirem nos pavimentos, ficando sobrepostas, ressalvado o avanço das lajes "corta-fogo" previstas na letra "b" do item I do artigo 46.

Art. 17.- Não infringirão, igualmente, a exigência de recuo mínimo obrigatório do alinhamento, as obras complementares referidas no Capítulo IX do Título A da Parte A dentro das limitações estabelecidas no mesmo capítulo.

Art. 18 - A execução isolada ou conjugada das construções previstas nos artigos 15 e 16, bem como das obras complementares referidas no Capítulo IX do Título A da Parte A, fica, porém, condicionada à rigorosa obediência à limitação fixada no § 2º do artigo 136, de forma a não tornarem praticamente nula a área do lote que deverá ficar livre de construções.

Art. 19 - As meduras, balcões ou terraços abertos, marquises e outras obras complementares, quando ultrapassarem os limites e as condições fixadas nos artigos 15 e 16, deverão obedecer aos recuos obrigatórios do alinhamento dos logradouros e passarão a ser incluídas no cálculo da taxa de ocupação, bem como do coeficiente de aproveitamento do lote previstas na legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Seção C
Construções junto a Cursos d'água

Art. 120 - As edificações junto a rios, córregos ou fundos de vale ou, ainda, junto às faixas de escoamento de águas pluviais, qualquer que seja o seu percurso em relação aos logradouros, obedecerão às seguintes exigências, sem prejuízo de restrições maiores estatuídas em norma específica:

I A fim de assegurar a constituição de faixa "non aedificandi" ao longo do percurso, a edificação deverá guardar sempre a distância horizontal mínima:

- a) de 2,00 m, a contar da face externa da canalização ou galeria, quando já existir esse melhoramento;
- b) de 3,00 m, a contar da linha de maior profundidade da garganta ou vale natural, para os casos de fundo de vale "seco" ou faixa de escoamento de águas pluviais, ainda não canalizados;

nova medição dada por Lei 8881-79 P.L. 30-79

INGRID BAGDAJ
ASSESSORA-ATL

c) de 4,00 m, a contar da linha de maior profundidade do álveo ou leito natural, para os casos de córregos ou veios d'água perenes, ainda não canalizados;

II - Independentemente da declividade do terreno, as fundações da edificação, quando situadas na distância mínima, prevista no item anterior para o caso, deverão ficar:

a) abaixo do nível correspondente à máxima profundidade do leito da canalização (letra "a");

b) abaixo de 1,00 m, no mínimo, do nível correspondente a máxima profundidade do vale natural (letras "b" e "c");

III - Independentemente da declividade do terreno, as fundações da edificação, quando situadas além da distância mínima, prevista no item I para o caso, deverão ficar sempre abaixo de 1,00 m, no mínimo, da linha inclinada, na relação de dois na horizontal por um na vertical que, transversalmente ao percurso, se inicia num ponto situado no mesmo nível da profundidade máxima do leito da canalização ou do vale natural e a distância horizontal mínima prevista para o caso.

Art. 21 - A edificação junto a lagoas fica sujeita ao afastamento mínimo de 4,00 m, medidos a contar da linha de nível d'água, salvo se houver demonstração de que a estabilidade e a proteção contra inundações estejam garantidas com a solução adotada.

Art. 22 - A edificação em lotes interferidos por rios, córregos, fundos de vale, vales de escoamento de águas pluviais ou lagoas, independentemente da observância das exigências previstas nos artigos 19 e 20, poderá ser condicionada à prévia realização, pelos proprietários, das obras ou serviços necessários, determinados pela Prefeitura, quando tecnicamente exequíveis para o trecho considerado, com a finalidade de garantir a estabilidade ou saneamento do local.



Folha n.º 1456 da proc.
n.º 324 de 19 96

CAPÍTULO II

CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA

Art. 23 - Neste capítulo são fixadas as exigências relativas a disposições internas e construtivas das edificações consideradas essenciais à circulação e à proteção das pessoas, em situações de emergência.

Art. 24 - As edificações deverão apresentar os requisitos e dispor dos equipamentos indispensáveis para garantir as condições mínimas de circulação e de segurança na sua utilização.

Art. 25 - A destinação e a área, consequentemente a lotação da edificação, a altura do andar mais elevado, bem como a natureza dos materiais manipulados, utilizados ou depositados, definem os riscos de uso e correspondentes exigências de circulação e segurança para a edificação.

Parágrafo Único - Excluem-se das exigências especiais de proteção contra incêndio (ou pânico), em especial das disposições dos artigos 46, 92, 102, 112 e 113 as :

I - Casas (Capítulo I do Título A da Parte B);

II - Edificações com área total de construção não superior a 750,00 m², nem mais de dois andares que não ultrapassem a altura (H) calculada conforme parágrafo único do artigo 69, de 12,00 m, e ainda que tenham uma ou mais das destinações seguintes:



a) apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B);

b) escritórios, lojas e depósitos e pequenas oficinas (Título B da Parte B);

c) comércio e serviços (Título C da Parte B);

d) hotéis, pensionatos e similares (Título D da Parte B);

e) hospitais, clínicas e similares (Título E da Parte B);

Derogado p/
Lei 8881-79; P.L. 30/79

Item III acrescentado
p/ Lei 8881-79; PL 30/79

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

f) locais de reunião (Título G da Parte B)
com capacidade máxima de 100 lugares;

g) alojamento e tratamento de animais (Título L da Parte B).

Secção A

Lotação das Edificações

Art. 26 - Para o cálculo da lotação das edificações, com o fim de proporcionar saída ou escoamento adequados, será tomada a área bruta de andar por pessoa, conforme a destinação, assim indicada:

- I - Apartamentos de que trata o Capítulo II do Título A da Parte B... $2 \times \sqrt{\frac{\text{área bruta do pavimento}}{\text{nº de unidades do pavimento}}}$ m²;
- II - Escritórios de que trata o Capítulo I do Título B da Parte B 9,00 m² ;
- III - Lojas de que trata o Capítulo II do Título B da Parte B 3,00 m² ;
- IV - Depósitos de que trata o capítulo III (anexo B-V) do Título B da Parte B 10,00 m² ;
- V - Pequenas Oficinas de que trata o capítulo III (anexo B-VI) do Título B da Parte B : 9,00 m² ;
- VI - Comércio de que trata o Capítulo I do Título C da Parte B 9,00 m² ;
- VII - Serviços de que trata o Capítulo II do Título C da Parte B 10,00 m² ;
- VIII - Hotéis, pensionatos e similares de que trata o Título D da Parte B 15,00 m² ;
- IX - Hospitais, Clínicas e similares de que trata o Título E da Parte E 15,00 m² ;
- X - Escolas de que trata o Título F da Parte B 15,00 m² ;
- XI - Locais de reunião de que trata o Título G da Parte B 9,00 m² ;
- XII - Terminais rodoviárias de que trata o Capítulo I do Título H da Parte B 3,00 m² ;
- XIII - Oficinas e Indústrias de que trata o Título I da Parte B 10,00 m² ;
- XIV - Entrepostos de que trata o Título K da Parte B 15,00 m² ;

Anotado p/ de 15.364/78



XV - Consultórios, clínicas e hospitais de
animais de que tratam os Capítulos I e II
do Título L da Parte B 15,00 m² ;

§ 1º - Se existirem, no andar, compartimentos
que comportem mais de uma destinação, será tomado o índice de
maior população entre os usos previstos..

§ 2º - Quando ocorrer uma das destinações abai-
xo referidas, a lotação resultante do cálculo previsto neste
artigo será acrescida da lotação correspondente ao uso especí-
fico, segundo a seguinte relação de área bruta do compartimen-
to por pessoa:

I - Escolas de que trata o Título F da Parte B:

- a) salas de aulas de exposi-
ção oral 1,50 m² ;
- b) laboratórios ou simila-
res 4,00 m² ;
- c) salas de pré do primeiro
grau 3,00 m² ;

II - Locais de reuniões esportivas, recreati-
vas ou sociais e culturais de que tratam
os Capítulos I, II e III do Título G da
Parte B:

- a) com assento fixo 1,50 m² ;
- b) sem assento fixo 0,80 m² ;
- c) em pé 0,30 m² .

§ 3º - Edificações para atividades não relacio-
nadas neste artigo independem do cálculo do número de pessoas
para fins de assegurar escoamento.

§ 4º - Poderão ser excluídos da área bruta dos
andares, as áreas dos espaços destinados exclusivamente ao
escoamento da lotação da edificação tais como antecâmaras, es-
cadas ou rampas, átrios, corredores e saídas.

§ 5º - Em casos especiais de edificações para
as atividades referidas nos itens IV e XIII deste artigo, a
relação de m²/ pessoa poderá basear-se em dados técnicos jus-
tificadas no projeto das instalações, sistema de mecanização
ou processo industrial.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

Secção B

Altura e Materiais

Art. 27 - Para efeito do presente Capítulo, a altura (h) do piso do andar mais elevado será calculada a contar do piso do andar mais baixo da edificação, qualquer que seja a posição com relação ao nível do logradouro, permitidas as exclusões referidas no parágrafo 2º do artigo 5º.

Parágrafo Único - Serão obrigatoriamente consideradas as espessuras reais dos pavimentos.

Art. 28 - Para determinação dos riscos de uso das edificações, os materiais nelas depositados, comercializados ou manipulados serão conforme as normas técnicas oficiais classificados pelas suas características de ignição e queima, a saber:

1 - Classe I - Materiais que apresentam processo de combustão entre "lento e moderado", sendo:

- a) de combustão "lenta" aquele material que não apresente início de combustão ou não a mantém pela exposição contínua durante determinado tempo à temperatura pré-fixada, não constituindo, portanto, combustível ativo;
- b) de combustão "moderada" aquele material capaz de queimar contínua mas não intensamente, podendo incluir pequena proporção (não mais de 5%) de outros materiais de mais acentuada combustibilidade, incluídos na Classe II;

2 - Classe II - Materiais que podem ser considerados de combustão entre "livre e intensa", admitindo-se que são de combustão "intensa" aqueles materiais que, em virtude de sua mais baixa temperatura de ignição e muito rápida expansão de fogo, queimam com grande elevação de temperatura;

3 - Classe III - Materiais capazes de produzir vapores, gases ou poeiras tóxicas ou inflamáveis por efeito de sua combustão, ou que são inflamáveis por efeito da simples elevação da temperatura do ar;

4 - Classe IV - Materiais que se decompõem por detonação, o que envolve, desde logo, os explosivos primários, sem que, todavia, a classe se limite a eles.



Folha n.º	147	de 100
n.º	326	de 19 96

I - Para formulação das exigências relativas à segurança de uso, admite-se, em princípio, as seguintes equivalências entre quantidades, definidas em peso, de materiais incluídos nas diferentes classes: 1 Kg da Classe III, 10 Kg da Classe II e 100 Kg da Classe I;

II - Os ensaios para classificação dos materiais obedecerão aos métodos previstos nas normas técnicas oficiais. A repartição municipal competente organizará relação dos materiais, comumente utilizados, classificados pelas suas características de ignição e queima, a qual deverá ser atualizada periodicamente ou sempre que as circunstâncias recomendem.

Secção C

Escadas

Art. 29.- A largura da escada de uso comum ou coletivo, ou a soma das larguras, no caso de mais de uma, deverá ser suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependam, no sentido da saída, conforme fixado a seguir:

I - Para determinação desse número tomar-se-á a lotação do andar que apresente maior população mais a metade da lotação do andar que lhe é contíguo, no sentido inverso da saída;

II - A população será calculada conforme o disposto no artigo 26;

III - Considera-se "unidade de saída" aquela com largura igual a 0,60 m, que é a mínima em condições normais, permitindo o escoamento de 45 pessoas;

IV - A escada para uso comum ou coletivo será formada, no mínimo, por duas "unidades de saída", ou seja terá largura de 1,20 m que permitirá o escoamento de 90 pessoas, em duas filas;

V - Se a escada tiver a largura de 1,50 m será considerada como tendo capacidade de escoamento para 135 pessoas, pela possibilidade de uma fila intermediária entre as duas previstas;

Handwritten signature
INGÊNU RAODAI
ASSESSORA-ADM

VI - A edificação deverá ser dotada de escadas com tantas "unidades de saídas" quantas resultarem da divisão do número calculado conforme o item I deste artigo por 45 pessoas (capacidade de uma "unidade de saída"), mais a fração; a largura resultante corresponderá a um múltiplo de 0,60 m ou poderá ser de 1,50 m ou, ainda, de 3,00 m, prevalecendo para esta o escoamento de 270 pessoas;

VII - A edificação poderá ser dividida em agrupamento de andares efetuando-se o cálculo a partir do conjunto mais desfavorável, de forma que as "unidades de saída" aumentem em número conforme a contribuição dos agrupamentos de maior lotação, sempre no sentido de saída para as áreas externas ao nível do solo ou para os logradouros e desde que assegurada absoluta continuidade das caixas de escadas;

VIII - A largura mínima das escadas de uso comum ou coletivo será:

a) de 1,50 m nas edificações para hospitais, clínicas e similares (Título E da Parte B), para escolas (Título F da Parte B), e para locais de reuniões esportivas, recreativas ou sociais e culturais (Capítulos I, II, III do Título G da Parte B);

b) de 1,20 m, para as demais edificações;

IX - A largura máxima permitida para uma escada será de 3,00 m. Se a largura necessária ao escoamento, calculada conforme o disposto neste artigo, atingir dimensão superior a 3,00 m, deverá haver mais de uma escada, as quais serão separadas e independentes entre si e observarão as larguras mínimas mencionadas no item II;

X - As medidas resultantes dos critérios fixados neste artigo, entende-se como larguras livres, medidas nos pontos de menor dimensão, permitindo-se apenas a saliência do corrimão com a projeção de 0,10m, no máximo, que será obrigatório de ambos os lados;

XI - A capacidade dos elevadores, escadas rolantes ou outros dispositivos de circulação por meios mecânicos, não será levada em conta para o efeito do cálculo do escoamento da população do edifício.



§ 1º - As escadas de uso privativo ou restrito do compartimento, ambiente ou local, terão largura mínima de 0,80m.

§ 2º - Além das escadas com os requisitos mínimos necessários ao escoamento da população, a edificação poderá ser dotada de outras, que preencham apenas as condições dos artigos 30 e 31.

Art. 30 - As escadas serão dispostas de tal forma que assegurem a passagem com altura livre igual ou superior a 2,00m.

Art. 31 - Os degraus das escadas deverão apresentar altura a (ou espelho) e largura L (ou pino) que satisfaçam, em conjunto, à relação: $0,60 \leq 2a + L \leq 0,65m$.

§ 1º - As alturas máximas e larguras mínimas admitidas são:

I - Quando de uso privativo:

a) altura máxima 0,19 m;

b) largura mínima 0,25 m;

II - Quando de uso comum ou coletivo:

a) altura máxima 0,18 m;

b) largura mínima 0,27 m.

§ 2º - Os pisos dos degraus poderão apresentar saliência até de 0,02 m, mas que não será computada na dimensão mínima exigida. Os degraus das escadas de segurança não deverão ter nenhuma saliência, nem espelhos inclinados.

§ 3º - Os lances de escada deverão ter os degraus com largura constante ao longo da linha de piso (situada a 0,50 m da borda interna).

Art. 32 - As escadas de uso comum ou coletivo só poderão ter lances retos. Os patamares intermediários serão obrigatórios, sempre que houver mudança de direção ou quando o lance da escada precisar vencer altura superior a 2,90 m; o comprimento do patamar não será inferior à largura adotada.

§ 1º - Serão permitidas escadas em curva, quando excepcionalmente justificáveis por motivos de ordem estética, desde que a curvatura externa tenha raio de 6,00 m, no mínimo, e os degraus tenham largura mínima de 0,28 m, medida na linha do piso, desenvolvida a distância de 1,00 m.

§ 2º - Nas escadas em curva, o centro de curvatura deverá estar sempre à direita do sentido da subida.

§ 3º - Nas mudanças de direção das escadas em lances retos, os degraus e os corrimões serão dispostos ou ajustados de modo a evitar mudanças bruscas de altura.

72
INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-AL

Art. 33 - As escadas de uso comum ou coletivo terão obrigatoriamente:

I - Corrimões de ambos os lados, obedecidos os requisitos seguintes:

- a) Manter-se-ão a uma altura constante, situada entre 0,75 m e 0,85 m, acima do nível da borda do piso dos degraus;
- b) somente serão fixados pela sua face inferior;
- c) terão a largura máxima de 0,06 m;
- d) estarão afastados das paredes, no mínimo, 0,04 m.

II - Os pisos dos degraus e patamares revestidos de material não escorregadio.

Parágrafo único - Quando a largura da escada for superior a 1,80 m, deverá ser instalado também corrimão intermediário.

Seção D

Escadas de Segurança

Art. 34.- Considera-se escada de segurança a escada à prova de fogo e fumaça, dotadas de antecâmara ventilada, que observem as exigências desta seção.

§ 1º - A escada deverá ter os requisitos previstos nos artigos 29, 30, 31, 32 e 33 para as escadas de uso comum ou coletivo.

§ 2º - As portas dos elevadores não poderão abrir para a caixa de escada, nem para a antecâmara.

§ 3º - O recinto da caixa de escada ou da antecâmara não poderá ser colocado nenhum tipo de equipamento ou portinhola para coleta de lixo.

§ 4º - Todas as paredes e pavimentos da caixa das escadas e das antecâmaras deverão ter resistência a 4 horas de fogo, no mínimo.

§ 5º - As caixas das escadas somente poderão ter aberturas internas comunicando com as antecâmaras.

l. Dec. 14.025-76



§ 69 - Qualquer abertura para o exterior ficará afastada no mínimo 5,00 m, medidos no plano horizontal, de outras aberturas da própria edificação ou de edificações vizinhas, devendo estar protegida por trecho de parede cega, com resistência ao fogo de 4 horas, no mínimo.

§ 79 - A iluminação natural, obrigatória para as escadas, poderá ser obtida por abertura sem o afastamento mínimo exigido no parágrafo anterior, desde que:

I - Provida de caixilho fixo guarnecido por vidro, executado com material de resistência ao fogo de 1 hora, no mínimo.

II - Tenha área de 0,50 m², no máximo.

§ 89 - Poderá também ser utilizado caixilho de abrir, em lugar de fixo, desde que apresente os mesmos requisitos e seja provido de fecho, acionado por chave ou ferramenta especial.

§ 99 - A iluminação natural poderá ser substituída por luz artificial que apresente nível de aclaramento correspondente a 80 lux e esteja conjugada com iluminação de emergência na forma estipulada no § 39 do artigo 113.

Art. 35 - A escada de segurança terá acesso somente através de antecâmara, que poderá ser constituída por balcão, terraço ou vestíbulo.

§ 19 - A antecâmara terá uma, pelo menos, das suas dimensões 50% superior à largura da escada que serve, sendo no mínimo de 1,80 m; será de uso comum ou coletivo, sem passagem ou comunicação com qualquer outro compartimento de uso restrito.

§ 29 - O balcão, terraço ou vestíbulo terão o piso praticamente no mesmo nível do piso dos compartimentos internos da edificação, bem como do piso da caixa de escada de segurança, aos quais servem de acesso.

§ 39 - O balcão ou terraço terá uma das faces, pelo menos, aberta diretamente para o exterior, na qual admitir-se-á apenas guarda-corpo, com altura mínima de 0,90 m e máxima de 1,20 m.

§ 49 - O vestíbulo terá ventilação direta, por meio de janela para o exterior ou abertura para poço, com os requisitos seguintes:

INGRID BAGDAJ
ASSESSORA - A.T.

I - A janela ou a abertura para o poço de ventilação deverão estar situadas próximas ao teto da antecâmara e proporcionar ventilação permanente através da área efetiva mínima de $0,70 \text{ m}^2$, com uma das dimensões não inferior a $1,00 \text{ m}$. Será provida de venezianas com palhetas inclinadas no sentido da saída de eventuais gases ou fumaças ou dotada de outro dispositivo equivalente;

II - O poço de ventilação deverá:

- a) ter seção transversal constante correspondente a 3 dm^2 por metro de altura (H), devendo, em qualquer caso, ser capaz de conter um círculo de diâmetro mínimo de $0,70 \text{ m}$ e ter área mínima de $1,00 \text{ m}^2$;
- b) elevar-se $1,00 \text{ m}$ acima da cobertura da edificação, podendo ser protegido nessa parte, e terá em duas faces opostas, pelo menos, venezianas ou outro dispositivo para ventilação permanente, com a área efetiva mínima de $1,00 \text{ m}^2$;
- c) não ser utilizado para passagem ou instalação de equipamentos, canalizações ou fiação;
- d) ter somente aberturas para as antecâmaras a que serve;
- e) ter as paredes com resistência ao fogo de 2 horas, no mínimo.

§ 5º - As dimensões do poço de ventilação poderão ser reduzidas, desde que justificadas pelo uso de ventilação forçada artificial, alimentada por sistema de energia com funcionamento garantido mesmo em caso de emergência, devidamente comprovado.

§ 6º - A proteção das escadas poderá também ser assegurada pela sua pressurização por insuflação de ar por equipamento alimentado por sistema de energia, com funcionamento garantido, mesmo em caso de emergência, tudo devidamente comprovado.

§ 7º - As antecâmaras somente poderão ter aberturas para o exterior que apresentem o afastamento e a proteção descritas no § 6º do artigo 34.



§ 8º - Para iluminação natural indireta da antecâmara ou da escada, admitir-se-á uma abertura entre estas com os mesmos requisitos indicados no item I deste artigo, e dimensão máxima correspondente à metade da fixada no item II do § 7º do artigo 34.

Art. 36 - Os acessos de cada andar à antecâmara, bem como desta à caixa de escada serão dotados de portas, que observarão as seguintes exigências:

- I - Abrirão sempre no sentido de quem, da edificação sai para o exterior e, ao abrir, não poderão reduzir as dimensões mínimas exigidas para as escadas, antecâmaras, patamares, passagens, corredores ou demais acessos;
- II - Somarão largura suficiente para dar escoamento a população do setor da edificação a que servem, calculada na razão de 0,01 m por pessoa; cada porta não poderá ter vão inferior a 0,80 m;
- III - Terão resistência ao fogo de 1,30 horas, no mínimo;
- IV - Terão altura livre igual ou superior a 2,00 m.

Art. 37 - Nas edificações cujo piso do andar mais alto esteja situado a altura (h), calculada conforme o artigo 27, não superior a 10,00 m, a escada de segurança poderá consistir de escada externa ao bloco da edificação, que observe os requisitos seguintes:

- I - Tenha pelo menos uma face aberta diretamente para o exterior; na qual admitir-se-á apenas guarda-corpo, com altura mínima de 0,90 m e máxima de 1,20 m;
- II - Esteja distanciado, no mínimo, 2,00 m do bloco da edificação e ligada a este por balcão ou terraço aberto diretamente para o exterior em uma face, pelo menos, admitindo-se nessa face apenas o guarda-corpo referido no item anterior;
- III - Não poderão abrir para a escada, nem para o balcão ou terraço, as portas dos eventuais elevadores ou de qualquer equipamentos ou portinholas para coleta de lixo;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

IV - As faces abertas de escada e do balcão ou terraço não deverão ficar a menos de 5,00 metros das aberturas de compartimentos com destinação que possibilite a existência de mais de 5.000 kg de material da classe II ou quantidades equivalentes de material da classe III, de que trata o artigo 28;

V - A escada deverá atender ao disposto nos artigos 29, 30, 31, 32 e 33;

VI - Todas as paredes e pavimentos da caixa das escadas e do balcão ou terraço deverão ter resistência a 4 horas de fogo, no mínimo.

Secção E

RAMPAS

Art. 38 - No caso de emprego de rampas, em substituição às escadas da edificação, aplicam-se às rampas as normas relativas a dimensionamento, classificação e localização, resistência e proteção, fixadas para as escadas.

§ 1º - Para rampas com declividade igual ou inferior a 6%, a capacidade de escoamento referida no artigo 29 poderá ser aumentada de 20%, respeitadas as larguras mínimas fixadas nas letras "a" e "b" do item VIII do mesmo artigo.

§ 2º - As rampas não poderão apresentar declividade superior a 12%. Se a declividade exceder a 6%, o piso deverá ser revestido com material não escorregadio.

SECÇÃO F

Átrios, corredores e saídas

Art. 39 - Os átrios, passagens ou corredores, bem como as respectivas portas, que corresponderem às saídas das escadas ou rampas para o exterior da edificação, não poderão ter dimensões inferiores às exigidas para as escadas ou rampas, respectivamente, nos artigos 29 e 38.

Art. 40 - As passagens ou corredores, bem como as portas utilizadas na circulação de uso comum ou coletivo, em qualquer andar das edificações, deverão ter largura suficiente para o escoamento da lotação dos compartimentos ou setores para os quais dão acesso. A largura livre, medida no ponto de menor dimensão, deverá corresponder, pelo menos, a 0,01 m por pessoa da lotação desses compartimentos.



§ 19 - As passagens ou corredores de uso comum ou coletivo, com extensão superior a 10,00 m, medida a contar da porta de acesso à caixa de escada ou à antecâmara desta, se houver, terão a largura mínima exigida para o escoamento acrescida de, pelo menos, 0,10 m por metro do comprimento excedente de 10,00 m.

§ 29 - Os espaços de acesso ou circulação frontais às portas dos elevadores, em qualquer andar, deverão ter dimensão não inferior a 1,50m, medida perpendicularmente ao plano onde se situam as portas.

§ 39 - A largura mínima das passagens ou corredores de uso comum ou coletivo será de 1,20 m.

§ 49 - A largura mínima das passagens ou corredores de uso privativo será de 0,80 m.

§ 59 - Os átrios, passagens ou corredores de uso comum ou coletivo, servindo compartimentos situados em andar correspondente ao da soleira de ingresso, e nos quais, para alcançar o nível das áreas externas ou do logradouro, haja mais de 3 degraus para descer, a largura mínima exigida para o escoamento do setor servido será acrescida de 25%. Se houver mais de 3 degraus para subir, a largura mínima exigida será acrescida de 50%.

Art. 41 - Ainda que a largura necessária ao escoamento, nos termos do artigo 39 ou calculada conforme o disposto no parágrafo 59 do artigo anterior, permita dimensão inferior, os átrios, passagens ou corredores de circulação geral do andar correspondente à soleira principal de ingresso da edificação deverão apresentar, pelo menos, as larguras seguintes:

I - De 1,80 m, quando servirem às escadas e aos elevadores, simultaneamente, nas edificações não obrigadas à instalação de elevadores, nos termos dos artigos 115, 116 e 117, e com destinações para apartamentos, escritórios, serviços especiais e consultórios, clínicas e hospitais de animais de que tratam, respectivamente, o Capítulo II do Título A, o Capítulo I do Título B, o Capítulo II do Título C e os Capítulos I e II do Título L, todos da Parte B;

II - De 2,50 m, quando servirem simultaneamente, às escadas e aos elevadores nas edificações que devem dispor de elevadores, nos termos dos artigos 115, 116 e 117, e que tenham as destinações referidas no item anterior;

FRANCISCA FAGDAJ
ASSESSORA-ADM.

III - De 1,80 m, quando derem acesso exclusivamente às escadas ou de 1,50m, quando servirem exclusivamente aos elevadores, no caso de edificações que devem dispor de elevadores, nos termos dos artigos 115, 116 e 117, e que tenham as destinações referidas no item I;

IV - De 1,80 m para acesso às escadas e mais 1,50 m, quando servirem aos elevadores no caso de edificações não referidas no item I.

Art. 42 - As portas das passagens e corredores que proporcionam escoamento à lotação dos compartimentos de uso coletivo ou dos setores da edificação, excluídas aquelas de acessos às unidades, bem como as situadas na soleira de ingresso da edificação, deverão abrir no sentido da saída e, ao abrir, não poderão reduzir as dimensões mínimas exigidas para o escoamento.

§ 1º - Essas portas terão larguras padronizadas, com vãos que constituam módulos adequados à passagem de pessoas, conforme as normas técnicas oficiais.

§ 2º - As portas de saída dos recintos com lotação superior a 200 pessoas deverão ter ferragens anti-pânico.

Seção G

Condições Mínimas das Escadas e Saídas

Art. 43 - As edificações, conforme as características definidas pela destinação, área construída, lotação, altura e natureza dos materiais manipulados ou depositados, deverão, sem prejuízo das demais exigências deste Capítulo, atender às condições mínimas relativas ao número e localização das escadas e saídas, conforme a seguir indicado:

I - As edificações:

A) que apresentem todas estas características:

1 - tenham uma ou mais das destinações seguinte:

a) apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B);

b) escritórios (Capítulo I do Título B da Parte B);

Revogada p/
Lei 8881-79
P.L. 30-79





c) hotéis, pensionatos e similares

(Título D da Parte B);

d) hospitais, clínicas e similares

(Título E da Parte B);

e) alojamento e tratamento de ani-

mais (Título L da Parte B);

2 - tenham área total de construção aci-
ma de 750,00 m²;

3 - e, ainda, tenham o piso do andar mais
alto, calculado conforme o artigo
27, situado a altura (h) entre ...
10,00 m e 23,00 m;

B) deverão dispor, pelo menos, de:

1 - uma escada de segurança (Secção D
deste Capítulo);

2 - duas saídas (Secção I deste Capítu-
lo) independentes e situadas em di-
ferentes faces da edificação ou dis-
tanciadas entre si de 10,00 m, no
mínimo;

3 - conformação tal que qualquer ponto
de cada andar fique distante, no má-
ximo, de 35,00 m de uma escada ou
50,00 m diretamente de uma saída;

II - As edificações:

A) que apresentem as mesmas característi-
cas referidas nos números 1 e 2 da letra
"A" do item anterior, mas tenham o piso
do andar mais alto situado a altura (h)
superior a 23,00 m e necessitem de três
"unidades de saída", no máximo, para o
escoamento da lotação prevista, confor-
me o artigo 29;

B) deverão dispor, pelo menos, das mes-
mas condições exigidas na letra "B" do
item anterior, porém a distância máxima
até a escada de saída deverá ser de
35,00 m;

RECEBIDO
FABRIL RAGDAJ
ASSP/COB-ATL

III.- As edificações:

A) que apresentem as mesmas características referidas nos números 1 e 2 da letra "A" do item I e tenham o piso do andar mais alto situado em altura (h) superior a 23,00 m e, ainda, necessitem de mais de três "unidades de saída" para o escoamento da lotação prevista;

B) deverão dispor, pelo menos, de:

1 - duas escadas, sendo, no mínimo, uma de segurança e observado o disposto no § 59 deste artigo;

2 - duas saídas independentes e situadas em diferentes faces da edificação ou distanciadas entre si 15,00m, no mínimo;

3 - conformação tal que qualquer ponto de cada andar fique distante, no máximo, 25,00 m de uma escada ou 40,00 m diretamente de uma saída;

IV - As edificações:

A) que apresentem todas estas características:

1 - tenham uma ou mais das destinações seguintes:

a) lojas (Capítulo II do Título B da Parte B);

b) depósitos ou pequenas oficinas (Capítulo III do Título B da Parte B);

c) comércio e serviços (Título C da Parte B);

2 - tenham área total de construção acima de 750,00m² até o máximo de 2:000,00 m²;

3 - tenham o piso do andar mais alto situado a altura (h) não superior a 10,00 m;



4 - onde existam, isto é, sejam depositados, comercializados ou manipulados:

a) mais de 70%, em peso de material da Classe I, de que trata o artigo 28, sem que o material restante (até 30% em peso) ultrapasse a 10.000 kg da Classe II ou quantidade equivalente das Classes III e IV, avaliadas conforme o item I do mencionado artigo 28;

b) ou, se houver menos de 70% de material da Classe I, que utilizem, no máximo, até 1.000 kg de material da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;

B) deverão dispor, pelo menos, de:

1 - duas saídas independentes e situadas em diferentes faces da edificação ou distanciadas entre si de 10,00 m, no mínimo;

2 - conformação tal que qualquer ponto de cada andar fique distante, no máximo, 35,00 m de uma escada ou 50,00m diretamente de uma saída;

3 - uma escada, se existir mais de um andar, que esteja apenas contida em caixa com paredes de resistência ao fogo de 2 horas, no mínimo, e que tenha continuidade até uma das saídas, não podendo ficar em comum com outros ambientes, ressalvada a hipótese do § 5º deste artigo;

V - As edificações:

A - que apresentem o piso do andar mais alto situado a altura (H) não superior a 10,00 m e, ainda, tenham:

1 - destinação para escolas (Título F da Parte B), com qualquer capacidade;

R
RUBID RAGDAI
ASSESSORA-AL

7

2 - ~~destinação para local de reunião~~
~~(Título I da Parte B)~~, com capacidade superior a 100 e inferior a 300 lugares;

3 - destinação para oficinas e indústrias (Título I da Parte B), com área total de construção até 750,00 m², no máximo, e ainda, onde existam:

a) mais de 70% de material da Classe I, sem que o material restante ultrapasse a 10.000 kg da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;

b) ou, se houver menos de 70% de material da Classe I, que utilize, no máximo, até 1.000 kg de material da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;

4 - destinações para terminais rodoviários (Capítulo I do Título H da Parte B), com capacidade até 200 carros, no máximo;

B - deverão dispor, pelo menos, de:

1 - duas saídas independentes e situadas em diferentes faces da edificação ou distanciadas entre si de 10,00 m, no mínimo;

2 - conformação tal que qualquer ponto de cada andar fique distante, no máximo, 35,00 m de uma escada ou 50,00 m diretamente de uma saída;

3 - uma escada, se existir mais de um andar, que esteja apenas contida em caixa com paredes de resistência ao fogo de 2 horas, no mínimo, e que tenha continuidade até uma das saídas, não podendo ficar em comum com outros ambientes, ressalvada a hipótese do § 5º deste artigo;



VI - As edificações:

A) que apresentem:

1 - destinação para: lojas (Capítulo II do Título B da Parte B), depósitos e pequenas oficinas (Capítulo III do Título B da Parte B), comércio e serviços (Título C da Parte B), e, características: ainda, tenham uma ou mais destas ca

a) com área total de construção superior a 2.000,00 m²;

b) ou com o piso do andar mais alto situado a altura (h) superior a 10,00 m;

c) ou onde existam mais de 70% de material da Classe I, porém o material restante ultrapasse a 10.000 kg até 50.000 kg da Classe II ou quantidades equivalentes das Classes III e IV;

d) ou, se houver menos de 70% de material da Classe I, que utilizem no máximo até 5.000 kg de material da Classe II ou equivalente da Classe III;

2 - destinação para escolas (Título F da Parte B), com qualquer capacidade, mas tendo o piso do andar mais alto situado a altura (h) superior a 10,00 m;

3 - destinação para local de reunião (Título G da Parte B):

a) com capacidade superior a 100 e inferior a 300 lugares, localizada em andar situado a altura superior a 10,00 m;

b) ou com capacidade superior a 300 e inferior a 1.000 lugares, localizada em andar situado a altura não superior a 10,00 m;

INGRID RAGDAI
ASSESSORA-AL

4 - destinação para oficinas e indústria

(Título I da Parte B) e, ainda, tenham uma ou mais destas características:

- a) com área total de construção superior a 750,00 m²;
- b) ou com piso do andar mais alto situado a altura (h) superior a 10,00 m;
- c) ou onde existam mais de 70% de material da Classe I, porém o material restante ultrapasse a 10.000 kg até 50.000 kg da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;
- d) ou, se houver menos de 70% de material da Classe I, que utilizem no máximo até 5.000 kg de material da Classe II ou equivalente da Classe III;

5 - destinação para terminais rodoviários (Capítulo I do Título B da Parte B):

- a) com capacidade acima de 200 carros;
- b) ou com capacidade inferior a 200 carros, porém com o piso do andar mais alto situado a altura (h) superior a 10,00 m;

6 - destinação para entrepostos (Título K da Parte B), com qualquer área construída, mas onde existam:

- a) mais de 70% de materiais da Classe I, podendo o material restante ultrapassar a 10.000 kg até 50.000 kg da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;
- b) ou se houver menos de 70% de material da Classe I, que utilizem, no máximo, até 5.000 kg de material da Classe II ou equivalente da Classe III;



B) deverão dispor, pelo menos, de:

- 1 - duas saídas independentes e situadas em diferentes faces da edificação ou distanciadas entre si de 15,00 m, no mínimo;
de cada andar fique, no máximo, dois metros de cada qualque ponto ou 40,00 m diretamente de uma saída;
- 2 - duas escadas, se existir mais de um andar, sendo, no mínimo, uma de segurança e observado o disposto no § 5º deste artigo;

VII - As edificações:

A) que apresentem:

- 1 - destinação para: lojas (Capítulo II do Título B da Parte B); depósitos e pequenas oficinas (Capítulo III do Título B da Parte B), comércio e serviços (Título C da Parte B), e que tenham qualquer área construída a qualquer altura (h), mas onde existam:

a) mais de 70% de material da Classe I, porém, o material restante ultrapasse a 50.000 kg da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;

b) ou se houver menos de 70% de material da Classe I, que utilizem mais de 5.000 kg de material da Classe II ou equivalente da Classe III;

- 2 - destinação para local de reunião (Título C da Parte B):

a) com capacidade superior a 300 e inferior a 1.000 lugares, localizado em andar situado a altura superior a 10,00 m;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.I.L.

- b) ou com capacidade superior a 1.000 lugares, localizado em andar situado a altura não superior a 10,00 m;

3 - destinação para oficina e indústria (Título I da Parte B), com qualquer área construída a qualquer altura (h), mas onde existam:

- a) mais de 70% de material da Classe I, porém o material restante ultrapasse a 50.000 kg da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;
- b) ou, se houver menos de 70% de material da Classe I, que utilizem mais de 5.000 kg de material da Classe II ou equivalente da Classe III;

4 - destinação para terminais rodoviários (Capítulo I do Título H da Parte B), com capacidade acima de 200 carros e tendo o piso do andar mais alto situado a altura (h) superior a 10,00 m;

5 - destinação para entrepósitos (Título K da Parte B) ou quaisquer outras destinações, com qualquer área construída, mas onde existam:

- a) mais de 70% de material da Classe I, porém o material restante ultrapasse a 50.000 kg da Classe II ou quantidade equivalente da Classe III;
- b) ou, se houver mais de 70% de material da Classe I, que utilizem mais de 5.000 kg de material da Classe II ou equivalente da Classe III;

B) deverão dispor, pelo menos, de:

- 1 - três saídas independentes e situadas em diferentes faces da edificação ou distanciadas entre si 20,00 m, no mínimo;
- 2 - conformação tal que qualquer ponto de cada andar fique, no máximo, distante 25,00 m de uma escada ou 30,00 m diretamente de uma saída;



3 - escadas em número de:

- a) duas, se existir andar situado, no máximo, até a altura de 10,00 m, devendo uma ser de segurança, observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo;
- b) três, se existir andar situado acima da altura de 10,00 m, devendo duas, no mínimo, ser de segurança, observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo;

VIII - As edificações que tenham:

A) destinação para local de reunião (Título G da Parte B), com capacidade superior a 1.000 lugares e, ainda, localizado em andar situado a altura (h) superior a 10,00 m;

B) deverão dispor, pelo menos, de:

- 1 - quatro saídas independentes e situadas em diferentes faces da edificação ou distanciadas entre si 20,00 m, no mínimo;
- 2 - conformação tal que qualquer ponto de cada andar fique, no máximo, distante 25,00 m de uma escada ou 30,00 m de uma saída;
- 3 - quatro escadas, devendo duas, no mínimo, ser de segurança, observado o disposto no § 5º deste artigo;

IX - As edificações para garagens, estacionamentos coletivos, e edifícios garagens (Capítulo VIII do Título A da Parte A e do Capítulo II do Título B da Parte B):

A) que tenham o piso do andar mais alto situado a altura (h) não superior a 10,00 m e ainda tenham capacidade até 200 carros;

B) deverão dispor, pelo menos, de:

- 1 - duas saídas independentes e situadas em diferentes faces da edificação ou distanciadas entre si 10,00 m, no mínimo;
- 2 - uma escada, se existir mais de um andar, a qual esteja apenas contida em caixa com paredes de resistência ao fogo de 2 horas, no mínimo, e que tenha continuidade até uma das saídas, não podendo ficar em comum com outros ambientes. Quando a garagem for automática, essa escada poderá ter a largura mínima de 0,80m;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

X - As edificações para garagens, estacionamento coletivos, e edifícios garagens (Capítulo VIII do Título A da Parte A e do Capítulo II do Título H da Parte B):

A) que tenham capacidade não superior a 200 carros, porém o piso do andar mais alto situado a altura (h) superior a 10,00m, ou capacidade superior a 200 carros;

B) deverão dispor, pelo menos, de:

1 - duas saídas independentes e situadas em diferentes facas da edificação ou distanciadas entre si 15,00m, no mínimo;

2 - uma escada de segurança. Quando a garagem for automática essa escada deverá ter a largura mínima de 0,80m;

XI - As edificações para pontos de serviços observarão as exigências previstas no Capítulo III do Título H da Parte B e, no que diz respeito ao armazenamento de inflamáveis, as normas do Capítulo I do Título J da Parte B;

XII - As edificações para inflamáveis ou explosivos deverão obedecer o disposto no Título J da Parte B;

XIII e XIV

§ 1º - A distância de qualquer ponto do andar até a escada ou a saída será medida, em linha reta e no plano horizontal, entre o ponto mais extremo do andar e o início do vão que dá acesso à escada ou à saída.

§ 2º - A altura (h) do piso do andar mais alto será sempre calculado conforme previsto no artigo 27.

§ 3º - O material existente será aquele depositado, comercializado ou manipulado na edificação, sendo a porcentagem de 70% (do predominante) ou de 30% (do restante) calculado em peso e observada a classificação do artigo 28.

§ 4º - As saídas serão sempre para logradouros ou área adjacente externa ao nível do solo.

acrescentados p/ Lei 8881-79 (P.L. 30-79)



§ 59 - Nas edificações que devam ser obrigatoriamente dotadas de escadas de segurança, estas deverão somar largura correspondente, no mínimo, a 50% da dimensão total exigida, para escoamento da lotação calculada, e serão distribuídas de forma que reduzam ao mínimo a distância para alcançá-las a partir de qualquer ponto do andar.

§ 60 - Os andares que somem lotação total até o máximo 30 (trinta) pessoas, sendo o cálculo feito conforme o artigo 26, sem aplicação da redução prevista no item I do artigo 29, e que disponham de escada de uso exclusivo, esta não precisará ser de segurança.

Art. 44 - As escadas, patamares, respectivas caixas e as antecâmaras (seções C e D), as rampas (seção E), os átrios, corredores e saídas (seção F), bem como qualquer parte da edificação com função de proporcionar escoamento dos usuários para o exterior, deverão, ainda, obedecer o seguinte:

I - Estarão permanentemente livres e desimpedidos, sendo terminantemente proibida a obstrução, em qualquer ponto intermediário, por qualquer tipo de vedação, salvo portas com ferragens apropriadas nas escadas de segurança;

II - Não terão qualquer comunicação direta com compartimento, despejo, depósito ou instalação que possa vir a ser utilizada para a guarda de mais de 20 litros de combustíveis líquidos usuais, como derivados de petróleo, alcoóis, óleos, solventes ou equivalentes, ou mais de 2,00³ de materiais sólidos combustíveis como madeira, papel, algodão, tecidos, ou outros pertencentes à classe III referida no artigo 28;

III - Deverão estar separadas dos locais destinados a lojas, depósitos e pequenas oficinas (Capítulos II e III do Título B da Parte B), comércio e serviços especiais (Título C da Parte B), locais de reunião (Título J da Parte B), estações, garagens e postos de serviço (Título H da Parte B), e oficinas e indústrias (Título I da Parte B), por paredes com resistência mínima a 4 horas de fogo;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

IV - Ainda que passem pelos andares de garagem, subsolo, porão ou equivalentes, ficarão isolados por paredes e pavimentos resistentes a 4 horas de fogo, no mínimo;

V - Serão executados, unicamente, com material cuja resistência ao fogo seja de, pelo menos, 2 horas, sem prejuízo do disposto no artigo 92;

§ 19 - No caso dos itens II, III e IV deste artigo, somente poderá haver comunicação indireta, feita através da antecâmara:

a) dotada de portas, nos dois acessos, resistentes a 1,30 horas de fogo, no mínimo;

b) que, embora coberta, tenha, pelo menos, uma das faces permanentemente aberta para o exterior, admitido apenas o guarda-corpo de proteção de que trata o artigo 95.

§ 29 - Admitir-se-á que a metade do escoamento previsto para a escada utilize, na saída, passagens ou galerias de acesso a salas e lojas, devendo:

I - A comunicação ser feita através de antecâmaras com os requisitos mencionados no artigo 35;

II - A passagem ou galeria apresentar materiais com os requisitos de segurança, em especial os previstos neste artigo e no artigo 102 (resistência ao fogo e ao seu alastramento).

§ 39 - As demais escadas, em especial as de segurança, deverão ter continuidade até as saídas, através de corredores ou âtrios executados com materiais apresentando os requisitos de segurança exigidos para as escadas.

§ 49 - As escadas, patamares e respectivas caixas, passagens, corredores e outros acessos de uso restrito ou privativo não se incluem nas restrições deste artigo.



§ 59 - As superfícies internas (paredes, pisos e forros) do conjunto da edificação ou apenas dos espaços destinados à circulação e escoamento da lotação, terão acabamento, visando assegurar proteção contra incêndios, conforme o disposto no artigo 102.

Seção II

Condições Construtivas Especiais

Art. 45 - As edificações com altura (h) superior a 35,00 m, calculada conforme o artigo 27 serão dotadas de cobertura ligada a escada de uso comum ou coletivo e constituída de laje, dimensionada para proteger pessoas do calor originado dos andares inferiores e suportar o eventual pouso de helicópteros, em casos de extrema emergência.

nova redação dada p/ Lei 8881-89, PL 39/89

Parágrafo único - Nas coberturas de que trata este artigo, não serão admitidos quaisquer obstáculos, como anúncios, pára-raios, chaminés, torres ou outras sobrelevações, em posição que possa prejudicar o eventual pouso de helicópteros.

quantidade p/ decreto 19.364-78 (art. 13)

Art. 46 - As edificações em geral, com exclusão das referidas no parágrafo único do artigo 25, deverão:

I - Junto a cada pavimento ou teto dos andares que tenham área superior a 400,00 m², sem estarem subdivididos em compartimentos menores, por paredes de material resistente a 2 horas de fogo, no mínimo, e ainda, estejam situados a altura (h) superior a 10,00 m do piso do andar mais baixo da mesma edificação, dispor de uma das seguintes proteções:

a) parede no plano vertical de cada face externa, com altura mínima de 1,20 m e de material resistente ao fogo, no mínimo, de 2 horas (item I do artigo 92); a parede deverá ficar solidária com o pavimento ou o teto, de modo a obstruir a transmissão do fogo, de um para outro andar;

M
PROSECUTOR-GERAL

b) aba horizontal, solidária com o pavimento ou teto, de modo a obstruir a transmissão do fogo, de um para outro andar, que avance, pelo menos, 0,90 m (em projeção) sobre a face externa da edificação, executada com material resistente ao fogo, no mínimo, de 2 horas;

II - Ter o pavimento de transição, entre o andar útil da edificação e os andares de garagem, porão ou subsolo, executado de material resistente a 4 horas de fogo, no mínimo, devendo qualquer comunicação entre esses andares observar o disposto no § 19 do artigo 44.

Parágrafo único - A proteção prevista neste artigo poderá ser substituída por outras soluções técnicas que comprovadamente dificultem a propagação do fogo.

Art. 47 - Deverão ser divididos, de modo que nenhum compartimento ultrapasse a área de $800,00m^2$, os andares que tiverem área acima desse limite e, ainda, estiverem situados a altura (h), calculada conforme o artigo 27, superior a 10,00m, das edificações destinadas a:

I - Apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B);

II - Escritórios, lojas e depósitos e pequenas oficinas (Título B da Parte B);

III - Comércio e serviços (Título C da Parte B);

IV - Hotéis, pensionatos e similares (Título D da Parte B);

V - Hospitais, clínicas e similares (Título E da Parte B);

VI - Escolas (Título F da Parte B);

VII - Alojamentos e tratamento de animais (Título L da Parte B);

§ 19 - A divisão será feita com paredes de material resistente ao fogo, no mínimo, de 2 horas; as portas de comunicação ou acesso deverão ser resistentes ao fogo, no mínimo, de 1 hora.



§ 2º - Os compartimentos para edificações com outras destinações não referidas neste artigo ou que, tendo utilização especial, necessitem de área superior a 800,00 m², deverão dispor de proteção contra sinistros adequada à natureza da utilização estabelecida nas normas técnicas oficiais.

Art. 48 - Os andares de qualquer categoria de edificação, nos quais se depositem, comercializem ou manipulem materiais da Classe II, definida no item I do artigo 28, em quantidade superior a 200 kg por m² de área de depósito ou mais de 50 kg por m² de área de comercialização ou industrialização, deverão ser subdivididos em compartimentos com superfícies não superiores a 400,00 m² e 800,00 m², respectivamente. As paredes perimetrais e divisórias entre os compartimentos, bem como as lajes de separação entre os andares deverão ser de material resistente ao fogo, no mínimo, de 2 horas. As portas de comunicação ou acesso deverão ser resistentes ao fogo, no mínimo, de 1 hora.

§ 1º - Aplica-se ao presente artigo o disposto no § 2º do artigo 47.

§ 2º - Os compartimentos com área superior a 1.500,00 m², em qualquer categoria de edificação, deverão dispor de proteção contra sinistros, adequada à natureza da utilização, estabelecida nas normas técnicas oficiais.

§ 3º - As quantidades de materiais depositados, comercializados ou manipulados, conforme a classificação de que trata o artigo 28, que impliquem na classificação das edificações ou em exigências especiais para os compartimentos previstos neste artigo, deverão ser consignadas nos projetos para aprovação, bem como indicadas em placas bem visíveis afixadas no interior da edificação ou compartimento.

CAPÍTULO III

Classificação e Divisões dos Compartimentos

Seção A

Classificação

Art. 49 - Os compartimentos das edificações, conforme sua destinação, assim se classificam:

FRIGID RAGDAJ
ASSESSORA-ADJ

I - De permanência prolongada;

II - De permanência transitória;

III - Especiais;

IV - Sem permanência.

Art. 50 - Compartimentos de permanência prolongada são aqueles que poderão ser utilizados, para uma, pelo menos, das funções ou atividades seguintes:

I - Dormir ou repousar;

II - Estar ou lazer;

III - Trabalhar, ensinar ou estudar;

IV - Preparo e consumo de alimentos;

V - Tratamento ou recuperação;

VI - Reunir ou recrear.

Parágrafo único - Consideram-se compartimentos de permanência prolongada, entre outros com destinações similares, os seguintes:

I - Dormitórios, quartos e salas em geral;

II - Lojas, escritórios, oficinas e indústrias;

III - Salas de aula, estudo ou aprendizado e laboratórios didáticos;

IV - Salas de leitura e biblioteca;

V - Enfermarias e ambulatórios;

VI - Copas e cozinhas;

VII - Refeitórios, bares e restaurantes;

VIII - Locais de reunião e salão de festas;

IX - Locais fechados para prática de esporte ou ginástica.

Art. 51 - Compartimentos de permanência transitória são aqueles que poderão ser utilizados, para uma, pelo menos, das funções ou atividades seguintes:



- I - Circulação e acesso de pessoas;
- II - Higiene pessoal;

III - Depósito para guarda de materiais, utensílios ou peças sem a possibilidade de qualquer atividade no local;

IV - Troca e guarda de roupas;

V - Lavagem de roupa e serviços de limpeza.

§ 1º - Consideram-se compartimentos de permanência transitória, entre outros com destinações similares, os seguintes:

I - Escadas e seus patamares (caixa de escada) e as rampas e seus patamares, bem como, as respectivas antecâmaras;

II - Patamares de elevadores;

III - Corredores e passagens;

IV - Átrios e vestíbulos;

V - Banheiros, lavabos e instalações sanitárias;

VI - Depósitos, despejos, rouparias, adegas;

VII - Vestiários e camarins de uso coletivo;

VIII - Lavanderia, despejos e áreas de serviço.

§ 2º - Se o compartimento comportar também uma das funções ou atividades mencionadas no artigo 50, será classificado como de permanência prolongada.

Art. 52 - Compartimentos especiais são aqueles que, embora podendo comportar as funções ou atividades relacionadas nos artigos 50 e 51, apresentam características e condições adequadas à sua destinação especial.

Parágrafo Único - Consideram-se compartimentos especiais, entre outros com destinações similares, os seguintes:

I - Auditórios e anfiteatros;

72
RIGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

II - Cinema, teatros e salas de espetáculos;

III - Museus e galerias de arte;

IV - Estúdios de gravação, rádio e televisão;

V - Laboratórios fotográficos, cinematográficos e de som;

VI - Centros cirúrgicos e salas de raios-X;

VII - Salas de computadores; transformadores e telefonia;

VIII - Locais para duchas e saunas;

IX - Garagens.

Art. 53 - Compartimentos sem permanência são aqueles que não comportam permanência humana ou habitabilidade, assim perfeitamente caracterizados no projeto.

Art. 54 - Compartimentos para outras destinações ou denominações não indicadas nos artigos precedentes desta seção, ou que apresentem peculiaridades especiais, serão reclassificados com base nos critérios fixados nos referidos artigos, tendo em vista as exigências de higiene, salubridade e conforto correspondente à função ou atividade.

SEÇÃO - B

Dimensionamento

Art. 55 - Os compartimentos deverão ter conformação e dimensões adequadas à função ou atividade que possam comportar.

Art. 56 - Os compartimentos em geral, mencionados no artigo 49, com exclusão dos classificados como "sem permanência", deverão ter, no plano do piso, formato capaz de conter, um círculo com diâmetro mínimo proporcional à área mínima exigida para o compartimento, conforme a tabela seguinte:



áreas mínimas exigidas para o compartimento (m ²)	diâmetro mínimo do círculo no plano do piso (m)
Até 2,00	0,90
de 2,01 até 4,00	1,50
de 4,01 até 8,00	2,00
de 8,01 até 16,00	2,50
de 16,01 até 32,00	3,50
acima de 32,00	4,50

§ 1º - As áreas mínimas dos compartimentos são fixadas, segundo a destinação ou atividade, nas Normas Específicas (Parte B) deste Código. A área mínima dos compartimentos de permanência prolongada será de 4,00m².

§ 2º - Além da parte correspondente à área mínima obrigatória e respectivo círculo de diâmetro mínimo, o compartimento poderá ter partes excedentes, não sendo consideradas para efeito deste artigo.

§ 3º - Aos compartimentos referidos nos itens I, II, III e IV do parágrafo 1º do artigo 51, não se aplica o disposto no "caput" deste artigo, prevalecendo as exigências fixadas no Capítulo II do Título X da Parte A.

Art. 57 - O pé direito mínimo dos compartimentos será:

I - de 2,50m, para os compartimentos de permanência prolongada;

II - de 2,30m, para os compartimentos de permanência transitória, ressalvado o disposto nas Seções C e E do Capítulo II do Título A da Parte A para as escadas e rampas.

§ 1º - Ressalvam-se exigências maiores fixadas para a destinação ou atividade nas Normas Específicas, Parte B deste Código.

§ 2º - Os compartimentos especiais terão os respectivos pés direito fixados nas Normas Específicas, Parte B deste Código.

§ 3º - O pé direito mínimo será obrigatório a penas na parte correspondente à área mínima exigida para o compartimento, fixado nas Normas Específicas, Parte B deste Código, podendo haver partes excedentes não consideradas para efeito deste artigo.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

Art. 58 - Para banheiros, lavabos e instalações sanitárias das edificações, serão observadas as exigências seguintes:

I - Qualquer edificação que dispuser de apenas um compartimento para instalações sanitárias, esta terá área mínima de 2,00m² e conterá, pelo menos, uma latrina, um lavatório e um chuveiro;

II - Se a edificação dispuser de mais de um compartimento para instalações sanitárias, cada uma terá a área mínima de 1,20m² e conterá, pelo menos, uma latrina e um lavatório; um deles será dotado, ainda, de chuveiro;

III - Nos compartimentos que contiverem instalações sanitárias agrupadas, as subdivisões, que formem as celas ou boxes, terão altura mínima de 1,80m e manterão uma distância até o teto de 0,40m, no mínimo. As celas ou boxes terão área mínima de 0,65m² e qualquer dimensão não será inferior a 0,70m. As passagens ou corredores internos não terão dimensão inferior a 0,80m;

IV - Os banheiros, lavabos e instalações sanitárias, que tiverem comunicação direta com compartimentos ou espaços de uso comum ou coletivo, serão providos de anteparo que impeça o devassamento do seu interior ou de antecâmara, cuja menor dimensão será a qual ou maior do que 0,80m;

V - Quando não estiverem localizados no mesmo andar dos compartimentos que deverão servir, ficarão situadas, pelo menos, em andar imediatamente inferior ou superior. Nesse caso, o cálculo das instalações sanitárias obrigatórias, conforme fixadas nas tabelas próprias para cada destinação, previstas nas Normas Específicas (Parte B), levará em conta a área total dos andares atendidos pelo mesmo conjunto de sanitários;



VI - O percurso máximo de qualquer ponto da edificação até uma instalação sanitária não será superior a 100,00m e será sempre protegido com cobertura;

VII - Quando o número mínimo obrigatório para a edificação, fixado nas tabelas próprias previstas nas Normas Específicas, for igual ou superior a duas latrinas e dois lavatórios, sua instalação deverá ser distribuída em compartimentos separados para os dois sexos, ressalvados os casos cujo número de instalações para cada sexo já se acha indicado na tabela própria das Normas Específicas (Parte B). A mesma exigência de separação prevalecerá para os chuveiros, quando a instalação de dois ou mais for obrigatória pelas mencionadas tabelas;

VIII - Nas edificações constituídas de unidades autônomas, as instalações sanitárias poderão ser distribuídas pelas respectivas unidades, desde que observadas as proporcionalidades pelos andares (item V), a distribuição para os dois sexos (item VII) e as quantidades fixadas nas tabelas próprias previstas nas Normas Específicas (Parte B) deste Código.

Art. 59 - Para vestiários das edificações, serão observadas as exigências seguintes:

I - Terão área mínima de 4,00m², condição que prevalecerá mesmo quando em edificações para as quais não são obrigatórias;

II - Quando a área dos vestiários obrigatória para a edificação, fixada na tabela própria prevista nas Normas Específicas, for igual ou superior a 8,00m², os vestiários serão distribuídos em compartimentos separados para os dois sexos, cada um com área mínima de 4,00m²;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

III - Nas edificações constituídas de unidades autônomas, os vestiários poderão ser distribuídos pelas respectivas unidades, desde que se situem no mesmo imóvel e observem as proporcionalidades pelos andares, a distribuição para os dois sexos e as quantidades fixadas na tabela própria, prevista na Norma Específica (Parte B) deste Código.

CAPÍTULO IV

INSOLAÇÃO, ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Secção A

Aberturas diretas para o exterior

← **Art. 60** - Para o efeito de insolação, iluminação e ventilação, todo compartimento deverá dispor de abertura direta para logradouro, espaço externo, espaço interno ou espaço-corredor.

§ 1º - A abertura poderá ser, ou não, em plano vertical e estar situada a qualquer altura acima do piso do compartimento.

§ 2º - O espaço deverá ser a céu aberto, livre e desembaraçado de qualquer tipo de construção até o nível inferior da abertura.

← **§ 3º** - Não serão consideradas para efeito de insolação, iluminação e ventilação de dormitórios, as aberturas voltadas para o Sul, cujos planos façam ângulo menor do que 30º com a direção Leste-Oeste.

← **Art. 61** - Serão considerados suficientes para a insolação, iluminação e ventilação dos compartimentos em geral, as aberturas voltadas para as faixas livres previstas no artigo 6º que apresentem mais os requisitos seguintes:

I - A faixa livre, na frente da abertura, seja devidamente alargada, de forma que a linha do perímetro externo dessa faixa, livre de maior amplitude mantenha, no plano horizontal, de qualquer ponto da abertura, o afastamento mínimo (A2) correspondente a quarta parte da altura (H) menos três metros;

*Regulamentado p/ Lei 12.406-76
inculcado p/ Lei 8.849-78*

Revogado p/ Lei 8.881-79, PL 30/79

inculcado p/ Lei 8.844-78



II - A linha do perímetro externo da faixa livre ampliada (A2) não poderá ultrapassar as divisas do lote, nem interferir com as faixas livres (A1) de outras edificações do mesmo imóvel. Poderá, porém, ser conjugada com as faixas livres ampliadas (A2) de correntes de outras aberturas pertencentes a mesma edificação ou a outras edificações do mesmo imóvel.

Art. 62 - Terão também insolação, iluminação e ventilação suficientes, os compartimentos com aberturas voltadas para espaços internos, isto é, para outras áreas livres de edificação, com formato, dimensão e posição tais que demonstrem que será banhado pelo sol durante uma hora, no mínimo, o plano horizontal do espaço interno, situado a um metro, no máximo, acima do nível do piso do compartimento mais baixo da edificação, a ser insolado. A demonstração, mediante o emprego do diagrama de sombra, tomará por base:

→ *recontido p/ li 8844-78*

- a) a altura do sol; das 10 às 14 horas do dia mais curto do ano (solstício de inverno);
- b) a altura (H_i) da parede mais alta da edificação que forme o espaço interno, medida a partir do mencionado plano horizontal, não sendo considerados os escalonamentos dos andares.

Parágrafo Único - O espaço interno deverá:

- a) ter o seu piso situado, no máximo, no mesmo nível do plano horizontal mencionado neste artigo;
- b) ter conformação que seja capaz de conter, no referido plano horizontal ou em outra qualquer secção acima desse plano, um círculo de diâmetro com um mínimo de 3,00 m, mas igual ou superior a $H_i/3$ onde H_i é a maior altura das paredes da edificação que contornam o espaço interno.

IN
INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

reunido p/ li 8844-78

← **Art. 63** - Para compartimentos das edificações previstas no item II do artigo 59, ou localizados nos dois primeiros andares que não ultrapassem a altura (H) de 12,00 m de edificações de maior altura, conforme previsto no artigo 99, a insolação, iluminação e ventilação poderão ser, também, proporcionadas por aberturas que comuniquem diretamente para:

I - Espaços constituídos pelos recuos dos alinhamentos;

II - Espaços internos circunscritos pelas paredes da edificação, ou pelas paredes da edificação e a divisa ou divisas do lote, desde que:

a) apresentem área mínima de 15,00 m²;

b) tenham conformação tal que, em qualquer secção horizontal correspondente à área mínima exigida, possa ser inscrito um círculo de diâmetro igual ou superior a 2,50 m;

III - Espaços - corredores, desde que:

a) sejam formados pelo afastamento da edificação, ao longo de uma ou mais divisas do lote, de 1,50 m, no mínimo, e tenham sempre nas duas extremidades qualquer dos espaços previstos nos artigos 61, 62 ou nos itens I e II deste artigo ou, ainda, logradouros públicos;

b) sejam formados por afastamento contínuo da edificação, ao longo de todas as divisas do lote, excluídos os alinhamentos, na dimensão correspondente, pelo menos, a um quarto da altura (H) da edificação, sendo a mínima de 1,50 m. Com relação aos alinhamentos, o afastamento da edificação será determinado pela legislação própria;

c) a extensão (L2) da face da edificação ao longo do corredor será limitada, conforme a expressão seguinte:

$$L2 \leq 20R,$$

onde R é o menor afastamento da divisa, cujo mínimo é 1,50 m.

Alterados p/ li 8881-79, PL 39/79

V. Dec. 14025-76



Art. 64 - A altura (H) da edificação, que terá, no máximo, 12,00 m, será tomada sempre entre o piso do andar mais baixo e o teto do andar mais alto da edificação, ainda que esta apresente andares escalonados e qualquer que seja a sua posição em relação ao nível do logradouro, ressalvado o disposto nos itens I e II do § 2º do artigo 59.

*Acertado por
li 8844-78*

Art. 65 - Os compartimentos de permanência transitória referidos no artigo 51 não estão obrigados a possuir ventilação conforme as disposições dos artigos 61, 62 e 63. Poderão apresentar abertura direta para as faixas livres (Al) de que trata o artigo 69 ou para poços descobertos, com as dimensões seguintes:

- I - Tenham área mínima de $4,00 \text{ m}^2$ e a menor dimensão de 1,50 m, quando a maior altura (H₁) das paredes da edificação que contornam o poço não ultrapassar de 10,00 m;
- II - Tenham um acréscimo de $0,40 \text{ m}^2$ por metro, ou fração, da altura (H₁) excedente de 10,00 m, mantendo entre os lados da sua secção transversal a relação mínima de 2:3.

Art. 66 - Os espaços internos ou poços não dispensam a integral observância dos afastamentos e recuos exigidos para as edificações na Secção A do Capítulo I. Esses afastamentos e recuos, quando estiverem contíguos a espaços internos ou poços, de forma a constituírem um só espaço aberto no lote, poderão ser incluídos na demonstração de que trata o artigo 62.

Art. 67 - Nas reentrâncias da edificação, voltadas para logradouros ou para espaços externos (artigo 61 e item I do artigo 63), internos (artigo 62 e item II do artigo 63), corredores (item III do artigo 63) ou para os poços (artigo 65), as aberturas somente poderão ser utilizadas para proporcionar insolação, iluminação e ventilação dos compartimentos quando a reentrância tiver largura igual ou superior a uma vez e meia a profundidade. A largura será a medida dos pontos extremos da reta que limita a reentrância com os mencionados espaços; a profundidade será a medida da perpendicular traçada a partir do ponto mais interior da reentrância até a referida reta da largura.

*INGRID RAGDAI
ASSESSORA - A.I.L.*

§ 1º - As reentrâncias que não satisfizerem às exigências deste artigo somente poderão ser consideradas para insolação, iluminação e ventilação dos compartimentos, se tiverem condições de espaços internos, que atendam ao disposto nos artigos 52, 63 ou 65, conforme o caso.

§ 2º - Se a abertura do compartimento de permanência prolongada estiver voltada para a faixa A1 que seja contígua à faixa A2, a profundidade da reentrância, a partir da faixa A2, poderá ser, no máximo, a sua largura.

mantidas p/ li 8844-78

Art. 68 - Os compartimentos destinados ao preparo de alimentos, tais como as copas e cozinhas (item VI do parágrafo único do artigo 50), não estão obrigados a ter abertura atendendo às condições do artigo 61. A abertura deverá, porém, estar voltada, pelo menos, para a faixa livre (A1) de que trata o artigo 6º ou para o espaço interno mencionado no artigo 62, ressalvada, ainda, a hipótese prevista no artigo 63.

Seção B

Ventilação indireta, por chaminé ou especial

Art. 69 - Os compartimentos de permanência transitória, referidos no artigo 51, ficam dispensados do disposto no artigo 65, se forem dotados de iluminação artificial e ventilação indireta ou ventilação por chaminé ou, ainda, de ventilação especial, de acordo com os seguintes requisitos:

I - Ventilação indireta, obtida por abertura próxima ao teto do compartimento e que se comunica, através de compartimento contíguo, com espaço externo, interno ou corredor ou, ainda, com logradouro, desde que:

a) a abertura tenha área mínima de $0,40 \text{ m}^2$ e a menor dimensão não seja inferior a $0,20 \text{ m}$;

b) a comunicação através do compartimento contíguo tenha seção transversal com área mínima de $0,40 \text{ m}^2$ e a menor dimensão não seja inferior a $0,40 \text{ m}$ e tenha comprimento até o exterior de $4,00 \text{ m}$, no máximo;

II - Ventilação obtida por chaminé de tiragem, desde que:

Alteradas p/ li 8881/79, PL 30/79



a) a chaminé ultrapasse, pelo menos, em 1,00 m o ponto mais alto da cobertura da parte da edificação onde esteja situada;

b) a altura da chaminé seja medida, em metros, desde a base (letra "d") até o seu término (letra "a");

c) a secção transversal deverá ser capaz de conter um círculo de 0,60 m de diâmetro e ter a área mínima correspondente a 6 dm^2 por metro de altura (H);

d) a chaminé tenha na base um dos requisitos seguintes:

1 - comunicação com o exterior, directamente por meio de ductos, com secção transversal, cujas dimensões não sejam inferiores à metade das exigidas para a chaminé, com dispositivo para regular a entrada do ar;

2 - abertura, com dimensões não inferiores à metade das exigidas para a secção transversal da chaminé, abridor directamente para andar aberto em pilotis ou para logradouro ou espaço externo, interno ou corredor;

3 - abertura, com dimensões não inferiores à metade das exigidas para a secção transversal da chaminé, comunicando-se, através de compartimen-

to contíguo, para logradouro ou espaço externo, interno ou corredor, com comprimento não superior a ... 5,00 m;

e - abertura entre o compartimento e a chaminé tenha área mínima de $0,40 \text{ m}^2$ e a menor dimensão não seja inferior a 0,20 m;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

III - Ventilação especial, obtida por renovação ou condicionamento de ar, mediante equipamento adequado que proporcione, pelo menos, uma renovação do volume de ar do compartimento, por hora ou sistema equivalente.

Parágrafo único - A abertura para ventilação entre o compartimento e a comunicação com o exterior (item I) ou com a chaminé (item II) não poderá ser inferior a 6/100 da área do compartimento.

Art. 70 - O disposto no artigo anterior não se aplica aos compartimentos de permanência transitória, referidos nos itens I e II do § 1º do artigo 51, que forem de uso comum ou coletivo, os quais deverão dispor de iluminação e ventilação, pelo menos, na forma do disposto no artigo 65 ou no 68 ou conforme as disposições dos parágrafos 6º, 7º, 8º e 9º - do artigo 34.

Parágrafo único

Art. 71 - As dimensões mínimas exigidas para a abertura ou para a seção transversal, de que tratam o item II do artigo 65 e a letra "c" do item II do artigo 69, prevalecem apenas para o tamanho correspondente a área mínima obrigatória em função da altura (H). A abertura e a seção transversal poderão ter lados de dimensões superiores ao mínimo exigido, desde que constituam área acima da mínima obrigatória.

Art. 72 - No cálculo da altura da edificação (H) ou altura da maior parede (H_i) serão sempre consideradas espessuras efetivas dos pavimentos com os pisos acabados.

Art. 73 - Os compartimentos especiais (artigo 52) e outros que, pelas suas características e condições vinculadas à destinação, não apresentem aberturas diretas para o exterior ou tenham excessiva profundidade em relação às aberturas, ficam dispensados das exigências dos artigos 60, 75 e 76. Esses compartimentos deverão porém apresentar, conforme a função ou atividade neles exercidas, condições adequadas segundo as normas técnicas oficiais de iluminação e ventilação por meios especiais, bem como, se for o caso, controle satisfatório de temperatura e de grau de umidade do ar.

Parágrafo único - A mesma solução poderá ser estendida a outros compartimentos de permanência prolongada que, integrando conjunto que justifique o tratamento excepcional, tenham comprovadamente asseguradas condições de higiene, conforto e salubridade acima do padrão normal.

Acrescentado p/ Li 8881/79 PL 30/79

mantidos p/ Li 8844-78



Art. 74 - Aos compartimentos sem permanência (artigo 53) será facultado dispor apenas de ventilação, que poderá ser assegurada pela abertura de comunicação com outro compartimento de permanência prolongada ou transitória.

Secção C

Relação piso-aberturas

Art. 75 - Os compartimentos de permanência prolongada, para serem suficientemente iluminados e ventilados, deverão satisfazer às duas condições seguintes:

- I - Ter profundidade inferior ou igual a 3 vezes o seu pé direito, sendo a profundidade contada a começar da abertura iluminante ou da projeção da cobertura ou saliência do pavimento superior;
- II - Ter profundidade inferior ou igual a 3 vezes a sua largura, sendo a profundidade contada a começar da abertura iluminante ou do avanço das paredes laterais do compartimento.

Art. 76 - As aberturas para iluminação e ventilação dos compartimentos de permanência prolongada e dos de transitória deverão apresentar as seguintes condições mínimas:

- I - Área correspondente a 1/7 da área do compartimento, se este for de permanência prolongada, e a 1/10 da área do compartimento, se for de permanência transitória;
- II - Em qualquer caso, não terão áreas inferiores a 0,70 metros quadrados e 0,30 metros quadrados, para compartimentos de permanência, respectivamente, prolongada e transitória;
- III - Metade, no mínimo, da área exigida para a abertura deverá permitir a ventilação;
- IV - A distância entre a face inferior da verga da abertura e o piso não poderá ser inferior a 1,80 m.

mantidas p/ lei 8844-78

Revogado p/ lei 8881-79 1.1.39/79
INGRID FAGDAJ
ACESSORA - A.T.L.

Parágrafo único - Nos compartimentos utilizados, parcial ou totalmente, para dormitório, repouso ou funções similares (item I do artigo 50), as aberturas deverão ser dotadas de dispositivos que permitam simultaneamente o escuracimento e a ventilação do ambiente.

mantidas p/ li 8844-78

Art. 77 - Os pórticos, alpendres, terraços cobertos, marquises, saliências ou quaisquer outras coberturas, que se situarem externamente sobre as aberturas destinadas à iluminação ou ventilação dos compartimentos, serão consideradas no cálculo dos limites fixados nos artigos 75 e 76. Nesse caso, as condições mínimas exigidas para as aberturas deverão também ser observadas na face externa, após a cobertura junto aos espaços externos, internos, corredores ou poços.

Seção D

Subdivisão dos Compartimentos

Art. 78 - É facultada a subdivisão de compartimentos em ambientes, desde que cada um destes ofereça, proporcionalmente, condições mínima de iluminação, ventilação e dimensionamento.

Alterado p/ li 8881-79; P.L. 30-79

Parágrafo único - Se a cozinha ou local de preparo de alimentos não estiver em compartimentos próprios, mas constituírem simples ambientes de compartimento de permanência prolongada com outra destinação, deverão ter ventilação própria assegurada por meios especiais conforme previsto no item III do artigo 69.

Art. 79 - São permitidos jiraus na subdivisão vertical de ambientes, desde que obedecido o disposto no artigo anterior e satisfeitos os seguintes requisitos:

I - Da subdivisão não deverá resultar pé direito inferior a 2,30 m;

II - A área do jirau não deverá ultrapassar de um terço (1/3) a área do compartimento, ficando a parte restante livre e desimpedida em toda a altura;

III - A escada de acesso poderá ser do tipo caracol ou marinheiro, com largura de 0,80 m, no mínimo;



IV - A face do jirau, aberta para a parte restante do compartimento, será protegida por guarda-corpo com altura de 0,90 m, no mínimo;

V - O pavimento do jirau poderá ser de madeira ou material de resistência superior.

CAPÍTULO V

CONFORTO E HIGIENE DOS COMPARTIMENTOS

Art. 80 - Os compartimentos e ambientes deverão proporcionar conforto térmico e proteção contra a umidade, obtidos pela adequada utilização e dimensionamento dos materiais constitutivos das paredes, cobertura, pavimento e aberturas, bem como das instalações e equipamentos, conforme fixado nos Capítulos VI e VII do Título A da Parte A e nas normas técnicas oficiais.

Parágrafo único - As partes construtivas do compartimento, que estiverem em contato direto com o solo, deverão ser impermeabilizadas.

Art. 81 - Os compartimentos e ambientes deverão proporcionar conforto acústico, mediante isolamento e condicionamento, obtidos pela sua adequada utilização e dimensionamento e emprego dos materiais constitutivos das paredes, cobertura, pavimento e abertura, bem como das instalações e equipamentos conforme fixado nos Capítulos VI e VII do Título A da Parte A e nas normas técnicas oficiais.

Art. 82 - Os compartimentos ou ambientes deverão observar, ainda, os requisitos seguintes:

I - Os destinados a preparo de alimentos, higiene pessoal e usos especiais, tais como cozinhas, banheiros, lavabos, instalações sanitárias, lavanderias, áreas de serviço, duchas e saunas, garagens e outros que necessitam de maior limpeza e lavagens, apresentarão o piso do pavimento e as paredes, pilares ou colunas até a altura de 2,00 m, no mínimo, revestidos de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens;

Alterado p/ Lei
8881-79; P.2.30-79

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

II - Os destinados à consumação de alimentos, tratamento e recuperação, depósito de materiais, utensílios e peças, troca de roupa, lavagem e usos especiais, tais como de roupas e serviços de limpeza, copas, refeitórios, bares, restaurantes, enfermarias, ambulatórios, depósitos, adegas, vestiários, camarins, lavanderias, despejos, áreas de serviços, terraços, laboratórios, salas de raios X, escadas e rampas e respectivos patamares de uso comum ou coletivo, e outros que estiverem sujeitos a lavagens, apresentarão, pelo menos, o piso do pavimento revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens;

III - Os destinados a funções ou serviços relacionados com casos especiais de alimentação ou saúde apresentarão, além do disposto no item I deste artigo:

a) as paredes pilares ou colunas revestidas, até o teto, de material durável, liso e semi-impermeável, e os cantos entre as paredes, bem como entre estas os pilares ou colunas e o teto, com formato arredondado e também revestidos de material com os requisitos mencionados;

b) as aberturas externas providas de tela para proteção contra a entrada de insetos.

CAPÍTULO VI

DOS MATERIAIS E ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

Seção A

Regras Gerais

← Art. 83 - A estabilidade, segurança, higiene, salubridade, conforto térmico e acústico da edificação deverão ser assegurados pelo conveniente emprego, dimensionamento e aplicação dos materiais e elementos construtivos conformado neste Código e nas normas técnicas oficiais.

Regulamentado
p/ Dec. 12706-76



Parágrafo único - A Prefeitura poderá impedir o emprego de material, instalação ou equipamento considerados inadequados ou com defeitos que possam comprometer as condições mencionadas neste artigo.

Art. 84 - Neste capítulo são indicados os elementos construtivos essenciais da edificação, usualmente empregados.

Parágrafo único - São admitidos outros elementos construtivos que apresentem índices equivalentes, desde que sejam plenamente consagrados pelo uso ou tenham suas características técnicas comprovadas mediante ensaios apropriados.

Art. 85 - Os elementos complementares da edificação, tais como divisões internas, revestimentos de pisos e paredes, forros falsos, aparelhos de iluminação ou ar e demais componentes não essenciais, também deverão ser aplicados de acordo com as normas técnicas relativas ao seu emprego.

Art. 86 - O emprego de materiais, instalações e equipamentos ainda não consagrados pelo uso, bem como as novas utilizações de materiais ou equipamentos já conhecidos, dependerão de prévio exame e aceitação, pela Prefeitura. Para esse efeito:

I - A adequabilidade do material ao fim a que se destina, na edificação, será comprovada mediante exames, ensaios, análises ou provas realizadas por entidades oficiais ou reconhecidas pela Prefeitura;

II - A aceitação dar-se-á, inicialmente, a título experimental, pelo prazo máximo de dois anos, devendo ser renovada até que o material, a instalação ou o equipamento possam ser considerados consagrados pelo uso.

Art. 87 - As fundações, os componentes estruturais, as coberturas e as paredes serão completamente independentes das edificações vizinhas, já existentes, e deverão sofrer interrupção na linha de divisa.

§ 1º - A cobertura, quando se tratar de edificações agrupadas horizontalmente, terá estrutura independente, para cada unidade autônoma, e a parede divisória deverá ultrapassar o teto, chegando até o último elemento da cobertura, de forma que haja total separação entre os forros das unidades.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

§ 2º - As águas pluviais das coberturas deverão escoar dentro dos limites do imóvel, não sendo permitido o desaguamento diretamente sobre os lotes vizinhos ou logradouros.

Art. 88 - As fundações, estruturas, coberturas, paredes pavimento e acabamentos serão projetados, calculados e executados de acordo com as respectivas normas técnicas oficiais.

Seção B

Índices Técnicos

Art. 89 - Serão consideradas as seguintes características técnicas dos elementos construtivos, conforme a qualidade e quantidade dos materiais ou conjunto de materiais, a integração dos seus componentes, bem como as condições de sua utilização:

I - Resistência ao fogo — avaliada pelo tempo que o elemento construtivo, quando exposto ao fogo, pode resistir sem se inflamar ou expelir gases combustíveis, sem perder a coesão ou forma, nem deixar passar para a face oposta elevação de temperatura superior a pré-fixada;

II - Isolamento térmico — avaliado de modo inversamente proporcional à condutibilidade calorífica (transmissão de calor) do elemento construtivo;

III - Isolamento acústico — avaliado pela capacidade do elemento construtivo de atenuar ou reduzir a transmissão de ruídos;

IV - Condicionamento acústico — avaliado pela capacidade do elemento construtivo de absorver os ruídos, com base no tempo de reverberação;

V - Resistência — avaliada pelo comportamento do elemento construtivo submetido a compressão, flexão e choque;

VI - Impermeabilidade — avaliada de forma inversamente proporcional à quantidade de água absorvida pelo elemento construtivo após determinado tempo de exposição a esse líquido.



Parágrafo único - Cada material ou elemento construtivo será considerado nas condições de utilização e o seu desempenho avaliado em ensaios fixados pelas normas oficiais.

Art. 90 - O disposto neste capítulo não dispensa a observância de normas técnicas sobre materiais e técnicas construtivas.

Seção C

Fundações

Art. 91 - No cálculo das fundações serão obrigatoriamente considerados os seus efeitos para com as edificações vizinhas e os logradouros públicos ou instalações de serviços públicos.

Parágrafo único - As fundações, qualquer que seja o seu tipo, deverão ficar situadas inteiramente dentro dos limites do lote, não podendo, em nenhuma hipótese, avançar sob o passeio do logradouro ou sob os imóveis vizinhos.

Seção D

Estruturas

Art. 92 - Para o efeito de segurança contra incêndios, os elementos componentes da estrutura de sustentação do edifício e da escada de segurança deverão ter resistência ao fogo de 4 (quatro) horas, no mínimo.

§ 1º - Excluem-se das exigências deste artigo, devendo ter resistência ao fogo de 1 (uma) hora, no mínimo, os componentes estruturais das edificações mencionadas no parágrafo único do artigo 25.

§ 2º - As exigências deste artigo e de seu parágrafo primeiro prevalecerão enquanto não houver norma técnica oficial dispondo especificamente sobre a segurança da estabilidade de edifícios atingidos por incêndio.

INGRID RAGDAI
ASSESSORA - AIL

Seção E

Paredes

Art. 93 - As paredes externas, bem como todas que separem unidades autônomas de uma edificação, ainda que não acompanham sua estrutura, deverão obrigatoriamente observar, no mínimo, as normas técnicas oficiais relativas à resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, resistência e impermeabilidade, correspondentes a uma parede de alvenaria de tijolos comuns de barro maciço, revestida com argamassa de cal e areia, com espessura acabada de 0,25 m.

§ 1º - Deverá ser impermeabilizada a parede que estiver lateralmente em contato direto com o solo, bem como as partes da parede que ficarem enterradas. Se o terreno apresentar alto grau de umidade, deverá ser convenientemente drenado.

§ 2º - As paredes externas livremente voltadas para direção situada entre os rumos de 45º S.E. à 45º S.O., deverão ter seu paramento externo convenientemente impermeabilizado.

Art. 94 - Os andares acima do solo, tais como terraços, balcões, compartimentos para garagens e outros que não forem vedados por paredes externas, deverão dispor de guarda-corpo de proteção contra quedas, de acordo com os seguintes requisitos:

- I - Terão altura de 0,90 m, no mínimo, a contar do nível do pavimento;
- II - Se o guarda-corpo for vazado, os vãos terão pelo menos, uma das dimensões igual ou inferior a 0,12 m;
- III - Serão de material rígido e capaz de resistir ao empuxo horizontal de 80 kg/m aplicada do seu ponto mais desfavorável.



Secção F
Cobertura

Art. 95 - A cobertura das edificações, seja de telhado apoiado em estrutura, telhas auto-sustentáveis ou laje de concreto, deverá obrigatoriamente observar, no mínimo as normas técnicas oficiais, no que diz respeito à resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, resistência e impermeabilidade, devendo ser de material imputrescível e resistente à ação dos agentes atmosféricos e à corrosão, correspondentes aos do telhado de telhas de barro sustentadas por armação de madeira, na inclinação adequada e com forro de estuque.

Parágrafo único - Nas coberturas que disponham de forro, poderá ser considerada a contribuição do material deste e da camada de ar interposta entre o teto e a cobertura no cálculo do isolamento térmico e acústico, bem como do condicionamento acústico. Se a cobertura para compartimento de permanência prolongada (artigo 50) ou especial (artigo 52) não apresentar forro e desvão ventilado, deverá ser justificada a proteção do seu interior contra a irradiação do calor solar.

Art. 96 - As coberturas das edificações, com exceção das referidas no parágrafo único do artigo 25, além de atenderem aos requisitos do artigo anterior, deverão ser de material resistente ao fogo de 2 horas, no mínimo, de acordo com as normas técnicas oficiais.

Secção G

Pavimentos

Art. 97 - Os pavimentos que separam verticalmente os andares de uma edificação, ainda que não sejam estruturais, deverão obrigatoriamente observar os índices técnicos de resistência ao fogo, isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, resistência e impermeabilidade correspondentes aos de um pavimento de laje de concreto armado, com espessura final de 0,10 m, acabada na face superior com piso de tacos de madeira e revestimento, na face inferior, com argamassa de cal e areia.

Parágrafo único - Os pavimentos que subdividem, verticalmente, um mesmo andar formando jiraus, poderão ser de madeira ou material equivalente.

Art. 98 - Os pavimentos deverão atender, ainda, ao seguinte:

- I - Quando forem assentados diretamente sobre o solo, deverão ser impermeabilizados e constituídos de camada de concreto, com espessura mínima de 0,07 m, ou de material equivalente;

INGRID RODAS
SECRETARIA-AL

- II - Quando em locais expostos às intempéries ou sujeitos a lavagem, deverão ter piso de cimento, ladrilho cerâmico ou material equivalente.

Secção H

Portas e Janelas

Art. 99 - As aberturas dos compartimentos, de acordo com sua destinação, serão providas de portas ou janelas que deverão obrigatoriamente satisfazer, no mínimo, as normas técnicas oficiais, no que diz respeito à resistência ao fogo, nos casos exigidos, e isolamento térmico, isolamento e condicionamento acústico, resistência e impermeabilidade correspondentes aos do caixilho de madeira, com espessura de 0,025 m, suportando placas de vidro de espessura correspondente ao tamanho e submetidas à pressão de vento de 80 kg/m^2 , produzida à velocidade de 90 km/hora.

Parágrafo Único. - No caso previsto no parágrafo único do artigo 76, as portas e janelas deverão ser providas de venezianas, persianas, treliças ou dispositivo equivalente que, quando fechado, impeça a passagem da luz, mas possibilite a abertura, para ventilação permanente, com área totalizando um terço, pelo menos, da superfície obrigatória para iluminação do compartimento.

Art. 100 - As portas e caixilhos que devam ter resistência mínima ao fogo, além de satisfazerem as exigências do artigo anterior, corresponderão aos seguintes tipos, definidos nas normas técnicas oficiais:

I - Porta com resistência ao fogo de 1 hora, no mínimo;

II - Porta com resistência ao fogo de 1,30 horas, no mínimo;

III - Caixilhos com resistência ao fogo de 1,30 horas, no mínimo.

Parágrafo Único - As portas das escadas, rampas, antecâmaras, átrios, corredores e saídas de uso comum ou coletivo, destinados ao escoamento das pessoas, bem como as portas das unidades autônomas, deverão ter resistência ao fogo de 1 hora, no mínimo.



Seção I

Acabamentos

Art. 101 - Para os casos em que é exigido revestimento com material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens (artigo 82), o material de acabamento deverá corresponder, no mínimo, às características da superfície terminada com pó de cimento, alisado e desempenado.

§ 1º - Os pisos dos locais expostos às intempéries serão acabados com material apresentando os mesmos requisitos referidos neste artigo.

§ 2º - Para as paredes que exijam revestimento com material durável, liso e semi-impermeável, poderá ser utilizado o acabamento da superfície lisa, com tinta a base de óleo, latex ou material equivalente.

Art. 102 - Conforme as características da edificação, enquadrando-a num dos casos previstos nos itens do artigo 43, as superfícies internas (paredes, pisos e forros) do seu conjunto ou apenas das suas partes especialmente mencionadas, terão os tipos de acabamento a seguir indicados, de acordo com a classificação do material pela velocidade de expansão do fogo:

a) acabamento tipo C, no conjunto de edificação, e tipo B nos espaços de acesso e circulação de uso comum ou coletivo, quando enquadrada:

1 - no item I;

2 - no item IV;

3 - no item V;

b) acabamento tipo C, no conjunto de edificação, e tipo A nos espaços de acesso e circulação de uso comum ou coletivo, quando enquadrada:

1 - no item II;

2 - no item III;

3 - no item VI;

c) acabamento tipo B, no conjunto de edificação, e tipo A nos espaços de acesso e circulação de uso comum ou coletivo, quando enquadrada:

Handwritten signature
LUCIANO G. GOMES
ARQUITETO

1 - no item VII;

2 - no item X;

d) acabamento tipo B, no conjunto da edificação, quando enquadrada:

1 - no item XI;

2 - no item IX;

e) acabamento tipo A, no conjunto da edificação, quando enquadrada:

1 - no item XII;

2 - no item VIII, todos do artigo 43.

Art. 103 - Os diferentes tipos de materiais de acabamento das superfícies internas das edificações serão, conforme a velocidade de expansão do fogo, assim classificados:

Tipos de Acabamento	Rapidez de Expansão		
A	0	até	25
B	26	até	75
C	76	até	200
D	acima	de	200

Parágrafo único - Serão fixados pelas normas técnicas oficiais os ensaios para determinação da velocidade de expansão do fogo, bem como a classificação dos materiais normalmente utilizados nas construções.

CAPÍTULO VII

DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Secção - A

Instalações Gerais

Art. 104 - As instalações e os equipamentos das edificações serão projetados, calculados e executados tendo em vista a segurança, a higiene e o conforto dos usuários, de acordo com as normas técnicas oficiais.

Regulamentado p/ Dec. 12706-76



Folha nº 172 de proc
n.º 326 de 1976
Regulamentado p/
dec. 12.706-76
v. dec. 16.775/80

Art. 105 - Será obrigatória a instalação e respectivas modalidades para os serviços de água, esgoto, luz, força, telefone e gás, observadas as normas técnicas oficiais.

Parágrafo Único - Sempre que a edificação apresentar área total de construção superior a 3.000,00m² ou carga elétrica instalada superior a 300 kw, poderão ser exigidos compartimentos próprios para a instalação dos equipamentos ~~transformadores~~ formadores e demais aparelhos, situados em local que assegure o acesso desses equipamentos, tudo conforme as normas técnicas oficiais. Tais compartimentos deverão satisfazer os requisitos do artigo 112.

Art. 106 - Nas edificações implantadas no alinhamento dos logradouros, as águas pluviais provenientes dos telhados, balcões, terraços, marquizes e outros locais voltados para o logradouro, deverão ser captadas em calhas e condutores para despejo na sarjeta do logradouro, passando sob os passeios.

Parágrafo Único - Nas fachadas situadas no alinhamento dos logradouros, os condutores serão embutidos no trecho compreendido entre o nível do passeio e a altura de 3,00 m, no mínimo, acima desse nível.

Art. 107 - Não será permitido o despejo de águas pluviais na rede de esgotos, nem o despejo de esgotos ou de águas residuais e de lavagens, nas sarjetas dos logradouros ou em galerias de águas pluviais, salvo os afluentes devidamente tratados conforme as normas emanadas da autoridade competente.

Art. 108 - Nas edificações em geral, construídas nas divisas e no alinhamento do lote, as águas pluviais provenientes dos telhados, balcões, terraços, marquizes e outros espaços cobertos serão captadas por calhas e condutores para despejo, até o nível do solo.

Art. 109 - Nos logradouros que não sejam dotados de rede de água ou cujo abastecimento desse líquido não seja previamente assegurado, na forma estabelecida pela autoridade competente, somente serão permitidas as edificações referidas no parágrafo único do artigo 25.

Art. 110 - Os ambientes ou compartimentos que contiverem recipientes (bujões) de gás, bem como equipamentos, instalações de funcionamento a gás, deverão atender as normas emanadas da autoridade competente e, ainda, ter ventilação permanente assegurada por aberturas diretas para o exterior, com área mínima de 0,01 m², e uma das dimensões não inferior a 0,04 m, e, ainda, situadas junto ao piso e ao teto do compartimento.

Regulamentado p/
dec. 12.706-76
INGRID RAGDALL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Art. 111 - Nos casos de instalações especiais de renovação e condicionamento de ar o sistema deverá ter capacidade para proporcionar uma renovação compatível com a destinação do compartimento, de acordo com as normas técnicas oficiais, devendo assegurar, pelo menos, uma troca de volume de ar do compartimento, por hora.

Art. 112 - Nas edificações em geral, excluídas as mencionadas no parágrafo único do artigo 25, será observado o seguinte:

I - Nos dutos permanentes de ar, verticais ou horizontais, bem como de elevadores e poços para outros fins, será permitida somente a passagem de fiação elétrica, desde que indispensável ao funcionamento dos respectivos aparelhos de renovação ou condicionamento de ar ou dos respectivos elevadores;

II - Os dutos e poços referidos no item anterior que se estenderem por mais de dois andares, bem como os recintos para recipientes e os depósitos de lixo, e ainda as cabines ou compartimentos para instalação de equipamentos elétricos, térmicos, de combustão e outros que apresentem risco, deverão ser executados ou protegidos com material de resistência ao fogo de 2 horas, no mínimo. As câmaras de incineração, nos casos excepcionalmente admitidos, deverão ser à prova de fogo e ter as aberturas voltadas exclusivamente para o ar livre;

III - Serão fechadas e terão recobrimento com argamassa de areia e cimento, com espessura mínima de 0,05m, ou proteção equivalente, as instalações de canalização de gás, dutos elétricos ou outras tubulações similares, quando absolutamente necessária a sua passagem através das paredes, pisos ou tetos, para os quais haja exigência de resistência mínima ao fogo.



Seção B

Instalações de Emergência e Proteção Contra Fogo

Art. 113 - As edificações em geral, segundo o risco de uso, deverão dispor de rede de hidrantes, de reservatórios para abastecimento dessa rede e fornecimento de água em caso de incêndio, de chuveiros automáticos, de detentoras de fumaça, de sinalização de alarme e saída, de iluminação de emergência, de extintores e de outros equipamentos ou sistema para emergência e proteção contra incêndio.

§ 1º - Excluem-se das exigências deste artigo as edificações referidas no parágrafo único do artigo 25.

§ 2º - Serão dotados de sistema de sinalização, de saída e de advertência geral (alarme), que poderá ter funcionamento isolado ou ter sua operação conjugada com a instalação de detentores de fumaça ou de chuveiros automáticos. O sistema deverá dispor de alimentação autônoma capaz de funcionar durante uma hora, pelo menos, independentemente da rede elétrica geral.

§ 3º - Os espaços destinados a circulação e escoamento (antecâmaras, escadas ou rampas, átrios, corredores e saídas) terão instalação completa de luz de emergência, que proporcione adequado nível de aclaramento do recinto para, no caso de falta de energia da rede geral, assegurar condições de circulação às pessoas. A alimentação do sistema será feita por equipamento autônomo, do tipo conjunto de bateria ou similar, com recarga automática, para suprimimento durante uma hora, pelo menos, independentemente da rede elétrica geral.

§ 4º - Os espaços destinados a circulação e escoamento (antecâmaras, escadas ou rampas, átrios, corredores e saídas), de uso comum ou coletivo, das edificações que apresentem maior risco, em particular as referidas nos itens VI, VII e VIII do artigo 43, bem como os compartimentos com área superior aos limites estabelecidos nos artigos 47, 48 e seu § 2º, deverão, nos casos recomendados pelas normas técnicas oficiais, dispor de sistema de chuveiros automáticos ou outra instalação equivalente.

§ 5º - Terão também rede de hidrantes e equipamentos extintores de incêndio, em número, localização e tipo adequado ao risco de uso da edificação.

INGRID MAGDA
ASSESSORA - AIL

§ 6º - As instalações ou equipamentos de que trata este artigo serão projetados, calculados e instalados de acordo com as normas técnicas oficiais.

Seção C

Lixo

Art. 114 - Toda edificação, seja qual for sua destinação, deverá ser dotada de abrigo ou depósito para recipientes de lixo, situado no alinhamento da via pública, na entrada ou pátio de serviço ou em outro local desimpedido e de fácil acesso, apresentando capacidade apropriada e detalhes construtivos atendendo à regulamentação própria, fixada pela autoridade competente.

§ 1º - A instalação de caixas de despejo e de tubos de queda livre, bem como de equipamentos especiais para recolhimento de lixo, será regulamentada pela autoridade competente.

§ 2º - Não será permitida a instalação ou uso particular de incinerador para lixo. Em casos excepcionais, quando a incineração se imponha por medida de segurança, sanitária ou de ordem técnica, em que os resíduos não possam ser recebidos nos incineradores públicos, sua instalação poderá ser autorizada, mediante prévio exame e manifestação da autoridade competente.

Seção D

Elevadores de Passageiros

Art. 115 - Deverá ser obrigatoriamente servido por elevador de passageiros a edificação que tiver o piso do último pavimento situado a altura (h) superior a 10,00 m do piso do andar mais baixo, qualquer que seja a posição desta em relação ao nível do logradouro.

§ 1º - Serão permitidas as exclusões dos itens I e II do parágrafo segundo do artigo 5º e observadas as espessuras reais dos pavimentos.

§ 2º - Qualquer edificação, cuja altura (h) mencionada neste artigo, seja superior a 23,00 m, deverá ter, pelo menos, dois elevadores de passageiros.



§ 39 - Nas edificações que possuam andar com área superior a 800,00 m², situado a altura (h) mencionada neste artigo, superior a 80,00 m, um dos elevadores, pelo menos, deverá ser de segurança, obedecendo as normas técnicas oficiais.

§ 4º e § 5º

Alteradas p/ Lei 8881-79, PL 30/79

Art. 116 - Nos casos de obrigatoriedade da instalação de elevadores, além das normas técnicas oficiais, será observado o seguinte:

I - Todos os pavimentos da edificação deverão ser servidos por elevador, sendo permitidas as exclusões dos itens I e II do parágrafo 2º do artigo 59. A soleira da porta do elevador e do pavimento considerado deverão ficar praticamente no mesmo plano horizontal;

Alteradas p/ Lei 8881-79, PL 30/79

II - A exigência do item anterior aplica-se aos dois elevadores, quando obrigatórios, conforme o disposto no artigo anterior. A soleira principal de ingresso da edificação, pela qual se tem acesso ao elevador ou grupo de elevadores, não poderá ter desnível superior a 0,50 m, com relação a soleira da porta do elevador e será tomada como base para o cálculo do tráfego;

III - A edificação, respeitadas as exigências mínimas fixadas nos itens anteriores, poderá ser dividida em zonas de tráfego vertical servidas por mais de um elevador. Nesse caso, o cálculo de tráfego será efetuado separadamente, tomando-se cada zona e respectivos elevadores. Quando os elevadores percorrerem trechos sem previsão de paradas, deverá haver, pelo menos, em andares alternados, portas de emergência;

IV - Para efeito de cálculo do tráfego, prevalecerão os índices de população, previstos nas normas técnicas oficiais;

V - Nas edificações cujos elevadores abram suas portas para vestibulos independentes, ain-

da que tenham comunicação entre si, cada elevador ou grupo de elevadores serão considerados, para o efeito do cálculo de intervalo de tráfego, separadamente com relação aos setores por eles servidos. Quando

dois ou mais elevadores servirem à mesma unidade, o cálculo poderá ser feito em conjunto;

← VI - Para edificações abrangidas pelo disposto no parágrafo segundo do artigo 115, pelo menos um dos elevadores deverá ter, em qualquer de seus lados, dimensão interna não inferior a 1,60m.

Art. 117 - Os elevadores ficam sujeitos às normas técnicas oficiais e, ainda, às desta seção, sempre que a sua instalação for prevista, mesmo que não obrigatória para a edificação, nos termos dos artigos 115 e 116.

Parágrafo único - Em caso algum os elevadores poderão constituir o meio exclusivo de acesso aos pavimentos superiores ou inferiores da edificação.

Art. 118 - A casa de máquinas dos elevadores deverá satisfazer às seguintes exigências mínimas:

I - Será destinado exclusivamente à sua finalidade específica. Não será permitido o seu uso como depósito, nem como passagem de qualquer espécie, nem, ainda, poderá servir para a instalação de outros equipamentos a lhos à finalidade. O seu acesso deverá ser possível através de corredores, passagem ou espaços, de uso comum da edificação.

II - O pavimento e as paredes deverão ser construídos de material atendendo aos requisitos fixados nos artigos 81, 92 e 98;

III - O acesso deverá ser feito por escada fixa, de material atendendo, pelo menos, aos requisitos fixados no § 4º do artigo 34. No caso de vencer diferença de nível superior a 1,20 m, não poderá ser constituída de peças engastadas na parede, tipo marinhoiro, nem poderá formar com a horizontal ângulo superior a 60º. A abertura de ingresso deverá ser suficiente para a entrada de quaisquer peças das máquinas ou equipamentos.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATIL

Revogado p/ Lei
8881-79, PL 30-79



Parágrafo único - Os modelos não usuais de elevadores para o transporte vertical de pessoas, além de obedecerem as disposições desta seção, no que lhes for aplicável, e as normas técnicas oficiais, deverão apresentar os requisitos necessários para assegurar adequadas condições de segurança aos usuários.

Seção E

Elevadores de carga

Art. 119 - Os elevadores de serviço e carga de verão satisfazer às normas previstas para elevadores de passageiros, no que lhes for aplicável, e com as adaptações adequadas, conforme as condições específicas.

§ 1º - Os elevadores de carga deverão dispor de acesso próprio, independente e separado dos corredores, passagens ou espaços do acesso aos elevadores de passageiros.

§ 2º - Os elevadores de carga poderão ser mantidos em torres metálicas, em substituição às caixas, desde que as torres sejam mantidas completamente fechadas em toda a sua extensão, com tela metálica de malha não excedente a 0,025 m e constituída de fios de 0,002 m de diâmetro, no mínimo, ou proteção equivalente. Se destinados ao transporte de cargas de mais de 1.000 kg, os projetos deverão trazer as indicações essenciais sobre a suficiência das estruturas de apoio. No caso do funcionamento ser hidráulico, deverá ficar demonstrada a segurança do sistema, particularmente de comando.

§ 3º - Os elevadores de carga não poderão ser utilizados no transporte de pessoas, a não ser de seus próprios operadores.

§ 4º - Os elevadores de carga poderão deslocar-se vertical ou horizontalmente ou ambos, atendidas as normas técnicas oficiais.

§ 5º - Os modelos não usuais de elevadores de serviço ou carga, além de obedecerem as disposições desta seção, no que lhes for aplicável, e as normas técnicas oficiais, deverão apresentar os requisitos necessários para assegurar adequadas condições de segurança aos usuários.

INGRID RAGDA
ASSESSORA - AIL

Secção F

Monta-cargas

Art. 120 - Os monta-cargas deverão ter capacidade máxima de 300.kg. As cabinas deverão ter as dimensões máximas de 1,00 m de largura, 1,00 m de profundidade e 1,00 m de altura.

Parágrafo único - A casa de máquina dos monta-cargas deverá obedecer às seguintes exigências mínimas:

I - Será construída de material resistente ao fogo de 2 horas, no mínimo;

II - Para facilidade de inspeção e conservação, deverá possuir porta com livre acesso. Quando houver acesso por escada, esta será irremovível e de material atendo, pelo menos, aos requisitos fixados no § 4º do artigo 34.

Secção G

Elevadores de alçapão e outros

Art. 121 - Os elevadores de alçapão, além das exigências relativas aos elevadores de carga, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - Não poderão ser utilizados no transporte de pessoas e terão velocidade reduzida, até o limite máximo de 0,25m/seg.;

II - O espaço vertical utilizado pelos elevadores, no interior das edificações, deverá ser protegido, nas suas quatro faces, por caixa de alvenaria totalmente fechada ou por tela metálica de malha não excedente a 0,025m e constituída de fios de 0,002m de diâmetro, no mínimo, ou sistema de proteção equivalente.



Art. 122 - Os elevadores de transporte individual, tais como os que utilizam correntes ou cabos rolantes, bem assim outros tipos de ascensores, deverão também observar os requisitos necessários para assegurar adequadas condições de segurança aos usuários, e as normas técnicas oficiais.

Secção H

Escadas rolantes

Art. 123 - As escadas rolantes são consideradas como aparelhos de transporte vertical. A sua existência não será levada em conta para o efeito do cálculo do escoamento das pessoas da edificação, nem para o cálculo da largura mínima das escadas fixas.

Parágrafo único - Os patamares de acesso, sejam de entrada ou saída, deverão ter qualquer de suas dimensões, no plano horizontal, acima de três vezes a largura da escada rolante, com o mínimo de 1,50 m.

Secção I

Pára-raios

Art. 124 - Será obrigatória a existência de pára-raios, instalados de acordo com as normas técnicas oficiais, nas edificações cujo ponto mais alto:

I - Fique sobrelevado mais de 10,00 m em relação às outras partes da edificação ou das edificações existentes num raio de 80,00m, com o centro no mencionado ponto mais alto;

II - Fique acima de 12,00 m do nível do terreno circunvizinho, num raio de 80,00 m, com o centro no mencionado ponto mais alto.

§ 1º - A instalação será obrigatória nas edificações isoladas que, mesmo com altura inferior às mencionadas neste artigo, tenham:

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

I - destinações para:

- a) lojas (Capítulo II do Título B da Parte B);
- b) mercados particulares ou supermercados (Secção F do Capítulo I do Título C da Parte B);
- c) escolas (Título F da Parte B);
- d) locais de reunião (Título G da Parte B);
- e) terminais rodoviários e edifícios-garagens (Título H da Parte B);
- f) inflamáveis e explosivos (Título J da Parte B);

II - quaisquer destinações, mas ocupam área de terreno, em projeção horizontal, superior a 3.000 m².

§ 2º - A área de proteção oferecida pelo pára-raios será a contida no cone formado por uma reta que gira em torno do ponto mais alto do pára-raios e forme, com o eixo desta, um ângulo de 45º, até o solo. Será considerada protegida, ficando dispensada de instalação de pára-raios, a edificação que estiver contida no mencionado cone ou na superposição de cones decorrentes da existência de mais de um pára-raios.

CAPÍTULO VIII

ESPAÇOS DE ESTACIONAMENTO, DE CARGA E DESCARGA

Art. 125 - Os espaços de estacionamento ou as garagens e os espaços de carga e descarga, bem como seus respectivos acessos, deverão satisfazer as condições seguintes:

I - Os espaços para acesso e movimentação de pessoas serão sempre separados e protegidos das faixas para acesso e circulação de veículos;

II - Junto aos logradouros públicos, os acessos ("entradas" e "saídas") de veículos:

- a) terão aberturas separadas para "entrada" e "saída" com as indicações correspondentes e a sinalização de advertência para os que transitam no passeio público. Exceptuam-se os estacionamentos ou garagens privativas, com capacidade até 30 carros, que poderão ter uma única abertura de acesso;



- b) terão a soma de suas larguras totalizando, no máximo, 7,00 m, se o imóvel tiver testada igual ou inferior a 20,00m.

Para testada com dimensão superior a 20,00 m, poderá haver na testada exce-dente aberturas cujas larguras somarão, no máximo 7,00 m, cada uma, e que fica-rão sempre distanciadas por intervalos, medindo 5,00 m, no mínimo, onde o ali-nhamento será dotado de fecho;

- c) deverão cruzar o alinhamento em direção aproximadamente perpendicular a este;

- d) terão as guias do passeio apenas rebai-xadas e a concordância vertical da dife-rença de nível feita por meio de rampa, avançando transversalmente até um terço da largura do passeio, respeitados o mí-nimo de 0,50 m e o máximo de 1,00 m;

- e) poderão ter o rebaixamento das guias es-tendendo-se longitudinalmente até 0,75m além da largura da abertura de acesso e de cada lado desta, desde que o rebai-xamento resultante fique inteiramente dentro do trecho do passeio fronteiro ao imóvel;

- f) terão a rampa de concordância vertical entre o nível do passeio e o da soleira da abertura, situada inteiramente den-tro do alinhamento do imóvel;

- g) ficarão distanciadas 6,00 m, pelo menos, do início dos cantos chanfrados ou das curvas de concordância nas esquinas dos logradouros;

III - As aberturas com largura dupla para compor-tar o trânsito nos dois sentidos, nos ca-sos admitidos, deverão ter sua separação de-marcada com "taxas", "capacetes" ou outro material apropriado.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.I.L.

Art. 126 - Para efeito de distribuição, localização, dimensionamento das vagas e cálculo da capacidade ou lotação, bem como de condições de acessos, circulação, estacionamento ou carga e descarga, são fixadas as seguintes dimensões mínimas de veículos:

I. - Automóveis e utilitários:

a) comprimento 4,50 m;

b) largura 2,20 m;

c) altura 2,00 m;

II - Caminhões até 6 toneladas:

a) comprimento 8,00 m;

b) largura 3,00 m;

c) altura 3,20 m;

III - Ônibus:

a) comprimento 12,00 m;

b) largura 3,20 m;

c) altura 3,50 m.

Parágrafo Único - Não serão utilizados para estacionamento ou carga e descarga, os espaços de acesso, circulação e manobras, nem a área de circulação de veículos, que será localizada junto à entrada. Esta área de circulação deverá ter capacidade para comportar, no mínimo, 3% do número total de vagas e não poderá embaraçar a saída dos veículos.

Art. 127 - Os pisos internos terão declividade mínima de 0,5% e máxima de 2% e serão dotados de ralos para escoamento das águas de lavagem; disporão, também, de torneiras, com água corrente.

Art. 128 - Existindo edificação destinada a estacionamento ou carga e descarga, deverão ser preenchidas as seguintes condições:

I - O isolamento acústico das paredes, cobertura e pavimentos observará os índices mínimos fixados nas seções correspondentes do Capítulo VI da Parte A (Normas Gerais);



II - A estrutura, paredes e pavimentos de material serão resistentes ao fogo de, pelo menos, 4 horas, nos termos do Capítulo VI da Parte A. As paredes situadas nas divisas do imóvel deverão elevar-se, pelo menos, 1,00 m acima da cobertura;

III - As faixas de acesso e circulação, bem como os locais de parada, box e estacionamento de veículos, deverão:

a) ter as paredes ou pilares satisfazendo as condições previstas no inciso I do artigo 82;

b) ter piso de material resistente ao desgaste e a solventes, impermeável e antiderrapante;

c) quando cobertas, dispor de ventilação permanente garantida por vãos distribuídos, pelo menos, em duas faces opostas e que correspondam, no mínimo, a 6/100 da área. Um terço da ventilação natural, ora exigida, poderá ser substituída por instalação de renovação de ar, com capacidade mínima de 30,00 m³ por hora, por veículo, distribuída uniformemente e atendendo as normas técnicas oficiais ou sistema equivalente.

§ 1º - Os terminais rodoviários e os edifícios-garagem, além do disposto neste Capítulo, observarão as normas específicas do Título H da Parte B.

§ 2º - As instalações e os depósitos de combustíveis ou inflamáveis deverão observar as normas próprias do Título J da Parte B.

Art. 129 - Serão observadas, ainda, as seguintes exigências:

I - Se houver mais de um andar, serão todos interligados por escadas ou rampas que satisfaçam às condições de acesso para uso comum ou coletivo de pessoas, com as dimensões mínimas previstas no Capítulo II do Título A da Parte A, independentemente da existência de outros acessos;

INFORMAÇÃO
RECEBIDA

II - Se existirem andares com altura superior a 10,00 m, calculada nos termos do artigo 115, deverá haver pelo menos um elevador de passageiros com capacidade mínima para 5 pessoas;

III - A movimentação interna dos veículos, da se-
leira de ingresso até as vagas, feita ex-
clusivamente por elevadores ou outros meios
mecânicos, será admitida apenas nos casos
previstos nas normas técnicas oficiais e
observadas as suas condições;

IV - Haverá, ainda, instalações sanitárias, pa-
ra uso dos empregados, dotadas de lavató-
rio, latrina e chuveiro, com área mínima
de 1,50 m² e distribuídas de forma que ne-
nhum empregado necessite percorrer distân-
cia vertical superior a 10,00 m;

V - Os parapeitos, grades, balustradas ou mure-
tas que substituírem as paredes externas
dos compartimentos ou locais situados em
andares acima do nível do solo e destina-
dos a acesso, circulação, parada ou estacio-
namento de veículos, deverão observar o
disposto nos itens I e II do artigo 94 e
ser executadas de material rígido e capaz
de resistir ao empuxo horizontal de 200kg/
m, aplicado a altura de 0,70 m acima do ní-
vel do piso do andar.

Art. 130 - Deverá ser demonstrada, graficamen-
te, a viabilidade da previsão quanto ao acesso e movimentação
dos veículos, distribuição, localização e dimensionamento das
vagas e cálculo da capacidade ou lotação.

Seção A

Estacionamentos e Garagens

Art. 131 - Conforme a finalidade e caracterís-
ticas, os estacionamentos ou garagens poderão ser:

I - Garagens e estacionamentos privativos, quan-
do, dispondo de acesso privativo, se desti-
narem a um só usuário, família ou estabele-
cimento;



II - Garagens e estacionamentos coletivos, quando, constituindo dependência para uso exclusivo da edificação, tiverem vagas com acesso comum para uso conjunto dos usuários, independentemente.

§ 19 - Consideram-se garagens, não apenas os locais cobertos e fechados, mas também os espaços reservados para estacionamento.

§ 29 - As garagens privativas estão obrigadas a observar apenas as disposições do item II do artigo 125, do artigo 126, do item III do artigo 128 e poderão constituir dependência separada ou anexa a edificação. Poderão, também, consistir em simples abrigo, na forma prevista no artigo 137.

Art. 132 - As garagens e estacionamentos coletivos deverão dispor de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Acesso e circulação de pessoas;
- II - Acesso e circulação de veículos;
- III - Estacionamento ou guarda de veículos;
- IV - Instalações sanitárias;
- V - Depósitos.

§ 19 - Os espaços de acesso e circulação principal de veículos, além do disposto nos artigos 125, 126, 127, 128 e 130, deverão preencher, ainda, os seguintes requisitos:

I - Terão, para cada sentido de trânsito, largura mínima de 3,00 m. Em garagens ou estacionamentos com capacidade não superior a 60 veículos, será permitida faixa dupla, para comportar o trânsito nos dois sentidos, com largura mínima de 5,50 m, desde que o seu traçado seja reto e haja a demarcação prevista no item III do artigo 125;

II - Não deverão ter curvas com raio inferior a 6,00 m. As faixas de circulação geral, com desenvolvimento em curva de raio inferior a 12,00 m, terão sua largura aumentada de acordo com a fórmula:

$$L_{(m)} = 3,00_{(m)} + \frac{12,00_{(m)} - R_{(m)}}{12}$$

INSTITUTO BRASILEIRO
DE RECURSOS HUMANOS

onde L é a largura da faixa, em metros, e
R o raio da curva em metros, sendo admiti-
das outras soluções equivalentes;

III - Terão declividade máxima de 20%, tomada no eixo para os trechos em reta, e na parte interna, mais desfavorável, para os trechos em curva. A sobrelevação da parte externa ou declividade transversal não será superior a 5%;

IV - O início das rampas ou a entrada dos elevadores para movimentação dos veículos não poderá ficar a menos de 5,00 m do alinhamento dos logradouros;

V - As rampas terão pé-direito de 2,30 m no mínimo.

§ 2º - As vagas para estacionamento serão adequadas aos diferentes tipos de veículos. Em qualquer caso, excluídos os espaços de acesso, circulação e manobras, as vagas não terão área inferior a 10,00 m², devendo, pelo menos, 40% do total das vagas ter área não inferior a 12,00 m².

§ 3º - As vagas e as faixas de acesso e circulação geral serão dispostas de forma adequada à finalidade prevista, bem como à lotação fixada e à segurança dos usuários. As aberturas de acesso aos veículos deverão ter capacidade para absorver amplamente o fluxo de entrada e de saída nas horas de mais intenso movimento do logradouro e da garagem ou estacionamento.

§ 4º - A lotação de cada setor, andar, garagem ou estacionamento será obrigatoriamente anunciada em painéis afixados nos lados interno e externo, junto aos respectivos acessos.

§ 5º - Os espaços para guarda e estacionamento de veículos terão pé-direito de 2,10 m, no mínimo.

Seção B

Carga e Descarga

Art. 133 - Nos espaços para carga e descarga, as faixas de acesso e circulação principal, bem como os locais de parada, box e estacionamento de veículos de transporte, deverão observar, além do disposto nos artigos 125, 126, 127, 128 e 130, ainda, o seguinte:



I - O pavimento do logradouro poderá prosseguir até o interior do imóvel, interrompendo o passeio na parte correspondente, estritamente, às aberturas de acesso, por meio de guias que concordem horizontalmente em curva de raio mínimo de 3,00m, e desde que a concordância fique inteiramente dentro do trecho do passeio fronteiro ao imóvel objeto da edificação;

II - As aberturas de acesso terão, para cada sentido de trânsito, a largura mínima de 3,50 m. A extensão, medida na linha das guias do passeio, da abertura das guias para a concordância referida no item anterior, não poderá ser superior a 7,00m;

III - As faixas de acesso e circulação principal no interior do imóvel não terão curvas com raio inferior a 12,00m. As faixas com desenvolvimento em curva de raio inferior a 15,00m terão sua largura aumentada de acordo com a fórmula:

$$\text{Largura da faixa (m)} = 3,50_{(m)} + \frac{15,00_{(m)} - R_{(m)}}{15}$$

sendo admitidas outras soluções equivalentes;

IV - O início das rampas de acesso não poderá ficar a menos de 5,00m do alinhamento dos logradouros;

V - As rampas de acesso terão declividade máxima de 12%, tomada no eixo para os trechos retos e na parte interna mais desfavorável para os trechos em curva. A sobrelevação da parte externa ou declividade transversal não será superior a 2%;

VI - Os trechos de rampas em curva deverão ter, em função destas, um aumento da largura mínima fixada no item II;

VII - Os espaços de acesso e circulação geral deverão ter capacidade para absorver amplamente os fluxos de entrada e saída de veículos nas horas de mais intenso movimento;

NGRID RAGDAL
ARQUITETA

VIII - Os trechos ou espaços que forem cobertos terão pé-direito livre de 4,00m, no mínimo;

§ 1º - Os espaços de acesso e estacionamento de carros de empregados e do público serão independentes dos destinados à acesso, circulação, parada ou estacionamento dos veículos de transporte e deverão satisfazer as condições previstas nos artigos 125, 126, 127, 128 e 130.

§ 2º - Haverá espaço especialmente destinado ao estacionamento dos veículos de transporte que não estejam em operação ou aguardando vez.

§ 3º - Os compartimentos destinados a depósitos, guarda de cargas ou mercadorias e outros serviços terão o piso, as paredes e pilares satisfazendo as condições previstas no inciso I do artigo 82.

§ 4º - Conforme a natureza das encomendas ou cargas manipuladas no local, deverão ser obedecidas as normas relativas a depósitos, do Capítulo III do Título B da Parte B ou, se houver recebimento, guarda ou expedição de explosivos ou inflamáveis, as disposições do Título J da Parte B.

CAPÍTULO IX

OBRAS COMPLEMENTARES DAS EDIFICAÇÕES

Art. 134 - As obras complementares executadas, em regra, como decorrência ou parte da edificação compreendem, entre outras similares, as seguintes:

I - Abrigos e cabinas;

II - Pérgolas;

III - Portarias e bilheterias;

IV - Piscinas e caixas d'água;

V - Lareiras;

VI - Chaminés e torres;

VII - Passagens cobertas;

VIII - Coberturas para tanques e pequenos telheiros;

IX - Toldos e vitrines.



Parágrafo único - As obras de que trata o presente artigo deverão obedecer às disposições deste capítulo. ainda que, nos casos devidamente justificáveis, se apresentem isoladamente, sem constituir complemento de uma edificação.

Art. 135 - As obras complementares relacionadas nos itens I, II, VII, VIII e IX do artigo anterior, bem como as piscinas e caixas d'água enterradas, não serão consideradas para efeito do cálculo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento do lote, quando dentro dos limites fixados nas seções correspondentes.

Parágrafo único - As piscinas e caixas d'água elevadas, lareiras, chaminés e torres serão consideradas para efeito apenas da taxa de ocupação do lote.

Art. 136 - As obras complementares poderão ocupar as faixas decorrentes dos recuos mínimos obrigatórios das divisas e do alinhamento dos logradouros, desde que observem as condições e limitações, para esse efeito estabelecidas nas respectivas seções deste capítulo.

§ 1º - As piscinas e caixas d'água, elevadas ou enterradas, e as coberturas para tanques e pequenos telheiros, deverão observar sempre o recuo mínimo obrigatório do alinhamento dos logradouros. As chaminés e as torres observarão sempre os recuos mínimos obrigatórios do alinhamento e das divisas.

§ 2º - Na execução isolada ou conjugada dessas obras complementares, bem como de marquizes, balcões ou terraços abertos, a parte da área total dessas obras que vier a exceder a taxa de ocupação máxima do lote, não poderá ultrapassar, em projeção horizontal, a porcentagem da área livre resultante, determinada pela expressão $p = \frac{5\sqrt{A}}{A}$, onde A é a área total do lote.

§ 3º - Excetua-se do disposto no parágrafo anterior as piscinas e as caixas d'água, quando enterradas.

Seção A

Abrigos e cabines

Art. 137 - Os abrigos para carros deverão observar as seguintes condições:

INÊS RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

I - Terão pé-direito mínimo de 2,30m, e máximo de 3,00m;

II - Serão abertos em, pelo menos, dois lados concorrentes, onde poderá haver elementos estruturais de apoio, ocupando, no máximo, 10% da extensão desses lados considerados;

III - Quando executados nas faixas de recuo dos alinhamentos do logradouro, os abrigos deverão, ainda, ter:

a) largura que não ultrapasse a 2/3 da testada do lote, nem o máximo de 6,00m;

b) o portão, se houver, com superfície vazada de 50% no mínimo, para ser considerado como lado aberto para efeito do item II;

IV - A área de abrigo, até 36,00 m², não será computada na taxa de ocupação máxima do lote;

V - A área que exceder o limite estabelecido no item anterior será computada na taxa de ocupação máxima do lote e não poderá ter sua projeção horizontal incidindo sobre as faixas dos recuos mínimos obrigatórios;

VI - Os abrigos, quando situados na faixa de recuo obrigatório das divisas, não poderão ter nenhuma dimensão, junto às divisas, superior a 6,00 m.

Art. 138 - Os abrigos para registros ou medidores, bem como as cabines de força ou outros fins similares deverão observar estritamente os limites e exigências estabelecidas pelas normas técnicas oficiais.

§ 1º - Os simples abrigos para registros ou medidores poderão ocupar as faixas decorrentes dos recuos mínimos obrigatórios das divisas e do alinhamento.

§ 2º - Os abrigos e cabines em geral, cuja posição no imóvel não seja pré-fixada em norma expedida pela autoridade competente, deverão observar os recuos mínimos obrigatórios do alinhamento e o afastamento mínimo de 1,50 m das divisas do lote.



Secção B

Pérgolas

Art. 139 - As pérgolas, quando situadas sobre aberturas necessárias a insolação, iluminação e ventilação dos compartimentos, ou para que sua projecção não seja incluída na taxa de ocupação máxima do lote e possa ser executada sobre as faixas decorrentes dos recuos mínimos obrigatórios, deverão obedecer os seguintes requisitos:

I - Terão parte vazada, uniformemente distribuída por metro quadrado, correspondente a 50%, no mínimo, da área de sua projecção horizontal;

II - As partes vazadas não poderão ter nenhuma dimensão inferior a duas vezes a altura da nervura;

III - Somente 20% da extensão do pavimento de sua projecção horizontal poderá ser ocupada pelas colunas de sustentação.

Art. 140 - As pérgolas que não atenderem ao disposto no artigo anterior serão consideradas, para efeito de observância de recuo, taxa de ocupação e iluminação das aberturas, como marquises (item III do artigo 16) ou áreas cobertas (artigo 75), ressalvado o respeito a limitação máxima prevista no § 2º do artigo 136.

Secção C

Portarias e Bilheterias

Art. 141 - As portarias, guaritas e abrigos para guarda, quando justificadas pela categoria da edificação, poderão ser localizadas nas faixas de recuo mínimos obrigatórios, desde que observem os seguintes requisitos:

I - Terão pé-direito mínimo de 2,30 m;

II - Qualquer de suas dimensões não poderá ser superior a 3,00 m;

III - Terão área máxima correspondente a 1% da área do lote, com o máximo de 9,00 m²;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

IV - Poderão dispor internamente de instalação sanitária de uso privativo, com área mínima de $1,20 \text{ m}^2$, e que será considerada no cálculo da área máxima referida no item anterior;

V - Ficarão afastadas da edificação e das divisas do lote, no mínimo, $1,50 \text{ m}$;

§ 1º - Tais construções, se executadas no alinhamento de logradouros que não estejam sujeitos a obrigatoriedade de recuo de frente ou se observarem os recuos mínimos exigidos, deverão atender apenas o disposto no item I.

§ 2º - Quando não se situarem no alinhamento de logradouros que não estejam sujeitos a obrigatoriedade de recuo de frente, deverão guardar um afastamento mínimo de $5,00 \text{ m}$ dessa linha e deverão atender apenas o disposto no item I. O gradil do imóvel poderá ter conformação que estabeleça concordância com a posição da portaria, guarita ou abrigo para guarda, a fim de facilitar o acesso de veículos.

Art. 142 - As bilheterias, quando justificadas pela categoria da edificação, deverão atender aos seguintes requisitos:

I - Terão pé-direito mínimo de $2,30 \text{ m}$;

II - O acesso em frente a cada bilheteria terá largura mínima de $0,90 \text{ m}$ e será dotada de corrimão, com extensão não inferior a $3,00 \text{ m}$ a partir da respectiva bilheteria, para separação das filas;

III - Os acessos e respectivos corrimões não poderão invadir o passeio do logradouro;

IV - Os acessos às bilheterias deverão ficar afastados, no mínimo, $4,00 \text{ m}$ das portas principais de entrada para o público ou das faixas de circulação de veículos;

V - Se o interior for subdividido em celas, estas terão área mínima de $1,00 \text{ m}^2$, com dimensão mínima de $0,80 \text{ m}$.

Parágrafo Único - As bilheterias, quando localizadas nas faixas decorrentes dos recuos mínimos obrigatórios, deverão observar, além do disposto neste artigo, os limites estabelecidos nos itens II, III, IV e V do artigo anterior e terão pé-direito máximo de $3,20 \text{ m}$.



Secção D

Piscinas e Caixas D'Água

Art. 143 - As piscinas e caixa d'água deverão ter estrutura apta para resistir às pressões da água que incidem sobre as paredes e o fundo, bem como do terreno circundante, quando enterradas.

Parágrafo único - Os espelhos d'água, com mais de 0,30 m de profundidade, em edificações residenciais multifamiliares equiparam-se a piscinas para efeito desta secção.

Art. 144 - As piscinas de uso coletivo deverão para sua execução, processo de tratamento da água, renovação e frequência, obedecer às normas expedidas pela autoridade sanitária competente, submetendo-se o projeto a seu prévio exame e manifestação.

Art. 145 - As piscinas e as caixas d'água, elevadas ou enterradas, esteja ou não o local sujeito a recuo mínimo obrigatório das divisas, deverão observar o afastamento mínimo de 0,50m de todas as divisas do lote, considerando-se para esse efeito, a sua projeção horizontal.

Parágrafo único - Aplica-se às caixas d'água e levadas o disposto no artigo 150 e seus itens I e II.

Secção E

Lareiras

Art. 146 - As chaminés das lareiras observarão o seguinte:

I - Deverão se elevar, pelo menos, 1,00m acima da cobertura da parte da edificação onde estiverem situadas;

II - Os seus trechos, compreendidos entre o forro e o telhado da edificação, bem como os que atravessarem ou ficarem justapostos a paredes, forros e outros elementos de estuque, gesso, madeiras, aglomerados ou similares, serão separados ou executados de material isolante térmico, observadas as normas técnicas oficiais.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AII

Art. 147 - As lareiras e suas chaminés, ainda que situadas nas faixas de recuos mínimos obrigatórios, deverão guardar o afastamento mínimo de 1,00 m das divisas do lote.

Seção F

Chaminés e Torres

Art. 148 - As chaminés deverão elevar-se, pelo menos, 5,00 m acima do ponto mais alto das coberturas, da edificação existente na data da aprovação do projeto, dentro de um raio de 50,00 m, a contar do centro da chaminé.

Parágrafo único - As chaminés não deverão expelir fagulhas, fuligem ou outras partículas em suspensão nos gases; para tanto, deverão dispor, se necessário, de câmaras para lavagem dos gases de combustão e de detentores de fagulhas, de acordo com as normas técnicas oficiais.

Art. 149 - Os trechos das chaminés, compreendidos entre o forro e o telhado da edificação, bem como os que atravessem ou fiquem justapostos a paredes, forro e outros elementos de estuque, gesso, madeira, aglomerados ou similares, serão separados ou executados de material isolante térmico com requisito determinado pelas normas técnicas oficiais.

Art. 150 - As chaminés e as torres não sujeitas às limitações de altura e aos coeficientes de aproveitamento do lote fixados para as edificações em geral, deverão guardar o afastamento mínimo das divisas e do alinhamento de 1/5 da sua altura, a contar do nível do terreno onde estiverem situadas, se o seu ponto mais alto ficar mais de 10,00m acima do solo, observado o mínimo absoluto de 1,50m, considerando-se, para esse efeito, a sua projeção horizontal.

Parágrafo único - Estão excluídas das limitações de altura e dos coeficientes de aproveitamento fixados para as edificações, sendo reguladas pelo disposto neste artigo, apenas as torres isoladas ou fazendo parte de edificações que não tiverem aproveitamento para fins de habitabilidade ou permanência humana, ou seja, quando:

- I - Constituírem elementos de composição arquitetônica, como zimbórios, belvederes, minaretes, campanários ou torres de templos religiosos;



II - Servirem à instalação de elevadores, máquinas ou equipamentos;

III - Forem utilizadas para transmissão, recepção, mastros, postos meteorológicos ou outros fins similares;

IV - Formarem a sustentação de reservatórios de água ou tiverem função similar.

Art. 151 - Na execução das chaminés e torres serão observadas as normas técnicas oficiais.

Art. 152 - As disposições desta secção não se aplicam às chaminés de lareiras, que são reguladas pelos artigos 146 e 147.

Secção C

Passagens cobertas

Art. 153 - São admitidas passagens cobertas, servidações laterais, ligando blocos ou prédios entre si ou ainda servindo de acesso coberto entre o alinhamento e as entradas do prédio, desde que observados os seguintes requisitos:

- a) terão largura mínima de 1,00 m. e máxima de 3,00 m;
- b) terão pé-direito mínimo de 2,30 m e máximo de 3,20 m;
- c) poderão ter colunas de apoio atendendo as condições fixadas no item III do artigo 139;
- d) quando situadas sobre aberturas destinadas à insolação, iluminação e ventilação de compartimentos, será aplicado o disposto no artigo 77, salvo se ficarem distanciadas, pelo menos, de 2,00 m dessas aberturas;
- e) se forem previstas mais de uma, a soma das suas larguras não será superior a 1/3 da dimensão da fachada na frente considerada.

INGRID RAGDA
ASSESSORA-ATL

Parágrafo único - As passagens cobertas não poderão invadir as faixas de recuos mínimos obrigatórios das divisas do lote.

Seção H

Coberturas para Tanques e Pequenos Telheiros

Art. 154 - Os tanques para lavagem de roupas deverão ser instalados em local coberto e com piso de material durável, liso e impermeável.

Art. 155 - As coberturas para tanques, bem como os pequenos telheiros para proteção de varais de roupa, de utensílios, poços d'água e outras instalações, deverão observar as seguintes exigências:

I - Terão pé-direito mínimo de 2,30 m e máximo de 3,00 m;

II - Serão construídos de material rígido e durável.

Parágrafo único - Para não serem incluídos na taxa de ocupação do lote ou poderem utilizar os recuos mínimos obrigatórios das divisas do lote, deverão ainda obedecer aos requisitos seguintes:

I - Terão área máxima de 4,00 m² e qualquer de suas dimensões, no plano horizontal, não deverá ser maior do que 3,00 m;

II - Serão totalmente abertos, pelo menos em dois lados concorrentes, não podendo haver nessas faces qualquer espécie de vedação.

Seção I

Toldos e Vitrinas

Art. 156 - Nenhuma das partes dos toldos poderá ficar a menos de 2,20 m de altura, em relação ao piso externo, com exceção apenas das colunas de suporte ou das ferragens de fixação à parede.

§ 1º - Para não serem incluídas na taxa de ocupação do lote ou poderem utilizar os recuos mínimos obrigatórios do alinhamento e das divisas do lote, os toldos deverão, ainda, obedecer as seguintes exigências:

Revogado p/
Lei 8881-79
PL 30-79



- I - Ter dispositivos que permitam o seu recolhimento ou retração;
- II - Quando abertos, poderão avançar, no máximo, até a metade do recuo obrigatório do alinhamento ou divisa no lado considerado;
- III - Deverão ser engastados na edificação, não podendo haver colunas de apoio na parte que avança sobre o recuo;
- IV - Quando recolhidos ou retraídos, não deverão apresentar saliência superior a 0,40m, sobre a linha de recuo obrigatório.

§ 2º - Aos toldos fixos, formando acessos cobertos, que liguem blocos ou edificações entre si ou situados entre o alinhamento dos logradouros e as entradas das edificações, dentro da faixa de recuo mínimo obrigatório, aplicam-se, ainda, as disposições do artigo 153 e seu parágrafo único.

Art. 157 - As vitrinas deverão obedecer as seguintes exigências:

- I - Quando justapostas à parede ou colunas da edificação, não deverão apresentar saliência superior a 0,40 m sobre a linha do recuo mínimo obrigatório do alinhamento ou das divisas do lote;
- II - Quando separadas da edificação, utilizando as faixas de recuo mínimo obrigatório do alinhamento ou das divisas do lote e não consideradas no cálculo da taxa de ocupação, cada uma deverá satisfazer, sem prejuízo do disposto no § 2º do artigo 136, aos requisitos seguintes:
 - a) área máxima de 1,00 m²;
 - b) pelo menos uma das dimensões, no plano horizontal, igual ou inferior a 0,60 m;
 - c) ficarem afastadas entre si e da edificação, pelo menos, 1,50 m.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

TÍTULO B

EDIFICAÇÕES MISTAS

Art. 158 - As edificações com mais de uma destinação, de uma ou mais categorias de uso deverão obedecer às exigências do presente título, sem prejuízo do cumprimento do disposto na legislação de uso e ocupação do solo.

Parágrafo Único - Caracteriza-se a edificação mista pela existência de:

I - Superposição ou intercalação de andares, com destinações diversas;

II - Áreas ou instalações comuns a diferentes destinações.

Art. 159 - Para efeito do disposto neste título, faz-se necessário ter em conta os requisitos próprios de cada atividade, que determinam condições às destinações, definindo as alternativas seguintes:

I - Destinações que podem se instalar juntamente com outras, numa mesma edificação;

II - Destinações que instaladas juntamente com outras, numa mesma edificação, exigem acesso exclusivo;

III - Destinações que exigem edificação exclusiva;

IV - Destinações que exigem condições especiais de edificação.

Art. 160 - Uma mesma edificação somente poderá conter diferentes destinações, quando nenhuma delas puser em risco a segurança, higiene e salubridade das demais, nem lhes causar incômodo.

Art. 161 - De acordo com o disposto neste título, deverão ter edificações exclusivas, ressalvado o disposto no artigo 163 as seguintes destinações ou atividades:

I - As do Capítulo I do Título E da Parte B;



Folha n.º	186	de	rec
n.º	326	de	19 26

- II - As do Capítulo II do Título E da Parte B;
- III - As do Capítulo I do Título F, da Parte B, admitidos, ainda, os locais de reuniões esportivas, culturais ou religiosas indicados nos Capítulos I, III e IV do Título G da Parte B;
- IV - As dos Capítulos II e III do Título F da Parte B, permitidos, ainda, os locais de reuniões esportivas, culturais ou religiosas indicados nos Capítulos I, III e IV do Título G da Parte B;
- V - As do Título H da Parte B, permitidos, ainda, as destinações:
- a) do Capítulo II do Título B;
 - b) do Capítulo III do Título B;
 - c) das Seções A e B do Capítulo I do Título C;
 - d) das Seções B e D do Capítulo II do Título C;
 - e) do Capítulo I do Título I;
- VI - As do Capítulo I do Título I da Parte B, permitidas, ainda, as dos Capítulos II e III do Título H da Parte B;
- VII - As do Capítulo II do Título I da Parte B;
- VIII - As do Capítulo III do Título I da Parte B;
- IX - As do Capítulo IV do Título I da Parte B;
- X - As do Capítulo V do Título I da Parte B;
- XI - As do Capítulo I do Título J da Parte B;
- XII - As do Capítulo II do Título J da Parte B;
- XIII - As do Capítulo III do Título J da Parte B;
- XIV - As do Capítulo I do Título K da Parte B;

INCRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATL

XV - As do Capítulo II do Título K da Parte B;

XVI - As do Título L da Parte B;

Parágrafo único - No caso do item V deste artigo, as utilizações para terminais rodoviários não poderão, porém, ficar sob andares destinados a lojas, restaurantes e lanchonetes e bares.

Art. 162 - Deverão, ainda, ter edificações exclusivas, as seguintes destinações, nas condições indicadas:

- I - Quaisquer destinações do Título E da Parte B que possam ter internação de pacientes;
- II - Quaisquer destinações do Título F que ocupem área de construção superior a 500,00m² ou com capacidade acima de 160 alunos ou em que os alunos permaneçam em aula por período superior a 2 horas;
- III - Quaisquer destinações do Título G, com capacidade superior a 1.000 lugares;
- IV - Os edifícios garagem (Capítulo II do Título H da Parte B) com capacidade superior a 200 veículos, permitidas nestes as oficinas (Capítulo I do Título I).

Art. 163 - São admitidas nas edificações de uso exclusivo as destinações ou atividades relacionadas sob o mesmo título na Parte B (Normas Específicas), bem como aquelas expressamente indicadas nos itens dos artigos 161 e 162.

Art. 164 - Embora constituindo edificação mista, nos casos que não contrariem o disposto nos artigos anteriores, deverão ter acesso próprio, com entradas, corredores, escadas e elevadores independentes e separados do acesso às demais e seguintes destinações:

- I - As da Seção A do Capítulo II do Título C da Parte B;
- II - As do Título G da Parte B, com capacidade superior a 300 lugares.



Folha no	187	de proc
n.º	226	489 19 96

Art. 165.- As exigências previstas neste título referem-se ao agrupamento, na mesma edificação de diferentes destinações, autônomas ou distintas, não alcançando aquelas notoriamente acessórias da destinação principal da edificação, tais como:

- I - Residência do guarda ou zelador em edificações para outras destinações;
- II - Restaurante, lanchonetes ou bares de uso restrito ou privativo em hospitais, escolas, indústrias e outras;
- III - Ambulatório ou serviços de saúde em edificações para escolas, locais de reuniões esportivas, oficinas, indústrias e outras atividades;
- IV - Depósito de combustíveis em oficinas, indústrias e outras atividades;
- V - Velórios em pensionatos, hospitais e asilos.

Parágrafo único - A existência de destinações ou atividades acessórias fica subordinada à rigorosa obediência aos requisitos previstos nos artigos 158 e 160.

Art. 166.- Os compartimentos e andares ou conjuntos de compartimentos e andares, com diferentes destinações, agrupadas na mesma edificação, observadas as disposições dos artigos anteriores, deverão atender isoladamente às exigências correspondentes às respectivas destinações, fixadas na Parte A (Normas Gerais) e na Parte B (Normas Específicas) deste Código.

Parágrafo único - Serão especialmente obedecidas as condições de escoamento de pessoas, de resistência ao fogo, de isolamento térmico e acústico, bem como de horários de funcionamento e trabalho, de modo a não haver incomodo, nem risco à segurança de pessoas e bens.

M
FOLHA 187
REGISTRO A.T.L.

TÍTULO C

GUIAS, PASSEIOS E MUROS

Art. 167 - Deverão atender ao disposto na legislação específica:

- I - O rebaixamento de guias para acesso de veículos ao interior do imóvel;
- II - A abertura de gárgulas para despejo de águas pluviais na sarjeta;
- III - A execução de passeio do logradouro público, na parte fronteira aos terrenos, edificados ou não;
- IV - A construção de gradil, fecho ou muro no alinhamento do logradouro público, para os terrenos não edificados.

Art. 168 - Para os terrenos edificados, é facultativa a construção de gradil, fecho ou muro no alinhamento dos logradouros públicos.

Parágrafo Único - Quando forem executados, a parte de alvenaria, pedra, tijolo ou outro material que vede a visão, apresentando menos de 50% da superfície vasada, terá 2,00 m de altura, no máximo, com relação ao nível do logradouro.

Art. 169 - Quando forem executados muros nas demais divisas do terreno, edificado ou não, deverão ter altura de 1,80 m, no mínimo, com relação ao nível do terreno.

Art. 170 - Os muros situados no alinhamento ou nas divisas dos terrenos, edificados ou não, quando sustentarem um desnível de terra igual ou maior do que 1,00 m, deverão observar, ainda, os requisitos seguintes:

- I - Serão adequadamente dimensionados para suportarem os esforços;
- II - Serão providos de meios que assegurem o escoamento das águas superficiais e de infiltração ou protegidos por sarjetas, em toda a extensão, com largura igual, pelo menos, a metade do desnível de terra;



III - Serão impermeabilizados nas partes em contato direto com o solo ou situadas abaixo do nível do terreno.

PARTE B

NORMAS ESPECÍFICAS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 171 - Nesta parte são estabelecidas normas peculiares aplicáveis a cada destinação e são indicadas as adaptações eventualmente necessárias das Normas Gerais (Parte A) à utilização específica.

§ 1º - Além dos compartimentos ambientes ou locais expressamente previstos nas disposições contidas nos títulos e capítulos desta parte, poderá haver outros para funções ou destinações relacionadas com a atividade principal da edificação.

§ 2º - Conforme as suas características, funções ou destinações, os compartimentos, ambientes ou locais deverão obedecer as exigências correspondentes previstas nas Normas Gerais (Parte A).

§ 3º - As dimensões e condições dos compartimentos, ambientes ou locais, bem como outros requisitos, peculiares ao destino previsto para a edificação, são fixadas nas disposições incluídas nos respectivos títulos ou, quando mais específicas, nos capítulos relativos às diferentes modalidades de destinação.

§ 4º - As referidas normas aplicam-se à edificação no seu todo, quando de uso exclusivo, ou a cada parte da edificação que se destine a atividades específicas, observado o disposto para Edificações Mistas (Título B da Parte A)

TÍTULO A
EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 172 - As edificações residenciais destinam-se a habitação permanente de uma ou mais famílias e poderão ser:

- ☒ I - Casas - edificações residenciais unifamiliares, correspondendo a uma unidade por edificação;

Regulamentado
p.º de 12.7.06-46
JL
ENGENH. CIVIL
220988-11-11

Regulamentado p/
decr. 12.406-76

II - Apartamentos - edificações residenciais multifamiliares, correspondendo a mais de uma unidade por edificação.

Art. 173 - As edificações residenciais que constituírem conjuntos residenciais deverão observar as disposições deste Código, no que dizem respeito tanto às unidades, quanto aos demais componentes do conjunto.

CAPÍTULO I

CASAS

Art. 174 - As casas são classificadas entre as edificações de que trata o item II do artigo 59, para o efeito de cumprimento das disposições de Implantação (Secção A do Capítulo I da Parte A).

Art. 175 - As disposições de Circulação e Segurança (Capítulo IX da Parte A) não se aplicam às casas.

§ 19 - Aplicam-se, porém, às escadas ou rampas de uso privativo ou restrito das casas, as disposições do parágrafo único do artigo 29, do artigo 30, do item I do § 19 e § 29 do artigo 31.

§ 29 - As escadas de mais de 19 degraus deverão ter patamares intermediários, os quais não terão qualquer dimensão, no plano horizontal, inferior a 0,80m.

§ 39 - Nas escadas em curva, a menor dimensão dos pisos dos degraus não poderá ser inferior a 0,07m.

Art. 176 - Toda casa deverá contar, pelo menos, ambientes para repouso, alimentação, serviços e higiene.

Art. 177 - Cada casa ou unidade residencial unifamiliar deverá ter:

I - A soma das áreas dos compartimentos de permanência prolongada (artigo 50) não inferior a 20,00 m²;

II - Cada um dos seus compartimentos de permanência prolongada (artigo 50), tais como os destinados a dormitórios, escritórios, jogos ou brinquedos, estar, refeições, cozinha, copa e outros, com área mínima de 4,00 m²;

Regulamentado p/
decr. 14.025-76
Alterado p/
lei 8881-79
PL 30-79



III - Pelo menos um compartimento de permanência transitória destinado a banho e instalações sanitárias (item V do § 1º do artigo 51), com área não inferior a 2,00 m²; havendo mais de um compartimento, os demais poderão ter área de 1,20 m²;

Regulamentado p/ Lei 14025-76

IV - Espaço coberto ou descoberto destinado a lavagem de roupa e serviços de limpeza (item V do artigo 51), com área não inferior a 2,00 m².

Art. 178 - Toda casa deverá dispor de espaço, coberto ou não, destinado a guarda de carro, com dimensões não inferiores a 2,50 m de largura e 4,50 m de comprimento.

Parágrafo único - O espaço destinado a guarda de carro poderá ser suprido:

Devolvido p/ Lei 8881-79, PL 30-79

I - Por compartimento próprio, destinado a garagem, que obedeça às dimensões mínimas fixadas neste artigo e as demais exigências construtivas;

II - Por abrigo de carro, de que trata o artigo 137.

CAPÍTULO II APARTAMENTOS

Art. 179 - As edificações para apartamentos deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Unidade residencial unifamiliar;

II - Acesso e circulação de pessoas;

III - Instalações sanitárias e de serviços;

IV - Acesso e estacionamento de carros.

Art. 180 - Cada unidade residencial unifamiliar deverá observar as disposições contidas nos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 175 e ser dotada dos ambientes, compartimentos e condições mínimas previstos nos artigos 176 e 177.

Regulamentado p/ Lei 14025-76

Parágrafo único - A residência do zelador, quando houver, deverá satisfazer as mesmas condições de uma unidade residencial unifamiliar, previstas neste artigo.

INGRID FAGDAJ
ASSISTENTE - A.T.A.

Art. 181 - As edificações para apartamentos , com área total de construção superior a 750,00 m², deverão ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independentes da eventual residência para o zelador, pelo menos os seguintes compartimentos de uso dos encarregados do serviço da edificação:

I - Instalação sanitária, com área mínima de 1,20 m²;

II - Depósito (item VI do § 1º do artigo 51) para material de limpeza, de consertos e outros fins;

III - Vestiários, com área mínima de 4,00 m².

Parágrafo único - Nas edificações com área total de construção igual ou inferior a 750,00 m² serão obrigatórios apenas os compartimentos mencionados nos itens I e II deste artigo.

Alterado p/ Lei
8881-79, PL 30-79

← Art. 182 - As edificações para apartamentos com área total de construção superior a 750,00 m², serão ainda dotadas:

I - De compartimento de uso comum, com acesso pelas áreas também de uso comum, destinado a brinquedos, reuniões, festas ou outras atividades. A sala de uso comum deverá ter área mínima de 30,00 m² e satisfazer às condições exigidas para os compartimentos de permanência prolongada;

II - De espaço descoberto, para recreação infantil, o qual deverá:

a) ter área correspondente a 2% da área total de construção, observada a área mínima de 15,00 m²;

b) conter, no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,00 m;

c) situar-se junto a espaços externos ou internos ou, ainda, a corredores referidos nos artigos 61, 62 e 63;

d) estar separado de circulação ou estacionamento de veículos e de instalações de coletor ou depósito de lixo;



e) conter equipamentos para recreação de crianças;

f) ser dotado, se estiver em piso acima do solo, de fecho de altura mínima de 1,80 m, para proteção contra quedas.

Art. 183 - Nas edificações que constituam conjunto residencial, os compartimentos e os espaços de que trata o artigo anterior obedecerão apenas às condições gerais estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo sobre conjuntos residenciais.

TÍTULO B

EDIFICAÇÕES PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS

Art. 184 - As edificações para comércio e serviços são as que se destinam a armazenagem e venda de mercadorias, prestação de serviços profissionais, serviços técnicos, serviços burocráticos, serviços de manutenção e reparo, e manufaturas em escala artesanal ou semi-industrial.

Art. 185 - Conforme as características e finalidades das atividades relacionadas no anexo BI e no II as edificações de que trata este título, poderão ser:

I - Escritórios;

II - Lojas;

III - Depósitos ou pequenas oficinas.

CAPÍTULO I

ESCRITÓRIOS

Art. 186 - As edificações para escritórios destinam-se às atividades relacionadas nos anexos BI e BII do presente título.

§ 1º - As atividades relacionadas no 1º grupo do anexo BI poderão localizar-se em qualquer andar da edificação.

INGRID RAGDA
ASSESSORA - AIA

§ 2º - As atividades relacionadas no 2º grupo do anexo BII poderão localizar-se em qualquer andar da edificação, desde que:

- I - Não causem incômodo nem comprometam a segurança, higiene e salubridade das demais atividades;
- II - Se utilizarem força motriz, esta não seja superior a 0,5 HP, para cada 8,00 m² de área dos compartimentos de permanência prolongada da unidade, observado ainda o limite máximo admitido pela legislação de uso e ocupação do solo;
- III - Não produzam ruído que ultrapasse os limites máximos admissíveis, medido no vestibulo, passagem ou corredor de uso comum, junto à porta de acesso da unidade autônoma;
- IV - Eventuais vibrações não sejam perceptíveis do lado externo das paredes perimetrais da própria unidade autônoma ou nos pavimentos das unidades vizinhas;
- V - Não produzam fumaça, poeira ou odor, acima dos limites admissíveis.

§ 3º - Quando superarem as condições fixadas no parágrafo anterior, as atividades nele referidas somente poderão instalar-se com acesso independente das demais ou em edificação exclusiva, conforme o disposto no artigo 200.

Art. 187 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Trabalho ou atividade;
- II - Acesso e circulação de pessoas;
- III - Instalações sanitárias;
- IV - Serviços;
- V - Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 188 - Na edificação de uso exclusivo ou em cada parte da edificação que possa constituir unidade distinta e autônoma, de uso exclusivo, serão observadas as seguintes exigências:



I - Deverá ter, pelo menos, um compartimento destinado a local de trabalho, ou atividade com área não inferior a 8,00 m²;

II - Outros compartimentos destinados a trabalho, recepção, espera e outras atividades de permanência prolongada poderão ter a área mínima de 4,00 m².

Parágrafo Único - A soma das áreas dos compartimentos de permanência prolongada, de todas as unidades autônomas, que integram a edificação, não poderá ser inferior a 20,00 m².

Art. 189 - Deverão dispor de instalações sanitárias em número correspondente a área do andar mais a dos eventuais andares contíguos, atendidos pela instalação, conforme o disposto no artigo 58 e tabela seguinte:

Área dos andares servidos (item V do artigo 58)	Instalações mínimas obrigatórias	Lavatórios	Latrinas	Mictórios
até 50 m ²		1	1	-
de 50 a 119 m ²		2	2	1
de 120 a 249 m ²		3	3	2
de 250 a 499 m ²		4	4	3
de 500 a 999 m ²		6	6	4
de 1000 a 1999 m ²		8	8	5
de 2000 a 3000 m ²		10	10	6
acima de 3000 m ²		1/300m ² ou fração	1/300m ² ou fração	1/500m ² ou fração

Art. 190 - As edificações para escritórios, com área total de construção superior a 750,00 m² deverão, ainda, ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independentes da eventual residência do zelador, pelo menos os seguintes compartimentos para uso dos encarregados do serviço da edificação:

I - Instalação sanitária, com área mínima de 1,20 m²;

II - Depósito ou armário para guarda de material de limpeza, de conserto e outros fins;

III - Vestiário, com área mínima de 4,00 m².

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

Parágrafo Único - Nas edificações com área total de construção igual ou inferior a 750,00 m², serão obrigatórios apenas os compartimentos mencionados nos itens I e II deste artigo.

CAPÍTULO II

LOJAS

Art. 191 - As edificações para lojas destinam-se às atividades relacionadas nos anexos BIII e BIV do presente título.

§ 1º - As atividades relacionadas no anexo BIII e no anexo BI, também permitidas nessas edificações, poderão localizar-se em qualquer andar.

§ 2º - As atividades relacionadas no anexo BIV, bem como do anexo BII, também permitidas nessas edificações, poderão localizar-se em qualquer andar, desde que observem, umas e outras, as exigências seguintes:

I - Não causem incomodo, nem comprometam a segurança, higiene e salubridade das demais atividades;

II - Se utilizarem força motriz, esta não seja superior a 1,5 HP, para cada 12,00 m² de área dos compartimentos de permanência prolongada da unidade; observado ainda o limite máximo admitido pela legislação de uso e ocupação do solo;

III - Não produzam ruído, que ultrapasse os limites máximos admissíveis, medido no vestibulo, passagem ou corredor de uso comum, junto à porta de acesso à unidade autônoma;

IV - Eventuais vibrações não sejam perceptíveis do lado externo das paredes perimetrais da própria unidade autônoma ou nos pavimentos das unidades vizinhas;

V - Não produzam fumaça, poeiras ou odor, acima dos limites admissíveis.

§ 3º - Quando superarem as condições fixadas no parágrafo anterior, as atividades nele referidas somente poderão instalar-se com acesso independente das demais ou em edificação exclusiva conforme o disposto no artigo 200.

Art. 192 - A edificação deverá dispor pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Venda, atendimento do público, trabalho ou atividade;

II - Acesso e circulação de pessoa;

III - Instalação sanitária e vestiário;

IV - Serviço;

V - Acesso e estacionamento de veículos;



VI - Pátio de carga e descarga.

Art. 193 - Na edificação de uso exclusivo ou em cada parte da edificação que possa constituir unidade distinta e autônoma, de uso exclusivo, serão observadas as seguintes exigências:

- I - Deverá ter, pelo menos, um compartimento destinado a local de venda, atendimento do público, trabalho ou outras atividades equivalentes, com área não inferior a $12,00m^2$;
- II - Outros compartimentos destinados a trabalho, recepção, espera, escritório, reuniões e outras atividades de permanência prolongada poderão ter a área mínima de $4,00m^2$.

Parágrafo único - A soma das áreas dos compartimentos de permanência prolongada, de todas as unidades autônomas que integram a edificação, não poderá ser inferior a $20,00m^2$.

Art. 194 - Os acessos, compreendendo vestíbulos, corredores, rampas ou escadas, mesmo que localizados em andares superiores ou inferiores, quando servirem os locais de venda, atendimento do público, trabalho ou outras atividades, deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

- I - Largura nunca inferior a $1/10$ do comprimento, respeitado o mínimo de $8,00m$; o comprimento será medido a contar de cada entrada até o local de venda, atendimento do público, trabalho ou outras atividades mais distante da respectiva entrada;
- II - A dimensão mínima fixada no item anterior poderá ser reduzida à metade, se houver uma entrada em cada extremidade;
- III - A declividade máxima será de 6% ;
- IV - Quaisquer obstáculos existentes, tais como pilares, saliências ou escadas rolantes, serão descontadas no cálculo da largura mínima exigida;
- V - Quando o acesso às unidades autônomas for em comum com o acesso principal aos elevadores, em todo o trecho situado entre esses e a soleira principal de ingresso da edificação, as larguras mínimas exigidas nos itens I ou II serão obrigatoriamente acrescidas da largura mínima de $1,50m$;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

VI - Quaisquer balcões, guichês e outras instalações destinadas ao atendimento de pessoas deverão distar, pelo menos, 2,00m da linha correspondente à largura mínima exigida;

VII - Os acessos às unidades serão providos de cobertura, em proporção correspondente a 1/3 da largura, no mínimo. O pé direito não será inferior a 3,00m.

Art. 195 - Deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos empregados e do público, em número correspondente a área do andar mais a dos eventuais andares contíguos, atendidos pela instalação, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

Instalações mínimas obrigatórias Área dos andares servidos (item V do artigo 58)	EMPREGADOS			PÚBLICO		
	Lavatórios	Latrinas	Mictórios	Lavatórios	Latrinas	Mictórios
até 50 m ²	1	1	-	-	-	-
de 50 a 119 m ²	1	1	1	1	1	-
de 120 a 249 m ²	2	2	1	2	2	-
de 250 a 499 m ²	2	2	2	2	2	1
de 500 a 999 m ²	3	3	3	3	3	1
de 1000 a 1999 m ²	4	4	4	3	3	2
de 2000 a 3000 m ²	6	6	5	4	4	2
Acima de 3000 m ²	1/500 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração	1/750 m ² ou fração	1/1750 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração

Art. 196 - Deverão dispor de compartimentos de vestiário para os empregados, atendendo ao disposto no artigo 59 e demais disposições das Normas Gerais (Parte A), com área na proporção de 1:60 da área dos andares servidos.

Parágrafo único - O compartimento de vestiário não será obrigatório em edificação, com área total de construção igual ou inferior a 250,00 m².

Art. 197 - As edificações para lojas, com área total de construção superior a 750,00 m², deverão ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independentes da eventual residência do zelador ou vigia, pelo menos os seguintes compartimentos, para uso dos empregados da edificação:



I - Instalação sanitária, com área mínima de
1,20 m²;

II - Depósito de material de limpeza, de conser-
tos e outros fins, com área não inferior
a 4,00 m².

Parágrafo Único - As edificações com área to-
tal de construção superior a 250,00 m² e até 750,00 m² deve-
rão ter apenas os compartimentos de que tratam os itens I e
II deste artigo, podendo o depósito ter a área mínima de
1,00 m².

CAPÍTULO III

DEPÓSITOS E PEQUENAS OFICINAS

Art. 198 - As edificações para depósitos e
pequenas oficinas destinam-se às atividades relacionadas nos
anexos BV e BVI do presente título.

Parágrafo Único - As atividades relacionadas
nos anexos BI e BII e nos anexos BIII e BIV são também permi-
tidas nas edificações de que trata este artigo.

Art. 199 - As atividades referidas no artigo
anterior e seu parágrafo deverão obedecer às exigências se-
ntes:

I - Se utilizarem força motriz, esta não será
superior a 3 HP para cada 16,00 m² de
área dos compartimentos de permanência pro-
longada da unidade; observado ainda o limite
máximo admitido pela legislação de uso o cu-
pação do solo;

II - Produzam ruído que não ultrapasse os limi-
tes máximos admissíveis, medido no local
mais desfavorável, junto à face externa da
edificação ou parte da edificação de uso
exclusivo;

III - Eventuais vibrações não sejam perceptíveis

junto às paredes perimetrais ou no pavimen-
to, do lado externo da edificação ou parte
da edificação de uso exclusivo;

IV - Não produzam fumaça, poeira ou odor acima
dos limites admissíveis.

Parágrafo Único - Quando superarem as condições
fixadas neste artigo, as atividades nela referidas somente
poderão instalar-se, segundo sua modalidade, nas edificações
de uso exclusivo previstas nos demais títulos desta Parte B,
especialmente edificações para oficinas e indústrias (Título
I).

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

Art. 200 - A edificação ou parte da edificação destinada às atividades referidas no artigo 198, bem como às atividades nos casos previstos no § 3º do artigo 186 e no § 3º do artigo 191, respeitado o disposto no artigo 199, caracteriza-se por:

- I - Ser de uso exclusivo da atividade; ou
- II - Ter acesso separado independente e direto para logradouro ou espaço externo do imóvel, de uso exclusivo, com largura mínima de 1,50 m, quando constituírem unidades distintas e autônomas da edificação.

§ 1º - Os locais dessas atividades não poderão utilizar acesso que seja de uso comum ou coletivo de outras atividades.

§ 2º - As atividades mencionadas no "caput" do artigo 198, quando ocuparem área superior a 500,00 m², deverão localizar-se em edificação de uso exclusivo, não podendo constituir edificação mista.

Art. 201 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Depósito, armazenamento, trabalho ou outras atividades, venda ou atendimento do público;
- II - Acesso e circulação de pessoas;
- III - Instalações sanitárias e vestiários;
- IV - Serviços;
- V - Acesso e estacionamento de veículos;
- VI - Pátios de carga e descarga.

Parágrafo único - O compartimento para depósito, armazenamento, trabalho ou atendimento do público terão o piso e as paredes, pilares ou colunas satisfazendo as condições do item I do artigo 82.

Art. 202 - Na edificação de uso exclusivo ou em cada parte da edificação que possa constituir unidade distinta e autônoma, de uso exclusivo, de conformidade com o disposto no artigo 200, serão observadas as seguintes exigências:

- I - Deverão ter, pelo menos, um compartimento destinado a local de venda, atendimento ao público, trabalho, ou outra atividade equivalente, com área não inferior a 16,00 m²;
- II - Outros compartimentos destinados a trabalhos, recepção, espera, escritório, reuniões, armazenamento, embalagem, expedição ou outras atividades de permanência prolongada poderão ter área mínima de 4,00 m².

Parágrafo único - A soma das áreas de todos os compartimentos de permanência prolongada que integram a edificação não poderá ser inferior a 40,00 m².



Art. 203. - Deverão dispor de instalações sanitárias para empregados, em número correspondente à área do andar mais a dos eventuais andares contíguos, atendidas pela instalação, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

Área dos andares servidos (item V do artigo 58)	Instalações mínimas obrigatórias	Lavatórios	Latrinas	Mictórios	Chuveiro
de 40 a 119 m ²		1	1	-	1
de 120 a 249 m ²		1	1	1	1
de 250 a 499 m ²		2	2	2	2
de 500 a 999 m ²		3	3	3	3
de 1000 a 1999 m ²		4	4	4	4
de 2000 a 3000 m ²		6	6	5	5
acima de 3000 m ²		1/500m ² ou fração	1/500m ² ou fração	1/600m ² ou fração	1/600m ² ou fração

Art. 204. - Deverão dispor de compartimentos de vestiário para empregados, atendendo ao disposto no artigo 59 e demais disposições das Normas Gerais (Parte A), com área na proporção de 1:60 da área dos andares servidos.

Parágrafo único - O compartimento de vestiário não será obrigatório em edificação com área total de construção igual ou inferior a 250,00 m².

Art. 205. - As edificações para depósitos e pequenas oficinas, com área total de construção superior a 750,00 m² deverão ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independente de eventual residência do zelador ou vigia, pelo menos um depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área não inferior a 4,00 m².

Parágrafo único - As edificações com área total de construção superior a 250,00 m² e até 750,00 m² deverão ter o depósito, de que trata este artigo, apenas com área mínima de 2,00 m².

TÍTULO C
EDIFICAÇÕES ESPECIAIS PARA COMÉRCIO OU SERVIÇOS

Art. 206 - As edificações especiais para comércio ou serviços destinam-se à armazenagem e venda de mercadorias, à prestação de serviço e à outras atividades que requerem instalações, equipamentos ou acabamento especiais.

Art. 207 - Conforme as características e finalidades das atividades do anexo C do presente título, as edificações especiais de que trata o artigo anterior poderão ser:

I - de comércio;

II - de serviço;

§ 1º - Essas edificações caracterizam-se por:

I - Serem de uso exclusivo para a atividade ;
ou

II - Fazerem parte do conjunto da edificação ,
constituindo unidade distinta e autônoma ,
de uso exclusivo da atividade, com acesso,
de largura mínima de 1,50 m, independente,
separado, exclusivo e direto para logradouro
ou espaço externo do imóvel.

§ 2º - As atividades mencionadas no anexo C do presente título, respeitadas as normas de instalação, equipamento e acabamento estabelecidas neste título, poderão também localizar-se em unidades distintas e autônomas, com acesso de uso comum ou coletivo, pertencentes a edificações de que trata o Título B desta Parte B, nos casos estipulados a seguir:

I - Nas edificações para escritórios (Capítulo I do Título B), somente as atividades indicadas nos anexos CVIII e CX;

II - Nas edificações para lojas (Capítulo II do Título B), somente as atividades indicadas nos anexos CI, CII, CIII, CIV, CV, CVI, CVIII e CX.

§ 3º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, as atividades ficarão, ainda, subordinadas às normas e exigências estabelecidas nos Capítulos I e II do Título B, e em especial deverão obedecer as condições do § 2º do artigo 186 ou do § 2º do artigo 191, conforme se localizem, respectivamente, edificações para escritórios ou para lojas.



Art. 208 - Os locais ocupados pelas atividades dos anexos CI, CII, CIII, CIV, CV e CVI, onde se trabalhe ou deposite produtos "in natura" ou então haja manipulação, preparo ou guarda de alimentos, não poderão ter vãos abertos direta e livremente para galerias, corredores, átrios e outros acessos de uso comum ou coletivo. Essas aberturas serão providas de vedação que, embora móveis, as mantenham permanentemente fechadas.

Art. 209 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Venda, atendimento do público, consumação, trabalho ou outras atividades;

II - Acesso e circulação de pessoas;

III - Instalações sanitárias e vestiários;

IV - Serviços;

V - Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 210 - As edificações deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos empregados e do público, em número correspondente à área do andar mais a dos eventuais andares contíguos, atendidos pela instalação, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

M

Instalações mínimas obrigatórias Área dos andares servidos (item V do artigo 58)	EMPREGADOS			PÚBLICO		
	Lavatórios	Latrinas	Mictórios	Lavatórios	Latrinas	Mictórios
até 50 m ²	1	1	-	-	-	-
de 50 a 119 m ²	1	1	1	1	1	-
de 120 a 249 m ²	2	2	1	2	2	-
de 250 a 499 m ²	2	2	2	2	2	1
de 500 a 999 m ²	3	3	3	3	3	1
de 1000 a 1999 m ²	4	4	4	3	3	2
de 2000 a 3000 m ²	6	6	5	4	4	2
Acima de 3000 m ²	1/500 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração	1/750 m ² ou fração	1/1750 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração

§ 1º - Para as atividades relacionadas nos anexos CIV, CV, CVII, CVIII e CX, não é obrigatória a previsão das instalações sanitárias para público.

§ 2º - Para as atividades relacionadas no anexo CI, as instalações sanitárias observarão a tabela seguinte:

Área total dos re-cintos e locais de reunião	Instalações mínimas obrigatórias	Empregados			Público		
		Lavató- rios	Latri- nas	Mictó- rios	Lavató- rios	Latri- nas	Mictó- rios
Até 119m ²		1	1	-	2	2	2
de 120 a 249m ²		2	2	1	2	2	2
de 250 a 499m ²		2	2	1	4	4	4
de 500 a 999m ²		3	3	2	6	6	6
de 1000 a 1999m ²		3	3	2	8	8	8
de 2000 a 3000m ²		4	4	3	10	10	10
Acima de 3000m ²		1/750m ² ou fração	1/750m ² ou fração	1/1000m ² ou fração	1/300m ² ou fração	1/300m ² ou fração	1/300m ² ou fração



§ 39 - Se a ventilação das instalações sanitárias, das edificações para as atividades relacionadas nos anexos CI a CVI, for indireta, por chaminé ou especial, deverá ter o dobro da capacidade fixada na Secção B do Capítulo IV do Título A da Parte A.

§ 49 - As atividades relacionadas nos anexos CI, CII, CIII, CVI e CIX, deverão dispor de instalações sanitárias próprias, localizadas na parte da edificação que constitui a unidade distinta e autônoma, de uso exclusivo da atividade.

§ 59 - No caso das atividades dos anexos CIII, CIV, CVI, CVII e CIX, as instalações sanitárias deverão, ainda, dispor de chuveiros em número correspondente ao fixado para mictórios de empregados na tabela deste artigo.

Art. 211 - Deverão dispor de compartimento de vestiário para os empregados, atendendo ao disposto no artigo 59 e demais disposições das Normas Gerais (Parte A), com área na proporção de 1:60 da área dos andares servidos.

§ 19 - O compartimento de vestiário não será obrigatório em edificações com área total de construção igual ou inferior a 250,00 m².

§ 29 - As atividades dos anexos CI, CVI, CVII e CIX deverão dispor de compartimentos de vestiário próprio, localizados na parte da edificação que constitui a unidade distinta e autônoma, de uso exclusivo da atividade.

Art. 212 - As edificações especiais para comércio e serviços, com área total de construção superior a 750,00 m², deverão ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independente da eventual residência do zelador ou vigia, pelo menos, um depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área não inferior a 4,00 m².

§ 19 - As edificações com área total de construção superior a 250,00 m² e até 750,00 m² deverão ter o depósito de que trata este artigo apenas com área mínima de 2,00 m².

M
FOLHA Nº 196
DE 326

§ 2º - Se a edificação for para escritórios (artigo 186) ou lojas (artigo 191), embora possa conter atividades especiais de comércio ou serviços nos casos previstos no artigo 207, deverá observar as disposições, respectivamente, dos artigos 190 e 197.

CAPÍTULO I

COMÉRCIO

Art. 213 - As edificações especiais para comércio destinam-se às atividades relacionadas nos anexos CI a CVI do presente título.

§ 1º - Segundo a finalidade, as edificações poderão ser:

- a) Restaurantes;
- b) Lanchonetes e bares;
- c) Confeitarias e padarias;
- d) Açougues e peixarias;
- e) Mercarias e quitandas;
- f) Mercados e supermercados.

*Regulamentadas
p/ dec. 12706-76*

§ 2º - As normas peculiares a cada atividade são estabelecidas nos artigos e seções seguintes deste capítulo.

Art. 214 - Nesses estabelecimentos, os compartimentos destinados a trabalho, fabrico, manipulação, cozinha, dispensa, depósito de matéria-prima ou gêneros ou à guarda de produtos acabados e similares, deverão ter os pisos, as paredes e pilares, os cantos e as aberturas nas condições previstas nos itens I e III do artigo 82.

§ 1º - Os compartimentos para exposição, venda, atendimento do público ou consumo deverão ter, pelo menos, o piso conforme o disposto no item II do artigo 82.



§ 2º - Os depósitos de material de limpeza, certos e outros fins, bem como os eventuais compartimentos para pernoite de empregados ou vigia, ou mesmo a residência do zelador, não poderão estar em comum, nem ter comunicação direta com os compartimentos destinados à consumo, cozinha, fabrico, manipulação, depósito de matérias-primas ou gêneros ou com a guarda de produtos acabados.

Art. 215 - Os compartimentos destinados a consumo, trabalho, manipulação, preparo, retalho, cozinhas e copas deverão dispor de pia com água corrente e, no piso, de ralo para escoamento das águas de lavagem.

Art. 216 - Os estabelecimentos deverão possuir geladeira para a guarda e balcões frigoríficos para exposição de mercadorias, com capacidade adequada.

SEÇÃO A

RESTAURANTES

Art. 217 - Nos restaurantes (anexo CI), os compartimentos destinados a consumo deverão apresentar áreas na relação mínima de $1,20m^2$ por pessoa. A soma das áreas desses compartimentos não poderá ser inferior a $40,00 m^2$, devendo, cada um, ter a mínima de $8,00 m^2$.

Art. 218 - Se os compartimentos de consumo não dispuserem de aberturas externas, pelo menos, em duas faces, deverão ter instalação de exaustão de ar para o exterior, com tiragem mínima de um volume de ar do compartimento, por hora, ou sistema equivalente.

Art. 219 - Além da parte destinada a consumo, os restaurantes deverão dispor de cozinha, com área correspondente, no mínimo, a relação de 1:15 da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para consumo e que não será inferior a $10,00 m^2$.

§ 1º - A cozinha terá instalação de exaustão de ar para o exterior, com tiragem mínima de um volume de ar do compartimento, por hora, ou sistema equivalente.

§ 2º - Havendo copa em compartimento próprio, a área deste poderá ser descontada da área exigida para a cozinha nos termos deste artigo, observada para a copa a área mínima de $4,00 m^2$.

M
RECEBUE
1996

Art. 220 - Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, deverá estar ligado diretamente à cozinha e ter área mínima de 4,00 m².

SECCÃO B

LANCHONETES E BARES

Art. 221 - Nos bares e lanchonetes (anexo CII), a soma das áreas dos compartimentos destinados a exposição, venda ou consumo, refeições ligeiras, quentes ou frias, deverá ser igual ou superior a 20,00 m², podendo cada um desses compartimentos ter a área mínima de 10,00 m².

§ 1º - Se os compartimentos ou ambientes, que possam ser utilizados para a venda ou consumo, apresentarem área cujo total seja superior a 40,00 m², deverão satisfazer as exigências previstas para restaurantes nos artigos 218, 219 e seus parágrafos, e 220.

§ 2º - Se o total das mencionadas áreas for igual ou inferior a 40,00 m², o preparo dos alimentos poderá ser feito em ambiente apenas separado da parte da venda ou consumo por instalações adequadas que observem o disposto no item I do artigo 82. O ambiente terá instalação para exaustão de ar para o exterior, com tiragem mínima de um volume de ar do compartimento, por hora, ou sistema equivalente.

§ 3º - Os compartimentos destinados para preparo ligeiro de alimentos, denominados copas-quentes, terão área mínima de 4,00 m².

Art. 222 - Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, deverá estar ligado diretamente à copa ou cozinha e ter área mínima de 4,00 m².

SECCÃO C

CONFEITARIAS E PADARIAS

Art. 223 - Nas confeitarias e padarias (anexo CIII), a soma das áreas dos compartimentos destinados a exposição, venda, trabalho e manipulação deverá ser igual ou superior a 40,00 m², podendo cada um desses compartimentos ter a área mínima de 10,00 m².

Lei nº 9.912/85 →
REVOKA

SECÇÃO E

MERCEARIAS, EMPÓRIOS E QUITANDAS

Art. 228 - Nas mercearias, empórios e quitandas (anexo CV), a soma das áreas dos compartimentos destinados a exposição, venda, atendimento do público, retalho ou manipulação de mercadorias deverá ser igual ou superior a $20,00 \text{ m}^2$, podendo cada um desses compartimentos ter área mínima de $10,00 \text{ m}^2$.

Art. 229 - Nos estabelecimentos onde se trabalha com produtos "in natura" ou se efetue a manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, deverá haver compartimento exclusivo para esse fim e que satisfaça as condições próprias previstas neste capítulo para a modalidade.

Parágrafo Único - Quando houver venda de peixes, carnes ou desossa, deverão ter compartimento próprio, que atenda aos requisitos do artigo 227.

Art. 230 - Havendo compartimento para despensa ou depósito de gêneros alimentícios, deverá estar ligado diretamente ao compartimento de trabalho ou manipulação e ter área mínima de $4,00 \text{ m}^2$.

Secção F

Mercados e Supermercados

Art. 231 - Os mercados particulares (anexo CVI) caracterizam-se pela venda de produtos variados distribuídos em recintos semi-abertos, como bancas ou boxes voltados para acessos que apresentem condições de trânsito de pessoas e veículos.

§ 1º - Os mercados deverão ter secções de comercialização, pelo menos, de cereais, legumes, verduras e frutas frescas, carnes e peixes, laticínios, conservas, frios e gêneros alimentícios enlatados.

§ 2º - A área ocupada pela secções de gêneros alimentícios, mencionadas no parágrafo anterior, deverão medir, pelo menos, 60% da área total destinada aos recintos de comercialização.

Art. 232 - Os mercados deverão satisfazer aos seguintes requisitos:



- I - Os principais acessos aos recintos de venda, atendimento do público ou outras atividades, destinadas ao trânsito de pessoas e veículos, terão largura nunca inferior a $1/8$ do comprimento respeitado o mínimo de 12,00 m. O comprimento será medido a começar de cada entrada até o recinto mais distante dela;
- II - As dimensões mínimas fixadas no item anterior poderão ser reduzidas à metade, se existir uma entrada em cada extremidade;
- III - Partindo dos acessos principais, poderão existir outros secundários, com recintos dispostos ao longo do percurso, destinado ao trânsito exclusivo de pessoas. Esses acessos secundários terão largura nunca inferior a $1/10$ do comprimento, calculado na forma do item I, respeitado o mínimo de 8,00 m;
- IV - Os portões de ingresso serão quatro, no mínimo, e localizados nos acessos principais, cada um terá a largura mínima de 3,00 m, sem prejuízo do disposto no Capítulo II da Parte A (Circulação e Segurança);
- V - Os acessos principais e secundários terão:
- a) o piso de material impermeável e resistente ao trânsito de pessoas e veículos, conforme padrões fixados pela Prefeitura;
 - b) declividade, longitudinal e transversal, não inferior a 1%, nem superior a 3%, de modo a oferecer livre escoamento para as águas;
 - c) ralos, ao longo das faixas, para escoamento das águas de lavagem, espaçados entre si, no máximo, 25,00 m;
- VI - O local destinado a conter todas as bancas ou boxes de comercialização deverá ter:

M
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROSECUTOR GERAL

- a) área não inferior a 1.000 m^2 ;
- b) pé-direito mínimo de $6,00 \text{ m}$;
- c) aberturas convenientemente distribuídas para proporcionar ampla iluminação e ventilação; estas aberturas deverão ter, no conjunto, superfície correspondente a $1/5$ da área do piso local e serão vazadas, pelo menos, em metade da sua superfície;

VII - As bancas ou boxes para comercialização dos produtos, bem como os eventuais compartimentos com a mesma finalidade, deverão ter:

- a) área mínima de 8 m^2 e conter, no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de $2,00 \text{ m}$;
- b) os pisos e as paredes, até a altura mínima de $2,00 \text{ m}$, revestidos de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens; os pisos serão, ainda, dotados de ralos;
- c) instalações frigoríficas com capacidade adequada para a exposição de mercadorias perecíveis, tais como carnes, peixes, frios e laticínios;

VIII - Haverá sistema completo de suprimento de água corrente, consistente em:

- a) reservatório com capacidade mínima correspondente a $40 \text{ litros por m}^2$ da área total de comercialização;
- b) instalação de uma torneira em cada recinto, banca ou box;
- c) instalação, ao longo dos acouros principais e secundários, de registros apropriados à ligação de mangueiras para lavagem, espaçados entre si, no máximo $25,00 \text{ m}$;



d) alimentação das instalações sanitárias;

IX - As instalações sanitárias, que obedecerão ao disposto no artigo 210, serão distribuídas de forma que nenhum recinto de comercialização fique delas afastado menos de 5,00 m, nem mais de 80,00 m;

X - Haverá câmaras frigoríficas para armazenamento de carnes e peixes, frios, laticínios e outros gêneros, dotadas de equipamento gerador de frio, capaz de assegurar temperatura adequada com as câmaras a plena carga. A capacidade das câmaras será, no mínimo, correspondente a 2,00 m³ para cada banca ou box, com possibilidade de ser utilizada para comercialização daquelas mercadorias; para o efeito deste cálculo, a proporção a ser considerada entre o número desses recintos e o número total dos recintos previstos no mercado não será inferior a 1:5;

XI - As câmaras frigoríficas de que trata o item anterior poderão ser distribuídas pelos recintos, desde que a sua capacidade total observe a proporcionalidade mínima fixada no mencionado item;

XII - Se houver secção incumbida da venda e desossamento de carnes ou de peixes, deverá ter compartimento próprio, que satisfaça ao disposto no artigo 227;

XIII - Outros compartimentos ou recintos, ainda que semi-abertos, destinados a comércio ou depósito de gêneros alimentícios, deverão:

- a) ter área não inferior a 8,00 m² e conter, no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 2,00 m;
- b) ter os pisos, as paredes, os cantos e as aberturas nas condições previstas nos itens I e III do artigo 82;
- c) dispor de iluminação e ventilação do compartimento de permanência prolongada;

EX-100 PIGOM
23320011-111

- d) dispor de instalação para exaustão de ar para o exterior, com tiragem mínima de um volume do ar do compartimento, por hora, ou sistema equivalente;

XIV - O acondicionamento, a exposição e a venda dos gêneros alimentícios deverão observar as normas de proteção à higiene e saúde;

XV - Haverá compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo, com capacidade equivalente ao recolhimento de lixo de 2 dias. O compartimento terá piso e paredes de acordo com o disposto na letra "b" do item VII, bem como torneira com ligação para mangueira de lavagem. Será localizado na parte de serviços e de forma que permita acesso fácil e direto aos veículos públicos encarregados da coleta, com pavimento praticamente sem degraus.

Parágrafo único - Os compartimentos destinados a administração e outras atividades deverão satisfazer às exigências relativas aos compartimentos de permanência prolongada.

Art. 233 - Os supermercados (anexo C.VI) caracterizam-se pela venda de produtos variados distribuídos em balcões, estantes ou prateleiras, sem formação de bancas ou boxes e com acesso somente para pessoas, as quais se servirão diretamente das mercadorias.

§ 1º - Os supermercados deverão ter seções para comercialização, pelo menos, de cereais, legumes, verduras e frutas frescas, carnes, laticínios, conservas, frios e gêneros alimentícios enlatados.

§ 2º - A área ocupada pelas seções para comercialização de gêneros alimentícios, mencionadas no parágrafo anterior, não será inferior a:

- a) 60% da área total destinada a comercialização, quando esta for igual ou superior a 1.000 m²;



b) 600 m² mais 20% da área de comercialização excedente de 1.000 m² e até 2.000 m²;

c) 40% da área total destinada a comercialização, quando for superior a 2.000 m².

Art. 234 - Os supermercados deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

I - Os balcões, estantes, prateleiras ou outros elementos para exposição, acomodação ou venda de mercadorias serão espaçados entre si, de modo que formem corredores compondo malha para proporcionar circulação adequada às pessoas;

II - A largura de qualquer trecho da malha de circulação interna (corredor entre corredores transversais) deverá ser igual, pelo menos, a 1/10 do seu comprimento e nunca menor do que 1,50m;

III - Não poderá haver menos de três portas de ingresso, e cada uma deverá ter a largura mínima de 2,00m, sem prejuízo do disposto no Capítulo II da Parte A (Circulação e Segurança);

IV - O local destinado a comércio, onde se localizam os balcões, estantes, prateleiras e outros elementos similares, deverá ter:

a) área não inferior a 250,00m²;

b) pé-direito mínimo de 5,00m. Havendo renovação de ar, mediante equipamento adequado ou sistema equivalente, nos termos do parágrafo único do artigo 73, o pé-direito poderá ser reduzido ao mínimo de 4,00m;

c) aberturas convenientemente distribuídas para proporcionar ampla iluminação e ventilação; essas aberturas deverão ter no conjunto, área correspondente a 1/5 da área do piso do local e ser vazada em, pelo menos, metade da sua superfície, para ventilação, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 73;

INGRID RAGDAN
ASSESSORA-GERAL

d) o piso e as paredes, os pilares ou colunas, até a altura mínima de 2,00 m, revestidos de material durável, liso, impermeável e resistente a constantes lavagens;

e) instalações frigoríficas com capacidade adequada para a exposição de mercadorias perecíveis, tais como carnes, peixes, frios e laticínios;

V - Haverá sistema completo de suprimento de água corrente, consistente em:

a) reservatório, com capacidade mínima correspondente a 40 litros por m^2 de área total de comercialização;

b) instalação de torneira e pia nas seções em que se trabalhar com carnes, peixes, laticínios e frios, bem como nas de manipulação, preparo, retalhamento e atividades similares;

c) instalação, ao longo do local de comercialização, de registros apropriados e ligação de mangueiras para lavagem, na proporção de um para cada 100 m^2 ou fração de área do piso;

d) alimentação das instalações sanitárias;

VI - As instalações sanitárias, que obedecerão ao disposto no artigo 210, serão distribuídas de forma que nenhum balcão, estante ou prateleira fique dela distante menos de 5,00 m, nem mais de 80,00 m;

VII - Haverá instalações frigoríficas para armazenagem de carnes, peixes, frios, laticínios e outros gêneros, dotadas de equipamento gerador de frio, capaz de assegurar temperatura adequada às câmaras a plena carga. A capacidade dessas instalações será, no mínimo, correspondente a $1m^3$ para cada 0,50 m^2 ou fração da área total de comercialização;



VIII - As instalações frigoríficas que trata o item anterior poderão ser distribuídas pelos recintos, desde que a sua capacidade total observe a proporcionalidade mínima fixada no mencionado item;

IX - Se houver seção incumbida da venda e deossamento de carnes ou de peixes, deverá ter, compartimento próprio, que satisfaça o disposto no artigo 227;

X - Outros compartimentos ou recintos, ainda que semi-abertos, destinados a comércio ou a depósito de gêneros alimentícios, deverão:

a) ter área não inferior a $8,00m^2$ e conter, no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 2,00m;

b) ter os pisos, as paredes, os cantos e as aberturas nas condições previstas nos itens I e III do artigo 82;

c) dispor de iluminação e ventilação de compartimento de permanência prolongada, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 73;

d) dispor de instalação para exaustão de ar para o exterior, com tiragem mínima de um volume de ar do compartimento, por hora, ou sistema equivalente;

XI - O condicionamento, a exposição e venda dos gêneros alimentícios deverão observar as normas de proteção à higiene e saúde;

XII - Haverá compartimento próprio para o depósito dos recipientes de lixo, com capacidade equivalente ao recolhimento de lixo de 2 dias. O compartimento terá piso e paredes de acordo com o disposto na letra "d" do item IV, bem como torneira com ligação para mangueira de lavagem. Será localizado na parte de serviços e de forma que permita acesso fácil e direto aos veículos públicos encarregados da coleta, com pavimento praticamente sem degraus.

INERD BAGDAJ
ASSESSORA - AIL

Parágrafo único - Os compartimentos destinados a administração e outras atividades deverão satisfazer às exigências relativas aos compartimentos de permanência prolongada.

CAPÍTULO II

SERVIÇOS

Art. 235 - Compreendem-se neste capítulo as edificações destinadas às atividades relacionadas nos anexos C.VII a C.X deste título.

§ 1º - Segundo a finalidade, as edificações poderão ser:

- a) serviços de saúde, sem internamento;
- b) farmácias;
- c) hidro-fisioterapias;
- d) cabelereiros e barbeiros.

§ 2º - As normas peculiares a cada grupo são estabelecidas nos artigos e seções seguintes deste capítulo.

Art. 236 - Nesses estabelecimentos, os compartimentos destinados a atendimento do público, trabalho, manipulação, exame, tratamento, aplicações, banhos, massagens e similares deverão dispor de pia com água corrente, bem como ter os pisos, as paredes e pilares satisfazendo às condições previstas no item I do artigo 82.

Seção A

Serviços de saúde, sem internamento

Art. 237 - Nos serviços de saúde, sem internamento de pacientes (anexo C.VII), a soma das áreas dos compartimentos destinados a recepção, espera, atendimento, exame, tratamento e manipulação deverá ser igual ou superior a 20,00 m², podendo cada compartimento ter área mínima de 10,00 m².

§ 1º - Os compartimentos destinados a radiografias, guarda de material ou de produtos deverão ter área mínima de 4,00 m².



§ 2º - Os compartimentos para câmara escura, revelação de filmes e chapas radiográficas ou fins similares deverão satisfazer ao disposto no artigo 73.

Art. 238 - Os compartimentos onde se localizarem equipamentos que produzem radiações perigosas (raios X, cobaltos e outros), deverão ter paredes, piso e teto em condições adequadas para proteger os ambientes vizinhos.

Art. 239 - Eventuais instalações de fornos ou recipientes de oxigênio, acetileno e outros combustíveis deverão observar as normas próprias de proteção contra acidentes, especialmente as que dizem respeito ao isolamento adequado.

Seção B

Farmácias

Art. 240 - Nas farmácias (anexo C.VIII), a soma das áreas dos compartimentos destinados a recepção, atendimento do público, manipulação e aplicação de injeções deverá ser igual ou superior a 20,00 m², podendo cada compartimento ter área mínima de 10,00 m².

§ 1º - A manipulação e preparo de medicamentos ou aviamento de receitas será, obrigatoriamente, feita em compartimento próprio, que atenda às exigências deste artigo.

§ 2º - A aplicação de injeções será feita em compartimento próprio, com área mínima de 2,00 m² e capaz de conter, no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 1,20 m.

§ 3º - Os compartimentos destinados a guarda de materiais ou produtos deverão ter área mínima de 4,00 m².

Seção C

Hidro-fisioterapias

Art. 241 - Nos serviços de hidro-fisioterapia (anexo C.IX), a soma das áreas dos compartimentos destinados a recepção, espera, atendimento do público, exercícios e tratamento deverá ser igual ou superior a 40,00 m², podendo cada compartimento ter área mínima de 10,00 m².

Parágrafo único - Esses compartimentos deverão satisfazer às condições de compartimento de permanência prolongada, ressalvado o disposto no artigo 73, bem como ter o piso, as paredes e pilares conformes as exigências previstas no item I do artigo 82.

INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-ATL

Art. 242 - Os compartimentos individuais destinados a banho e vestiário deverão ter:

I - Para banho de chuveiro ou banho parcial ,
com meia banheira, área de 2,00 m²;

II - Para banho de imersão completo, com banheira, área de 3,00 m².

§ 19 - Se as instalações para banho e vestiários forem agrupadas em compartimentos, as divisões internas de cada agrupamento deverão ter altura mínima de 1,80 m, manter a distância livre, até o teto, de 0,40 m, no mínimo, e formar recintos com as áreas e dimensões mínimas fixadas nos itens I e II.

§ 29 - No caso de cada agrupamento de instalações apresentar celas para banho e para vestiários, separadamente, a área mínima de cada cela será de 1,00 m² e a menor dimensão será de 0,80 m.

Seção D

Cabelereiro e Barbeiro

Art. 243 - Nos cabelereiros e barbeiros (anexo C.X), a soma das áreas dos compartimentos destinados a recepção, espera, atendimento do público e trabalho deverá ser igual ou superior a 20,00 m², podendo cada compartimento ter área mínima de 10,00 m².

Parágrafo Único - Esses compartimentos deverão satisfazer às condições de compartimento de permanência prolongada e ter o piso conforme as exigências previstas no item II do artigo 82.

TÍTULO D

HÓTEIS, PENSIONATOS E SIMILARES

Art. 244 - As edificações para hotéis, pensionatos, casas de pensão, motéis e similares são as que se destinam à hospedagem, de permanência temporária, com existência de serviços comuns.

Art. 245 - Conforme as características e finalidades das atividades relacionadas no anexo D do presente título, as edificações de que trata o artigo anterior poderão ser:



- I - Hotéis;
- II - Pensionatos;
- III - Casas de pensão;
- IV - Motéis.

Regulamentados
Mdec. (2.706-76
(art. 2º)

Art. 246 - Quando constituindo edificações que comportem também outras destinações, nos casos previstos no Título B da Parte A, os hotéis, pensionatos e similares terão sempre acesso próprio independente e fisicamente separado do acesso de uso comum ou coletivo da edificação.

Art. 247 - As edificações para hotéis, pensões, motéis, pensionatos e similares deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Recepção ou espera;
- II - Quartos de hóspedes;
- III - Acesso e circulação de pessoas;
- IV - Instalações sanitárias;
- V - Serviços;
- VI - Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 248 - Deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos hóspedes e dos empregados, em número correspondente à área do andar mais a dos eventuais andares contíguos, atendidos pela instalação, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

Instalações mínimas obrigatórias	Hóspedes			Empregados			
	Lavatórios	Latrinas	Chuveiros	Lavabos	Latrinas	Mictórios	Chuveiros
Até 119 m ²	2	2	2	1	1	-	-
de 120 à 249 m ²	3	3	3	1	1	-	-
de 250 à 499 m ²	4	4	4	1	1	-	-
de 500 à 999 m ²	6	6	6	1	1	1	1
de 1000 à 1999 m ²	8	8	8	2	2	1	1
de 2000 à 3000 m ²	10	10	10	2	2	2	2
acima de 3000 m ²	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração

§ 19 - Em qualquer caso, a distância de qualquer quarto, apartamento ou alojamento de hóspedes, até a instalação sanitária, não poderá ser superior a 50,00 m.

§ 29 - Nas edificações de que trata o Capítulo II deste título (pensionatos), com área total de construção superior a 750,00 m², as instalações sanitárias para uso dos hóspedes deverão dispor de banheiras para banhos de imersão, em número correspondente a 1/600 ou fração da área do andar, mais a dos eventuais andares contíguos servidos (item V do artigo 58). A área mínima do compartimento dotado de banheira será de 3,00 m².

Art. 249 - As edificações para hotéis, pensionatos, casas de pensão, motéis e similares, com área total de construção superior a 750,00 m², deverão ainda ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independentes de eventual residência do zelador, pelo menos os seguintes compartimentos, para uso dos encarregados do serviço da edificação:

I - Instalações sanitárias com área mínima de 1,20 m²;

II - Depósito para guarda de material de limpeza, de consertos e outros fins;

III - Vestiário, com área mínima de 4,00 m².

Parágrafo único - As edificações com área total de construção superior a 250,00 m² e até 750,00 m², deverão ter apenas os compartimentos mencionados nos itens I e II.

Art. 250 - Os compartimentos destinados a cozinhas e copas deverão dispor de pia com água corrente.

Art. 251 - Os compartimentos destinados a recepção ou espera e a refeições, terão, pelo menos, o piso satisfazendo às condições previstas no item II do artigo 82.

Parágrafo único - Nesses compartimentos ou próximo deles, deverá haver instalação de pias com água corrente.

CAPÍTULO I

HOTÉIS

Art. 252 - Os hotéis com área total de construção superior a 750,00 m² deverão satisfazer, ainda, aos seguintes requisitos:



I - A porta principal de ingresso, ressalvado o disposto no Capítulo II da Parte A, terá largura mínima de 1,20 m. Próximo a essa porta deverá ficar o compartimento ou ambiente de recepção, espera e portaria, com área mínima de 16,00 m²;

II - Os quartos de hóspedes terão:

- a) área mínima de 6,00 m², quando destinados a uma pessoa;
- b) área mínima de 10,00 m², quando destinados a duas pessoas;

III - Os departamentos de hóspedes observarão as mesmas áreas mínimas estabelecidas no item anterior e terão em anexo, pelo menos, a instalação sanitária mínima de que trata o item I do artigo 58.

§ 1º - Além dos compartimentos expressamente exigidos nos artigos anteriores deste título, os hotéis terão, pelo menos, salas de estar ou de visitas e compartimentos destinados a refeições, copa, cozinha, despensa, lavanderia, vestiário dos empregados e escritório do encarregado do estabelecimento, de acordo com as seguintes condições:

I - As salas de estar ou de visitas, bem como os compartimentos destinados a refeições e cozinha, deverão, cada um, ter:

- a) área mínima de 12,00 m², se o total das áreas dos compartimentos, que possam ser utilizados para hospedagem, for igual ou inferior a 250,00 m²;
- b) a área mínima fixada na letra anterior, acrescida de 1,00 m² para cada 30,00 m² ou fração da área total dos compartimentos para hospedagem que exceder de 250,00 m²;

II - Os compartimentos para copa, despensa e lavanderia terão, cada um, área mínima de 6,00 m², a qual será também acrescida de 1,00 m² para cada 50,00 m² ou fração da área total de compartimento para hospedagem que exceder de 250,00 m²;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

III - Além das exigências anteriores, cada andar que contiver quartos ou apartamentos de hóspedes, cujas áreas somem mais de

250,00 m², deverá dispor, no próprio andar ou em andar imediatamente inferior ou superior, de compartimentos destinados a:

a) copa ou sala de permanência de empregados, com área mínima de 4,00 m²;

b) depósito para guarda de material de limpeza, rouparia e outros fins, com área mínima de 2,00 m²;

c) instalação sanitária para empregados, tendo, pelo menos, lavatório, latrina e chuveiro, com área não inferior a 1,50 m² e que poderá ser incluída no cômputo de que trata o artigo 248;

IV - O vestiário de empregados terá área mínima de 4,00 m², a qual será acrescida de 1,00 m² para cada 60,00 m² ou fração da área total de compartimentos para hospedagem que exceder de 250,00m²;

V - O compartimento ou ambiente destinado a administração do estabelecimento terá área mínima de 10,00m².

§ 2º - Os compartimentos de que trata o parágrafo anterior poderão ser distribuídos pelos respectivos setores ou andares, observadas as proporcionalidades e os totais obrigatórios, bem como a área mínima de cada compartimento, fixados nos itens do mencionado parágrafo.

§ 3º - Os compartimentos de utilização comum ou coletiva, não poderão ter acesso através de outros compartimentos de utilização restrita.



66

Folha no	206	de proc
no	326	de 19 76

Art. 253 - Os hotéis, com área total de construção igual ou inferior a $750,00m^2$, poderão satisfazer apenas as exigências das casas de pensão, previstas no Capítulo III deste título.

CAPÍTULO - II

PENSIONATOS

Art. 254 - Os pensionatos, casas de estudantes e outras modalidades de hospedagem semi-permanentes deverão obedecer, ainda, aos seguintes requisitos:

I - A porta principal de ingresso, ressalvado o disposto no Capítulo II da Parte A, terá largura mínima de 1,20m. Próximo a essa porta deverá ficar o compartimento ou ambiente de recepção, espera e portaria, com área mínima de $8,00m^2$;

II - Os quartos de hóspedes terão:

a) área mínima de $4,00m^2$, quando destinados a uma pessoa;

b) área mínima de $8,00m^2$, quando destinados a duas pessoas;

III - Os apartamentos de hóspedes observarão as

mesmas áreas mínimas estabelecidas no item anterior e terão em anexo, pelo menos, a instalação sanitária mínima de que trata o item I do artigo 58;

IV - Os dormitórios coletivos ou alojamentos terão:

a) área correspondente a $4,00m^2$ por leito, quando destinados a hóspedes ou internos de mais de 12 anos de idade;

b) área correspondente a $3,00m^2$ por leito, quando destinados a hóspedes ou internos até 12 anos.

M
INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

§ 1º - Além dos compartimentos expressamente exigidos nos artigos anteriores deste capítulo, os pensionatos terão, pelo menos, salas de estar ou de visitas e compartimentos destinados a refeições, cozinha, despensa, lavanderia e escritório do encarregado do estabelecimento, de acordo com as seguintes condições:

I - As salas de estar ou de visitas, bem como os compartimentos destinados a refeições e cozinha, deverão, cada um, ter:

a) área mínima de $8,00m^2$, se o total das áreas dos compartimentos, que possam ser utilizados para hospedagem, for igual ou inferior a $250,00m^2$;

b) a área mínima fixada na letra anterior acrescida de $1m^2$ para cada $35,00m^2$ ou fração da área total dos compartimentos para hospedagem que exceder de $250,00m^2$;

II - Os compartimentos para copa, despensa e lavanderia terão cada um, área mínima de $4,00m^2$, a qual será também acrescida de $1m^2$ para cada $70,00m^2$ ou fração da área total de compartimentos para hospedagem que exceder de $250,00m^2$;

III - O compartimento ou ambiente destinado à administração terá área mínima de $8,00m^2$;

IV - O setor dos serviços de saúde, que será o brigatório para as edificações referidas no artigo 254, com área total de construção superior a $750,00m^2$, deverá:

a) ter área mínima de $10,00m^2$, quando para consulta e exames;

b) ter área mínima de $10,00m^2$, quando para curativos e tratamento;

c) ter enfermarias, que observem as disposições do item VII e suas letras, e do caput do item VIII do artigo 275, e cuja área seja correspondente a $1/15$ da soma das áreas dos compartimentos que possam ser utilizados para hóspedes, tais como quartos, apartamentos ou alojamentos, respeitada a área mínima de $16,00m^2$;



d) ter quarto ou enfermaria para isolamento, com as condições fixadas no item

XII do artigo 275.

§ 2º - Os compartimentos de que trata o parágrafo anterior poderão ser distribuídos pelos setores ou andares, observadas as proporcionalidades e os totais obrigatórios, bem como a área mínima de cada compartimento, fixados nos itens do mencionado parágrafo.

§ 3º - Os compartimentos de utilização comum ou coletiva não poderão ter acesso através de outros compartimentos de utilização restrita.

CAPÍTULO - III

Casas de Pensão

Art. 255 - As casas de pensão e outras modalidades de hospedaria de caráter familiar, de permanência mais prolongada do que os hotéis, deverão obedecer, ainda, aos seguintes requisitos:

I - Terão recepção ou portaria próxima à porta de ingresso, em compartimento ou ambiente, com área mínima de 4,00m²;

II - Os quartos de hóspedes terão:

a) área mínima de 4,00m², quando destinados a uma pessoa;

b) área mínima de 6,00m², quando destinado a duas pessoas.

§ 1º - As casas de pensão ainda terão, pelo menos, compartimentos para refeições e cozinha com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo, de acordo com as seguintes condições:

I - O compartimento para refeições terá área mínima de 8,00m²;

II - O compartimento para cozinha terá área mínima de 6,00m².

§ 2º - Se a edificação apresentar área total de construção superior a 750,00m², deverá satisfazer às condições fixadas para os Hotéis (Capítulo I deste Título).

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATIL

CAPÍTULO IV

MOTÉIS.

Restringido p/ Lei 8904-79 P.L. 52-79

← Art. 256. Os motéis, que se caracterizam pelo estacionamento dos veículos próximos às respectivas unidades distintas e autônomas destinadas à hospedagem, deverão satisfazer, ainda, às exigências seguintes:

I - Cada unidade distinta e autônoma para hospedagem será constituída de:

a) quarto com área mínima de $6,00m^2$, quando destinado a uma pessoa ou com área mínima de $10,00m^2$, quando destinado a duas pessoas;

b) instalação sanitária, dispondo, pelo menos, de lavatório, latrina e chuveiro, em compartimento cuja área não será inferior a $1,50m^2$;

II - Terão compartimento para recepção, escritório e portaria com área mínima de $8,00m^2$;

III - Terão espaço para acesso e estacionamento de veículos atendendo às disposições do Capítulo VIII do Título A da Parte A, e na proporção mínima de uma vaga para cada unidade distinta e autônoma que possa ser utilizadas para hospedagem.

Parágrafo único - Não se aplica aos motéis a tabela do artigo 248.

Art. 257. Se o motel tiver serviços de refeições, deverá, ainda, ser provido de:

I - Compartimentos para refeições e cozinha, ligados entre si. Cada um desses compartimentos deverá:

a) ter área mínima de $8,00m^2$, se o total das áreas dos compartimentos, que possam ser utilizados para hospedagem, for igual ou inferior a $250,00m^2$;



b). ter a área mínima fixada na letra anterior acrescida de 1,00m² para cada 35,00m² ou fração da área total dos compartimentos para hospedagem que exceder de 250,00m²;

II - Compartimentos para copa, despensa e lavanderia, cada um com área mínima de 4,00m², a qual será também acrescida de 1,00m² para cada 70,00m² ou fração da área total dos compartimentos para hospedagem que exceder de 250,00m².

TÍTULO E.

HOSPITAIS, CLÍNICAS E CONGÊNERES

Art. 258 - As edificações para hospitais, clínicas, pronto-socorros, laboratórios de análises, asilos e confrarias destinam-se à prestação de assistência médica-cirúrgica e social, com internamento de pacientes.

Art. 259 - Conforme as características e finalidades das atividades relacionadas no anexo E do presente título, as edificações de que trata o artigo anterior poderão ser:

I - Hospitais;

II - Clínicas, e laboratórios de análises, com internamento de pacientes;

III - Asilos.

Art. 260 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Recepção, espera e atendimento;

II - Acesso e circulação;

III - Instalações sanitárias;

IV - Refeitório, copa e cozinha;

V - Serviços;

VI - Administração;

VII - Quartos de pacientes ou enfermarias;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATIL



VIII - Serviços médico-cirúrgicos e serviços de análises ou tratamento;

IX - Acesso e estacionamento de veículos.

Art. 261 - As edificações de que trata este título deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I - Terão próximo à porta de ingresso, um compartimento ou ambiente para recepção ou espera e portaria com área mínima:

a) de 16,00m², no caso das edificações do Capítulo I deste título;

b) 10,00m², no caso das edificações dos Capítulos II e III deste título;

II - Terão um compartimento ou ambiente para visitantes ou acompanhantes, com área mínima:

a) de 12,00m², no caso das edificações do Capítulo I deste título;

b) de 8,00m², no caso das edificações dos Capítulos II e III deste título;

III - O compartimento referido no item anterior deverá dispor de instalação sanitária, tendo, pelo menos, lavatório e latrina, em compartimento com área mínima de 1,50m² e que poderá ser incluída no cálculo da tabela constante do artigo seguinte.

Art. 262 - Deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos pacientes, dos empregados e do público, em número correspondente a área do andar mais a dos eventuais andares contíguos atendidos pela instalação, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

INGRID BAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

Área dos andares servidos (item V do artigo 58)	PACIENTES			EMPREGADOS				PÚBLICO		
	Lavatório	Latrina	Chuveiro	Lavatório	Latrina	Mictório	Chuveiro	Lavatório	Latrina	Mictórios
Até 119m ²	2	2	2	1	1	-	1	-	-	-
de 120 a 249m ²	3	3	3	1	1	1	1	1	1	1
de 250 a 499m ²	4	4	4	2	2	1	1	1	1	1
de 500 a 999m ²	6	6	6	2	2	2	2	1	1	1
de 1000 a 1999m ²	8	8	8	3	3	2	2	2	2	2
de 2000 a 3000m ²	10	10	10	3	3	2	2	3	3	3
Acima de 3000m ²	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/1000 m ² ou fração	1/1000 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração	1/1500 m ² ou fração	1/1000 m ² ou fração	1/1000 m ² ou fração	1/1000 m ² ou fração

Parágrafo Único - Nas edificações de que tratam os Capítulos I e III deste título, com área total de construção superior a 750,00m², as instalações sanitárias para uso dos pacientes deverão dispor de banheiras, para banho de imersão, em número correspondente a 1/600 ou fração da área do andar mais a dos eventuais andares contíguos servidos (item V do artigo 58). A área mínima do compartimento dotado de banheira será de 3,00m².

Art. 263 - As edificações de que trata este título deverão ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo, pelo menos os compartimentos a seguir indicados:

I - Refeitório para o pessoal de serviço, com área na proporção mínima de 1,00m² para cada 40,00m² ou fração da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para internamento, alojamento, atendimento ou tratamento de pacientes;

II - Copa e cozinha, tendo, em conjunto, área na proporção mínima de 1,00m² para cada 20,00m² ou fração da área total prevista no item anterior;

III - Despensa ou depósito de gêneros alimentícios, com área na proporção mínima de 1,00m² para cada 50,00m² ou fração da área total prevista no item I;

IV - Lavanderia, com área na proporção mínima de 1,00m² para cada 50,00m² ou fração da área total prevista no item I;



V - Vestiário para o pessoal de serviço, com área na proporção mínima de $1,00m^2$ para cada $60,00m^2$ ou fração da área total prevista no item I;

VI - Espaço descoberto próximo à lavanderia, especialmente destinado à exposição ao sol de roupas, cobertores e colchões, com área na proporção mínima de $1,00m^2$ para cada $60,00m^2$ ou fração da área total prevista no item I.

§ 1º - Deverão ter, ainda, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo, as seguintes dependências:

I - Depósito para guarda de material de limpeza, de conserto e outros fins, com área mínima de $4,00m^2$. Se a área total de construção for igual ou inferior a $250,00m^2$, o depósito poderá ter área mínima de $2,00m^2$;

II - Compartimento para serviços, com área mínima de $4,00m^2$. Se a área total de construção for igual ou inferior a $250,00m^2$, o depósito poderá ter área mínima de $2,00m^2$;

III - Compartimento devidamente equipado destinado à guarda e desinfecção de roupas, cobertores e colchões;

IV - Compartimentos para administração, registro, secretaria, contabilidade, gerência e outras funções similares. A soma das áreas desses compartimentos não poderá ser inferior a $50,00m^2$, no caso das edificações do Capítulo I deste Título, e de $16,00m^2$; no caso das edificações dos Capítulos II e III deste título. A área mínima de cada compartimento será de $8,00m^2$;

V - Compartimento para posto de enfermagem, com área mínima de $10,00m^2$;

VI - Sala de curativos ou emergência, com área mínima de $10,00m^2$;

INSTITUTO PARDAJ
ASSESSORA - AIL

VII - Nas edificações com área construída superior a 750,00m², é obrigatória a instalação de farmácia, tendo, em anexo, compartimento próprio para aviamento de receitas, com área mínima de 10,00m².

§ 29 - Em cada caso, a distância de qualquer quarto ou enfermaria de paciente até a instalação sanitária, a copa e o posto de enfermagem, não deverá ser superior a 30,00m.

§ 39 - Os centros cirúrgicos ou de obstetrícia deverão dispor, no mínimo, de duas salas de operação, septicas e asépticas, bem como de anestesia, expurgo, esterilização, lavabos dos cirurgiões e de sala das enfermeiras auxiliares.

Art. 264 - As edificações de que trata este título não se aplica o disposto nos itens I e II do artigo 69. Todos os compartimentos de permanência prolongada ou de permanência transitória referidos no artigo anterior deverão receber insolação, iluminação e ventilação por meio dos espaços previstos nos artigos 61, 62, 63, 67 e 68.

§ 19 - As aberturas dos compartimentos mencionados no parágrafo anterior, quando voltadas para direção situada entre os rumos NE e NO, serão providas de elementos quebra-sol ou persianas de material durável, a menos que já estejam protegidas em toda a sua extensão por marquises ou cobertura na parte superior, que avance 1,00m, no mínimo.

§ 29 - Nas salas de cirurgia, obstetrícia e curativos, a relação entre a área da abertura iluminante e a área do compartimento não será inferior a 1:4. A abertura estará voltada para direção que se situe entre os rumos SE e SO ou será zenital, devendo, ainda, ter proteção adequada contra ofuscamento, umidade e pó.

§ 39 - As exigências do parágrafo anterior poderão ser substituídas pelas condições especiais de iluminação e ventilação previstas no artigo 73.

Art. 265 - Sem prejuízo da exigência prevista no § 39 do artigo 113, os compartimentos para cirurgia, obstetrícia, curativos, recuperação e os respectivos acessos, como corredores, vestibulos, escadas ou rampas e antecâmaras, deverão ter iluminação de emergência nas condições indicadas no referido § 39 do artigo 113, com capacidade para proporcionar aclaramento, pelo menos, correspondente a 70% do obtido pela iluminação normal.



Parágrafo Único - Os equipamentos e as instalações indispensáveis ao funcionamento das atividades ou funções referidas neste artigo, bem como dos elevadores destinados ao transporte de pacientes em macas, deverão dispor de suprimento de energia por unidade geradora própria, independente da rede geral, para alimentação automática, em caso de emergência.

Art. 266 - Os compartimentos para quartos de pacientes, enfermarias, alojamento, recuperação, repouso, cirurgia e curativos terão pé-direito mínimo de 3,00 m e portas com largura de 0,90 m, no mínimo.

Art. 267 - Os compartimentos destinados a alojamento, enfermaria, recuperação, repouso, curativos, consultas, refeitórios ou cantinas, depósitos e serviços terão o piso e as paredes satisfazendo às condições previstas no item I do artigo 82.

§ 1º - Os acessos, como corredores, passagens, átrios, vestíbulos, antecâmaras, escadas ou rampas e os compartimentos de recepção, espera, atendimento ou portaria, bem como os quartos ou apartamentos de pacientes e similares, terão, pelo menos, o piso satisfazendo às condições previstas no item II do artigo 82.

§ 2º - Os compartimentos destinados a cirurgia, obstetrícia, ambulatórios, copas, cozinhas, despensas e similares deverão ter o piso, as paredes e pilares, os cantos e as aberturas satisfazendo às condições previstas nos itens I e III do artigo 82.

Art. 268 - Os compartimentos destinados a curativos, laboratório, esterilização, colheita de material, refeições, copas e cozinhas, bem como os quartos que não tiverem instalações sanitárias em anexo, deverão ser providos de pia com água corrente.

Art. 269 - As cozinhas, copas ou despensas deverão ser dotadas de geladeiras ou instalações frigoríficas com capacidade adequada.

Art. 270 - Os compartimentos ocupados por equipamentos que emitam irradiações perigosas (raios X, cobaltos e outros) deverão ter paredes, piso e teto em condições adequadas para proteger os ambientes vizinhos.

Art. 271 - As instalações de fornos ou recipientes de oxigênio, acetileno e outros combustíveis deverão obedecer às normas próprias de proteção contra acidentes, especialmente no tocante ao isolamento adequado.

WORLD RAGDAJ
ASSESSORA - ATIL

Art. 272 - Se existirem compartimentos para outras funções ligadas à atividade principal, tais como radiografia, câmara-escura, serviços de reparos e outros serviços acessórios, deverão observar as respectivas exigências, confor^m disposto nos artigos 165 e 166.

Art. 273 - As edificações destinadas ao internamento de pacientes de doenças infecciosas, contagiosas ou psíquicas deverão ficar afastadas 15,00m, no mínimo, das divisas do imóvel, inclusive dos alinhamentos, bem como de outras edificações no mesmo imóvel.

Parágrafo único - As edificações de que trata este artigo deverão, ainda, dispor de espaços verdes, arborizados e ajardinados, com área igual à área total dos compartimentos que possam ser utilizados para quartos, apartamentos ou enfermaria de pessoal portadores das mencionadas doenças.

CAPÍTULO - I

HOSPITAIS

Art. 274 - As edificações para hospitais destinam-se às atividades relacionadas no anexo E.I do presente título.

Art. 275 - Os hospitais deverão satisfazer, ainda, às seguintes condições:

I - Os espaços de acesso e circulação, sem prejuízo do cumprimento das condições estabelecidas no Capítulo II da Parte A, deverão observar os requisitos seguintes:

- a) nos locais de ingresso e saída, a largura mínima será de 3,00m;
- b) nos vestíbulos, corredores e passagens de uso comum, ou coletivo, a largura mínima será de 2,00m;
- c) nos corredores e passagens de uso exclusivo das dependências de serviço, a largura mínima será de 1,20m;



72

Folha n.º	212	de	100
n.º	326	de	19

d) nas escadas de uso comum ou coletivo, a largura mínima será de 1,50m e os de graus terão largura mínima de 0,31m e altura máxima de 0,16m;

e) nas rampas de uso comum ou coletivo, a largura mínima será de 1,50m e a declividade não superior a 8%;

II - Sem prejuízo do disposto nos itens I, II, III, IV, V e VI do artigo 263, dever-se-á observar o seguinte:

a) os refeitórios terão área mínima de 30,00m²;

b) os conjuntos de copa e cozinha terão área de 40,00m²;

c) as despensas terão área mínima de 20,00m²;

d) as lavanderias terão área mínima de 20,00m² e, obrigatoriamente, equipamento para lavar e secar;

e) os vestiários terão área mínima de 8,00m²;

f) os espaços descobertos para exposição de roupas (item VI do art. 263) terão área mínima de 8,00m² e a menor dimensão não inferior a 2,50m;

III - Em cada andar haverá compartimento para depósito e serviços que observarão as disposições, respectivamente, dos itens I e II do § 1º do artigo 263;

IV - Terão compartimento de triagem ou imediato atendimento, com ingresso próprio e possibilidade de acesso direto de carros. A área mínima desse compartimento será de 16,00 m²;

V - Se houver serviço completo de triagem e atendimento (pronto-socorro), deverão ser observadas as exigências próprias dessa atividade, previstas no Capítulo II deste título;

VI - Terão quartos ou apartamentos para pacientes, com:

pc
INORD RAGDAJ
ASSESSORA-ADM

a) área mínima de $8,00m^2$, quando destinados a um só paciente;

b) área de $12,00m^2$, quando destinados a dois pacientes;

VII - Terão enfermarias ou alojamentos com as seguintes condições mínimas:

a) área correspondente a $6,00m^2$ por leito, quando destinadas a pacientes de mais de 12 anos de idade;

b) área correspondente a $4,00m^2$ por leito, destinadas a pacientes de até 12 anos;

VIII - Cada enfermaria não deverá comportar mais de 24 leitos, distribuídos em ambientes com não mais do que 4 leitos. Cada enfermaria deverá ter, ainda, no mesmo andar:

a) um quarto para um paciente, conforme a letra "a" do item VI;

b) um quarto para dois pacientes, conforme letra "b" do item VI;

c) um posto de enfermagem, de que trata o item V do § 1º do artigo 263;

d) uma sala de tratamento, de que trata o item VI do § 1º do artigo 263;

e) um compartimento para serviços, de que trata o item II do § 1º do artigo 263;

f) uma copa, com área mínima de $8,00m^2$;

IX - Cada andar que contiver quartos, apartamentos ou enfermarias para pacientes deverá dispor, pelo menos, de um compartimento para visitantes, na forma do disposto no item II do artigo 261;

X - Para os serviços médico-cirúrgicos exigirão-se:

a) salas de cirurgia, com área mínima de $20,00m^2$;



b) conjuntos de dependências auxiliares da
cirurgia, com área mínima de $16,00m^2$;

c) salas de curativos, com área mínima de
 $12,00m^2$;

XI - Para os serviços de obstetrícia, quando
houver, exigir-se-ão:

a) uma sala de pré-parto, com área mínima
de $20,00m^2$;

b) uma sala de parto, com área mínima de
 $20,00m^2$;

c) uma sala própria para cirurgia, nas
condições da letra "a" do item ante-
rior;

d) uma sala de curativos, com área mí-
nima de $12,00 m^2$;

e) uma sala para puérperas portadoras de
infecção, com área mínima de $16,00m^2$;

f) uma sala para puérperas operadas, com
área mínima de $16,00m^2$;

g) berçário, com a área correspondente a
 $3,00m^2$ para cada berço;

XII - Terão um quarto ou enfermaria para isola-
mento, dotado de abertura envidraçada vol-
tada para passagem ou vestibulo. Esse qua-
to ou enfermaria terá área mínima de
 $16,00m^2$ e será provido de instalação sanitá-
ria, tendo, pelo menos, lavatório, latri-
na e chuveiro, com a área mínima de $1,50m$;

XIII - Terão um quarto especial para paciente afe-
tado de distúrbio nervoso.

Art. 276) - Todo hospital deverá ser provido de
instalação para coleta e eliminação do lixo séptico, de acor-
do com as normas emanadas da autoridade competente.

Art. 277) - Em todo hospital deverá haver:

INGRID BAGDAJ
ASSESSORA - A.I.L.

I - Compartimentos para velório, que preencha as condições mínimas fixadas no título próprio;

II - Espaços verdes arborizados e ajardinados, com área mínima igual a um décimo da área total da construção da edificação.

CAPÍTULO - II

CLÍNICAS E LABORATÓRIOS DE ANÁLISE

Art. 278 - As edificações para clínicas e laboratórios de análises destinam-se às atividades relacionadas nos anexos E.II, E.III, E.IV e E.V do presente título, com internamento de pacientes.

§ 1º - Segundo a finalidade, as edificações poderão ser:

- a) Clínicas e Pronto-Socorros;
- b) Bancos de Sangue;
- c) Laboratórios de Análises Clínicas;
- d) Fisioterapias.

*Regulamentadas
p/ dec. 16.706/76*

§ 2º - As normas peculiares a cada grupo são estabelecidas nas seções seguintes deste capítulo.

SEÇÃO - A

CLÍNICAS E PRONTO-SOCORROS

Art. 279 - As clínicas, pronto-socorros e congêneras deverão satisfazer, ainda, aos seguintes requisitos:

I - O compartimento de consulta, triagem ou imediato atendimento terá ingresso próprio e possibilidade de acesso por ambulância. A área mínima desse compartimento será de 16,00m²;

II - Sem prejuízo do disposto nos itens I, II, III, IV, V e VI do artigo 26., observar-se-á:

- a) refeitórios, com a área mínima de 10,00m²;
- b) copas, com a área mínima de 10,00m²;
- c) lavanderias, com a área mínima de 4,00m²;
- d) vestiários, com a área mínima de 4,00m²;



- e) espaços descobertos para exposição de roupas (item VI do art. 263), com a área mínima de $8,00m^2$ e a menor dimensão não inferior a 2,50m;

III - Os quartos ou apartamentos para pacientes terão:

- a) área de $8,00m^2$, quando destinados a um só paciente;
- b) área de $12,00m^2$, quando destinados a dois pacientes;

IV - Cada conjunto de salas de cirurgia, ortopedia ou recuperação e dependências necessárias terá área mínima de $20,00m^2$;

- V - As salas de laboratório de análises e de raios X terão, cada uma, área mínima de $12,00m^2$.

Parágrafo único - Os compartimentos de cozinha e despensa, na proporção estabelecida, respectivamente, nos itens II e III do artigo 263, serão obrigatórios apenas nas edificações, de que trata este artigo, que tiverem área total de construção superior a $750,00m^2$.

SEÇÃO - B

BANCOS DE SANGUE

Art. 280 - Os bancos de sangue, serviços de hemoterapia e congêneres, deverão, ainda, satisfazer aos seguintes requisitos:

- I - Terão compartimento de acordo com o disposto no item I do artigo 279;
- II - Observarão o disposto nas letras "b", "c", "d" e "e" do item II do artigo 279, sem prejuízo da obediência às exigências dos itens I, II, III, IV, V e VI do artigo 263;
- III - Terão quartos ou apartamentos de acordo com o disposto nas letras "a" e "b" do item III do artigo 279;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

IV - As salas de colheita de sangue terão área mínima de $6,00m^2$;

V - Os laboratórios de imunohematologia e sorologia terão área mínima de $12,00m^2$;

VI - As salas de esterilização terão área mínima de $10,00m^2$.

SECÇÃO - C

LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

Art. 281 - Os laboratórios de análises clínicas e congêneres deverão satisfazer, ainda, aos seguintes requisitos:

I - Terão compartimento de consulta, triagem ou atendimento com ingresso próprio e área mínima de $10,00m^2$;

II - Observarão o disposto nas letras "b", "c", "d" e "e" do item II do artigo 279, sem prejuízo da obediência às exigências dos itens I, II, III, IV, V e VI do artigo 263;

III - Os quartos ou apartamentos obedecerão ao disposto nas letras "a" e "b" do item III do artigo 279;

IV - A sala de colheita de material terá área mínima de $6,00m^2$;

V - As salas de análise terão área mínima de $12,00m^2$.

SECÇÃO - D

FISIOTERAPIAS

Art. 282 - Os institutos de fisioterapia e clínicas congêneres deverão satisfazer, ainda, aos seguintes requisitos:

I - Terão compartimento de acordo com o disposto no item I do artigo 261;

II - Observarão o disposto nas alíneas "b", "c", "d" e "e" do item II do artigo 279, sem prejuízo da obediência às exigências dos itens I, II, III, IV, V e VI do artigo 263;



III - Os quartos ou apartamentos obedecerão ao disposto nas letras "a" e "b" do item III do artigo 279.

Art. 283 - As salas para exame ou consulta terão área mínima de 10,00m² e as salas de aplicações, banhos privativos ou fisioterapia, área mínima de 12,00m².

Art. 284 - Os compartimentos de refeitório, cozinha e despensa, na proporção estabelecida, respectivamente, nos itens I, II, e III do artigo 263, serão obrigatórios apenas nas edificações de que tratam os artigos 280, 281 e 282, que tiverem área total de construção superior a 750,00m².

CAPÍTULO III

ASILOS

Art. 285 - As edificações para asilos, orfanatos, albergues e congêneres destinam-se às atividades relacionadas no anexo E.VI do presente título.

Art. 286 - Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior deverão satisfazer, ainda, aos seguintes requisitos:

- I - Nas edificações, cuja área total de construção for igual ou inferior a 750,00m², os espaços de acesso e circulação, como corredores, passagens, átrios, vestibulos, antecâmaras, escadas e rampas, deverão, conforme se destinam a uso coletivo ou restrito, satisfazer aos requisitos correspondentes, estabelecidos no Capítulo II do Título A da Parte A;
- II - Nas edificações acima do limite mencionado no item anterior, os referidos espaços de acesso e circulação, sem prejuízo da obediência ao exigido no Capítulo II do Título A da Parte A, deverão observar os mínimos fixados no item I do artigo 275;
- III - Os compartimentos para refeitórios, copa e cozinha, despensa, lavanderia, vestiário e espaço descoberto para exposição de roupas, obedecerão aos mínimos fixados, respectivamente, nas letras "a", "b", "c", "d" e "f" do item II do artigo 275, sem prejuízo da obediência às proporções mínimas estabelecidas no artigo 263;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

IV - Terão quartos ou apartamentos de acordo com as condições mínimas estabelecidas no item VI do artigo 275;

V - Terão alojamento de acordo com as condições mínimas estabelecidas no item VII do artigo 275;

VI - Os serviços médicos e odontológicos, quando houver, deverão satisfazer aos requisitos seguintes:

a) sala de consultas e exames médicos, com área mínima de $16,00m^2$;

b) sala para consultas e exames odontológicos, com área mínima de $10,00m^2$;

c) sala para curativos e tratamento, com área mínima de $16,00m^2$;

d) enfermarias que observem o disposto no item VII do artigo 275 e no caput do item VIII do mesmo artigo, e cuja área seja correspondente a 1/10 da soma das áreas dos compartimentos que possam ser utilizados para internamento, como quartos, apartamentos ou alojamentos;

VII - Terão um quarto ou enfermaria para isolamento, nas condições estabelecidas no item XII do artigo 275;

VIII - Terão um quarto especial para paciente afetado de distúrbio nervoso.

Art. 287 - As edificações de que trata este capítulo deverão dispor de:

I - Compartimentos para velório, de acordo com as condições mínimas estabelecidas no título próprio, se tiverem área total de construção superior a $750,00m^2$;

II - Espaços verdes, arborizados ou ajardinados, com área mínima igual a um décimo da área total de construção;



III - Espaço coberto para lazer, como galpão ou terraço, com área não inferior a 1/4 da área exigida no item anterior, para os espaços verdes, da qual poderá ser deduzida. Se o espaço tiver faces voltadas para direções situadas entre os rumos SO e SE, estas deverão ser devidamente protegidas por vedações fixas;

IV - Salas de aula, de trabalhos e leitura, com área, em conjunto, não inferior à prevista no item anterior, para o espaço coberto, observada a área mínima de 16,00m².

Art. 288 - Se houver locais para atividades escolares, deverão satisfazer às condições previstas no título próprio destas normas.

TÍTULO - F

ESCOLAS

Art. 289 - As edificações para escolas destinam-se a abrigar a realização de processo educativo ou instrutivo.

Art. 290 - Conforme as suas características e finalidades, poderão ser:

I - Parque Infantil;

II - Ensino de 1º grau e profissional;

III - Ensino de 2º grau e técnico-industrial;

IV - Ensino Superior;

V - Ensino não seriado.

Art. 291 - As edificações para escola deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Recepção, espera ou atendimento;

II - Acesso e circulação de pessoas;

III - Instalações sanitárias;

IN
INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

IV - Refeições;

V - Serviços;

VI - Administração;

VII - Salas de aulas e de trabalhos;

VIII - Salas especiais para laboratório, leituras e outros fins;

IX - Esporte e recreação;

X - Acesso e estacionamento de veículos.

Parágrafo único - No cálculo das áreas mínimas exigidas para as salas de aulas, de trabalhos práticos, de leitura, laboratórios e espaço para esporte e recreação, será considerada a capacidade máxima da escola por período.

Art. 292 - As edificações para escola terão obrigatoriamente:

I - Próximo à porta de ingresso, um compartimento ou ambiente de recepção ou atendimento do público em geral, com área mínima de $12,00m^2$;

II - Um compartimento ou ambiente para visitantes ou acompanhantes, com área mínima de $10,00m^2$, dispondo, em anexo, de instalação sanitária, tendo, pelo menos, lavatório e latrina, em compartimento, com área mínima de $1,50m^2$ e que poderá ser incluída no cálculo da tabela constante do artigo 294.

Art. 293 - As áreas de acesso e circulação, sem prejuízo da observância das condições estabelecidas no Capítulo II da Parte A, deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - Os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,00m;

II - Os espaços de acesso e circulação de pessoas, como vestibulos, corredores, passagens de uso comum ou coletivo, terão largura mínima de 1,50m;



III - As escadas de uso comum ou coletivo terão largura mínima de 1,50m, degraus com largura mínima de 0,31m e altura máxima de 0,16m;

IV - As rampas de uso comum ou coletivo terão largura mínima de 1,50m e declividade máxima de 12%.

Art. 294 - Deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos alunos e dos empregados, em número correspondente à área construída da edificação, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte;

Instalações Área mínimas o- brigató- rias. da edifica- ção	ALUNOS				EMPREGADOS			
	Lavató- rio	Latrina	Mic- tório	Chu- veiros	Lavató- rios	Latrinas	Mictórios	Chuveiros
Até 119m ²	2	2	1	-	1	1	1	1
de 120 a 149m ²	4	4	2	1	2	2	1	1
de 250 a 499m ²	6	6	3	3	2	2	2	2
de 500 a 999m ²	8	8	5	5	3	3	3	3
de 1000 a 1999m ²	10	10	8	8	4	4	4	4
de 2000 a 3000m ²	15	15	10	10	6	6	5	5
Acima de 3000m ²	1/200 m ² ou fração	1/200 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração

§ 1º - Nas edificações deste título, com área total de construção superior a 750,00m², e prevendo internamento de alunos, as instalações sanitárias para uso dos alunos deverão dispor de banheiras, para banho de imersão, em número correspondente a 1/750 ou fração da área total do andar mais a dos eventuais andares contíguos servidos (item V do artigo 58). A área mínima do compartimento sanitário dotado de banheira será de 3,00m².

INSTITUTO AGDAJ
ASSOCIADOS

§ 2º - As instalações sanitárias providas de chuveiros para uso dos alunos, que só serão obrigatórias quando estiver prevista a prática de esporte e educação física, deverão ficar próximas do local destinado a essas atividades e terão obrigatoriamente, em anexo, compartimento de vestiários dos alunos, com área na proporção mínima de $1,00\text{m}^2$ para cada $25,00\text{m}^2$ da área total dos compartimentos destinados a aulas, trabalhos, laboratórios, leituras e outras atividades similares. Em qualquer caso, a área mínima do compartimento será de $8,00\text{m}^2$.

§ 3º - As escolas não se aplica o disposto no item V do artigo 58, sendo que, em qualquer hipótese, a distância de qualquer sala de aula, trabalho, leitura esporte ou recreação, até a instalação sanitária e vestiários, não deverá ser superior a 50,00m.

Art. 295 - Próximo às salas de aula, de trabalho, de recreação e outros fins, deverá haver, ainda, bebedouros providos de filtros, em número igual ao exigido para os chuveiros de alunos na tabela do artigo anterior.

Art. 296 - As edificações de que trata este título deverão conter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo, pelo menos, os seguintes compartimentos:

I - Refeitório, lanchonete, copa e cozinha, tendo, em conjunto, área na proporção mínima de $1,00\text{m}^2$ para cada $40,00\text{m}^2$ ou fração da área total dos compartimentos que possam ser utilizados para aulas, trabalhos, laboratórios, leituras e outras atividades similares. Em qualquer caso, haverá, pelo menos, um compartimento com área de $8,00\text{m}^2$;

II - Despensa ou depósito de gêneros, com área na proporção mínima de $1,00\text{m}^2$ para cada $60,00\text{m}^2$ ou fração da área total mencionada no item I, observada a área mínima de $4,00\text{m}^2$;

III - Vestiário para os empregados, com área na proporção mínima de $1,00\text{m}^2$ para cada $80,00\text{m}^2$ ou fração da área total mencionada no item I, observada a área mínima de $4,00\text{m}^2$.

Art. 297 - As edificações para escola deverão ter, ainda, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo, as seguintes dependências:



Folha no	218	48	da	pro
no	326	19	74	

- I - Depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área mínima de $4,00m^2$. Se a área total de construção for igual ou inferior a $250,00m^2$, o depósito poderá ter área mínima de $2,00m^2$;
- II - Compartimentos de administração, portaria, secretaria, contabilidade e outras funções similares. A soma das áreas desses compartimentos não deverá ser inferior a $30,00m^2$, podendo cada um ter a área mínima de $8,00m^2$;
- III - Salas para os professores, com área mínima de $12,00m^2$;
- IV - Compartimentos de ambulatórios para exame médico, curativos e primeiros socorros. A soma das áreas desses compartimentos não deverá ser inferior a $16,00m^2$, podendo cada um ter a área mínima de $6,00m^2$.

Art. 298 - Os compartimentos destinados a refeitório, lanches, sala de professores e ambulatório, quando não dispuserem de sanitários anexos, deverão ter pia com água corrente.

Art. 299 - Os compartimentos destinados a depósitos, ambulatórios, laboratórios e outros fins terão o piso e as paredes, pilares ou colunas, satisfazendo às condições previstas no item I do artigo 82.

§ 1º - Os compartimentos destinados a refeitório, lanches, recepção e espera, bem como o espaço coberto para esporte e recreação, terão, pelo menos, o piso satisfazendo às condições previstas no item II do artigo 82.

§ 2º - As salas de aula, de trabalho e de leitura, bem como da biblioteca e dependências similares, terão piso de madeira ou de outro material com índices equivalentes de calor específico e absorção de ruídos.

pl
INGRID FAGDA
ASSESSORA - A.I.L.

§ 3º - Os espaços de acesso e circulação, como vestibulo, corredores, escadas ou rampas, terão piso de material durável, liso, impermeável e dotado de absorção de ruídos.

Art. 300 - Os compartimentos destinados a ensino, salas de aula, de trabalhos, de leitura, bem como a laboratórios, bibliotecas e fins similares, observarão as seguintes exigências:

I - Não poderão ter as aberturas externas voltadas para o Sul e situadas nas faces da edificação que façam ângulo menor que 45º com a direção Leste-Oeste;

II - Se as aberturas estiverem voltadas para direção situadas entre os rumos NE e NO, serão providas de elementos quebra-sol ou persianas, de material durável, a menos que já estejam protegidas em toda sua extensão por marquise ou cobertura, na parte superior, que avance 1,00m, no mínimo;

III - A relação entre as áreas da abertura iluminante e do piso do compartimento não será inferior a 1:5;

IV - Não terão comprimento superior a 2 vezes a largura, nem a 3 vezes o pé-direito;

V - Terão pé-direito de 3,00m, no mínimo;

VI - Terão a menor e a maior dimensão atendendo às relações mínimas fixadas para cada caso específico, pelas normas técnicas oficiais.

Parágrafo Único - Nas salas de aula é obrigatória a iluminação unilateral esquerda dos alunos, sendo admitida a iluminação zenital, quando adequadamente disposta e devidamente protegida contra ofuscamento.



Art. 301 - Os compartimentos destinados a refetório, lanches e outros de uso coletivo dos alunos, deverão dispor, pelo menos, de duas portas.

Art. 302 - Os espaços abertos destinados a esporte e recreação deverão ficar junto aos espaços cobertos com a mesma finalidade preencher as condições de espaço externo, ou de espaço interno ou ainda de espaço corredor, previstas nos artigos 61, 62 e 63.

Art. 303 - Se a escola mantiver internato, esse setor deverá preencher as condições de pensionato previstas no Capítulo II do Título D desta parte.

Art. 304 - Destinando-se conjuntamente a ensino de 1º grau e profissional, e de 2º grau e técnico industrial, as edificações para escola deverão dispor de local de reunião, como anfiteatro ou auditório, com área correspondente a metade do número previsto de alunos multiplicado por $1,00m^2$, com o mínimo de $200,00m^2$, que observa o disposto no Título G desta parte.

Art. 305 - Se existirem compartimentos para outras funções ligadas à atividade da edificação, tais como salas de projeção, serviços de reparos e outros serviços acessórios, deverão observar as respectivas exigências, conforme disposto nos artigos 165 e 166.

CAPÍTULO - I
PARQUES INFANTIS

Art. 306 - As edificações para parques infantis e escolas similares deverão satisfazer, ainda, às seguintes condições:

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ADM

I - A edificação deverá ter, no máximo, dois andares, admitindo-se andares em níveis diferentes, quando se tratar de solução natural em face da topografia do terreno. Em qualquer caso, os alunos não deverão vencer desnível superior a 4,50m;

II - As salas de aulas orais terão área correspondente a $1,50m^2$ por aluno, com o mínimo de $24,00m^2$. A menor dimensão não poderá ser inferior a 4,00m;

III - As salas de iniciativas ou trabalhos manuais terão área correspondente a $2,00m^2$ por aluno, com o mínimo de $32,00m^2$. A menor dimensão não será inferior a 5,00m;

IV - O espaço descoberto destinado a esporte e recreação terá área correspondente a $4,00m^2$ por aluno, com o mínimo de $50,00m^2$;

V - O espaço coberto para recreação ou ginásio terá área correspondente a $1,50m^2$ por aluno, com o mínimo de $30,00m^2$, e observará a relação mínima de 1:3 entre a menor e a maior dimensão, no plano horizontal. A menor dimensão não poderá ser inferior a 4,00m.

CAPÍTULO - II

ENSINO DE 1º GRAU E PROFISSIONAL

Art. 307 - As edificações para escolas de 1º grau e as de ensino profissional deverão satisfazer, ainda, às seguintes condições:

I - Não poderão ter mais de 2 andares, admitindo-se:

a) a exclusão de andar enterrado, quando nenhum ponto de sua laje de cobertura ficar acima de 1,50m do terreno natural, e quando destinado exclusivamente a estacionamento de carros ou constituir porão ou subsolo sem aproveitamento para fins de habitação ou permanência humana;



b) um terceiro andar superior para inter-
nato, no caso da escola manter esse
setor. Em qualquer caso, os alunos não
deverão vencer desnível superior a
9,00m;

II - As salas de aulas orais terão área corres-
pondente a $1,20 \text{ m}^2$ por aluno, com o míni-
mo de $42,00 \text{ m}^2$;

III - As salas de iniciativas ou trabalhos ma-
nuais terão área correspondente a $3,00 \text{ m}^2$
por aluno, com o mínimo de $54,00 \text{ m}^2$;

IV - As salas especiais ou laboratórios terão
área correspondente a $1,80 \text{ m}^2$ por aluno,
com o mínimo de $36,00 \text{ m}^2$;

V - O espaço descoberto destinado a esporte e
recreação terá área correspondente a $6,00 \text{ m}^2$
por aluno, com o mínimo de $200,00 \text{ m}^2$. Se-
rá observada a relação mínima de 1:3 entre
a menor e a maior dimensão, no plano hori-
zontal;

VI - O espaço coberto para recreação e espor-
te ou ginásio terá área correspondente a
 $2,00 \text{ m}^2$ por aluno, com o mínimo de $100,00 \text{ m}^2$.
Será observada a relação mínima de 1:3 en-
tre a menor e a maior dimensão no plano
horizontal. Terá pé-direito mínimo de
5,00 m.

Art. 308 - As edificações para escolas profis-
sionais deverão, ainda, ser dotadas de compartimen-
tos destinados a aulas práticas.

CAPÍTULO - III

ENSINO DE 2º GRAU E TÉCNICO-INDUSTRIAL

Art. 309 - As edificações para escolas de 2º
grau e as de ensino técnico-industrial deverão satisfazer, ain-
da, às seguintes condições:

I - Não haverá limitação para o número de anda-
res, mas deverão ser observadas as condi-
ções de segurança, circulação e serviço de
elevadores para todos os usuários, previs-
tos no Capítulo II e na Seção D do Capítu-
lo VII, da Parte A;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

II - As salas de aulas orais terão área correspondente a $1,20\text{m}^2$ por aluno, com o mínimo de $48,00\text{m}^2$;

III - As salas de iniciativas ou trabalhos manuais terão área correspondente a $3,00\text{m}^2$ por aluno, com o mínimo de $60,00\text{m}^2$;

IV - As salas especiais ou laboratórios terão área correspondente a $2,40\text{m}^2$ por aluno, com o mínimo de $48,00\text{m}^2$;

V - A biblioteca terá área mínima de $36,00\text{m}^2$;

VI - O espaço descoberto destinado a esporte e recreação terá área correspondente a $6,00\text{m}^2$ por aluno, com o mínimo de $200,00\text{m}^2$. Será observada a relação mínima de 1:3 entre a menor e a maior dimensão, no plano horizontal;

VII - O espaço coberto para recreação e esporte ou ginásio terá área correspondente a $2,00\text{m}^2$ por aluno, com o mínimo de $100,00\text{m}^2$. Será observada a relação mínima de 1:3 entre a menor e a maior dimensão, no plano horizontal. Terá pé-direito mínimo de 5,00 m.

Art. 310 - As escolas técnico-industriais deverão, ainda, ser dotadas de compartimentos para as instalações necessárias a prática de ensaios, provas ou demonstrações relativas às especializações previstas, bem como de oficinas, com a mesma finalidade. Esses compartimentos deverão observar as normas específicas correspondentes às funções a que se destinarem.

CAPÍTULO IV

Ensino Superior

Art. 311 - As edificações para ensino superior, além das disposições gerais constantes do artigo 289 até o 305, inclusive, aplicam-se, pelo menos, as disposições do artigo anterior referente as condições para escolas de 2º grau, ajustando-se as exigências às diferentes modalidades de curso previstas.

Parágrafo único - Nesses estabelecimentos será obrigatória a existência de local de reunião, como anfiteatro ou auditório de que trata o artigo 304, e de biblioteca, com área mínima de $100,00\text{m}^2$ e menor dimensão não inferior a 6,00m.



CAPÍTULO V

ENSINO NÃO SERIADO

Art. 312 - As edificações para ensino não seriado ou livre, caracterizado pela menor duração do curso e por serem ministradas aulas isoladas, subdividem-se nos anexos F.I., F.II, F.III e F.IV do presente capítulo.

Art. 313 - As edificações para as escolas referidas no anexo F.I, cuja área total de construção seja superior a $250,00m^2$, deverão preencher os mesmos requisitos previstos no Capítulo III deste título para as escolas de 2º grau e técnico-industriais, além das exigências gerais dos artigos 289 até 305 do presente título.

Art. 314 - As edificações para escolas referidas no anexo F.I, com área total de construção até $250,00 m^2$, bem como as destinadas as escolas incluídas no anexo F.II, estarão sujeitas, tão somente, às seguintes exigências:

I - Aplica-se-lhes o disposto no artigo 294, com exclusão do seu § 2º, no item III do artigo 296; no item I do artigo 297; no artigo 299 e seus § 1º, 2º e 3º; no parágrafo único do artigo 300 e no artigo 305;

II - Aplica-se-lhes o disposto no item I do artigo 292 e no item II do artigo 297, mas reduzindo-se as áreas mínimas exigidas nas mencionadas disposições para, respectivamente, $4,00m^2$ (compartimento ou ambiente de recepção) e $8,00m^2$ (compartimentos ou ambientes da administração);

III - Aplica-se-lhes o disposto no item I do artigo 309;

IV - Os espaços de acesso e circulação, como corredores, passagens, átrios, vestíbulos, escadas e rampas, deverão observar as condições estabelecidas no Capítulo II da Parte A;

V - Terão, em cada andar, espaço para espera de

aula ou permanência de alunos nos eventuais intervalos entre aulas. O espaço será junto às próprias áreas de circulação horizontal à razão de $100,00m^2$ de área de permanência para cada $10,00m^2$ ou fração do total das áreas de salas que possam ser utilizadas para aulas de qualquer modalidade.

INGRID BAGDAJ
ASSESSORA-ATL

Art. 315 - As edificações destinadas à academia esportiva (anexo F.III) compreendem o ensino de ioga, judô, caratê, luta-livre, pugilismo, halterofilismo, modelagem física e ginástica, e estarão sujeitas às seguintes exigências:

- I - Aplica-se-lhes o disposto nos artigos 294 e seus parágrafos; no artigo 295; no item I do artigo 297 e no artigo 305;
- II - Aplica-se-lhes o disposto no item I do artigo 292 e no item II do artigo 297, mas reduzindo-se as áreas mínimas exigidas nas mencionadas disposições para, respectivamente, $4,00m^2$ (compartimento ou ambiente de ingresso) e $8,00m^2$ (compartimentos ou ambientes de administração);
- III - Aplica-se-lhes o disposto no item I do artigo 309 e no item IV do artigo 314;

IV - As salas de aula prática terão:

- a) área mínima de $20,00m^2$, a menor dimensão não inferior a 4,00m e pé-direito mínimo de 3,00m;
- b) paredes e o piso revestidos de material adequado a absorção dos choques de pessoas e ao isolamento acústico dos ambientes vizinhos.

Art. 316 - As edificações para auto-escolas (anexo F.IV) estarão sujeitas às seguintes exigências:

- I - Aplica-se-lhes o disposto no § 2º do artigo 299 e no artigo 305;
- II - Aplica-se-lhes o disposto no item I do artigo 292 e no item II do artigo 297, mas reduzindo-se as áreas mínimas exigidas nas mencionadas disposições para, respectivamente, $4,00m^2$ (compartimento ou ambiente de ingresso) e $8,00m^2$ (compartimento ou ambiente de administração);
- III - Aplica-se-lhes o disposto no item I do artigo 309 e no item IV do artigo 314;



IV - As salas de aulas orais terão área correspondente a $1,20m^2$ por aluno, com o mínimo de $10,00m^2$;

V - Terão, pelo menos, uma instalação sanitária, para cada secção, contendo, no mínimo, lavatório e latrina em compartimento com área mínima de $1,50m^2$;

VI - Disporão de espaço para estacionamento com capacidade mínima para 3 carros, de acordo com o disposto na Secção A do Capítulo II do Título A da Parte A.

TÍTULO G

LOCAIS DE REUNIÃO

Art. 317 - As edificações para locais de reunião são as que se destinam à prática de atos de natureza esportiva, recreativa, social, cultural ou religiosa e que, para tanto, comportem reunião de pessoas.

Art. 318 - Conforme as características e finalidades das atividades relacionadas no anexo G do presente título, os locais de reunião de que trata o artigo anterior poderão ser:

I - Esportivos; _____

II - Recreativos ou sociais; _____

III - Culturais;

IV - Religiosos.

Art. 319 - Os locais de reunião, principalmente quando situados em andares superiores ou inferiores ao nível do solo, nos casos permitidos no Título B da Parte A, deverão observar rigorosamente as normas de segurança estabelecidas no Capítulo II da Parte A, em especial as exigências de acesso, circulação e escoamento das pessoas, bem como as normas construtivas do Capítulo VI da Parte A, em especial quanto a estrutura de concreto armado ou similar, resistência ao fogo e isolamento térmico e acústico.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

§ 19 - As escadas ou rampas de acesso serão orientadas na direção do escoamento e terminarão a uma distância de 3,00 m, no mínimo, da respectiva entrada, quando esta se situar no alinhamento dos logradouros.

§ 29 - É obrigatória a colocação de corrimões contínuos nos dois lados da escada.

Art. 320 - Os compartimentos ou recintos destinados a platéia, assistência ou auditório, cobertos ou descobertos, deverão preencher as seguintes condições:

I - As portas de acesso ao recinto deverão ficar distanciadas, pelo menos, 3,00 m da respectiva entrada, quando esta se situar no alinhamento dos logradouros;

II - A soma das larguras das portas de acesso ao recinto será proporcional à lotação do local, calculada conforme o item XI do artigo 26, combinado com o item II do seu parágrafo 29, à razão de 0,01 m por pessoa, no mínimo. Não serão considerados os espaços ocupados pelas borboletas de ingresso, quando estas forem fixas;

III - Cada porta não poderá ter largura inferior a 1,00 m; as suas folhas deverão abrir sempre para fora, no sentido da saída do recinto, e, quando abertas, não deverão reduzir o espaço dos corredores, passagens, vestibulos, escadas ou átrios de acessos;

IV - Quando tiverem capacidade igual ou inferior a 100 lugares, deverão dispor de, pelo menos, duas portas, com largura mínima de 1,00 m, cada uma, distanciadas entre si 3,00 m, dando para os espaços de acesso e circulação ou diretamente para espaço externo;

V - Quando classificados nas demais categorias do artigo 26, deverão ter, pelo menos, duas de suas portas, com largura mínima de 1,20 m, cada uma, distanciadas entre si 5,00 m, dando para os espaços de acesso e circulação ou diretamente para espaço externo;

VI - A lotação do recinto, calculada na forma do artigo 26 será obrigatoriamente anunciada em cartazes bem visíveis ao público, junto a cada porta de acesso, dos lados externo e interno;



VII - A área mínima do recinto será de 80,00m² e a menor dimensão, no plano horizontal não será inferior a 6,00 m;

VIII - A distribuição e o espaçamento de mesas, lugares, arquibancadas, cadeiras ou poltronas, e de instalações, equipamentos ou aparelhos para utilização pelo público, no recinto, deverão proporcionar o escoamento, para os espaços de acesso e circulação, da lotação correspondente, em tempo não superior a 10 minutos;

IX - Os recintos serão divididos em setores, por passagens longitudinais e transversais, com largura necessária ao escoamento da lotação do setor correspondente. Para setores com lotação igual ou inferior a 150 pessoas, a largura livre e mínima das passagens longitudinais será de 1,20 m e a das transversais será de 1,00 m; para setores com lotação acima de 150 pessoas, haverá um acréscimo nas larguras das passagens longitudinais e transversais, à razão de 0,08 m por lugar excedente;

X - A lotação máxima de cada setor será de 250 lugares, sentados ou de pé;

XI - Os trechos de linhas ou colunas sem interrupção por corredores ou passagens não poderão ter mais de 20 lugares, sentados ou de pé, para as edificações incluídas nos Capítulos I, II e III, e de 15 lugares, sentados ou de pé, para as edificações de que trata o Capítulo IV deste título;

XII - As linhas ou colunas que tiverem acesso apenas de um lado, terminando do outro junto a paredes, divisões ou outra vedação, não poderão ter mais de que 5 lugares, sentados ou de pé, com exceção das arquibancadas esportivas que poderão ter até 10 lugares;

XIII - Quando as linhas ou colunas forem formadas de poltronas ou assentos, exigir-se-á:

- a) que o espaçamento mínimo entre as colunas, medido de encosto a encosto, seja de 0,90 m;
- b) que a largura mínima da poltrona ou assento, medida de eixo a eixo dos braços, seja de 0,50 m;

XIV - O vão livre entre os lugares será, no mínimo, de 0,50 m;

XV - As passagens longitudinais poderão ter declividade até 12%. Para declividades superiores, terão degraus todos com a mesma largura e altura, sendo.

INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-ATL

- a) a largura mínima de 0,28 m e a máxima de 0,35 m;
- b) a altura mínima de 0,12 m e a máxima de 0,16 m;

XVI - Havendo balcão, exigir-se-á:

- a) que a sua área não seja superior a 2/5 da área destinada ao recinto;
- b) que tenha pé-direito livre de 3,00 m, no mínimo, e que o espaço do recinto situado sob ele também tenha pé-direito livre de 3,00 m, no mínimo;
- c) que satisfaçam aos mesmos requisitos para os recintos exigidos nos itens I a XV, com exclusão do item VII;
- d) que no caso de possuírem patamares, para colocação de cadeiras, com desnível

superior a 0,34 m, cada patamar tenha degraus intermediários, com os limites de largura e altura fixadas nas letras "a" e "b" do item anterior;

XVII - Deverão ter isolamento e condicionamento acústico atendendo ao disposto no Capítulo VI do Título A da Parte A;

XVIII - Serão dotados internamente, junto às portas, de iluminação de emergência, nas mesmas condições estipuladas no § 3º do art. 113 para os espaços de acesso e circulação;

XIX - Quando destinados a realização de espetáculos, divertimentos ou atividades que tornem indispensável o fechamento das aberturas para o exterior, o recinto deverá dispor de instalação de renovação de ar ou de ar condicionado, que atenda aos requisitos seguintes:

- a) a renovação mecânica do ar terá capacidade mínima de 50,00 m³ por hora, por pessoa e será distribuída uniformemente pelo recinto, conforme as normas técnicas oficiais;
- b) o condicionamento do ar levará em conta a lotação, a temperatura ambiente e a distribuição pelo recinto, conforme as normas técnicas oficiais.

XX - As escadas ou rampas, quando situadas em frente às portas de acesso ao recinto, deverão terminar a distância mínima de 3,00 m dessas portas.

Art. 321, - As edificações deverão satisfazer às seguintes condições:



7 - Terão escada e abertura de acesso ao teto e à cobertura, bem como passarela interna de circulação, com finalidade de facilitar a inspeção periódica das condições de estabilidade e segurança do teto e da cobertura;

II - As paredes externas deverão observar os requisitos do artigo 93, e elevar-se, no mínimo, 1,00 m acima da cobertura, a fim de dificultar a propagação de incêndio;

III - A fiação elétrica será obrigatoriamente embutida em dutos, que terão secção adequada para evitar os riscos de curto circuito.

Art. 322 - Deverão dispor de instalações sanitárias para uso dos empregados e do público, em número correspondente à área total dos recintos e locais de reunião, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

Instalações mínimas obrigatórias	Área total dos recintos e locais de reunião	Empregados			Público		
		Lavatórios	Latrinas	Mictórios	Lavatórios	Latrinas	Mictórios
Até	119m ²	1	1	-	2	2	2
de 120	à 249m ²	2	2	1	2	2	2
de 250	à 499m ²	2	2	1	4	4	4
de 500	à 999m ²	3	3	2	6	6	6
de 1000	à 1999m ²	3	3	2	8	8	8
de 2000	à 3000m ²	4	4	3	10	10	10
acima de	3000m ²	1/750 m ² ou fração	1/750 m ² ou fração	1/1000 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração

§ 1º - Em qualquer caso, a distância de qualquer lugar, sentado ou de pé, até a instalação sanitária não deverá ser superior a 50,00 m.

§ 2º - Se a ventilação das instalações sanitárias for indireta, forçada ou especial, deverá ter o dobro da capacidade fixada na Secção B do Capítulo IV da Parte A.

Art. 323 - Os compartimentos destinados a refeitório, lanche, copa, cozinha e vestiário, quando não dispuserem de sanitário em anexo, deverão ter pia com água corrente.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

Art. 324 - Os compartimentos destinados a refeitório, lanches, despensas e depósitos terão o piso e as paredes, pilares ou colunas satisfazendo as condições previstas no item I do artigo 82.

Art. 325 - Os compartimentos de recepção ou espera, bem como dos espaços de acesso e circulação de uso comum ou coletivo, terão o piso satisfazendo as condições previstas no item II do artigo 82.

Art. 326 - As edificações para locais de reunião deverão, ainda, ter, com acesso pelas áreas de uso comum ou coletivo e independentes de eventual residência do zelador ou vigia, pelo menos um depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área não inferior a 4,00 m².

Parágrafo único - Se a edificação tiver área inferior a 250,00 m², o compartimento de que trata este artigo poderá ter área mínima de 2,00 m².

CAPÍTULO I

ESPORTIVOS

Art. 327 - As edificações para locais de reunião esportiva destinam-se às atividades relacionadas no anexo G.I do presente título.

Art. 328 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Ingresso ou espera;

II - Acesso e circulação de pessoas;

III - Instalações sanitárias;

IV - Refeições;

V - Serviços;

VI - Administração;

VII - Prática de esporte;

VIII - Espectadores.

Art. 329 - As edificações deverão satisfazer, pelo menos, às seguintes condições:



- I - Próximo à porta de ingresso haverá compatibilidade ambiente ou local para recepção ou espera, com área mínima de 16,00 m²;
- II - Os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,00 m. Os espaços de acesso e circulação, como corredores, passagens, átrios, vestibulos, escadas e rampas, de uso comum ou coletivo, sem prejuízo da observância das condições estabelecidas, para a categoria da edificação, no Capítulo II da Parte A, terão a largura mínima de 2,00 m;
- III - Haverá espaço de acesso e circulação para empregados, esportistas e público, independentes entre si e separados do acesso e circulação de veículos;
- IV - As rampas de acesso, observado o disposto no artigo 38, vencendo altura superior a 1,50 m, deverão ter patamar intermediário, com profundidade, pelo menos, igual a largura;
- V - Deverão dispor, além das exigidas no artigo 322, de instalações sanitárias para uso dos atletas, próximo aos locais para prática de esporte, em número correspondente a área total desses locais destinados a prática de esporte, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

Instalações mínimas obrigatórias Área total dos locais destinados à prática de esportes	Atletas			
	Lavatórios	Latrinhas	Mictórios	Chuveiros
Até 119 m ²	2	2	1	2
de 120 a 249 m ²	2	2	1	2
de 250 a 499 m ²	2	2	2	4
de 500 a 999 m ²	4	4	3	6
de 1000 a 1999 m ²	4	4	4	8
de 2000 a 3000 m ²	6	6	6	12
Acima de 3000 m ²	1/500 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/250 m ² ou fração

INGRID RAGDAJ
ASSECCORA - A.T.L.

VI - As instalações sanitárias de que trata o item anterior terão obrigatoriamente, em anexo, compartimento de vestiário dos atletas, com área na proporção mínima de $1,00 \text{ m}^2$ para cada $25,00 \text{ m}^2$ da área total da parte destinada a prática de esportes, observada a área mínima de $8,00 \text{ m}^2$ para cada um dos vestiários;

VII - A tabela constante do item V e a proporção referida no item anterior, vigorarão até o limite máximo de 10.000 m^2 da área total, destinada à prática de esportes, que não incluirá os espaços para atletismo, equitação, golfe e outros de grandes dimensões;

VIII - Próximo aos locais para prática de esporte e para espectadores, deverá haver bebedouros providos de filtro, em número correspondente ao dobro do fixado para os chuveiros na tabela constante do item V. Em cada vestiário deverá ser prevista a instalação de, pelo menos, um bebedouro;

IX - Deverá haver, ainda, com acesso pelos espaços de uso comum ou coletivo, as seguintes dependências:

- a) refeitório dotado de copa ou cozinha com área, em conjunto, de $20,00 \text{ m}^2$, no mínimo;
- b) vestiário de empregados, com área na proporção mínima de $1,00 \text{ m}^2$ de compartimento para cada $80,00 \text{ m}^2$ ou fração da área total de construção, não podendo ser inferior a $4,00 \text{ m}^2$;
- c) compartimento ou ambiente para administração do estabelecimento, com área mínima de $12,00 \text{ m}^2$;
- d) ambulatório para exame médico, curativos e primeiros socorros, com área, em conjunto, de $12,00 \text{ m}^2$, no mínimo.



Art. 330 - Se o recinto para a prática de esportes for coberto, serão observadas as seguintes condições:

- I - As aberturas deverão ser voltadas para a orientação que ofereça condições adequadas à prática do esporte a que se destina o recinto, evitando-se ofuscamento ou sombras prejudiciais;
- II - A relação entre a área total das aberturas para iluminação e a área do piso do recinto não será inferior a 1:5;
- III - No mínimo, 60% da área exigida no item anterior, para abertura de iluminação, deverá permitir a ventilação natural, distribuída em duas faces opostas do recinto;
- IV - Salvo a hipótese do item XIX do artigo 320, nos demais casos apenas a metade da ventilação natural exigida no item anterior poderá ser substituída por instalação de renovação do ar, com capacidade mínima de 30,00 m³ por hora por pessoa, distribuída uniformemente pelo recinto e conforme as normas técnicas oficiais ou sistema equivalente;
- V - O pé-direito observará as regras oficiais de cada modalidade esportiva, observado o mínimo de 5,00 m.

Art. 331 - Na posição dos recintos descobertos, será considerada a orientação que oferecer condições adequadas à prática do esporte a que forem destinadas, evitando-se ofuscamento ou sombras prejudiciais.

Art. 332 - Nos recintos cobertos ou descobertos, a correta visão da prática esportiva, por espectadores situados em qualquer dos lugares destinados à assistência, deverá ser assegurada, entre outras, pelas seguintes condições fundamentais:

- I - Distribuição dos lugares adequados à orientação, de modo a evitar-se o ofuscamento ou sombras prejudiciais à visibilidade;
- II - Disposição e espaçamento conveniente dos lugares.

ASS. REG. DAJ
AS. REG. DAJ - ALL

Art. 333 - As arquibancadas terão as seguintes dimensões:

I - Para a assistência sentada:

- a) altura mínima de 0,35;
- b) altura máxima de 0,45;
- c) largura mínima de 0,80;
- d) largura máxima de 0,90;

II - Para a assistência de pé:

- a) altura mínima de 0,35;
- b) altura máxima de 0,45;
- c) largura mínima de 0,40;
- d) largura máxima de 0,50.

Art. 334 - Nas edificações esportivas, com capacidade igual ou superior a 5.000 lugares, deverá ser prevista a instalação de bares para público, bem como de locais para policiamento, sendo que a área do recinto corresponderá às necessidades da prática dos esportes a que for destinado, respeitada a distribuição decorrente da lotação máxima prevista.

CAPITULO II

RECREATIVAS OU SOCIAIS

Art. 335 - Os locais de reuniões recreativas ou sociais destinam-se às atividades relacionadas no anexo G. II do presente título.

Art. 336 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Ingresso ou espera;

II - Acesso e circulação de pessoas;

III - Instalações sanitárias;

IV - Serviços;

V - Reunião.

Art. 337 - As edificações deverão satisfazer, pelo menos, ainda, aos seguintes requisitos:



- I - Os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,00 m;
- II - As rampas de acesso, observado o disposto no artigo 38, vencendo altura superior a 3,50 m, deverão ter patamar intermediário, com profundidade, pelo menos, igual a largura;
- III - Haverá, ainda, com acesso pelos espaços de uso comum ou coletivo, compartimentos de vestiários, com área na proporção mínima de $1,00 \text{ m}^2$ de compartimento para cada 80,00 m^2 ou fração da área total de construção, não podendo ser inferior a $4,00 \text{ m}^2$;
- IV - Se existir serviço de refeição, como restaurante, lanches, bares, ou similares, de verão ser observadas as normas próprias estabelecidas nos artigos 323 e 324, e na letra "a" do item IX do artigo 329;
- V - Se houver palco ou se no local se realizarem atividades cênicas, deverão ser observadas as normas próprias estabelecidas nas letras "e", "f" e "g" do item X do artigo 340 e nos itens I, II, III, IV e V do artigo 341;
- VI - O recinto de reunião deverá satisfazer às condições estabelecidas para compartimento de permanência prolongada, exigindo-se, ainda:
- a) pé-direito de 3,00 m, no mínimo;
- b) área do recinto correspondente às necessidades da sua destinação, respeitada a distribuição decorrente da lotação máxima prevista;
- c) ventilação natural, proporcionada por 60%, no mínimo, da área exigida para aberturas de iluminação. Salvo a hipótese do item XIX do artigo 320, nos demais casos apenas a metade da ventilação natural, ora exigida, poderá ser substituída por instalação de renovação do ar, com capacidade mínima de $30,00 \text{ m}^3$ por hora, por pessoa, distribuída uniformemente pelo recinto e de acordo com as normas técnicas oficiais, ou sistema equivalente.

M. FAGDAJ
ASSESSORA-ADM

CAPÍTULO III

CULTURAIS

Art. 338 - As edificações para locais de reunião de fins culturais destinam-se às atividades relacionadas no anexo G. III do presente título.

Art. 339 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Ingresso ou recepção;
- II - Acesso e circulação de pessoas;
- III - Instalações sanitárias;
- IV - Serviços;
- V - Administração;
- VI - Espectadores;
- VII - Acesso e estacionamento de carros.

Art. 340 - As edificações deverão satisfazer, pelo menos, ainda, aos seguintes requisitos:

- I - Próximo às portas de ingresso haverá um compartimento ou ambiente para recepção ou sala de espera, com área correspondente à da sala de espetáculos, e que deverá ser obrigatoriamente na proporção mínima seguinte:

- a) para cinemas: 8%;
- b) para teatros, auditórios e outros: 12%;

- II - Se houver balcão, este deverá também dispor de sala de espera própria, dimensionada na forma do item anterior;

- III - Não poderão ser contados, na área exigida pelos itens anteriores, quaisquer espaços da sala de espera utilizados para bombonieres, bares ou vitrinas, mostruários ou instalações similares;

- IV - Qualquer que seja a área da sala de espetáculos, a sala de espera terá área no mínimo, de 16,00 m².

Para os balcões, a área será de 10,00 m²;



V - No caso de a sala de espetáculos situar-se observadas as normas do Capítulo II da Parte A, em andar inferior ou superior da edificação, além do exigido nos itens precedentes, deverá existir junto à porta de ingresso, ao nível do solo, outra sala de espera, com área mínima correspondente a metade da prevista nos itens I e IV;

VI - Os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 3,00 m. Os espaços de acesso e circulação, como corredores, passagens, átrios, vestíbulos, escadas e rampas de uso comum ou coletivo, sem prejuízo da observância das condições estabelecidas, para a categoria da edificação, no Capítulo II da Parte A, terão a largura mínima de 1,50 m;

VII - As rampas de acesso, observado o disposto no artigo 38, vencendo altura superior a 3,50 m, deverão ter patamar intermediário, com profundidade, pelo menos, igual à largura;

VIII - Próximo aos agrupamentos de instalações sanitárias de uso do público, deverá haver, com acessos de uso comum ou coletivo, bebedouros providos com filtro.

IX - Se existir serviço de refeições, como restaurantes, bares e similares, deverão ser observadas as normas próprias estabelecidas nos artigos 323 e 324, e na alínea "a" do item IX do artigo 329;

X - A sala de espetáculos deverá satisfazer às condições fixadas no artigo 73 e no item XIX do artigo 320, exigindo-se, ainda:

a) Se forem previstas iluminação e ventilação através de aberturas para o exterior, estas deverão estar voltadas para orientação que ofereça ao ambiente condições adequadas de iluminação, de modo a evitar ofuscamento ou sombra prejudiciais, tanto para os apresentadores quanto para os espectadores;

M
MEND PAGDAJ
ASSECORA-ATI

b) que a relação entre a área total das aberturas para iluminação, referidas na letra anterior, e a área do piso do recinto não seja inferior a 1:5;

c) que, no mínimo, 60% da área exigida na letra anterior, para abertura de iluminação, permita a ventilação natural permanente. Salvo a hipótese do item XIX do artigo 320, aplicável a cinemas, teatros e outras atividades similares, nos demais casos apenas a metade da ventilação natural, ora exigida, poderá ser substituída por instalação de renovação mecânica de ar com capacidade mínima de 30,00 m³ por hora, por pessoa, distribuída uniformemente pelo recinto de acordo com as normas técnicas oficiais, ou sistema equivalente;

d) que o pé-direito seja de 6,00 m, no mínimo;

e) que haja ampla visibilidade da tela ou palco, por parte do espectador situado em qualquer um dos lugares. Para demonstrar essa condição tomar-se-á a altura de 1,125 m para a vista do espectador sentado; a linha que liga o piso do palco ou a parte inferior da tela até a vista de cada espectador, deverá passar, pelo menos, 0,125 m acima da vista do espectador da linha anterior;

f) que o ângulo da visibilidade, de qualquer lugar com o eixo perpendicular à tela ou boca de cena, seja, no máximo, de 60°;

g) que existam obrigatoriamente cadeiras, poltronas ou outra modalidade de permanência sentada.



Secção A

Teatros

Art. 341 - As edificações para teatros e similares deverão, ainda, atender aos seguintes requisitos:

I - O ponto no centro do palco para a linha de visão, referida na alínea "a" do item X do artigo anterior, será tomado 0,30 m acima do piso do palco, e a profundidade de 3,00 m a contar da boca de cena;

II - A cobertura do palco deverá dispor de chaminé, nas condições do item II do artigo 65, para ventilação e, especialmente, para tiragem dos gases quentes ou fumaça que se formam no espaço do palco;

III - Nas casas de espetáculo de lotação superior a 300 lugares, com exceção dos "de arena", exigir-se-á que a boca de cena e todas as demais aberturas do palco e suas dependências, inclusive depósitos e camarins que se comunicarem com o restante da edificação, sejam dotados de dispositivos de fechamento imediato, feito de material resistente ao fogo de 1 hora, no mínimo, como cortina de aço ou similar, para impedir a propagação de incêndio;

IV - O dispositivo de fechamento imediato referido no item anterior deverá:

- a) impedir que chamas, gases ou fumaça penetrem no recinto destinado ao público ou sala de espetáculos;
- b) resistir a pressão horizontal, no seu centro, pelo menos, de 5kg/m^2 ;
- c) ser acionado por meio eletromecânico ou por gravidade, com maior velocidade no início do percurso e frenagem progressiva até o final do fechamento, sem choque;
- d) ser, também, acionado por meios manuais;

7 Acrescenta? ~~dispositivo?~~
dispositivo?
Lei 10.739/09.

INEMD RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

V - Haverá depósitos para cenários, guarda-roupas e outros materiais cênicos ou decorativos, com área, pelo menos, igual a de todo o palco, e construídos de material resistente ao fogo de 4 horas, no mínimo. Esses depósitos não poderão ser localizados sob o palco;

VI - Os cenários, materiais decorativos, cortinas e demais elementos do palco deverão ser tratados com servativos que os capacitem a resistir ao fogo;

VII - Haverá camarins ou vestiários de uso coletivo, que deverão, pelo menos:

a) estar separados em agrupamentos para cada sexo, dispondo cada conjunto da área total de 20,00 m², no mínimo;

b) ser providos de lavatórios com água corrente, na proporção de um lavatório para cada 5,00 m² de área do conjunto de camarins;

c) dispor, em anexo ou em local próximo, de instalações sanitárias, além das exigidas no artigo 322, para uso dos artistas e atores, atendendo ao disposto no artigo 58 e demais disposições das Normas Gerais (Parte A).

Haverá, separados para cada sexo, compartimentos contendo, pelo menos, lavatório, latrina e chuveiro, com área mínima de 1,50 m², na proporção mínima de 1 para cada 10,00 m² ou fração da área total de camarins ou vestiários;

VIII - Se houver camarins ou vestiários de uso individual ou privativo, deverão, pelo menos:

a) ser separados para cada sexo;

b) ter, cada um, área mínima de 4,00 m²;

c) ser dotado de lavatório com água corrente;



Folha n.º	230	89	proc
n.º	326	de 19	76

- d) dispor de instalações sanitárias privativas ou coletivas, que preencham as mesmas condições e proporções constantes da letra "c" do item anterior;

IX - Os compartimentos destinados aos artistas, músicos e empregados em geral terão acesso para o exterior separado do destinado ao público e que observarão os requisitos estabelecidos para os espaços de uso comum ou coletivo previstos no Capítulo II da Parte A.

Secção B

Cinemas

Art. 342 - As edificações para cinema ou projeções similares deverão satisfazer aos seguintes requisitos:

→ Acrescenta disposto
Plm 10.759/89

I - A posição da tela e da cabina de projeção, bem como a disposição dos lugares, deverá ser prevista de forma que:

- a) o feixe luminoso da projeção fique sempre à distância vertical mínima de 2,50 m de qualquer ponto do piso da sala de espetáculos;
- b) a largura da tela não seja inferior a 1/6 da distância que separa a tela da linha mais distante dos lugares;
- c) as cadeiras ou poltronas não se localizem fora da zona, em planta, compreendida entre duas retas que partam das extremidades laterais da tela e formem com esta ângulo de 120º;
- d) nenhuma cadeira seja colocada fora do perímetro definido pela poligonal que ligue três pontos afastados da tela por distância igual à largura desta e situados, respectivamente, sobre as retas com ângulo de 120º referidas na letra anterior e a reta normal ao eixo da tela;

INORD RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

II - As salas de espetáculo, sejam platéias ou balcões, terão pisos praticamente planos e sem degraus sob cada fila ou série de lugares, no sentido transversal da sala de espetáculos, podendo formar patamares no sentido longitudinal;

III - A cabine de projeção, deverá, pelo menos:

a) ter espaço suficiente para comportar duas máquinas;

b) ter comprimento mínimo de 3,50 m, no sentido da projeção, e largura mínima de 4,00 m;

c) ter a largura acrescida de 1,50 m, para cada máquina de projeção adicional às duas referidas na letra "a";

d) ter pé-direito mínimo de 3,00 m;

e) ser construída de material resistente a, pelo menos, 4 horas de fogo;

f) ser dotada de porta de acesso, que abrirá para fora, de material resistente a 1,1/2 horas de fogo, no mínimo;

g) ter abertura para o exterior;

h) ser dotada de chaminé de comunicação direta com o exterior, construída de material resistente a 4 horas de fogo, no mínimo, com seção transversal mínima de 0,09 m² e elevada, pelo menos, 1,50 m acima da cobertura dessa parte da edificação;

i) não ter outras comunicações diretas com a sala de espetáculos, a não ser as aberturas estritamente necessárias para visor e projeção;

j) ter as aberturas para visor e projeção protegidas por obturadores manuais, de material resistente a 4 horas de fogo, no mínimo;

IV - Contíguo à cabine para projeção, haverá um compartimento destinado a enroladeira de filme, com dimensões mínimas no plano horizontal de 1,00 x 1,50 m e pé-direito mínimo de 3,00 m;



V - A cabine deverá dispor, em local próximo, de instalação sanitária, contendo, pelo menos, lavatório e latrina e com área mínima de 1,50 m²; se a comunicação for direta, a porta deverá ser de material resistente a 1,1/2 horas de fogo, no mínimo.

Art. 343 - Para cinemas de tipo especial, as normas ora estabelecidas serão ajustadas ao sistema de projeção, sempre de forma a resguardar as condições mínimas de segurança, higiene, conforto e visibilidade.

CAPÍTULO IV

RELIGIOSOS

Art. 344 - As edificações para locais de reunião de fins religiosos destinam-se às atividades relacionadas no anexo G IV do presente título.

Art. 345 - As edificações conterão, pelo menos compartimentos ambientes ou locais para:

I - Ingresso ou espera;

II - Acesso e circulação das pessoas;

III - Instalações sanitárias;

IV - Serviços;

V - Reunião.

Art. 346 - As edificações deverão preencher, ainda, os seguintes requisitos:

I - Os locais de ingresso e saída terão largura mínima de 2,00 m;

II - O local de reunião deverá satisfazer às condições de compartimento de permanência prolongada e observará, ainda, o disposto nas letras "a", "b" e "c" do item VI do artigo 337.

§ 1º - Quando destinados a atividades exclusivamente religiosas, os locais de reunião não estarão sujeitos às exigências de instalações sanitárias para uso público, constante da tabela de que trata o artigo 322. Poderão dispor, apenas, de um compartimento para uso do público, contendo lavatório, latrina e mictório, com área mínima de 1,50 m² e situado próximo ao local, mediante acesso de uso comum ou coletivo

INSTRUMENTO
ASSINADO EM
11/11/96

§ 2º - Se abrigarem outras atividades compatíveis nos termos do Título B da Parte A, como escolas, pensionatos ou residência, deverão satisfazer às exigências próprias na respectiva norma específica.

TÍTULO II
Terminais rodoviários - Edifício-garagem e Postos de Serviços

Art. 347 - As edificações para terminais rodoviários, edifícios-garagem e postos de serviços destinam-se às atividades relacionadas com transporte e movimentação de veículos.

Art. 348 - Conforme as características e finalidades das atividades relacionadas no anexo II do presente título, as edificações de que trata o artigo anterior poderão ser:

I - Terminais rodoviários;

II - Edifício-garagem;

III - Postos de serviços.

§ 1º - As edificações de que trata o artigo 347 quando constituírem unidade distinta e autônoma, formando parte, com destinação exclusiva, destacada do restante do conjunto arquitetônico, nos casos previstos no Título B da Parte A, deverão ter acesso próprio e separado dos acessos do uso comum ou coletivo, que dê diretamente para logradouro ou espaço externo do imóvel.

§ 2º - Nas edificações de terminais rodoviários e de postos de serviços, devido a sua natureza, os eventuais andares superiores ou inferiores ao do nível do solo, deverão ter somente a mesma destinação e, ainda, disporem de acesso adequado à movimentação interna dos veículos.

Art. 349 - Essas edificações, além do disposto neste título, deverão observar as condições previstas no Capítulo VIII do Título A da Parte A.

Art. 350 - Nas edificações de que trata este título, os compartimentos destinados a acesso e circulação de pessoas, recepção, espera ou atendimento do público, restaurantes, lanches ou bares terão o piso satisfazendo às condições previstas no item I do artigo 82.



Folha n.º	2321	de proc.
n.º	326	de 19 96

CAPÍTULO I

TERMINAIS RODOVIÁRIOS

Art. 351 - As edificações para terminais rodoviários destinam-se às atividades relacionadas no anexo II.I do presente título.

Art. 352 - A edificação deverá dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Acesso e circulação de pessoas;
- II - Acesso e circulação de veículos de transporte;
- III - Parada ou ponto de veículos de transporte;
- IV - Acesso e estacionamento de carros;
- V - Recepção, espera ou atendimento do público;
- VI - Instalações sanitárias;
- VII - Vestiários;
- VIII - Administração e serviços;
- IX - Estacionamento de veículos de transporte.

Art. 353 - A edificação deverá satisfazer, ainda, pelo menos, aos seguintes requisitos:

- I - Os locais de ingresso e saída de pessoas terão largura mínima de 3,00 m;
- II - Os espaços de acesso e circulação de pessoas, como corredores, passagens, âtrios e vestibulos de uso comum ou coletivo, sem prejuízo da observância das condições estabelecidas para a categoria da edificação, no Capítulo II da Parte A, terão a largura mínima de 2,00 m;
- III - As escadas e rampas de uso comum ou coletivo terão largura mínima de 2,00 m e, ainda, respectivamente, degraus com largura mínima de 0,31 m e altura máxima de 0,16 m e declividade máxima de 10%.

M
MARCIA RODRIGUES
ASSESSORA - AII

Art. 354 - Nos locais de embarque e desembarque de pessoas ou carga, haverá pistas para a circulação e parada de veículos e passeios exclusivos para a circulação ou espera de pessoas, separadas, as primeiras das segundas, por um desnível mínimo de 0,15 m. As pistas de circulação e parada de veículos terão as condições previstas nos itens I a VIII do artigo 133 e os passeios ou espaços de circulação e espera de pessoas terão os requisitos previstos nos itens I, II e III do artigo 353.

Art. 355 - A edificação, além do disposto nos artigos 128 e 129, deverá obedecer as seguintes condições:

- I - As salas de recepção, espera e atendimento, bem como o local de parada ou ponto de veículos, quando cobertos, disporão de iluminação de emergência, nas condições previstas no Capítulo II do Título A da Parte A;
- II - As salas de recepção, espera e atendimento terão pé-direito mínimo de 3,00 m;
- III - Deverá dispor de depósito de material de limpeza, de conserto e outros fins, com área de 4,00 m².

Parágrafo único - A edificação poderá ser dotada de acomodações destinadas a permanência diurna e pernoite do pessoal empregado. Tais compartimentos deverão satisfazer às condições de permanência prolongada e ter área mínima de 4,00 m²; terão acesso pelos espaços de circulação de uso comum ou coletivo de pessoas e deverão constituir setor separado, isolado das outras partes da edificação, por paredes e pavimentos resistentes a 4 horas de fogo, no mínimo.

Seção A

Terminais Rodoviários de Passageiros

Art. 356 - As edificações para terminais rodoviários de passageiros deverão satisfazer, também, às seguintes condições:

- I - Se houver até 3 pistas de parada de veículos, os passeios e as plataformas de embarque e desembarque de pessoas observarão o disposto no artigo 354. Quando houver mais de 3 pistas, as conexões entre passeios e plataformas de pessoas serão obrigatoriamente feitas por travessia das pistas em desnível, mediante passagem ou galeria com largura mínima de 4,00 m;



Folha no	23392	de proc
n.º	220	de 19 26

II - No dimensionamento dos passeios, plataforma, passagens ou galerias serão observadas as larguras mínimas de vazão, em função da lotação prevista no Capítulo II do Título A da Parte A;

III - Cada ponto ou local de parada de veículo de capacidade normal para o transporte de 36 passageiros deverá dispor, no mínimo, de 5,00 m de extensão e 25,00 m² de área de plataforma de embarque ou desembarque; o desenvolvimento total da plataforma será calculado pelo número e frequência de veículos;

IV - Conforme a capacidade do terminal, determinada pela extensão das plataformas, frequência e número de veículos, exigir-se-ão

- a) salas de espera ou recepção, com área correspondente, pelo menos, a 35,00 m² para cada 25,00 m² de área de plataforma de embarque ou desembarque, respeitada a área mínima de 80,00 m² e a menor dimensão não inferior a 5,00 m;
- b) balcões ou guichês de atendimento e venda de passagens, com extensão correspondente, pelo menos, a 1,00 m para cada 25,00 m² de área de plataforma, respeitada a extensão mínima de 2,00 m;
- c) compartimentos ou ambientes para guarda de bagagens, dotados de balcões para recebimento e entrega, com área correspondente, pelo menos, a 1,00 m² para cada 25,00 m² de plataforma, respeitada a área mínima de 4,00 m²;
- d) instalações sanitárias localizadas próximo às salas de recepção, para uso dos empregados e do público, em número correspondente à área total que possa ser destinada ao atendimento, recepção, espera e administração, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

MC
INICIO PAGDAJ
ASSESSORA-AII

Instalações mínimas obrigatórias Área total destinada a atendimento, recepção, espera e administração	Empregados			Público		
	Lavatórios	Latrinas	Mictórios	Lavatórios	Latrinas	Mictórios
Até 119 m ²	1	1	1	2	2	1
de 120 a 249 m ²	2	2	1	2	2	1
de 250 a 499 m ²	2	2	2	4	4	2
de 500 a 999 m ²	3	2	3	6	6	3
de 1000 a 1999 m ²	4	4	4	8	8	4
de 2000 a 3000 m ²	6	6	5	10	10	5
Acima de 3000 m ²	1/500 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/300 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração

e) compartimentos de vestiários para empregados, com área correspondente, pelo menos, a 0,50 m² para cada 25,00 m² de área de plataforma de embarque ou desembarque, respeitada a área mínima de 4,00 m²;

f) compartimento ou ambientes de administração, portaria e serviços, com área mínima de 20,00 m². No caso de estações rodoviárias com mais de 10 pontos ou locais de parada de veículos, a área mínima desses compartimentos ou ambientes será acrescida de 0,50 m² para cada ponto ou local de paradas excedentes de 10;

g) espaço de estacionamento previsto no parágrafo 1º do artigo 133, na proporção mínima de 1 vaga para cada 5 pontos ou locais de parada de veículos ou fração;

h) espaços de estacionamento de veículos de transporte, previstos no § 2º do artigo 133, na proporção mínima de 1 vaga para cada 20 pontos ou locais de parada e fração;

i) compartimento ou ambiente para refeições, lanches ou refrigerantes, com área correspondente, pelo menos, a 1,00 m² para cada 25,00 m² de área de plataforma, respeitada a área mínima de 8,00 m².



§ 1º - Os compartimentos ou ambientes, para sala de recepção e espera, balcões ou guichês, guarda de bagagens, instalações sanitárias, vestiários e administração, respeitadas as exigências mínimas das alíneas do item IV deste artigo, poderão ser distribuídos por setores, em função das plataformas ou dos locais de parada de veículos, dentro de um sistema geral que atenda às condições de circulação, conforto e segurança estabelecidas neste título.

§ 2º - Se a ventilação das instalações sanitárias de que trata a letra "d" do item IV deste artigo for indireta, forçada ou especial, deverá ter o dobro da capacidade fixada na Seção B do Capítulo IV do Título A da Parte A.

§ 3º - Eventuais instalações de restaurantes, lanchonetes, bares, cantinas, lojas ou escritórios não poderão ter abertura ou comunicação direta com os espaços de acesso, circulação, parada ou estacionamento de veículos de transporte e deverão observar as exigências das respectivas normas específicas.

§ 4º - Eventuais instalações de postos de serviços, abastecimento ou reparos de veículos deverão observar as exigências das respectivas normas específicas.

Art. 357 - Nos casos de terminais de passageiros, permitidos em caráter precário pela legislação própria, alojados em andar ao nível do solo, com acesso por abertura voltada diretamente para logradouros e com ponto ou parada de veículos de transporte na própria via pública, fronteira ao imóvel, será obrigatória, apenas, a observância das disposições seguintes: artigo 350; itens I, II e III do artigo 353; itens II e III do artigo 355 e seu parágrafo único; letras "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do item IV do artigo 356 e seus § 2º e 3º.

Parágrafo único - Para o cálculo das áreas mínimas exigidas nas letras "a", "b", "c" e "e" do item IV do artigo 356, será tomado como correspondendo a 25,00 m² de plataforma cada ponto ou local de parada de veículo de transporte na via pública.

Seção B

Terminais Rodoviários de Cargas

Art. 358 - Os terminais rodoviários de despachos, encomendas e cargas deverão satisfazer, também, às seguintes condições:

I - Terão sala de recepção e atendimento do público

NGRID BAGDAJ
ASSESSORA-ATL

blico, com área correspondente a $0,50 \text{ m}^2$ para cada ponto ou local de parada de veículo, respeitada a área mínima de $10,00 \text{ m}^2$;

II - Terão balcões ou guichês de atendimento, com extensão correspondente, pelo menos, a $1,00 \text{ m}$ para cada ponto ou local de parada, respeitada a extensão mínima de $2,00 \text{ m}$;

III - Terão compartimento ou ambiente para a guarda de bagagem e carga, dotado de balcão para recebimento e entrega, com área correspondente, pelo menos, a $5,00 \text{ m}^2$ para cada ponto ou local de parada de veículo, respeitada a área mínima de $80,00 \text{ m}^2$ e a menor dimensão, não inferior a $5,00 \text{ m}$;

IV - Disporão de instalações sanitárias para uso dos empregados, localizadas próximo às salas de atendimento do público ou dos pontos ou locais de paradas dos veículos, em número correspondente, pelo menos, à área total que possa ser destinada a recepção, atendimento, administração, armazenagem e carga, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

Total das áreas destinadas a recepção, atendimento, administração e a armazenagem de carga.	Instalações mínimas obrigatórias			
	Lavatórios	Latrinhas	Mictórios	Chuveiros
Até 119 m^2	2	2	1	1
de 120 à 249 m^2	4	4	2	2
de 250 à 499 m^2	4	4	3	3
de 500 à 999 m^2	6	6	4	4
de 1000 à 1999 m^2	8	8	5	5
de 2000 à 3000 m^2	10	10	6	6
acima de 3000 m^2	$1/300 \text{ m}^2$ ou fração	$1/300 \text{ m}^2$ ou fração	$1/500 \text{ m}^2$ ou fração	$1/500 \text{ m}^2$ ou fração

V - Terão compartimentos de vestiários, com área correspondente, pelo menos, a $1,00 \text{ m}^2$ para cada $60,00 \text{ m}^2$ de área de armazenagem de carga, respeitada a área mínima de $4,00 \text{ m}^2$;



Folha n.º	235	de	1996
n.º	326	de	1996

VI - Terão compartimentos ou ambientes de administração, portaria e outros serviços, com a área mínima prevista na alínea "f" do item IV do artigo 356;

VII - Disposição dos espaços exigidos nas alíneas "g" e "h" do item IV do artigo 356;

§ 1º - Aplica-se aos terminais rodoviários de carga o disposto nos § 1º e 3º do artigo 356.

§ 2º - Aplica-se aos terminais rodoviários de carga o disposto no § 4º do artigo 133.

CAPÍTULO II

EDIFÍCIOS - GARAGEM

Art. 359 - Caracteriza-se o edifício-garagem pela destinação de toda a edificação ou parte bem definida dela, para finalidade específica de estacionamento de veículos, sem vinculação com outras destinações e dispondo de vagas com acesso de uso comum.

Art. 360 - O edifício-garagem deverá dispor de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Recepção e espera do público;
- II - Acesso e circulação de pessoas;
- III - Acesso e circulação de veículos;
- IV - Estacionamento ou guarda de veículos;
- V - Instalações sanitárias;
- VI - Vestiários;
- VII - Administração e serviços;
- VIII - Depósito.

Art. 361 - Ao edifício-garagem aplicar-se-ão ainda, as seguintes disposições:

- I - Se o acesso for feito por meio de elevadores ou outros dispositivos mecânicos;

Handwritten signature
INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-ATL

a) nas faixas de acesso, entre o alinhamento do logradouro e a entrada dos elevadores, haverá um espaço para acomodação de veículos, com área mínima correspondente a 5% da área total de estacionamento servida pelo acesso. Esse espaço terá conformação e posição que facilite a movimentação e espera dos veículos em direção aos elevadores, de forma que não perturbem o trânsito de pessoas e de veículos no logradouro;

b) os elevadores ou outros meios mecânicos deverão ter capacidade para absorver amplamente o fluxo de entrada e de saída de carros. O equipamento deverá ter capacidade mínima para atender a 1/150 da lotação total do estacionamento, por minuto, adotando-se o tempo médio de 3 minutos para a movimentação de um veículo por elevador;

II - Deverá dispor de instalações sanitárias destinadas ao público e aos empregados, em compartimentos separados para cada sexo, tendo cada um, pelo menos, lavatório, latrina e chuveiro, com área mínima de 1,50 m²;

III - Haverá, ainda, instalações sanitárias para empregados, dotadas de lavatório, latrina e chuveiro, com área mínima de 1,50 m², distribuídas de forma que nenhum empregado necessite percorrer distância vertical superior a 10,00 m;

IV - Haverá compartimento de vestiário, com área na proporção mínima de 1,00 m² para cada 500,00 m² da área total de estacionamento, respeitada a área mínima de 4,00 m²;

V - Haverá compartimento ou ambiente para recepção, espera e atendimento do público, com área na proporção mínima de 1,00 m² para cada 200,00 m² da área total de estacionamento, respeitada a área mínima de 10,00 m²;



VI - Haverá compartimentos ou ambientes para administração e serviços, com área na proporção mínima de 1,00 m² para cada 400,00 m² da área total de estacionamento, respeitada a área mínima de 10,00 m²;

VII - Haverá compartimento ou ambiente para guarda de objetos ou pertences do público, com área mínima de 2,00 m²;

VIII - Haverá depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área mínima de 4,00 m².

Art. 362 - Instalações para serviço, abastecimento de veículos e eventuais depósitos de inflamáveis deverão observar as exigências das respectivas normas específicas

Art. 363 - Eventuais instalações de lanchonetes ou bares não poderão ter abertura ou comunicação direta com os espaços de acesso, circulação ou estacionamento de veículos, e deverão observar as exigências das respectivas normas específicas.

CAPÍTULO III

POSTOS DE SERVIÇO

Art. 364 - Os postos de serviço, abastecimento, lubrificação ou lavagens de veículos destinam-se às atividades relacionadas no anexo II.II do presente título.

Art. 365 - Os terrenos para instalação de quaisquer dos postos de que trata este artigo não poderão ter área inferior a 900,00 m², nem testada para logradouro público inferior a 30,00 m.

ALTERADO
L. Lei 9483/86
(art. 3º)

Art. 366 - Os postos deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Acesso e circulação de pessoas;
- II - Acesso e circulação de veículos;
- III - Abastecimento e serviços;
- IV - Instalações sanitárias;
- V - Vestiários;
- VI - Administração.

RECEBIDA
ASSISTENTE SOCIAL

ALTERADO

Lei 9488/82 - ART. 22

ACRESCENTA ITEM X

Art. 367

Aos postos aplicar-se-ão, ainda, as seguintes disposições:

I - Os espaços utilizados pelo posto deverão ficar completamente separados dos acessos de pessoas ou veículos, por meio de mureta, executadas obrigatoriamente de alvenaria ou de concreto, resistente a colisões, com altura mínima de 0,50 m e espessura mínima de 0,45 m;

II - As aberturas de acesso para veículo deverão ter, cada uma, a largura mínima de 3,50 m e máxima de 7,00 m, distanciadas entre si, no mínimo, 5,00 m, e afastadas das divisas, no mínimo 1,00 m. O alinhamento dos logradouros, nos intervalos entre as aberturas de acesso, será fechado permanentemente por mureta, nos termos do item anterior. O restante da testada do imóvel para logradouro público será, também, fechado, pelo menos, com mureta ou jardineira apresentando os mesmos requisitos;

III - Quando houver mais de 2 aberturas para acessos de veículos, deverá ser observado o disposto na letra "b" do item II do artigo 125, e os seus intervalos serão fechados com mureta apresentando os requisitos mencionados no item I deste artigo;

IV - Nas racas internas das muretas, jardineiras ou eventuais construções no alinhamento do imóvel, haverá canaletas para a coleta das águas superficiais, que, acompanhando a testada, se estenderão ao longo das aberturas do acesso, devendo, nestes trechos, ser providas de grelhas;

V - Quaisquer aparelhos ou equipamentos, tais como bombas para abastecimento, conjuntos para testes ou medição, elevadores, bem como as valas para troca de óleo, deverão ficar, pelo menos, a 4,50 m:

a) do alinhamento dos logradouros, quando não houver obrigatoriedade de recuo da frente;



Folha n.º	233	de	proc.
n.º	326	de 19	96

b) das linhas correspondentes aos recuos de frente, quando obrigatórios para o local;

VI - A posição e as dimensões dos aparelhos ou equipamentos, dos boxes de lavagem, bem como de outras construções ou instalações, deverão ser adequadas à finalidade e oferecer a necessária segurança, bem como possibilitar a correta movimentação ou parada dos veículos;

VII - Os pisos das áreas de acesso, circulação, abastecimento e serviço, bem como dos boxes de lavagem, e lubrificação, terão revestimento de acordo com o disposto na letra "b" do item III do artigo 128 e terão declividade mínima de 1% e máxima de 3%. Serão dotados de ralos para escoamento das águas de lavagem e de torneiras de água corrente;

VIII - Os equipamentos para lavagem ou lubrificação deverão ficar em compartimentos exclusivos, dos quais:

a) as paredes serão fechadas em toda a altura, até a cobertura, ou providas de caixilhos fixos para iluminação;

b) as faces internas das paredes serão revestidas de material durável, impermeável, de superfície vitrificada, resistente a frequentes lavagens;

c) o pé-direito será fixado de acordo com o tipo de equipamento utilizado, observado o mínimo de 3,00 m;

d) o vão de acesso deverá guardar o afastamento das divisas do imóvel, do alinhamento do logradouro ou da linha de recuo obrigatório do alinhamento, se houver, de 3,00 m no mínimo, que será aumentado para 6,00 m, com relação à linha para a qual estiver voltado;

Handwritten signature
FOLHA 233
ASSESSOR - AIL

IX - Haverá obrigatoriamente rampas para acesso e circulação de veículos, no caso de se tratar de edificação de mais de um pavimento, não sendo permitido o uso exclusivo de meios mecânicos.

Lu 9480/82

Art. 368 - Os postos deverão, também, dispor:

I - De compartimento ou ambientes para administração, serviços e depósito de mercadorias, com área total não inferior a 20,00 m², podendo cada um ter a área mínima de 4,00 m²;

II - De instalações sanitárias destinadas ao público e aos empregados, em compartimentos separados para cada sexo, tendo, cada um, pelo menos lavatório, latrina e chuveiro e a área mínima de 1,50 m²;

III - De compartimento de vestiários, com área mínima de 4,00 m²;

IV - De depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com a área mínima de 2,00 m².

§ 1º - A edificação terá estrutura, paredes e pavimentos de material resistente ao fogo de, pelo menos, 4 horas, nos termos do Capítulo VI do Título A da Parte A. As paredes situadas nas divisas do imóvel deverão elevar-se, pelo menos, 1,00 m acima da cobertura.

§ 2º - A edificação deverá contar com instalações ou construções de tal natureza, que as propriedades vizinhas ou logradouros públicos não sejam molestados pelos ruídos, vapores, jatos e aspersão de água ou óleo originados dos serviços de abastecimento, lubrificação ou lavagem.

§ 3º - As instalações e depósitos de combustíveis ou inflamáveis deverão obedecer às normas próprias do Título J da Parte B.

TÍTULO I

OFICINAS E INDÚSTRIAS

Art. 369 - As edificações ou instalações para oficinas e indústrias destinam-se às atividades de manutenção, consertos ou confecção, bem como de extração, transformação, beneficiamento ou desdobramento de materiais.



71

Folha n.º	238	de proc.
n.º	326	de 19 96

Art. 370 - Conforme as características e finalidades, relacionadas no anexo I do presente título, as oficinas e indústrias classificam-se em:

- I - Oficinas;
- II - Indústrias em geral;
- III - Indústrias de produtos alimentícios;
- IV - Indústrias químicas farmacêuticas;
- V - Indústrias extrativas.

§ 1º - As edificações de que trata o artigo anterior, quando constituírem unidade distinta e autônoma, formando parte, com destinação exclusiva, destacada do restante do conjunto arquitetônico, nos casos previstos no Título B da Parte A, deverão ter acesso próprio e separado dos acessos do uso comum ou coletivo e, ainda, dando diretamente para o logradouro ou espaço externo do imóvel.

§ 2º - Essas edificações não poderão ter andares superiores ou inferiores com outras destinações além daquelas previstas neste título, ressalvado o disposto no Título B da Parte A.

§ 3º - Quando a edificação se destinar a mais de uma das finalidades mencionadas neste artigo, cada parte deverá obedecer às exigências das respectivas normas específicas.

Art. 371 - As edificações para oficinas e indústrias deverão dispor, pelo menos, de compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Recepção, espera ou atendimento do público;
- II - Acesso e circulação de pessoas;
- III - Trabalho;
- IV - Armazenagem;
- V - Administração e serviços;
- VI - Instalações sanitárias;
- VII - Vestiários;
- VIII - Acesso e estacionamento de veículos;
- IX - Pátios de carga e descarga.

[Assinatura]
MARCIA RODRIGUES
ASSESSORA-AT

Art. 372 - Cada um dos compartimentos destinados a trabalho ou armazenagem de matérias-primas ou produtos, não poderá ter área inferior a 120,00 m², nem o pé-direito inferior a 3,00 m.

Parágrafo único - A soma das áreas dos compartimentos destinados à recepção, atendimento do público, escritório ou administração, serviços e outros fins, não será inferior a 20,00 m², podendo, cada um, ter a área mínima de 4,00 m².

Art. 373 - Deverão dispor de:

I - Instalações sanitárias para uso dos empregados; em número, pelo menos, correspondente ao total da área construída, conforme o disposto no artigo 58 e na tabela seguinte:

Instalações mínimas obrigatórias Área total construída.	Lavatórios	Latrinas	Mictórios	Chuveiros
Até 249 m ²	1	1	1	1
de 250 à 449 m ²	2	2	2	2
de 500 à 999 m ²	3	3	3	3
de 1000 à 1999 m ²	4	4	4	4
de 2000 à 2999 m ²	6	6	5	5
acima de 3000 m ²	1/500 m ² ou fração	1/500 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração	1/600 m ² ou fração

II - Compartimentos de vestiários, na proporção mínima de 1,00 m² para cada 90,00 m² ou fração da área total de construção, repletada, para cada compartimento, a área mínima de 6,00 m²;

III - Depósito de material de limpeza, de conservos e outros fins, com área mínima de 4,00 m².

Art. 374 - As oficinas e indústrias com área total de construção superior a 500,00 m², deverão, ainda, dispor de:



Folha nº	239	de	100
n.º	326	da	9

I - Compartimento de refeições, com área na proporção mínima de $1,00 \text{ m}^2$ para cada $60,00 \text{ m}^2$ ou fração da área total de construção, respeitada, para cada compartimento, a área mínima de $10,00 \text{ m}^2$, sendo dotados de lavatórios na proporção mínima de 1 para cada $20,00 \text{ m}^2$ ou fração, de sua área, quando distarem mais de $50,00 \text{ m}$ das instalações sanitárias;

II - Copa e cozinha, com área, em conjunto, na proporção mínima de $1,00 \text{ m}^2$ para cada $120,00 \text{ m}^2$ ou fração da área total de construção, respeitada, para cada compartimento, a área mínima de $8,00 \text{ m}^2$;

III - Despensa ou depósito de gêneros alimentícios, com área na proporção mínima de 1:3 da área da copa e cozinha, respeitada a área mínima de $4,00 \text{ m}^2$;

IV - Compartimentos destinados a ambulatórios, com área total não inferior a $16,00 \text{ m}^2$, podendo, para cada um ter a área mínima de $6,00 \text{ m}^2$;

V - Local coberto, para lazer dos empregados, com área na proporção mínima de $1,00 \text{ m}^2$ para cada $100,00 \text{ m}^2$ ou fração da área total de construção.

Parágrafo único - Os compartimentos de que trata este artigo poderão ser distribuídos por setores ou andares, bem como integrar conjuntos de funções afins, desde que sejam respeitadas as proporcionalidades e áreas mínimas de cada função. Não poderão ter comunicação direta com local de trabalho, administração, vestiários e sanitários.

Art. 375 - A estrutura, as paredes e os pavimentos da edificação deverão ser de material resistente a 4 horas de fogo, no mínimo. As paredes situadas nas divisas do imóvel deverão elevar-se, pelo menos, $1,00 \text{ m}$ acima da cobertura.

§ 1º - Eventuais compartimentos, ambientes ou

INSTITUTO BRASILEIRO
ASSESSORIA - AIL

locais de equipamentos, manipulação ou armazenagem que apresentem características de inflamáveis ou explosivos, deverão satisfazer às exigências do Título J da Parte B e terão, devidamente protegidas, as instalações ou equipamentos elétricos.

§ 29 - Conforme a natureza dos equipamentos empregados no processo industrial, da matéria-prima ou do produto utilizado, deverão ser previstas instalações especiais de proteção ao fogo, tais como: chuveiros e alarmes automáticos, de acordo com as normas técnicas oficiais.

Art. 376 - As aberturas para iluminação e ventilação dos compartimentos de trabalho ou atividades terão área correspondente, pelo menos, a 1/5 da área do compartimento, que deverá satisfazer às condições de permanência prolongada. Essas aberturas deverão ser dispostas de modo a possibilitar a distribuição uniforme da iluminação natural.

§ 19 - Quando voltadas para direção situada entre os rumos NE e NO, serão providas de elementos quebra-sol ou persianas de material permanente, a menos que já estejam protegidas, em toda a extensão, por marquise ou cobertura, na parte superior, que avance 1,00 m, no mínimo.

§ 29 - Quando forem utilizadas na iluminação estruturas tipo "Shed", as aberturas deverão ficar voltadas para a direção situada entre os rumos do quadrante S e E.

§ 39 - No mínimo, 60% da área exigida para a abertura de iluminação deverá permitir a ventilação natural permanente.

§ 49 - Quando a atividade exercida no local exigir o fechamento das aberturas para o exterior, o compartimento deverá dispor de instalação de renovação de ar ou de ar condicionado, que atenda aos seguintes requisitos:

I - A renovação mecânica do ar terá capacidade mínima de 50,00 m³ por hora, por pessoa, e será distribuída uniformemente pelo recinto, conforme as normas técnicas oficiais;

II - O condicionamento do ar levará em conta a lotação, a temperatura ambiente e a distribuição pelo recinto, conforme as normas técnicas oficiais.



Art. 377 - Os compartimentos destinados a trabalho, armazenagem e outros fins terão o piso e as paredes, pilares ou colunas satisfazendo às condições previstas no item I do artigo 82.

§ 1º - Os compartimentos destinados a refeições e lazer, bem como os espaços de acesso e circulação de uso comum ou coletivo, terão o piso satisfazendo às condições previstas no item II do artigo 82.

§ 2º - Conforme a natureza do trabalho, o piso deverá ser protegido por revestimento especial e feito de forma a suportar as cargas das máquinas e equipamentos, bem como não transmitir vibrações às partes ou edificações vizinhas, acima dos limites admissíveis.

Art. 378 - Deverão ser observadas, ainda, as seguintes condições:

- I - Nas instalações elétricas, o circuito de alimentação para as máquinas e equipamentos será separado dos circuitos de iluminação, podendo apenas a entrada geral de alimentação ficar em comum;
- II - As instalações geradoras de calor que ficarão afastadas, pelo menos, 1,00 m das paredes vizinhas, serão localizadas em compartimentos próprios e especiais, devidamente tratados com material isolante, de modo a evitar excessiva propagação do calor;
- III - Quando se utilizarem matéria-prima ou suprimentos auxiliares de fácil combustão, as fornalhas serão ligadas a estufas ou chaminés, que deverão estar localizadas externamente à edificação ou internamente e, nesse caso, em compartimento próprio e especial, com o tratamento indicado no item anterior;
- IV - As chaminés industriais deverão observar o disposto na Seção F do Capítulo IX da Parte A e dispor de pára-raios, nos termos do artigo 48;

MEME TAGDAJ
ASSESSORA - ALL

V - Os espaços de circulação das pessoas e materiais, de instalação das máquinas e equipamentos, de armazenagem das matérias-primas e produtos, e de trabalho serão dispostos e dimensionados de forma que sejam respeitadas as normas oficiais relativas à proteção, segurança e higiene dos empregados;

VI - Adotar-se-ão medidas construtivas e instalações de equipamentos apropriados para o devido controle da emissão de gases, vapores, poeiras, fagulhas e outros agentes que possam ser danosos ao trabalho nos recintos, prejudicando a saúde dos empregados;

VII - Adotar-se-ão, igualmente, providências para evitar o despejo externo de resíduos gasosos, líquidos ou sólidos que sejam danosos à saúde ou bens públicos ou que contribuam para causar incômodos ou por em risco a segurança de pessoas ou propriedades;

VIII - Será obrigatória a existência de isolamento e condicionamento acústico de acordo com o disposto no Capítulo VI do Título A da Parte A;

IX - As máquinas ou equipamentos deverão ser instalados com as precauções convenientes para reduzir a propagação de choques, vibrações, ou trepidação, evitando a sua transmissão às partes vizinhas;

X - Conforme a natureza e volume do lixo ou dos resíduos sólidos da atividade, deverão ser adotadas medidas especiais para a sua remoção, conforme normas emanadas da autoridade competente;

§ 1º - Para o efeito de aplicação dos itens V, VI, VII, VIII, IX e X deste artigo, serão levados em conta o esquema da atividade industrial, com base na posição e tipo das máquinas utilizadas, o processo de fabricação, bem como as especificações das matérias-primas e suprimentos consumidos e os subprodutos ou produtos.



§ 2º - Serão obedecidas as normas técnicas oficiais, em especial as que dispõem sobre condições de segurança e higiene, controle de poluição interna e externa, isolamento e condicionamento acústico, de transmissão de vibrações e remoção do lixo, previstas, respectivamente, nos itens V, VI, VII, VIII, IX e X deste artigo.

CAPÍTULO I

OFICINAS

Art. 379 - As edificações para oficinas destinam-se aos serviços de manutenção, restauração, reposição, troca ou consertos, bem como de suas atividades complementares.

Parágrafo Único - As oficinas compreendem as atividades relacionadas no anexo I.I do presente título, bem como as atividades constantes dos anexos B.V e B.VI de que trata o artigo 198, que superem as condições fixadas no artigo 199.

Art. 380 - As edificações para oficinas deverão obedecer, ainda, às seguintes disposições:

I - Terão área total de construção não inferior a 120,00 m², respeitadas as disposições dos artigos 372 e 373;

II - As oficinas de manutenção, reparo ou consertos de veículos deverão, sem prejuízo das exigências mínimas de área de estacionamento e de pátio de carga e descarga, dispor de espaços adequados para o recolhimento de todos os veículos, no local de trabalho ou de espera dentro do imóvel;

III - No caso do item anterior, os espaços para acesso e circulação de pessoas e veículos, bem como para trabalho nos veículos ou espera de vaga, deverão satisfazer aos requisitos e padrões mínimos estabelecidos nos artigos 125 e 126;

IV - Se a oficina possuir serviços de pintura, estes deverão ser executados em compartimento próprio e com equipamento adequado para proteção dos empregados e para evitar a dispersão, para setores vizinhos, das emissões de tinta, solventes e outros produtos.

Folha n.º	1941	de	376
n.º	376	de	376

INCLUI PAGDAI
ASSESSORA - AIL

CAPÍTULO II

INDÚSTRIAS EM GERAL

Art. 381 - As edificações para indústria destinam-se ao serviço de extração, transformação, beneficiamento ou desdobramento de matérias-primas em produtos acabados ou semi-acabados, bem como aos serviços de montagem, acoplagem e similares. Compreendem as atividades relacionadas no anexo I II do presente título.

§ 1º - As edificações para indústria em geral deverão obedecer, ainda, às seguintes disposições:

I - Terão área total de construção não inferior a 120,00 m², respeitadas as disposições dos artigos 372 e 373;

II - Se trabalharem com veículos, observarão o disposto nos itens II, III e IV do artigo 380,

§ 2º - As edificações para indústrias sujeitas a normas adicionais mais específicas, são tratadas nos capítulos subsequentes deste título.

CAPÍTULO III

INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Art. 382 - As indústrias de produtos alimentícios destinam-se às atividades relacionadas no anexo I.III do presente título.

§ 1º - Segundo a finalidade, as indústrias de produtos alimentícios classificam-se em:

- a) Industrialização de carnes, pescados, ovos, mel e derivados;
- b) Industrialização do leite e derivados;
- c) Fabricação de pão, massas, doces, suas conservas e congêneres;
- d) Fabricação de bebidas e gelo;
- e) Usina e refinaria de açúcar;
- f) Torrefação de café.



Folha nº	101	de	242	proc.	
n.º	322	de	13		26

§ 2º - As normas peculiares a cada grupo são estabelecidas nas secções seguintes deste capítulo, sem prejuízo das exigências previstas na parte inicial deste título e das normas emanadas da autoridade competente.

Art. 383 - Nas indústrias de produtos alimentícios, em geral, os compartimentos destinados à fabricação, manipulação, acondicionamento, depósito de matérias-primas ou de produtos, bem como à outras atividades acessórias, deverão satisfazer, também, aos requisitos previstos nos artigos 214, 215, 216 e 226, e ainda:

I - Os destinados à fabricação, manipulação e ao acondicionamento, obedecerão ao disposto no artigo 225;

II - Para o efeito das exigências deste código, são considerados compartimentos de permanência prolongada;

III - Terão portas com dispositivos adequados, que as mantenham permanentemente fechadas.

IV - Os compartimentos e instalações destinados ao preparo de produtos alimentícios deverão estar separados das dependências utilizadas para o preparo de subprodutos não comestíveis;

V - Deverão dispor dos espaços internos para movimentação de veículos de carga.

§ 1º - A área total de construção das edificações de que trata este capítulo não será inferior a 250,00m², respeitadas as disposições dos artigos 372 e 373.

§ 2º - Se a ventilação das instalações sanitárias dessas edificações for indireta, forçada ou especial deverá ter o dobro de capacidade fixada na Secção B do Capítulo IV do Título A da Parte A.

Secção A

Industrialização de carnes, pescados, ovos, mel e derivados

Art. 384 - Compreende-se nesta secção as edificações para matadouros-frigoríficos, matadouros, matadouros de pequenos e médios animais, xarqueadas, fabricação de conservas, de produtos suínos, de produtos gordurosos, entrepostos de carnes e derivados.

72
INGRID PAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

Art. 385 - Sem prejuízo do disposto nas normas técnicas oficiais, nenhum estabelecimento destinado ao recebimento, manipulação, transformação, elaboração, preparo, conservação, acondicionamento, embalagem, depósito, rotulagem e trânsito de produtos e subprodutos de origem animal, destinados ou não à alimentação humana, poderá ser construído ou instalado sem prévio exame e pronunciamento das autoridades competentes, especialmente quanto à localização, isolamento e condições especiais da construção, dos equipamentos ou instalações.

Art. 386 - Os matadouros deverão, ainda, satisfazer às seguintes condições:

- I - O piso deverá atender às condições previstas no item II do artigo 82. Terá declividade mínima de 1% e máxima de 3%, para assegurar o escoamento das águas de lavagem, e deverá ser provido de canaletas ou outro sistema, que forme rede de drenagem das águas de lavagem e residuais para os ralos;
- II - As paredes, pilares, cantos e aberturas deverão satisfazer, em toda a altura, às condições previstas nos itens I e III do artigo 82;
- III - Os currais, bretes e demais instalações de espera e circulação dos animais terão o piso revestido e impermeabilizado;
- IV - Serão pavimentados os pátios e as vias situadas entre as edificações, bem como os terrenos onde forem localizados os tendais para a secagem de xarque;
- V - Haverá instalações de água quente e fria, em quantidade suficiente para as necessidades do trabalho;
- VI - Haverá, afastado, no mínimo, 80,00 m dos compartimentos ou instalações de preparo, manipulação, acondicionamento, conservação ou armazenagem, local apropriado para a separação e isolamento de animais suspeitos de doença;
- VII - Haverá compartimento para necropsias, com as instalações necessárias e incinerador ou anexo, para cremação das carnes, vísceras e carcaças condenadas;



VIII - Haverá compartimento para microscopia e local para inspeção veterinária;

IX - Haverá autoclaves, estufas e esterilizadores para instrumentos e utensílios;

X - As dependências principais do matadouro-frigorífico deverão ser separadas umas das outras, como sala de matança, triparia, sala de fusão e refinação de gorduras, sala de salga ou de preparo de couros e outros subprodutos;

XI - As cocheiras, estábulos e pocilgas deverão estar afastados 50,00 m, no mínimo, dos locais onde forem manipulados, tratados ou preparados produtos de alimentação humana;

XII - Haverá instalações frigoríficas, com capacidade proporcional às necessidades, conforme item X do artigo 232;

XIII - Terão os seguintes pés direitos mínimos: compartimento de matança de bovinos, 7,00m; de sangria à linha do matambre e daí por diante, 4,00 m. O pé-direito das demais dependências será fixado pelas autoridades competentes;

XIV - Deverão dispor de currais cobertos, de botes, banheiros, chuveiros, pedilúvios e demais instalações de espera e circulação de animais, espaços que serão convenientemente pavimentados ou impermeabilizados;

XV - Terão instalações adequadas para o preparo de subprodutos não comestíveis.

Art. 387 - Aos matadouros avícolas aplicam-se às exigências relativas ao matadouros em geral, previstas nos artigos 385 e 386, adaptadas às condições peculiares do produto. Exige-se, ainda, que contenham:

I - Locais para separação das aves em lotes;

II - Compartimento para matança, com área mínima de 20,00 m²;

72
1926-1927
1928-1929

III - Tanques apropriados para lavagem e preparo dos produtos;

IV - Instalações frigoríficas, com capacidade mínima para armazenamento da produção de 6 dias.

Art. 388 - As indústrias de conservas de carnes, pescados e produtos derivados deverão satisfazer, ainda, às seguintes condições:

I - Observarão o disposto nos itens I e II do artigo 386;

II - Os compartimentos, instalações e dependências serão separados, segundo a natureza do trabalho e o gênero da matéria-prima e do produto;

III - Haverá instalações de água quente e fria em quantidade suficiente para as necessidades do trabalho e sistema, que observarão o disposto no item VIII do artigo 232;

IV - Terão tanques apropriados para lavagem ou preparo de produtos;

V - As cozinhas obedecerão às prescrições dos artigos 214, 215 e 216 e do § 1º do artigo 219;

VI - Os fogões ou fornos serão providos de coifas e exaustores que garantam a tiragem de ar quente e fumaça, bem como de chaminés, se for o caso, que observem o disposto no item IV do artigo 378;

VII - Haverá instalações frigoríficas com capacidade proporcional às necessidades, de acordo com o item X do artigo 232;

VIII - O compartimento para desossa de carnes ou peixes deverá satisfazer ao disposto no artigo 227.

§ 1º - Nas indústrias de que trata este artigo não será permitida a utilização de tanques, nem depósitos com revestimento de cimento, para guarda ou beneficiamento de carnes, gorduras e pescados.



§ 2º - As indústrias de pescado deverão dispor de tanques para salga de peixe.

§ 3º - Junto aos matadouros, frigoríficos e de mais indústrias de carne e derivados, não poderão ser construídas ou instaladas casas de carne, açougues ou congêneres.

Art. 389 - As fábricas de conservas de ovos terão dependências apropriadas para recebimento, manipulação e elaboração, preparo e embalagem dos produtos.

Art. 390 - Os estabelecimentos destinados a mel e cera de abelhas deverão dispor do seguinte:

I - Dependência de recebimento;

II - Dependência de manipulação, preparo e embalagem do produto.

Seção B

Industrialização do leite e derivados

Art. 391 - As edificações destinadas a usinas de beneficiamento, refrigeração, industrialização e entrepostos de leite e derivados, deverão guardar afastamento mínimo de 6,00 m das divisas do lote e do alinhamento dos logradouros, se não houver maiores recuos estabelecidos pela legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Parágrafo Único - Nas edificações de que trata este artigo, as plataformas de recebimento e expedição do leite deverão ser devidamente cobertas.

Art. 392 - As edificações destinadas a usinas de beneficiamento de leite terão, ainda, instalações, compartimentos ou locais para o funcionamento independente das seguintes atividades:

I - Recebimento e depósitos de leite;

II - Laboratório de controle;

III - Beneficiamento;

IV - Instalações frigoríficas;

V - Lavagem e esterilização de vasilhame;

VI - Depósitos de vasilhame;

VII - Expedição.

72
FIM DO DOCUMENTO
ASSESSORIA JURÍDICA

Parágrafo único - Os compartimentos de beneficiamento do leite não poderão ter comunicação direta com os depósitos de lavagem e esterilização de vasilhame, nem com os de maquinaria.

Art. 393 - As edificações para postos de refrigeração de leite, além do disposto no artigo anterior, terão instalações destinadas exclusivamente para a finalidade.

Art. 394 - As edificações para a fabricação de laticínios deverão conter, ainda, conforme o tipo de produto industrializado, instalações compartimentos ou locais destinados às seguintes atividades :

I - Recebimento, classificação e depósitos de matéria-prima e de produtos semi-acabados;

II - Laboratório;

III - Fabricação;

IV - Acondicionamento;

V - Câmara de cura;

VI - Câmaras frigoríficas;

VII - Expedição.

Parágrafo único - Deverão ter, ainda, quando for o caso, dependências para enlatamento e empacotamento de manteigas, preparo de queijo fundido, queijo tipo parmesão "raído", limpeza, maturação, secagem e embalagem de queijos.

Art. 395 - As edificações de que trata esta seção deverão observar, também, o seguinte:

I - Os compartimentos das instalações sanitárias e dos vestiários deverão ficar totalmente separados dos destinados a beneficiamento, preparo, manipulação, armazenamento e a outras funções similares, mas ligados por acesso coberto;

II - As dependências serão dispostas de modo que sejam observados os desníveis na sequência dos trabalhos de recebimento, manipulação, fabricação e maturação dos produtos;

III - Terão pé-direito mínimo: de 3,50 m nas dependências de trabalho; de 3,00 m nas plataformas, laboratórios e lavagem de vasilhame;



Folha nº 245	do 104
n.º 324	da 19

IV - Terão as dependências orientadas de tal modo que os raios solares não prejudiquem os trabalhos de fabricação ou maturação dos queijos;

V - Deverão dispor de espaço para inspeção médico-veterinária.

Secção C

Fabricação de pão, massas, doces, suas conservas e congêneres

Art. 396 - As edificações para o fabrico de pão massas e congêneres deverão ter, ainda, instalações, compartimentos ou locais para:

NOVA REDACÇÃO
P/Li. 9.912/85.

I - Recebimento e depósito de matéria-prima;

II - Fabricação;

III - Acondicionamento;

IV - Expedição;

V - Depósitos de combustível.

Parágrafo único - As edificações de que trata este artigo deverão obedecer, ainda, os seguintes requisitos:

I - Os depósitos de matéria-prima ou de produtos ficarão contíguos aos locais de trabalho e observarão os mesmos requisitos exigidos para estes;

II - Os depósitos de combustível deverão ficar em local separado dos locais de trabalho e depósitos de gêneros alimentícios e instalados de modo que não prejudiquem a higiene e o asseio das instalações;

III - Os compartimentos destinados a venda, exposição ou guarda de pães, massas, doces e similares deverão ser dotados:

a) de lavatório com água corrente;

72
FACED BIODIAJ
ASBIO-ALIA

- b) de torneiras para lavagem, com água corrente, na proporção de uma para cada 100,00 m² de área do compartimento ou local de trabalho;
- IV - Nas fábricas de massa ou congêneres, a secagem dos produtos será feita por meio de estufa ou de câmara de secagem, que terá piso, paredes, pilares ou colunas, bem como as aberturas satisfazendo às condições previstas nos incisos I e III do artigo 82.

Art. 397 - As edificações para o fabrico de doce, de suas conservas e congêneres deverão ter, ainda, instalações, compartimentos ou locais para:

- I - Recebimento e depósito de matéria-prima;
- II - Fabricação;
- III - Acondicionamento;
- IV - Expedição;
- V - Balcões frigoríficos ou geladeiras;
- VI - Expedição;
- VII - Depósitos de combustível.

Parágrafo Único - As geladeiras e balcões frigoríficos terão capacidade adequada à demanda.

Seção D

Fabricação de bebidas e gelo

Art. 398 - As edificações para destilarias, cervejarias, fabricação de xarops, licores, e outras bebidas de verão ter, ainda, instalações, compartimentos ou locais para:

- I - Recebimento e depósito de matéria-prima;
- II - Manipulação;
- III - Acondicionamento;
- IV - Instalações frigoríficas;
- V - Lavagem de vasilhame;
- VI - Depósitos de vasilhames;



Folha n.º 246 ¹⁰⁵ da proc.
n.º 326 de 19 96

VII - Expedição;

VIII - Depósitos de combustível.

Art. 399 - As edificações para fábricas de gelo deverão satisfazer, ainda, às seguintes exigências:

I - Terão compartimentos ou locais destinados, exclusivamente, a instalação das máquinas;

II - As câmaras de refrigeração deverão ter acesso por meio de antecâmaras.

Art. 400 - Os estabelecimentos de que trata esta secção deverão ter abastecimento de água potável, conforme as normas emanadas da autoridade competente.

Secção E

Usinas e refinarias de açúcar

Art. 401 - As usinas e refinarias de açúcar deverão ter, ainda, instalações, compartimentos ou locais para:

I - Recebimento e depósito de matéria-prima;

II - Trabalho de refinação;

III - Acondicionamento;

IV - Expedição;

V - Depósitos de combustível.

Secção F

Torrefação de café

Art. 402 - As edificações para torrefação de café somente poderão ser usadas para esse fim, não sendo permitida no local nenhuma outra atividade, ainda que relacionada com produtos alimentícios.

§ 1º - As edificações de que trata este artigo deverão conter, ainda, instalações, compartimentos ou locais para:

I - Recebimento e depósito de matéria-prima;

II - Torrefação;

III - Moagem e acondicionamento;

IV - Expedição;

M
ENCARGO MEDAL
ASSESSORA GERAL

V - Depósitos de combustível.

§ 2º - As edificações serão providas de chaminés, na forma prevista na Secção F do Capítulo IX da Parte A, devidamente munidas de aparelhos de aspiração e retenção de fuligem, de películas ou resíduos de torrefação de café, bem como de dispositivos para retenção do odor característico.

CAPÍTULO IV

INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS

Art. 403 - As indústrias químicas e farmacêuticas destinam-se às atividades relacionadas no anexo I.IV do presente título.

§ 1º - Segundo a finalidade, as indústrias químicas e farmacêuticas classificam-se em:

I - Produtos químicos e farmacêuticos em geral;

II - Águas sanitárias, desinfetantes e produtos congêneres.

§ 2º - As normas peculiares a cada grupo são estabelecidas nas secções seguintes deste capítulo, sem prejuízo das exigências previstas na parte inicial deste título.

Secção A

Produtos químicos e farmacêuticos em geral

Art. 404 - Nas indústrias de produtos químicos e farmacêuticos em geral, os compartimentos destinados à fabricação, manipulação, acondicionamento, depósito de matérias-primas ou de produtos, bem como a outras atividades acessórias, deverão satisfazer, também, aos requisitos mencionados nos artigos 214, 215, 216 e 226 e, ainda:

I - Os destinados a fabricação, manipulação e acondicionamento obedecerão ao disposto no artigo 225;

II - Para o efeito das exigências deste código, são considerados compartimentos de permanência prolongada.

§ 1º - A área total de construção das edificações de que trata este capítulo não será inferior a 120,00 m² respeitadas as disposições dos artigos 372 e 373.



§ 2º - Se a ventilação das instalações sanitárias dessas edificações for indireta, forçada ou especial deverá ter o dobro da capacidade fixada na Seção B do Capítulo IV do Título A da Parte A.

Art. 405 - Entre as indústrias de que trata este capítulo, compreendem-se não apenas as de produtos químicos e farmacêuticos, mas também as de produtos dietéticos, de higiene, cosméticos e congêneres.

Art. 406 - As edificações deverão dispor, ainda, de instalações, compartimentos ou locais para:

- I - Recebimento e depósitos de matéria-prima;
- II - Manipulação, elaboração e preparo dos produtos;
- III - Laboratório de controle;
- IV - Acondicionamento e embalagem dos produtos;
- V - Instalações frigoríficas ou geladeiras;
- VI - Depósitos de produtos acabados e expedição.

Parágrafo único - Os compartimentos relacionados neste artigo terão, cada um, a área mínima de 12,00 m².

Art. 407 - Para a fabricação de produtos injetáveis, as edificações deverão conter, ainda:

- I - Câmara independente, destinada a envasamento de produtos injetáveis, com área mínima de 12,00 m², tendo o piso, as paredes, pilares ou colunas, o forro e os cantos satisfazendo às condições dos itens I e III do artigo 82. A câmara será provida de instalação de renovação de ar, dotada de filtro, com pressão positiva ou sistema equivalente, e terá acesso por antecâmara, com área mínima de 3,00 m²;

- II - Local de esterilização, com área mínima de 10,00 m², e os demais requisitos do item anterior.

Art. 408 - Para a manipulação de produtos que necessitem de envasamento asséptico, exigir-se-á, ainda:

- I - Local de lavagem e secagem de vidros e vasilhame, com área mínima de 12,00 m²;

176
MARIO MAGDA
ASSESSOR - A11

II - Compartimentos de esterilização de vidros e vasilhame, com área mínima de 12,00 m²;

III - Local de preparação e acondicionamento dos produtos, com área mínima de 12,00 m², dotado de instalação de renovação de ar, filtrado e esterilizado com pressão positiva ou sistema equivalente. Esse local terá acesso por antecâmara, com área mínima de 3,00 m²;

IV - Compartimento de vestiário privativo e isolado, com área mínima de 6,00 m².

Art. 409 - Para a fabricação de produtos liofilizados, deverão, ainda, ser observadas as seguintes exigências:

I - Os locais destinados à preparação dos produtos a serem liofilizados, preencherão os requisitos previstos para os locais destinados ao fabrico de produtos farmacêuticos;

II - O local de liofilização terá área mínima de 12,00 m² e o piso, a parede, pilares ou colunas, o forro e os cantos satisfazendo às condições previstas nos itens I e III do artigo 82. Será dotado de instalação de renovação de ar filtrado e esterilizado, com pressão positiva e controle automático para manter a temperatura e pressão do ar no local sempre constantes ou sistema equivalente, bem como de lâmpadas germicidas.

Parágrafo único - Os estabelecimentos desta natureza, quando instalados em hospitais, casas de saúde e congêneres, deverão satisfazer às exigências deste título, segundo a natureza dos produtos.



104
248
324
96

Indústrias de águas sanitárias, desinfetantes
e produtos congêneres

Art. 410 - Compreende-se nesta seção a fabricação de águas sanitárias, de desinfetantes, de inseticidas, de raticidas e congêneres para uso doméstico

Art. 411 - As indústrias de que trata esta seção deverão dispor de instalações, compartimentos ou locais para:

I - Recebimento e depósito de matéria-prima;
II - Manipulação, elaboração e preparo dos produtos;

III - Laboratório de controle;

IV - Acondicionamento e embalagem dos produtos;

V - Depósito de produtos acabados e expedição;

VI - Lavagem de vidros e de vasilhame.

Parágrafo Único - Os compartimentos relacionados neste artigo terão, cada um, a área mínima de 12,00 m².

CAPÍTULO V

INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

Art. 412 - As edificações para indústrias extrativas destinam-se às atividades relacionadas no anexo IV do presente título.

§ 1º - Segundo a finalidade, as indústrias extrativas classificam-se em:

a) Pedreiras;

b) Argileiras, barreiras e saibreiras;

c) Arais.

§ 2º - Por sua natureza, deverão contar com edificações e instalações em imóvel de uso exclusivo, completamente isoladas e afastadas das edificações e instalações vizinhas.

Art. 413 - As indústrias extrativas deverão obedecer apenas às normas dos artigos 371 e 373 da parte inicial do presente título, ajustadas às características da atividade, bem como às normas expedidas pela autoridade competente. Se houver edificações para atividades de manutenção, reparos, transformação ou beneficiamento, deverão observar, ainda, as disposições dos artigos 372, 374, 375, 376, 377 e 378.

Art. 414 - Nos locais de exploração de pedreiras, argileiras, barreiras e saibreiras, bem como de pedregulhos, areia e outros materiais, a Prefeitura poderá determinar, a qualquer tempo, a execução de obras e serviços ou a adoção das providências consideradas necessárias ao saneamento da área do ambiente ou a proteção de pessoas, logradouros públicos, rios ou cursos d'água e propriedades vizinhas.

Parágrafo único - Os resíduos resultantes das escavações para a retirada de pedras, saibros, argilas, pedregulhos e areias ou da extração de quaisquer outros materiais, não poderão ser lançados nos rios e curso d'água.

Art. 415 - Na exploração de pedreiras, barreiras, saibreiras ou areais, deverão ser observadas, ainda, as seguintes disposições:

I - A terra carregada pelas enxurradas não poderá ser carregada para galerias ou cursos d'água, nem se acumular nos logradouros públicos existentes nas proximidades;

II - As águas provenientes das enxurradas serão captadas no recinto da exploração e dirigidas a caixas de areia de capacidade suficiente para a decantação. Somente depois poderão ser encaminhadas a galerias ou cursos d'água próximos;

III - No recinto da exploração será construído, à distância conveniente, um muro de pedra seca ou dispositivo equivalente, para retenção da terra carregada pelas águas, a fim de impedir dano às propriedades vizinhas;

IN
INGRID FREGDAJ
ASSESSORA-ATL



Folha n.º	108219	de 19	96
n.º	226		

IV - Se, em consequência da exploração forem feitas escavações que determinem a formação de bacias, onde se possam acumular águas pluviais ou de outra origem, serão executadas as obras ou trabalhos necessários para garantir o escoamento dessas águas;

V - As bacias referidas no item anterior serão obrigatoriamente aterradas, na proporção que o serviço de exploração for progredindo;

VI - Se o imóvel tiver acesso por logradouro público dotado de pavimentação, as faixas de circulação dos veículos, do alinhamento do logradouro até o local de exploração, serão revestidas e providas de sarjetas laterais.

SEÇÃO A

PEDREIRAS

Art. 416 - Além do disposto nos artigos anteriores, as pedreiras deverão obedecer às seguintes disposições:

I - Contarão com os seguintes compartimentos ou locais:

- a) Depósito de materiais e máquinas;
- b) Oficina de reparos;
- c) Depósito de explosivos.

II - Os compartimentos e locais mencionados no item anterior não poderão ficar situados a menos de 250,00m da frente da lavra;

III - O depósito de explosivos das pedreiras deverá atender às exigências referentes a inflamáveis e explosivos do Título J da Parte B e às normas emanadas da autoridade competente;

IV - A frente da lavra não poderá situar-se a menos de 200,00m das divisas do imóvel;

IN
INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-ATL

V - O equipamento da pedreira deverá ficar a fastado, no mínimo, 50,00m de qualquer divisa do imóvel, inclusive do alinhamento dos logradouros públicos;

VI - O equipamento da pedreira não deverá produzir ruído acima dos limites admissíveis. A medição será efetuada no ponto mais desfavorável junto à divisa do imóvel, no período noturno;

VII - Não poderá ser feita exploração a fogo, a menos de 200,00m de edificações, instalações ou logradouros públicos;

VIII - Não são atingidas pelo disposto no item anterior as edificações, instalações e depósitos necessários à exploração da pedreira, nem os barracões ou galpões destinados à permanência de operários em serviços;

IX - A exploração a frio, a fogacho, ou a fogacho e a frio poderá ser feita a qualquer distância de edificações, instalações ou logradouros públicos, tomadas as cautelas necessárias, de modo a não oferecer risco às pessoas e propriedades.

Secção B

ARGILEIRAS, BARREIRAS E SAIBREIRAS

Art. 417 - Na exploração de argileiras, barreiras e saibreiras, além do disposto nos artigos 412, 413, 414 e 415, deverão ser satisfeitas as seguintes condições:

I - Será vedada a exploração, quando houver construções próximas situadas acima, abaixo ou ao lado da barreira, que possam ser prejudicadas em sua segurança ou estabilidade.

De qualquer modo, somente será permitida a exploração quando:



Folha no	250	da proc	109
n.º	326	de 19	76

a) Havendo construção colocada em nível superior ao da exploração, as distâncias horizontais mínimas, contadas da crista, forem de 15,00m, 25,00m, 35,00m e 45,00m, conforme a diferença de nível máxima entre a mesma crista e a construção for, respectivamente, de 10,00m, 20,00m, 30,00m e 40,00m;

b) Havendo construção colocada abaixo da exploração, as distâncias horizontais mínimas, até a base, forem de 30,00m, 50,00m, 60,00m e 100,00m, para diferenças de nível menores, respectivamente, de 5,00m, 10,00m, 20,00m, 30,00m e 40,00m;

c) Havendo desnível superior a 40,00m, forem devidamente verificadas as condições locais e adotadas cautelas especiais;

II - As escavações serão feitas sempre de cima para baixo, por banquetas que não excedam de 3,00m de altura por 3,00m de largura. Os taludes serão executados em função da coesão do solo;

III - O emprego de fogachos para a exploração de barreiras não deverá apresentar inconvenientes ou riscos a pessoas e propriedades.

§ 1º - As distâncias estabelecidas nas letras "a" e "b" do item I deverão ser reduzidas ou aumentadas, conforme a natureza do terreno, mediante comprovação das condições locais, por exames oficiais. O avanço da exploração não poderá ultrapassar os limites fixados com base na verificação oficial.

§ 2º - São excluídos das prescrições das letras "a" e "b" do item I deste artigo, os galpões ou barracões destinados, exclusivamente, a depósito de material e sem permanência diurna ou noturna de pessoas.

Art. 418 - Nas olarias, os fornos de cozimento deverão ficar afastados, pelo menos, 30,00m das edificações ou instalações e mais de 20,00m do alinhamento dos logradouros.

SECCÃO C

AREAIS

Art. 419 - A extração de pedregulhos, areia ou de outros materiais dos rios ou cursos d'água não poderá ser feita:

- I - Quando puder ocasionar modificação do leito do rio ou do curso d'água ou o desvio das margens;
- II - Quando puder ocasionar a formação de baías, lodaçais ou causar a estagnação de água;
- III - Quando oferecer riscos ou prejuízo a pontes, pontilhões, muralhas e quaisquer outras obras no leito ou nas margens do rio ou curso d'água;

IV - Em local próximo e a jusante do despejo de esgotos.

§ 1º - A extração de areia nas proximidades de pontes, muralhas ou quaisquer obras no leito ou nas margens dos rios ou cursos d'água, dependerá sempre de prévia fixação pela autoridade competente, das distâncias, condições e normas a serem observadas.

§ 2º - A extração de areia ou de outros materiais nas várzeas e proximidades dos rios ou cursos d'água, somente será permitida quando ficar plenamente assegurado que os locais escolhidos receberão aterro, de modo a eliminar os buracos e depressões, executado na mesma progressão do andamento dos serviços de escavação.

TÍTULO J

INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 420 - As edificações e instalações de inflamáveis e explosivos destinam-se à fabricação, manipulação ou depósito de combustíveis, inflamáveis ou explosivos, uns e outros em estado sólido, líquido ou gasosos.

§ 1º - Segundo as suas características e finalidades, as edificações ou instalações de que trata este título poderão ser:

INCRID PAGDAJ
ASSESSORA - AIL



Folha n.º	25	de 110	de 19	96
n.º	326			

- I - Fábricas ou depósitos de inflamáveis;
- II - Fábricas ou depósitos de explosivos;
- III - Fábricas ou depósitos de produtos químicos agressivos.

§ 2º - Além das exigências deste título, as edificações ou instalações deverão observar as normas técnicas oficiais e as normas especiais emanadas da autoridade competente.

§ 3º - Não estão sujeitos às exigências deste título os reservatórios de combustíveis que fizerem parte integrante dos motores de combustão interna, ficando a eles aderentes, bem como as autoclaves destinadas a fusão de materiais gordurosos, limpeza a seco e instalações congêneras, desde que apresentem capacidade limitada e condições adequadas, fixadas pelas normas técnicas oficiais.

Art. 421 - Sem prejuízo do disposto no § 2º do artigo anterior, nenhuma fábrica ou depósito de inflamável, explosivo ou produto químico agressivo poderá ser construído ou instalado sem prévio exame e pronunciamento das autoridades competentes, especialmente quanto à localização, isolamento e condições especiais da construção, dos equipamentos ou instalações, bem como sobre as quantidades máximas de cada espécie.

§ 1º - A construção ou instalação de estabelecimentos onde se pretenda comercializar inflamáveis, explosivos, produtos químicos agressivos, iniciadores de munições ou materiais similares ficam igualmente sujeitos a todas as exigências deste artigo.

§ 2º - A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, ordenar:

- I - O armazenamento em separado de combustíveis, inflamáveis ou explosivos que, por sua natureza, ou volume, possam oferecer perigo quando guardados em conjunto;
- II - Determinar os requisitos necessários à concretização da medida acautelatória prevista no item anterior;
- III - A execução de obras e serviços ou a adoção das providências consideradas necessárias à proteção de pessoas, propriedade e logradouros.

IN
INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-ATL

Art. 422 - Devido a sua natureza as edificações e instalações somente poderão ocupar imóvel de uso exclusivo, completamente isolado e afastado de edificações ou instalações vizinhas, bem como do alinhamento dos logradouros públicos,

§ 1º - As edificações ou instalações ficarão afastadas:

I - No mínimo, 4,00m entre si ou de quaisquer outras edificações e ainda das divisas do imóvel;

II - No mínimo 5,00m do alinhamento dos logradouros.

§ 2º - Para quantidades superiores a 10.000 kg ou 100m³ os afastamentos serão de 15,00m, no mínimo.

Art. 423 - As edificações deverão conter, pelo menos, compartimentos, instalações ou locais para:

I - Recepção, espera ou atendimento do público;

II - Acesso e circulação de pessoas;

III - Armazenagem;

IV - Serviços, inclusive de segurança;

V - Instalações sanitárias e serviços;

VI - Vestiário;

VII - Pátio de carga e descarga.

§ 1º - Se houver fabricação ou manipulação, o estabelecimento deverá conter, ainda, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Armazenagem de matéria-prima;

II - Trabalho;

III - Administração;

IV - Refeitório.

§ 2º - As atividades previstas nos itens V e VI deste artigo e itens I, II e IV do parágrafo anterior deverão ser exercidas em compartimento próprio e exclusivo, separado dos demais.



Folha nº	252	de proc.	111
n.º	326	de 19	96

§ 3º - As utilizações referidas no item III deste artigo e nos itens I e II do § 1º terão pavilhão próprio separado dos demais, sendo um ou mais para cada espécie.

Art. 424 - Aplicam-se às atividades de que trata este título, devidamente ajustadas às características de cada caso, o disposto no artigo 373, bem como, se houver edificações para trabalhos de manutenção, reparos, transformação, beneficiamento ou para armazenagem, as disposições dos artigos 372, 374, 375, 376, 377 e dos itens V, VI, VII, IX e X do artigo 378 e parágrafos.

Art. 425 - Observar-se-á, ainda, o seguinte:

- I - As edificações e os depósitos serão dispostos lado a lado, não podendo, em nenhuma hipótese, ficar uns sobre quaisquer outros, ainda que se trate de tanques subterrâneos;
- II - Será obrigatória a instalação de aparelhos de alarma de incêndio, ligados ao local da recepção, do vigia ou guarda;
- III - Haverá instalações e equipamentos especiais de proteção ao fogo, que levarão em conta a natureza dos materiais de combustão do material a ser utilizado como extintor, bem como as instalações elétricas e industriais previstas, tudo de acordo com as normas da autoridade competente;
- IV - Os edifícios, pavilhões ou locais destinados à manipulação, transformação, reparos, beneficiamento ou armazenagem de matéria-prima ou produtos, serão protegidos contra descargas elétricas atmosféricas; os tanques metálicos e as armaduras dos de concreto armado serão ligadas eletricamente à terra;
- V - Haverá suprimento de água sob pressão, proveniente de rede urbana ou de fonte própria; os reservatórios terão capacidade proporcional à área total de construção, bem como ao volume e natureza do material armazenado ou manipulado.

PC
INCRIO MAGDAJ
ASSESSORA - ATJ.

Art. 426 - Nos compartimentos ou locais destinados às secções de manipulação, reparos, transformação, beneficiamento ou armazenagem de matéria-prima ou produtos, acondicionados em vasilhames ou não, serão observadas as seguintes condições:

I - O pé-direito não será inferior a 4,00m, nem superior a 7,00 m, e a área de cada compartimento, pavilhão ou local não será inferior a 60,00 m², nem deverá apresentar dimensão, no plano horizontal, inferior a 6,00 m;

II - Os compartimentos ou locais integrantes da mesma secção serão separados dos pertencentes a outros, por meio:

a) de paredes, com resistência ao fogo de 4 horas no mínimo, e que deverão elevar-se, no mínimo, até 1,00m acima da cobertura, calha ou rufo;

b) de completa interrupção dos beirais, vigas, terças e outros elementos constitutivos do teto ou da cobertura;

III - As paredes perimetrais, quando não estiverem afastadas dos vizinhos por força de exigência legal, serão construídas de material que resista ao fogo de 4 horas, no mínimo, e elevar-se-ão até 1,00m, pelo menos acima da cobertura, calha ou rufo;

IV - As faces internas das paredes dos compartimentos serão de material liso, impermeável e incombustível;

V - O piso será constituído de uma camada de, no mínimo, 0,07m de concreto, com superfície lisa, impermeabilizada e isenta de fendas ou trincas, e terá declividade mínima de 1% e máxima de 3%; será provido de sistema de drenos, para escoamento e recolhimento dos líquidos;

VI - As portas de comunicação entre as secções de comunicação destas com os outros ambientes ou compartimentos, terão resistência ao fogo de 1,30 hora, no mínimo; serão do tipo corta-fogo e dotadas de dispositivo de fechamento automático, protegido contra entressacas ao seu funcionamento;



VII - As portas para o exterior deverão abrir no sentido da saída dos pavilhões;

VIII - As soleiras das portas, externas e internas, serão de material resistente ao fogo de 4 horas, no mínimo, e elevar-se-ão 0,15m acima do nível dos pisos;

IX - As janelas, lanternins ou qualquer outra modalidade de abertura, destinada a garantir a iluminação e a ventilação naturais, serão voltadas para a direção Sul e terão dimensões, tipos de vidro, disposição de lâminas, recobrimento, telas e outros dispositivos, que satisfaçam os requisitos para proteger o interior do compartimento, pavilhão ou local, contra a elevação da temperatura no exterior e a penetração de fagulhas procedentes de eventuais incêndios nas proximidades, de chaminés ou de instalações combustoras de estabelecimentos contíguos;

X - As tesouras ou vigas de sustentação do telhado, de madeira ou metálicas, serão devidamente protegidas com tinta ignífuga e ante-corrosiva e deverão ser apoiadas e dispostas de modo que sua queda não provoque a ruína das paredes;

XI - Todas as peças da armação da cobertura serão protegidas por tinta à base de asfalto, sempre que houver possibilidades de ocorrência de vapores nitrosos ou outros corrosivos;

XII - Quando o material puder ocasionar a produção de vapores ou gases e o local for fechado, deverá haver ventilação permanente adicional, mediante, pelo menos, aberturas situadas ao nível do piso e do teto, em oposição às portas e janelas. A soma das áreas das aberturas não será inferior a 1:20 da área do local, podendo cada abertura ter área que contenha, pelo menos, um círculo com 0,10m de diâmetro;

INICIO DAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

XIII - Na construção ou no equipamento não serão empregadas peças de metais capazes de produzir centelha por choque ou atrito, salvo em instalações de pára-raios e armaduras de telhados;

XIV - Não serão utilizados ou instalados quaisquer aparelhos, equipamentos ou dispositivos capazes de produzir chama, faísca ou fonte de calor acima da temperatura ambiente;

XV - Na eventualidade de ser necessário aquecimento no interior do compartimento ou pavilhão, só poderá ser feito por sistema de circulação de água quente ou vapor; o equipamento ou instalação de produção deverá ficar do pavilhão a distância superior à de isolamento exigida nestas normas.

CAPÍTULO I

FÁBRICAS OU DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS

Art. 427 - As fábricas ou depósitos poderão destinar-se a:

- a) Inflamáveis sólidos;
- b) Inflamáveis líquidos;
- c) Inflamáveis gasosos.

SEÇÃO A

INFLAMÁVEIS SÓLIDOS

Art. 428 - Os estabelecimentos destinados ao armazenamento de inflamáveis sólidos, como algodão e materiais similares, ficam sujeitos às seguintes prescrições:

I - Os armazéns serão subdivididos em depósitos parciais, com área não superior a $600,00 \text{ m}^2$;

II - Em casos especiais, conforme a região onde se localizar o imóvel e desde que observado o afastamento mínimo de 6,00m dos imóveis vizinhos ou da via pública, a área de cada pavilhão ou depósito parcial poderá ser elevada a $1.200,00 \text{ m}^2$, no máximo;



III - A área vazada para ventilação será, no mínimo, equivalente a $1/50$ da área do Pavilhão ou depósito parcial;

IV - A iluminação natural, por janela, clarabóia ou telhas de vidro, será bem distribuída pelo pavilhão e a área da abertura para iluminação deverá corresponder, no mínimo, a $1/20$ e, no máximo, a $1/12$ da área do pavilhão;

V - As aberturas do pavilhão ou pavilhões para o exterior serão dotadas de dispositivos de proteção contra a entrada de fagulhas;

VI - São permitidos depósitos com mais de um andar, desde que dotados de condições construtivas que impeçam a propagação do fogo de um andar para outro e assegurem plena segurança às pessoas que utilizam o local;

VII - Quando o pavilhão apresentar corpos com alturas diferentes, os mais altos não apresentarão janelas ou beirais feitos de material combustível, voltados sobre os telhados dos corpos mais baixos, de tal forma que os primeiros possam ficar sujeitos ao fogo proveniente destes últimos;

VIII - Não será permitido depositar mais que $2,5 \text{ m}^3$ de algodão por m^2 de piso; na arrumação dos fardos, os blocos formados ficarão afastados, pelo menos, $1,00\text{m}$ entre si, das paredes, bem como da armadura do telhado;

IX - A iluminação artificial dos pavilhões ou depósitos será feita por lâmpadas elétricas, protegidas por globos herméticos, impermeáveis aos gases e providos de tela metálica;

X - As instalações elétricas serão, em tubos apropriados, embutidas nas paredes e canalizadas nos forros ou coberturas; os acessórios elétricos, tais como chaves, comutadores e relés, quando no interior dos compartimentos, pavilhões ou locais, terão blindagem para proteção contra entrada de gases ou vapores.

INGRID F. GONÇALVES
ASSESSORA - AIL

Art. 429 - Os depósitos ou locais para armazenamento ou manipulação de fitas cinematográficas inflamáveis, em quantidade superior a 10 bobinas, deverão observar os seguintes requisitos:

I - Os depósitos com capacidade máxima de 200 bobinas poderão consistir em armário, subdividido em compartimentos que comportem, no máximo, 50 bobinas cada um; o armário e suas subdivisões serão de material incombustível e bom isolante térmico;

II - Os depósitos com capacidade superior a 200 bobinas serão constituídos de câmaras que, construídas de material incombustível e bom isolante térmico, como concreto armado, alvenaria maciça e outros, deverão conter, cada uma, no máximo, 200 bobinas. Deverão obedecer, ainda, ao seguinte:

a) o volume de cada câmara não poderá exceder a 20 m^3 ;

b) cada câmara será dotada de chaminé aberta para o exterior, apresentando seção transversal não inferior a $1,00 \text{ m}^2$ e construída, também, de material incombustível e bom isolante térmico;

c) na extremidade superior das chaminés haverá veneziana, janela ou domo de material incombustível e leve, que deverá abrir automaticamente, em caso de aumento da pressão interna;

d) as portas de acesso ao depósito e a cada câmara terão resistência ao fogo de 1,30 horas, no mínimo, e serão impermeáveis aos gases de combustão; os compartimentos dos armários terão portinholas de material incombustível e impermeável aos gases;

e) a iluminação artificial será por sistema elétrico, com fiação e chaves embutidas e as lâmpadas protegidas por globos.



114
Art. 430 - Os depósitos ou locais para armazenamento ou manipulação de carbureto de cálcio, em quantidade superior a 100 kg, deverão observar os seguintes requisitos:

Folha nº	253	de	proc.
D.º	326	de	19 76

I - O edifício, pavilhão ou depósito será de um só andar, dotado de arejamento e iluminação natural; a relação entre a área de abertura para iluminação e a do pavilhão não deverá ser inferior a 1/10, e entre a área vazada para ventilação e a do pavilhão não menor do que 1/20;

II - Quando a quantidade a depositar ou manipular for superior a 1.000 kg e inferior a 10.000 kg, os pavilhões deverão ficar separados, a distância não inferior a 6,00m, de qualquer outra dependência, e a 10,00m das propriedades vizinhas e do alinhamento dos logradouros; para quantidade superior a 10.000 kg, as distâncias mínimas serão aumentadas para, respectivamente, 10,00m e 15,00m.

SECÇÃO B

INFLAMÁVEIS LÍQUIDOS

Art. 431 - Os entrepostos e depósitos de inflamáveis líquidos e gases liquefeitos de petróleo (GLP) classificam-se, quanto à forma de acondicionamento e armazenamento, nos tipos seguintes:

- a) 1º tipo - O constituído por edificações ou pavilhões apropriados para o armazenamento em tambores ou outra modalidade de recipiente móvel, hermeticamente fechado;
- b) 2º tipo - Aquele em que o líquido inflamável é contido em tanques ou reservatórios semi-enterrados ou elevados, isto é, cuja base fica situada, no máximo, a 0,50m acima do solo, podendo dispor de dependências complementares adequadamente localizadas;
- c) 3º tipo - Aquele em que o líquido inflamável é contido em tanques ou reservatórios inteiramente enterrados, podendo dispor das dependências complementares adequadamente localizadas.

RC
INGRID FAGDAJ
ASSESSORA - ATL

§ 1º - As edificações ou pavilhões e os tanques ou reservatórios destinados ao armazenamento ou manipulação de líquidos inflamáveis serão dotados de sistemas de proteção contra descargas elétricas atmosféricas e incêndios, bem como para extinção destes últimos, conforme as normas técnicas oficiais. Os estabelecimentos que não dispuserem de sistema próprio e adequado para proteção de incêndio terão aumentadas de 50% os afastamentos mínimos exigidos para a localização dos diversos tipos, a contar, respectivamente, dos alinhamentos e das divisas com os imóveis vizinhos, ainda que do mesmo proprietário, mas tendo outra destinação.

§ 2º - No projeto, construção, montagem ou execução de qualquer componente de instalação destinada a depósito de líquidos inflamáveis, como tanques, canalizações, ligações para enchimento ou esvaziamento, bombas, registros, indicadores de nível ou volume depositado, válvulas de segurança, respiradouros e outros dispositivos, serão observadas as normas técnicas oficiais.

Art. 432 - Os depósitos de inflamáveis líquidos são classificados, quanto a sua capacidade, em três categorias, a saber:

- a) 1.ª categoria - grandes depósitos - os destinados a conter mais de 500, 5.000 ou 25.000 litros, respectivamente, de inflamáveis da 1.ª, 2.ª ou 3.ª classe previstas no § 1º deste artigo;
- b) 2.ª categoria - depósitos médios - os destinados a conter, respectivamente, de 50 a 500 litros, de 500 a 5.000 litros ou, 5.000 a 25.000 litros de inflamáveis da 1.ª, 2.ª ou 3.ª classe;
- c) 3.ª categoria - pequenos depósitos - destinados a conter menos do que 50 litros de inflamável da 1.ª classe, 500 da 2.ª classe ou 2.500 da 3.ª classe.

§ 1º - Os líquidos inflamáveis, para os efeitos desta seção, classificam-se em:

- a) 1.ª classe - Os que apresentam ponto de inflamabilidade inferior ou igual a 49 C, como gasolina, eter, nafta, benzol e acetona;



b) 2ª classe - Os que apresentam ponto de inflamabilidade compreendido entre 49 e 259 C, inclusive, tais como acetato de amila e toluol;

c) 3ª classe - Os que apresentam ponto de inflamabilidade compreendido entre 259 e 669 C, e os que tendo ponto de inflamabilidade situado entre 669 e 1359 C, forem armazenados em quantidade superior a 50.000 litros.

§ 2º - Entende-se por "ponto de inflamabilidade" o grau de temperatura a partir do qual o líquido emite vapores em quantidade suficiente para se inflamar pelo contato com chama ou centelha.

§ 3º - Admite-se para os efeitos desta seção, a equivalência entre 1 litro de inflamável de 1ª classe e 10 litros da 2ª classe e 50 da 3ª classe.

Art. 433 - Os depósitos ou pavilhões do 1º tipo deverão observar as seguintes condições:

I - As edificações ou pavilhões para armazenamento ou manipulação;

a) serão de um só pavimento e construídos de material incombustível;

b) cada seção ou compartimento do depósito não poderá ser destinado ao armazenamento de mais de 200.000 litros de inflamável da 3ª classe ou quantidades equivalentes da 1ª ou 2ª classe; a separação entre seções deverá observar, especialmente, o disposto no artigo 426;

c) cada depósito ou pavilhão não poderá comportar mais que 5 seções, devendo haver um afastamento mínimo de 6,00m entre eles ou entre qualquer deles e outras dependências do estabelecimento, bem como das divisas do imóvel, inclusive do alinhamento dos lotes;

d) a iluminação artificial será feita por lâmpadas elétricas; no caso de armazenamento ou manipulação de líquidos da 1ª ou 2ª classes, as lâmpadas serão protegidas por globos, herméticos, impermeáveis aos gases e a prova de explosão;

INGRID RAGDAI
ASSESSORA - AIL

e) as instalações elétricas serão, em tubos apropriados, embutidas nas paredes e canalizadas nos forros ou coberturas; os acessórios elétricos, tais como chaves, comutadores e relês, quando no interior dos pavilhões ou depósitos, terão blindagem para proteção contra a entrada de gases ou vapores e serão a prova de explosão;

f) a ventilação natural deverá observar, especialmente, o disposto no item XII do artigo 426;

g) será obrigatória a instalação de chuveiros automáticos nas seções em que se armazenem inflamáveis da 1.^a ou 2.^a classe.

II - Quanto ao funcionamento, observar-se-á o seguinte:

a) os recipientes utilizados serão resistentes e de fechamento hermético; a capacidade de cada recipiente não poderá exceder a 250 litros, a não ser para armazenamento de álcool, quando poderá atingir a 600 litros;

b) não será permitida a permanência, ainda que temporária, nem a utilização de qualquer produtor de calor, chama ou faísca, inclusive fósforos ou isqueiros.

Parágrafo único - Se houver mais de uma modalidade de líquido inflamável a armazenar, a autoridade competente, conforme a natureza e quantidade dos inflamáveis, poderá determinar o armazenamento em seções separadas, se assim julgar conveniente para a segurança.

Art. 434 - Os depósitos do 2º tipo deverão observar os requisitos seguintes:

I - A capacidade de cada reservatório ou tanque não poderá exceder a 6.000.000 de litros;

II - Os tanques serão de aço, ferro galvanizado, fundido ou laminado; a utilização de qualquer outro material dependerá de prévia aceitação pela autoridade competente;

III - Os tanques repousarão sobre a base ou suportes de material incombustível, assegurada sua indeformabilidade;



IV - Os tanques serão soldados ou, se rebitados, perfeitamente calafetados; serão protegidos contra a ação corrosiva dos agentes atmosféricos, por pintura apropriada;

V - Os tanques serão projetados e construídos para suportar, com adequado coeficiente de segurança, as pressões a que estarão sujeitos;

VI - Na localização dos tanques, será observado o afastamento, a contar das divisas do imóvel ou entre os diversos tanques, equivalente, pelo menos, a uma e meia a maior dimensão (diâmetro, comprimento ou altura) do tanque;

VII - Se o tanque apresentar capacidade superior a 20.000 litros, deverá ser circundado por mureta de concreto armado ou talude, de modo a formar bacia com capacidade, no mínimo, igual à do próprio tanque ou reservatório; o início do talude ou a mureta ficará a distância de 1,00m, pelo menos, do tanque;

VIII - Os depósitos serão instalados em áreas descobertas. É vedada a instalação dos tanques no interior das edificações ou sobre lajes de forro e terraços, inclusive das edificações subterrâneas.

Parágrafo Único - Para os depósitos de gases liquefeitos de petróleo (GLP), não se aplicam as disposições dos itens VI e VII deste artigo, devendo, porém, ser observado o seguinte:

I - Na localização dos tanques, o afastamento mínimo, a contar das edificações e das divisas do imóvel, obedecerá a tabela seguinte:

Capacidade do tanque em litros	Afastamento mínimo em metros
De 500 a 2000	3,00
De 2001 a 8000	7,50
De 8001 a 400000	15,00
De 400001 a 680000	20,00
De 680001 em diante	25,00

INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-ATL

II - Na localização dos tanques, o afastamento mínimo, entre os diversos tanques, obedecerá a tabela seguinte:

Capacidade do tanque em litros	Afastamento mínimo em metros
De 500 a 8000	1,00
De 8001 a 400000	1,50
De 400001 a 680000	3,00
De 680001 em diante	7,50

III - Os tanques não poderão ser instalados dentro de bacias de contenção ou diques, de reservatórios de líquidos inflamáveis;

IV - Deve ser mantido um afastamento mínimo de 6,00m entre os tanques de GLP e qualquer reservatório de líquido inflamável.

Art. 435 - Os depósitos do 3º tipo deverão observar os requisitos seguintes:

I - A capacidade de cada reservatório ou tanque não poderá exceder a 6.000.000 de litros;

II - Os tanques serão feitos de aço; a utilização de qualquer outro material dependerá da prévia aceitação pela autoridade competente;

III - Os tanques serão soldados e protegidos contra a ação corrosiva, por pintura apropriada;

IV - Os tanques serão projetados e construídos para suportar, com adequado coeficiente de segurança, as pressões a que estarão sujeitos;

V - O ponto mais elevado do tanque ficará 0,50 m, pelo menos, abaixo do nível do solo; se a capacidade for superior a 5.000 litros, o topo ou ponto mais elevado do tanque ficará, pelo menos, a 1,00 m abaixo do terreno circundante, num raio de 10,00m;

VI - Os tanques subterrâneos deverão ficar afastados das divisas e do alinhamento dos logradouros, a distância livre, pelo menos, igual ou superior a metade do perímetro da sua seção normal, ainda que o imóvel vizinho, tendo outra destinação, pertença ao mesmo proprietário;



VII - Cada torneira, será provida, em sua parte inferior, de bacia dotada de vasilha móvel, destinada a recolher as sobras eventualmente derramadas.

Parágrafo único - Para os depósitos de gases liquefeitos de petróleo (GLP), não se aplicam as disposições dos itens V e VI deste artigo; deverão, porém, ser observadas as exigências dos itens I, II, III e IV do parágrafo único do artigo anterior. Os tanques subterrâneos com capacidade inferior a 500 litros observarão, também, o afastamento mínimo de 3,00m das edificações e das divisas do imóvel.

SEÇÃO C

INFLAMÁVEIS GASOSOS

Art. 436 - Os gasômetros e os reservatórios de inflamáveis gasosos deverão satisfazer ao disposto nos § 1º e 2º do artigo 431 e nos itens I, II, III, IV e V do artigo 434.

Parágrafo único - Nas edificações ou pavilhões em que se depositem recipientes ou manipulem produtos inflamáveis gasosos, observar-se-á, especialmente, o disposto no artigo 426.

Art. 437 - Os reservatórios ou balões de inflamáveis gasosos deverão observar os requisitos seguintes:

I - Quando se tratar de grandes reservatórios destinados ao armazenamento de gás, para abastecimento ou redistribuição por atacado, e a pressão interna não exceder a duas atmosferas:

a). a distância livre mínima entre o limite do reservatório e as divisas do imóvel, inclusive o alinhamento dos logradouros, será dada pela expressão $d_{(m)} = \sqrt[3]{V_{(m^3)}}$ on

de V é o volume, em m³, do reservatório. Em qualquer caso, a distância mínima será de 6,00m;

b) haverá muro de proteção, com altura não inferior a 2,00m, entre o reservatório e as divisas do imóvel, inclusive o alinhamento dos logradouros;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

II - Se o reservatório referido no item anterior tiver pressão interna entre duas e seis atmosferas a distância exigida na letra "a" do citado item, terá um aumento de 20% para cada atmosfera excedente de duas;

III - Para reservatórios ou balões, exteriores a edificações ou pavilhões fechados, com finalidades diferentes dos previstos no item I, serão aumentadas de 50% as distâncias mínimas previstas, na letra "a" do item I e no item II;

IV - Quando se tratar de reservatórios ou balões, com volume não superior a 20m³, complementares ou acessórios de instalações industriais, de laboratórios de pesquisas ou estabelecimentos similares e houver muro de proteção, com altura não inferior a 2,00m entre o reservatório e as divisas do imóvel, inclusive o alinhamento, observar-se-á o seguinte:

a) se a pressão interna não exceder a duas atmosferas, a distância livre mínima referida na parte final da letra "a" do item I poderá ser reduzida para 4,00m;

b) se a pressão interna for superior a duas atmosferas, a distância referida na letra anterior terá um aumento de 50% para cada atmosfera excedente de duas;

V - Para pressões mais elevadas do que seis atmosferas, serão fixadas pela autoridade competente maiores exigências, que assegurem as condições mínimas de segurança.

Parágrafo Único - As distâncias previstas, conforme a natureza e a pressão interna dos reservatórios, nos termos deste artigo, prevalecerão também para efeito do afastamento mínimo dos reservatórios ou balões, entre si.

CAPÍTULO II

FÁBRICAS OU DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS

Art. 438 - As fábricas ou depósitos de explosivos destinam-se à fabricação, manipulação ou ao armazenamento de explosivos, seus acessórios iniciadores, bem como de munições e outros dispositivos.



§ 1º - Consideram-se explosivos os corpos de composição química definida ou as misturas de compostos químicos que, sob a ação do calor, atrito, choque, percussão, tensão elétrica ou qualquer outra causa, possam produzir reações exotérmicas instantâneas, dando como resultado a formação de gases superaquecidos, cuja pressão seja suficiente para destruir ou danificar pessoas ou coisas.

§ 2º - Para os efeitos desta regulamentação ficam os explosivos divididos em três classes:

- a) 1.ª classe - compreende os explosivos cuja pressão específica for superior a 6.000 quilos por centímetro quadrado, como nitroglicerina, gelatina explosível, algodão, pólvora, chedite, damenita, roburita e ácido pícrico;
- b) 2.ª classe - compreende aqueles cuja pressão específica fica situada entre 6.000 e 3.000 quilos por centímetro quadrado, como nitrato de amônia, fulminate de mercúrio e pólvoras de guerra, de caça e de mina;
- c) 3.ª classe - abrange os que apresentam pressão específica inferior a 3.000 quilos por centímetro quadrado, como fogos de artifício ou saia e palitos de fósforos.

Art. 439 - As edificações e instalações deverão obedecer às seguintes normas:

I - Haverá adequados espaços de segurança em torno do conjunto de depósitos e locais de trabalho, bem como entre estes, estabelecidos de conformidade com a quantidade e o grau de periculosidade do produto;

II - A localização, no imóvel, dos depósitos ou pavilhões para fabricação, manipulação ou armazenagem, fica subordinada aos afastamentos seguintes:

- a) a distância mínima livre entre um pavilhão e as divisas do imóvel, inclusive o alinhamento dos logradouros, será de

$$d_{(m)} = 6 \sqrt[3]{V' \text{ (m}^3\text{)}} \text{ onde } V \text{ é o volume}$$

INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-A.T.

me interno, em m³ do pavilhão. Em qualquer caso, a distância mínima será de 30,00m;

b) a menor distância livre entre dois pavilhões ou entre um pavilhão e qualquer outra dependência do imóvel será de

$$d(m) = 2 \sqrt[3]{V(m^3)} \quad \text{onde } V \text{ é o volume in}$$

terno do pavilhão. Em qualquer caso, a distância mínima será de 10,00m;

III - A segurança mútua entre os locais de trabalho ou depósitos será obtida pela execução, nos espaços formados pelos afastamentos exigidos nos itens anteriores, de muros de concreto armado, de elevações de terra ou taludes, bem como pelo aproveitamento dos acidentes naturais do terreno, bosques e outros meios adequados:

a) as elevações de terra dotadas de árvores das espécies adequadas e os taludes protegidos pela vegetação conveniente deverão sobrelevar-se, pelo menos, 2,00m do terreno circundante a cada pavilhão;

b) no caso de fábricas ou depósitos de explosivos orgânicos com base mineral, as elevações ou taludes estabelecidos deverão se elevar a altura superior à da cumieira do pavilhão;

c) na localização das elevações de terra ou dos muros de concreto armado, deverá ser observado o relevo do terreno, de modo a permitir a expansão gradativamente reduzida das pressões resultantes de eventuais explosões, protegendo as pessoas e as construções localizadas nas proximidades do pavilhão acidentado;

d) as proteções mencionadas nas letras anteriores não deverão conter pedras ou materiais que possam se projetar, com risco de danos;

IV - Haverá um pavilhão separado para cada espécie de matéria-prima a empregar ou depositar;

V - Não será permitida a passagem de redes ou linhas elétricas, a menos de 20,00m de qualquer local de trabalho ou depósito de explosivos.



Folha no	260	de 119
n.º	326	de 1996

Art. 440 - Cada pavilhão deverá conter, no máximo, uma das seguintes quantidades de explosivos, para cada metro cúbico de volume interno do pavilhão:

I - 1 Kg. de explosivo de 1.ª classe, por m³;

II - 2 Kg. de explosivo de 2.ª classe, por m³;

III - 4 Kg. de explosivo de 3.ª classe, por m³;

Art. 441 - Quando os pesos líquidos de explosivos ultrapassarem 100 Kg da 1.ª classe ou 200 Kg da 2.ª classe ou 300 Kg, da 3.ª classe, os pavilhões deverão observar, ainda os seguintes requisitos:

I - Deverão ficar afastados 50,00m, pelo menos, das divisas do imóvel, inclusive do alinhamento dos logradouros, entre si e de quaisquer outras dependências do imóvel;

II - As paredes voltadas para propriedades vizinhas ou outras edificações do mesmo imóvel, que fiquem situadas a distância inferior a 200,00m, serão feitas de alvenaria resistente, formada de tijolos prensados ou laminados assentes com argamassa rica de cimento, com espessura de 0,45m, ou de concreto armado, com espessura de 0,15m;

III - O material de cobertura será mau condutor de calor, o mais leve possível, resistente impermeável e incombustível, assentado sobre armadura suficientemente rígida;

IV - As janelas para ventilação serão providas de venezianas de madeira, protegidas por telas constituídas de metal ou liga anticentelha e grades de ferro na parte externa, dispostas de forma que não se confrontem; cada abertura terá, no máximo, dimensões de 0,50m x 0,50m;

V - As janelas para iluminação natural serão providas de vidro fosco e protegidas por grades de ferro;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATIL

VI - Se houver porta externa voltada para ou tras edificações do imóvel ou para as suas divisas, inclusive para o alinhamento das vias públicas, que fique situada a distância inferior a 100,00m, deverá ser estabelecido muro ou anteparo de concreto armado, a distância e com dimensões suficientes para que a projeção de qualquer elemento ou material não atinja aqueles eventualmente situados no percurso que faz com o plano da porta ângulo superior ou com o plano do piso ângulo inferior a 30°;

VII - Quando se tratar da fabricação, manipulação ou armazenagem sujeita a explosões imprevisíveis, os fechos das portas deverão permitir abertura automática, apenas submetidos a determinada pressão exercida do lado interno do pavilhão ou compartimento;

VIII - São proibidas as instalações elétricas no interior dos locais de trabalho ou depósitos. Sua iluminação artificial somente será feita por meio de lanternas especiais, portáteis, alimentadas por pilhas;

IX - As peças metálicas somente serão usadas nos fechos de portas ou janelas e nos para-raios e, ainda, assim, empregadas de tal forma que não produzam faísca ou centelha, por choque ou atrito (ligas metálicas anticentelha);

X - Os carrinhos, vagonetes e trilhos utilizados para transporte interno deverão ser de madeira ou de outro material que não produza

CAPÍTULO III

FÁBRICAS OU DEPÓSITOS DE PRODUTOS BÁSICOS AGRESSIVOS
za faísca ou centelha, por choque ou atrito.

Art. 442 - As fábricas ou depósitos de produtos básicos agressivos destinam-se à fabricação, manipulação ou armazenamento de produtos químicos básicos agressivos e de outros considerados de categoria similar, nas relações constantes das normas oficiais.

Art. 443 - Os locais de fabricação, manipulação e depósito, bem como os demais compartimentos e ambientes das edificações ou instalações, deverão ter os dimensionamentos e demais requisitos mínimos indicados na parte geral do presente título e, ainda, atender, especialmente, às normas do órgão estatal competente.



Parágrafo único - Os depósitos deverão contar com dispositivo de segurança, tais como exaustor com comando externo, cuja tiragem será canalizada para tanques especiais que contenham solução apropriada para neutralizar, por meio de reação química, os efeitos dos gases desprendidos.

TÍTULO K

ENTREPOSTOS

Art. 444 - As edificações e instalações para entrepostos destinam-se ao recebimento, armazenamento apropriado, manipulação e comercialização de mercadorias ou produtos alimentícios de origem animal e vegetal.

Art. 445 - Conforme as suas características e finalidades, os entrepostos podem ser:

I - Entrepostos em geral;

II - Entrepostos de carnes e pescados;

III - Entrepostos de produtos hortifrutícolas;

IV - Entrepostos de leite, ovos e derivados.

§ 1º - Os entrepostos de carnes e pescados destinam-se a receber, armazenar, distribuir e comercializar mercadorias "in natura", frescas ou frigorificadas.

§ 2º - Os entrepostos de produtos hortifrutícolas destinam-se a receber, armazenar e comercializar verduras, frutas, ovos, laticínios e produtos similares.

CAPÍTULO I

ENTREPOSTOS EM GERAL

Art. 446 - Para alcançar suas atividades, os entrepostos poderão conter espaços em comum ou recintos dentro de amplos pavilhões ou compartimentos separados. Poderão, igualmente, conter os depósitos na parte superior dos recintos ou dos compartimentos.

Art. 447 - O acesso, de pessoas e veículos aos locais de recebimento, armazenamento, distribuição e comercialização, deverá obedecer às seguintes disposições:

I - Os corredores principais, cujas extremidades serão obrigatoriamente ligadas com o logradouro ou via de circulação interna de largura superior a 18,00m, terão largura mínima de 12,00m e nunca inferior a 1/8 do comprimento, medido entre as referidas extremidades;

RECEBIDA
SECRETARIA

II - Eventuais mudanças de direção terão concórdância por meio de curva, com raio mínimo de 12,00m;

III - Poderá haver corredores secundários, com largura mínima de 8,00m, desde que comecem e terminem em corredores principais. Uns e outros poderão ter recintos, boxes ou bancas dispostas ao longo dos percursos;

IV - Os portões de ingresso serão, no mínimo, em número de quatro, localizados nas extremidades dos corredores principais, cada um com a largura mínima de 3,50m;

V - Os corredores principais e secundários terão:

a) o piso de material impermeável e resistente ao trânsito de pessoas e veículos, conforme padrões fixados pela Prefeitura;

b) declividade longitudinal e transversal não inferior a 1%, nem superior a 3%, para livre escoamento das águas;

c) ralos ao longo das faixas de escoamento das águas de lavagem, espaçados, entre si, no máximo, 25,00m.

Art. 448 - A edificação deverá ter local ou conjunto de locais apropriados a finalidade a que é destinada, totalizando a área mínima de 4.000,00m², e obedecerão às seguintes disposições:

I - Se o local constituir espaço contínuo de uso comum ou coletivo para a finalidade de edificação ou contiver apenas recintos, boxes ou bancas, deverá ter:

a) pátio-direito mínimo de 6,00m;

b) aberturas convenientemente distribuídas para proporcionar ampla iluminação e ventilação; as aberturas deverão ter, em conjunto, superfície correspondente a 1/5 da área do piso do local, e serão vazadas em, pelo menos, metade da sua superfície;



II - No caso de divisão em compartimentos separados, cada um deverá ter:

- a) p^o-direito mínimo de 4,00m;
- b) aberturas, atendido o disposto na letra "b" do item anterior;

III - Tanto os recintos, boxes ou bancas, no caso do item I, como os compartimentos separados, no caso do item II, deverão ter:

- a) cada um, área mínima de 40,00m²;
- b) aberturas para o exterior providas de tela, para impedir a entrada de insetos;
- c) pisos, paredes e pilares satisfazendo às condições previstas no item I do artigo 82;
- d) piso de material apropriado para suportar cargas, como concreto, asfalto, pedra e outros, quando destinados ao armazenamento de produtos rígidos, de grande peso;
- e) piso com declividade longitudinal e transversal não inferior a 1%, nem superior a 3%, que ofereçam livre escoamento às águas e providos de ralos;

IV - Eventuais recintos ou compartimentos para guarda de mercadorias em separado, terão área mínima de 12,00m² e deverão observar às exigências das letras "b", "c", "d" e "e" do item anterior;

V - Se a cobertura for constituída de material bom condutor de calor, deverá haver forro de material liso, durável e com suficiente isolamento térmico, especialmente se o local se destinar a mercadorias sensíveis à radiação solar;

VI - Os entrepostos deverão dispor de câmaras frigoríficas, para armazenagem de produtos perecíveis, com capacidade adequada às suas necessidades e de acordo com o disposto no item X do artigo 232. Nas antecâmaras frigoríficas, o p^o direito mínimo será de 3,00m;

R
RAGDAJ
RESCORPIL

VII - A exposição, venda e acondicionamento das mercadorias deverão observar as normas emanadas da autoridade competente;

VIII - Deverão existir bebedouros providos de filtros, devidamente distribuídos pelos locais de atividades, na proporção de 1 para cada 400,00m² das respectivas áreas.

Art. 449 - Os entrepostos deverão dispor de instalações sanitárias, conforme o disposto no artigo 58, e nas proporções mínimas seguintes:

I - Para uso dos empregados;

a) haverá um lavatório e uma latrina, para cada 500,00m² ou fração da área total de construção;

b) haverá um mictório e um chuveiro, para cada 600,00m² ou fração da área total de construção;

II - Para uso do público haverá um lavatório, uma latrina e um mictório, para cada 750,00m² ou fração da área total de construção.

§ 1º - Se a ventilação das instalações sanitárias das edificações de que tratam os itens I e II deste artigo, for indireta, forçada ou especial, deverá ter o dobro da capacidade fixada na secção D do Capítulo IV do Título A da Parte A.

§ 2º - A distribuição das instalações sanitárias deverá ser feita de forma que nenhum recinto, boxe, banca ou compartimento fique delas afastado menos de 5,00m, nem mais de 80,00m.

Art. 450 - Deverão dispor de compartimentos de vestiários, na proporção mínima de 1:60 da área total construída, respeitada, para cada compartimento, a área mínima de 4,00m.

Art. 451 - Os entrepostos conterão, ainda, obrigatoriamente:

I - Compartimentos ou ambientes para administração, inspeção e serviços. A soma das áreas desses compartimentos não será inferior a 30,00m², podendo cada um ter a área mínima de 8,00m²;

II - Depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área mínima de 4,00m²;



Folha nº 263 de proc
n.º 326 de 19 2

III - Um compartimento para depósito e retorno de embalagens, vasilhames e outros fins similares, contíguo ao pátio de carga e descarga e com área mínima correspondente a $1,00m^2$ para cada $100,00m^2$ ou fração da área total de construção, respeitada a área mínima de $50,00m^2$;

IV - Sistema completo de suprimento de água corrente, compreendendo:

a) reservatório, com capacidade mínima correspondente a 40 litros por m^2 da área total de construção, excluídos os espaços para estacionamento e pátio de carga e descarga;

b) instalação de torneira em cada recinto, boxe, banca (item I do artigo 448) ou recinto separado (item II do artigo 448);

c) instalação, ao longo dos corredores principais e secundários, de torneiras apropriadas à ligação de mangueiras para lavagem, espaçadas entre si, no máximo, 25,00m;

V - Compartimento próprio para depósito dos recipientes de lixo, com capacidade equivalente ao recolhimento do lixo de 2 dias. O compartimento terá piso e paredes de acordo com o disposto na letra "c" do item III, do artigo 448, bem como torneiras com ligação para mangueira de lavagem; será localizado na parte de serviços, de forma a permitir acesso fácil e direto aos veículos públicos encarregados da coleta, com pavimento praticamente sem degraus.

Art. 452 - Haverá, também, instalações e equipamentos de prevenção e proteção contra incêndios, de acordo com as normas da autoridade competente e o disposto no Capítulo II do Título A da Parte A.

Art. 453 - Os pátios de carga e descarga deverão observar as seguintes disposições:

I - Terão capacidade, dimensões e disposições adequadas ao acesso, circulação, manobra e operações de carga e descarga de veículos;

II - Os espaços de acesso e circulação de veículos serão separados dos destinados à circulação de pessoas;

22
FACIEM TAGDAJ
ASSESSOR-GERAL

III - Nas mudanças de direção, a concordância será em curva, com raio mínimo de 12,00m;

IV - Terão, pelo menos, dois portões de ingresso, com largura não inferior a 3,50m. Se a área destinada aos veículos de carga e descarga for superior a 1.000,00m², os portões ficarão distanciados entre si, pelo menos, 30,00m;

V - Terão plataforma para operações de carga e descarga, com extensão, pelo menos, correspondente a 10,00m para cada 400,00m² ou fração da área total de construção, respeitada a extensão mínima de 100,00m;

VI - Terão local adequado à lavagem de veículos de transporte, dotado de suprimento de água sob pressão;

VII - Os pisos serão de material impermeável e resistente ao trânsito de veículos, conforme padrões fixados pela Prefeitura. Serão obrigatoriamente dotados de declividade entre 1% e 3% e de ralos convenientemente distribuídos para assegurar o escoamento das águas de lavagem.

§ 1º - Os espaços de acesso e estacionamento de veículos serão separados dos destinados a acesso o pátio de carga e descarga.

§ 2º - Se houver rampas, meios mecânicos para movimentação dos veículos ou outros dispositivos, aplicar-se-ão as normas previstas nos artigos 128, 354 e item I do artigo 361.

Art. 454 - Nos entrepostos de que tratam os Capítulos II e III deste título, as portas para o exterior dos pavilhões e dos compartimentos destinados ao armazenamento, manipulação, distribuição ou comercialização de mercadorias, terão a largura mínima de 2,40m e serão constituídas apenas de grades, totalmente vazadas para assegurar ampla ventilação do local.

Parágrafo único - A ventilação natural exigida neste artigo poderá ser substituída por instalação de renovação de ar, com distribuição uniforme pelo recinto e capacidade mínima de duas renovações do volume de ar do local, por hora, ou sistema equivalente.



CAPÍTULO II

ENTREPÓSITOS DE CARNES E PESCADOS

123

Folha n.º	269	de	proc.
n.º	226	de	19 76

Art. 455 - As edificações para entrepósitos de carnes e pescados, além das disposições do capítulo anterior desta título, deverão satisfazer às seguintes condições:

I - Dispor de dependências apropriadas para o recebimento, manipulação, classificação e distribuição de carne e pescado, bem como para a guarda e depósito dos produtos de origem animal, que não possam ser estocados com outros;

II - Se se realizar no local o desossamento, deverá existir compartimento próprio, com área mínima de 20,00m², observadas as exigências do artigo 227;

III - Deverá haver instalações para a reinspeção veterinária, que, obrigatoriamente, disporão de:

a) acesso próximo aos locais de recebimento ou comercialização da mercadoria;

b) saída especial para remoção da mercadoria rejeitada. Se existirem instalações, como guias ou trilhas elevadas para o deslocamento das carretilhas-ganchos, haverá dispositivo mecânico para o desvio das que conduzirem a mercadoria condenada;

c) locais para exames e sala para o pessoal técnico, com área total não inferior a 16,00m², podendo cada um ter a área mínima de 8,00m²;

d) instalação sanitária própria, contendo, pelo menos, lavatório, latrina e chuveiro, em compartimento cuja área não será inferior a 1,50m²;

e) compartimento de vestiário próprio, com área mínima de 4,00m²;

IV - Os compartimentos referidos nos itens anteriores deverão observar as exigências das letras "b", "c", "d" e "e" do item III do artigo 448 e, ainda, ter os cantos satisfazendo às condições previstas no item III do artigo 82;

INSHIE RAGDAJ
ASSESSOR GERAL

V - Os locais para comercialização, manipulação das mercadorias ou desossamento serão dotados de equipamento capaz de assegurar a manutenção da temperatura ambiente entre 15º e 20º C;

VI - Haverá câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos perecíveis, tais como carnes, pescados e gorduras em geral, dotadas de equipamento gerador de frio, capaz de assegurar, com as câmaras a plena carga, temperaturas limite de - 15º C (menos 15º centígrados) e - 25º C (menos 25º centígrados), para a conservação da mercadoria, respectivamente, a curto e a longo prazo. A cubagem das câmaras, será, no mínimo, correspondente a $1m^3$ de espaço da câmara para cada $10,00 m^2$ ou fração da área total de construção;

VII - As portas pelas quais se processar o transporte de carne bovina terão largura mínima de 1,80m e altura mínima de 2,80m;

VIII - Haverá instalações adequadas, como guias ou trilhos elevados, para o deslocamento das carretilhas-ganchos condutores de mercadorias nos locais destinados à distribuição de carnes, que totalizarem área acima de $200,00m^2$ ou apresentarem compartimentos com dimensão superior a 20,00m ou, ainda, quando o percurso obrigatório da mercadoria for superior a 30,00m.

Parágrafo único - Se houver industrialização de carnes e pescados, deverão ter dependências e instalações apropriadas para esse fim, atendendo ao previsto no Título I da Parte B.

IX - As edificações destinadas ao recebimento e industrialização do pescado devem satisfazer, ainda, o seguinte:

a) dispor, nos entrepostos, de câmaras frias para estocagem de pescado em temperatura de - 15º C (menos 15º centígrados) e - 25º C (menos 25º centígrados);

b) dispor de dependências para inspeção veterinária, recebimento, manipulação, classificação e distribuição de pescado;

c) dispor, quando for o caso, de dependência apropriada à industrialização do pescado.



124
Folha nº 265 de proc.
n.º 326 de 19 76

CAPÍTULO III

ENTREPOSTOS DE PRODUTOS HORTIFRUTÍCULOS

Art. 456 - As edificações para entrepostos de produtos hortifrutículos, além das disposições do Capítulo I deste título, deverão preencher, ainda, os seguintes requisitos:

I - Na parte superior dos recintos, boxes ou bancas e dos compartimentos separados, referidos, respectivamente, nos itens I e II do artigo 448, serão permitidos jiraus para depósito de embalagens ou vasilhame, executados com material de resistência ao fogo de 4 horas, no mínimo, e conforme as exigências dos itens I, II, III e IV do artigo 79;

II - Deverão dispor de equipamento gerador de frio, capaz de assegurar, com a máxima capacidade de mercadorias, temperaturas nas câmaras frigoríficas adequadas à conservação de frutas e, também, nas antecâmaras frescas, a conservação de verduras e legumes.

CAPÍTULO IV

ENTREPOSTOS DE LEITE, OVOS E DERIVADOS

Art. 457 - Nas edificações para entrepostos de leite e derivados, os compartimentos ou locais de depósito de matéria-prima deverão satisfazer, ainda, aos seguintes requisitos:

I - Terão área mínima de 20,00 m²;

II - Disporão de câmaras frigoríficas, com capacidade proporcional às necessidades, conforme o disposto no item X do artigo 232.

Art. 458 - As edificações destinadas ao recebimento, classificação e condicionamento de ovos deverão dispor de:

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

I - Compartimentos ou de espaços cobertos para triagem dos ovos;

II - Dependências para recebimento dos ovos;

III - Dependência para ovoscopia, exame de fluorescência da casca e verificação do estado de conservação dos ovos;

IV - Dependências para classificação comercial;

V - Dependências para industrialização, quando for o caso.

TÍTULO L

ALOJAMENTO E TRATAMENTO DE ANIMAIS

Art. 459 - As edificações ou instalações destinadas ao alojamento, adestramento e tratamento de animais, conforme as suas características e finalidades, classificar-se-ão:

I - Consultórios e clínicas;

II - Hospitais, maternidades e ambulatórios;

III - Estabelecimentos de pensão e adestramento;

IV - Haras, cocheiras, estábulos e congêneres.

§ 1º - Devido a sua natureza, as edificações e instalações somente poderão ocupar imóvel de uso exclusivo.

§ 2º - As exigências deste título não excluem o atendimento das normas emanadas pela autoridade competente.

Art. 460 - Os estabelecimentos previstos nos itens I, II e III do artigo anterior deverão conter, pelo menos, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Recepção e espera;

II - Atendimento ou alojamento de animais;

III - Acesso e circulação de pessoas;

IV - Administração e serviços;

V - Instalações sanitárias e vestiários.



Parágrafo Único - As instalações referidas no item IV do artigo anterior somente são obrigadas a dispor dos locais mencionados nos itens II, III e IV deste artigo.

Art. 461 - Deverão ser observadas as seguintes disposições:

- I - O local de recepção e espera, situado próximo ao ingresso, deverá ter área mínima de $2,00 \text{ m}^2$;
- II - Haverá um compartimento para administração e serviços, com uma área mínima de $10,00 \text{ m}^2$;
- III - Haverá, pelo menos, duas instalações sanitárias para uso do público e dos empregados, cada uma em compartimento com área mínima de $1,50 \text{ m}^2$, atendendo ao disposto no artigo 58, e contendo lavatório, latrina, mictório e chuveiro. No caso de estabelecimento com área construída superior a $1.000,00 \text{ m}^2$ deverá haver instalações sanitárias na proporção de uma, com os requisitos fixados neste item, para cada $500,00 \text{ m}^2$ de área construída.
- IV - Haverá compartimento de vestiário, na relação 1 : 100 da área de construção, observada a área mínima de $4,00 \text{ m}^2$;
- V - Haverá depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área mínima de $2,00 \text{ m}^2$;
- VI - Os compartimentos destinados ao atendimento, exame, tratamento, curativos, laboratórios, internações e serviço cirúrgico, enfermagem, necrotório, adestramento, banhos e vestiários deverão satisfazer às condições previstas no item I do artigo 82. Quando os alojamentos ou enfermarias e outros compartimentos similares, forem delimitados por paredes, estas deverão, também, atender as mencionadas condições;
- VII - O piso dos espaços de recepção, acesso e circulação, administração e serviços deverão satisfazer às condições previstas no item II do artigo 82;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.I.

VIII - Os compartimentos para o tratamento e curativos de animais terão as paredes, coberturas e pavimentos protegidos por isolamento acústico, na forma prevista no Capítulo VI do Título A da Parte A;

IX - As paredes externas das enfermarias e cocheiras observarão ao disposto no artigo 93;

X - Nos compartimentos mencionados no item VI, as aberturas para o exterior serão providas de telas para impedir a entrada de insetos;

XI - Se existirem outros serviços ligados à atividade do estabelecimento, tais como radiografia, câmara escura, deverão obedecer às exigências previstas nas respectivas normas específicas, conforme as atividades a que se destinam.

Art. 462 - Os compartimentos ou instalações para espera, guarda ou alojamento dos animais, sem prejuízo da boa técnica, deverão obedecer, ainda, às seguintes disposições:

I - Os canis e gaiolas serão individuais, com dimensões suficientes à espécie e tamanho dos animais e instalados em recintos constituídos de paredes de alvenaria comum de tijolos;

II - As paredes dos canis, para o efeito de proteção térmica, devem ser feitas por meio de taboado duplo, protegido externa e internamente por pintura apropriada, que poderá ser a óleo, externamente;

III - Nas gaiolas, as grades serão feitas de material inoxidável e imputrescíveis ou, quando de ferro, protegidas por pintura contra oxidação;

IV - Os locais de espera, guarda ou alojamento de animais doentes ou suspeitos de doença, deverão ficar isolados, com afastamento mínimo de 3,00 m das demais edificações e instalações, bem como das divisas do imóvel. Deverão, ainda, ficar recuados, pelo menos 6,00 m do alinhamento dos logradouros.



Folha	n.º	267	de proc.
n.º	326	de 19	96

CAPÍTULO I

CONSULTÓRIOS E CLÍNICAS VETERINÁRIAS

Art. 463 - As edificações destinadas a clínicas veterinárias, além das exigências constantes dos artigos 460, 461 e 462, deverão conter compartimentos locais de atendimento e exame, com área mínima de 16,00 m². A área mínima de cada compartimento será de 6,00 m².

§ 1º - Os compartimentos de que trata este artigo deverão:

- a) ter pia com água corrente, quando não dispuserem de instalação sanitária em anexo;
- b) paredes e piso, que preencham as condições dos itens VI e VIII do artigo 461.

§ 2º - As edificações de que trata este capítulo, não poderão possuir internamento de animais.

CAPÍTULO II

HOSPITAIS, MATERNIDADES E AMBULATÓRIOS

Art. 464 - As edificações para hospitais de tratamento de animais, além das exigências dos artigos 460, 461 e 462, deverão conter compartimentos, ambientes ou locais para:

- I - Alojamento ou enfermagem;
- II - Isolamento;
- III - Atendimento ou exame;
- IV - Tratamento e curativos;
- V - Intervenções e serviços cirúrgicos;
- VI - Laboratório;
- VII - Enfermagem;
- VIII - Necrotério.

Art. 465 - Aos compartimentos, ambientes ou locais previstos no artigo anterior, aplicam-se as seguintes normas:

- I - O alojamento será adequado à espécie o tamanho dos animais e dotado de condições especiais para assegurar a higiene local e dos animais, e deverá ter:

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATL

a) para animais de pequeno porte, como cães, gatos e outros, área mínima de $2,00 \text{ m}^2$; menor dimensão, no plano horizontal, não inferior a $1,00 \text{ m}$, e pé-direito mínimo de $1,50 \text{ m}$;

b) para animais de grande porte, como cavalos, bois e outros, área mínima de $12,00 \text{ m}^2$; menor dimensão, no plano horizontal, não inferior a $3,00 \text{ m}$, e pé-direito mínimo de $3,50 \text{ m}$;

II - Alojamento especial, que deverá permitir isolamento e observação, quando destinado:

a) a animais de pequeno porte terá área mínima de $8,00 \text{ m}^2$; menor dimensão, no plano horizontal, de $2,00 \text{ m}$, e pé-direito mínimo de $2,50 \text{ m}$;

b) a animais de grande porte terá área mínima de $25,00 \text{ m}^2$; menor dimensão, no plano horizontal, de $5,00 \text{ m}$, e pé-direito mínimo de $3,50 \text{ m}$;

III - Haverá, pelo menos, um compartimento com área mínima de $12,00 \text{ m}^2$, para:

a) atendimento ou exame de animais de pequeno porte;

b) tratamento ou curativos de animais de pequeno porte;

c) laboratório de análises;

d) laboratório de patologia;

IV - Os compartimentos para intervenções e serviços cirúrgicos em animais de pequeno porte compreenderão:

a) local de preparação, com área mínima de $6,00 \text{ m}^2$;

b) local de esterilização, com área mínima de $4,00 \text{ m}^2$;

c) local para cirurgia, com área mínima de $12,00 \text{ m}^2$;



124

Folha n.º	267	de proc
n.º	326	de 19 96

d) antecâmara de assepsia, com área mínima de 4,00 m²;

V - O compartimento de enfermagem terá área mínima de 6,00 m²;

VI - No caso de animais de grande porte, os locais para atendimento e exame, tratamento e curativos, intervenções e serviços cirúrgicos, bem como os necrotérios, deverão ter dimensões e condições apropriadas aos tipos e tamanho dos animais a que se destinam.

§ 1º - Os compartimentos mencionados nas letras "a", "b", "c" e "d" do item III, nas letras "a", "b", "c" e "d" do item IV e no item V deste artigo, serão dotados de pia com água corrente, quando não dispuserem de instalação sanitária em anexo.

§ 2º - Os locais mencionados nos itens I e II deste artigo terão torneira com água corrente, para lavagem, e ralos no piso, para escoamento das águas.

CAPÍTULO III

PENSÃO E ADESTRAMENTO DE ANIMAIS

Art. 466 - Os estabelecimentos de pensão e adestramento de animais, além das exigências dos artigos 460, 461 e 462, deverão conter, ainda, compartimentos, ambientes ou locais para:

I - Espera ou permanência temporária;

II - Guarda ou alojamento;

III - Adestramento ou exercício;

IV - Curativos.

Art. 467 - Aos compartimentos, ambientes ou locais previstos no artigo anterior, aplicam-se as seguintes normas:

I - Os locais de espera ou permanência temporária terão:

a) para animais de pequeno porte, área mínima de 8,00 m²; menor dimensão no plano horizontal não inferior a 2,00 m e pé-direito mínimo de 2,50 m;

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

- b) para animais de grande porte, área mínima de 25,00 m²; menor dimensão no plano horizontal, de 5,00 m e pé-direito mínimo de 3,50 m;

II - Os locais de guarda ou alojamento serão adequados aos tipos e tamanhos dos animais; serão dotados de condições especiais para assegurar a higiene local e dos animais. Terão alojamento com as dimensões mínimas exigidas nas letras "a" e "b" do item I e no item II do artigo 465;

III - Os locais de adestramento ou exercício serão adequados aos tipos e tamanhos dos animais e terão:

- a) para animais de pequeno porte, área mínima de 50,00 m² e menor dimensão de 6,00 m; quando cobertos, terão pé-direito de 4,00 m e a cobertura será de material termo-isolante;

- b) para animais de grande porte, área mínima de 800,00 m² e menor dimensão não inferior a 20,00 m; quando cobertos, terão pé-direito mínimo de 6,00 m e a cobertura será de material termo-isolante;

IV - O local para curativos terá:

- a) para animais de pequeno porte, área mínima de 8,00 m²; a menor dimensão não inferior a 2,00 m, e pé-direito mínimo de 2,50 m;

- b) para animais de grande porte, área mínima de 25,00 m²; a menor dimensão não inferior a 5,00 m e pé-direito mínimo de 3,50 m.

§ 1º - O local de curativos terá pia com água corrente, quando não dispuser de instalação sanitária em anexo.

§ 2º - Os locais mencionados nos itens I e II terão torneiras com água corrente, para lavagem e ralo no piso para escoamento das águas.



§ 3º - O local para adestramento ou exercício terá bebedouro com água corrente.

CAPÍTULO - IV

COCHEIRAS, ESTÁBULOS E CONGÊNERES

Art. 468 - As cocheiras, estábulos e instalações congêneres, quando sua existência for justificada de acordo com a legislação própria, além das exigências dos artigos 460, 461 e 462, que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer às seguintes disposições:

- I - Ficarão afastadas, no mínimo, 20,00m das divisas do lote e do alinhamento dos logradouros, bem como de qualquer edificação, ainda que situada no mesmo imóvel;
- II - Quando comportarem mais de 5 animais, deverá ser previsto espaço isolado e separado, vedado com parede até o teto, sem comunicação interna, para servir de enfermária;
- III - Terão recintos dotados das condições necessárias à permanência dos animais, apresentando espaço com largura mínima de 5,00m, em todo o contorno;
- IV - Terão área mínima de 12,00m², com a menor dimensão, no plano horizontal, não inferior a 3,00m, e pé-direito mínimo de 3,50m;
- V - Poderão ser subdivididos por paredes de alvenaria, madeira ou material equivalente, até a altura de 1,50m e, daí para cima, até 2,20m, com grade metálica ou sarrafos de madeira protegidos por pintura apropriada;
- VI - Quando tiverem paredes, estas serão revestidas de acordo com o disposto no item I do artigo 82;
- VII - A iluminação e a ventilação serão proporcionadas por aberturas situadas 2,20m acima do solo, no mínimo, dotadas de tela metálica, para proteção contra a entrada de insetos. Essas aberturas terão área mínima correspondente a 1/7 da área do recinto; a metade, pelo menos, da área da abertura deverá permitir ventilação permanente;
- VIII - Na cobertura somente será permitida a utilização de telhas metálicas ou material similar condutor de calor, quando houver forro com suficiente isolamento térmico;

128

Folha nº	229	de	proc.
n.º	326	de	1976

PC
REDAJ
Unid

IX - Os pisos terão:

- a) revestimento de pedra, com juntas tomadas com asfalto ou concreto, cerâmica adequada ou materiais similares de superfície não escorregadia, assentados sobre camadas de concreto impermeabilizado;
- b) declividade mínima de 1,5% e máxima de 3%, para o encaminhamento das águas até as canaletas;
- c) canaletas para escoamento das águas localizadas entre as baias ou divisões, e as coxias ou corredores; as canaletas terão profundidade entre 0,04m e 0,07m e largura entre 0,20m e 0,30m;
- d) ralos na proporção de 1 para cada 25,00m² de piso, com dispositivos para a retenção de matérias sólidas;
- e) torneiras com água corrente e ligação para mangueira de lavagens;

X - Os pisos dos locais destinados aos veículos, lavagem dos animais e depósito de forragem serão revestidos de concreto, com espessura de 0,15m, ou de material equivalente;

XI - As mangedouras e bebedouros deverão ser de material impermeável e de fácil lavagem;

XII - Haverá depósito de esterco à prova de insetos, com capacidade mínima para comportar o produto de 72 horas e distante, no mínimo, 50,00m das divisões e alinhamentos, bem como das demais edificações do mesmo imóvel;

XIII - Haverá depósito de forragem, isolado da parte destinada aos animais, e devidamente protegido por dispositivos contra os animais roedores.

§ 1º - Em todo o contorno da cocheira, haverá passeio com largura mínima de 0,60m e o revestimento previsto na letra "a" do item IX deste artigo.



§ 2º - Se o logradouro público lindeiro ao imóvel não for servido de rede de água e esgoto, as cocheiras deverão atender às medidas indicadas pela autoridade competente, no que concerne ao abastecimento de água e ao despejo de resíduos sólidos e líquidos.

129

Folha nº	270	de pro.
nº	366	de 19

TÍTULO - M

VELÓRIOS E NECROTÉRIOS

Art. 469 - As edificações para velório deverão conter os seguintes compartimentos ou instalações mínimas:

- I - Sala de vigília, com área mínima de 20,00m²;
- II - Local de descanso ou espera, próximo à sala de vigília, coberto ou descoberto, com área mínima de 40,00m²;
- III - Instalações sanitárias para o público, próximas à sala de vigília, em compartimentos separados para homens e mulheres, cada um dispondo, pelo menos, de 1 lavatório e 1 latrina e com área mínima de 1,50m²;
- IV - Instalação de bebedouro com filtro.

Art. 470 - As edificações para necrotérios deverão conter, no mínimo, os seguintes compartimentos:

- I - Sala de autópsia, com área mínima de 16,00m², dotada de mesa de mármore, vidro ou material similar, e uma pia com água corrente. As mesas para necrópsia terão forma que facilite o escoamento dos líquidos e a sua captação;
- II - Instalações sanitárias dispondo, pelo menos, de 1 lavatório, 1 latrina e 1 chuveiro, com área mínima de 1,50m.

PARTES

NORMAS DE CONSTRUÇÕES DIVERSAS

Art. 471 - As normas de construções ou instalações, que nem sempre tenham características de edificação, são estabelecidas nesta parte, sem prejuízo do atendimento das normas gerais que são objeto da Parte A, as quais serão adaptadas às circunstâncias específicas de cada caso, não excluindo as exigências da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Parágrafo Único - As edificações ou instalações, de que tratam os Títulos A e B desta parte, aplicam-se as disposições do Capítulo VIII do Título A da Parte A.

M. SACDAJ

TÍTULO A

PAVILHÕES PARA EXPOSIÇÕES

Art. 472 - Os pavilhões ou galpões fechados e destinados a exposições, feiras ou atividades semelhantes, de caráter permanente ou transitório, deverão obedecer às seguintes normas:

- I - Somente serão instalados em lotes com área mínima de 2.000 m²;
- II - Será permitida a construção de guaritas, portarias ou borboletas de ingresso, nos termos do disposto na Seção C do Capítulo IX do Título A da Parte A;
- III - As divisas do lote serão fechadas por muro, gradil ou cerca metálica de 1,80 m de altura, no mínimo, devendo os portões ter a mesma altura;
- IV - Haverá acessos independentes para entrada e saída. A soma total da largura desses acessos deverá corresponder, no mínimo, a 0,01 m para cada 300,00 m² ou fração de área utilizada pela atividade prevista, devendo cada um ter largura não inferior a 3,00 m. Serão obrigatoriamente afixados cartazes junto aos acessos, dos lados internos e externos do recinto, com indicação da lotação máxima do local;
- V - Haverá instalações sanitárias para os empregados e para o público, separadas para cada sexo, na proporção de um lavatório, um mictório e uma latrina para cada 200,00m² de área coberta, observado o disposto no artigo 58;
- VI - Na construção das instalações sanitárias, para pavilhões de caráter transitório, será permitido o emprego de madeira e outros materiais em placas, desde que apresentem revestimento durável, liso e impermeável, até a altura mínima de 2,00 m. O piso deverá receber revestimento durável, liso e impermeável;
- VII - Deverão existir, pelo menos, compartimentos para:
 - a) administração e serviço, com área mínima de 8,00 m² e menor dimensão não inferior a 2,00 m;
 - b) vestiários separados para homens e mulheres, cada um com área mínima de 4,00 m² e menor dimensão não inferior a 1,50 m;



c) guarda de material de limpeza, de consertos e outros fins, com área mínima de $4,00 \text{ m}^2$ e menor dimensão não inferior a 1,50 m.

Art. 473 - Aos pavilhões de exposições aplicam-se, ainda, as seguintes disposições:

- I - Serão construídos de material de resistência ao fogo de 2 horas, no mínimo;
- II - Os balcões, estandes ou outros equipamentos para exposição serão espaçados entre si, de modo que formem corredores compondo rede que proporcione circulação adequada às pessoas. A largura de qualquer trecho da rede (corredor) deverá ser superior a 1/10 do seu comprimento e nunca menor do que 1,50 m;
- III - Terão o pé-direito de 5,00 m, no mínimo;
- IV - As aberturas serão corretamente distribuídas para proporcionar ampla iluminação e ventilação do recinto. As aberturas deverão ter, no conjunto, área correspondente a 1/5 da área do recinto e serão vazadas, em, pelo menos, em metade da sua superfície, para assegurar ventilação natural permanente;
- V - O piso será revestido de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens. Haverá ralos, à razão de 1 para cada 50 m^2 ou fração, para o escoamento das águas de lavagem;
- VI - Qualquer subdivisão em compartimentos ou ambientes deverá ter área mínima de $6,00 \text{ m}^2$, com a menor dimensão não inferior a 2,00 m;
- VII - A eventual exposição ou venda de mercadorias ou alimentos deverá observar as normas de proteção à higiene e à saúde;
- VIII - Os compartimentos ou ambientes de escritórios, reuniões e outras atividades deverão satisfazer às exigências relativas aos compartimentos de permanência prolongada;
- IX - A instalação elétrica será dimensionada, devendo os circuitos ser limitados de acordo com as cargas adequadas e protegidos por chaves fusíveis instaladas em quadros metálicos fechados. A fiação, no caso de ser aérea, deverá ficar a mais de 2,50 m do pi-

M
M. B. RACDAJ
L. B. S. M. L.

so e presa aos componentes estruturais do pavilhão por meio de suportes isolantes. Quando a fiação estiver a menor altura ou ao nível do piso, será obrigatoriamente embutida em ductos, devidamente acoplados;

X - Deverá existir instalação completa de luz de emergência, com adequado nível de aclaramento do recinto e acessos;

XI - Haverá equipamento de proteção contra incêndio, como previsto no Capítulo II do Título A da Parte A, e de acordo com as exigências da autoridade competente;

XII - Haverá compartimentos próprios para o depósito dos recipientes de lixo, com capacidade equivalente ao recolhimento de lixo de 2 dias. Os compartimentos terão piso e paredes de acordo com o disposto no item I do artigo 82, bem como torneira com ligação para mangueira de lavagem; serão localizados de forma a permitir acesso sem degraus, fácil e direto pelos veículos encarregados da coleta.

Art. 474 - Quando do desmonte do pavilhão, de caráter transitório, será obrigatória a completa limpeza de toda a área ocupada, compreendendo-se a demolição das instalações sanitárias e a remoção das eventuais sobras de material e do lixo.

Art. 475 - É proibida a construção de pavilhão inteiramente de madeira, ainda que em caráter transitório.

Art. 476 - Os pavilhões que funcionarem por tempo prolongado ou com características de instalação permanente ficam sujeitos, ainda, às exigências sobre locais de reunião previstas no Título G da Parte B.

Art. 477 - As exposições ao ar livre, parques de diversões e atividades congêneres observarão, obrigatoriamente, as disposições contidas nos itens I a VII do artigo 472 e itens II, VII, VIII, IX e XII do artigo 473.

TÍTULO B

CINEMAS E LANCHONETES AO AR LIVRE

Art. 478 - Os cinemas e lanchonetes ao ar livre deverão satisfazer às seguintes disposições:

Restringido p/ Li 8904-49; PL 52/49



131
Folha n.º 272 de proc
n.º 326 de 1975

I - As instalações deverão observar o alinhamento, mínimo, de 5,00m das divisas do lote e do alinhamento dos logradouros públicos;

II - Serão permitidas as construções de bilheterias guaritas, portarias ou borboletas de ingresso, nos termos do disposto na Seção C do Capítulo IX do Título A da Parte A;

III - Nos alinhamentos do lote somente haverá mureta com altura máxima de 0,50m, podendo ser acrescida de tela ou cerca metálica vazada que alcance até a altura de 1,60m, com relação ao nível do passeio do logradouro;

IV - Os espaços para acesso e movimentação de pessoas serão sempre separados e protegidos das faixas de acesso e circulação de veículos;

V - Junto aos logradouros públicos os acessos (as "entradas" e "saídas") de veículos:

a) terão faixas separadas para "entrada" e "saída", com as indicações correspondentes e sinalização de advertência para os que transitam no passeio público. Se os lugares que possam ser destinados aos veículos não forem em número superior a 20, será permitida faixa dupla, observado o disposto no item I do § 1º do artigo 132;

b) observarão as disposições das letras "b" e "g" do artigo 125;

VI - Os espaços de estacionamento, acessos e circulação de veículos e as rampas observarão, ainda, as disposições do item III do artigo 125, item I do artigo 126, item II do artigo 123 e artigo 132;

VII - As rampas, quando cobertas, terão o padrão de 2,30m, no mínimo;

VIII - Os lugares para os veículos serão adequados aos diferentes tipos de carros. Em qualquer caso, excluídos os espaços de acesso, circulação e manobras, os lugares não terão área inferior a 12,00 m²;

RECEBIDO RAGDAJ
ACERVO - AIL

IX - Os lugares e as faixas de acesso e circulação interna serão dispostos de forma adequada à finalidade prevista, bem como à lotação fixada e à segurança dos usuários. Os acessos de veículos deverão ter capacidade para absorver, amplamente, o fluxo de entrada e de saída nas horas de mais intenso movimento;

X - A lotação de cada setor será, obrigatoriamente, anunciada em painéis afixados nos lados internos e externos, junto aos respectivos acessos.

Art. 479 - Os estabelecimentos deverão, ainda,

dispor de:

I - Instalações sanitárias, para os empregados e para o público de cada sexo, na proporção de um lavatório, um mictório e uma latrina para cada 100 lugares que possam ser destinados aos carros, observado o disposto no artigo 58;

II - Compartimentos, ambientes ou locais para:

a) administração e serviços, com área mínima de $8,00 \text{ m}^2$ e menor dimensão não inferior a $2,00 \text{ m}$;

b) vestiários, para homens e mulheres, cada um com área mínima de $4,00 \text{ m}^2$ e menor dimensão não inferior a $1,50 \text{ m}$;

c) guarda de material de limpeza, de conservação e outros fins, com área mínima de $4,00 \text{ m}^2$ e menor dimensão não inferior a $1,50 \text{ m}$;

III - Sistema de captação de águas pluviais e, pelo menos, revestimento primário, como pedrisco solocimento, betuma ou similar, de modo a evitar que a superfície do terreno se torne escorregadia ou lamacenta;

IV - Proteção acústica ao longo das divisas do imóvel, ou de dispositivos capazes de manter o nível de som ou ruído dentro dos limites admitidos, para não causarem incômodos aos vizinhos.

Destruído p/1
li 8904-79
Pl. 52-79



132
Folha no 273 de proc.
n.º 226 de 1976

Art. 480 - As dependências destinadas ao serviço de lanchonete, bar, refeições, copas, cozinha e depósito de alimentos deverão satisfazer as respectivas exigências das normas específicas (Parte B).

Restrições
p/ Li 8904-79
P.L. 52-79

Art. 481 - Quaisquer outras edificações, com pertencimentos ou instalações deverão, igualmente, satisfazer às exigências correspondentes previstas nas normas específicas (Parte B), conforme a sua classificação ou destinação.

Parágrafo único - As instalações destinadas à projeção de cinema, tais como cabine de projeção e depósito de filmes, assim como instalações sanitárias junto à cabine de projeção, deverão observar as exigências correspondentes previstas no Capítulo III do Título G da Parte B.

PARTE D

NORMAS DE EXECUÇÃO DE OBRAS

Art. 482 - A execução de obras, incluindo os serviços preparatórios e complementares, suas instalações e equipamentos, deverá obedecer à boa técnica, em especial às normas técnicas oficiais, bem como o direito de vizinhança.

TÍTULO A

TAPUMES, PLATAFORMAS DE SEGURANÇA, ANDAIMES E INSTALAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 483 - Será obrigatória a colocação de tapumes, sempre que se executarem obras de construção, reforma ou demolição.

Parágrafo único - Os tapumes deverão ser construídos de forma a resistir, no mínimo, a impactos de 60 kg/m² e observar altura mínima de 2,50 m, em relação ao nível do passeio.

Art. 484 - Poderá ser permitido que o tapume avance até a metade da largura do passeio, observado o limite máximo de 3,00 m, durante o tempo necessário à execução das obras junto ao alinhamento do logradouro.

§ 1º - O avanço superior ao previsto neste artigo poderá ser tolerado, pelo tempo estritamente necessário, em casos excepcionais, quando for tecnicamente comprovado que a utilização temporária do passeio é indispensável para a execução da parte da obra junto ao alinhamento.

TCR
INSTR. 100/2011
PROCESO 100/2011

§ 2º - No prazo máximo de quinze dias após a execução de pavimento situado a mais de 4,00 m acima do nível do passeio, deverá o tapume ser recuado para o alinhamento do logradouro, removendo-se as instalações ou construções que existirem no seu interior. Deverá ser reconstruído o piso do passeio e feita uma cobertura, com pé direito mínimo de 2,50m, para a proteção dos pedestres e veículos. Os pontaletes do tapume poderão permanecer nos locais primitivos e servir de apoio à cobertura e ao andaime fixo que for mantido na parte superior, acima de 2,50 m.

§ 3º - O tapume poderá voltar a avançar sobre o passeio, observado o disposto neste artigo, pelo prazo estritamente necessário ao acabamento da fachada localizada no alinhamento e a menos de 4,00 m acima do nível do passeio do logradouro.

Art. 485 - No caso de demolição, as normas contidas nos artigos 482, 483 e 484 serão aplicadas de forma que acompanhem e se ajustem ao desenvolvimento do serviço.

Art. 486 - Por todo o tempo dos serviços de construção, reforma ou demolição até a conclusão da alvenaria externa, visando a proteção contra quedas de trabalhadores e de objetos e materiais sobre pessoas ou propriedades, será também obrigatória a colocação de plataformas de segurança, com espaçamento vertical máximo de 8,00 m, em todas as faces da construção onde não houver vedação externa aos andaimes, conforme dispõe o artigo seguinte. A plataforma de segurança consistirá em um estrado horizontal, com largura mínima de 1,20m, dotado de guarda corpo todo fechado, com altura mínima de 1,00m e inclinação, em relação à horizontal, de aproximadamente, 45º.

Art. 487 - Para a proteção a que se refere o artigo anterior, poderá ser adotada, em substituição às plataformas de segurança, vedação fixa externa aos andaimes em toda a altura da construção, com resistência a impacto de 40 kg/m², no mínimo. Os vãos, se houver, não poderão medir mais de 0,05m.

Art. 488 - A plataforma de segurança e a vedação fixa externa aos andaimes, referidas nos artigos 486 e 487, deverão ser executadas prevendo resistência a pressão do vento de 80 kg/m².

Art. 489 - Na fase de acabamento externo das construções ou reformas, poderão ser utilizados andaimes mecânicos, desde que apresentem condições de segurança, de acordo com a técnica apropriada.



Art. 490 - Serão permitidas instalações temporárias, desde que necessárias à execução da obra, tais como barracões, depósitos, escritórios de campo, compartimentos de vestiários, bem como escritórios de exposição e divulgação de venda exclusivamente das unidades autônomas da construção a ser feita no local.

§ 1º - As dimensões dessas instalações serão proporcionais ao vulto da obra e permanecerão, apenas, enquanto durarem os serviços de execução.

§ 2º - A distribuição dessas instalações no canteiro da obra observará os preceitos de higiene, salubridade, segurança e funcionalidade.

§ 3º - A distribuição dessas instalações não deverá interferir na movimentação de veículos de transporte de materiais, de forma que venha a prejudicar o atendimento ao disposto no artigo 491.

Art. 491 - Não será permitida a utilização de qualquer parte do logradouro público para carga ou descarga, mesmo temporária, de materiais de construção, bem como para canteiro de obras, instalações transitórias ou outras ocupações, salvo no lado interior dos tapumes, executados na forma prevista no artigo 484 e seu § 1º.

Art. 492 - O tapume e a plataforma de segurança, bem como a vedação fixa externa aos andaimes ou andaimes mecânicos e suas vedações, deverão ser utilizados exclusivamente nos serviços de execução da obra, não podendo ser aproveitados para exposição, venda de mercadorias e outras atividades estranhas.

Art. 493 - Durante o período de execução da obra, deverá ser mantido revestimento adequado do passeio frontal, de forma a oferecer boas condições de trânsito aos pedestres.

Parágrafo único - As plataformas de proteção, a vedação fixa externa aos andaimes ou andaimes mecânicos e as instalações temporárias poderão ocupar o espaço aéreo sobre o passeio do logradouro, respeitadas as normas do § 2º do artigo 484.

Art. 494 - Os tapumes, as plataformas de segurança, a vedação fixa externa aos andaimes ou andaimes mecânicos e as instalações temporárias não poderão prejudicar a arborização, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais do trânsito, e outras instalações de interesse público.

INGRID RAGDAJ
ASSISTENTE-ATL

Art. 495 - Após o término das obras ou no caso de sua paralização por tempo superior a três meses, quaisquer elementos que avancem sobre o alinhamento dos logradouros deverão ser retirados, desimpedindo-se o passeio e reconstruindo-se imediatamente o seu revestimento.

Parágrafo único - Se não for providenciada a retirada dentro do prazo fixado pela Prefeitura, esta promoverá sua remoção, cobrando as despesas, com acréscimo de 100%, sem prejuízo da multa devida.

TÍTULO B

EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

Art. 496 - Na instalação e no funcionamento de guinchos, deverão ser observadas as seguintes exigências:

- I - A operação será comandada por sinais convencionais, acionados dos andares;
- II - O cabo de suspensão terá marcas indicativas das posições de parada nos andares;
- III - O cabo de suspensão terá duas marcas indicativas de fim de curso, sendo a primeira, de advertência;
- IV - O guincho terá dispositivo adequado para manter a prancha ou caçamba imobilizada na posição de carga e descarga;

V - O motor do guincho deverá ter chave de reversão para que a descida da prancha ou caçamba se faça pela ação do motor, e não em queda livre.

Art. 497 - Na execução ou reforma de construções, quando ultrapassada a altura de 23,00 m, calculada conforme o artigo 115, deverá ser instalado, pelo menos, um elevador para uso do pessoal da obra.

§ 1º - O elevador referido neste artigo deverá contar, pelo menos, com os seguintes requisitos:

- I - Torres de estrutura metálica;
- II - Prancha coberta e dotada de proteção lateral;
- III - Interruptor de fim de curso, conjugado com freio automático;



Folha nº 23134 1ª prc.
n.º 324 de 1996

IV - Dispositivo que impeça a movimentação da prancha durante a entrada e saída de pessoas;

V - Sistema de frenagem de ação automática, em caso de ruptura do cabo de suspensão ou de interrupção da corrente.

§ 2º - Durante a execução ou reforma de construções com altura inferior a 23,00 m, poderão ser instaladas pranchas especiais destinadas, exclusivamente, ao transporte do pessoal da obra, as quais obedecerão às exigências contidas neste artigo, exceto quanto ao sistema de frenagem previsto no item V, que poderá ser acionado por controle manual.

Art. 498 - Todas as instalações elétricas provisórias da obra deverão ser executadas por pessoal habilitado, com material de boa qualidade, e preencherão os seguintes requisitos:

I - A fiação será embutida em ductos e os equipamentos elétricos devidamente protegidos;

II - Nos locais onde for tecnicamente difícil empregar ductos, para a passagem dos fios, esses deverão ser instalados a 2,50 m, no mínimo, acima do nível do piso;

III - Os circuitos elétricos deverão ser protegidos contra impactos mecânicos, umidade e agentes corrosivos;

IV - A rede de alta tensão deverá ser instalada em altura e posição que evitem contatos acidentais com veículos, instalações, equipamentos ou pessoas.

TÍTULO II

CANTEIROS DE OBRAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 499 - O canteiro de obra compreende as áreas em que se realiza a construção, bem como as áreas em que se depositam os materiais ou com eles se trabalha ou, ainda, onde se efetue a montagem dos elementos que serão empregados na obra.

Parágrafo único - O canteiro de obra deverá satisfazer às seguintes exigências:

I - Os materiais deverão ser dispostos de modo a não oferecer risco às pessoas, incluindo os empregados da obra;

INGRID HAGDAJ
ASSESSORA - ATL

II - Serão adotadas as cautelas indispensáveis para evitar a queda ou o escorregamento de pilhas de material acondicionado em caixas, barricas, tambores, sacos ou a granel;

III - Madeiras usadas e retiradas de andaimes, bem como formas ou escoramentos, deverão ser empilhados depois da retirada ou rebatimento dos pregos dos arames e fitas de amarração;

IV - Os materiais tóxicos, corrosivos ou inflamáveis deverão ser armazenados em locais bem protegidos e de acesso privativo dos seus encarregados;

V - Serão tomadas precauções convenientes à proteção contra fogo, na utilização de fogareiros e bujões de gás.

Art. 500 - A implantação do canteiro de obra e das instalações temporárias de que trata o artigo 490, em imóvel próximo ao local da obra, poderá ser permitida pela Prefeitura, mediante exame das condições locais, da circulação criada, do horário de trabalho, dos inconvenientes ou prejuízos para o público e de outros fatores. Em função desse exame, serão fixados os termos da autorização, quando concedida.

*Alvescenti
PARAGRÁFO
Lei 30.730/87*

Art. 501 - Enquanto durarem os serviços de construção, reforma ou demolição, o responsável pela obra deverá adotar as medidas necessárias à proteção e segurança dos trabalhadores, do público, das propriedades e dos logradouros públicos.

§ 1º - Deverão ser observadas as normas oficiais relativas à segurança e higiene do trabalho.

§ 2º - Os serviços, especialmente no caso de demolição, escavações ou fundações, não deverão prejudicar imóveis ou instalações vizinhas, nem os passeios dos logradouros.

§ 3º - Conforme o porte e duração da obra, o canteiro de serviços deverá ser dotado de instalações sanitárias e outras dependências para os empregados, de acordo com as normas técnicas oficiais.

Art. 502 - As construções ou reformas serão executadas em absoluta conformidade com o projeto aprovado.

§ 1º - As prescrições deste artigo são extensivas aos projetos de fundações, aos projetos estruturais, aos de instalações prediais e de obras ou serviços complementares.

§ 2º - As dimensões resultantes da execução poderão apresentar uma variação de 5%, no máximo, à vista das indicadas no projeto aprovado, e desde que respeitados os limites mínimos ou máximos fixados neste Código.

*Dr. Carlos Antunes
004/80 (Autos
de Conclusão)*



TÍTULO D

ESCAVAÇÕES, MOVIMENTO DE TERRA,
ARRIMOS E DRENAGENS

Art. 503 - Não serão permitidas construções em terrenos pantanosos ou alagadiços, antes de executadas as obras necessárias de escoamento, drenagem ou aterro.

Parágrafo único - O aterro deverá ser feito com terra expurgada de resíduos vegetais e de qualquer substância orgânica ou outro processo aceito pelas normas técnicas oficiais.

Art. 504 - O terreno circundante a qualquer construção deverá dar escoamento às águas pluviais e protegê-la contra infiltrações ou erosão.

Art. 505 - Antes do início das escavações ou movimento de terra necessário à construção, deverá ser verificada a existência, sob o passeio do logradouro, de tubulações, cabos de energia, transmissão telegráfica ou telefônica e outros fins, que, por se acharem muito próximos do alinhamento, possam ser comprometidos pelos trabalhos a executar.

Parágrafo único - Deverão ser devidamente escorados e protegidos os passeios dos logradouros e as eventuais instalações de serviços públicos.

Art. 506 - Deverão ser igualmente escoradas e protegidas as eventuais construções, muros ou quaisquer estruturas vizinhas ou existentes no imóvel, que possam ser atingidas pelas escavações, pelo movimento de terra ou rebaixamento do lençol d'água. Serão evitados os desabamentos tanto pelo aumento e reforço do escoramento, como pela proteção contra a perda de coesão do terreno ocasionada por desidratação.

Parágrafo único - A execução dos serviços será conduzida com o necessário cuidado, de preferência por trechos descontínuos.

Art. 507 - As valas e barrancos, resultantes das escavações ou movimento de terra, com desnível superior a 1,20 m, deverão receber escoramento de tábuas, pranchas ou sistema similar, apoiados por elementos dispostos e dimensionados segundo o desnível e a natureza do terreno, de acordo com as normas técnicas oficiais.

§ 1º - Se a escavação ou o movimento de terra formar talude, com inclinação menor ou igual ao natural correspondente ao tipo do solo, poderá ser dispensado o escoramento.

INGRID FAGDAJ
ASSISTENTE - A.F.L.

§ 29 - Quando as valas escavadas atingirem profundidade superior a 2,00 m, deverão dispor de escadas ou rampas para assegurar o rápido escoamento dos trabalhadores.

§ 39 - Quando houver máquinas em funcionamento ou tráfego de veículos, tão próximos da escavação que possam produzir vibrações sensíveis na área escavada, os escoramentos deverão ter seus elementos de apoio devidamente reforçados.

§ 49 - Concluídos os serviços de escavação ou movimento de terra, se a diferença de nível entre terrenos for superior a 1,20 m, os muros, quando houver, serão necessariamente de arrimo, calculados levando-se em conta a inclinação do talude natural do solo, a densidade do material e as sobrecargas.

Art. 508 - Toda vez que as características da edificação indicarem a necessidade, durante a execução ou mesmo depois de concluída a obra, do esgotamento de nascentes ou do lençol freático, deverão ser submetidas à Prefeitura as medidas indicadas, para evitar o livre despejo nos logradouros.

PARTES

NORMAS ADMINISTRATIVAS

Título A

DAS LICENÇAS

Art. 509 - A execução de edificações, construções, instalações, reconstruções, reformas ou demolições dependerá sempre de prévia licença expedida pela Prefeitura, salvo as exceções expressas neste Código.

CAPÍTULO I

ALINHAMENTO E NIVELAMENTO

Art. 510 - Dependem de alvará de alinhamento e nivelamento:

- a) quaisquer obras de construção junto aos alinhamentos dos logradouros, abaixo ou acima do nível do passeio;
- b) quaisquer modificações em construção que impliquem em alteração de alinhamento, afastamento dessa linha ou variação de nível de soleira.



Folha nº 2736	de 30
nº 326	de 1976

Art. 511 - Não dependem de alvará de alinhamento e nivelamento:

- a) a reconstrução de muros ou gradis desabados, cujas fundações se encontram feitas segundo alinhamento em vigor;
- b) as edificações e construções em geral, que observem afastamentos, a contar do alinhamento, maiores do que os recuos legais estabelecidos;
- c) quaisquer obras de emergência que forem indispensáveis para garantir a estabilidade ameaçada de construções existentes, junto ao alinhamento ou no interior do lote, abaixo ou acima do nível do passeio.

Art. 512 - Para obter alvará de alinhamento, deverá o proprietário requerê-lo, juntando planta do terreno em escala conveniente, na qual venham cotadas as testadas e a profundidade média do lote, bem como indicada a situação referente à esquina de logradouro oficial ou reconhecido mais próximo, e a elevação do muro ou gradil.

§ 1º - Nos casos de construção nova, reconstrução ou reforma, o alvará de alinhamento e nivelamento será exigido conjuntamente com o de construção.

§ 2º - Nos pedidos de alvará de alinhamento e nivelamento relativos a muro, gradil ou cerca, é indispensável a apresentação de título de propriedade.

CAPÍTULO II

LICENÇAS EM GERAL

Art. 513 - Dependem de alvará de licença:

- a) a construção de muros ou gradis no alinhamento da via pública;
- b) a execução de chanframento de guias ou o rebaixamento parcial do passeio para acesso de veículos;
- c) a abertura de gargulas para escoamento de águas pluviais sob o passeio.

Art. 514 - Depende de alvará de licença a instalação de andaime e tapumes no alinhamento do logradouro ou sobre o passeio, para execução de trabalhos de construção ou demolição.

Art. 515 - Dependem de alvará de licença as construções funerárias.

Revogado P/
Lei 10.508/88.
PL 24/88

PL
SAGDAJ

Regulamento do p/dic 14025-76

Sartoria 61-80- Selah
(disciplina aplicação de
artigo)

CAPÍTULO - III

LICENÇA PARA EDIFICAR

Art. 516 - Para obter alvará para edificar, de
verá o proprietário, mediante requerimento, submeter à aprova
ção da Prefeitura o projeto, referindo localização, número de
contribuinte na repartição municipal de rendas imobiliárias,
autor do projeto e responsável pela execução da obra, instru-
indo o pedido com:

I - Título de propriedade do imóvel;

II - Memorial descritivo;

III - Peças gráficas, apresentadas de acordo com
o modelo adotado pela Prefeitura e em esca
la conveniente;

IV - Levantamento plani-altimétrico do imóvel,
que serviu de base para o projeto.

§ 1º - Sempre que julgar conveniente, a repar-
tição municipal competente exigirá a apresentação, pelo pro-
fissional responsável, legalmente habilitado, de detalhes cons-
trutivos ou de cálculos justificativos da resistência e esta-
bilidade, de peças ou elementos construtivos, que impliquem em
segurança das edificações.

§ 2º - As peças gráficas e memoriais deverão
trazer as assinaturas:

a) do proprietário do imóvel em que serão fei-
tas as obras e do compromissário comprador,
quando for o caso;

b) do autor do projeto, devidamente habilitado;

c) do responsável pela execução, devidamente ha-
bilitado, só exigível por ocasião da expedi-
ção do alvará de licença para a hipótese
prevista no artigo 522.

§ 3º - Somente serão consideradas divergências
até o limite máximo de 5%, entre as dimensões reais do terre-
no, apuradas no levantamento de que trata o item IV deste ar-
tigo, realizado por profissional legalmente habilitado, e as
dimensões constantes do título de propriedade do imóvel.

Art. 517 - Não se achando os requerimentos ins-
truídos, conforme estabelecido no artigo anterior e demais re-
gulamentos referentes a petições, não serão eles recebidos pe-
las repartições municipais.

Art. 518 - A Prefeitura, pela sua repartição
competente, poderá entrar na indagação do destino das cons-
truções, no todo ou em parte, recusando aceitação às que fo-
rem julgadas inadequadas ou insatisfatórias no que se refere
à segurança, higiene ou modalidade de utilização.



Folha no 134
de p. 278
n.º 228 do 1972

Art. 519 - Se os projetos submetidos a aprovação apresentarem pequenas inexatidões ou deficiências sanáveis, será comunicado para que o interessado faça as correções pertinentes.

§ 1º - O prazo para formalização das correções é de 20 dias úteis, findo o qual, não sendo efetuadas, serão os requerimentos indeferidos.

alterado p/ Lei 8881-79; PL 30/79

§ 2º - Se os projetos apresentarem incorreções insanáveis, serão os requerimentos indeferidos.

Art. 520 - O prazo para despacho do requerimento é fixado em 20 dias úteis, a contar do recebimento ou do atendimento das exigências comunicadas.

alterado: Lei n.º 8881-79; PL 30-79
vide art. 4º da Lei 9413/81

§ 1º - Se houver em andamento estudo de ato, a ser baixado pelo Executivo, que possa alterar a solução do pedido, o prazo máximo de que trata este artigo será de 60 dias úteis.

§ 2º - No caso de depender a aprovação da manifestação do Legislativo do Município, por ser o local atingido por projeto de lei submetido à sua apreciação ou por alteração de norma edilícia em vigor, o prazo para despacho será de 180 dias úteis.

§ 3º - Findos os prazos definidos no corpo deste artigo ou no § 1º, poderá o responsável técnico dar início às obras projetadas, 3 dias úteis após comunicação feita à repartição técnica competente. Essa comunicação não eximirá os responsáveis da obrigação de atender a todas as disposições legais. Se for indeferido o pedido, cessam imediatamente os efeitos da comunicação, devendo a construção ser sustada e procedida a demolição do que tiver sido construído.

§ 4º - O prazo para a retirada do alvará é de 20 dias úteis, prorrogável o pedido por igual período. Findo o prazo sem o comparecimento do interessado, o pedido será indeferido por abandono, sem prejuízo do pagamento das taxas devidas.

Art. 521 - A Prefeitura instituirá providências destinadas a facilitar a elaboração de projetos a serem submetidos ao exame das repartições municipais, bem como a melhorar o processamento, que incluirá a expedição mediante solicitação, de ficha, com prazo de validade previamente fixado, contendo, para o imóvel que for mencionado, as informações essenciais sobre:

I - Usos permitidos no local;

II - Taxa de ocupação e índice de aproveitamento do lote;

Handwritten signature and stamp: "M. JACON" and "Municipalidade"

III - Recuos a contar das linhas perimetrais do lote;

IV - Dispositivos aplicáveis à modalidade de edificação a construir;

V - Eventuais restrições ao funcionamento de determinadas atividades.

Regulamentado p/ dec. 14025-76
Regulamentado pelo de. 17 817/82.

Art. 522 - Os projetos de que trata o artigo 516 poderão ser aprovados numa etapa anterior à expedição da respectiva licença, ficando esta na dependência da apresentação e assinatura do projeto pelo profissional responsável pela execução, que deverá estar devidamente habilitado.

Parágrafo único - independentemente da apresentação do profissional responsável pela execução, o interessado deverá efetuar o pagamento das taxas devidas, sob pena de indeferimento, no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do despacho de aprovação do projeto, prazo esse que poderá ser prorrogado, a pedido, por igual período.

CAPÍTULO IV

HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Regulamentado p/ dec. 12.706-76
Regulamentado p/ dec. 17 810/82

Art. 523 - O projeto e a execução de habitações de interesse social, embora devam observar as disposições relativas ao licenciamento das edificações em geral, gozarão, além das facilidades concedidas pela regulamentação especial, de mais as seguintes:

I - Apresentação de projeto e documentação simplificados, bem como rápida tramitação e solução do pedido de licença;

II - Assistência técnica, jurídica e administrativo da Prefeitura, que será gratuita, quanto à documentação de propriedade, à elaboração do projeto, orientação da execução da obra, obtenção de financiamento e outras medidas para facilitar a construção dessas habitações;

Regulamentado p/ dec. 14.025-76

III - Isenção de quaisquer pagamentos.

IV - Di. nº 9414/81

Parágrafo único - Para o licenciamento de que trata este artigo, os prazos máximos referidos no artigo 520 ficam reduzidos à metade.



CAPÍTULO V

LICENÇA PARA REFORMAS

Art. 524 - Para obter alvará para reforma de edificação, deverá o proprietário requerê-lo, instruindo o pedido na forma indicada no artigo 516 com referência a edificações novas, descrevendo, também, sucintamente, as modificações a realizar. As peças gráficas demonstrarão as alterações previstas com o emprego das convenções adequadas.

§ 1º - Se a reforma implicar em alterações abrangendo mais de 50% da área construída existente, será considerada como edificação nova.

excluído p/ li 8844-78

§ 2º - Aplicam-se às reformas os prazos estabelecidos para despacho, comunicação de início e retirada de alvará.

§ 3º - Será facilitado o licenciamento, no que diz respeito à apresentação de projeto e documentação simplificada, bem como na rápida tramitação e solução dos pedidos, além das facilidades concedidas pela regulamentação do exercício profissional, para as pequenas reformas que satisfaçam a todos os requisitos seguintes:

Regulamentado p/ del. 12.706-76

- a) não necessitem de elementos estruturais de aço ou de concreto armado;
- b) não afetem a estrutura da edificação existente;
- c) não impliquem em mudança do destino da edificação;
- d) não alterem qualquer parte da edificação situada no alinhamento do logradouro;
- e) contenham reduzida área de construção, a ser acrescida ou reconstruída.

§ 4º - Para o licenciamento de que trata o parágrafo anterior, os prazos máximos referidos no artigo 520 ficam reduzidos à metade.

Art. 525 - Os reparos, conforme definidos no artigo 557, que não impliquem em modificação nas partes da edificação independem de aprovação, podendo ser realizados mediante comunicação à Prefeitura, contendo a descrição do que será realizado.

Regulamentado p/ del. 12.706-76
V. Pot/SR/2841/83

Parágrafo único - Os reparos em edificação situada, mesmo em parte, junto ao alinhamento, dependerão da execução de tapumes e andaimes fixos ou móveis, sendo necessária a obtenção da prévia licença.

REGDAJ
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO VI

LICENÇA PARA DEMOLIÇÕES

Art. 526 - Nenhuma demolição de edificação ou obra permanente de qualquer natureza pode ser feita sem prévio requerimento à Prefeitura, que expedirá a necessária licença após a indispensável vistoria.

§ 1º - Se a demolição for de construção localizada, no todo ou em parte, junto ao alinhamento da via pública, será expedida, concomitantemente, a licença relativa a andaimes e tapumes.

§ 2º - A demolição parcial será considerada reforma, e nesse caso deverá ser observado o disposto no artigo 524.

§ 3º - Quando se tratar de demolição de edificação com mais de dois pavimentos, deverá o proprietário indicar o profissional legalmente habilitado responsável pela execução dos serviços.

§ 4º - No caso de nova construção, a licença para demolição será expedida conjuntamente com a licença para construir.

CAPÍTULO VII

ALVARÁS

Art. 527 - A licença prescreve no prazo máximo de 2 anos a contar da data da publicação do despacho de aprovação do projeto, a menos que a obra tenha sido iniciada.

§ 1º - O prazo de vigência para os alvarás de muros, passeios, guias, reconstruções, reformas, consertos ou demolições será proporcional às características da obra a executar, não podendo exceder, em qualquer caso, a 2 anos.

§ 2º - O prazo consignado no alvará não correrá durante os impedimentos a seguir mencionados, desde que devidamente comprovada sua duração por documento hábil:

- a) desocupação do imóvel por ação judicial;
- b) decretação de utilidade pública;
- c) calamidade pública;
- d) quando justificados por decisões judiciais;



§ 3º - Caracteriza-se a obra iniciada pela conclusão dos trabalhos de sua fundação, assim entendidas como sendo as do corpo principal da edificação, definidas de acordo com a solução técnica, ou seja, estaqueamento, tubulões, sapatas corridas ou fundação direta.

§ 4º - Quando a licença compreender um conjunto de edificações, sua prescrição ocorrerá se não for iniciada, conforme o parágrafo anterior, pelo menos uma das edificações do conjunto. Nesse caso, a licença terá validade para as outras edificações do conjunto que forem iniciadas dentro do prazo máximo de mais 3 anos, caducando para as demais que eventualmente não tiverem sua fundação concluída, conforme o parágrafo anterior.

§ 5º - Decorrido o prazo de validade do alvará, somente será permitido dar prosseguimento à obra se esta tiver sido efetivamente iniciada, conforme definido no § 3º, e se o profissional responsável pela execução houver feito comunicação, por escrito, desse início, pelo menos 10 dias antes do término do prazo de vigência.

§ 6º - Caducado o alvará, cessam automaticamente os seus efeitos. Nesse caso, a obra dependerá de nova aprovação do respectivo projeto, ficando subordinada à observância de eventuais alterações da legislação.

§ 7º - Verificada a infringência de dispositivo legal, será a licença anulada pelo Prefeito. Atendendo a relevante interesse público poderá o Prefeito também revogar, a qualquer tempo, o alvará ou licença. Em qualquer das hipóteses, o despacho de cassação será devidamente fundamentado.

Art. 528 - Os alvarás de alinhamento e nivelamento nos termos do artigo 512 e seu § 1º prescrevem após 30 meses a contar de sua expedição. Se não foram utilizados nesse prazo, deverá ser obtido novo alvará, mediante requerimento, ficando sujeito aos novos alinhamentos ou nivelamentos eventualmente estabelecidos para o local.

Parágrafo único - Caracteriza-se a utilização do alvará de alinhamento e nivelamento pela execução da obra no alinhamento e comunicação, por escrito, pelo menos 10 dias antes do término do prazo de vigência.

Art. 529 - No caso de mudança de proprietário, poderá ser lançado no alvará o respectivo termo, podendo essa mudança ser efetivada concomitantemente com o facultado pelos artigos 531 e 532.

Art. 530 - A paralização, devidamente comprovada, da obra ou de uma delas, no caso de conjunto, por prazo superior a 2 anos, ressalvado o disposto no artigo 526, implica na imediata caducidade da licença, referente às obras não iniciadas ou paralizadas, mesmo no caso de já ter sido concedido o ato de conclusão para uma parte já concluída da construção.

Parágrafo único - Nesse caso, o prosseguimento da obra dependerá de nova aprovação do respectivo projeto, ficando subordinada à observância de eventuais alterações das normas edilícias.

Alterado p/ Lei 8881/79; 1230/79

72
Assinatura
280/39-ATA

CAPÍTULO VIII

ALTERAÇÕES EM PROJETOS

Conf. Interam. 002/80

V. dec. 16.775-80 ←

V. dec. 16.864/80 (revisão)

alterado p/ decreto
16.967-80

Art. 531 - Pequenas alterações em projetos e provados, com licença ainda em vigor, que não impliquem em mudança das partes da construção, poderão ser efetuadas mediante prévia comunicação à repartição competente, assinada pelo proprietário e pelo profissional responsável e devidamente instruída com:

- a) projeto anteriormente aprovado;
- b) memorial descritivo;
- c) projeto alterado.

Parágrafo Único - As alterações não poderão ser efetuadas nas próprias vias aprovadas e, depois de aceitas, serão objeto de termo de aditamento do alvará de licença.

V. dec. 16.775-80 ←

V. dec. 16.964/80 (revisão)

Art. 532 - A execução de modificações em projeto aprovado, com licença ainda em vigor, que envolvam partes da construção ou acréscimo de área construída, somente poderá ser iniciada após sua aprovação.

§ 1º - A aprovação das modificações de projeto previstas neste artigo, que poderão ser parciais ou totais, será obtida mediante apresentação de requerimento acompanhado:

- a) do projeto anteriormente aprovado;
- b) do memorial descritivo;
- c) do projeto modificativo.

§ 2º - Aceito o projeto modificativo, será lavrado e expedido termo aditivo do alvará de licença.

§ 3º - Somente serão aceitos projetos modificativos que não criem, nem agravem, a eventual desconformidade com as exigências de nova legislação, se ocorrer.

§ 4º - Para os efeitos do prazo de validade da licença de que tratam os artigos 527 e 528 e seus parágrafos, prevalecerá sempre a data da expedição do alvará original.

CAPÍTULO IX

SUBSTITUIÇÃO DE LICENÇA

Art. 533 - Durante a vigência da licença, é facultada a obtenção de novo alvará (substituição da licença) mediante requerimento, acompanhado:



a) de declaração expressa de que a nova aprovação implicará no cancelamento da licença anterior;

b) do novo projeto e memoriais descritivos.

§ 1º - Aprovado o novo projeto, será cancelado o alvará e expedido outro referente ao novo projeto.

§ 2º - Na aprovação do novo projeto, serão observadas integralmente as exigências de nova legislação que eventualmente venha a ocorrer.

§ 3º - Para os efeitos do prazo de validade da licença de que tratam os artigos 527 e 528 e seus parágrafos, prevalecerá a data da expedição do novo alvará.

§ 4º - Se, durante a vigência da licença, for apresentado requerimento de nova aprovação, será considerado pedido de substituição da licença anterior, e seguirá o processamento previsto neste artigo.

TÍTULO B

DO ANDAMENTO DAS OBRAS

CAPÍTULO I

COMUNICAÇÕES SOBRE A OBRA

Art. 534 - Nenhuma execução de construção, edificação, reconstrução, reforma ou demolição de obra, permanente ou provisória, de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem que seja feita, à repartição competente, a devida comunicação do seu início, com antecedência de, pelo menos, três dias úteis.

Art. 535 - Sempre que se tratar de edificação com área total de construção superior a 750,00 m², ou com andar mais alto, calculado conforme o artigo 27, situado a altura (h) superior a 10,00 m, o profissional responsável fará a devida comunicação, por escrito, à repartição competente, concomitantemente com as etapas de execução das obras, a seguir indicadas:

- a) conclusão das fundações, conforme definido no § 3º do artigo 527 e o disposto no artigo anterior;
- b) prosseguimento da elevações (estruturas ou paredes), quando atingirem 1,00m acima do ponto mais elevado do terreno natural, somente se a construção estiver localizada no alinhamento dos logradouros e para efeito do disposto no artigo 528;

140

Folha n.º	283	de pr
n.º	526	de 1996

Handwritten signature
MAYOR RAGDAJ
ASSESSOR-ATI

c) prosseguimento das elevações após a execução do pavimento do 3º andar, calcula do conforme o artigo 27;

d) conclusão da laje de cobertura ou telha do da edificação.

§ 1º - Conjuntamente com as comunicações de que trata este artigo, o responsável técnico apresentará os seguintes documentos, acompanhados de declaração de que foram observados na execução:

a) peças gráficas e memorial de cálculo da estrutura relativa à parte já executada;

b) plantas das instalações elétricas e hidráulicas, quando da conclusão destas.

§ 2º - A apresentação da documentação prevista no parágrafo anterior deverá ser totalmente completada por ocasião do ingresso do pedido de auto de conclusão, de que trata o artigo 538.

Art. 536 - No decurso da execução da obra, os responsáveis ficam obrigados à rigorosa observância, sob pena de multa, das prescrições legais relativas a:

a) andaimes e tapumes;

b) carga e descarga de materiais;

c) limpeza e conservação dos passeios fronteiros ao imóvel, de forma a possibilitar o trânsito normal dos pedestres, evitando, especialmente, as depressões em que se acumulam água ou detritos.

Art. 537 - Em qualquer etapa ou período de execução da obra, poderá a repartição competente exigir a apresentação de detalhes construtivos complementares das estruturas ou dos cálculos que os justifiquem, podendo fazê-lo sobre quaisquer elementos da obra, quer se trate de tapumes, andaimes, fundações, pilares, vigas, lajes, coberturas, muros de arrimo e outros.

CAPÍTULO II

AUTOS DE CONCLUSÃO

Art. 538 - Por ocasião da conclusão da obra, será requerida a expedição do "Auto de Conclusão".

§ 1º - O pedido deverá ser acompanhado dos documentos ainda faltantes, relativos aos projetos estrutural, elétrico e hidráulico referidos no § 1º e § 2º do artigo 535.



141
Folha no 282
nº 226 de 96

§ 2º - A utilização de qualquer construção somente poderá ocorrer depois da expedição do "Auto de Conclusão" ou de decorridos 10 dias da entrada do respectivo requerimento, sem que tenha havido sua solução.

Art. 539 - Poderá ser concedido "Auto de Conclusão" para uma parte da construção a juízo da Prefeitura, se a parte concluída tiver condições de funcionamento como unidade distinta e puder ser utilizada independentemente da parte restante do conjunto aprovado e, ainda, apresentar condições de segurança e salubridade.

Parágrafo Único - Será consignado no "Auto de Conclusão" que:

a) a execução da parte restante ficará sujeita às condições de validade da licença,

de que tratam os artigos 527 e 530 e seus parágrafos;

b) se ocorrer caducidade do alvará, além do atendimento do disposto no parágrafo único do artigo 530, o proprietário ficará obrigado a dar o devido acabamento à parte da construção que recebeu o "Auto de Conclusão".

Art. 540 - A expedição do "Auto de Conclusão", previsto nos artigos 538 e 539, dependerá da prévia solução das multas aplicadas à obra, mediante recurso ou pagamento daquelas reconhecidas ou já julgadas. O imóvel em que se realizem obras sobre as quais incidam multas responde pelo pagamento destas, da mora e das despesas de cobrança.

Parágrafo Único - Os autos serão lavrados com indicação do número de contribuinte do cadastro imobiliário municipal, para fins de identificação do imóvel, sendo o nome do proprietário e o endereço da obra elementos para efeito, tão somente, de comunicação.

TÍTULO C

DESMOLPIMENTOS

Art. 541 - Qualquer construção que apresente perigo de ruir, no todo ou em parte, deverá ser demolida ou reparada pelo proprietário.

§ 1º - Verificada, pela repartição municipal competente, a ameaça de ruína, será o proprietário intimado a promover, no prazo não inferior a 24 horas, nem superior a 5 dias úteis, a demolição ou as reparações que forem consideradas necessárias.

R
F. M. RAGDAN
ASSESSORA - ATIL

§ 2º - Não sendo atendida a intimação, será o proprietário multado, executando-se os serviços, imediatamente, pela Prefeitura, por conta do proprietário, cobrados com acréscimo de 50%, além das demais medidas cabíveis.

Art. 542 - Quando for necessária a imediata execução de obras de emergência, tão somente para garantir a estabilidade de qualquer construção, contígua ou não a logradouro, poderá o interessado, com assistência de profissional legalmente habilitado, dar início às mesmas, após comunicação por escrito à repartição municipal competente, requerendo, no prazo máximo de 3 dias após o início das obras, a licença, de acordo com as prescrições legais.

TÍTULO D

DES PROFISSIONAIS

Art. 543 - As construções, edificações ou quaisquer outras obras somente poderão ser projetadas e executadas por profissionais legalmente habilitados, observados a regulamentação do exercício profissional e o registro na Prefeitura.

Art. 544 - Para os efeitos de registro de suas atribuições perante a Prefeitura, ficam os profissionais subdivididos em dois grupos, a saber:

- a) aqueles denominados autores de projetos ou projetistas, que se limitam a elaborar os projetos, compreendendo: peças gráficas e memoriais descritivos das obras previstas; especificações sobre materiais e seu emprego; orçamentos, cálculos justificativos de resistência e estabilidade das estruturas; e orientação geral das obras;
- b) aqueles denominados construtores responsáveis, que promovem a realização das obras projetadas, dirigindo efetivamente a execução dos trabalhos em todas as suas fases, desde o início até sua integral conclusão.

§ 1º - Os profissionais não diplomados, já licenciados pelo órgão federal fiscalizador do exercício profissional, para projetar ou construir na área do município, serão registrados na Prefeitura com as limitações consignadas em sua licença.

§ 2º - O profissional poderá, também, registrar-se em ambos os grupos mencionados nas alíneas "a" e "b" do "caput" deste artigo, desde que legalmente habilitado.



142

Folha n.º	283	de	1
n.º	326	de	19

§ 3º - Somente o profissional autor do projeto ou responsável pela execução poderá tratar, junto à Prefeitura, dos assuntos técnicos relacionados com as obras sob sua responsabilidade.

Art. 545 - Os autores de projetos submetidos à aprovação da Prefeitura assinarão todos os elementos que os compõem, assumindo sua integral responsabilidade.

Parágrafo único - A autoria do projeto poderá ser assumida, ao mesmo tempo, por dois ou mais profissionais, que serão solidariamente responsáveis.

Art. 546 - Os construtores responsáveis respondem: pela fiel execução dos projetos e suas implicações; pelo eventual emprego de material inadequado ou de má qualidade; por incomodos ou prejuízos às edificações vizinhas durante os trabalhos; pelos inconvenientes e riscos decorrentes da guarda, de modo impróprio, de materiais; pela deficiente instalação do canteiro de serviço; pela falta de precaução e consequentes acidentes que envolvam operários e terceiros; por imperícia; e, ainda, pela inobservância de qualquer das disposições deste Código referente à execução de obras.

Art. 547 - Quando o profissional assinar o projeto como autor e construtor, assumirá, simultaneamente, responsabilidade pela elaboração do projeto, pela sua fiel execução e por toda e qualquer ocorrência no decurso das obras.

Art. 548 - A Prefeitura, pela aprovação de projetos, inclusive apresentação de cálculos, memoriais ou detalhes de instalação complementares, não assume qualquer responsabilidade técnica perante os proprietários, operários ou terceiros, não implicando o exercício de fiscalização da obra pela Prefeitura no reconhecimento da sua responsabilidade por qualquer ocorrência.

Art. 549 - A Prefeitura poderá, desde que devidamente apurada a responsabilidade do profissional, sustar o exame e a aprovação de projetos, até que seja sanado o procedimento irregular, cujos autores ou construtores tenham:

→ V. Dec. 16.775-80

I. - Falsas indicações essenciais ao exame do projeto, como orientação, localização, dimensões e outras de qualquer natureza;

II - Executada obra sem a prévia licença ou prévia comunicação de seu início, conforme § 3º do artigo 520;

INICIO RAGDAI
ASSESSOR - A.T.L.

III - Executado obra em desacordo com o projeto aprovado;

IV - Prosseguido na execução de obra embargada.

§ 1º - A sustação prevista neste artigo não poderá, em cada caso, ter duração superior a 6 meses.

§ 2º - A Prefeitura comunicará, sempre, tais ocorrências ao órgão federal fiscalizador do exercício profissional, solicitando as medidas cabíveis.

TÍTULO II

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 550 - A Prefeitura fiscalizará a execução das obras, de qualquer natureza, executadas na área do Município, de modo a fazer observar as prescrições legais.

Art. 551 - Qualquer obra, mesmo sem caráter de edificação, será acompanhada e vistoriada pela fiscalização municipal. O encarregado da fiscalização, mediante apresentação da sua identificação funcional, terá imediato ingresso no local dos trabalhos, independentemente de qualquer formalidade ou espera. Tratando-se de obra licenciada, verificará se a execução está ou não sendo desenvolvida de acordo com o projeto aprovado, lançando a devida anotação também na planta aprovada, que deve permanecer no local da obra.

§ 1º - Serão entregues na repartição dentro de 24 horas da realização da diligência, os termos de ocorrência relativos a cada uma das obras vistoriadas.

§ 2º - O servidor que lavrar o termo de ocorrência é responsável pela eventual inexatidão dos dados consignados, que possam invalidar as medidas consequentes.

§ 3º - Apreciado o termo de ocorrência, e verificada a existência de irregularidade, será imediatamente expedido o auto de infração correspondente, bem como a intimação para regularizar a obra. Do auto de infração constarão:

- a) o número do contribuinte do imóvel no cadastro imobiliário da Prefeitura;
- b) o local da infração;
- c) o nome e número de registro do construtor responsável, se houver;

*Redação alterada pela
Lei nº 9531/82*

*Redação alterada pela
Lei nº 9531/82*



143

Folha n.º	289	de	proc
n.º	328	de	1976

- d) o preceito legal infringido;
- e) a importância da multa aplicada;
- f) o prazo consignado para regularização da obra.

§ 4º - Até que as obras sejam regularizadas, só será permitida a execução de trabalhos indispensáveis ao restabelecimento das disposições legais violadas.

Art. 552 - Verificado o prosseguimento dos trabalhos com desrespeito à intimação, será expedido novo auto de infração, procedendo-se, imediatamente, ao embargo da obra. Do auto de embargo, constarão:

Revisado: vide li.
n.º 9531/82.

a) o número do contribuinte do imóvel no cadastro imobiliário da Prefeitura;

b) o local da infração;

c) o nome e registro do construtor responsável, se houver;

d) o preceito legal infringido;

e) a importância da multa imposta;

f) a assinatura do infrator, seu preposto, ou declaração da sua recusa em fazê-lo;

g) o prazo estabelecido para regularização da obra.

Art. 553 - Não sendo no mesmo dia obedecido ao embargo, será aplicada multa diária, cuja incidência só cessará na data em que for comunicada, e verificada pela repartição fiscalizadora, a regularização da obra.

§ 1º - A repartição fiscalizadora manterá vigilância sobre a obra embargada e comunicará imediatamente à instância superior qualquer irregularidade.

§ 2º - Sem prejuízo da incidência das multas, o processo, devidamente instruído, será encaminhado para as devidas providências policiais ou judiciais.

Art. 554 - Ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos para regularização de obras:

- a) de 15 dias corridos, para promover a demolição ou a reconstrução da parte em questão, no caso de estar a obra em desacordo com o projeto aprovado;

Redação alterada
pela li. n.º 9531/82.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.

b) de 10 dias, para comprovação de ter sido requerida a aprovação, quando se tratar de obra sem licença.

Parágrafo único - Só cessará o embargo pela regularização da obra e pagamento das multas impostas.

*Redação alterada pela lei
nº 9531/82*

Art. 555 - O Executivo estabelecerá medidas visando o controle das construções no Município, tais como a afixação de placas, suas dimensões e indicações, o fornecimento dos serviços de utilidade pública apenas às obras regulares, a exigência de laudos técnicos sobre a segurança de uso e outras providências de interesse para conduzir ou assegurar o permanente cumprimento da legislação.

PARTI F

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

TÍTULO A

CONSTRUÇÕES INEXISTENTES EM DESACORDO

Art. 556 - As alterações ou mesmo a continuidade de uso das construções já existentes e em desacordo com a legislação, são reguladas pelas disposições deste título.

CAPÍTULO I

REPAROS

Art. 557 - Consideram-se reparos os serviços que, não implicando em ampliações nem em modificações na estrutura da construção ou nos compartimentos ou andares na edificação, se enquadram nos seguintes casos:

- I - Limpeza e pintura interna ou externa, que não dependam de tapumes ou andaimes no alinhamento dos logradouros;
- II - Reparos em pisos, pavimentos, paredes ou muros, bem como substituição dos revestimentos;
- III - Substituição e consertos em esquadrias, sem modificar o vão;
- IV - Substituição de telhas ou de elementos de suporte da cobertura, sem modificação da sua estrutura;
- V - Reparos nas instalações.



Folha n.º	285	de	proc.
n.º	326	de	1976

Parágrafo único - Os reparos relacionados neste artigo poderão ser efetuados nas construções já existentes que, possuindo auto de conclusão (habite-se) ou de conservação, estejam em desacordo com a legislação.

CAPÍTULO - II

REFORMAS

Art. 558 - Consideram-se reformas, os serviços ou obras que impliquem em modificações na estrutura da construção ou nos compartimentos ou no número de andares da edificação, podendo haver ou não alteração da área construída.

Regulamentado p/ de. 12.706-76

§ 1º - As reformas sem alteração da área construída caracterizam-se por:

- a) modificações, supressões ou acréscimo das paredes ou estruturas internas, sem alteração do perímetro externo da construção;
- b) modificações na cobertura, sem alteração dos andares ou da área de terreno ocupada pela construção.

§ 2º - Nas reformas de que trata este artigo, as partes objeto das modificações deverão passar a atender às condições e limites estabelecidos pela legislação.

Art. 559 - Nas construções já existentes que, possuindo auto de conclusão (habite-se) ou de conservação, estejam em desacordo com a legislação, as reformas deverão observar todos os requisitos seguintes:

mantido p/ lei 9049-80; PL 3/80

I - As modificações não poderão agravar a desconformidade existente, nem criar novas infrações à legislação;

II - As partes objeto das modificações não poderão prejudicar, nem piorar as condições das partes existentes;

III - As modificações deverão abranger até 50% , no máximo, da área total da construção existentes;

excluídas p/ lei 8844-78

IV - Independentemente do disposto no item anterior, a área de construção a ser acrescentada ou diminuída, mesmo que atenda às exigências dos itens I e II, não poderá ser superior a 30% da área total da construção primitiva.

mantido p/ lei 9049-80, PL 3/80

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATIL

excluído

pl/lei 8844-78

← § 1º - Se forem ultrapassadas as condições e limites deste artigo, a reforma será considerada como obra nova, ficando tanto as partes objeto da modificação como as existentes sujeitas ao integral atendimento da legislação.

§ 2º - As reformas que incluam mudança parcial ou total do destino da construção ficam sujeitas às normas deste artigo, sem prejuízo das disposições próprias da legislação de uso e ocupação do solo.

Art. 560 - As pequenas reformas de que trata o § 3º do artigo 524 observarão as disposições deste capítulo.

CAPÍTULO III

RECONSTRUÇÕES

Regulamentado
pl/dec. 12706-76

← Art. 561 - Considera-se reconstrução: executar de novo a construção no todo ou em parte, com as mesmas disposições, dimensões e posições.

excluído pl

lei 8844-78

← § 1º - A reconstrução será parcial se a área objeto da reconstrução não ultrapassar a 50% da área total da construção primitivamente existente.

§ 2º - Se ocorrerem alterações nas disposições, dimensões ou posições, a obra será considerada como reforma, e sujeita às normas do capítulo anterior.

Art. 562 - Nas construções já existentes que, possuindo auto de conclusão (habite-se) ou de conservação, estejam em desacordo com a legislação, serão admitidas somente as reconstruções parciais referidas no § 1º do artigo anterior e, assim mesmo, quando devidas a incêndios ou outros sinistros, a critério da Prefeitura.

excluído

pl/lei 8844-78

← Parágrafo Único - Se a reconstrução abranger mais de 50% da área total da construção primitivamente existente, será considerada como obra nova, ficando tanto as partes objeto da reconstrução como as existentes sujeitas ao integral atendimento da legislação.

CAPÍTULO IV

SEGURANÇA DE USO DAS EDIFICAÇÕES

Regulamentado pl
dec. 12706-76

← Art. 563 - As edificações existentes, bem como aquelas que vierem a ser reformadas ou reconstruídas, qualquer que seja a finalidade de seu uso, deverão apresentar os requisitos e dispor das instalações e equipamentos considerados necessários para garantir a segurança da sua utilização.



Folha n.º 286 de proc.
n.º 326 de 19 96

§ 1º - As edificações existentes, cuja continuidade de uso, nas condições verificadas, implique em perigo para os usuários ou para o público, deverão ser adaptadas às exigências de segurança previstas na legislação, para que possam ser utilizadas.

§ 2º - As exigências de segurança previstas na legislação poderão ser substituídas, tendo em vista a melhor possibilidade de adaptação às situações existentes, por outras soluções técnicas, desde que baseadas em normas ou critérios de comprovada eficácia.

TÍTULO - B

PROVIDÊNCIAS GERAIS

Art. 564 - O Executivo fixará quais as normas técnicas oficiais ou emanadas das autoridades competentes a serem observadas nos projetos ou nas construções, conforme expressamente previsto nas disposições deste Código ou sempre que a sua aplicação seja conveniente.

→ NOVA REDAÇÃO
DE 9/19/81
Art. 565 - Os projetos para áreas sob intervenção urbanística promovida pelo poder público, bem como os programas habitacionais de interesse social desenvolvidos por entidades sob controle acionário do poder público, poderão ser objeto de normas técnicas especiais apropriadas à finalidade do empreendimento, dentro das condicionantes socio-econômicas.

→ Regulamentado p/dec.
14.025-76

V. Decreto 17.424/81

565 → Regulamentado
p/dec. 17.810/82.

Art. 566 - O Executivo, à vista da evolução da técnica das construções, da arquitetura, dos materiais, bem como dos costumes, promoverá a implantação de mecanismos necessários à constante atualização das prescrições técnicas deste Código, fixando, para isto, os seguintes objetivos:

- a) evolução da legislação de edificações, no sentido de adotar normas funcionais que estabeleçam com rigor técnico novas características qualitativas das edificações;
- b) promoção de, pelo menos, uma avaliação anual dessa legislação, reunindo os resultados dos trabalhos técnicos que serão desenvolvidos no sentido de sua modernização e atualização;
- c) promoção dos remanejamentos e adequações administrativas necessárias ao processo de modernização e atualização deste Código, inclusive no que se refere à estrutura operacional de fiscalização;
- d) estabelecimento de novos procedimentos que permitam a reunião do maior número de experiências e informação de entidades e órgãos técnicos externos à Prefeitura;

M
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- e) estabelecimento de rotinas e sistemáticas - de consulta a entidades representativas da comunidade.

Parágrafo único - O disposto neste artigo será devidamente regulamentado.

PARTE II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 567 - Poderá haver opção pelo exame integralmente de acordo com a legislação anterior ou então totalmente pelas normas do presente Código, nos seguintes casos:

- I - de pedidos, protocolados e numerados na Prefeitura até a data da publicação desta lei, ainda sem despacho decisório ou com interposição de recurso dentro dos prazos legais, referentes a licenciamento de construções ou alterações de projetos com alvarás expedidos e ainda não caducos;
- II - de pedido, ingressados após a data da publicação desta lei, de alteração ou modificação de projetos com alvarás expedidos e ainda não caducos, na forma prevista nos artigos 531 e 532.

Parágrafo único - No caso de opção pelo exame frente a legislação anterior, não serão admitidos, seja durante o andamento do pedido referido no item I ou quando já exista licenciamento no caso do item II deste artigo, quaisquer mudanças, alterações ou modificações que impliquem no agravamento das desconformidades ou criação de novas infrações às normas deste Código.

Art. 568 - As conservações de obras continuam regidas pelas disposições do artigo 1º da Lei nº 7.785, de 20 de setembro de 1972, ressalvados os pedidos enquadrados nos artigos 2º, 3º e 4º da mencionada lei.

Parágrafo único - A Prefeitura promoverá diretamente a demolição das obras que, executadas irregularmente, apresentem infrações à legislação, de modo a causar dano ou por em risco a segurança, salubridade e higiene das pessoas e propriedades.

Art. 569 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial:

- I - Os Capítulos anexos à Lei nº 4.615, de 13 de janeiro de 1955, com exceção dos Capítulos 4.16 e 4.18;
- II - Da Consolidação do Código de Obras, aprovada pelo Ato nº 663, de 10 de agosto de 1934:



Folha n.º	287	d. proc.	
n.º	376	de 19	76

- 1 - artigo 10;
- 2 - § 2º do artigo 13;
- 3 - artigo 17;
- 4 - artigo 47;
- 5 - artigo 49;
- 6 - artigo 50;
- 7 - artigo 53;
- 8 - artigo 55;
- 9 - artigo 62;
- 10 - artigo 63;
- 11 - artigo 64;
- 12 - artigo 65;
- 13 - artigo 67;
- 14 - artigo 68;
- 15 - artigo 71;
- 16 - artigo 72;
- 17 - artigo 73;
- 18 - artigo 74;
- 19 - artigo 75;
- 20 - artigo 76;
- 21 - artigo 77;
- 22 - artigo 78;
- 23 - § 1º, § 4º e § 5º do artigo 81;
- 24 - § 2º do artigo 92;
- 25 - § 2º do artigo 123;
- 26 - artigo 126;

R
MAY 1976
MAY 1976

27 - artigo 129;

28 - § 4º do artigo 136;

29 - artigo 137;

30 - artigos 144 e 145

31 - artigo 169;

32 - artigo 462;

33 - parágrafo único do artigo 480;

34 - artigo 525;

35 - artigo 540;

36 - artigo 551;

37 - artigo 564;

38 - artigo 578;

39 - artigo 593;

40 - artigo 594;

41 - artigo 595;

42 - artigo 596;

43 - artigo 598;

44 - artigo 599;

45 - artigo 606;

46 - artigo 608;

47 - artigo 613;

48 - artigo 633;

49 - artigo 653;

50 - artigo 663;

51 - artigo 664;



Folha nº	288	de proc.
n.º	326	de 19 76

- 52 - artigo 666;
- 53 - artigo 669;
- 54 - artigo 684;
- 55 - artigo 685;
- 56 - artigo 687;
- 57 - artigo 688;
- 58 - artigo 690;
- 59 - artigo 695;
- 60 - artigo 696;
- 61 - artigo 700;
- 62 - artigo 709;
- 63 - artigo 714;
- 64 - artigo 716;

III - Os seguintes dispositivos:

- 1 - artigo 3º da Lei nº 4.691, de 26. de maio de 1 955;
- 2 - parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 4.774, de 8 de julho de 1 955;
- 3 - artigo 17 da Lei nº 5.039, de 14 de setembro de 1 956;
- 4 - artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 5.115 , de 28 de fevereiro de 1 957;
- 5 - Lei nº 6.160, de 12 de dezembro de 1 962;
- 6 - Lei nº 6.297, de 31 de maio de 1 963;
- 7 - artigo 2º da Lei nº 6.319, de 7 de junho de 1 963;
- 8 - artigo 7º da Lei nº 6.877, de 11 de maio de 1 966;
- 9 - artigo 1º da Lei nº 7.055, de 25 de setembro de 1 967;

[Handwritten signature]
Tribunal
Ressaca

10 - Lei nº 7.101, de 29 de dezembro de 1967;

11 - artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 7.105, de 3 de janeiro de 1968;

12 - artigos 1º, 2º e 3º, e seus parágrafos 1º e 2º; e artigo 4º da Lei nº 7.208, de 13 de novembro de 1968;

13 - Lei nº 7.337, de 28 de agosto de 1969;

IV - O Ato nº 1.123, de 30 de junho de 1936;

V - O Decreto-lei nº 27, de 12 de abril de 1940; assim como as letras "c" e "e" do artigo 2º do Decreto-lei nº 324, de 15 de dezembro de 1945.

Parágrafo único - Enquanto não forem regulamentadas as normas cuja aplicação depende da fixação de disposições específicas, ou de detalhamento, serão observadas as disposições correspondentes contidas na legislação anterior.

Art. 570 - Este Código entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 20 de junho de 1975, 422ª da fundação de São Paulo.

O PREFEITO

OLAVO ECIDIO SETUBAL

O Secretário de Negócios Internos e Jurídicos,

TEÓFILO RIBEIRO DE ANDRADE FILHO

O Secretário das Finanças,

SÉRGIO SILVA DE FREITAS

O Secretário de Vias Públicas,

OCTÁVIO CAMILLO PEREIRA DE ALMEIDA

O Secretário Municipal de Educação,

HILÁRIO TORLONI

O Secretário de Higiene e Saúde,

FERNANDO PROENÇA DE GOUVEIA

O Secretário de Abastecimento,

MARIO OSASSA

O Secretário de Serviços e Obras,

AURÉLIO ARAUJO

O Secretário de Bem Estar Social,

LEOPOLDINA SARAIVA

O Secretário de Turismo e Fomento,

ARMANDO SIMÕES NETO

O Secretário Municipal de Transportes,

OLAVO GUIMARÃES CUPERTINO



148

Folha	n.º	289	d.º	proc.
n.º	326	de	19	52

O Secretário Municipal de Esportes,

CAIO SERGIO POMPEU DE TOLEDO

O Secretário Municipal de Cultura,

SÂNATO ANTONIO MAGALDI

O Secretário dos Negócios Extraordinários,

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO

Publicada na Chefia do Gabinete do Prefeito,
em 20 de junho de 1975.

O Chefe do Gabinete,

ERWIN FRIEDRICH FUHRMANN

ANEXO B-I

ATIVIDADES PROFISSIONAIS E COMERCIAIS

(Capítulo I — Escritórios)

- 1 - Antiquário
- 2 - Artigos religiosos
- 3 - Administração de bens
- 4 - Artigos para festas
- 5 - Administração pública
- 6 - Artigos para jogo
- 7 - Agência de turismo e passagens
- 8 - Aerofotogrametria
- 9 - Agências de cobrança
- 10 - Artigos militares (uniformes)
- 11 - Agência de propaganda
- 12 - Agências de empregos
- 13 - Artigos de folclore e pedras preciosas
- 14 - Assessoria, organização em métodos
- 15 - Atelier fotográfico
- 16 - Bancos (escritórios)
- 17 - Botões e aviamentos

ERWIN FRIEDRICH
ASSESSOR - AIL

- 18 - Bijouterias
- 19 - Bolsas e artigos de couro
- 20 - Boutique
- 21 - Ballet - artigos
- 22 - Café - Comissários e exportadores
- 23 - Comissário de despacho
- 24 - Companhia de seguros e capitalização
- 25 - Consórcio e fundos mútuos
- 26 - Consultoria técnica
- 27 - Construção civil
- 28 - Consulados - Legações
- 29 - Cooperativas de crédito
- 30 - Corretagem de bens, câmbio e seguros
- 31 - Corretagem de títulos
- 32 - Corretagem e intermediação de bens imóveis
- 33 - Datilografia e estenografia (prestação de serviços)
- 34 - Despachante
- 35 - Distribuição de filmes e vídeo-tapes
- 36 - Editores (escritório)
- 37 - Escritórios técnicos de serviços profissionais
- 38 - Escritórios de firmas comerciais
- 39 - Escritórios de firmas industriais
- 40 - Filatelia e numismática
- 41 - Fono - audiólogo
- 42 - Flores artificiais - manufatura ou venda
- 43 - Instituições financeiras
- 44 - Importadores e exportadores
- 45 - Instituto psicotécnico (testes)
- 46 - Joalheria
- 47 - Livraria, revista e jornais
- 48 - Locação de bens móveis (escritório)
- 49 - Limpadoras (escritório)
- 50 - Marcas e patentes
- 51 - Ótica, Foto e Filmes
- 52 - Organização de congressos, feiras e congêneres
- 53 - Perucas
- 54 - Tabacaria e charutaria
- 55 - Profissionais Liberais e autônomos
- 56 - Prestação de serviços profissionais, técnicos ou artísticos.



ANEXO B-II

ATIVIDADES PROFISSIONAIS E COMERCIAIS

(Capítulo I - Escritórios)

149

Folha n.º	290	de proc.
n.º	326	de 19 96

- 1 - Aeromodelismo
- 2 - Barbeiros e cabaleiros
- 3 - Bordadeiras - Bordados
- 4 - Calista - pedicuro - manicura
- 5 - Camiseiro
- 6 - Consertos e venda de canetas, isqueiros e similares
- 7 - Confecção de carimbos, cartões e similares
- 8 - Chapéus - vendas e reformas
- 9 - Chaveiro
- 10 - Calçados sob medida
- 11 - Copiadoras - Heliografia e xerografia
- 12 - Conserto de máquinas de escrever e calcular
- 13 - Conserto de brinquedos
- 14 - Costureiras e modistas
- 15 - Cutelaria - afiar facas e tesouras
- 16 - Decoração
- 17 - Encadernação e douração
- 18 - Estudos de dublagem e gravação
- 19 - Estudos fotográficos e cinematográficos (revelação)
- 20 - Fornecimento de música
- 21 - Joalheiro - relojoeiro
- 22 - Lapidagem e manufatura de jóias e bijouterias
- 23 - Peleteiro
- 24 - Protético
- 25 - Artigos funerários
- 26 - Artigos para piscina
- 27 - Barracas (camping)
- 28 - Bolsas e artigos de couro, malas
- 29 - Borrachas e plásticos
- 30 - Balanças
- 31 - Bicycletas - peças e acessórios
- 32 - Caça e pesca
- 33 - Cofres e móveis de aço
- 34 - Discos
- 35 - Ferragens e louças
- 36 - Material de construção
- 37 - Material elétrico
- 38 - Móveis
- 39 - Máquinas de escrever e calcular
- 40 - Roupas feitas
- 41 - Selas e arreios
- 42 - Tapetes e cortinas - venda e confecção
- 43 - Processamento de Dados
- 44 - Debidas - venda

INSTR. PAGDAJ
AS 10001-ATL

ANEXO B-III

ATIVIDADES COMERCIAIS

(Capítulo II - Lojas)

- 1 - Arranjos
- 2 - Aparelho de som
- 3 - Armas e munições
- 4 - Artigos de cama e mesa
- 5 - Artigos esportivos
- 6 - Brinquedos
- 7 - Chapéus
- 8 - Calçados
- 9 - Casa lotérica e loteria esportiva
- 10 - Electro-domésticos - venda
- 11 - Ervanário
- 12 - Fogões e aquecedores
- 13 - Guarda-chuvas
- 14 - Instrumentos médicos e dentários
- 15 - Instrumentos musicais - venda
- 16 - Lustres - luminárias
- 17 - Material de desenho e pintura
- 18 - Papelaria
- 19 - Peles
- 20 - Perfumaria e cosméticos
- 21 - Tecidos
- 22 - Artigos para banheiros
- 23 - Artigos para jardins
- 24 - Armários de madeira e aço
- 25 - Plastificação de objetos e documentos
- 26 - Reparos de eletro-domésticos de pequeno porte
- 27 - Sapateiro - consertos
- 28 - Cerzadeira
- 29 - Taxidermista

ANEXO - B-IV

ATIVIDADES COMERCIAIS

(Capítulo II - Lojas)

- 1 - Bancos (atendimento de público)
- 2 - Empresas funerárias
- 3 - Galerias de arte
- 4 - Leiloeiro
- 5 - Agência de automóveis (sem oficina)
- 6 - Acessórios para carros
- 7 - Artigos e equipamentos para criadores
- 8 - Casas de pássaros e peixes
- 9 - Floricultura
- 10 - Implementos agrícolas
- 11 - Fêcos
- 12 - Super-mercados



150

Folha n.º	291	de proc.
n.º	326	de 19 56

ANEXO - D-V

DEPÓSITOS

(Capítulo III - Depósitos e pequenas oficinas)

- 1 - Depósitos autônomos de estacionamento comerciais
- 2 - Depósitos autônomos de estabelecimentos industriais
- 3 - Depósito de garrafas
- 4 - Depósito de lenha-madeira
- 5 - Depósito de vinho e vinagre
- 6 - Distribuidora de bebidas
- 7 - Guarda de móveis e bens
- 8 - Depósitos de firmas empreiteiras e de construção civil
- 9 - Depósito de firmas demolidoras

ANEXO D - VI

PEQUENAS OFICINAS

(Capítulo III - Depósitos e pequenas oficinas)

- 1 - Lustres e abajures
- 2 - Embalagem, rotulagem e encaixotamento
- 3 - Anuncios luminosos
- 4 - Auto-elétrico
- 5 - Bicicletas e motocicletas - conserto e aluguel
- 6 - Borracheiro
- 7 - Carros, caminhões e outros veículos de aluguel
- 8 - Carpinteiros - estofador - empalhador
- 9 - Colchoaria
- 10 - Conserto de instrumentos musicais
- 11 - Desinfecção - desratização
- 12 - Douração - artigos de gesso - decapê
- 13 - Eletricista
- 14 - Encanador
- 15 - Estofamento de carros
- 16 - Fogões e aquecedores - consertos
- 17 - Funileiro
- 18 - Funilaria e pintura de carros
- 19 - Laqueação e lustração de móveis
- 20 - Limpa-fossa
- 21 - Moldureiro - vidraceiro
- 22 - Oficina mecânica de veículos em geral
- 23 - Pintura de geladeiras e móveis de aço
- 24 - Pintura de cartazes
- 25 - Raspagem e lustração de assoalhos
- 26 - Serviços de colocação de freios e molas
- 27 - Tinturaria (auto-serviço)
- 28 - Tinturaria e lavanderia

M
INGRID FAGDAJ
ASSESSORA-ATL

ANEXO C

EDIFICAÇÕES ESPECIAIS PARA COMERCIO OU SERVICOS

(Referente ao Título C)

ANEXO CI - (Secção A do Capítulo I)

- RESTAURANTES

- 1 - Restaurantes (em geral)
- 2 - Pizzarias
- 3 - Cantinas
- 4 - Casas de Chã
- 5 - Churrascarias

ANEXO CII - (Secção B do Capítulo I)

- LANCHONETES E BARES

- 1 - Lanchonetes
- 2 - Bares
- 3 - Sucos e refrescos
- 4 - Aperitivos e petiscos
- 5 - Pastelarias

ANEXO CIII - (Secção C do Capítulo I)

- CONFEITARIAS E PADARIAS

- 1 - Confeitarias
- 2 - Padarias
- 3 - Doceiras e buffet
- 4 - Massas, salgados
- 5 - Sorveterias

ANEXO CIV - (Secção D do Capítulo I)

- AÇOUGUES E PEIXARIAS

- 1 - Açougues
- 2 - Casas de carne
- 3 - Peixarias
- 4 - Aves e ovos
- 5 - Animais vivos (de pequeno porte destinados à alimentação)

ANEXO CV - (Secção E do Capítulo I)

- MERCEARIAS E QUITANDAS

- 1 - Mercarias
- 2 - Empório
- 3 - Armazém
- 4 - Quitandas
- 5 - Laticínios - frios



ANEXO CVI - (Secção F do Capítulo I)

- MERCADOS E SUPERMERCADOS

- 1 - Pequenos mercados
- 2 - Supermercados

ANEXO CVII - (Secção A do Capítulo II)

- SERVIÇOS DE SAÚDE (sem internamento de pacientes)

- 1 - Clínicas médicas e dentárias
- 2 - Laboratórios de análises clínicas
- 3 - Radiologia
- 4 - Ambulatórios
- 5 - Laboratórios e oficinas de prótese

ANEXO CVIII - (Secção B do Capítulo II)

- FARMÁCIAS

- 1 - Farmácias
- 2 - Drogarias

ANEXO CIX - (Secção C do Capítulo II)

- HIDRO-FISIOTERAPIAS

- 1 - Fisioterapia
- 2 - Clínica de beleza
- 3 - Esteticistas (tratamento da pele)
- 4 - Banhos, duchas, saunas
- 5 - Massagens, ginásticas

ANEXO CX - (Secção D do Capítulo II)

- CABELEREIROS E BARBEIROS

- 1 - Cabelereiros
- 2 - Instituto de beleza
- 3 - Barbeiros
- 4 - Escolas de cabeleireiro

ANEXO DHOTÉIS, PENSIONATOS E SIMILARES

(Referente ao Título D)

ANEXO DI - HOTÉIS

(Capítulo I)

- 1 - Hotéis
- 2 - Escolas de hotelaria e de garçons

MR
MORIS RAGDAI
ASSESSORA - AIL

ANEXO DII - PENSIONATOS

(Capítulo II)

- 1 - Pensionatos
- 2 - Irmandades
- 3 - Casas de estudantes, artistas e congêneres

ANEXO E

HOSPITAIS, CLÍNICAS E CONGÊNERES
com internamento de pacientes
(Referente ao Título E)

ANEXO EI - HOSPITAIS

(Capítulo I)

- 1 - Hospitais
- 2 - Sanatórios
- 3 - Maternidades
- 4 - Casas de saúde
- 5 - Pronto-socorros
- 6 - Postos de puericultura
- 7 - Centros de saúde

ANEXO EII - CLÍNICAS E PRONTO-SOCORROS

(Secção A do Capítulo II)

- 1 - Clínicas
- 2 - Pronto-socorros
- 3 - Ambulatórios
- 4 - Dispensários

ANEXO EIII - BANCOS DE SANGUE

(Secção B do Capítulo II)

- 1 - Bancos de sangue
- 2 - Serviços de hemoterapia

ANEXO EIV - LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

(Secção C do Capítulo II)

- 1 - Laboratórios de análises clínicas
- 2 - Serviços de radiologia

ANEXO EV - FISIOTERAPIAS

(Secção D do Capítulo II)

- 1 - Centros de fisioterapia
- 2 - Instituto de hidroterapia
- 3 - Centros de reabilitação

ANEXO EVI - ASILOS

(Capítulo III)

- 1 - Asilos e casas de repouso
- 2 - Orfanatos
- 3 - Creches
- 4 - Albergues



ANEXO F
ENSINO NÃO SERIADO
(Referente ao Capítulo F)

Folha nº 293 de pro
n.º 326 de 19 56

ANEXO F. I - CURSOS PREPARATÓRIOS

- 1 - Cursos de madureza
- 2 - Cursos supletivos

ANEXO F. II - DATILOGRAFIA E ESTENOGRAFIA

- 1 - Desenho e decoração
- 2 - Corte e costura
- 3 - Culinária
- 4 - Danças e bailados
- 5 - Programação de dados

ANEXO F. III - ACADEMIAS ESPORTIVAS

ANEXO F. IV - AUTO - ESCOLAS

ANEXO G
LOCAIS DE REUNIÃO
(Referente ao Título G)

ANEXO G. I - ESPORTIVOS
(Capítulo I)

- 1 - Corridas de cavalo
- 2 - Corridas de veículos
- 3 - Estúdios
- 4 - Ginásios
- 5 - Clubes esportivos
- 6 - Piscinas coletivas, cobertas, ou não
- 7 - Prática de equitação
- 8 - Rodeios
- 9 - Ringue de patinação

ANEXO G. II - RECREATIVOS OU SOCIAIS
(Capítulo II)

- 1 - Clubes recreativos ou sociais
- 2 - Sociedades de associação em geral (sindicatos, entidades profissionais e outras)
- 3 - Escolas de samba
- 4 - Taxi-dancing
- 5 - Danças ou bailes
- 6 - Restaurantes, ou lanchonetes com música ao vivo
- 7 - Boates
- 8 - Boliches
- 9 - Bilhares ou Snookers
- 10 - Máquinas elétricas de jogos, futebol de mesa e outros
- 11 - Tiro ao alvo
- 12 - Jogos (Carteado, xadrez e outros)

INGRID BAGDAJ
ASSESSORA-ATL

ANEXO G. III - CULTURAIS

(Capítulo III)

- 1 - Cinemas
- 2 - Auditórios e salas de concertos
- 3 - Biblioteca, discotecas, cinematotecas
- 4 - Museus
- 5 - Teatros cobertos
- 6 - Teatros ao ar livre
- 7 - Teatro de arena
- 8 - Teatro de bolso

ANEXO G. IV - RELIGIOSOS

- 1 - Templos religiosos
- 2 - Salões de agremiações religiosas
- 3 - Salões de culto

ANEXO II

TERMINAIS RODOVIÁRIOS,

EDIFÍCIOS, GARAGEM E POSTOS DE SERVIÇO

(Referente ao Título II)

ANEXO II. I - TERMINAIS RODOVIÁRIOS:

(Capítulo I)

- 1 - Terminais rodoviários de passageiros
(Secção A)
- 2 - Terminais rodoviários de carga
(Secção B)

ANEXO H. II - POSTOS DE SERVIÇO

- 1 - de abastecimento
- 2 - de lavagem e lubrificação
- 3 - de lavagem automática

ANEXO I

OFICINAS E INDÚSTRIAS

(Referente ao Título I)

ANEXO I. I - OFICINAS

(Capítulo I)

- 1 - Serralharia
- 2 - Mecânica - consertos e reparos de veículos e máquinas
- 3 - Recauchutagem de pneus
- 4 - Usinas de concreto ou asfalto
- 5 - Gráficas tipografia e litografia
- 6 - Artigos de couro
- 7 - Lavanderia e tinturaria industrial
- 8 - Serraria
- 9 - Carpintaria
- 10 - Oficina de montagem de equipamentos eléctricos e electrónicos



ANEXO I. II - INDÚSTRIA EM GERAL
(Capítulo II)

- 1 - Indústria de transformação de minerais não metálicos
- 2 - Indústria extrativa de produtos minerais
- 3 - Indústria metalúrgica e mecânicas
- 4 - Indústria de material elétrico e comunicações
- 5 - Indústria de transformação de madeira
- 6 - Indústria de transformação de papel e papelão
- 7 - Indústria de mobiliário
- 8 - Fabricação de peças e artefatos de borracha
- 9 - Indústria de transformação de couros, peles, e produtos similares
- 10 - Indústria de transformação de material plástico
- 11 - Indústria têxtil
- 12 - Indústria de vestuário, de artefatos de tecidos e calçados
- 13 - Indústria de fumo
- 14 - Indústria editoriais e gráficas
- 15 - Indústria de material escolar e de escritório
- 16 - Indústria de brinquedos
- 17 - Indústria de precisão para uso técnico, cirúrgico e ortopédico
- 18 - Indústria e montagem de material de transporte
- 19 - Indústria de filme e material fotográfico ou cinematográfico.

ANEXO I. III - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
(Capítulo III)

- 1 - Indústria de transformação de produtos alimentícios
- 2 - Indústria de bebida e gelo
- 3 - Industrialização de carnes, pescados, ovos, mel e derivados
- 4 - Matadouros
- 5 - Matadouros frigoríficos
- 6 - Matadouros avícolas
- 7 - Charqueadas
- 8 - Tripurarias
- 9 - Industrialização do leite e derivados
- 10 - Fabricação de pão, massas, doces, conservas e similares
- 11 - Usina e refinaria de açúcar
- 12 - Torrefação de café

153

Folha nº 294 de proc
nº 326 de 1996

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

ANEXO I. IV - INDÚSTRIAS QUÍMICAS E FARMACÊUTICAS

(Capítulo IV)

- 1 - Indústria de transformação de produtos farmacêuticos e medicinais
- 2 - Indústria de transformação de produtos químicos
- 3 - Indústria de cosméticos e perfumaria
- 4 - Indústria de águas sanitárias, desinfetantes e produtos similares

ANEXO I. V - INDÚSTRIAS EXTRATIVAS

(Capítulo V)

- 1 - Pedreiras
 - 2 - Argileiras, barreiras e saibreiras
 - 3 - Arcéis
-



LEI Nº 8 881, DE 29 DE MARÇO DE 1 979.

"D.O.M.", DE 30 DE MARÇO DE 1 979.

Folha nº 295 de p
nº 326 de 1979

LEI Nº 8.881, DE 29 DE MARÇO DE 1 979
Altera e complementa dispositivos das Leis nºs. 8.266, de 20 de junho de 1 975, 7.805, de 19 de novembro de 1 972, 8.001, de 24 de dezembro de 1 973 e 8.328, de 2 de dezembro de 1 975, e dá outras providências.

OLAVO EGYDIO SETUBAL, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de março de 1 979, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 19 - O artigo 19 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1 975, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 19 - As molduras, marquises, balcões ou terraços abertos, quando não ultrapassarem os limites e as condições fixadas nos artigos 15 e 16, não serão considerados para efeito do cálculo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento do lote, previstos na legislação de uso e ocupação do solo.

Parágrafo único - O disposto neste artigo aplica-se, também, às molduras, balcões ou terraços abertos, voltados para as divisas ou espaços internos do lote, cujos corpos salientes, em balanço, não ultrapassem os limites previstos nos artigos 15 e 16. Deverão, porém, observar os recuos previstos na legislação de uso e ocupação do solo e as faixas livres estabelecidas nos artigos 69 e 61 a 68."

Art. 29 - Fica acrescentado o item III ao parágrafo único do artigo 25 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1 975, com a seguinte redação:

" III - Edificações para apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B) de três andares no máximo, ainda que o andar térreo seja ocupado por outras destinações permitidas pela legislação vigente, com acessos exclusivos."

Art. 39 - Ficam acrescentados os itens XIII e XIV ao artigo 43 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1 975, com a seguinte redação:

" XIII - As edificações para apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B):

A) de quatro a quatorze pavimentos, independentemente do nível da soleira em relação ao logradouro, admitidas as exclusões do parágrafo 2º do artigo 59;

B) deverão dispor de, pelo menos:

1 - uma escada, que esteja contida em caixa com paredes de resistência ao fogo de duas horas, no mínimo;

Lei nº 8328/75
Pl. nº 200/74

Lei nº 8266/75
Pl. nº 142/74

Lei nº 8001/73
Pl. nº 186/73

Lei nº 7805/72
Pl. nº 147/72

Dec. 15907/79

Dec. 16.379/80

Lei nº 9.049/78
Pl. nº 3/80
Zonas min.

Lei nº 9.094/78
Pl. nº 151/79

Dec. 16.960-80
(taxas de obras p/ constr. irreg.)

Dec. 17032/80 (Regulamento de 8432/76 o cumprimento de condições de pagar de arrendatários)

Dec. 17054/80 - Pl. nº 17032/80

Dec. 17054/80 - Pl. nº 17032/80

Dec. 17.216-81
(Segurança nas Edificações)

Dec. 17.359-81
(Aluguéis e custos)

Dec. 17.810/82
Programas Habitacionais de Interesse Social

Dec. 17.810/82
Programas Habitacionais de Interesse Social

Dec. 17.810/82
Programas Habitacionais de Interesse Social

Dec. 17.810/82
Programas Habitacionais de Interesse Social

Dec. 17.810/82
Programas Habitacionais de Interesse Social

PROJETO DE LEI Nº 301/79

EXECUTIVO

VIA AR 125
DEC. 32.324/92
Art. 1º a 16 e
23 a 25 RURAL
VADO O DISPOSTO
NO ART. 23 DESTE
DECRETO Nº 32.324/92

dotadas de portas de acordo com o disposto no artigo 36, e que tenha continuidade até uma das saídas, não podendo ficar em comum com outros ambientes;

2 - duas saídas independentes, situadas em diferentes faces da edificação, ou distanciadas, entre si, de 10,00 m no mínimo;

3 - conformação tal que qualquer ponto de cada andar fique distante de 35,00 m, no máximo, de uma escada;"

" XIV - As edificações para apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B), com mais de quatorze pavimentos, independentemente do nível da soleira em relação ao logradouro, admitidas as exclusões do parágrafo 2º do artigo 5º, além das exigências dos números 2 e 3 da letra "B" do item XIII, deste artigo, deverão dispor de, pelo menos, uma escada de segurança."

Art. 4º - O artigo 45 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 45 - As edificações com altura (h) superior a 35,00 m, calculada conforme o artigo 27, serão dotadas de cobertura ligada à escada de uso comum ou coletivo e constituída de laje, dimensionada para proteger pessoas do calor originado dos andares inferiores e suportar o eventual pouso de helicópteros, em caso de extrema emergência.

§ 1º - Nas coberturas de que trata este artigo, não serão admitidos quaisquer obstáculos, como anúncios, para-raios, chaminés, torres ou outras sobrelevações, em posição que possa prejudicar o eventual pouso do helicópteros.

§ 2º - Nas edificações para apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B), a laje definida no "caput" deste artigo poderá ser a própria cobertura do último andar, desde que apresente 3 (três) lados totalmente livres e desimpedidos de obstáculos e tenha dimensões compatíveis com o fim a que se destina."

Art. 5º - As letras "a" e "b" do Item II do artigo 63 da Lei nº 8.266 de 20 de junho de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

" a) apresentem área mínima de :

1 - 8,00 m², nas edificações residenciais geminadas, projetadas em lotes com 3,40 m de frente;

2 - 10,00 m², nas edificações residenciais isoladas ou geminadas, projetadas com três pavimentos, no máximo;

3 - 15,00 m², nas demais edificações."

" b) tenham conformação tal que, em qualquer secção horizontal correspondente à área mínima exigida, possa ser inscrito um círculo de diâmetro igual ou superior a:



1 - 2,00 m, nas edificações residenciais isoladas ou geminadas, projetadas com três pavimentos, no máximo;

2 - 2,50 m, nas demais edificações."

Art. 69 - As letras "a" e "b" do item I do artigo 69 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

" a) a abertura tenha área mínima de 0,25 m² e a menor dimensão não seja inferior a 0,15 m; "

" b) a comunicação através do compartimento contíguo tenha secção transversal com área mínima de 0,25 m² e a menor dimensão não seja inferior a 0,25 m e tenha comprimento até o exterior de 5,00 m, no máximo; "

Art. 79 - Fica acrescentado parágrafo único ao artigo 70 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, com a seguinte redação:

" Parágrafo único - A ventilação dos vestibulos de acesso a elevadores, em edificios para apartamentos, poderá ser efetuada através dos respectivos poços, por meio de aberturas gradeadas, localizadas nas portas ou entre estas e o teto do compartimento, desde que os vestibulos tenham área máxima de 12,00 m². A área total destas aberturas deverá corresponder, no mínimo, a 1/300 da área do compartimento."

Art. 89 - O parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Parágrafo único - Se a cozinha ou o local para preparo de alimentos não estiver em compartimento próprio, mas constituir simples ambiente de compartimento de permanência prolongada ou transitória, com outra destinação, deverá ter ventilação própria assegurada por meios especiais, de acordo com o disposto no item III do artigo 69. Este ambiente não poderá ter área inferior a 3,00 m². "

Art. 99 - O item I do artigo 82 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

" I - Os destinados a preparo de alimentos, higiene pessoal, e usos especiais, tais como cozinhas, banheiros, lavabos, instalações sanitárias, lavanderias, áreas de serviço, saunas, garagens e outros, que necessitem de maior limpeza e lavagens, apresentarão o piso do pavimento e as paredes, pilares ou colunas até a altura de 1,20 m, no mínimo, revestidos de material durável, liso, impermeável e resistente a frequentes lavagens. Os espaços destinados a instalação de chuveiros e duchas deverão apresentar o mesmo tipo de revestimento estabelecido neste item, até a altura de 2,00 m no mínimo."

- Ficam acrescentados os

" § 4º - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica às edificações para apartamentos (Capítulo II do Título A da Parte B), quando a diferença de nível do piso do pavimento mais alto, bem como do piso do pavimento mais baixo, em relação à soleira de ingresso da edificação, não for superior a 11,00 m, mesmo que o pavimento térreo seja ocupado por outras destinações permitidas pela legislação vigente."

" § 5º - Para as edificações mencionadas no parágrafo anterior, a diferença de nível entre as áreas destinadas a estacionamento e os pisos das unidades por eles servidas não poderá ultrapassar 13,50 m."

Art. 11 - Os itens I e II do artigo 116 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

" I - Todos os pavimentos das edificações deverão ser servidos por elevador, permitidas as seguintes exclusões:

a) as previstas nos itens I e II do parágrafo 2º do artigo 5º;

b) edificações para apartamentos com paradas de elevadores em pisos intermediários, desde que a diferença de nível entre a soleira da porta do elevador e os pavimentos de acesso às unidades não seja superior a 1,50 m; "

" II - A exigência do item anterior aplica-se aos dois elevadores, quando obrigatórios, conforme o disposto no artigo 115, com exceção das edificações para apartamentos, cujos pavimentos de uso exclusivo para estacionamento poderão ser servidos por apenas um elevador, com paradas em pisos alternados. O nível da soleira do acesso principal da edificação não poderá ter diferença de cota superior a 1,50 m, com relação ao nível da soleira da porta dos elevadores, e será tomado como base para o cálculo do tráfego; "

Vide Li 9420/81 -> Art. 12 - O artigo 177 da Lei nº 8.266 de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 177 - Cada casa ou unidade residencial unifamiliar deverá ter:

I - A soma das áreas dos compartimentos de permanência prolongada (artigo 50) não inferior a 20,00 m². Na hipótese prevista no parágrafo único do artigo 78, esta soma não poderá ser inferior a 16,00 m², nela não se incluindo a área do ambiente objeto daquele parágrafo;

II - Cada um dos seus compartimentos de permanência prolongada (artigo 50), tais como os destinados a dormitórios, escritórios, jogos ou brinquedos, estar, refeições, cozinha, copa e outros, com área mínima de 4,00 m², ressalvada



III - Pelo menos um compartimento de permanência transitória destinado a banho e instalações sanitárias (item V do parágrafo 19 do artigo 51), com área não inferior a 2,00 m², que, quando dispuser de lavatório externo, poderá ter área de 1,50 m². Havendo mais de um compartimento, os demais poderão ter área de 1,20 m²;

Fls. 299	da proc.
n.º 326	de 19 96

IV - Espaço destinado a lavagem de roupa e serviços de limpeza (item V do artigo 51) com área não inferior a 1,50 m²."

Art. 13 - O artigo 182 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 182 - Para os edifícios de apartamentos, aplicam-se, ainda, as seguintes disposições:

I - O pavimento térreo, quando destinado exclusivamente às áreas comuns do prédio, inclusive apartamento de zelador até 60,00 m² de área, não será computado para fins de coeficiente de aproveitamento do lote;

II - Se as edificações tiverem área total de construção superior a 750,00 m², serão dotadas de espaço descoberto, para recreação infantil, o qual deverá:

a) ter área correspondente a 2% da área total da construção, observada a área mínima de 15,00 m²;

b) conter, no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 3,00 m;

c) situar-se junto a espaços externos ou internos, ou, ainda, a corredores referidos nos artigos 61, 62 e 63;

d) estar separado de circulação ou estacionamento de veículos e de instalações de coletor ou depósito de lixo;

e) conter equipamentos para recreação de crianças;

f) ser dotado, se estiver em piso acima do solo, de fechamento de altura mínima de 1,80 m, para proteção contra quedas.

Parágrafo único - Nas habitações com área privativa máxima de até 72,00 m², o espaço previsto no item IV do artigo 177 será facultativo, podendo, neste caso, ser suprido por lavanderia de uso coletivo."

Art. 14 - O parágrafo 19 do artigo 519 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 19 - O prazo para formalização das corrigendas é de 30 dias, findo o qual, não sendo efetuadas, serão os requerimentos indeferidos."

Art. 15 - O artigo 520 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 520 - O prazo para despacho do requerimento é de

Vide art. 4º c
9413/81
NOVA REG
p/Lei 10.672

90 DIAS. H. CONTRA LA DATA DO PROTOCOLO MENTOR. V.
§ 19 - O curso desse prazo ficará suspenso durante a
pendência do atendimento, pelo requerente, de exigências pre-
vistas na legislação.

Folha	300	de proc.
n.º	326	de 19 56
que		

§ 29 - No caso de estudos ou projetos urbanísticos
possam influir na solução do pedido, por Resolução do Conse-
lho de Transportes e Desenvolvimento Urbano - CODEVIN, o
prazo para despacho será de 180 dias.

§ 39 - No caso da apreciação do pedido depender de mani-
festação do Legislativo do Município, relativa a projeto de
lei atingindo o local ou alterando norma edilícia em vigor,
o prazo para despacho será de 180 dias.

§ 49 - Findo os prazos definidos no "caput" deste arti-
go ou nos parágrafos anteriores, o requerente poderá dar
início às obras projetadas, 30 dias após comunicação feita
à repartição técnica competente, a título precário, sujei-
tando-se, porém, a proceder às adaptações necessárias para
completo atendimento da legislação vigente; indeferido o
pedido, cessam imediatamente os efeitos da comunicação, de-
vendo a construção ser sustada e procedida a demolição do
que tiver sido construído.

§ 59 - A interposição de recurso administrativo, refe-
rente ao indeferimento do pedido, não terá efeito suspen-
sivo, devendo as obras, se iniciadas na forma do parágrafo an-
terior, permanecer sustadas.

§ 69 - O prazo para retirada do Alvará de Licença é de
30 dias, findo o qual, não comparecendo o requerente, o pro-
cesso será arquivado por abandono, sem prejuízo do pagamen-
to das taxas devidas."

Art. 16 - O artigo 530 da Lei
nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a se-
guinte redação:

" Art. 530 - A paralisação, devidamente comprovada, da
obra ou de uma delas, no caso de conjunto, por prazo supe-
rior a 2 anos, ressalvado o disposto no parágrafo 2º do ar-
tigo 527, implicará na imediata prescrição da licença, refe-
rente às obras não iniciadas ou paralisadas, mesmo no caso
de já ter sido concedido auto de conclusão para uma parte
já concluída da edificação.

Parágrafo único - Nesse caso, o prosseguimento da obra
dependerá de nova aprovação do respectivo projeto, ficando
subordinada a observância de eventuais alterações da legis-
lação. "

Art. 17 - O número 1 do item II
do artigo 15 da Lei nº 7.805, de 19 de novembro de 1972, passa
a vigorar com a seguinte redação:

" 1) R2-01 - unidades residenciais agrupadas horizontal-

RECIBO
ASSINADO
1975



MENTE, TODAS COM FRENTE PARA VIA OFICIAL, OBEDECENDO AS

a) máximo de 80,00 m (oitenta metros) de extensão medidos ao longo da fachada;

b) recuo mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas laterais do lote ou lotes ocupados por agrupamento;

c) frente mínima de 3,40 m (três metros e quarenta centímetros) e área mínima de 68,00 m² (sessenta e oito metros quadrados), para cada lote resultante do agrupamento;

d) nas dimensões mínimas estabelecidas na letra anterior, não está incluída a largura das faixas destinadas aos recuos fixados no item I do parágrafo único do artigo 9º e na letra "b" do número 1 do item II deste artigo;

e) a edificação principal poderá ocupar a faixa do recuo de fundo do lote, observadas as condições de insolação, iluminação e ventilação, estabelecidas em legislação própria;

f) se a edificação principal não ocupar a faixa do recuo de fundo, deverá observar um afastamento mínimo de 3,00m (três metros) da divisa de fundo do lote;

g) nas zonas de uso Z2, Z3, Z9, Z11 e Z12, a taxa de ocupação máxima, para a categoria de uso R2-01, será 0,6. "

Art. 18 - O artigo 24 da Lei nº 7.805, de 19 de novembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 - Os coeficientes de aproveitamento do lote, relativos às zonas Z3, Z4 e Z5, constantes do Quadro 2, anexo, e referidos no artigo 19, poderão ser aumentados até o limite máximo de 4 (quatro), desde que a taxa de ocupação do lote a ser utilizado seja inferior ao máximo permitido para a zona, na proporção estabelecida pelas seguintes fórmulas:

1) Para lotes com área inferior a 1.000,00 m²

$$c = \frac{T}{t} + (C-1).$$

2) Para lotes com área igual ou superior a 1.000,00m²

$c = \frac{T}{t} C$, onde c = coeficiente de aproveitamento do lote a ser utilizado; t = taxa de ocupação do lote a ser utilizado; C = coeficiente de aproveitamento máximo do lote, constante do Quadro 2; T = taxa de ocupação máxima do lote, constante do Quadro 2.

§ 1º - Nas zonas de uso Z2 e Z11, a categoria de uso R3 poderá adotar o coeficiente de aproveitamento do lote até 2 (dois), obedecida a fórmula prevista neste artigo.

§ 2º - Nos casos enquadrados nas disposições deste artigo, serão reservados, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da área não ocupada do lote, para jardim arborizado, o qual fará parte integrante do projeto da edificação, para to

Folha nº 30 da proc. nº 326 de 19 96

Sec. 16.349/80
(art. 1º, 2º)
Vide parágrafo 1º do art. 1º da Lei nº 9.411/81
Vide parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.411/81.

REC. 3DAJ
ASS. 1. AIL

o 302	de proc.
326	de 19 76

te redação:

"Art. 18 - A categoria de uso R3 (conjunto residencial) passa a ter a seguinte definição: é constituído de uma ou mais edificações, isoladas ou agrupadas, vertical ou horizontalmente, ocupando um ou mais lotes, dispondo obrigatoriamente de espaços e instalações de utilização comum, caracterizados como bens de condomínio do conjunto, compreendendo duas subcategorias: R3-01 e R3-02.

§ 1º - O conjunto residencial do tipo R3-01 é aquele que tem área de lote ou lotes igual ou inferior a 20.000 (vinte mil) metros quadrados ou aquele com 400 (quatrocentas) habitações ou menos, devendo atender às seguintes disposições:

I - Espaços de utilização comum não cobertos destinados ao lazer, correspondendo, no mínimo, a 6 (seis) metros quadrados por habitação, sendo estes espaços de área nunca inferior a 200 (duzentos) metros quadrados e devendo conter um círculo com raio mínimo de 8 (oito) metros;

II - Espaços de utilização comum, cobertos ou não, destinados a instalação de equipamentos sociais, correspondendo, no mínimo, a 4 (quatro) metros quadrados por habitação, sendo estes espaços de área nunca inferior a 200 (duzentos) metros quadrados; quando cobertos, não serão computados para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, até o máximo de 4 (quatro) metros quadrados por habitação;

III - Os espaços definidos nos itens I e II serão devidamente equipados para os fins a que se destinam, constituindo parte integrante do projeto;

IV - O conjunto poderá dispor de espaços cobertos destinados aos usos das categorias C1 e S1, correspondendo ao máximo de 2 (dois) metros quadrados de área construída por habitação, sem prejuízo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento da respectiva zona;

V - As edificações do conjunto obedecerão as seguintes disposições:

1 - No caso de blocos de habitações agrupadas horizontalmente:

a) cada fachada do bloco não poderá ultrapassar a extensão máxima de 80 (oitenta) metros;

b) a distância mínima entre 2 (dois) blocos será de 3 (três) metros;

c) a frente mínima de cada unidade habitacional será de 3,40 m (três metros e quarenta centímetros) e

sessenta e oito) metros quadrados;

INCR. AGDAI
ASSESSOR - A-1



2 - NO CASO DE HABITAÇÕES ISOLADAS, A DISTÂNCIA

mínima entre 2 (duas) unidades será de 3 (três) metros;

3 - No caso de blocos de habitações agrupadas verticalmente, a distância mínima entre 2 (dois) blocos será de 6 (seis) metros, sendo que cada fachada do bloco não poderá ultrapassar a extensão máxima de 80 (oitenta) metros;

no	303	de proc.
de	1946	

VI - Os acessos às edificações do conjunto somente poderão ser feitos através de via particular interna ao conjunto, ficando vedado o acesso direto pela via oficial de circulação;

1 - A largura mínima da via particular de circulação de pedestres interna ao conjunto será de 4 (quatro) metros;

2 - A largura mínima da via particular de circulação de veículos interna ao conjunto será de :

a) 8 (oito) metros, dos quais 2 (dois) metros destinados a passeio, quando seu comprimento for menor ou igual a 50 (cinquenta) metros;

b) 10 (dez) metros, dos quais 3 (três) metros destinados a passeio, quando seu comprimento for maior do que 50 (cinquenta) metros e menor ou igual a 100 (cem) metros;

c) 12 (doze) metros, dos quais 5 (cinco) metros destinados a passeio, quando sua extensão for maior do que 100 (cem) metros;

3 - A via particular de circulação interna ao conjunto com largura de 4 (quatro) metros poderá ser utilizada para acesso de veículos para uma única habitação isolada, desde que o acesso à via oficial de circulação seja feito por uma das vias definidas nas letras "a", "b" e "c" do inciso anterior;

VII - Somente a via particular de circulação de veículos interna com largura igual ou superior a 12 (doze) metros poderá estabelecer ligação entre duas vias oficiais de circulação, sendo, neste caso, cada parcela de terreno, resultante desta divisão, considerada como um conjunto R3-01 independente;

VIII - As garagens ou estacionamentos coletivos poderão ter acesso direto à via oficial de circulação, obedecidos os recuos estabelecidos por lei;

IX - As edificações do conjunto terão recuos mínimos obrigatórios, em relação às vias internas de circulação, de:

a) 3 (três) metros em relação às vias de pedestres;

b) 5 (cinco) metros em relação às vias de veículos.

§ 2º - O conjunto residencial do tipo R3-02 é aquele que

INGEN. RICARDO
ASSESSOR - APL

I - O projeto do conjunto terá como parte integrante o plano de parcelamento do solo, segundo o disposto no Capítulo II da Lei nº 7.805, de 19 de novembro de 1972, excetuando-se o previsto no artigo 5º dessa mesma lei;

II - Da área total objeto do plano integrado de arruamento e conjunto residencial, serão fixados mínimos obrigatórios para porcentagem de área destinada ao sistema viário oficial, quota mínima de terreno por habitação e quotas mínimas de terreno por habitação para:

- a) áreas verdes;
- b) áreas institucionais;
- c) equipamento comunitário;
- d) equipamento de lazer;
- e) equipamento comercial;
- f) equipamento de serviço;

III - As áreas e equipamentos previstos nas letras "b", "c" e "d" do item anterior não serão computados para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, sem prejuízo da taxa de ocupação;

IV - Serão baixadas pelo Executivo normas que regulamentarão o disposto neste parágrafo.

§ 3º - Nos conjuntos residenciais R3, a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento serão calculados considerando-se a área bruta do terreno correspondente ao conjunto projetado.

§ 4º - Será dispensado recuo de fundo para edificações da categoria de uso R3, agrupadas horizontalmente, desde que as unidades habitacionais sejam adjacentes na divisa de fundo. Esta solução será admitida, ouvida a Comissão de Edificações e Uso do Solo - CEUSO. "

Art. 20 - O artigo 34 da Lei nº 3.001, de 24 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34 - Nas edificações existentes anteriormente à publicação desta lei, cujo coeficiente de aproveitamento não tenha atingido o máximo estabelecido nos Quadros próprios da legislação de uso e ocupação do solo, porém cujos recuos estejam ocupados em desacordo com a legislação vigente, ou cuja taxa de ocupação tenha sido ultrapassada, serão permitidas ampliações, desde que na edificação resultante não haja agravamento quanto à taxa de ocupação e nas novas partes sejam atendidas todas as exigências da zona de uso em que estiverem localizadas. "



8.328) de 2 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

Folha nº 305 de proc. 326 de 19 76

"Art. 34 - As áreas cobertas, em qualquer zona de uso, destinadas a garagens, estacionamento, carga, descarga e manobra de veículos, não serão computadas para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, até o limite máximo do coeficiente efetivamente adotado no projeto.

§ 1º - Nas edificações das categorias de uso R2-02 e R3, cujas unidades residenciais tenham área privativa até 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), as áreas destinadas a estacionamento de veículos deverão atender à relação mínima de : $G \geq \frac{Sc}{2}$, onde G = área mínima destinada a estacionamento de veículos; Sc = área construída, resultante do coeficiente de aproveitamento adotado no projeto.

§ 2º - As áreas destinadas às garagens cobertas, que excedam o mínimo estabelecido no parágrafo anterior, poderão ser desvinculadas da edificação objeto do projeto, sendo, neste caso, enquadradas na subcategoria de uso S2-9-Estacionamento. "

~~REVOGADO - Lei 9413/81~~ Art. 22 - Nas zonas de uso Z2, Z9 e Z11, a área mínima do lote para o uso R1 será de 100,00 m² (cem metros quadrados), com dimensão mínima de 5,00 m (cinco metros) de frente, obedecidas as demais disposições da legislação de uso e ocupação do solo.

Art. 23 - Os prazos expressos em dias ou dias úteis na Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, ficam alterados para dias corridos.

Art. 24 - Nos processos de aprovação de projetos de edificação e de parcelamento do solo, o prazo fixado para pedido de reconsideração de despacho ou interposição de recurso é de 30 (trinta) dias corridos.

Art. 25 - As disposições da presente lei aplicam-se :

- a) aos pedidos de aprovação de projetos em andamento, ainda sem despacho decisório;
- b) às alterações de projetos aprovados com alvará de licença ainda em vigor;
- c) aos processos de regularização de edificações existentes.

Art. 26 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a letra "a" do item II do parágrafo único do artigo 25, a letra "a" do número 1 da Letra "A" do item I do artigo 43, o parágrafo 3º do artigo 60, o item IV do ar-

INGRYS MAGDA
ASSESSORA-ATL

tigo 76 o item VI do artigo 116 o artigo 154 e o parágrafo único do artigo 178 todos da Lei nº 8.266 de 20 de junho de 1975, e o artigo 10 da Lei nº 8.001 de 24 de dezembro de 1973.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 29 de MARÇO de 1979, 4269 da fundação de São Paulo.

OLAVO EGYDIO SETUBAL, PREFEITO

MARIA KADUNC, Secretário dos Negócios Jurídicos

SÉRGIO SILVA DE FREITAS, Secretário das Finanças

OCTÁVIO CAMILLO PEREIRA DE ALMEIDA, Secretário de Vias Públicas

CELSO HAHNE, Secretário das Administrações Regionais

ERNEST ROBERT DE CARVALHO MANGE, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Chefia do Gabinete do Prefeito, em 29 de MARÇO de 1979.

LUIS FILIPE SOARES BAPTISTA, Secretário-Chefe do Gabinete

Retificação da publicação do dia 30/3/1979

Lei nº 8.881, de 29 de março de 1979

Leia-se como segue e não como constou:

Art. 4º - - "Art. 45 - - § 1º -

..... pouso de helicópteros.

Art. 10 - - "§ 5º -entre as áreas...

514-79

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.



LEI Nº 9.199, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1.980

"D.O.M.", DE 19 DE DEZEMBRO DE 1.980

49

307
226 76

LEI Nº 9.199, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1.980

Dispõe sobre obrigatoriedade de construção de rampas que permitam o acesso de deficientes físicos.

REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de dezembro de 1.980, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

LEI Nº 8.266/75
PL. Nº 172/74

Dec. 32329/92

Art. 1º - Nas novas edificações, destinadas a qualquer dos usos relacionados no Quadro I, anexo a esta lei, são obrigatórias rampas, com os requisitos do § 2º do art. 38, da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1.975, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), para vencer o eventual desnível entre o logradouro ou a área externa e o andar correspondente ao da soleira de ingresso do prédio.

Parágrafo único - As rampas, para atender o disposto no "caput" deste artigo, poderão ocupar o recuo obrigatório do alinhamento das vias, bem como os recuos laterais.

Art. 2º - Quando os terrenos tiverem acentuado desnível em relação ao logradouro público limdeiro, as rampas exigidas no artigo 1º poderão dar acesso à edificação em qualquer pavimento.

Art. 3º - As rampas, de que trata o artigo 1º desta lei, poderão ser substituídas pelos espaços de acesso e circulação de veículos.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de dezembro de 1.980, 427º da fundação de São Paulo.

REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, PREFEITO

MANOEL FIGUEIREDO FERRAZ, Secretário dos Negócios Jurídicos

PEDRO CIPOLLARI, Secretário das Finanças

LUIZ GOMES CARDIM SANGIRARDI, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

TUFI JUBRAN, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 18 de dezembro de 1.980.

ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, Secretário do Governo Municipal

QUADRO I (integrante da Lei nº 9.199, de 18 de dezembro de 1.980, referido no artigo 1º desta lei)

C - uso comercial

Notícia

Supermercados

Centro de Compras e Lojas de Departamentos com área superior a 3.000 m²

E - uso institucional

Ensino Básico do Primeiro Grau

Ensino Pré-Primário

Ensino Técnico Profissional

Parque Infantil

Colégio

S - serviços

INSTR. MUNICIPAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Associações Benéficas	Faculdade
Associações Culturais	Universidade
Associações Comunitárias de Vi- vinhaça	Clubes Associativos, Recreati- vos e Esportivos.
Ambulatórios	Biblioteca
Bancos de Sangue	Cinema
Casas de Repouso	Administração Federal, Estadual e Municipal
Centro de Reabilitação	Terminal de Ônibus urbano
Posto de Medicina Preventiva	Terminal de Metrô
Pronto-Socorro	Terminal Rodoviário Interurbano
Associações Científicas	Administração Regional
Espaço e/ou Edificações para Ex- posições	Agência de Órgão de previdência social
Ginásio de Esportes	Estádio
Museus	Hipódromo
Pinacoteca	Pavilhões para Feiras de Amos- tras
Teatros	Velódromo
Auditórios para Convenções, Con- gressos e Conferências	Casa de Saúde
Autódromos	Hospital
Organizações Associativas de Pro- fissionais	Maternidade
Sindicatos ou organizações simi- lares do trabalho	Sanatório
Cursos preparatórios para esco- las superiores e madurezas	Creches
Locais de Culto	Asilos
Templos	Orfanatos
Centro de Orientação Familiar	
Centro de Orientação Profissio- nal	
Delegacia de Polícia	
Estabelecimentos Administrativos de Órgãos públicos	
Agência Telefônica	
Agência de Correio	

INSTRUMENTO
DE ARRENDAMENTO



LEI Nº 9 414, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1 981

"D.O.M.", DE 31 DE DEZEMBRO DE 1 981

cc. 32.309/92

LEI Nº 9.414, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.981
Acrescenta item ao artigo 523 e dá nova redação ao artigo 565 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e dá outras providências.

REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 17 de dezembro de 1.981, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 19 - O artigo 523 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, fica acrescido do seguinte item:

"IV - Redução de 50% de taxas devidas para aprovação de projetos de edificações, excluído o benefício de que trata o item III, na hipótese de programas habitacionais de interesse social desenvolvidos por entidades privadas que operam com recursos vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação - SFH."

Art. 29 - O artigo 565 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 565 - Os projetos para áreas sob intervenção urbanística promovida pelo Poder Público, bem como os programas habitacionais de interesse social desenvolvidos por entidades sob controle acionário do Poder Público ou por entidades privadas que operam com recursos vinculados ao S.F.H. (Sistema Financeiro de Habitação), poderão ser objeto de normas técnicas especiais, a serem fixadas, por ato do Executivo, apropriadas à finalidade do empreendimento, dentro das condicionantes sócio-econômicas."

Art. 39 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

—PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de dezembro de 1.981, 4289 da fundação de São Paulo.

REYNALDO EMYGDIO DE BARROS, PREFEITO
MANOEL FIGUEIREDO FERRAZ, Secretário dos Negócios Jurídicos

PEDRO CIPOLLARI, Secretário das Finanças
ROBERTO PASTANA CÂMARA, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 30 de dezembro de 1.981

ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, Secretário do Governo Municipal

P.C. 172/74
LEI 8266/75
C. DE EDIFICAÇÕES

DEC 17810/82
Regulamenta os arts 523 e 565 da Lei 8266/75

DEC 18 002/82 - Fixa normas p/ o plano de projeto habitacional

Despacho do Secretário - SEMPLA
D 21976

Lei nº 9.414, de 30 de dezembro de 1.981
Após o Art. 39 - Leia-se como constou:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de dezembro de 1.981, 4289 da fundação de São Paulo.

"D.O.M.", 20/10/82

MIGUEL RABINDU
ASSESSOR

248.81

DE 21.976/82



LEI Nº 9 483, DE 22 DE JUNHO DE 1 982

Folha n.º	310	de proc.
n.º	326	de 19 96

"D.O.M.", DE 23 DE JUNHO DE 1 982

LEI Nº 9.483: , DE 22 DE JUNHO DE 1.982
Altera e complementa o artigo 25 da Lei nº 7.805,
de 1º de novembro de 1 972, e os artigos 365 e 367 da Lei
nº 8.266, de 20 de junho de 1 975.

ANTÔNIO SALIM CURIATI, Prefeito do Município de
São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por
lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de
1 de junho de 1.982, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 25 da Lei nº 7.805, de 1º
de novembro de 1 972, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 25 - São admitidos usos mistos em lo-
tes e edificações localizados em qualquer zona de uso,
desde que se trate de usos permitidos na zona e sejam
atendidas, em cada caso, as características e exigên-
cias estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Excluem-se das disposições contidas
neste artigo os postos de serviço de abastecimento, lu-
brificação ou lavagem de veículos e todos os usos en-
quadrados nas categorias C3, I2, I3 e R3, as quais não
admitirão uso misto, bem como as edificações enquadra-
das na categoria de uso R2.02, nas quais outros usos se-
rão admitidos apenas quando dispuserem de áreas de aces-
so e de circulação independentes das destinadas ao uso
residencial.

§ 2º - Nos postos de serviço de abastecimen-
to, lubrificação ou lavagem de veículos será admitida a
atividade de comercialização dos seguintes produtos: aces-
sórios, peças de emergência, produtos de limpeza para veí-
culos, gelo, refrigerantes e artigos de tabacaria".

Art. 2º - O artigo 365 da Lei nº 8.266, de
20 de junho de 1 975, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 365 - Os terrenos para instalação de
quaisquer dos postos de que trata este capítulo não pode-
rão ter área inferior a 900,00 m², nem testada para lo-
gradouro público inferior a 30,00 m".

Art. 3º - Fica acrescentado o item X ao ar-
tigo 367 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1 975, com a se-

LEI 7805/72
P.L. 147/72

LEI 8266/75
P.L. 172/74

→ VIDE decreto
nº 32329/92

INGRID FAGDM
ASSESSORA - AIL

212.21

guinte redação:

" X - Os recuos de frente dos postos de serviços poderão ser ocupados por cobertura, destinada a abrigar pedestres e veículos, desde que aberta em toda a extensão dos alinhamentos dos logradouros e que tais recuos não sejam utilizados para a colocação de elementos estruturais de apoio".

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 22 de junho de 1.982, 4299 da fundação de São Paulo.

ANTONIO SALIM CURIATI, PREFEITO

MANOEL FIGUEIREDO FERRAZ, Secretário dos Negócios Jurídicos

PEDRO CIPOLLARI, Secretário das Finanças

OCTÁVIO AUGUSTO SPERANZINI, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

LAURO RIOS RODRIGUES, Secretário-Coordenador do Planejamento

ROBERTO PASTANA CÂMARA, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 22 de junho de 1.982.

ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, Secretário do Governo Municipal

INGRID RACDAI
ASSESSORA ATL



LEI Nº 9 531, DE 22 DE JULHO DE 1 982

Folha nº	312	de proc.
n.º	326	de 19 82

"D.O.M.", DE 23 DE JULHO DE 1 982

LEI Nº 9.531, DE 22 DE JULHO DE 1.982

Altera disposições da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1.975, relativas à fiscalização e dá outras providências. ANTONIO SALIM CURIATI, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 29 de junho de 1.982, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Os artigos 550, 551 e seus parágrafos, 553 e seus parágrafos, 554 e seu parágrafo único, e 555 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1.975, passam a ter a seguinte redação:

I - "Art. 550 - A Prefeitura fiscalizará a execução das obras, de qualquer natureza, executadas na área do Município, de modo a fazer observar as prescrições legais."

II - "Art. 551 - Qualquer obra, mesmo sem caráter de edificação, será acompanhada e vistoriada pela fiscalização municipal. O agente vistor, mediante apresentação de sua identificação funcional, terá imediato ingresso no local dos trabalhos, independentemente de qualquer formalidade ou espera. Tratando-se de obra licenciada, verificará se a execução está ou não sendo desenvolvida de acordo com o projeto aprovado, que deve permanecer no local da obra.

§ 1º - Verificando a inobservância de qualquer das disposições deste Código referente à execução de obras, o agente vistor, aplicando a multa correspondente, procederá ao embargo das obras, bem como expedirá intimação para regularizá-las. Do auto de embargo constarão:

- a) o nome do proprietário;
- b) o número do contribuinte do imóvel no cadastro imobiliário da Prefeitura;
- c) o local da infração;
- d) o nome e número de registro do construtor responsável, se houver;
- e) o preceito legal infringido;

Lei 8.266/75
Pl. 172/74
C. EDIFICAÇÕES
Dec. 32.329/92

EXECUTIVO

URUNDA DO PROJETO DE LEI Nº 11.122

RECEBIMOS
11/12/82
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

f) o estado das obras;
g) a assinatura do infrator ou seu preposto, ou declaração da sua recusa em fazê-lo;

Folha	nº	313	de proc.
		224	19. 5/6

§ 2º - Do Auto de Multa constarão:

- a) o nome do infrator;
- b) o número do contribuinte do imóvel no cadastro imobiliário da Prefeitura;
- c) o local da infração;
- d) o preceito legal infringido;
- e) o estado das obras;
- f) a importância da multa aplicada.

§ 3º - No caso de obra licenciada, somente após vistoria de engenheiro serão determinados a lavratura de multa, o embargo da obra e a intimação para regularização.

§ 4º - Até que as obras sejam regularizadas, só será permitida a execução de trabalhos indispensáveis ao restabelecimento das disposições legais violadas."

III - "Art. 553 - Não sendo no mesmo dia obedecido o embargo, será aplicada multa diária, cuja incidência só cessará na data em que for comunicada e verificada, pela repartição fiscalizadora, a paralização da obra.

§ 1º - A repartição fiscalizadora manterá vigilância sobre a obra embargada e comunicará imediatamente à instância superior qualquer irregularidade.

§ 2º - Sem prejuízo da incidência das multas, o processo devidamente instruído, será encaminhado para as providências de apuração da responsabilidade do infrator, pelo crime de desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal, bem como para as medidas judiciais cabíveis.

§ 3º - Só cessará o embargo pela regularização da obra e pagamento das multas impostas."

IV - "Art. 554 - Ficam estabelecidos os seguintes prazos máximos para regularização de obras:

- a) de 10 dias corridos, para promover a demolição ou a reconstrução da parte em questão, no caso de estar a obra em desacordo com o projeto aprovado;
- b) de 5 dias, para comprovação de ter si-

M
INGENHEIRO
ASSESSOR AJA



do requerida a aprovação, quando se tratar de obra sem licença.

Parágrafo Único - Não cumprida a intimação, no prazo estipulado, o processo, devidamente instruído, será encaminhado para as providências judiciais cabíveis."

V - "Art. 555 - O Executivo estabelecerá medidas visando o controle das construções no Município, tais como a afixação de placas, suas dimensões e indicações, o fornecimento dos serviços de utilidade pública apenas às obras regulares, a obrigatoriedade de laudos técnicos sobre a segurança do uso e outras providências de interesse para conduzir ou assegurar o permanente cumprimento da legislação".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 552 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1.975.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 22 de julho de 1.982, 4299 da fundação de São Paulo.

ANTONIO SALIM CURIATI, PREFEITO

MANOEL FIGUEIREDO FERRAZ, Secretário dos Negócios Jurídicos

PEDRO CIPOLLARI, Secretário das Finanças

FRANCISCO NIETO MARTIN, Secretário das Administrações Regionais

OCTÁVIO AUGUSTO SPERANZINI, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

ROBERTO PASTANA CÂMARA, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 22 de julho de 1.982.

ORLANDO CARNEIRO DE RIBEIRO ARNAUD, Secretário do Governo Municipal

INCHID RAGDAU
ASSESSORA-ATIL



254

Folha nº	315	de proc
n.º	326	de 19 96

LEI Nº 9.668 , DE 29 DE DEZEMBRO DE 1.983.

"D.O.M." , DE 30 DE DEZEMBRO DE 1.983.

LEI Nº 9.668 , DE 29 DE dezembro DE 1.983.
Institui multas administrativas para infrações à legislação edilícia, do parcelamento do solo, e dá outras providências.
MARIO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 8 de dezembro de 1.983, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - A execução de edificação, construção, reconstrução, reforma ou demolição sem prévia licença da Prefeitura, acarretará a aplicação das penalidades previstas na Tabela I, anexa.

Art. 2º - A execução de edificação, construção, reconstrução ou reforma em desacordo com o projeto aprovado, implicará na imposição das multas pecuniárias previstas na Tabela II, anexa.

Art. 3º - A falta de Auto de Conclusão, Auto de Conservação, Auto de Regularização, Certificado de Regularidade, ou de documento equivalente, acarretará a aplicação das multas pecuniárias previstas na Tabela III, anexa.

Art. 4º - Os efeitos dos artigos 1º e 3º desta lei não se estendem às edificações de uso residencial unifamiliar, que não constituam parte de agrupamento ou conjunto, situadas dentro dos perímetros de parcelamento do solo já regularizados ou com pedido de regularização protocolado na Prefeitura até a presente data, já concluídas ou cuja conclusão ocorra até o prazo máximo de 180 dias, contados a partir da data da publicação desta lei.

Parágrafo único - Para a regularização das edificações de que trata o "caput" deste artigo, ficam estendidos, no que couber, os efeitos da Lei nº 9.602, de 11 de fevereiro de 1.983.

Art. 5º - Para os efeitos da presente lei e do disposto nas Tabelas I, II e III, anexas, considera-se moradia econômica a residência unifamiliar, destinada ao uso do proprietário, térrea, de caráter popular com área total não excedente a 72 m² (setenta e dois metros quadrados), cuja execução não exija cálculo estrutural e que não constitua parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea.

LEI 9602/83
P.L. 256/82

LEI 9054/80
P.L. 29180

LEI 6989/66
P.L. 188/66
C. TRIBUTÁRIO

LEI 7785/72
P.L. 95/72

LEI 8382/76
P.L. 26/76

LEI 7687/71
P.L. 120/71

P.L. 174/76
SAR

P.L. 172/74
C. EDIFICAÇÕES

Art. 501/85
SAR

Port. 766/88
SAR

Dec. 22014/90

Lei 11.228/92
Obras edificações

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 158/83

MAIO 1983
ASSOCIAÇÃO - A.L.

solo em qualquer de suas modalidades, sem prévia aprovação do plano respectivo pela Prefeitura, bem assim a execução em de- sacordo com esse mesmo plano, acarretará a aplicação da multa correspondente, fixada na Tabela IV, anexa, sem prejuízo das sanções penais pertinentes, previstas nos artigos 50 e 51 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1.979.

Art. 7º - Ressalvadas as disposições em contrário, contidas neste lei e em legislação especial, a inobservância de qualquer dispositivo legal cujo cumprimento estiver cometido à fiscalização da Secretaria das Administra- ções Regionais, ensejará a lavratura do competente auto de multa, com notificação simultânea do infrator, para, no prazo de 10 (dez) dias corridos, pagar ou apresentar defesa, sob pe na de confirmação da penalidade imposta e de sua subsequente inscrição como dívida ativa.

§ 1º - A notificação far-se-á ao infrator, pessoalmente, ou por via postal, com aviso de recebimento, ou, ainda, por edital, nas hipóteses de recusa ao recebimento da notificação ou de não localização do notificado.

§ 2º - Considera-se infrator, para os efeitos da presente lei, o possuidor do imóvel, o proprietário ou seu sucessor a qualquer título, ou, ainda, o profissional responsável, no caso do artigo 11.

§ 3º - A defesa será informada pelo Supervisor de Uso e Ocupação do Solo e decidida pelo Administrador Regional da circunscrição territorial a que pertencer o imóvel.

§ 4º - A defesa poderá ser apresentada em qualquer Administração Regional da Capital, mediante protocolo, ou por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 8º - Do despacho decisório que desacolher a defesa, a ser publicado no Diário Oficial do Município, caberá um único recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, ao Secretário das Administra ções Regionais, mediante depósito prévio do valor da multa discutida.

Art. 9º - Na contagem dos prazos para apresentação da defesa ou interposição de recurso, será excluído o dia da notificação ou da publicação e incluído o do vencimento.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese, os prazos somente começam a correr a partir do primeiro dia útil após a notificação ou publicação referidas.

Alteração
L.º 20.299/87
PL 26/87

MARCUS MAGDAU
Assessoria Jurídica



Art. 10 - Simultaneamente à imposição da multa, serão lavrados auto de embargo da obra, bem assim intimação para regularização da situação, nos termos da legislação específica.

Parágrafo único - A desobediência ao embargo ensejará a aplicação de multa diária, prevista na Tabela V, anexa, sem prejuízo, ainda, da sanção penal cabível, referida no artigo 15.

Art. 11 - O profissional responsável pela execução de edificação, construção, reconstrução, ou reforma, bem assim do parcelamento do solo, em qualquer de suas modalidades, quando em desacordo com o projeto ou plano aprovado pela Prefeitura, fica sujeito às multas previstas na Tabela VI, anexa.

§ 1º - A desobediência ao embargo ensejará ao profissional responsável, também, a aplicação de multa diária prevista na Tabela VII, anexa.

§ 2º - Em ambos os casos a aplicação das multas previstas far-se-á sem prejuízo da comunicação dos fatos ao órgão fiscalizador do exercício profissional.

Art. 12 - As pendências, administrativas ou judiciais, referentes à imposição das multas estabelecidas nesta lei, suspenderão, apenas provisoriamente, a inscrição e a cobrança da dívida correspondente.

Art. 13 - Na reaplicação das multas, quando previstas nas Tabelas anexas, só será admitida defesa substanciada em comunicação de regularização da situação.

Art. 14 - As multas administrativas impostas na conformidade da presente lei aplicam-se, no que couber, às disposições contidas na Lei nº 9.054, de 8 de maio de 1.980, especialmente no que refere ao depósito, à devolução e à atualização por impontualidade no respectivo pagamento, sobre esta incidindo, também, a honorária.

Art. 15 - A aplicação das multas pecuniárias, estabelecidas nesta lei, não elide a das demais sanções ou medidas administrativas e judiciais cabíveis, inclusive a apuração da responsabilidade do infrator, pelos crimes de Desobediência e Contra a Administração Pública, previstos, respectivamente, no artigo 330 do Código Penal e nos artigos 50 e 51 da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1.979.

INCLUI RAGDAJ
ASS. BORA. 2.1.1.

Sec. 20.943/85
Regulamenta

Art. 16 - As edificações, reconstrução e reformas de que tratam os artigos 19 e 29, quando não observadas as condições a serem estabelecidas em regulamento, serão consideradas obras novas, acarretando, ademais, a aplicação das penalidades previstas na Tabela I, anexa, e computada, sempre, a totalidade da área construída.

Art. 17 - O cancelamento de débitos originários do acréscimo previsto no inciso I do artigo 15 da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1.966, com a redação que lhe foi conferida pelo artigo 59 da Lei nº 7.785, de 20 de setembro de 1.972, não implica na transferência do imóvel do Setor de Edificações Irregulares para o de Edificações Regulares, do Cadastro de Edificações do Município — CEDI, que continuará disciplinada pela Lei nº 8.382, de 13 de abril de 1.976.

Art. 18 - O disposto no artigo 16 será regulamentado pelo Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, o artigo 28 da Lei nº 7.687, de 29 de dezembro de 1.971.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 29 de dezembro de 1.983, 4309 da fundação de São Paulo.

MARIO COVAS, PREFEITO

JOSÉ AFONSO DA SILVA, Secretário dos Negócios Jurídicos

DENISARD CNÊIO DE OLIVEIRA ALVES, Secretário das Finanças

CARLOS EDUARDO SAMPAIO DÓRIA, Secretário das Administrações Regionais

ARNALDO DE ABREU MADEIRA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 29 de dezembro de 1.983.

JOSÉ DUVAL GUEDES FREITAS, Respondendo pelo expediente da Secretaria do Governo Municipal

MIGUEL RACDAU
ASSESSOR - ATIL



TABELAS ANEXAS À LEI Nº 9.668, DE 29 DE dezembro DE 1.983

TABELA I

EDIFICAR, CONSTRUIR, REFORMAR OU RECONSTRUIR SEM LICENÇA	residência de até 72 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01), por unidade, <u>excluída a moradia econômica</u>	1/3 UFM + 0,05 da UFM, para cada 10 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída.
	residência com mais de 72 m ² até 120 m ² (categorias de uso R.1 ou R2.01), por unidade.	1/2 UFM + 0,1 da UFM para cada 10 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída.
	residência com mais de 120 m ² (categorias de uso R.1 ou R2.01); ou edificação, para qualquer outra categoria de uso, por unidade, independentemente da área construída.	1 UFM + 1,5 da UFM, para cada 50 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída.
CONSTRUIR muro de arrimo que exceda as condições específicas das no artigo 170 da Lei nº 8.266/82 sem licença.		5 UFM
DEMOLIR edificação ou obra antes, sem licença		1 UFM - por pavimento 1 UFM - nos demais casos

INCIDÊNCIA:

- Auto de multa - no ato

- 1ª reaplicação - 5 dias da notificação da multa

- reaplicações subsequentes - a cada 90 dias, a partir da autuação, até apresentação do pedido de licença.

Alteração Lu 10.289/87

26/11/87 319 de proc. de 19 96

TABELA II

EDIFICAR, REFORMAR OU RECONSTRUIR EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO	residência de até 72 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01), por unidade, <u>excluída a moradia econômica</u> .	1/6 UFM + 0,025 da UFM, para cada 10 m ² ou fração da área construída, <u>acrescida, alterada ou diminuída</u> .
	residência com mais de 72 m ² até 120 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01), por unidade	1/4 UFM + 0,05 da UFM, para cada 10 m ² ou fração da área construída, <u>acrescida, alterada ou diminuída</u> .
	residência com mais de 120 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01); ou edificações para quaisquer outras categorias de uso, por unidade, independentemente da área construída.	1/2 UFM + 0,75 da UFM, para cada 50 m ² ou fração da área construída, <u>acrescida, alterada ou diminuída</u> .
Muro de arrimo que exceda as condições especificadas no artigo 170 da Lei nº 8.266/75, executado em desacordo com o projeto aprovado.		2,5 UFM

INCIDÊNCIA:

- Auto de Multa - no ato
- 1ª reaplicação - 10 dias após a notificação da multa
- reaplicações subsequentes - a cada 90 dias, a partir da autuação, até regularização da obra de acordo com o projeto aprovado, ou até apresentação de pedido de alteração desse mesmo projeto.

Folha nº 320. de 322
 n.º 320 de 19 96

Assessoria
 Engenharia
 2

TABELA ITI

IMÓVEL SEM AUTO DE CONCLUSÃO , CONSTRUÍDO DE A CORDO COM O PRO JETO APROVADO.	residência até 72 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01), por unidade, <u>excluída a moradia econômica</u> .	1/3 UFM
	residência com mais de 72 m ² até 120 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01), por unidade.	1/2 UFM
	residência com mais de 120 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01); ou edificação para qualquer outra catego- ria de uso, por unidade, independentemente da área construída.	1 UFM
IMÓVEL NAS DE- MAIS HIPÓTESES DO ARTIGO 39	residência de até 72 m ² (categoria de uso R.1 ou R2. 01), por unidade, <u>excluída a moradia econômica</u> .-	1/3 UFM + 0,05 da UFM, para cada 10 m ² ou fração de área de edificação.
	residência com mais de 72 m ² até 120 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01), por unidade.	1/2 UFM + 0,1 da UFM, para cada 10 m ² ou fração de área de edificação.
	residência com mais de 120 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01);, ou edificação para qualquer outra categoria de uso, por unidade, independentemente da área cons- truída.	1 UFM + 1,5 da UFM, para cada 50 m ² ou fra- ção de área de edificação.

REPLICADA A CADA 90 DIAS, ATÉ REGULARIZAÇÃO

Alfenação 11/11/10-07/11/12 12/10/10

TABELA IV

Execução de parcelamento do solo, em qualquer de suas modalidades, sem prévia aprovação do plano pela Prefeitura do Município de São Paulo.	1/2 UFM para cada 250 m² ou fração de terreno, <u>mais 20</u> UFM para cada 100 m ou fração de via aberta.	Reaplicada a cada 30 dias, até regularização.
Execução de parcelamento do solo, em qualquer de suas modalidades, em desacordo com o plano aprovado.	1/4 UFM para cada 250 m² ou fração de terreno, <u>mais 10</u> UFM para cada 100 m ou fração de via aberta.	idem, idem



TABELA V

Execução de Edificação, reforma ou reconstrução, sem licença ou em desacordo com o projeto aprovado.	Residência de até 72 m ² (categoria de uso R.1)	$\frac{1}{60}$ da UFM + 0,0025 da UFM para cada 10 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída.
	Residência de até 72 m ² , por unidade (categoria de uso R2.01)	$\frac{1}{30}$ da UFM + 0,005 da UFM para cada 10 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída.
	Residência com mais de 72 m ² até 120 m ² , por unidade (categorias de Uso R.1 ou R2.01)	$\frac{1}{20}$ da UFM + 0,01 da UFM para cada 10 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída.
	Residência com mais de 120 m ² (categoria de uso R.1 ou R2.01), ou edificação para qualquer outra categoria de uso, por unidade, independentemente da área construída.	$\frac{1}{10}$ da UFM + 0,15 da UFM, para cada 50 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída.
	Execução de muro de arrimo que exceda as condições especificadas no artigo 170 da Lei nº 8.266/75, sem licença ou em desacordo com o projeto aprovado.	$\frac{1}{2}$ da UFM
Execução de demolição de edificação ou obra permanente, sem licença.		$\frac{1}{10}$ da UFM (por pavimento, no caso de edificação) $\frac{1}{10}$ da UFM - nos demais casos
Execução de parcelamento do solo, em qualquer de suas modalidades, sem licença ou em desacordo com o plano aprovado.		$\frac{1}{20}$ da UFM para cada 250 m ² ou fração de terreno e 2 UFM para cada 100 m ou fração de via aberta

REAPLICAÇÃO DIÁRIA, ATÉ COMUNICAÇÃO E VERIFICAÇÃO, PE-
LA REPARTIÇÃO FISCALIZADORA, DA PARALISAÇÃO DA OBRA OU
DO SERVIÇO.144800000 1/du 10.244/05
Folha nº 306 de 303
de 19 92

TABELA VI.

Execução de edificação, construção, reconstrução ou reforma em desacordo com o projeto aprovado.	1/6 da UFM + 0,025 da UFM, para cada 10 m ² ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída, por unidade de edificação, para qualquer categoria de uso.	Reaplicada a cada 90 dias, até regularização
Execução de muro de arrimo que exceda as condições especificadas no artigo 170 da Lei nº 8.266/75, em desacordo com o projeto aprovado.	1 UFM	
Execução de parcelamento do solo, em qualquer de suas modalidades, em desacordo com o plano aprovado.	1/12 da UFM para cada 250 m ² ou fração de terreno, <u>mais</u> 10/3 de UFM para cada 100 m ou fração de via aberta.	Reaplicada a cada 30 dias, até regularização



TABELA VII

DESRESPEITO AO AUTO DE EMBARGO

EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO, CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO OU REFORMA, EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO.

$1/60$ da UFM + $0,0025$ da UFM, para cada 10 m^2 ou fração de área construída, acrescida, alterada ou diminuída, por unidade de edificação, para qualquer categoria de uso.

EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO QUE EXCEDA AS CONDIÇÕES ESPECIFICADAS NO ARTIGO 170 DA LEI Nº 8.266/75, EM DESACORDO COM O PROJETO APROVADO.

$1/10$ da UFM

EXECUÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO, EM QUALQUER DE SUAS MODALIDADES, EM DESACORDO COM O PLANO APROVADO.

$1/120$ da UFM para cada 250 m^2 ou fração de terreno

mais
 $1/3$ da UFM para cada 100 m ou fração de via aberta

DIÁRIA. ATÉ QUE SEJA COMUNICADA E VERIFICADA PELA REPARTIÇÃO FISCALIZADORA A PARALISAÇÃO DA OBRA OU SERVIÇOS.

Folha nº 385 de 385
n.º 306 de 19 96



LEI Nº 9.912, DE 18 DE JUNHO DE 1.985.

"D.O.M." , DE 19 DE JUNHO DE 1.985.

LEI Nº 9.912 , DE 18 DE junho DE 1.985

Altera o art. 396 e revoga os arts. 223 e 226 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1.975.

MARIO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 22 de maio de 1.985, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O art. 396 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1.975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 396 - As edificações para fabrico de pão, massas e congêneres deverão ter, ainda, instalações, com partimentos ou locais, com respectivas áreas mínimas abaixo indicadas, destinados à:

	Área Mínima
I - Recebimento e depósito de farinha	40,00 m ²
II - Recebimento e depósito de matéria-prima	20,00 m ²
III - Panificação, compreendendo manipulação, área de forno e câmara de fermentação	100,00 m ²
IV - Confeitaria - manipulação	20,00 m ²
V - Acondicionamento e embalagens de produtos	15,00 m ²
VI - Depósito de produtos acabados e expedição	15,00 m ²
VII - Vestiários e instalações sanitárias	20,00 m ²
VIII - Depósito de material de limpeza, de consertos e outros fins	10,00 m ²

LEI Nº 8.266/75
P.L. Nº 172/74
NOVA REDAÇÃO ART.
396 E REVOCAR
223 E 226.
DEC. 32329/92

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 31, 85.

EXECUTIVO

INSTITUTO BRASILEIRO
DE PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO

XI - Administração e serviços 10,00 m²

§ 1º - Os depósitos de matéria-prima ou de produtos ficarão contíguos aos locais de trabalho e observarão os mesmos requisitos exigidos para estes.

§ 2º - Os compartimentos destinados à venda, exposição ou guarda de pães, massas, doces e similares deverão ser dotados:

a) de lavatório com água corrente;

b) de torneiras para lavagem, com água corrente, na proporção de uma para cada 100,00 m² de área de compartimento ou local de trabalho.

§ 3º - Nas fábricas de massa ou congêneres, a secagem dos produtos será feita por meio de estufa ou de câmara de secagem, que terá piso, paredes, pilares ou colunas, bem como as aberturas satisfazendo às condições previstas nos incisos I e III do art. 82".

Art. 2º - Ficam revogados os arts. 223 e 226 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1.975, e demais disposições em contrário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 18 de junho de 1.985, 432º da fundação de São Paulo.

MARIO COVAS, PREFEITO

JOSÉ AFONSO DA SILVA, Secretário dos Negócios Jurídicos

DENISARD CNÉIO DE OLIVEIRA ALVES, Secretário das Finanças

CARLOS EDUARDO SAMPAIO DÓRIA, Secretário das Administrações Regionais

IBERÊ ZEFERINO BANDEIRA DE MELLO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 18 de junho de 1.985.

JOSÉ DUVAL GUEDES FREITAS, Secretário do Governo Municipal

Retificação da publicação do dia 19/junho/1.985

Lei nº 9.912, de 18 de junho de 1.985

No Art. 1º - Leia-se como segue e não como constou - "Art. 396 - VIII -

I - Administração e serviços 10,00 m²

21/06/85

RECEBIDA
SECRETARIA MUNICIPAL
21/06/85



LEI Nº 10.071, DE 03 DE JUNHO DE 1.986.

"D.O.M." , DE 04 DE JUNHO DE 1.986.

LEI Nº 10.071, DE 03 DE Junho DE 1.986

Faculta o Executivo permitir a instalação de caixas eletrônicas bancárias em lotes urbanos.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 22 de maio de 1986, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica facultado ao Executivo permitir a instalação de caixas eletrônicas bancárias em lotes urbanos, enquadrada a atividade na categoria SI.

Art. 2º - Considera-se caixa eletrônica bancária, para os fins previstos nesta lei, o módulo pré-fabricado, desmontável, com área até 14 m² compatível com o espaço livre onde será colocado, destinado à instalação interna de equipamento de prestação automática de serviços bancários básicos.

Art. 3º - Admitido o uso misto do lote, esses equipamentos serão classificados como obras complementares, podendo ocupar as faixas decorrentes dos recuos mínimos obrigatórios das divisas e do alinhamento dos lotes.

Art. 4º - A instalação e funcionamento de caixas eletrônicas dependerá de prévia e específica licença concedida pelo (VETADO) órgão municipal, mediante (VETADO) requerimento instruído com o respectivo "croqui" de localização no lote.

Art. 5º - Fica concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para a regularização dos equipamentos já instalados.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 03 de Junho de 1.986, 4339 da fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

WELSON GONÇALVES BARBOSA, Secretário das Administrações Regionais

JOÃO APARECIDO DE PAULA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

MARCO ANTONIO FRANÇA MASTROBUONO, Secretário Municipal do Planejamento

ALEX FREDA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 03 de Junho de 1.986.

JOÃO CARLOS FREITAS DE CAMARGO, Secretário do Governo Municipal

P.h. nº 164/85
Regulamentada
P/Sec 31.112/92
Dea Dec 32.329/80
2º a 5º P/Dec.

ARQUIVA DO PROJETO DE LEI Nº 86,86 LEGISLATIVO

RECEBUE
ARQUIVAÇÃO



LEI Nº 10.169, DE 20 DE OUTUBRO DE 1.986.
"D.O.M." , DE 21 DE OUTUBRO DE 1.986.

LEI Nº 10.169, DE 20 DE Outubro DE 1.986
Altera dispositivos da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 8 de outubro de 1.986, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O item V do artigo 367 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

V - Os aparelhos ou equipamentos, tais como bombas para abastecimento, conjuntos para teste ou medição, elevadores ou valas para troca de óleo deverão:

a) observar o afastamento mínimo de 4,50 m do alinhamento dos logradouros, quando não houver obrigatoriedade de recuo de frente ou quando o recuo de frente obrigatório for igual a 5,00 m;

b) observar o recuo de frente secundário de 4,00 m nos casos de lote de esquina, de acordo com o estabelecido na legislação de uso e ocupação do solo;

c) observar os recuos de frente obrigatórios, quando estes forem superiores a 5,00 m em relação ao alinhamento dos logradouros;

d) no caso de novas bombas para abastecimento em postos existentes, observar a linha daquelas já aprovadas ou regularizadas e situadas a uma distância não inferior a 4,00 m dos alinhamentos dos logradouros.

Art. 2º - O item X do artigo 367 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, acrescentado pelo artigo 3º da Lei nº 9.483, de 22 de junho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

X - Os recuos de frente dos postos de serviços poderão ser ocupados por coberturas destinadas a abrigar pedestres e veículos, desde que abertas em toda a extensão do alinhamento dos logradouros, devendo as colunas de sustentação dessa cobertura, observar os afastamentos estabelecidos nas letras "a", "b" e "c" do item V deste artigo.

Art. 3º - O § 3º do artigo 368 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º - As instalações e depósitos de combustíveis ou inflamáveis deverão obedecer, além das normas próprias da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e do Conselho Nacional de Petróleo - CNP, os recuos com relação aos alinhamentos dos logradouros, estabelecidos nas letras "a", "b", "c" e "d" do item V do artigo 367, observado o afastamento mínimo de 1,50 m de qualquer edificação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 20 de Outubro de 1.986, 433º da fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANEIRAS BARRETO, Secretário das Finanças

JOÃO APARECIDO DE PAULA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

RUBENS DERVILLE DE OLIVEIRA ALLEGRETTI, Respondendo pelo Expediente da Secretaria dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 20 de Outubro de 1.986.

SUELLY PENHARRUBIA FAGUNDES, Secretária do Governo Municipal

LEI Nº 8.266/75

PL Nº 172/74.

Dec. 32.329/92

ORRUNDA DO PROJETO DE LEI N.º 169, 86.

EXECUTIVO

[Handwritten signature]



LEI Nº 10.299, DE 14 DE ABRIL DE 1.987.
"D.O.M." , DE 15 DE ABRIL DE 1.987.

Folha nº 330 de 330
n.º 330 de 1987

LEI Nº 10.299, DE 14 DE Abril DE 1987
Introduz alterações na Lei nº 9.668, de 29 de dezembro de 1983.

ANTONIO SAMPAIO, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, no exercício do cargo de Prefeito do Município de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 26 do Decreto-lei Complementar Estadual nº 9, de 31 de dezembro de 1969, sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 8º da Lei nº 9.668, de 29 de dezembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Do despacho que desacolhera a defesa, caberão:

I - Pedido de reconsideração de despacho, dirigido à mesma autoridade que proferir a decisão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da sua publicação no Diário Oficial do Município;

II - Recurso dirigido ao Secretário Geral das Subprefeituras, mediante depósito prévio do valor da multa discutida, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da data de publicação do despacho que indeferir o pedido de reconsideração;

III - Recurso dirigido ao Prefeito, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação do despacho que indeferir o recurso previsto no inciso II."

Art. 2º - Ficam substituídas as Tabelas I, III e V, anexas à Lei nº 9.668, de 29 de dezembro de 1.983, pelas Tabelas I, III e V, que passam a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de Abril de 1987, 434º da fundação de São Paulo.

ANTONIO SAMPAIO, PREFEITO EM EXERCÍCIO

CLAUDIO SALVADOR LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

WELSON GONÇALVES BARBOSA, Secretário Geral das Subprefeituras

ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 14 de

Abril de 1987.

JAIR CARVALHO MONTEIRO, Secretário do Governo Municipal

LEI 9.668/83

PL nº 158/83

de 29.04/90.

ORIUNDA DO PROJETO DE LEI Nº 26, 87

EXECUTIVO

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

TABELA III

-TABELA V

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.I.L.



LEI Nº 10.334/87, de 13 de julho de 1987

D.O.M., de 14 de julho de 1987

JORNADA DO PROJETO DE LEI Nº 102, 87

MEMÓRIA RAGDAI
ASSISTENTE-GERAL

SMT
Dec. 30/09/91

LEI Nº 10.334, DE 13 DE Julho DE 1987

Cria Áreas Especiais de Tráfego - AET; fixa regras para sua implantação em diferentes áreas do Município; estabelece normas destinadas a estacionamento de veículos; altera e complementa dispositivos das Leis nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e nº 8.881, de 29 de março de 1979, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 24 de junho de 1987, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre o conjunto de fatores artísticos relacionados com a geração de tráfego que, por sua interferência em diferentes áreas do Município, exigem a fixação de regras específicas para assegurar a adequação do uso do solo ao bom desempenho do sistema viário.

Art. 2º - Definem-se como "Áreas Especiais de Tráfego - AET" as áreas que apresentem saturação da capacidade viária, constatada pelos órgãos competentes.

Art. 3º - Nas Áreas Especiais de Tráfego - AET, as novas edificações, as reformas com ou sem aumento de área construída e as mudanças de uso ou de atividade deverão observar o número mínimo de vagas destinadas a estacionamento de veículos fixado pela legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, não se aplicando a elas, as disposições do inciso I do parágrafo 3º do artigo 26 da Lei nº 7.805, de 1º de novembro de 1972, e do artigo 33 da Lei nº 8.001, de 24 de dezembro de 1973.

§ 1º - Nas reformas, com ou sem aumento de área construída, e nas mudanças de uso ou de atividade, quando não houver disponibilidade de área no terreno edificado, o espaço destinado a estacionamento de veículos poderá localizar-se em outro imóvel, à distância máxima de 500,00 m (quinhentos metros), mediante sua vinculação à edificação.

§ 2º - As exigências de vagas para estacionamento de veículos deverão ser calculadas sobre a área construída total da edificação, descontadas apenas as áreas destinadas ao próprio estacionamento de veículos, pátio de carga e descarga e as partes sobrelevadas da edificação.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica às edificações destinadas a depósitos, indústrias, oficinas, comércio atacadista C3 e serviços especiais S3.

Art. 4º - As disposições do artigo anterior não se aplicam à Área Especial de Tráfego AET-001 e aos logradouros descritos no Quadro nº 8N, integrante desta lei, nos trechos contidos na citada AET.

Art. 5º - Nas zonas de uso Z4 e nas partes das zonas de uso Z5-003 e Z5-004 contidas nos perímetros das Áreas Especiais de Tráfego - AET, não se aplicam as disposições dos artigos 2º e 3º da Lei nº 8.843, de 19 de dezembro de 1978.

Art. 6º - Nas Áreas Especiais de Tráfego - AET, os projetos de edificações nos quais estejam previstas vagas de estacionamento de veículos em número igual ou superior a 80 (oitenta) deverão ser analisados pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT, no que se refere às características e localização dos dispositivos de acesso de veículos e de pedestres, áreas de embarque e desembarque e áreas de acomodação e acumulação de veículos.

Art. 7º - Nas Áreas Especiais de Tráfego - AET, as exigências de vagas para pátio de carga e descarga em novas edificações deverão ser calculadas sobre a área construída total da edificação, descontadas apenas as áreas destinadas ao estacionamento de veículos, pátio de carga e descarga e partes sobrelevadas da edificação, na seguinte proporção:

I - Edificação com área construída total maior que 4.000,00 m²: uma vaga para cada 3.000,00 m² da área construída total;

II - Edificação com área construída total menor ou igual a 4.000,00 m²: uma vaga.

Art. 8º - Nas Áreas Especiais de Tráfego - AET, a área total construída das edificações destinadas exclusivamente a estacionamento de veículos, desde que esse uso seja permitido, será de, no máximo, duas vezes o maior coeficiente de aproveitamento admitido para a respectiva zona de uso, sem redução da taxa de ocupação (VETADO) da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, aplicando-se, ainda, o disposto no artigo 42 da Lei nº 8.001, de 24 de dezembro de 1973.

§ 1º - As disposições do artigo 32 da Lei nº 9.049, de 24 de abril de 1980, ficam mantidas para a zona de uso Z2.

§ 2º - Nos logradouros constantes do Quadro nº 8N1, anexo, a aplicação do disposto no "caput" deste artigo ficará condicionada ao atendimento das exigências da Secretaria Municipal de Transportes - SMT quanto às características e localização dos dispositivos de acesso de veículos e de pedestres, áreas de embarque e desembarque e áreas de acomodação e acumulação de veículos (VETADO).

Art. 9º - As exigências de vagas para estacionamento de veículos, estabelecidas na legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, para edificações com área construída igual ou superior a 4.000,00 m², deverão ser calculadas sobre a área total da edificação, descontadas apenas as áreas destinadas ao estacionamento de veículos, pátio de carga e descarga e as partes sobrelevadas da edificação.

Parágrafo único - As disposições deste artigo não se aplicam às edificações destinadas a depósitos, indústrias, oficinas, comércio atacadista - C3 e serviços especiais - S3.

Art. 10º - A aprovação dos projetos de edificações em que estejam previstos vagas de estacionamento em número igual ou superior a 200 (duzentas) deverá ser precedida de fixação de diretrizes pela Secretaria Municipal de Transportes - SMT, relativas a:

I - Características e localização dos dispositivos de acesso de veículos e de pedestres, com respectivas áreas de acomodação e acumulação;

II - Características e dimensionamento das áreas de embarque e desembarque de veículos e passagens, pátio de carga e descarga.

Parágrafo único - Nas situações para as quais esta lei não exija a fixação de diretrizes, o interessado poderá solicitá-las à Secretaria Municipal de Transportes - SMT.

Art. 11º - O pedido de fixação de diretrizes referido no artigo anterior deverá ser encaminhado pelo interessado à Secretaria Municipal de Transportes - SMT, instruído com os seguintes documentos:

I - Requerimento-padrão devidamente assinado;

II - 3 (três) vias de planta em escala 1:20.000 ou 1:10.000, com localização do imóvel e principais logradouros públicos de acesso ao mesmo;

III - 3 (três) vias de planta do estudo preliminar em escala 1:500, contendo a localização do empreendimento no lote, previsão dos acessos de veículos e de pedestres, localização, dimensionamento e distribuição das vagas de estacionamento, das vias de circulação interna, da área de embarque e desembarque e do pátio para carga e descarga;

IV - Dados gerais do empreendimento, de acordo com formulário a ser fornecido ao interessado.

Art. 12º - O prazo para o protocolo do pedido de aprovação de projetos ou instalação de atividade, efetuado com base nas diretrizes fixadas nos termos dos artigos 10º e 11º desta lei, será de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da expedição das citadas diretrizes.

Art. 13º - Os projetos de edificações que impliquem na modificação das diretrizes referidas nos artigos 10º e 11º ou que exijam, diante do aumento de área construída, acréscimo do número de vagas de estacionamento de veículos, deverão ser submetidos a nova apreciação da Secretaria Municipal de Transportes - SMT.

Art. 14º - Não se aplicam às edificações destinadas a estacionamento de veículos, de categoria de uso S2.9, as exigências previstas no Quadro nº 4A, anexo à Lei nº 8.001, de 24 de dezembro de 1973, no que se refere ao número mínimo de vagas de veículos.

Art. 15º - O artigo 34 da Lei nº 8.328, de 2 de dezembro de 1975, já alterado pelo artigo 21 da Lei nº 8.881, de 29 de março de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34 - Em qualquer zona de uso, as áreas cobertas destinadas a garagens, estacionamento, carga, descarga e manobra de veículos, não serão computadas para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, até o limite máximo constante dos quadros de legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo ou do limite permitido pela aplicação da fórmula constante do artigo 24 da Lei nº 7.805, de 1º de novembro de 1972, com a nova redação conferida pelo artigo 18 da Lei nº 8.881, de 29 de março de 1979, nas zonas onde esta fórmula seja aplicável.

§ 1º - Nas edificações das categorias de uso R2-02 e R3, cujas unidades residenciais tenham área privativa de até 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), as áreas destinadas a estacionamento de veículos deverão atender à relação mínima de $G \geq \frac{Sc}{Sv}$, onde G = área mínima destinada a estacionamento de veículos e Sc = área cons-

truída resultante do coeficiente de aproveitamento adotado no projeto.

§ 2º - As áreas destinadas a garagens cobertas, que excedam as áreas mínimas exigidas na legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo para este fim, poderão ser desvinculadas da edificação objeto do projeto, sendo, neste caso, enquadradas na subcategoria de uso S2.9 - Estacionamento, desde que essa categoria seja permitida na zona e que o acesso para essa atividade seja independente, observadas, ainda, as disposições do artigo 25 da Lei nº 7.805, de 19 de novembro de 1972, com a nova redação dada pelo artigo 1º da Lei nº 9.483, de 22 de junho de 1982.

§ 3º - Nas edificações destinadas a depósitos, indústrias, oficinas, comércio atacadista - C3 e serviços especiais - S3, as áreas cobertas referidas no "caput" deste artigo não serão computadas para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do coeficiente adotado no projeto.

Art. 16 - As disposições desta lei, com exceção daquelas estabelecidas no artigo 15, não se aplicam às categorias de uso residencial R1, R2 e R3.

Art. 17 - Os projetos elaborados pelos órgãos públicos da administração direta e indireta também deverão ser submetidos à apreciação da Secretaria Municipal de Transportes - SMT, que regulamentará os procedimentos a serem seguidos.

Art. 18 - Nas hipóteses em que a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo determinar que a fixação de vagas para estacionamento de veículos dependerá de estudo específico de cada caso pela Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA, de acordo com as características do projeto e do sistema viário local, será solicitada a análise técnica da Secretaria Municipal de Transportes - SMT.

Art. 19 - No cálculo das áreas de acomodação e acumulação de veículos poderão ser consideradas as rampas e faixas de acesso às vagas de estacionamento, desde que possuam largura mínima de 6,00 m (seis metros).

Art. 20 - A letra "c" do item III do artigo 128 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) quando cobertas, dispor de ventilação permanente garantida por aberturas, pelo menos em duas paredes opostas ou nos tetos junto a estas paredes e que correspondam, no mínimo, à proporção de 60 cm² de abertura para cada metro cúbico (1 m³) de volume total do compartimento, ambiente ou local. Os vãos de acesso de veículos, quando guarnecidos por portas vazadas ou gradeadas, poderão ser computados no cálculo dessa abertura. A ventilação natural, ora exigida, poderá ser substituída por instalação de renovação mecânica de ar, com capacidade de que permita 5 (cinco) renovações de ar por hora, distribuídas uniformemente e atendendo às normas técnicas oficiais."

Art. 21 - Fica acrescentado um parágrafo, sob o ordinal 6º, ao artigo 132 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, com a seguinte redação:

"§ 6º - As edificações para estacionamento ou garagens coletivas que não dispuserem de elevadores para veículos, não poderão ter mais de 8 (oito) andares acima do térreo, considerado este como definido pela legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo. A mesma exigência aplica-se às garagens coletivas nas edificações mistas."

Art. 22 - Fica acrescentado um item, numerado como IX, ao artigo 361 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, com a seguinte redação:

"IX - Se o acesso for feito por meio de rampas, este deverá atender as mesmas exigências da alínea "a" do item I deste artigo, em relação ao espaço para acomodação de veículos."

Art. 23 - O não atendimento das exigências de vagas para estacionamento de veículos estabelecidas pela presente lei implicará em multa no valor de 2% (dois por cento) da UFM (Unidade Fiscal do Município de São Paulo) por metro quadrado de área construída da edificação, renovável a cada 30 (trinta) dias, até a cessação das irregularidades.

Art. 24 - Não tendo o interessado atendido as exigências do número de vagas para estacionamento de veículos, a Prefeitura procederá, nos termos da legislação em vigor, ao fechamento administrativo da atividade em questão, sem prejuízo das multas previstas no artigo 23 desta lei.

Art. 25 - Ficam isentas do Imposto Predial as edificações destinadas exclusivamente a garagens coletivas para estacionamento e guarda de automóveis, subcategoria de uso S2.9, construídas nas Áreas Especiais de Tráfego - AET definidas nesta lei, desde que preenchidas as seguintes condições:

I - Que o "Alvará de Licença para Construção", em vigor ou que venha a ser expedido futuramente, obedeça às exigências desta lei e que, em qualquer hipótese, a edificação esteja concluída, inclusive com a expedição,

pela Prefeitura, do "Auto de Conclusão Total", nos 5 (cinco) anos seguintes à data da vigência desta lei;

II - Que a edificação possua, no mínimo, dois pavimentos acima do solo, incluído o pavimento térreo.

Parágrafo Único - Ficam excluídas do benefício previsto no "caput" deste artigo as edificações destinadas a garagens coletivas ou estacionamento para veículos, em lotes utilizados para outras atividades em blocos independentes.

Art. 26 - A isenção prevista no artigo anterior vigorará nos 5 (cinco) exercícios seguintes ao da conclusão total da edificação, e deverá ser requerida pelo interessado, na forma prevista na legislação tributária específica.

Art. 27 - O despacho concessivo da isenção será exarado mediante parecer dos órgãos técnicos competentes, quanto à observância das exigências estabelecidas nesta lei, e será revogado, de ofício, sempre que se apure que o interessado alterou a destinação da edificação ou deixou de satisfazer as condições para a concessão do favor.

Art. 28 - Ficam classificadas como "Área Especial de Tráfego - AET" as áreas contidas nos perímetros descritos no Quadro nº 8N, anexo a esta lei.

Art. 29 - As definições ou alterações dos perímetros e dos logradouros caracterizados como Áreas Especiais de Tráfego - AET deverão ser encaminhadas à apreciação da Câmara Municipal, após manifestação favorável da Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA, ouvida a sua Comissão de Zoneamento.

Art. 30 - As disposições desta lei aplicam-se também aos lotes lindeiros aos logradouros constantes do Quadro nº 8N, anexo, classificados como AET, observadas as disposições do parágrafo 2º do artigo 8º desta lei.

Art. 31 - Fazem parte integrantes desta lei, rubricadas pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito, os Quadros nºs 8N e 8N1 e o mapa nº 221-11-0669 anexos, do arquivo da Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA.

Art. 32 - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 33 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 13 de Julho de 1987, 434º da fundação de São Paulo.
JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO
CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos
CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças
CEL. FRANCISCO ANTONIO COUTINHO E SILVA, Secretário Municipal de Transportes
BENEDITO QUINTINO DA SILVA, Secretário Municipal do Planejamento
ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 13 de Julho de 1987.
JAIR CARVALHO MONTEIRO, Secretário do Governo Municipal

ANEXOS A LEI Nº 10.334, DE 13 DE Julho DE 1987

QUADRO Nº 8N

Descrição de perímetros das Áreas Especiais de Tráfego - A.E.T.

Perímetros da A.E.T.

AET-001

Começa na confluência da Rua Mauá com a Avenida Prestes Maia, segue pela Av. Prestes Maia, Rua Carlos de Souza Nazaré, Rua 25 de Março, Rua Frederico Alvares, Alça de ligação (Cadlog 15584-5), Rua Teixeira Leite, Viaduto Leste-Oeste (Cadlog 3306-9), Avenida Radial Leste-Oeste, Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, Rua São Carlos do Pinhal, Viaduto Prof. Bernardino Tranchesi, Avenida 9 de Julho, Avenida Radial Leste-Oeste, Acesso à Avenida Radial Leste-Oeste (Cadlog 42308-1), Rua da Consolação, Rua Amaral Gurgel, Largo do Arouche (pelo lado da Quadra 49 do Setor Fiscal 7 da Planta Genérica de Valores), Avenida Duque de Caxias e Rua Mauá até o ponto inicial.

AET-002

Começa na confluência da Rua da Consolação com o acesso à Avenida Radial Leste-Oeste (Cadlog 42308-4), segue pelo acesso à Avenida Radial Leste-Oeste, Avenida Radial Leste-Oeste, Avenida 9 de Julho, Viaduto Prof. Bernardino Tranchesi, Rua São Carlos do Pinhal, Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, Rua Estados Unidos, Avenida Rebouças e Rua da Consolação até o ponto inicial.

INSTR. 111
RAGDAN



AET-003

Começa na confluência da Rua Cardeal Arcoverde com a Avenida Dr. Arnaldo, segue pela Avenida Dr. Arnaldo, Praça Dr. Clemente Ferreira (pelo lado da Quadra 5 do Setor Fiscal 13 da Planta Genérica de Valores) e Rua Cardeal Arcoverde até o ponto inicial.

QUADRO Nº 8N

Logradouros Públicos

- ABRAÃO DE MORAIS, Av. Prof.
 - ABRAÃO RIBEIRO, Av. Dr.
 - ANGÉLICA, Av.
 - ANTÁRTICA, Av.
 - BERNARDINO DE CAMPOS, Av.
 - BRAZ LEZE, Av.
 - CELSO GARCIA, Av.
 - CONSOLAÇÃO, R. da
 - CRUZEIRO DO SUL, Av.
 - DOMINGOS DE MORAIS, Av.
 - ESTADO, Av. do
 - FRANCISCO MATARAZZO, Av.
 - GASÔMETRO, Rua do
 - CASTÃO VIDIGAL, Av. Dr.
 - GUILHERME COTCHING, Av.
 - HENRIQUE SCHAUMANN, R.
 - JABAQUARA, Av.
 - JAGUARE, Av.
 - JOÃO DIAS, Av.
 - JOAQUIM RAMALHO, Av.
 - OLÍMPIO DA SILVEIRA, Av. Gal.
 - ORDEM E PROGRESSO, Av.
 - PAULISTA, Av.
 - PEDRO I, Av.
 - POMPEIA, Av.
 - RANGEL PESTANA, Av.
 - RICARDO JAFET, Av. Dr.
 - ROQUE PETRONI JÚNIOR, Av.
 - RUDGE, Av.
 - SANTOS DUMONT, Av.
 - TEREZA CRISTINA, Av.
 - TIRADENTES, Av.
 - VICENTE RAO, Av.
 - WASHINGTON LUIS, Av.
- Os trechos de logradouros que delimitam as Áreas Especiais de Tráfego - AET, exceto aqueles lindos a AET-001.
- CELSO GARCIA, Av.
 - CONSOLAÇÃO, R. da
 - CRUZEIRO DO SUL, Av.
 - ESTADO, Av. do
 - FIGUEIRA, R. da
 - FRANCISCO MATARAZZO, Av.
 - GASÔMETRO, R. do
 - IPIRANGA, Av.
 - JACAREI, Vd.
 - JOÃO, Av. São
 - JOÃO DIAS, Av..
 - JOAQUIM RAMALHO, Av.
 - LUIZ SÃO, Av.
 - MARIA PAULA, R.
 - OLÍMPIO DA SILVEIRA, Gal., Av.
 - PAULINA, Vd. Dona
 - PAULISTA, Av..
 - PRESTES MAIA, Av.
 - QUEIROZ, Av. Sen.
 - RANGEL PESTANA, Av.
 - RIO BRANCO, Av.
 - RUEIM BERTA, Av.
 - RUDGE, Av.
 - SANTOS DUMONT, Av.
 - TEREZA CRISTINA, Av.
 - TIRADENTES, Av.
 - WASHINGTON LUIS, Av.

Retificação da publicação do dia 14/julho/1.987

Lei nº 10.334, de 13 de julho de 1.987

No QUADRO Nº 8N - Após o trecho - AET, exceto aqueles lindos a AET-001.- Leia-se como segue e não como constou:

QUADRO nº 8N1
Logradouros Públicos
- CELSO GARCIA, Av.
.....

D.O.M. - 15/7/87

Vide dec 32329/87
Art. 19 A 20 P/

U. Res. Semphe
Cm 11/60/94

U. Res. Semphe 61/54
Implementação de Valor

INSTITUTO DA ADJ
ADMINISTRATIVO



LEI Nº 10.395, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1.987.

"D.O.M." , DE 21 DE NOVEMBRO DE 1.987.

326 335 140 96

LEI Nº 10.395 , DE 20 DE Novembro DE 1987

Altera a Tabela anexa à Lei nº 8.327, de 28 de novembro de 1975, confere nova redação ao artigo 23 da Lei nº 7.047, de 6 de setembro de 1967, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, nos termos do disposto no artigo 26 do Decreto-lei Complementar Estadual nº 9, de 31 de dezembro de 1969, sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - A tabela anexa à Lei nº 8.327, de 28 de novembro de 1975, fica alterada da seguinte forma:

	ALÍQUOTA OU TAXA UNITÁRIA (% UPM)	BASE DE CÁLCULO OU UNIDADES	PERÍODO DE INCIDÊNCIA
I - 3. Taxa de Licença para Obras, Construções, Arruamentos e Loteamentos.			
3.1. Exame e verificação de projetos de construções.			
3.1.1. Exame e verificação de projetos de construções em geral.	3%	nº m² ou fração	No ato do protocolamento do pedido.
3.1.2. Exame e verificação de projetos de reforma de edificação existente, já licenciada, incidindo apenas sobre a área objeto da reforma.	1,5%	nº m² ou fração, sobre a área objeto da reforma.	No ato do protocolamento do pedido.
Área acrescida na reforma.	3,0%	nº m² ou fração	No ato do protocolamento do pedido.
3.1.3. Exame e verificação de projetos de segurança das edificações, com base no artigo 113 da Lei nº 8.266/75.	0,15%	nº m² da área global do imóvel.	No ato do protocolamento do pedido.
3.5. Apostila de alvará de Licença (Projeto Modificativo)			
3.5.1. Apostila de alvará de licença (em vigor), em virtude de alteração do projeto, sem prejuízo da taxa devida, pelo acréscimo de área.	1,5%	nº m² ou fração da área total do projeto.	No ato do protocolamento do pedido.
3.5.2. Exame e verificação em projeto de acréscimo de área que altere o anterior já aprovado, incidente sobre a área ainda não edificada.	3%	nº m² ou fração	No ato do protocolamento do pedido.
3.6. Loteamentos e Desmembramento.	0,15%	nº m² da área global do imóvel.	No ato do protocolamento do pedido.

LEI 8.327/75

PL nº 131/75

LEI 7.047/67

PL nº 90/67

Lei 10.348/87

PL 202/87

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 217, 87.

EXECUTIVO

3.7. Alteração de projetos de loteamentos e arrendamentos licenciados (em vigor), desdobro do lote, e diretrizes.

0,15%

nº m² da área global do imóvel.

No ato do protocolo-mento do pedido.

3.7.1. Taxa de vistoria nos casos de parcelamento do solo:
até 10.000 m²
de 10.001 a 50.000 m²
de 50.001 a 200.000 m²
acima de 200.000 m²

50%
200%
400%
600%

II - 4. Taxa de Licença para Elevadores, Monta-cargas, Escadas Rolantes e Assemblhados.

4.1. Elevadores de uso coletivo e residenciais, monta-cargas, escadas rolantes, elevadores de alçapão, outros de natureza especial, tais como: planos inclinados, elevadores de degraus sobre esteiras, tapetes rolantes, teleféricos, elevadores para garagem com carga e descarga automática, empilhadeiras fixas, pontes rolantes, esteiras transportadoras de grande porte, elevadores hidráulicos, pânticos.

100%

nº de unidades

anual

III - 7. Taxa de vistoria de aparelhos de transporte vertical e horizontal.

7.1. Vistoria prévia de aparelhos para aprovação de processo de funcionamento.

100%

cada

No ato do protocolo-mento do pedido.

7.2. Vistoria solicitada, para efeito de fiscalização ou para de-sintendição, após o cumprimento das exigências das normas técnicas.

100%

cada

No ato de protocolo-mento de pedido.

IV - 8. Taxa de vistoria de atendimento de normas de segurança.

8.1. Constatação da execução das obras e serviços aprovados em edifícios e locais de reuniões.

50%

cada

No ato do protocolo-mento do pedido.

8.2. Constatação das condições de segurança contra incêndio nos edifícios, quando solicitada ou para de-sintendição, após o cumprimento das exigências das normas técnicas.

50%

cada

No ato do protocolo-mento do pedido.

Art. 2º - O artigo 23 da Lei nº 7.047, de 6 de setembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - Fundada no exercício do poder de polícia do Município, a Taxa de Licença para Elevadores, Monta-Cargas, Escadas Rolantes e Assemblhados tem como fato gerador o licenciamento obrigatório destes, bem como sua fiscalização quanto ao cumprimento das normas relativas à instalação, funcionamento e segurança."

Art. 3º - A Taxa de Licença para Elevadores; Monta-Cargas, Escadas Rolantes e Assemblhados não incide sobre os guinchos usados em obras, guindastes, empilhadeiras móveis e elevadores instalados em canteiros de obras de construção civil, durante sua execução.

Parágrafo único - Ficam isentos da Taxa de que trata o "caput" deste artigo os elevadores destinados a deficientes físicos, de uso não coletivo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 20 de Novembro de 1987, 4349 da fundação da São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLAUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

JOÃO APARECIDO DE PAULA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 20 de Novembro de 1987.

FRANCISCO BATISTA, Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 10.571, DE 08 DE JULHO DE 1.988.
"D.O.M." , DE 09 DE JULHO DE 1.988.

LEI Nº 10.571 DE 08 DE Julho DE 1.988
Dispõe sobre a instalação de cabinas destinadas a serviços fotográficos, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 30 de junho de 1.988, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - A cabina destinada a serviços de "foto automática" e de venda e captação, para revelação de filmes fotográficos, com área máxima de 3 m² (três metros quadrados), considerada como instalação, beneficiar-se-á das disposições referentes às obras complementares da Edificação de que trata o item I do artigo 134 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, dispensado o atendimento das exigências contidas no § 2º do artigo 138 da mesma lei.

Parágrafo único - A atividade exercida na cabina referida neste artigo enquadra-se na categoria de uso S1 - subcategoria S1.7, de que trata o parágrafo 1º do artigo 58 do Decreto nº 11.106, de 28 de junho de 1974, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto nº 17.494, de 14 de agosto de 1981.

Art. 2º - A implantação de cabinas de que trata esta lei, na área de recuo de frente, não poderá comprometer o atendimento à reserva mínima de vagas para estacionamento de veículos, exigidos para as demais categorias de uso, instaladas no mesmo lote.

Art. 3º - A instalação da cabina de que trata esta lei dependerá de licença a ser expedida pelo órgão municipal competente, mediante requerimento instruído com croqui de localização quanto ao lote ou edificação e a prova do pagamento das taxas e emolumentos devidos.

Art. 4º - É concedido o prazo de 90 (noventa) dias, contados da vigência desta lei, para a regularização das cabinas já instaladas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 08 de Julho de 1.988, 435º da Fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CARLOS ALBERTO MANHÃES BARRETO, Secretário das Finanças

VICTOR DAVID, Secretário das Administrações Regionais

JOÃO APARECIDO DE PAULA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

JAIR CARVALHO MONTEIRO, Secretário Municipal do Planejamento

ALEX FREUA NETTO, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 08 de Julho de 1.988.

ERNESTO AUGUSTO LOPES FILHO, Secretário do Governo Municipal

DEC. 11.106/74
DEC. 17.494/81.
Lei. 8.266/75
PL 272/74
Regulamentar
P/ Dec. 31.112/92
Dec. 32.329/92

ORIUNDA DO PROJETO DE LEI Nº 65,86

LEGISLATIVO

RECIBO DA DDAJ
1988/07/08

LEI Nº 10.671, DE 28 DE OUTUBRO DE 1.988.
"D.O.M." ; DE 29 DE OUTUBRO DE 1.988.

LEI Nº 10.671, DE 28 DE Outubro DE 1988

Dispõe sobre fixação de alinhamentos e nivelamentos dos logradouros públicos do Município, sobre execução de construções em imóveis atingidos por planos de melhoramentos públicos, confere nova redação aos parágrafos 2º e 3º do artigo 520 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e dá outras providências.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 13 de outubro de 1988, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Todos os logradouros públicos existentes no Município, oficializados ou pertencentes a loteamentos aceitos ou regularizados pela Prefeitura, com servidão as atuais larguras e declividades, de acordo com as quais serão expedidos os alvarás de alinhamento e nivelamento.

§ 1º - Para os efeitos do disposto neste artigo, os logradouros públicos serão objeto de levantamento cadastral, que definirá as larguras e os nivelamentos respectivos.

§ 2º - Inexistindo as informações necessárias no cadastro de que trata o parágrafo anterior, os alvarás de alinhamento e nivelamento serão expedidos com base nas situações constatadas no local.

§ 3º - O disposto no "caput" deste artigo e no seu parágrafo 2º não se aplica quando constatada invasão de alinhamento, hipótese em que deverão ser adotadas as medidas corretivas cabíveis.

Art. 2º - As alterações de alinhamentos de logradouros públicos, importando em alargamento, estreitamento ou retificação, em toda sua extensão ou em parte, serão objeto de plano de melhoramento público aprovado por lei.

Art. 3º - As alterações de nivelamento de logradouros públicos, em toda sua extensão ou em parte, serão definidas por ato do Executivo.

Art. 4º - A execução de quaisquer obras em imóveis atingidos por plano de melhoramento público, de que tratam os artigos 2º e 3º dependerá da definição dos futuros alinhamentos e nivelamentos.

Art. 5º - Para atendimento do que dispõe o artigo anterior, a Prefeitura manterá cadastro geral dos planos de melhoramentos públicos, contendo informações sobre os futuros alinhamentos e nivelamentos dos logradouros atingidos.

Art. 6º - Aos terrenos parcialmente atingidos por plano de melhoramento público aprovado por lei, aplicam-se as seguintes disposições:

a) o coeficiente de aproveitamento e a taxa de ocupação do lote serão calculados unicamente sobre a área remanescente, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo;

b) as construções ou edificações novas, e as novas partes das construções nas reformas com aumento de área, deverão atender aos recuos mínimos obrigatórios estabelecidos pela legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo em relação à situação atual, respeitada, sempre, o novo alinhamento, aprovado por lei;

c) a área contida entre os alinhamentos atual e futuro, enquanto não expropriada pelo Poder Público, ficará sujeita às restrições decorrentes de servidão de recuo, não sendo nelas permitidas mesmo as obras complementares;

d) as obras projetadas deverão observar soluções que permitam após a execução do plano de melhoramento público, o pleno atendimento das áreas mínimas para estacionamento, carga e descarga de veículos.

Parágrafo Único - Fica assegurado aos proprietários de terrenos, nas condições de que trata o "caput" deste artigo, quando doarem à Prefeitura a parcela necessária à execução do melhoramento, o direito de computar a área doada no cálculo do coeficiente de aproveitamento da área remanescente, desde que esse aproveitamento não ultrapasse o dobro do permitido para o local.

Lei 8.266/75
PL. 172/74

Lei 8.328/75
PL. 200/74

Lei 8.885/79
PL. 30/79

Vide decreto
4º a 9º de Dec. 32.329/92

ORIUNDA DO PROJETO DE LEI N.º 269, 88

EXECUTIVO

RECIBO DE RECEBIMENTO
15/10/1988

Art. 79 - A execução de quaisquer obras em imóvel parcialmente atingido por plano de melhoramento público aprovado por lei, na faixa compreendida entre o atual e o futuro alinhamento, poderá ser permitida pela Prefeitura, a título precário, desde que o proprietário desista de qualquer indenização pela benfeitoria ou ações, quando da execução do melhoramento público.

Parágrafo Único - Para a permissão de que trata este artigo, além das condições estabelecidas no artigo 69, com exceção do contido na letra "c", deverá ser também atendido o seguinte:

a) as obras novas ou as novas partes das construções, em se tratando de reformas com aumento de área, deverão observar soluções que permitam a demolição das partes necessárias ao futuro alargamento, sem prejuízos ao remanescente das construções quanto aos aspectos estrutural e arquitetônico;

b) as obras deverão observar soluções que garantam, ao futuro remanescente das construções, o pleno atendimento das disposições da legislação edilícia.

Art. 89 - Para os efeitos desta lei, equiparam-se a terrenos totalmente atingidos por plano de melhoramento público:

a) aquele cujo remanescente não possibilita a execução de construções, nos termos das legislações edilícia e de parcelamento, uso e ocupação do solo em vigor;

b) aquele em cujo remanescente, em decorrência de nova situação planialtimétrica, seja dificultada, a juízo da Prefeitura, a implantação de obras.

Art. 99 - Os parágrafos 29 e 39 do artigo 520 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, alterados pelo artigo 15 da Lei nº 8.881, de 29 de março de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 520 -
§ 29 - O prazo para despacho será de 180 dias nas seguintes hipóteses:

a) no caso de estudos ou projetos urbanísticos que possam influir na solução do pedido, aprovados por Resolução do Prefeito;

b) no caso de apreciação do pedido de pender de manifestação do Legislativo do Município, relativa a projeto de lei atingindo o local ou alterando norma edilícia em vigor.

§ 39 - O prazo para despacho será também de 180 dias, nas seguintes hipóteses:

a) no caso de a área objeto do pedido haver sido, no todo ou em parte, declarada de utilidade pública;

b) no caso de plano de nivelamento de logradouro público, definido por ato do Executivo, que influa na solução do pedido;

c) no caso de plano de melhoramento público, aprovado por lei, que interfira com o imóvel objeto do pedido, com ou sem declaração de utilidade pública em vigor."

Art. 10 - Esta lei será objeto de regulamentação pelo Executivo.

Art. 11 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário, e em especial, os artigos 789, 790, 791 e 792 do Ato nº 663, de 10 de agosto de 1934, e o artigo 59 da Lei nº 8.328, de 2 de dezembro de 1975.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de Outubro de 1988, 4359 da fundação de São Paulo.

JÂNIO DA SILVA QUADROS, PREFEITO

CLÁUDIO LEMBO, Secretário dos Negócios Jurídicos

WALTER PEDRO BODINI, Secretário das Finanças

GERALDO BORGHETTI, Secretário de Vias Públicas

VICTOR DAVID, Secretário das Administrações Regionais

EDMUNDO CALLIA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

JAIR CARVALHO MONTEIRO, Secretário Municipal do Planejamento

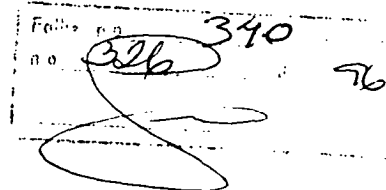
RUBENS DERVILLE DE OLIVEIRA ALLEGRETTI, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 28 de Outubro de 1988.

ERNESTO AUGUSTO LOPES FILHO, Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 10.738, DE 12 DE JULHO DE 1.989.

"D.O.M." , DE 13 DE JULHO DE 1.989.



LEI Nº 10.738, DE 12 DE Julho DE 1989

Acrescenta parágrafos ao artigo 501 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de junho de 1989, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 501 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975 fica acrescido dos parágrafos 4º e 5º, com a seguinte redação:

"Art. 501 -

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

§ 4º - Fica proibida a presença de fogão, espíriteira e botijão de gás nos dormitórios dos trabalhadores da construção civil, ficando responsáveis pelo cumprimento desta determinação os empregadores e/ou seus representantes.

§ 5º - Fica estabelecido que os trabalhadores, quando forem em número acima de cinco residentes no local da obra, deverão ter, construídos pelos empregadores, refeitório e cozinha, com paredes de alvenaria, com creto ou madeira, adjacentes um ao outro, e independentes do dormitório. Suas áreas mínimas, que devem satisfazer, também, aos exigidos em outras regulamentações oficiais, são de 4,00 m² cada."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 12 de Julho de 1989, 4369 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

HELIO PEREIRA BICUDO, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

ALDAIZA DE OLIVEIRA SPOSATI, Secretária das Administrações Regionais

ERMINIA TEREZINHA MENON MARICATTO, Secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano

LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 12 de Julho de 1989.

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

Lei 8.266/75
PL nº 172/74
Dec. 32.829/92

ORIUNDA DO PROJETO DE LEI N.º 424/89

LEGISLATIVO

INGRID RAGDAI
ASSESSORA-ATL

LEI Nº 10.739, DE 13 DE JULHO DE 1.989
"D.O.M." DE 14 DE JULHO DE 1.989

Folha nº	341	de proc
n.º	32329	de 19 92

Lei nº 8.266/75

P.L.nº 172/74

LEI Nº 10.739, DE 13 DE JULHO DE 1989

Acrescenta dispositivos aos artigos 341 e 342 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de junho de 1989, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica acrescentado ao artigo nº 341, da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975 (Código de Edificações do Município), o seguinte inciso:

"X - A sala de espetáculos conterá, obrigatoriamente, dispositivos de ar condicionado central, os quais ficarão instalados e ligados de acordo com a norma brasileira da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NB-10, de 1978."

Art. 2º - Fica acrescentado ao artigo nº 342, da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975 (Código de Edificações do Município), o seguinte inciso:

"VI - A sala de espetáculos conterá, obrigatoriamente, dispositivos de ar condicionado central, os quais ficarão instalados e ligados de acordo com a norma brasileira da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NB-10, de 1978."

Art. 3º - A observância do disposto nos incisos acrescentados pela presente lei, será exigida quanto às edificações já existentes, a partir de 180 (cento e oitenta) dias da data da vigência desta.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 13 de Julho de 1989, 436º da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

NÉLIO PEREIRA BICUDO, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

ALDAIZA DE OLIVEIRA SPOSATI, Secretária das Administrações Regionais

ERMINIA TEREZINHA MENON MARICATTO, Secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano

LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 13 de Julho de 1989.

JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

Dec. 32329/92

ORIGEM DO PROJETO DE LEI Nº 51,89

LEGISLATIVO

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

LEI Nº 10.774, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1.989.
"D.O.M." , DE 11 DE NOVEMBRO DE 1.989.

LEI Nº 10.774, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1989
(Projeto de Lei nº 78/89 do Vereador Arnaldo Madeira)

Dispõe sobre a absorção de águas pluviais nos lotes.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 19 de outubro de 1989, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - As condições de absorção das águas pluviais existentes em terrenos total ou parcialmente vagos, deverão ser preservadas após as construções que neles venham a ser executadas, através das seguintes medidas:

- I - Manutenção de, pelo menos, 15% da área do terreno livre da pavimentação e construções; ou
- II - Construção de micro-reservatório, de acordo com a regulamentação própria a ser fixada pela autoridade competente em função do tipo do solo e lençol freático.

Parágrafo Único - Quando, em virtude de normas de legislação pertinente, seja facultada a pavimentação da totalidade do subsolo, ou de percentual que impossibilite o cumprimento do disposto no item I deste artigo, a área livre de 15% poderá ser substituída pela construção de caixas de retardamento com ou sem cobertura vegetal para posterior absorção das águas, correspondente no mínimo de 40% da área livre prevista no referido item I.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de Novembro de 1989, 4369 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

HÉLIO PEREIRA BICUDO, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

ALDAIZA DE OLIVEIRA SPOSATI, Secretária das Administrações Regionais

LADISLAS DOWBOR, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 10 de Novembro de 1989.

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

Dec. 32.329/92

ORIUNDA DO PROJETO DE LEI Nº 78, 89 LEGISLATIVO

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

LEI Nº 10.832, DE 05 DE JANEIRO DE 1.990.

"D.O.M." , DE 06 DE JANEIRO DE 1.990.

LEI Nº 10.832 , DE 5 DE Janeiro DE 1990

(Projeto de Lei nº 142/89, do Vereador Robson Tuma)

Determina tratamento prioritário a pessoas portadoras de deficiências físicas.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 12 de dezembro de 1989, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - As pessoas portadoras de deficiências físicas é resguardado tratamento prioritário em cinemas, estádios, circos, teatros, estacionamentos de veículos, locais de competição, casas de espetáculos e similares, nos termos desta lei.

Art. 2º - Os locais e estabelecimentos referidos no artigo anterior destinarão, no mínimo, 3% (três) por cento de sua capacidade, para ocupação por deficientes físicos, admitida a redução deste percentual em eventos com afluência de público superior a 800 (oitocentas) pessoas, conforme for definido em decreto regulamentar.

§ 1º - Os estabelecimentos deverão indicar, através de sinalização adequada, os locais destinados à ocupação por deficientes físicos.

§ 2º - Nos espetáculos e apresentações com horário previamente determinado para a realização, o tratamento prioritário será assegurado até 15 (quinze) minutos que antecederem seu início, desde que seja possível compatibilizá-lo com sessão anterior que esteja ocorrendo.

§ 3º - O ingresso dos deficientes deverá ocorrer através de acesso apropriado, que lhes permita a necessária mobilidade e locomoção.

§ 4º - Nos estacionamentos públicos, as vagas deverão ser localizadas próximas de sua entrada.

Art. 3º - O Poder Executivo zelará pelo cumprimento desta lei, cuja violação implicará na sanção pecuniária correspondente a 10 (dez) Unidades Fiscais do Município - UFM.

Art. 4º - Para os efeitos desta lei, consideram-se pessoas portadoras de deficiência física as que sofram dificuldades de mobilidade e locomoção, além de outras que venham a ser definidas em decreto regulamentar.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de Janeiro de 1990, 4369 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

HÉLIO PEREIRA BICUDO, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde

LADISLAS DOWBOR, Secretário dos Negócios Extraordinários

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 5 de Janeiro de 1990.

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

SEHA5

→ Art. 3º No que for incompatível da Lei 10.832/90 p/dec. 32.329/90

CÂMARA DO PROJETO DE LEI Nº 142/89

LEGISLATIVO

Retificação da publicação do dia 6/janeiro/1990

Lei nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990

No Secretariado - Leis-se como segue e não como constou:

.....
KEMINIA TERESINHA MENON MARICATTO, Secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano

.....

19/1/90.

INGRID RAGDAN
PSESSORA - ALL

LEI Nº 10.870,
"D.O.M."

DE 19 DE JULHO DE 1.990.
DE 20 DE JULHO DE 1.990.

3244
3244
3244

LEI Nº 10.870, DE 19 DE Julho DE 1990

Redefine normas de segurança relativas a edificações; revoga a Lei nº 10.398, de 23 de novembro de 1987, e dá outras providências.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 28 de junho de 1990, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Todas as edificações classificadas na legislação específica nas categorias S.2.1, S.2.4, bem como as enquadradas nos Anexos R-I e R-II da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, com piso do andar mais elevado situado a altura (h) superior a 10,00 metros, calculada de acordo com o artigo 27 da referida lei, existentes ou que vierem a ser construídas, ampliadas ou reformadas, com ou sem mudança de uso, deverão atender integralmente as exigências desta lei.

Parágrafo Único - Entendem-se por existentes as edificações já licenciadas, com ou sem o Auto de Conclusão, Auto de Regularização ou Alvará de Conservação.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, as seguintes expressões ficam assim definidas:

I - Rota de Saída: caminhos a percorrer até a saída externa da edificação, subdividindo-se em:

a) Rota de Saída Horizontal: caminhos a percorrer (corredores ou passagens privativas e comuns) para atingir um local seguro, que poderá ser a rota de saída vertical, ou a saída externa;

b) Rota de Saída Vertical: caminhos a percorrer em desnível caracterizados por escadas ou rampas, interligando a rota de saída horizontal à saída externa.

II - Saída Externa: parte da edificação que permite o acesso direto ao seu exterior;

III - Configuração dos Andares: os andares de edificação poderão se constituir em:

a) Espaço Compartimentado: espaço com área máxima de 150,00 m², isolado por paredes resistentes a uma hora de fogo e possuindo distância máxima a ser percorrida de 16,00 metros, medidos do seu ponto mais desfavorável até a rota de saída horizontal ou vertical de uso comum;

b) Espaço Aberto: espaço com área superior a 150,00 m² que possui distância a ser percorrida superior a 16,00 metros, medidos do seu ponto mais desfavorável até a rota de saída horizontal ou vertical de uso comum.

IV - Escada Protegida: as escadas protegidas serão de segurança, definidas nos artigos 34 a 36 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, bem como aquelas que atendam às condições estabelecidas nos termos do Art. 10 desta lei.

Art. 3º - A edificação poderá dispor de apenas uma rota de saída vertical, quando atender, simultaneamente as condições abaixo:

a) a população a evacuar, calculada conforme o artigo 26 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, não exceder a 2 (duas) unidades de saída (90 pessoas), calculadas conforme o artigo 29, inciso I, da citada lei;

b) a altura do piso do andar mais elevado da edificação, calculada conforme o artigo 27 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, não exceder 35,00 metros;

c) a população total da edificação, calculada conforme o disposto no artigo 26 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, que venha a utilizar a rota de saída vertical, não exceder 360 (trêscentas e sessenta) pessoas;

d) as distâncias máximas a serem percorridas em cada pavimento, medidas do ponto mais desfavorável, serão as previstas no artigo 43 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975.

Parágrafo Único - A rota de saída vertical prevista neste artigo deverá se constituir em escada protegida.

Art. 4º - As edificações que não atenderem a uma das exigências do artigo anterior deverão dispor de mais de uma rota de saída vertical, sem prejuízo das exigências dos artigos 26 e 29 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e atenderão, ainda, as condições abaixo:

Lei 10.398/87
P.L. 231/87

Lei 8.266/75
P.L. 172/74

SE/AB

Dec. 34.071/94

3244

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 593/89 EXECUTIVO

I - A distância máxima a ser percorrida em um pavimento, desde seu ponto mais desfavorável até uma rota de saída horizontal será de 16,00 metros.

II - A distância máxima total (D) a ser percorrida em um pavimento, medida de seu ponto mais desfavorável até pelo menos uma das rotas de saída vertical, é calculada conforme definido na alínea anterior, porém ser aumentada até os limites máximos estabelecidos no artigo 43 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, quando observada pelo menos uma das 2 condições abaixo:

a) os pavimentos sejam equipados com sistema de chuveiros automáticos, executado conforme as normas técnicas oficiais;

b) seja observada a proporção definida na seguinte expressão: $D = (1,5 \times DE) - 3,00$, onde DE é a distância entre as portas de acesso às rotas de saída vertical.

III - A distância (DE) entre escadas deverá ser no mínimo de 10,00 metros dispensada tal exigência para as edificações existentes.

§ 19 - Todas as unidades autônomas deverão ter a mesma possibilidade de acesso para as rotas de saída vertical mínimas exigidas pela legislação em vigor.

§ 20 - Todas as rotas de saída vertical previstas neste artigo deverão se constituir em escadas protegidas.

Art. 59 - As edificações existentes, definidas no artigo 19, que não se enquadrem nas exigências desta lei, terão prazo máximo de 2 (dois) anos para apresentação de projeto de adaptação, sem prejuízo da concessão do Auto de Conclusão, Certificado de Regularidade ou Alvará de Conservação.

§ 19 - Para o atendimento das exigências contidas nos Artigos 39 e 49, estas edificações poderão se beneficiar do Artigo 10.

§ 20 - Fará parte integrante do projeto de adaptação, o respectivo cronograma de execução das obras, elaborado de acordo com as normas estabelecidas por regulamentação.

Art. 60 - Nas adaptações, referidas no artigo anterior, os eventuais acréscimos de áreas construídas, destinadas aos espaços de circulação horizontal e vertical:

a) não serão computados no cálculo da eficiência de aproveitamento do lote;

b) não serão computados no cálculo da taxa de ocupação do lote;

c) poderão ocupar parcialmente as faixas de recuo obrigatório das divisas do lote, com exclusão do recuo do alinhamento dos logradouros, observado o disposto no artigo 13 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975;

d) poderão ocupar parcialmente as áreas obrigatórias de insolação, iluminação e ventilação dos compartimentos.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se também à eventual execução de escadas, passadiços e/ou passagens que liguem as edificações ou parte das edificações com o objetivo exclusivo de proporcionar escoamento aos usuários.

Art. 79 - As faculdades estabelecidas no artigo anterior aplicam-se:

a) às edificações existentes ou em construção, com projetos que tenham sido aprovados antes da data da promulgação desta lei;

b) aos projetos aprovados antes da mesma data, com alvará em vigor e cujas obras não tenham sido iniciadas;

c) aos pedidos de aprovação e regularização de plantas protocolados anteriormente à mencionada data.

Art. 89 - Nas edificações existentes, após seu enquadramento na presente lei, os projetos modificativos posteriores, não poderão agravar a eventual desconformidade com a legislação em vigor.

Art. 99 - Findo o prazo estabelecido no artigo 59, desta lei, as edificações serão passíveis de aplicação das sanções previstas em legislação específica.

Art. 10 - As exigências de segurança contra incêndio, contidas nesta lei, poderão ser atendidas por outras soluções técnicas, respeitadas os procedimentos a serem estabelecidos em lei.

Parágrafo Único - Os procedimentos para apresentação, análise e aceitação das soluções referidas no "caput" deste artigo serão regulamentados pelo Executivo, baseadas em normas técnicas oficiais.

Art. 11 - Nas edificações existentes, quando for inviável a implantação de mais uma rota de saída vertical, poderão ser aceitas ligações entre edificações vizinhas, através de escadas, corredores, passagens, passadiços, desde que apresentado, pelo responsável, projeto de adaptação contendo:

I - Descrição do plano de abandono para as edificações, contemplando procedimentos comuns a serem adotados pelas equipes de emergência;

II - Descrição dos equipamentos necessários a cada uma das edificações, atendendo a legislação em vigor;

III - Configuração da solução apresentada como área de uso comum e/ou servidão de passagem;

IV - Programação de simulados de abandono de edifício, efetuados periodicamente.

§ 17 - As passagens e/ou passadiços a que se refere este artigo deverão:

a) estar distantes no mínimo 5,00 metros de aberturas externas;

b) ser dotados de corrimão de ambos os lados, de acordo com decreto regulamentador;

c) ter resistência ao fogo de uma hora (rf=60);

d) quando necessário, ter porta de acesso com resistência ao fogo de uma hora (rf=60);

e) ter ventilação permanente;

f) ter proteções laterais com altura mínima de 2,00 metros;

g) ter piso de material anti-derrapante;

h) ter iluminação de emergência, de acordo com decreto regulamentador;

i) ter dispositivo de proteção que dificulte a transmissão de calor e/ou gases quentes.

§ 20 - A edificação que receber a população em abandono deverá ter rotas de saída horizontal e vertical compatíveis com o acréscimo de população, calculadas conforme os critérios técnicos estabelecidos em decreto.

Art. 12 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 10.398, de 23 de novembro de 1987.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 19 de julho de 1990, 4379 da fundação de São Paulo.
LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA
WALTER PIVA RODRIGUES, Secretário dos Negócios Jurídicos
AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças
NELSON SAULE JÚNIOR, Respondendo pelo Cargo de Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano
LAURA BERNARDES, Respondendo pelo Cargo de Secretária dos Negócios Extraordinários
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 19 de julho de 1990.
JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

RICARDO RAGDAL
ASSESSORA - AIL



LEI Nº 10.995, DE 14 DE JUNHO DE 1.991.

"D.O.M." , DE 15 DE JUNHO DE 1.991.

LEI 8.266/75

PL nº

duc. 32329/92

LEI Nº 10.995 , DE 14 DE JUNHO DE 1991
(Projeto de Lei nº 10/91, do Vereador Arnaldo Madeira)

Acresce parágrafo ao art. 520 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, e dá outras providências correlatas.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 21 de maio de 1991, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - A alínea "b" do parágrafo 2º do art. 520 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, altera do pelos artigos 15 da Lei nº 8.881, de 29 de março de 1979 e 9º da Lei nº 10.671, de 28 de outubro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) no caso de apreciação do pedido de pender da manifestação do Legislativo do Município, relativa a projeto de lei que modifique parcialmente a Legislação de Uso e Ocupação do Solo atingindo o local."

Art. 2º - O art. 520 da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, alterado pelas leis citadas no artigo anterior, fica acrescido de um parágrafo que será numerado como 3º:

"§ 3º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos estudos urbanísticos ou projetos de lei que, impliquem em alterações de caráter abrangente do Plano Diretor, do Código de Edificações e da Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo."

Art. 3º - Os atuais parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º ficam automaticamente renumerados para 4º, 5º, 6º e 7º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de junho de 1991, 4389 da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

DAIMO DE ABREU DALLARI, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

DELMAR MATTES, Secretário de Vias Públicas

JOSÉ CARLOS PEGOLARO, Secretário das Administrações Regionais

ERMINIA TEREZINHA MONON MARICATTO, Secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano

PAUL ISRAEL SINGER, Secretário Municipal do Planejamento Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 14 de junho de 1991.

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO, Secretário do Governo Municipal

ORIUNDA DO PROJETO DE LEI Nº 10, 91 LEGISLATIVO

Retificação da publicação do dia 15/junho/1991

Lei nº 10.995, de 14 de junho de 1991

No Secretariado - Leia-se como segue e não como constou:

.....

GUIDO MANTEGA, Respondendo pelo Cargo de Secretário Municipal do Planejamento

.....

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.I.

19/5/91



LEI Nº 11.135, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1.991.
"D.O.M.", DE 06 DE DEZEMBRO DE 1.991.

SAR

LEI Nº 11.135, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1991
(Projeto de Lei nº 047/91, do Vereador Maurício Faria)

Acrescenta parágrafo 3º ao artigo 538 da
Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, Prefeita do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 13 de novembro de 1991, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 538, da Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975 fica acrescido do seguinte parágrafo:

"Parágrafo 3º - Quando a edificação for implantada em área desprovida de rede coletora pública, o "Auto de Conclusão" não será expedido se a obra não dispuser de sistema local de tratamento e disposição de esgotos elaborados em obediência às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 5 de dezembro de 1991, 438ª da fundação de São Paulo.

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA, PREFEITA

DALMO DE ABREU DALLARI, Secretário dos Negócios Jurídicos

AMIR ANTONIO KHAIR, Secretário das Finanças

JOSÉ CARLOS PEGOLARO, Secretário das Administrações Regionais

ERMINIA TEREZINHA MEMON MARICATTO, Secretária da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 5 de

dezembro de 1991.

JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOSO, Secretário do Governo Municipal

Dec. 37.329/92

JORNADA DO PROJETO DE LEI Nº 47,91 LEGISLATIVO

proc. 10.008.354-91*94

RICARDO RAGDAJ
ASSESSOR - AIL

Lei nº 11.424, de 30 de setembro de 1993
DOM de 19 de outubro de 1993

Def. Fisico
SMC

LEI Nº 11.424, DE 30 DE SETEMBRO DE 1993
(Projeto de Lei nº 313/91, do Vereador Arselino Tatto)

Dispõe sobre o acesso de pessoas deficientes físicas a cinemas, teatros e casas de espetáculos.

PAULO MALUF, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de setembro de 1993, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam os cinemas, teatros e casas de espetáculos obrigados a garantir o acesso das pessoas portadoras de deficiências físicas às suas dependências destinadas ao público.

Parágrafo único - Os acessos de que trata o artigo anterior situar-se-ão em locais de fácil visualização e devidamente identificados.

Art. 2º - (VETADO)

Art. 3º - O Poder Público Municipal não fornecerá alvarás de funcionamento para os novos estabelecimentos, sem antes serem cumpridas as exigências previstas na presente lei.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei implicará na aplicação de multa diária de 10 (dez) UFMs.

Art. 5º - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de setembro de 1993, 440ª da fundação de São Paulo.

PAULO MALUF, PREFEITO

CORNÉLIO VIEIRA DE MORAIS JUNIOR, Secretário dos Negócios Jurídicos

CELSO ROBERTO PITTA DO NASCIMENTO, Secretário das Finanças

RODOLFO OSVALDO KONDER, Secretário Municipal de Cultura

RICARDO MAGIB IZAR, Secretário das Administrações Regionais

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 30 de setembro de 1993.

EDEVALDO ALVES DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

59-003.009-53-26

ORIUNDA DO P. L. Nº 313/91

LEGISLATIVO

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA
A. T. L. - III

INSCRIÇÃO Nº 10001
ASSESSORIA - AT/L

Lei nº 11.424, de 30 de setembro de 1993

DOM de 16 de março de 1994

Promulgada pela Câmara

SAC

LEI 11.424 DE 30 DE SETEMBRO DE 1993.

(Projeto de Lei 313/91).
(Vereador Arselino Tatto).

Dispõe sobre o acesso de
pessoas deficientes físi-
cas a cinemas, teatros e
casas de espetáculos.

Miguel Colassuono, Presidente da Câmara Municipal
de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São
Paulo, de acordo com o § 7º do art. 42 da Lei Orgânica
do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 2º - Os estabelecimentos terão o prazo de 180
(cento e oitenta) dias, contados da vigência da presen-
te lei, para adaptarem-se a seus termos.

Câmara Municipal de São Paulo, 14 de março de 1994.

O Presidente,
Miguel Colassuono

Publicada na Diretoria Geral da Câmara Municipal de São
Paulo, em 14 de março de 1994.

O Diretor Geral,
Carlos Borromeu Tini

ORIGINA DO PROJETO DE LEI N.º 313/91 LEGISLATIVO

Handwritten signature
Tribuna do Poder
Legislativo - ATJ

LEI Nº 11.693 , DE 22 DE DEZEMBRO DE 1994.

DOM DE 23 DE DEZEMBRO DE 1994.

SE HAB

SVP

SAR

Lei 11.228/92

LEI Nº 11.693 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1994

(Projeto de Lei nº 101/93, do Vereador Wadih Mutran)

Dispõe sobre requisitos de portas corta-fogo, alterando o item 12.9 do Código de Obras e Edificações, anexo à Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992.

PAULO MALUF, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 9 de novembro de 1994 decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - É acrescido ao item 12.9 - "Espaços de Circulação Protegidos" - do Código de Obras e Edificações, anexo à Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, um subitem com a seguinte redação:

"12.9.3 - As portas resistentes a fogo destinadas a isolar espaços protegidos, nas edificações, além de obedecerem às normas técnicas da ABNT referentes a condições de construção, instalação e funcionamento, devem ser providas de dispositivo de fechamento automático com amortecimento hidráulico."

Art. 2º - Esta lei será regulamentada num prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 22 de dezembro de 1994, 441ª da fundação de São Paulo.

PAULO MALUF, PREFEITO

JOSÉ ALTINO MACHADO, Secretário dos Negócios Jurídicos

CELSO ROBERTO FITTA DO NASCIMENTO, Secretário das Finanças

REYNALDO ENYGDIO DE BARROS, Secretário de Vias Públicas

FRANCISCO NIETO MARTIN, Secretário das Administrações Regionais

LAIR ALBERTO SOARES KRANKENBUHL, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 22 de dezembro de 1994.

EDEVALDO ALVES DA SILVA, Secretário do Governo Municipal

ORIGINA DO PROJETO DE LEI Nº 101/93 LEGISLATIVO

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - AIL

LEI Nº 11.783 DE 26 DE MAIO DE 1.995
D.O.M. DE 01 DE JUNHO DE 1.995

Folha nº	326	de proc.	354
n.º	326	de 19	96

SSO

SEHAB

SAR

59.002.004-94*58

LEI Nº 11.783 DE 26 DE MAIO DE 1995.
(Projeto de Lei nº 242/92)
(Vereador Paulo Kobayashi)

Acrescenta subitem à seção 16.1 do capítulo 16 da Lei 11.228, de 25 de junho de 1992, que trata das Exigências Específicas Complementares do Código de Obras e Edificações.

Miguel Colasuonno, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 72 do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º - A seção 16.1 do Capítulo 16 da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, é acrescentado o subitem 16.1.1 com a seguinte redação:

16.1.1 - As habitações de caráter multifamiliar agrupadas verticalmente deverão dispor de unidade habitacional e uma vaga para automóvel destinadas à utilização do zelador.

16.1.1.1 - A unidade habitacional deverá localizar-se no térreo ou no 1º pavimento, e ter área não inferior a 60 m² caso os apartamentos do andar tipo sejam maiores do que esta área, ou terá a superfície do menor apartamento, também do andar tipo, em caso contrário.

16.1.1.2 - A área do apartamento do zelador não será computável no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de São Paulo, 29 de maio de 1995.

O Presidente,
Miguel Colasuonno

Publicada na Diretoria Geral da Câmara Municipal de São Paulo, em 29 de maio de 1995.

O Diretor Geral,
Carlos Borromeu Tini

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.L.

ORIUNDA DO P.L. Nº 242/92 - LEGISLATIVO PROMULGADA 26/05/1995



Prefeitura do Município de São Paulo

Portaria N.º 119 , de 30 de março de 19 93

PAULO MALUF, *Prefeito do*
Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são
conferidas por lei,

R E S O L V E . :

I - Designar para integrarem a Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações, constituída pela Lei nº 11.228, de 26.06.92, com a regulamentação conferida pelo Decreto nº 32.329, de 23.09.92, MARIA CRISTINA FABRI, como suplente de JACQUELINE CASANOVA, EDGAR ALTINO FERREIRA LEITE e DORA AKSENFELD CHARATZ, na qualidade de titular e suplente, todos representantes da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, SUZANA MARIA FERREIRA DE NICHILE, na qualidade de suplente e como representante da Secretaria dos Negócios Jurídicos, e HENRIQUE CAMBIAGHI FILHO, na qualidade de titular e como representante do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva — SINAENCON.

Maluf

INGRID PAVANI
ASSESSORA - ATL

MARILENA AP MARCONI RIENTE

Encarregado de Setor

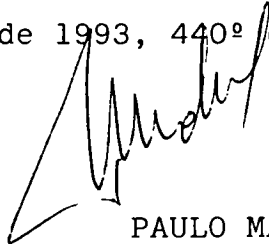
SGM/ATL

Folha n.º 02 da Portaria n.º 119 de 30 de março de 1993

Folha n.º 353 de proc
n.º 326 de 19 97

II. Cessar, em consequência, os efeitos do ato que designou IZILDA MARA F.FERNANDES, PEDRO DE MILANELO PIOVEZANE, ANTONIO OROPALLO e SÉRGIO TEPERMANN para integrarem a referida comissão.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 30 de março de 1993, 440ª da fundação de São Paulo.



PAULO MALUF
Prefeito

SGM/AT
/rrm

INGRID FAGDAJ
ASSESSORA - ATL

RELATÓRIO FINAL

Senhor Prefeito

Na forma do disposto no artigo 16 da Lei 11.228, de 25 de junho de 1.992, a Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações - CEACOE vem apresentar a Vossa Excelência o relatório final de seus trabalhos, objetivando a revisão do Código de Obras e Edificações.

Das inúmeras reuniões realizadas, concluiu a Comissão pela necessidade de serem modificados alguns aspectos da Lei 11.228/92, para tornar mais ágil e simplificado o procedimento relativo às regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, instalação, manutenção e utilização de obras, serviços, edificações, equipamentos e mobiliário dentro dos imóveis no Município de São Paulo.

Dos novos estudos realizados pela Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações, resultou a elaboração da presente proposta, tendente a alterar a lei em vigor, mediante apresentação de projeto de lei, substituindo alguns pontos do atual Código de Obras e Edificações.

Ressalta na presente proposta de alteração a preocupação com as pessoas portadoras de deficiência e com a segurança das edificações, e esta última merecerá tratamento especial na sua regulamentação através de decreto, tornando mais ágil o exercício do poder de polícia do Município.

Os procedimentos administrativos, por sua vez, sofreram modificações que visam à sua simplificação, bem como à otimização do relacionamento municipal - Prefeitura.

Os aspectos mais importantes da revisão elaborada, e que merecem destaque, podem ser sintetizados nos seguintes:-

1. Explicitação da obrigatoriedade de prévio licenciamento, pela Prefeitura, para execução, instalação, manutenção e utilização de obras, serviços, edificações, equipamentos e mobiliário, com vistas à atuação do Município no que tange ao exercício do poder de polícia determinado pelo artigo 160, inciso VII da Lei Orgânica do Município. Embora subentendido no "caput" da Seção 6.1, deliberou-se pela conveniência de mencionar expressamente a necessidade de licença.

INCRIM. MAGDA
ASSESSOR...-A.11

2. Enquadramento das figuras de Diretrizes de Projeto, Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte, Alvará de Instalação para elevadores e outros aparelhos de transporte e Auto de Verificação de Segurança, na categoria de processos especiais regidos pela Lei 8.777/78, com a finalidade de normatizar e agilizar os procedimentos administrativos que cuidam da matéria (artigo 20., Lei 11.228/92, com a nova redação dada pelo projeto de lei ora sugerido).

3. Modificação dos dispositivos concernentes aos imóveis parcial ou totalmente atingidos por plano de melhoramentos públicos, em que pese a existência de projeto de lei fixando normas sobre a matéria.

A CEACOE entendeu revestir-se o assunto de cunho urbanístico, concluindo, por isso, pela sua retirada do Código de Obras e Edificações.

Todavia, deliberou manter no corpo da presente proposta as modificações julgadas pertinentes, até a promulgação de lei, cujo projeto encontra-se na Câmara Municipal, considerando que a Lei 11.228/92 permite a implantação de imóveis nas faixas a serem desapropriadas, o que constitui óbice quando da execução das obras públicas, com reflexos nas questões relacionadas com a desocupação judicial e demolição dessas edificações.

A fim de solucionar o problema existente, permitir-se-á, com a presente proposta de alteração da lei, apenas a implantação de edificações ou equipamentos transitórios, na faixa a ser desapropriada, sendo certo que nos imóveis parcialmente atingidos por plano de melhoramentos públicos, a edificação definitiva só poderá ser implantada no remanescente do lote, atendendo com relação a este, os índices estabelecidos pela Legislação de Uso e Ocupação do Solo (artigos 30. a 60. da Lei 11.228/92, com a nova redação dada pelos artigos 50. a 80. da presente proposta de alteração).

4. Supressão da Ficha Técnica e Diretrizes de Projeto da incidência prevista no artigo 70. da Lei 11.228/92, em razão de não serem documentos obrigatórios, ensejando a cobrança de preço público e não mais de taxa (parágrafo sexto do artigo 70. da Lei 11.228/92, na redação do artigo 90. da proposta de alteração ora sugerida).

5. Com vistas a facilitar o atendimento à população de baixa renda, no que concerne às construções de moradia econômica, permitirá a presente proposta de

Ass. [assinatura]

alteração que, além da Prefeitura e órgãos de classe de arquitetos e engenheiros, entidades ou estabelecimentos de ensino superior de Arquitetura e Engenharia possam colaborar na elaboração de projetos arquitetônicos e complementares (artigo 9o. da Lei 11.228/92, com a nova redação dada pelo artigo 11 da presente proposta de alteração).

6. Eliminação da possibilidade de o Executivo, por meio de decreto, fixar normas técnicas especiais diversas das adotadas pelo Código de Obras e Edificações para projetos que impliquem em intervenção urbanística promovida pela Poder Público. Deveu-se essa providência à determinação contida no artigo 70, inciso VIII da Lei Orgânica do Município no sentido da obrigatoriedade de iniciativa do Prefeito para propositura de alteração da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e alteração nos limites das zonas urbanas e de expansão urbana, o que pressupõe a edição de lei (artigo 12 da Lei 11.228/92, com a nova redação dada pelo artigo 14 da presente proposta de alteração).

7. Isenção do pagamento de taxas para exame e verificação de projetos e construções e preços públicos para os programas de habitação de interesse social promovidos pelo Poder Público ou entidades sob controle acionário do Poder Público, e redução em 50% das taxas para exame e verificação de projetos e construções devidas para os programas de habitação de interesse social promovidos por entidades privadas que operam com recursos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.

8. Compatibilização das disposições dos Capítulos 2 e 3, no que concerne aos direitos do possuidor do imóvel, permitindo-lhe expressamente que requeira Alvarás de Licença para Residência Unifamiliar e para Obra de Pequeno Porte, desde que detenha compromisso de compra e venda, ainda que não registrado, atendendo, assim, à mais recente jurisprudência agasalhada pelo STJ.

9. Inclusão de dispositivo que esclarece sobrepor-se as normas edilícias emanadas pela Prefeitura, àquelas constantes das Normas Técnicas, Normas Técnicas Oficiais e Normas Técnicas de Concessionária, não eximindo, entretanto, o seu atendimento, desde que não contrárias às emanadas pelo Poder Público.

10. Supressão do prazo de validade de Ficha Técnica por ser documento meramente informativo, não gerando qualquer direito adquirido ao requerente.

Ass. [assinatura]

Folha n.º 153 do Processo
N.º 59-000.870-93447
Ass. *ml*

MIRIAN TEREZA B. SANCHEZ
Oficial de Adm. Geral III
CEUSO

4

11. Capítulo 3:-

- a) Restrição do cabimento da Comunicação à execução de reparos externos acima do segundo andar, execução de obras emergenciais e baixa, assunção ou transferência de responsabilidade profissional, ensejando a simplificação de seu procedimento;
- b) Inclusão da possibilidade de apresentação da escritura reti-ratificada quando da emissão do Alvará de Execução, no caso de divergência inferior ou igual a 5%, alcançando, assim, índices urbanísticos relativos ao tamanho real do lote;
- c) Instituição de Alvará de Licença para Obra de Pequeno Porte para simplificar a construção de Obras Complementares, que pela Lei 11.228/92 deve ser objeto de Alvará de Aprovação e de Execução para Reforma. Este documento abrangerá, ainda, o licenciamento de implantação de Mobiliário em área externa da edificação e da pequena reforma, que atualmente vêm recebendo tratamento administrativo como Comunicação, equiparável ao ora proposto;
- d) Inserção do Auto de Verificação de Segurança no bojo do Código de Obras e Edificações, vez que era documento exigido por leis esparsas;
- e) Introdução da exigência de documentação comprobatória da regularidade da edificação expedido para o uso ou atividade desenvolvida, para os efeitos da aprovação da segurança, evitando-se, assim, a exigência da execução de obras em edificação cujo uso poderá vir a não ser permitido pela Prefeitura;
- f) Condicionamento da validade do Auto de Verificação de Segurança à manutenção do sistema de segurança, vez que não basta o licenciamento do mesmo, sendo imprescindível a sua manutenção, para a garantia da segurança das edificações.

[Handwritten signature and initials]
Ass.

Folha n.º 134	Folha n.º 326	Proc. 326
N.º 59-000.830-93-43	de 19 96	
Ass. <i>mf</i>		

MIRIAN TEREZA B. SANCHEZ
Oficial de Adm. Geral III
CEUSQ

5

12. Capítulo 6:-

Substituição do atual Anexo III, concernente à Tabela de Multas por desatendimento à legislação de Obras e Edificações e inclusão de regras novas, tendo em vista a criação de novas figuras e modificações previstas na presente proposta de alteração do Código vigente, com o fito de facilitar a sua aplicação, tornar mais coerente e admissível o desenvolvimento dos procedimentos fiscalizatórios e trazer a patamares realistas os valores das multas, as quais, na forma prevista pela Lei 11.228/92, tornaram-se confiscatórias.

13. Capítulo 10:-

a) Modificação do ponto de referência da altura máxima das edificações de "perfil original do terreno" para "perfil do terreno", considerando-se a distância "ao longo da divisa" e não mais "junto à divisa";

b) Obrigatoriedade de observância da faixa livre "A" em toda a altura da edificação, para efeito de esclarecimento de condição já existente, mas não expressa;

c) Observância obrigatória do espaço livre "I" estender-se por toda a altura da edificação com o fito de impedir que o escalonamento da edificação venha a prejudicar as condições de insolação e iluminação das partes inferiores;

d) Introdução de condições de insolação e aeração naturais para os compartimentos localizados no volume "Ve". Em consonância com o escalonamento previsto nos volumes "Vi" e "Vs", foram introduzidas condições diferenciadas para os compartimentos, em função da somatória dos índices "n", proporcionando essa especificação melhor qualidade de vida.

14. Capítulo 12:-

Preende a presente proposta alteração substancial deste Capítulo, tanto no que respeita às exigências e especificações técnicas, quanto na forma de apresentação.

[Handwritten signature and stamp]

A Lei 8.266, de 20 de junho de 1.975, baseava-se em área, destinação, lotação, natureza dos materiais manipulados e altura da edificação. Esses elementos definiam os riscos de uso e as correspondentes exigências de circulação e segurança da edificação.

A Lei 11.228, de 25 de junho de 1.992, introduziu novos conceitos para definir os parâmetros de segurança de uso das edificações, entre os quais a lotação corrigida em função da altura e a adoção dos critérios da legislação anterior, sem o detalhamento ali contido. Essa nova metodologia apresentou distorções ligadas ao porte das edificações nos diferentes usos.

À vista da comprovação dessas distorções, entendeu-se reformular esses parâmetros para adequar a segurança de uso das edificações de qualquer porte.

Para maior agilização na correção de eventuais distorções que possam se verificar no ajuste considerado ideal, adotou-se como técnica legislativa apresentar um Capítulo de Circulação e Segurança com especificações genéricas e essenciais, no corpo da lei, e, concomitantemente, um decreto regulamentador, com conteúdo detalhado.

O conteúdo do decreto regulamentador foi amplamente discutido pela Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações e contou, para sua elaboração, com a valiosa colaboração, entre outros, de representantes do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, além dos membros nomeados.

Com o fito de possibilitar o conhecimento da amplitude das alterações em relação à Lei 11.228/92, acompanha, em anexo, o texto referente à regulamentação do Capítulo de Circulação e Segurança.

A apresentação feita dessa forma permite ações imediatas e necessárias para pequenos ajustes ou alterações das disposições relativas a este Capítulo, em decorrência do constante avanço tecnológico na área de Engenharia de Segurança e a consequente necessidade de atualização da legislação, sem prejuízo do conhecimento total da matéria.

15. Capítulo 13:-

a) Estabelecimento de faixa única para duplo sentido de circulação, a fim de servir de acesso a estacionamento de até 60 veículos, para edificações destinadas a qualquer uso. Essa regra hoje é aplicada apenas para habitação;

A inovação, traduzida na diversidade da destinação da edificação para esse número de veículos, não teria influência na determinação de parâmetros de acesso diferenciado;

b) Alteração do percentual necessário para motocicletas, na Tabela 13.3.4, que passará de 10% para 8% na proposta ora apresentada. Tornar-se-á obrigatório o cálculo, utilizando-se percentual do estabelecido na tabela sobre o número exigido pela Legislação de Uso e Ocupação do Solo, sendo o resultado desse cálculo acrescido a esse número;

c) Supressão da exigência de tamanho de vagas diferenciadas e modificação da altura, largura e comprimento para os automóveis e utilitários. Foram introduzidos sentidos de direção e parametrados ângulos intermediários para todos os tipos de veículos. Justificam-se essas alterações pelo estabelecimento de parâmetros mínimos, deixando a critério do autor do projeto a proposta adequada à finalidade da obra.

16. Capítulo 14:-

a) Alteração dos parâmetros para quantificação das instalações sanitárias dos restaurantes e centros de compras, edifícios-garagem e estacionamentos de veículos, com a significativa redução do número de instalações nestes usos;

b) Ampliação para outras destinações da exigência de sanitários para pessoas portadoras de deficiência e a introdução de dimensões mínimas para portas e antecâmaras dessas instalações.

Folha n.º 157	do Processo
N.º 59-400.870-93-93	
Ass. mlh	

MIRIAN TEREZA B. SANCHEZ
Oficial de Adm. Geral III
CEUSO

8

17. Capítulo 16:-

a) Ampliação da necessidade de atendimento do dimensionamento mínimo, bem como da insolação e aeração naturais dos compartimentos para todas as edificações destinadas a prestação de serviços de educação. Na forma da Lei 11.228/92, essa exigência refere-se apenas aos estabelecimentos de ensino até 2o. grau, vindo, por meio da presente proposta, a ser considerada obrigatória para todos os níveis de ensino;

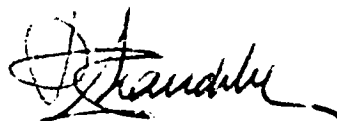
b) Exigência de porcentagem mínima de compartimentos de repouso e instalação sanitária para pessoas portadoras de deficiência nas edificações destinadas a serviços de hospedagem, bem como de salas apropriadas nas edificações destinadas a prestação de serviços de educação com área superior a 500m²;

c) Supressão do limite máximo do número de andares, quando se tratar de edificações destinadas à prestação de serviços de educação, uma vez que os desníveis de circulação e escoamento estabelecidos são suficientes para essa finalidade.

As conclusões alcançadas pela Comissão Especial do Código de Obras e Edificações conduziram à elaboração da revisão da Lei 11.228/92, nos termos propostos pela minuta de projeto de lei de fls. 23 a 114 e do texto do decreto regulamentador referente ao capítulo 12 - Circulação e Segurança de fls. 115 a 148, ora apresentados, que objetiva otimizar a qualidade de vida dos moradores desta cidade.

Com a apresentação da minuta de projeto de alteração da Lei 11.228/92, considera a Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações concluído o seu trabalho, colocando-se à disposição de Vossa Excelência para eventuais esclarecimentos.

São Paulo, 01 de junho de 1.994



Arq. PAULO EDUARDO BRANDILEONE
Coordenador - CEACOE

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATL

Membros da Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações - CEACOE, constituída pela Lei 11.228, de 25 de junho de 1.992, com a regulamentação conferida pelo Decreto 32.329, de 23 de setembro de 1.992:

1. Comissão de Edificações e Uso do Solo - CEUSO

Carlos Macruz Filho
Domingos Sinibaldi Sobrinho
Jorge Pinto Furini
Márcia Ferrari
Maria Augusta Bution Brandão Machado
Paula Maria Motta Lara
Paulo Eduardo Brandileone
Ricardo Siudi Yamamoto R. 158p - 239. 1174
Rosane Cristina Gomes

2. Secretaria Da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB

Dora Aksenfeld Charatz
Edgar Altino Ferreira Leite
Izilda Mara F. Fernandez
Jacqueline Casanova
Luiz Adão Brunelli
Maria Cristina Fabri
Pedro Milanelo Piovezane
Rubens Brandão Filho

3. Secretaria das Administrações Regionais - SAR

Cândida Augusta de Barros Neta
Cícero Augusto Nigro Conceição
Itsuko Murakami Nishiguchi
Luiz Cesar Bettarello de Almeida Campos
Maria Ignez Molina Sansone
Vanda Rosa Tina Bernacchi

4. Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA

Evany de Souza
Isaura Parente Campana

5. Secretaria Municipal de Transportes - SMT

Edson Scalco
Reinaldo José R. Paschoal

INCR. 11/90
ASS. SORA-A11

6. Secretaria de Serviços e Obras - SSO

Ciomara Marinho Ciccone
Clélia Maria Oller Valdez Pereira
Elizabeth Teixeira

7. Secretaria de Vias Públicas - SVP

Clementina Pasquale Cortese
Regina Perches

8. Secretaria das Finanças - SF

Carlos Antônio Ciorlia
José Carlos de Souza Filho

9. Secretaria dos Negócios Jurídicos - SJ

Antônio Dropallo
Maria Sylvia Ribeiro Pereira Barreto
Suzana Maria Ferreira de Nichile

10. Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura - ASBEA

Gianfranco Vannucchi
Newton Gagiotti

11. Centro de Controle de Zoonoses

Margareth Saito Marques
Paulo Magalhães Bressan

12. Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD

Silvana Serafino Cambiaghi
Vera Lúcia Rosan Danna

13. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA

Henrique Hirschfeld
Sami Bussab

ASS. SCIA - ADM.

14. Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FCESP

Alberto Rubens Botti
Henrique Hirschfeld

15. Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB

Carlos Alberto de Azevedo Antunes
José Eduardo de Castro Bicudo Tibiriçá

16. Movimento "Defenda São Paulo"

Ari Albano
Armando Rebollo

17. Sindicato dos Arquitetos de São Paulo - SASP

Berthelina Alves Costa
Manoel Antonio L. Rodrigues Alves
Paulo Ricardo Giaquinto

18. Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Município - SEAM

João Ariovaldo D'Amaro
Lúcia de Souza Machado

19. Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo - SECOVI

José Luiz Pereira de Almeida
Ronald E. M. Y. Dumani

20. Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva - SINAENCON

Henrique Cambiaghi Filho
Rodolpho Mansueto Dini
Sérgio Tepermann

21. Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo - SINDUSCON

José Romeu Ferraz Neto
Romeu Batista Suguiyama

INGRID FAGDAJ
ASSESSORA - ATL

22. Instituto de Engenharia - IE

José Jayme Juvenal Ayres
Leopoldino Wilson Paganelli

Coordenação Geral

Paulo Eduardo Brandileone

Coordenação Técnica

Domingos Sinibaldi Sobrinho
Jacqueline Casanova
Lúcia de Souza Machado
Maria Augusta Bution Brandão Machado
Maria Ignez Molina Sansone
Márcia Ferrari
Paula Maria Motta Lara
Ricardo Siudi Yamamoto
Rosane Cristina Gomes

Colaboradores

Antonio Fernando Berto	Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT
Ariovaldo Vitti Sanchez	CONTRU/SEHAB
Laercio Vezzu França	CONTRU/SEHAB
Marco Antonio Pinheiro	CONTRU/SEHAB
Maurício Moraes Penteado	CONTRU/SEHAB
Pedro Luiz de Castro Algodoal	SVP
Ricardo Mantesso Junior	CONTRU/SEHAB
Ricardo Wertheim	SECOVI
Telma T. Trassi M. Bento	CONTRU/SEHAB
Therezinha Banevicius	Companhia de Engenharia de Tráfego - CET
Vera do Val Villela	CONTRU/SEHAB
Wilson Tomizawa	Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo

Apoio Administrativo - CEUSO/SEHAB

José Maria Galvão Julio
Leonídia Pereira Freire
Miriam Tereza Batista Sanchez
Thereza Cristina Alves Silva Rêgo
Valdeci Correia da Silva

INGRID FAGDAI
ASSESSORA - AIL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 346
n.º 320
da 19 96

Folha de informação nº

-162-

o processo nº 59-000.870-93*97 em 01 06 THEBEZA CRISTINA A. S. REG
Assistente Administ. II

AUTOS : processo 59-000.870-93*97
INTERESSADO : SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
ASSUNTO : revisão do Código de Obras e Edificações

INFORMAÇÃO/CEUSO/060/94

SEHAB

Senhor Secretário

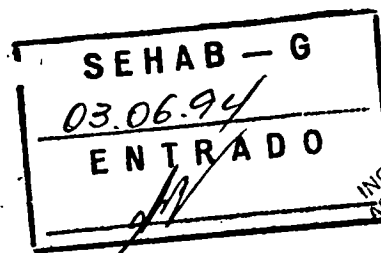
Em cumprimento às disposições do Art.16 da Lei 11.228/92, que previu os trabalhos de revisão do Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo por uma Comissão Especial, estamos encaminhando a minuta do projeto de lei (fls.23/114), o texto referente à regularização do capítulo relativo à Circulação e Segurança (fls.115/149) e o relatório final da Comissão (fls.150/161).

Ao submetermos o documento final ao criterioso discernimento de Vossa Excelência, vimos sugerir que no encaminhamento ao Senhor Prefeito, seja solicitada sua publicidade através do Diário Oficial do Município, com o intuito de se receber eventuais contribuições, enquanto SGM/ATL prepara a mensagem a ser submetida à Câmara Municipal.

01/junho/94

PAULO EDUARDO BRANDILEONE
Chefe de Assessoria Técnica
CEUSO

PEB/tcr



INGRID FAGUN
ASSESSORA - JIA

Folha de Informação nº 163

do Processo nº 59-000.870-93*97

em 07/06/94

(a) *Luizinha*
TEREZINHA MARCONDES DE OLIVEIRA
Cidadã de São Paulo - Cid. II
SEHAB. G

INTERESSADO : Ofício nº 214/93/SEHAB

ASSUNTO : Comissão Especial de Avaliação do Código de
Obras e Edificações.

INFORMAÇÃO Nº 2108/SEHAB-G/94

Senhor Prefeito

Encaminhamos à elevada consideração de Vossa Excelência o Relatório Final da Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações- CEACOE (fls.150 a 161), apresentando a minuta de projeto de lei de revisão do código em vigor - Lei nº 11.228 de 25/06/92.

O relatório expõe os aspectos do trabalho que merecem destaque, descrevendo a revisão de alguns capítulos que foram objeto de estudos especiais. Dessa forma o Capítulo de Circulação e Segurança, para maior agilização em eventuais correções futuras em função da evolução da tecnologia na área da engenharia de segurança, tem na lei apenas aspectos genéricos e sua regulamentação detalhada, por decreto (fls.115).

Assim, reiterando a solicitação da CEACOE, sugerimos a publicação deste trabalho, visando eventuais contribuições complementares, paralelamente às providências de competência de SGM/ATL, na formalização da mensagem a ser encaminhada à Câmara Municipal.

08 / 06 / 94

SGM - A P A I R ALBERTO SOARES KRAHENBUHL
Secretário da Habitação e
Desenvolvimento Urbano

09 JUN 1994

B
EFL/mgas

RECEBIDO HOJE

PREF. GAB

★

89/06/94

★

11-0301-0

IN
INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - ATL

SGM - Assessoria Técnica

Entrada 100694

Saída 100694



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha n.º 369 de 326
n.º 326 de 19 94

Folha de Informação n.º - 164 -

d. o Proc. n.º 59-000.870-93*97 em 14/6/94 (a) EJ

Eliene G. Diniz
Oficial de Gabinete
SGM/ATL

INTERESSADO:- Ofício nº 214/SEHAB-G/93

ASSUNTO:- Proposta da Comissão Especial de Avaliação
do Código de Obras e Edificações

D E S P A C H O

I - Recebo o Relatório Final apresentado pela Comissão Especial de Avaliação do Código de Obras e Edificações - CEACOE e determino a sua publicação, juntamente com a minuta de projeto de lei elaborada, objetivando a revisão da Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992, para conhecimento e oferecimento de eventuais sugestões, que deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB, até o dia 30 de julho de 1994.

II - Consigne-se voto de louvor aos integrantes da Comissão, pela excelência do trabalho desenvolvido.

III - Publique-se.

S.G.M./GAB.

PUBLICADO EM

22 JUN 1994

TSUYOKO M. TANAKA
S.G.M. - A.T.

São Paulo, 21 de junho de 1994

EDEVALDO ALVES DA SILVA
SECRETÁRIO - S.G.M.

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA - A.T.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha nº	326	369
n.º	26	10
do	19	94

Folha de informação nº 265

o Processo nº 59-000.870-93*97 em 26 / 10 / 94

JOSE WILSON S. JUNIOR
Adm. Geral II
CEUSO

AUTOS : Processo 59-000.870-93*97
INTERESSADO : OFÍCIO Nº 214/93-SEHAB
ASSUNTO : Comissão Especial de Avaliação do Código
de Obras e Edificações

INFORMAÇÃO/CEUSO/109/94

SGM/ATL

Dra. Suelly Penharrubia Fagundes

Encaminhamos o projeto de lei de revisão do COE, consubstanciado na minuta ora anexada sob fls. 168/264, resultado do reexame da matéria efetuado como decorrência das sugestões recebidas a partir do item I do despacho de fls. 164, dos estudos da sua futura regulamentação que já vimos desenvolvendo e da necessidade de correções de ordem formal.

Desse modo, já há condições para o preparo da mensagem ao Legislativo.

26/outubro/94

PAULO EDUARDO BRANDILEONE
Chefe de Assessoria Técnica
CEUSO

PEB/jm

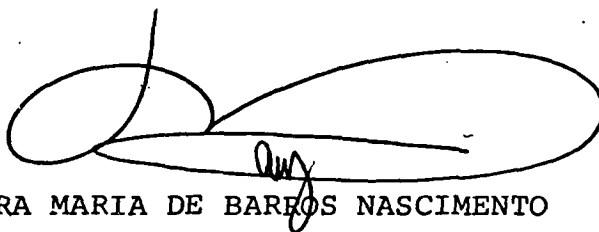
PREF. GAB.
01/11/94 ★
11-10-001-0

INGRID RAGDAN
ASSESSORA
II

DRA INGRID

Peço estudar para elaboração de mensagem.

São Paulo, 03 de novembro de 1994,



LAURA MARIA DE BARROS NASCIMENTO

Assessora Chefe - ATL

Juntado....., nesta data,.....documento.....e folha de informação,

rubricado.....sob nº.....

Em...../...../.....

rl.

(a).....



Folha no	370	de proc.
n.º	326	de 19 96

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SEHAB
COMISSÃO DE EDIFICAÇÕES E USO DO SOLO - CEUSO

São Paulo, 11 de abril de 1.995.

OFÍCIO 26/CEUSO/95

SGM-ATL

Sra. Assessora Jurídica

Estamos encaminhando as alterações que deverão ser incluídas no projeto de lei de revisão do Código de Obras e Edificações - Lei 11.228/92.

Destacamos como principais alterações, a solicitação da Comissão Permanente de Legislação Urbanística - CPLU, da SAR, através de ofício cuja cópia anexamos, de substituição, no Capítulo 6, da expressão "Auto de Flagrante Policial" por "Auto de Desobediência" e a proposta de revogação da Lei No. 11.693, de 22 de dezembro de 1.994, em função do parecer técnico emitido no p.a. 59-000.271-95*44 e por se tratar de matéria tratada na revisão do Código de Obras e Edificações.

As demais alterações ocorreram em decorrência de discussão técnica, quando da elaboração do decreto regulamentador e visam possibilitar melhor compreensão e aplicação do texto legal.

Estamos enviando, em anexo, um jogo das folhas da minuta do projeto de lei com as alterações destacadas e, ainda, 8 jogos das folhas onde foram introduzidas as modificações, para substituírem as anteriormente enviadas.

Sendo o que nos apresenta no momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

PAULO EDUARDO BRANDILEONE
Chefe de Assessoria Técnica
CEUSO

Ilma. Sra.
DRA. INGRID RAGDAJ
DD Assessora Jurídica de SGM-ATL
RCG/jm

INGRID RAGDAJ
ASSESSORA-ATL



Folha n.º	32	de	34
n.º	326	de	26
proc.			

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
COMISSÃO PERMANENTE DE ORIENTAÇÃO ÀS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
SOBRE A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA -
CPLU -

São Paulo, 17 de março de 1995

OFÍCIO Nº 022/CPLU/95

À CEUSO

Sr. Chefe de Assessoria Técnica

Discutida em Plenário, em nossa 607ª reunião, realizada em 14 deste mês, matéria referente a ação fiscalizatória, especificamente acerca do não atendimento à ordem administrativa de fechamento de um estabelecimento, analisando-a comparativamente com os dispositivos do Capítulo 6 do Anexo I da Lei nº 11.228/92, o Código de Obras e Edificações, concluímos que o documento atualmente denominado "AUTO DE FLAGRANTE POLICIAL" deve ser alterado para "AUTO DE DESOBEDIÊNCIA".

Tal documento, quando ainda em vigência a Lei nº 8.266/75, recebera o nome de "Auto de Embargo com Auxílio Policial". Não foi e não é documento lavrado pela Polícia, e sim pelos agentes da Fiscalização da Administração Municipal.

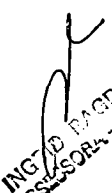
Sabedores de que a revisão do COE ainda se encontra em SGM/ATL, encaminhamos esta proposta para as providências que se fazem necessárias.

Sendo o que se nos apresenta no momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração.


Arqtº LUIZ CESAR BETTARELLO DE ALMEIDA CAMPOS
Presidente C.P.L.U.

HAJO.SR.
DR. PAULO EDUARDO BRANDILEONE
DD. Chefe da Assessoria Técnica da CEUSO

LCBAC/ik.


INGRID PACHAL
ASS. SECRETARIA



LEI Nº 11.948 , 08 DE DEZEMBRO DE 1995.

DOM DE 09 DE DEZEMBRO DE 1995.

Folha	n.º	373	382
n.º	326	da proc	de 19 76

LEI Nº 11.948 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1995
(Projeto de Lei nº 896/93)
(Vereador José Mentor)

Revoga e altera a redação
de itens do Código de Obras
e Edificações, aprovado
pela Lei nº 11.228, de 25
de junho de 1992.

Miguel Colasuonno, Presidente da Câmara Municipal de
São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo,
de acordo com o § 7º do artigo 48 da Lei Orgânica do
Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica incluído o sub-item 2.3.1.1 ao item
2.3.1 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de
1992, com a seguinte redação:

" 2.3.1.1 - O possuidor de áreas de até 400 m²
(quatrocentos metros quadrados) gozará dos mesmos
direitos do proprietário quando requerer Alvará de
Licença para Residência Unifamiliar."

Art. 2º - Fica incluído o sub-item 2.3.2.4 ao item
2.3.2 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de
1992, com a seguinte redação:

" 2.3.2.4 - O possuidor de residência unifamiliar,
para exercer os direitos previstos no item 2.3.1 e no
sub-item 2.3.1.1, poderá instruir os requerimentos com o
compromisso ou promessa de compra e venda, de cessão de
quaisquer direitos, ou recibo de pagamento de aquisição
total ou parcial, independente de autenticação,
reconhecimento de firma ou registro em cartório."

Art. 3º - Fica incluído o sub-item 3.3.2.1 ao item
3.3.2 do Anexo I da Lei nº 11.228, de 25 de junho de
1992, com a seguinte redação:

"3.3.2.1 - A comunicação terá eficácia a partir de
seu protocolamento, independentemente de qualquer decisão
ou despacho administrativo, nas situações previstas nas
letras "b", "c", "e", "f", "g", "h", e "j"."

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.
Câmara Municipal de São Paulo, 08 de dezembro de
1995.

O Presidente,
Miguel Colasuonno

Publicada na Diretoria Geral da Câmara Municipal de São
Paulo, em 08 de dezembro de 1995.

O Diretor Geral,
Carlos Borromeu Tini

Proc: 58-001.351-95 # 17

ORIUNDA DO P.L. Nº 896/93 LEGISLATIVO



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

do processo nº 326 de 19.06.08.04.96 (a)

Sr. Assessor Chefe:

Sobre o assunto nansta,

Lei 11.228/92

8.777/78

8.266/75

8.881/79

9.199/80

9.414/81

9.483/82

9.531/82

9.668/83

9.912/85

10.071/86

10.169/86

10.299/87

10.334/87

10.395/87

10.571/88

10.671/88

10.738/89

10.739/89

10.774/89

10.832/90

10.870/90

10.995/91

11.135/91

11.424/93

11.693/94

11.783/95

11.948/95

em 08.04.96

MARIA CANDIA MARCELA PORTA
Assel. Parlamentar

A Com. de Const. e Justiça

08/04/96

LUIZ AREI... DE ...

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 29/04/96 às 18.00 hs.

Ao Nobre Vereador
para relatar.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça

em _____ de _____ de 19____

Presidente

Ao Nobre Vereador
para relatar.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 15 de abril de 1997

Presidente

Ao Nobre Vereador
para relatar.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 18 de maio de 1999

Presidente

SEGUE _____ juntado _____ nesta data, _____ documento _____ e papel para informação, rubricado _____

sob folha n.º 375